



MARIA TERESA ESTEVES PAYAN MARTINS

**LIVROS CLANDESTINOS E CONTRAFACÇÕES  
EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre  
em Literatura e Cultura Portuguesas – Época  
Moderna –, apresentada à Faculdade de  
Ciências Sociais e Humanas (Departamento de  
Estudos Portugueses).



Universidade Nova de Lisboa

1995

88811

## APRESENTAÇÃO

*Quando, há cerca de três anos, no decurso do seminário de História do Livro, me deixei seduzir pela proposta de investigação lançada pelo Prof. Artur Anselmo sobre as edições clandestinas impressas em Portugal por ocasião da questão do Sigilismo (1746) e decidi apresentar a dissertação sobre esse tema, desconhecia quase tudo sobre o fenómeno da clandestinidade editorial e estava longe de imaginar que as dificuldades encontradas seriam um motor capaz de impor um rumo diferente ao plano inicialmente traçado.*

*Na verdade, o trabalho que hoje se apresenta, consagrado aos estudos de alguns livros clandestinos e contrafacções impressos em Portugal no século XVIII, nasceu das investigações efectuadas para tentar reconstituir as circunstâncias em que foram estampados de forma ilegal os cerca de 40 libelos favoráveis aos interesses das duas facções implicadas na querela do Sigilismo (cardeais portugueses e bispos jacobitas) e identificar os impressores responsáveis pela sua produção. Fiel ao princípio de que qualquer hipótese deve ser confirmada através de documentação apropriada, dirigi, inicialmente, as pesquisas no sentido de encontrar em documentos escritos as pistas que permitissem penetrar neste mundo secreto de edições clandestinas. Consultei processos inquisitoriais, li muita da correspondência oficial e particular trocada entre instituições e entidades envolvidas directa ou indirectamente no conflito, vi, com minúcia, muitos maços de "documentação avulsa" e "papéis vários", mas não encontrei qualquer informação que contribuisse para o esclarecimento daquele enigma bibliográfico.*

*No entanto, eram-me revelados, principalmente através de processos da Inquisição, dados preciosos (e segundo creio desconhecidos) sobre outros casos de clandestinidade editorial, pelo que se me afigurou do maior interesse dar-lhes tratamento adequado. Num domínio*

*onde o investigador se debate permanentemente com a escassez de documentos escritos para comprovar as suas hipóteses, os depoimentos e confissões prestadas perante as autoridades inquisitoriais revestem-se da maior importância, pois, para além da indicação dos títulos das obras impressas ilegalmente e da identificação dos impressores-falsificadores, são revelados pormenores significativos sobre a organização e funcionamento da actividade editorial clandestina.*

*Se numa primeira fase da pesquisa sobre a questão do sigilismo e os seus libelos privilegiei as fontes documentais escritas, num segundo momento fixei-me na análise das características materiais das espécies. A alteração metodológica deveu-se à tomada de consciência de que esta questão exigia um tratamento próprio, pois, sendo o Inquisidor Geral e o Cardeal Patriarca protagonistas da contenda, considerei admissível que toda a documentação oficial, e em especial a que hoje integra o núcleo da Inquisição, fosse objecto de vigilância acurada, omitindo-se tudo o que pudesse ser comprometedor. Assim, através da análise tipológica do material gráfico utilizado na confecção das espécies, foi possível fazer luz sobre os impressores implicados neste caso de fraude editorial. Sendo Miguel Rodrigues o responsável pela impressão das 37 dissertações favoráveis à facção apoiante dos cardeais portugueses, impunha-se estudar, em pormenor, a sua vida e a sua obra.*

*Ao tentar reunir o maior número possível de dados sobre a actividade profissional desenvolvida por Miguel Rodrigues, fui alertada por Xavier da Cunha para o facto de que este impressor procedera à contrafacção dos dois primeiros tomos de Sermões do Padre António Vieira, saídos legalmente dos prelos de João da Costa e Miguel Deslandes. A informação provinha de fonte segura, mas, mesmo assim, não me dispensei de colacionar exemplares da edição original e da contrafacção. Fui, então, surpreendida por um quadro mais complexo do que o apresentado por Xavier da Cunha em Impressões Deslandesianas, pois Miguel Rodrigues não fora o único implicado neste caso de fraude editorial, nem esta se restringira aos dois primeiros tomos. Pude verificar a existência de edições falsas dos 14 tomos que integram a colecção original de Sermões do Padre António Vieira, saídas dos prelos de Miguel Rodrigues, e concluir que António Pedroso Galvão executara também edições-piratas de quase todos os tomos daquela obra do Padre Vieira.*

*Esta investigação abriu novas perspectivas e levou-me a estudar as Relações de Naufrágios supostamente estampadas no século XVI e XVII, mas, de facto, impressas de forma ilícita, no século XVIII, por António Pedroso Galvão. São indiscutíveis as suas qualidades de falsário, mas há provas suficientes para lhe imputar a paternidade tipográfica daquelas contrafacções.*

*O contacto directo com as espécies favoreceu a identificação de outras situações de irregularidade editorial; facilmente me dei conta de que obras como Nova Floresta e Luz e Calor, de autoria do Padre Manuel Bernardes, tinham sido também contrafeitas. No entanto, mereceram igualmente a minha atenção os casos de clandestinidade bem conhecidos, relacionados com o Verdadeiro Método de Estudar, a Arte de Furtar e o Anatómico Jocosos: se o*

*enigma bibliográfico associado à sua história respectiva estava já praticamente decifrado, tive a sorte de encontrar alguns elementos novos, que contribuem para um melhor esclarecimento das circunstâncias em que ocorreu a sua publicação.*

*O plano do trabalho é muito simples. Depois de uma visão global do mundo da legalidade e clandestinidade editorial e de uma referência aos casos mais conhecidos de fraude editorial dos séculos XVI e XVII, estudei os processos inquisitoriais e as situações de fraude aí denunciadas; seguidamente, dediquei particular atenção aos libelos estampados clandestinamente por ocasião da questão do Sigilismo e tentei identificar os impressores implicados na sua produção; detive-me, depois, sobre a vida e a obra do impressor Miguel Rodrigues por estar envolvido na produção ilícita dos libelos sigilistas e, por fim, procedi à análise das situações de fraude editorial relacionadas com algumas das obras mais significativas da nossa literatura.*

*Nunca suspeitei que fosse tão rico o campo da ilegalidade editorial em Portugal no século XVIII, e fui surpreendida por uma série de casos que se apresentaram quase encadeados uns nos outros, pelo que foi difícil impor-me uma meta. Não quero com isto dizer que tive a pretensão de esgotar o assunto; pelo contrário, tenho perfeita consciência de que não abordei senão uma ínfima parte do universo das obras produzidas ilegalmente e senti que não é fácil penetrar neste meio. A pesquisa é lenta, demorada e encontra-se dificultada pela falta de instrumentos básicos de trabalho, como catálogos onde as espécies sejam descritas de forma cientificamente correcta, estudos monográficos sobre a vida e actividade profissional dos impressores, ou dicionários de vinhetas onde se identifique e reproduza o material iconográfico pertencente às diferentes oficinas tipográficas. Face a esta situação, estabeleci como método de trabalho o de observar directamente todas as espécies e proceder a um estudo comparativo entre o maior número possível de exemplares de cada obra. Estudei a vida de alguns impressores, realizei o levantamento da sua produção bibliográfica e procedi à recolha do material iconográfico utilizado nas suas tipografias. Só assim foi possível estabelecer, com rigor, as obras que foram impressas de forma ilícita e identificar os impressores-falsificadores. Para atingir estes objectivos, privilegiei o estudo comparativo dos caracteres tipográficos e elementos decorativos utilizados na impressão das espécies, sem nunca deixar de ter presente que esse material mudava frequentemente de mãos, quer por venda, quer por simples empréstimo.*

*Dois aspectos técnicos merecem ainda referência. Considerei vantajoso acompanhar o texto com a reprodução das páginas das obras em que me baseei para fazer certas afirmações. As imagens obtidas através de fotocópia ou microfilme podem alterar um pouco as dimensões das letras ou dos elementos decorativos, mas o trabalho foi feito, com o maior cuidado, a partir dos originais. Quanto à transcrição de textos, procedi à uniformização e actualização ortográfica.*

*Como afirmei no princípio, a ideia deste trabalho surgiu numa aula de mestrado do seminário de História do Livro e para a sua realização beneficiei do estímulo e imprescindí-*

*vel orientação científica do Prof. Doutor Artur Anselmo. Se o agradecimento quando tornado público pode tomar a feição de discurso de circunstância, gostaria de deixar clara a sinceridade destas palavras. Não esqueço, que foi pela sua mão que iniciei os estudos de pós-graduação, uma experiência de que guardo as mais gratas recordações, como não esqueço todo o generoso apoio e atenções com que sempre me distinguiu.*

*Maria Teresa Bryan Martins*

---

## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

- 1.1. Legalidade e marginalidade.
- 1.2. Privilégios e contrafacções.
- 1.3. Livros proibidos.
- 1.4. Outras situações de clandestinidade editorial.
- 1.5. *As fausses-adresses*.
- 1.6. Principais espécies contrafeitas e clandestinas dos séculos XVI e XVII.

### 2. A INQUISIÇÃO E A CLANDESTINIDADE EDITORIAL

- 2.1. Contrafacções.
- 2.2. Edições clandestinas.

### 3. A QUESTÃO DO SIGILISMO

- 3.1. Génese e evolução da questão do sigilismo (1746).
- 3.2. Intervenção pombalina e reabertura da contenda (1768).
- 3.3. Edições clandestinas ao serviço das duas facções em dissídio (1746-1747).

### 4. PERFIL DE UM FALSÁRIO: MIGUEL RODRIGUES

- 4.1. Dados biográficos.
- 4.2. Actividade profissional.

### 5. LITERATURA E CLANDESTINIDADE

- 5.1. Contrafacções.
- 5.2. Edições clandestinas.

### 6. CONCLUSÕES

### 7. BIBLIOGRAFIA

- 7.1. Fontes manuscritas.
- 7.2. Fontes impressas.

### 8. ÍNDICE

## **1. INTRODUÇÃO HISTÓRICA**

## 1.1. LEGALIDADE E MARGINALIDADE

Um leitor dos séculos XVI, XVII e XVIII manuseava, por vezes, sem ter consciência do facto, diferentes tipos de livros: os lícitos, que tinham obtido previamente as licenças necessárias para a sua publicação e para os quais, muitas vezes, os impressores tinham recebido privilégios, que lhes garantiam o monopólio da edição; as contrafacções, feitas ilegalmente a partir de uma edição autorizada, nas quais, frequentemente, se tentava reproduzir quase fotograficamente a obra a imprimir; os proibidos, cujos textos nunca mereceram as autorizações dos censores oficiais; e ainda outros, com textos que nunca foram, sequer, submetidos a aprovação.

Ao falarmos em História do Livro, associamos de imediato "livro" ao "livro lícito". Como refere Anne Sauvy, "[...] nos esprits sont portés a revenir toujours aux mêmes schémas: le livre considéré comme tel reste le livre permis, officiel [...]".<sup>1</sup> O livro clandestino, acrescenta, é "[...] un mal aimé de l'histoire".<sup>2</sup>

Se a História da Literatura não ficou indiferente às teorias da estética da recepção, a História do Livro, que Darnton identifica com a "histoire sociale et culturelle de la communication par l'intermédiaire de l'imprimerie",<sup>3</sup> não poderá deixar de ter em linha de conta estes dois universos diferentes, mas complementares – o do livro lícito e o do livro clandestino – pois, como fez notar o Prof. Artur Anselmo:

[...] a publicação de um texto nunca é um acontecimento fortuito e muito menos um gesto individual autónomo desligado de uma relação de cultura.<sup>4</sup>

O conhecimento destes dois mundos dificilmente atingirá a igualdade: a legalidade ou a clandestinidade editorial são marcas profundamente vincadas, que jamais se poderão esbater de modo a permitir um estudo e conhecimento semelhantes destes dois tipos de edição.

Se o investigador se debruça sobre o estudo do livro lícito, encontra, mais cedo ou mais tarde, nas fontes documentais (não ignoramos que, por vezes, de difícil localização e acesso) os elementos necessários para comprovar as hipóteses formuladas. Movimenta-se, assim, em terreno firme, e avança, em termos científicos, com a segurança que a confirmação documental sempre transmite. Se pretende fazer uma incursão pelo mundo da clandestinidade – "une immense marée [...] dont on ne perçoit que la surface",<sup>5</sup> segundo a expressão de Anne Sauvy –, o terreno não se lhe apresenta de forma alguma seguro, e necessita de saber mover-se de forma muito cautelosa, tentando reconstituir percursos subterrâneos, formular e abandonar

<sup>1</sup> SAUVY, Anne. «Livres contrefaits et livres interdits». In CHARTIER, R. MARTIN, Henri-Jean et VIVET, J. - P., dir. *Histoire de l'Édition Française*. Paris, Promodis, 4 vols., 1983-1986; vol. 2 (1984), p. 104.

<sup>2</sup> IDEM, *Loc. cit.*, p. 104.

<sup>3</sup> DARNTON, Robert. *Gens de Lettres, Gens du Livre*. Trad. de Marie Alyx Revellat. Paris, Odile Jacob, 1992, p. 153.

<sup>4</sup> ANSELMO, Artur. *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, p.13.

<sup>5</sup> SAUVY, Anne. *Loc. cit.*, p. 104.

muitas hipóteses para as quais não encontra suporte documental, e saber conviver sadiamente com a incerteza que permanentemente o assalta. Situa-se num campo onde tudo é possível, onde tem que desconfiar de tudo e de todos, onde os pormenores assumem particular importância, mas onde a confirmação documental aparece raramente e como que por acaso, pois as pistas são inexistentes ou foram naturalmente apagadas.

Estes dois tipos de edição organizam-se, logicamente, à volta de campos semânticos diferentes. Ao livro lícito associamos os autores, as licenças, os privilégios, as autorizações; ao clandestino o anonimato, o pseudónimo, o anagrama, as falsas licenças e privilégios, o contrabando, a *fausse-adresse*, os livros defesos e proibidos, o risco, o lucro, a polícia, a prisão.

No entanto, todo o livro impresso segue o mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito, segundo Darnton, nestes termos:

[...] circuit de communication qui va de l'auteur au lecteur en passant par l'éditeur (si le libraire ne joue pas ce rôle), l'imprimeur, l'expéditeur, le libraire et parfois le bibliothécaire. Le lecteur complète le circuit parce qu'il influence l'auteur à la fois avant et après l'acte de composition.<sup>6</sup>

O livro impresso clandestinamente faz, de forma subterrânea, todo o percurso, havendo da parte das pessoas em que o sistema se apoia a consciência do perigo e dos riscos. Tudo se desenrola numa atmosfera de segredo e, seja qual for o ponto do circuito em que nos coloquemos, a confiança pessoal e comercial entre os intervenientes do processo é a trave-mestra em que assenta toda a operação. Darnton sublinha o facto nestes termos:

Pour ne pas se desagréger, la librairie clandestine s'est réglée sur un principe que la protégera des malveillances – ce principe c'était la confiance.<sup>7</sup>

Neste círculo fechado, estruturado sobre normas internas, os padrões de comportamento são claramente definidos. Perante a adversidade o lema é, nas palavras de Anne Sauvy, "N'avouez jamais". E, de uma forma mais precisa, esclarece a investigadora:

Faire l'innocent était en effet la stratégie la plus habituelle et sans doute la plus efficace [...].<sup>8</sup>

A clandestinidade comporta riscos permanentes: os autores, encobertos pelo anonimato ou pseudónimos, batem-se, muitas vezes, por ideias, enquanto os impressores, os livreiros e todos os outros seus colaboradores se movimentam, na generalidade dos casos, com mira no lucro fácil.

---

<sup>6</sup> DARNTON, Robert. *Ob. cit.*, p. 156.

<sup>7</sup> DARNTON, Robert. *Édition et Sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIII siècle*. Paris, Gallimard, 1991, p. 11.

<sup>8</sup> SAUVY, Anne. *Loc. cit.*, p. 119.

Diderot, na sua *Lettre sur le commerce de la librairie*, sublinha:

[...] plus la proscription était sévère. plus elle haussait le prix du livre, plus elle excitait la curiosité de lire, plus il était acheté, plus il était lu. Combien de fois le libraire et l'auteur d'un lieu privilégié. s'ils l'avaient osé. n'auraient-ils pas dit aux magistrats: «Messieurs, de grâce, un petit arrêt qui me condamne à être lacéré et brûlé au pied de votre grand escalier»? Quand on criait la sentence d'un livre, les ouvriers de l'imprimerie disaient: «Bon. encore une édition».<sup>9</sup>

Também José da Cunha Brochado, nas suas *Memórias*, sob o título «Expediente de um livreiro», relata um episódio elucidativo. Na Sorbonne, fora proibido o livro de *Maria d'Agreda*, tendo sido condenadas várias proposições. Contra essa censura saiu uma invectiva que foi atribuída a "algum franciscano", mas, depois, asseguraram ao embaixador português que o livreiro que possuía os livros e não os conseguia vender "fomentava este meio para os gastar pelo melhor preço, porque em Paris gastam-se logo os livros proibidos".<sup>10</sup>

O fenómeno da edição clandestina só ficará cabalmente esclarecido quando se tiver uma visão de conjunto das diferentes fases do ciclo de vida do livro (do autor ao leitor).

Se, por uma questão metodológica, consideramos mais compatível com o objectivo do nosso trabalho a tarefa de isolar um segmento do circuito da comunicação – a impressão – e fazer incidir sobre ele as nossas investigações, não esquecemos que ao livreiro, como intermediário cultural, coube um papel fundamental na difusão desse corpo de obras proibidas e impressas clandestinamente.

Teófilo Braga transcreve parte das respostas do interrogatório inquisitorial feito a José Anastácio da Cunha, em que este declara:

[...] que nas ocasiões em que em sua casa se ajuntavam n'esta cidade [Coimbra], á noite, as pessoas que tem declarado, para jogar, [...], algumas vezes succedeu estarem sobre a banca alguns livros prohibidos. ou por terem chegado de novo de fora, e mandarem-nos os Livreiros pelas casas como costumam, com o interesse de se lhe comprarem, ou que ele tivesse em casa [...].<sup>11</sup>

Também o leitor deverá ser merecedor de atenção especial: se é sempre importante reconstituir o contexto social da leitura, mais premente se torna quando nos situamos no plano da clandestinidade editorial.

---

<sup>9</sup> DIDEROT, Denis. *Lettre adressée à un magistrat sur le commerce de la librairie*, in *Oeuvres complètes de Diderot*. Paris, J. Assézat et Maurice, Tourneux, 1876, vol. 18, p. 66. Cit. in DARNTON, Robert. *Édition et Sédition*. Paris, Gallimard, 1991, p. 13. O livro foi traduzido em português: DIDEROT. *Carta Histórica e Política sobre o Comércio do Livro*. Trad., introd. e notas de Maria Isabel Ribeiro de Faria. Coimbra, Coimbra Editora, 1978.

<sup>10</sup> BROCHADO, José da Cunha. *Memórias*. Coimbra, França Amado, 1909, pp. 23-24.

<sup>11</sup> BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa, Academia das Ciências, 4 t., 1892-1902: t. 3 (1898), pp. 622-623.

Fenómeno de amplitude europeia, a clandestinidade editorial, que se faz sentir desde o século XVI, como transparece claramente da carta enviada pelo Cardeal Infante D. Henrique aos inquisidores de Lisboa recomendando-lhes a maior vigilância sobre os impressores.<sup>12</sup> alcança no século XVIII uma dimensão quantitativa extraordinária, ao ponto de Anne Sauvy afirmar que este tipo de edição atinge "[...] une chiffre de tirage a peu près équivalent à celui de l'édition officielle".<sup>13</sup>

## 1.2. PRIVILÉGIOS E CONTRAFACÇÕES

A política de concessão de privilégios, que desde o século XVI se praticou, acautelava e protegia os interesses dos beneficiários. Fernando Guedes sublinha a sua importância ao longo de mais de três séculos, como a única garantia legal da propriedade literária e editorial, e afirma:

Os privilégios concediam ao privilegiado – fosse ele impressor, livreiro, autor, tradutor, ou simplesmente devoto de santo ou filho do autor – o exclusivo da impressão e venda da obra pelo prazo indicado, proibindo não só a sua impressão no reino sem autorização do privilegiado mas também a sua importação, qualquer que fosse a sua origem, sujeitando os infractores a avultadas penas pecuniárias e perda dos volumes fraudulentos, quando não à própria perda dos «moldes e aparelhos».<sup>14</sup>

As sanções previstas em caso de infracção eram severas, mas, mesmo assim, impressores houve que, na mira do lucro, ousaram reimprimir ilegalmente obras e lançá-las no circuito comercial.

O regime de privilégios não era, no entanto, perfeito, pois não contemplava nenhuma cláusula que salvaguardasse legalmente os interesses do privilegiado no plano internacional.

Por contrafacção (do latim *contrafactio, onis*) entende-se, segundo Morais:

Edição de um livro feita sem autorização do autor ou do proprietário da obra e em seu prejuízo; a obra reproduzida ou imitada fraudulentamente.<sup>15</sup>

---

<sup>12</sup> Cf. SÁ, Artur Moreira de. *Índice dos Livros Proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, pp. 95-96, doc. XXXII: «Inquisidores de Lisboa. O Cardeal Infante & a uos envio muito saudar ... E por quanto son informado que algũs impressores destes regnos imprimem livros, autos, regimentos, e outras cousas, sem licença do Conselho geral, e com titulos falsos, dizendo serem impressos em outras partes, pera assi poderem correr mais livremente, e que os livros que hũa vez imprimem com a ditta licença tornam a imprimir sem ella, e que alguns imprimem com licença somente do Ordinario, que nom basta, vos informareis com muito cuidado pello menos hũa vez em cada hũ anno do que nisto passa e achando algũ culpado procedereis contra elle com todo o rigor, e me avisareis do que nisso achardes, por ser cousa de grande importância, e em que he necessario terse muita vigia. Comprio assi como de vos confio. Em Evora a 29 de Abril de [15]75. O Cardeal Infante».

<sup>13</sup> SAUVY, Anne. *Loc. cit.*, p. 104.

<sup>14</sup> GUEDES, Fernando. *Os Livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias*. Lisboa, Verbo, 1993, pp. 19-20.

<sup>15</sup> «Contrafacção» (s.v.). In SILVA, António de Morais. *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa, Confluência, 10ª ed., 12 vols., 1949-1959; vol. 3 (1951), p. 483.

Mas do ponto de vista legal, até ao século XIX, a contrafacção só era punível se feita no mesmo país em que fora impressa a obra sujeita a reprodução fraudulenta. Não podiam, assim, ser objecto de sanção legal as edições feitas em países diferentes daquele em que vivia o impressor, porque, à face do direito positivo, a reimpressão de obras nestas circunstâncias não era tida como contrafacção. Mas, não o sendo *de iure*, era-o sem dúvida *de facto*, e como tal a devemos considerar.

A imperfeição da regulamentação favoreceu a sua multiplicação. O facto não era preocupante para os pequenos impressores, mas o mesmo não acontecia com os que tinham projecção internacional. É o que Henri-Jean Martin faz notar nestes termos:

Les privilèges ne représentaient pour les éditeurs qu'une garantie souvent illusoire. Dans ces conditions, les grands libraires que se livraient au commerce international du livre vivaient dans la crainte perpétuelle de voir contrefaite l'édition qu'ils venaient de mettre au jour à grand frais.<sup>16</sup>

Em termos comerciais, a contrafacção é altamente vantajosa para o infractor: mesmo nos casos em que se sujeita a penas severas, vale-lhe a pena arriscar, pois os custos de produção são significativamente menores e o êxito de vendas está previamente garantido.

A este propósito, afirma René Moulinas:

[...] les avantages de cette pratique étaient évidents: le contrefacteur n'avait à assumer que les frais de fabrication et de fourniture de papier, sans avoir de manuscrit à acheter ni de privilège à se procurer et se faire enregistrer. En outre et surtout, en ne retenant que des *best-sellers* au succès confirmé, il était prémuni contre le risque que prend toujours un éditeur en lançant sur le marché un livre nouveau dont on ignore *a priori* s'il trouvera des amateurs et des acheteurs.<sup>17</sup>

A contrafacção pode revestir-se de duas formas: ou reproduzir de forma quase perfeita o original, mantendo mesmo o pé-de-impressa e licenças da edição legal, com a intenção de iludir o possível comprador, o que torna a sua identificação, hoje, extremamente difícil, se não impossível; ou diferir em muito do original. Em qualquer dos casos, o autor e o impressor autorizado são lesados nos seus interesses.

Se isto pode afirmar-se em termos gerais, não deixa de ser importante salientar o comportamento de Voltaire, um dos autores cujas obras foram mais sujeitas a contrafacções. Estas eram apoiadas – estranhamente, à primeira vista – pelo próprio autor. A sua atitude provocava, naturalmente, um certo mal-estar entre impressores e livreiros, e o filósofo francês não era poupado a críticas.

Darnton, nas suas investigações nos arquivos da *Société Typographique de Neuchâtel*, apercebe-se do facto através do testemunho de um livreiro que mantém relações comerciais

---

<sup>16</sup> FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel. 2<sup>a</sup> ed., 1971. p. 341.

<sup>17</sup> MOULINAS, René. «La contrefaçon avignonnaise», in *Histoire de l'Édition Française*. Ed. cit., t. 2, pp. 94-303.

com aquela empresa, e, a este propósito, escreve:

Il n'éprouve aucune sympathie personnelle pour Voltaire. Au contraire il déplore sa tendance à retoucher sans cesse son texte, ajoutant et amendant des passages tout en coopérant avec des éditions piratées dans les dos des éditeurs d'origine.<sup>18</sup>

Ao utilizar esta estratégia, Voltaire estava consciente de que a contrafacção diminuía consideravelmente o preço do livro, e assim as suas obras tornavam-se acessíveis a um maior número de leitores, o que favorecia o seu principal objectivo: a propagação das novas ideias filosóficas e políticas.

Mas a clandestinidade editorial não se esgota, como já o afirmámos, na reprodução fraudulenta de uma edição legal. É muito vasto o universo de livros impressos, nos séculos XVII e XVIII, cujo texto não mereceu a aprovação dos censores ou nunca foi submetido a apreciação, contrariando em absoluto o estipulado na legislação que vigorava na época, isto é, as *Ordenações Filipinas*. Aí se estatua:

Por se evitarem os inconvenientes que se podem seguir, de se imprimirem em nossos Reinos, e Senhorios, ou se mandarem imprimir fora deles Livros ou obras feitas per nossos Vassallos sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos que nenhum morador nestes Reinos imprima, nem mande imprimir nelles, nem fóra deles, obra alguma de qualquer matéria que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos Dezembargadores do Paço, depois de ser vista e aprovada pelos oficiais do Santo Officio da Inquisição. E achando os ditos Dezembargadores do Paço que a obra é util para se dever imprimir, darão por seu despacho licença, que se imprima: e não o sendo a negarão. E qualquer Impressor, Livreiro ou pessoa que sem a dita licença imprimir, ou mandar imprimir algum Livro ou obra, perderá todos os volumes que se acharem impressos, e pagará cinquenta cruzados, a metade para os cativos, e a outra para o acusador.<sup>19</sup>

### 1.3. LIVROS PROIBIDOS

O livro proibido, a que anda associado um grande volume de actividade ilegal de impressão e comércio, é particularmente importante para o estudo da História da Cultura e das Mentalidades da época em que ocorreu a sua publicação. Livro herético, tratado científico ou de filosofia, libelo político ou crónica escandalosa, o livro proibido, um dos domínios em que

---

<sup>18</sup> DARNTON, Robert. *Gens de Lettres, Gens du Livre*. Paris, Odile Jacob, 1992, p. 159.

<sup>19</sup> *Ordenações Filipinas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 v., 1985; v.3. Livro 5º, tit. CII, p. 1249. As *Ordenações Filipinas*, profunda recompilação das *Ordenações Manuelinas* e toda a Legislação Extravagante existente, ficaram concluídas em 1595 e receberam aprovação por Lei de 5 de Junho desse mesmo ano, não tendo, no entanto, chegado a produzir efeito. Só no reinado de Filipe II iniciaram a sua vigência – a mais duradoura que um monumento legislativo conseguiu em Portugal. Sobreviveram à revolução de 1640, sendo sancionadas nesse mesmo ano por D. João IV, e só foram revogadas, dois séculos depois, pelo Código Civil de 1 de Julho de 1867. Cf. COSTA, Mário Júlio de Almeida. *História do Direito Português*. Coimbra, Almedina, 1989, pp. 284-288.

os contrafactores exerceram também a sua actividade, era julgado semente de subversão, capaz de pôr em causa os valores e poderes instituídos.

Apesar de todas as iniciativas tomadas desde o século XVI, e aperfeiçoadas ao longo dos séculos XVII e XVIII, para sustentar a sua penetração (índices censórios, inspecção às livrarias, fiscalização das alfândegas terrestres e marítimas, regulamentação das visitas às naus estrangeiras), o livro proibido não cessa de correr: cria a sua rede própria de difusão e comercialização, tem os seus leitores certos e a repressão de que é alvo funciona como estímulo à sua implantação. Confirma-se, assim, a afirmação de Alexandre Herculano a propósito do encerramento das Conferências do Casino:

Ideia perseguida, ideia propagada: lei perpétua do mundo moral, perpetuamente esquecida pelo Poder.<sup>20</sup>

Estes maus livros, como eram também designados, constituíam um corpo tematicamente heterogéneo. Mas, dentro da sua diversidade, pode encontrar-se um traço de união: o seu carácter heterodoxo.

Referindo-se a este tipo de literatura, Darnton afirma:

Elle conteste toutes les orthodoxies – religieuses, philosophiques, politiques; elle se moque des valeurs sacrées de l'Eglise et de l'Etat, elle couvre de ridicule les personnages les plus hauts placés dans la hiérarchie sociale, et elle éclabousse pour finir la Monarchie.<sup>21</sup>

Também neste domínio se confirma o aforismo popular "O fruto proibido é o mais apetecido". Do apetite criado à volta do livro proibido nasce uma procura que, aliada ao carácter ilícito da sua publicação, vai ter consequências directas nos preços elevados que estas obras atingem. Impressores e livreiros, actuando na sombra, fazendo circular estas obras "por baixo da mesa", vêem-se recompensados dos riscos corridos pelo lucro que o negócio envolve.

Os impressores fazem escoar rapidamente a sua produção não só através da venda de livros, mas também por um eficiente sistema de trocas, em que a unidade-base é a folha. Se essas trocas envolvem livros proibidos, a sua cotação é superior, como faz notar o autor de *Édition et Sédition*:

Les échanges en Littérature prohibée se font a un taux spécial, normalement deux feuilles d'un livre ordinaire contre une feuille d'un livre philosophique. Ainsi les genres les plus illégaux se définissent-ils par les taux d'échanges et un entrepreneur hardi peut utiliser les échanges pour métamorphoser un livre interdit en deux licites.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa, Presença, 4 vols., 1982-1985; vol. I, p. 155.

<sup>21</sup> DARNTON, Robert. *Édition et Sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris, Gallimard, 1991, p. 177.

<sup>22</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 23.

Carl Ruders, um sueco que visitou Portugal em finais do século XVIII, dá-nos também uma imagem da realidade portuguesa no sector:

Nas livrarias também se vendiam livros proibidos; estes, porém, não se encontravam expostos nas estantes com os outros; são vendidos sem testemunhas e saem naturalmente mais caros que aqueles cuja circulação é permitida.<sup>23</sup>

O silêncio é condição necessária ao sucesso de toda esta actividade clandestina, mas torna-se ainda mais imperativo quando está em causa uma sub-categoria de livros proibidos: os livros filosóficos. A expressão alcança um semantismo próprio no código dos profissionais desta área e consideram-se filosóficos «les livres les plus illégaux, soit galants, soit philosophiques, soit contre le gouvernement».<sup>24</sup> Estabelece-se, assim, uma diferenciação entre os livros verdadeiramente perigosos e os que se fazem circular sem correr tantos perigos. Os primeiros requerem um tratamento especial, já que envolvem alto risco.

Dentro deste tipo de literatura libertina, licenciosa e erótica (ou simplesmente filosófica), podemos referir como caso paradigmático de difusão do livro proibido o romance *Thérèse Philosophe*, que mereceu a Sade o seguinte comentário:

[...] ouvrage charmant du marquis d'Argens, le seul qui ait montré le but, sans néanmoins l'atteindre tout à fait: l'unique qui ait agréablement lié la luxure à l'impitié, et qui [...] donnera enfin l'idée d'un livre immoral.<sup>25</sup>

A atribuição da sua autoria a Jean-Baptiste Boyer, marquis d'Argens, não é pacífica, pois muitos há que apontam Arles de Montigny como seu possível autor. A história da publicação de *Thérèse Philosophe, ou Mémoires pour servir à l'histoire du P. Dirrage et de Mademoiselle Eradice* não é menos enigmática, mas as edições sucessivas de que o livro foi objecto atestam o interesse com que este foi recebido e permitem concluir que circulou clandestinamente durante mais de um século.

Temos conhecimento da existência das seguintes edições, publicadas no século XVIII:<sup>26</sup>

- La Haye, [s. ed.], 1748, 2 partes em 1 volume, in-8º.
- Paphos [Bouillon], Frères Cupidon, s.d. [1760?], in-12º.
- Londres, [s. ed.], 1785, 2 volumes, in-24º.
- A Volnot. Chez les Libraires Associés, 1793, 2 partes em 1 volume, in-8º.
- Londres, [s. ed.], 1796, 2 volumes, in-24º.
- Cythère, chez l'Amour, au Palais des Grâces, 1797, in-8º.

<sup>23</sup> RUDERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal, 1798-1802*. Trad. de António Feijó. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 225.

<sup>24</sup> DARNTON, Robert. *Édition et Sédition*. Paris, Gallimard, 1991, p. 19.

<sup>25</sup> *Histoire de Juliette*, in *Oeuvres complètes du marquis de Sade*. Paris, Cercle du Livre Précieux, 1966-1967, t. VIII, p. 443, cit. in TROUSSON, Raymond. *Romans Libertins du XVIII<sup>e</sup> Siècle*. Paris, Robert Laffont, 1993, p. 563.

<sup>26</sup> As edições apresentadas aparecem todas descritas no *Catalogue Général des Livres Imprimés de la Bibliothèque Nationale de Paris*, t. III, p. 1096, excepto as que figuram em segundo e quarto lugares. A edição supostamente impressa em «Paphos, Frères Cupidon» surge referenciada por Brunet em *Imprimeurs Imaginaires et Libraires Supposés*. Paris, Tross, 1866, p. 53. A edição ficticiamente estampada «A Volnot. Chez les Libraires Associés» é descrita no *Catálogo da Biblioteca de Víctor d'Ávila Perez*, sob o nº 7625.

- La Haye, [s. ed. n.d.], 2 partes em 1 volume, in-8º.
- La Haye, [s. ed. n.d.], 2 partes em 1 volume, in-8º (Edição diferente da anterior).
- S.l.n. ed. n.d., 2 partes em 1 volume, in-8º.

Portugal não viveu à margem deste êxito editorial clandestino e bem cedo chegaram ao nosso país exemplares da primeira edição impressa (ou dada como impressa) na Haia. Em 15 de Fevereiro de 1758, a Mesa do Conselho Geral do Santo Ofício decidiu solicitar ao dominicano Frei José Malaquias um parecer sobre seis livros, todos impressos fora do Reino, entre os quais se encontrava *Thérèse Philosophe*. É do seguinte teor o documento do Santo Ofício dirigido ao dominicano:

Remetemos a V. P. com esta seis livros de 4º impressos com suas estampas fora do Reino para que, vendo-os, nos declare individualmente os nomes dos seus autores e terras de impressão e sobre a matéria tão abominável e escandalosa à vista dos fiéis católicos, como parece contém, nos diga o que entende, interpondo em tudo o que sentir a seu parecer. E quando V. P. não possa *per si* fazer toda a averiguação precisa por causa da língua em que foram impressos, se valerá de algum religioso desse Convento, que a saiba, para que por serviço de Deus e desta Mesa o ajude no trabalho, findo o qual, com toda a possível brevidade, nos tornará a remeter os ditos livros, com resposta sua na margem desta, e o dito seu parecer que principiará na volta da mesma ou meia folha seguinte. Deus Nosso Senhor guarde a V. P. – Lisboa, no Santo Ofício, em Mesa, 15 de Fevereiro de 1758. – Luís Barata de Lima e Joachim Jansen Moller.<sup>27</sup>

A resposta não se fez esperar. Em 20 de Fevereiro, Frei José Malaquias habilitou a Mesa do Santo Ofício com o seu parecer, o qual, pelo interesse de que se reveste, passamos a transcrever:

Ilustríssimos Senhores

Vi os seis livros que Vossas Senhorias foram servidos remeter-me, o que foi bastante para fazer a averiguação que V.<sup>as</sup> Senhorias me ordenaram nesta carta, a qual exporei sucintamente declarando primeiro os seus títulos e depois a materia que contém.

*Nova tradução de Murcio conhecido pelo nome de Luiza, ou Academia das Damas, revista, corregida e emendada.* São dous tomos, cada um deles dividido em duas partes, sem nome de autor, nem edição conhecida.

*Theresa Philosopha, ou memorias para servir à história de M. Dirag e Madama Eradice.* São também dous tomos, impressos na Haia, mas sem nome de autor.

*Caminhos de delicias entre Capuchinhos e as freiras extraido da confissão de um frade da mesma Ordem.* Não traz nome de autor, porém a edição é de Colónia.

*Os Sonetos, ou Memorias do Marquês D. ... . Nova edição, corregida e augmentada de novos pedaços mui importantes, com galantes figuras em posturas agradáveis.* São dous tomos, mas só veio à minha mão o segundo, impresso em Bergopron.

<sup>27</sup> A.N.T.T., Conselho Geral do Santo Ofício, Maço 41, nº 22.

Nesse pouco que li e vi dos tais sobreditos livros, achei ser torpíssima a matéria de que constam e que estão cheios de obscenidades, amores desonestos e impudicos e histórias que precisamente se ordenam para provocar à luxúria todos aqueles que por vã curiosidade ou casualmente se entregarem à sua lição; e que este fosse o fim de quem os compôs manifestam as estampas que contêm, porque nelas se vêem vivamente dibuxadas figuras e simulacros da maior desenvoltura, que só podem servir para ruína especial das almas com a sua vista, pela vivíssima impressão que fazem nos sentidos estas torpíssimas imagens. Este género de livros não só é proibido pelas leis eclesiásticas mas Divinas. [...]. Além de ser torpíssima a matéria que neles *ex professo* se trata, vêm também cheios de calúnias, infâmias e gravíssimas injúrias ao Estado eclesiástico e regular, o que bastava para os fazer dignos e merecedores das mesmas proibições.

Como Vossas Senhorias nesta carta me ordenam não só que refira a matéria dos ditos livros mas que diga deles o que entender e que interponha o meu juízo, digo que estes livros devem ser queimados, porque são os mais perniciosos à piedade dos fiéis e facilmente corrompem os seus costumes, assim a lição como a vista deles; e o conservarem-se é o mesmo que conservar o perigo de que por algum incidente ou casualidade venham às mãos dos mesmos fiéis e periguem na sua lição e vista, o qual perigo é igual e transcendente para todos e ninguém se deve chamar privilegiado dele, ainda que seja de qualquer ordem, dignidade, estado ou erudição.

Como é muito natural que com estes livros viessem a este Reino muito mais exemplares, que talvez andem espalhados pelas mãos dos fiéis e corram muitos, porque ao Demónio nunca lhe faltam comissários e agentes neste mundo, que promovam a sua causa, parece-me que seria mui conveniente para o serviço do Reino e para evitar a ruína especial dos fiéis que se notificasse aos mesmos fiéis que estes livros são proibidos assim pelas leis divinas como eclesiásticas, e que estas obrigam a todas as pessoas indiscriminadamente e ainda àquelas que têm licença e faculdade da Sé Apostólica para lerem e reterem todo o género de livros proibidos, porque não se deve presumir que debaixo desta licença se incluam estes que não servem senão para o fomento da lascívia, nem dentro dos limites do poder e autoridade da Santa Sé pode caber a concessão ou permissão de uma coisa intrinsecamente má.

Também seria muito útil se obrigassem com censuras os fiéis que, tendo notícia de que se acham em algumas mãos, não forem denunciar estas pessoas perante Vossas Senhorias, as quais pessoas devem ser severamente castigadas conforme a sétima regra do *Índice*, já expendida neste papel. Este é o meu parecer. Vossas Senhorias ordenarão o que forem servidos.

S. Domingos de Lisboa, aos 20 de Fevereiro de 1758. – Fr. José Malachias.<sup>28</sup>

Mas, de facto, não foi possível sustentar a circulação desta obra. Algumas das edições atrás mencionadas aparecem descritas em catálogos de bibliotecas particulares portuguesas<sup>29</sup> e, no século XIX, a obra, traduzida em português, foi impressa clandestinamente no nosso país: *Theresa Philosopha*. Primeira e segunda parte. Königsberg, Na Officina dos Anonymos,

---

<sup>28</sup> A.N.T.T., Conselho Geral do Santo Ofício, Maço 41. nº 22.

<sup>29</sup> A edição de Londres, 1785, aparece descrita no *Cat. de Souza da Câmara*, sob o nº 3091, e a edição de Volnot surge descrita sob o nº 7625 no *Cat. da Biblioteca de Victor d'Avila Perez*.

1840.<sup>30</sup> Em 1860, surgiu a segunda edição, apresentando o mesmo título e o mesmo pé-de-impressão.<sup>31</sup>

Henrique Marques, nas suas *Memórias de um Editor*, revela a verdadeira identidade tipográfica da segunda edição desta obra, ao fazer a seguinte afirmação:

Bem se vê que, honesto e grato, Zeferino não me quis abandonar, e lá me foi entretendo com certos trabalhos. Herdara ele de seu pai um fundo nada pequeno de livros chamados de *gaveta*, entre os quais *Theresa Philosopha*; como a edição estivesse a esgotar-se, encarregou-se de a rever e alterar para fazer nova edição.<sup>32</sup>

Foi muito grande o impacto que *Theresa Philosopha* teve a nível nacional e internacional, apesar de o livro ser proibido e envolver grandes riscos a sua impressão e comercialização. A atestá-lo encontramos referências directas à sua personagem principal em outras obras literárias portuguesas e estrangeiras. Em 1880, Camilo Castelo Branco, na polémica em que se envolveu com Maria Ratazzi, na sequência da publicação do *Portugal à Vol d'Oiseau*, afirma: "As Therasas Filósofas são muito mais vulgares que as Therasas Filólogas".<sup>33</sup>

Em data não muito afastada, Dostoievski, em *O Jogador*, fazia também uma referência do mesmo tipo:

Não cheguei a ver as prometidas «estrelas» mas, em certo sentido, cumpriu a sua palavra. Além disso apresentou-me a Hortense, que era uma mulher extremamente notável, no seu género, apelidada no nosso círculo de *Thérèse Philosophe* ...<sup>34</sup>

#### 1.4. OUTRAS SITUAÇÕES DE CLANDESTINIDADE EDITORIAL

Até 1768, data da criação da Real Mesa Censória, a impressão de livros está sujeita a um regime de censura tríplice: da Inquisição; do Ordinário e do Desembargo do Paço. O

---

<sup>30</sup> Cf. *Cat. da Biblioteca de Rodrigo Veloso*, nº 5139, e *Bibliografia da Livraria de Manoel dos Santos*, nº 7710.

<sup>31</sup> Cf. *Cat. da Livraria de Manoel dos Santos*, nº 5748. Não encontramos, nas bibliotecas em que tivemos a oportunidade de trabalhar, nenhum exemplar de *Thérèse Philosophe* impresso no século XVIII ou XIX. Na B.N.L. existe, apenas, um exemplar impresso no século XX. Curiosamente, esta obra foi publicada em Portugal, já num quadro de legalidade, em 1976: ARGENS, Marquis d'. *Thérèse Filósofa*. Porto. Edições PP, 1976 (Coleção de Clássicos Eróticos).

<sup>32</sup> MARQUES, Henrique. *Memórias de um Editor*. Lisboa, Central Editora. 1935, p. 151. Henrique Zeferino de Albuquerque, editor lisboeta que viveu inicialmente na calçada do Marquês de Penafiel e mais tarde "tomou para moradia o primeiro andar e as lojas daquela excelente casa que fica no topo do largo das Caldas e faz dupla esquina para a rua da Madalena e rua Nova de São Mamede", foi habitar o primeiro andar, e numa das lojas [...] instalou a redacção do *Diccionario [Universal Português]* e na outra [...] a casa de dobragem e alçado e armazém de papel. O seu pai, que se chamava Zeferino Inácio Mateus, fundara a Livraria Zeferino, cuja primeira sede fora na rua dos Capelistas, transferindo-se mais tarde para a rua dos Fanqueiros, nº 87. Após a sua morte, Henrique Zeferino toma conta da herança paterna. Cf. MARQUES, Henrique. *Ob. cit.*, pp. 131-133.

<sup>33</sup> CASTELO BRANCO, Camilo. «A Senhora Ratazzi», in *Boémia do Espírito*. Porto, Lello e Irmão, 4ª ed., 1959, p. 277.

<sup>34</sup> DOSTOIEVSKI, Fedor. *O Jogador*. Trad. de Armando Luiz. Lisboa, Verbo, s.d., pp. 171-172.

sistema, altamente complexo e moroso, é descrito e comentado por António José Saraiva nestes termos:

O livro era enviado em manuscrito a cada uma destas autoridades, ali riscado e emendado; seguia depois disso para o impressor e deste novamente para as diversas censuras que conferiam o manuscrito com o impresso. Nestas andanças acumulavam-se os pareceres e os conselhos enquanto decorriam os meses e os anos.<sup>35</sup>

Muitas obras foram publicadas sem que o respectivo manuscrito fosse presente à censura, por se prever que não seriam autorizadas: outras, e não em pequeno número, seguiram também um percurso de ilegalidade, que pode ser imputado ao sistema altamente burocratizado que a censura representava. Optava-se, assim, pela edição da obra antes da concessão de licenças para que esta não perdesse actualidade. Em qualquer dos casos, era prática corrente colocar na portada, de forma bem visível, se não mesmo ostensiva, a indicação «Com todas as licenças», ou «Com todas as licenças necessárias», ou simplesmente «Com licenças».

A literatura clandestina pode ser vista como uma manifestação de resistência à Censura Inquisitorial ou como um carrear de contra-valores, visando corroer o Poder instituído. Mas talvez seja oportuno notar que o Poder instituído também dela se socorreu como arma de defesa e ataque em questões nas quais era parte interessada, para fazer valer as suas ideias e reforçar as suas posições.

### 1.5. AS «FAUSSES-ADRESSES»

Muitas obras clandestinas eram impressas sem mencionarem o lugar e data de publicação, mas muitas havia também que apresentavam na folha-de-rosto ou no cólofon uma falsa indicação da identidade do impressor e/ou do local de edição. São os casos de *fausse-adresse*, em que podem ser identificadas quatro modalidades.

Numa primeira situação, recorre-se à utilização do local de edição e do nome de um impressor (nacional ou estrangeiro) existente ou que existiu realmente. Como exemplo, podemos referir o caso português relacionado com aquela que tem sido considerada a terceira edição do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney, em que no pé-de-impressa se apresenta a edição como feita em Valença, por Antonio Balle, em 1747, quando, de facto, foi impressa em Lisboa, no Convento dos Loios, na oficina particular do Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira. O valenciano Antonio Balle teve a oficina de impressão "junto á la parroquia de San Martin" e o seu período de actividade situa-se entre 1720 e 1740.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> SARAIVA, António José. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa, Jornal do Foro, 3 v., 1950-1962; vol. 3, p. 144.

<sup>36</sup> Cf. MARTI GRAJALES, Francisco. *Ensayo de una bibliografía valenciana del siglo XVIII. Descripción de las obras impresas en Valencia en dicha época, con un apéndice de documentos inéditos referente a autores y tipógrafos*. Valencia, Diputació, 1987, 2 vols.

Esta situação – que é muito frequente, como teremos oportunidade de ver adiante – leva-nos a duvidar de que o verdadeiro impressor tivesse conhecimento da utilização, por outrém, do seu nome. Não encontramos, nos casos portugueses que estudámos, qualquer informação que esclareça este ponto. Ficamos, no entanto, de sobreaviso em relação ao problema, pois, num caso célebre de fraude editorial – o da *Encyclopédie*, de Diderot et D'Alembert –, um dos infractores, pretendendo utilizar o nome da *Société Typographique de Neuchâtel*, contacta-a, por carta, nestes termos muito claros:

«Nous nous sommes déterminés à réimprimer la troisième édition à 4 rames, 15 mains (i.e. 2375 exemplaires). Elle est sous presse et nous espérons delivrer deux ou trois volumes en août. Comme nous voulons que cette édition (entre nous soit dit) soit supérieure à l'autre pour l'exécution, la correction, etc., afin que, s'il en reste quelques exemplaires, ils ne nous soient pas à charge, nous avons pensé que, pour qu'elle se distinguât, elle parût sous un autre non. Nous vous prions en conséquence de nous permettre de nous servir du vôtre. [...]. Envoyez-nous à cet égard votre consentement s.v.p.».<sup>37</sup>

Uma segunda possibilidade é a de o local indicado corresponder ao verdadeiro local de edição, mas o nome do impressor ou da oficina serem imaginários. Ilustram esta situação os seguintes casos portugueses do século XVIII:

Lisboa, Na Officina da Curiosidade.<sup>38</sup>

Lisboa, Na Officina de Arara Furta Cores.<sup>39</sup>

Em terceiro lugar aparecem os casos em que o local apresentado no pé-de-impressa existe, mas não corresponde ao verdadeiro lugar de edição, e o nome do impressor ou da oficina é fictício.

Tomemos, a título meramente exemplificativo, os casos seguintes:

Cologne [Holanda], Jean de la Verité.<sup>40</sup>

Stockholm [Holanda], Jean Pleyn de Courage.<sup>41</sup>

Madrid [ ? ]. En la Ymprenta de la Curiosidad. Viuda que quedó de Benedicto Paxorra.<sup>42</sup>

<sup>37</sup> DARNTON, Robert. *Gens de Lettres, Gens du Livre*. Paris, Odile Jacob, 1992. p. 248.

<sup>38</sup> *Collecçam universal de todas as obras, que tem sahido a publico sobre os effeitos que cauzou o terremoto nos reinos de Portugal e Castella no primeiro de Novembro de 1755*. Lisboa, Na Offic. da Curiosidade. Anno de 1758. Cf. *Cat. da Biblioteca de Luís Monteverde*, nº 1643.

<sup>39</sup> *Nova Relaçm [sic] dos colloquios amorosos Que teve hum Marujo com huma Cozinheira o qual lhe passou escrito de cazamento para se receber com ella em vindo de viage que pretendia fazer; composta, e ao mesmo tempo observada pelo Sancho-Pansa Reparador das acçoens Marujais. vinte do mez passado de mil duzentos e onze*. Lisboa: Na Officina do Arara Furta Cores. Anno de 1752. Cf. *Cat. da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 6994.

<sup>40</sup> BRUNET, Gustave. *Imprimeurs Imaginaires et Libraires Supposés*. Paris, Librairie Tross, 1866, p. 92 e 165. No levantamento bibliográfico a que nos referimos, em que são descritas mais de 350 espécies, não constam as seguintes obras, existentes em Lisboa na Biblioteca Nacional: *Histoire des Inquisitions où l'on rapporte l'origine et le progrès de ces Tribunaux, leurs variations, et la forme de leur Jurisdiction*. A Cologne: Chez Pierre Marteau, 1759, 2 t. (B.N. Res. 7905-6P.); e *Histoire des Inquisitions où l'on rapporte l'origine et le progrès de ces Tribunaux, leurs variations, la forme de leur Jurisdiction, et l'Extrait du Manuel des Inquisiteurs*. Nouvelle Ed. A Cologne: Chez Pierre Marteau, 1769, 2 t. (B.N. Res. 4251-2P.)

<sup>41</sup> IDEM, *Ibidem*.

Também na edição portuguesa encontramos situações semelhantes. Há obras dadas como impressas em :

Veneza, Na Oficina Bableoniana.<sup>43</sup>  
Constantinopla, Na Oficina Bigodiana.<sup>44</sup>  
Compostela, Na Impression de Ruy da Boiça.<sup>45</sup>

Algumas cidades foram, sem se saber porquê, muito utilizadas por este artifício, que levava à omissão do verdadeiro local de edição. É o caso de Amesterdão, Haia, Bruxelas, Roma, Paris, Estocolmo, Villefranche ou Colónia.

Anne Sauvy refere que só a Villefranche estão ligados os nomes dos falsos impressores Jacques Le Jeune, Jean L'Ingénu, Charles de la Verité, Nicolas l'Enjoué.<sup>46</sup> e a Colónia associa-se, entre outros, o nome do impressor imaginário Pierre Marteau. Já no século XIX, Gustave Brunet fez o levantamento das obras dadas como impressas por este impressor imaginário, cujas datas de publicação se situam entre 1660 e 1834.<sup>47</sup> São quase dois séculos de actividade, o que, por si só, não deixa de ser sintomático.

No entanto, Pierre Marteau foi tomado por alguns como um verdadeiro impressor, e de créditos firmados. Brunet denuncia este facto e ilustra-o do seguinte modo:

Nous lisons, pour nous en tenir à un seul exemple, dans le catalogue Deville et Dufour (Bohaire, 1841, n° 327), qu'en 1696, Pierre Marteau fit reparaître sous un nouveau titre le *Julien l'Apostat* publié en 1688.<sup>48</sup>

Entre nós também Luciano Cordeiro caiu no mesmo erro. No seu livro, *Soror Mariana a Freira Portuguesa*, ao referenciar as várias edições de *Lettres Portugaises*, escreve:

[...] Pedro du Marteau, o célebre livreiro de Colónia, lançou duas edições de cinco cartas, somente: uma, a encontrada e descrita por Sousa Botelho (morgado de Ma-

---

<sup>42</sup> *Conversacion lhorada. De un librero de la Villa de Madrid hecha a otro Amigo, en el ancho de su Plaza, por el infausto sucesso, que tuvo con la venta de sus libros, en la Corte de Lixboa. Por un curioso que los observò en ella.* En Madrid. En la Ymprenta de la Curiosidad, Viuda, que quedò de Benedicto Paxorra. Con todas licencias, que se hizieron por esso necessarias. Cf. *Cat. da Colecção de Miscelâneas*, n° 7041.

<sup>43</sup> *Discurso theologico-juridico, e anonymo sobre a proposta, que se fez para cabal conhecimento da vallidade, ou nullidade do Capitulo Provincial dos padres trinos da Provincia de Portugal que se celebrou neste seu Convento de Lisboa Occidental em 7 de Mayo deste anno de 1735.* Veneza: MDCCXXXV. Na Oficina Bableoniana. Com todas as licenças necessarias. Cf. *Cat. da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, n° 6560.

<sup>44</sup> *Benteida ou novo methamorfose. Poema joco-heroico de Andronio Meliente Laxaed. Recordam-se nelle as acções do Grande Bento Antonio Emquanto homem: Offerecido a elle mesmo em quanto mulher, na pessou da Senhora Dona Benta Assafata ad honorem noves fora os bigodes.* Constantinopla. Na Oficina Bigodiana. Anno de 1752. Cf. *Catálogo da Livraria Lusitana*, n° 2271.

<sup>45</sup> *Relaçam das novas cantigas dos duzentos galegos. Compostas por Guan de Cun graduado na dança dos galeguinhos, jubilado no toque da gaita, mestre de sacco, e aprendiz de paio, e corda.* Compostella: Na impresson de Ruy da Boiça. Cf. *Cat. da Colecção de Miscelâneas*, n° 6989.

<sup>46</sup> SAUVY, Anne. *Loc. cit.*, p.114.

<sup>47</sup> BRUNET, Gustave. *Ob. cit.*, p. 115.

<sup>48</sup> IDEM. *Loc. cit.*, p. 112.

theus), *sem data*; outra, até agora absolutamente desconhecida, – datada d'esse ano [1669] [...].<sup>49</sup>

Em último lugar, consideraremos os casos em que todas as indicações constantes do pé-de-imprensa se situam no domínio do imaginário.

Muitas vezes sucede que o local de edição e o nome da oficina têm relação directa com o título da publicação, como se pode comprovar pelos dois exemplos que se seguem:

*Relaçam jocoseria da extravagante demanda, Que trazem as do Curral com as do chão da Ribeira, e noticia da batalha que se deu em o dia vinte e hum de Abril.* Composta por Lagostim Moréa e Impresso em Agua de Peixes.<sup>50</sup>

*Os Amores, galanteios e passa tempos das Actrizes, ou confissões curiosas e divertidas destas senhoras: Recopiladas por uma dançarina da grande opera de Paris e agora traduzida em Portuguez por ...* Typ. dos Amores: Rua das Bimbalhadas, nº 4198.<sup>51</sup>

Se nos casos de contrafacção o autor e o impressor autorizado são prejudicados nos seus interesses, nas situações de impressão clandestina, em que se parte de um texto manuscrito nunca impresso, há uma convivência total entre o autor (ou seu intermediário) e o impressor, sendo este, normalmente, aliciado por motivos de natureza económica.

Pelo que nos foi dado observar, nestes casos, era o autor que, no seu manuscrito, indicava os dados que queria que constassem no pé-de-imprensa da obra a imprimir.

Não podemos de forma alguma afirmar que esta fosse a regra geral, mas tivemos a oportunidade de encontrar dois textos manuscritos, prontos a dar entrada numa oficina tipográfica, em que os respectivos autores, pelo seu punho, antecediavam o texto com os dados que viriam a constar na folha-de-rosto.

Um, integrado numa miscelânea de impressos do século XVIII, conservada na Torre do Tombo, inicia-se assim:

*Certamen Certaminis Em obsequio de não sey quem impreço não sey onde.* Na Officina Ningemnziana No Anno de tantos com as Licenças todas.<sup>52</sup>

O outro, existente na Biblioteca Nacional, tem o seguinte título:

*Passatempo, ou Divertimento Serio de Curiosos: Com obras singulares, escolhidas de varios Engenhos discretos e poeticos, Que em seos escriptos luzirão & luzem neste tepo, A este volume juttas pello R. P. Francisco da Casta, Sousa & Sales, Beneficiado em S. Mamede: Na Officina do disvêlo, e bem a custa do seu trabalho.* Em Lisboa.<sup>53</sup>

<sup>49</sup> CORDEIRO, Luciano. *Soror Mariana, a Freira Portuguesa*. Lisboa, Livraria Ferin, 2ª ed., 1981, p. 54.

<sup>50</sup> Cf. *Cat. da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 6996 e *Cat. da Bibl. de Geraldo Soares*, nº 1162.

<sup>51</sup> Cf. *Catálogo da Biblioteca de Rodrigo Veloso*, nº 8130.

<sup>52</sup> A.N.T.T., S.P. 3418<sup>11</sup>C.F.

<sup>53</sup> B.N.L., Cod. 8575.

Em certos casos, era, portanto, da imaginação e responsabilidade do autor a escolha da *fausse-adresse*.

Ao longo do tempo, notamos uma certa variação no tipo de *fausse-adresse* escolhido. No século XVI e XVII, os locais de edição e nomes de impressores são, geralmente, plausíveis, e como tal não se podem considerar uma agressão directa ao Poder instituído. No século XVIII, em que o número de obras impressas clandestinamente é mais significativo, perde-se toda a discrição, e as *fausses-adresses* tornam-se saborosamente fantasistas, não deixando quaisquer dúvidas sobre o carácter ilícito da publicação da obra. É uma atitude provocatória e simultaneamente lúdica, bem ao jeito do período barroco.



## 1.6. PRINCIPAIS ESPÉCIES CLANDESTINAS IMPRESSAS NOS SÉCULOS XVI E XVII

### 1.6.1. A Regra e Definições da Ordem do Mestrado de Nosso Senhor Jesu Cristo

Entre o mais antigo livro impresso em português – o *Tratado de Confissom* (1489) – e o primeiro caso, de que temos notícia, de irregularidade editorial, ocorrido com a impressão daquela que, hoje, se considera ser a segunda edição da *Regra da Ordem de Cristo* [1520?], mediam apenas três décadas. Isto nos leva a pensar que as origens da imprensa legal e clandestina em Portugal estão cronologicamente muito próximas.

A segunda edição de *A regra e definições da ordem do / mestrado de no / Senhor Je / su Chri / to* foi, tal como a primeira, impressa sem indicações tipográficas (local de edição, nome de impressor e data); o texto é idêntico nas duas edições e ambas terminam com o mesmo colofon:

Scriptas estas definições em a nossa vila de tomar a oyto dias de Dezēbro Antonio carneiro o fez anno de nosso Senhor Iesu Xpō de mil e quinhentos e três.<sup>54</sup>

Estes aspectos, aliados às outras afinidades que as duas edições ostentam, concorreram para que, durante mais de quatro séculos, se atribuíssem as duas edições ao mesmo impressor – Valentim Fernandes – e se indicasse como data provável de impressão o ano de 1504.

A análise comparativa da folha-de-rosto das duas edições permite, no entanto, concluir que há diferenças significativas, o que é assinalado pelo Prof. Artur Anselmo nestes termos:

... [A 2ª ed.] ostenta na portada uma cruz de idênticas dimensões, mas os elementos iconográficos da cercadura são diferentes e o título, em caracteres maiores, ocupa quatro linhas em vez de três.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> ANSELMO, António Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Fac-simile da ed. de 1926. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2ª ed., 1977, pp. 156, 158 e 316.

<sup>55</sup> ANSELMO, Artur. *História da Edição em Portugal*. Porto, Lello e Irmão, 1991, vol. 1, p. 193.

fol. 1.



Rosto da 1ª edição de *A Regra e Diferenças da ordem do mestrado de Nosso Senhor Jesus Christo*, atribuída a Valentim Fernandes e impressa provavelmente em 1504.

fol.



Rosto da 2ª edição de *A Regra e Diferenças da ordem do mestrado de Nosso Senhor Jesus Christo*, executada por Germão Galharde e impressa cerca de 1520.

Pela análise dos elementos iconográficos da cercadura, o bibliógrafo inglês Frederick Norton afastou a possibilidade de esta segunda edição ter saído dos prelos de Valentim Fernandes: identificou-a como apócrifa e atribuiu-a a Germão Galharde, apontando como data provável de impressão o ano de 1520.<sup>56</sup>

As tarjas que enquadram a Cruz de Malta da primeira edição são suficientemente reveladoras da identidade do seu impressor, pois:

[...] todas tinham sido anteriormente publicadas no *Marco Paulo*, em 1502, e uma delas (a do friso superior em que se vê um gafanhoto gigante) aparecera já em 1497 na *Grammatica Pastranae*.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> Cf. NORTON, Frederick J. *A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal (1501-1520)*. Cambridge, University Press, 1978, p. 521.

<sup>57</sup> ANSELMO, Artur. *Ob. cit.*, p. 193.

### 1.6.2. *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*

Em 1516 foi impresso por Valentim Fernandes e Hermão de Campos *O Compromisso da Confraria da Misericórdia*, mas só há cerca de vinte anos, e graças aos trabalhos de investigação de Frederick Norton e Anne Anninger, pôde provar-se a existência de duas edições, saídas de prelos diferentes em datas não coincidentes. Pretendia-se averiguar qual delas seria a original, pois, num primeiro contacto, pareciam idênticas e ostentavam, no cólofon, um texto de conteúdo semelhante:

Foy empremido ho presente cõpromisso da muy santa confraria de misericordia per Valentym fernandez e Harmam de Campos Per mādado do muy alto e muy poderoso principe el Rey Dom Manuel nosso Senhor. Anno XXI do seu regnado. Em a muy nobre e sempre leal çidade de Lixboa. Aos XX dias do mes de dezembro. Anno de mil quinhentos e XVI.<sup>58</sup>

Em 1925, Alfredo da Cunha, ao escrever a história da Misericórdia do Fundão,<sup>59</sup> vila à qual estava ligado por laços familiares e sentimentais, deu-se conta da existência na biblioteca daquela instituição de um exemplar do *Compromisso*, supostamente impresso por Valentim Fernandes e Hermão de Campos. Desenvolveu então um estudo minucioso sobre a obra em referência e, apoiado pela direcção do jornal *Diário de Notícias*, promoveu uma campanha nacional para a localização do maior número possível de exemplares pertencentes às duas edições de *O Compromisso da Misericórdia*, datadas de 1516. Pelas informações recolhidas, pôde verificar a existência de seis exemplares pertencentes à que hoje se considera *edição-princeps*, fazendo parte do espólio bibliográfico das misericórdias de Abrantes, Aveiro (hoje na posse da misericórdia de Lisboa), Beja, Évora Monte. Montemor-o-Novo e Viseu, e de três exemplares iguais ao da misericórdia do Fundão, que integravam o acervo bibliográfico da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Livraria do Conde de Tarouca.

O inventário e localização dos exemplares de *O Compromisso da Misericórdia*, espalhados pelas diferentes localidades do País, é um dos grandes méritos do trabalho de investigação de Alfredo da Cunha, que Anne Anninger parece não ter conhecido. As explicações que Alfredo da Cunha propõe para justificar a existência das duas edições parecem-nos, pelos motivos adiante apresentados, inviáveis. Anne Anninger, por seu lado, embora desconhecendo a existência da maior parte dos exemplares das duas edições, fundamentou cabalmente, com base no estudo do material iconográfico utilizado, a atribuição da autoria tipográfica da edição apócrifa a Germão Galharde, e estabeleceu como data provável da sua impressão o ano de 1548. Assim, observando a folha-de-rosto e o cólofon do exemplar da Ajuda (hoje considerado a 2ª

---

<sup>58</sup> NORTON, Frederick J. *A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal (1501-1520)*. Cambridge, University Press, 1978, p. 508.

<sup>59</sup> CUNHA, Alfredo da. *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão*. Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1925.

edição), apercebeu-se, de imediato, de uma situação anómala e rejeitou a possibilidade de aquela edição ser de 1516:

Ce n'étaient ni les caractères, ni la Vierge, initiales sur bois, ou vignettes des apôtres qui trahissaient cette édition, mais les bordures de la page de titre à décor de fleurs, d'oiseaux et d'insects.<sup>60</sup>

Excluindo o friso da esquerda, as outras tarjas não ofereciam segredos à investigadora, que sabia, com minúcia, reconstituir a sua história: de origem francesa, utilizadas pela primeira vez por Geofroy Tory, em 1527, em *Horae in laudem beatissimae Virginis Mariae*, passam, em 1533, para a oficina de Maillard (com quem casa a viúva de Tory), que as utiliza em 1538 em *La formation de l'homme*. São depois trazidas para Portugal, em 1539, por Luís Rodrigues, entre o material tipográfico que comprou em França para prover a sua nova oficina tipográfica. As tarjas torianas aparecem em nove das obras por ele impressas até 1543. Algumas foram cedidas ao seu contemporâneo Germão Galharde, que, estabelecido em Portugal em 1519, apetrechara a oficina com o material tipográfico dos seus antecessores João Pedro Buonhomini de Cremona, Hermão de Campos e Valentim Fernandes.

De posse destes dados, Anne Anninger questiona: Como pode esta edição ser de 1516, se as tarjas que emolduram a imagem de Nossa Senhora da Misericórdia só são conhecidas em França desde 1527 e em Portugal a partir de 1539? Como pode ser impressa por Valentim Fernandes e Hermão de Campos, se nesta data os impressores já tinham falecido? Associando estes elementos, a investigadora concluiu que o exemplar da Biblioteca da Ajuda não pertence à edição original, embora Sousa Viterbo, Pinto de Matos, António Joaquim Anselmo e Manuela Cruzeiro o tenham tomado como tal. Atribuiu a paternidade tipográfica desta edição a Germão Galharde, pois só ele possuía o material tipográfico da oficina de Valentim Fernandes e Hermão de Campos, bem como as tarjas torianas que figuram na portada.<sup>61</sup> A data de impressão tem de situar-se entre 1544 e 1548, pois, em 1549, uma das tarjas estava já em Coimbra nas mãos de João de Barreira e João Álvares.<sup>62</sup>

<sup>60</sup> ANNINGER, Anne. «Un Oiseau Rare. Le *Compromisso* de 1516 de Hermão de Campos. In *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, vol. 3, N.º 1-2 (Jan.-Dez. 1983), pp. 205-213.

<sup>61</sup> Alfredo da Cunha justifica a existência de duas edições diferentes datadas de 1516 apresentando como hipótese que a sua impressão ocorreu simultaneamente em duas oficinas distintas, como se depreende da seguinte afirmação: "Assim, pois, dentro da minha suposição, e para abreviar o trabalho de imprimir, em obediência ao natural empenho dos régios instituidores, um grande número de exemplares no curto espaço de tempo decorrido entre 15 de Novembro de 1516 (data de aprovação do *Compromisso*) e 20 de Dezembro seguinte (data de subscrição do livro) cada um daqueles impressores [Valentim Fernandes e Hermão de Campos] teria mandado compor na sua oficina o original da obra, dando-o por concluído no dia provavelmente de antemão fixado por quem do Paço lhe encomendara o trabalho. Doutra modo não sabia eu como explicar, na subscrição aludida, o aparecimento dos dois nomes de impressores, que não me constava que alguma vez laborassem em comum, nem tal se declara na subscrição, como aliás era costume quando essa colaboração se dava". Cf. CUNHA, Alfredo da. *Ob. cit.*, p. 55. O estudo do material iconográfico utilizado na suposta edição impressa por Valentim Fernandes e Hermão de Campos, proveniente da oficina de Geofroy Tory e somente utilizado em Portugal a partir de 1539, põe a descoberta a fragilidade da hipótese explicativa apresentada por Alfredo da Cunha.

<sup>62</sup> Ataíde e Melo, a pedido de Alfredo da Cunha, emitiu um parecer sobre este problema bibliográfico e manifestou uma opinião totalmente divergente da apresentada por Alfredo da Cunha. Segundo Ataíde e Melo, o exemplar da Misericórdia do Fundão (2ª ed.) trata-se de uma "reimpressão da edição de Valentim Fernandes e Hermão de Campos, que deve ter sido impressa por ou às ordens de Luís Rodrigues." E acrescenta: "A marca de água do papel e o tipo empregado marcam-lhe a data provável de 1533". Cf. CUNHA, Alfredo da. *Ob. cit.*, p. 59. O estabelecimento do ano de 1533 como data provável da impressão da obra afigura-se impossível, pois as tarjas torianas só foram utilizadas em Portugal a partir de 1539. A atribuição da impressão do *Compromisso*

Alertada para a existência de outra edição, através da descrição bibliográfica feita por Frederick Norton a partir do exemplar da misericórdia de Évora Monte, Anne Anninger tem a possibilidade de confrontar as duas portadas e vê, assim, confirmada a sua tese.<sup>63</sup> A cercadura da edição de Évora Monte – a verdadeira edição de 1516 – é completamente diferente da que ornamenta a edição da Ajuda. Em vez da decoração toriana feita à base de flores, pássaros e insectos, a edição original apresenta conchas e estrelas em fundo negro. E conclui:

Bien qu'il disposât de trois des bois principaux de l'édition originale et qu'il n'hésitât pas à copier servilement la mise en page, l'imprimeur du *Compromisso* de l'édition de la Ajuda n'a pu égaler l'harmonie, la noble beauté qui caractérise l'ouvrage de Hermão de Campos et de Valentim Fernandes.<sup>64</sup>



Rosto da edição original, impressa por Valentim Fernandes e Hermão de Campos, em 1516.



Rosto da contrafacção, atribuída a Germão Galharde e impressa entre 1543 e 1548.

As afinidades e divergências entre as duas edições não se limitam, naturalmente, à folha-de-rosto.

A capitular ornamentada que assinala o início do texto é igual nas duas edições. Comprovadamente pertencente ao material tipográfico da oficina de Valentim Fernandes, passou, após a sua morte, para a oficina de Germão Galharde.

tarjas torianas só foram utilizadas em Portugal a partir de 1539. A atribuição da impressão do *Compromisso* a Luís Rodrigues torna-se difícil de aceitar, pois, como afirma Anne Anninger, só Germão Galharde possuía os caracteres tipográficos da oficina de Valentim Fernandes, e o material iconográfico proveniente da oficina de Geoffroy Tory, o qual lhe foi cedido por Luís Rodrigues.

<sup>63</sup> Cf. NORTON, Frederick J. *Ob. cit.*, pp. 508-509. Anne Anninger observou um exemplar pertencente ao colecionador particular americano Philip Hofer.

<sup>64</sup> ANNINGER, Anne. *Loc. cit.*, p. 212.

**O** compromisso e regimento dos officiaes da sancta confraria de Misericordia.



Om Daniel per graça de do Rey de Portugal e dos algarues daquem e daalem mar em affrica Senhor de guynce e da conquista. nauçagam e comercio de Ethiopia. Arabia. Persya e da India.

E quantos esta nossa carta vir em: fazemos saber. que do mouteador e officiaes da confraria

Edição original.

**O** compromisso e regimento dos officiaes da sancta confraria de Misericordia.



Om Daniel per graça do deos Rey de Portugal e dos algarues daquem e daalem mar em affrica. Senhor de guynce e da conquista. nauçagam e comercio de Ethiopia. Arabia. Persya e da India.

E quantos esta nossa carta virem: fazemos saber. que pollo prouçado: e officiaes da confraria

Edição apócrifa.

São significativamente distintas, nas duas edições, as cercaduras que emolduram a gravura de Nossa Senhora reproduzida na página 4.



Página 4 da edição executada por Valentim Fernandes e Hermão de Campos, em 1516.



Página 4 da edição apócrifa de *O Compromisso da Misericordia*.

Não se nos afigura necessário tentar, de momento, formular hipóteses explicativas para estas duas situações de contrafacção, as mais antigas de que temos conhecimento. Parece-nos, no entanto, pertinente realçar que Valentim Fernandes foi o primeiro impressor em Portugal a obter privilégio real (*Glosa Famosíssima*, 1501; *Marco Paulo*, 1502), precavendo-se, assim, contra a eventualidade de uma contrafacção. O conhecimento destes casos prova que os receios eram fundados.

### 1.6.3. *Palmeirim de Oliva (1581)*

A apreensão a Gonçalo Duarte, vendedor de livros em Lisboa. «debaixo dos arcos do Paço da Ribera», da obra *Palmeirim de Oliva*. editada em castelhano, e dada como impressa por Francisco del Canto em Medina del Campo, desencadeia um processo de averiguações na Inquisição de Lisboa, por haver suspeitas de se tratar de uma contrafacção e nela estar implicado Cristóvão de Burgos, impressor da cidade de Évora.<sup>65</sup>

Foram ouvidas três testemunhas, sendo a primeira – Juan de Tercio – chamada a depor no dia 21 de Outubro de 1581, na Casa do Despacho da Inquisição de Lisboa.

Identificou-se como morador em Medina del Campo, de cerca de 31 anos, livreiro e familiar de Francisco del Canto. Sendo-lhe perguntado se sabia que obras tinha executado, ultimamente, este impressor e se entre elas se encontrava o *Palmeirim de Oliva*, declarou que, dada a sua relação familiar e profissional, sabia muito bem que Francisco del Canto, nos últimos quatro anos, só havia impresso o *Catecismo do Papa* e algumas *Cartilhas*, e que a última impressão que lhe conhecia do *Palmeirim de Oliva* tinha cerca de catorze anos.

No decorrer do interrogatório e confrontado com a questão "se tinha conhecimento que neste reino se imprimisse o dito *Palmeirim*", começou por dizer:

[...] que de certeza não sabe bem mas que haverá seis dias que Miguel de Arenas, [livreiro em Medina del Campo] [...] disse a ele testemunha que tinha notícia que em Évora se imprimira o dito livro [...].

Instado a tudo confessar, acabou por revelar que sabia também da sua impressão através de Simão Lopes, livreiro em Lisboa, junto de quem tinha tentado obter o livro. Como Simão Lopes não tinha, de momento, "nenhum volume em seu poder", combinou com ele o seguinte:

... [Simão Lopes] esta semana havia de ir a Évora e que se achasse alguns *Palmeirins* os mandaria a ele testemunha a Medina del Campo e que ele testemunha lhe mandaria de lá outros livros [...].

Nesse dia, foi também ouvido Salvador da Fonseca, morador em Évora e impressor na oficina de Manuel de Lira, que, depois de confessar ter estado a trabalhar, havia quatro ou cinco meses, em casa de Cristóvão de Burgos, declarou:

[...] pelo tempo que lá estive ajudou a imprimir alguns *Autos* e *Cartilhas* e o *Capítulo Vinte e Oito* de Navarro, e um livro de histórias em castelhano que se chama *Palmeirim de Oliva* e que lhe parece se imprimiram mil volumes do *Palmeirim* e outros tantos do *Capítulo Vinte e Oito* de Navarro [...].

---

<sup>65</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, M<sup>o</sup> 30, Doc. 5 – Informação que se tirou sobre Cristóvão de Burgos, livreiro, morador em Évora. Este processo foi já estudado por Maria José Gonçalves da Silva Leal. *Uma impressão do Palmeirim de Oliva feita em Évora por Cristóvão de Burgos e atribuída a Francisco del Canto, de Medina del Campo*. Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962, 5 pp. Também Durval Pires de Lima em *Bibliografia Geral Portuguesa*, ao referir-se à actividade da «oficina Burgos» denuncia este caso de fraude editorial, apoiando-se nas investigações da Dr.<sup>a</sup> Maria José Leal. Cf. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS. *Bibliografia Geral Portuguesa*. Lisboa, IN-CM., 3 v., 1941-1983; v. 3 (séc. XVI), pp. 435-438.

Face a estas declarações, o interrogatório torna-se mais incisivo e Salvador da Fonseca acaba por revelar que o livro "não dizia ser impresso em Évora, nem em casa de Cristóvão de Burgos nem em nenhum lugar deste Reino", ao contrário do que acontecia com o *Capítulo l'inte e Oito* de Navarro, mas não se lembrava "em que lugar dizia ser impresso". Justificou este facto dizendo que mal sabia ler, pelo que se tornava difícil reter o nome do local de edição, mas "por ouvir ler o que se imprimia bem soube que se dizia no dito livro que era impresso em outra parte fora do Reino".

Questionado sobre quem ordenou se não declarasse que era impresso em Évora, respondeu que "Cristóvão de Burgos é que é o Mestre e não sabe a razão por que o fez", e esclareceu que trabalhou como «tirador e batedor» por exigência de Cristóvão de Burgos, como forma de pagamento de uma dívida que tinha contraído com seu pai, André de Burgos, já falecido. Na impressão só trabalharam mais duas pessoas, Cristóvão de Burgos, como «componedor», e seu irmão Martim de Burgos.

Quanto às licenças, referiu que na primeira página do *Palmeirim de Oliva* "se dizia que se imprimia com licença mas que lhe parece que a licença não foi impressa em forma como é costume"; e, perguntado se Cristóvão de Burgos vendera estes livros "nestes Reinos ou pera fora", disse que quando deixara, havia quatro meses, a casa de Cristóvão de Burgos, este tinha ainda em seu poder "todos os volumes".

Dois dias mais tarde (23 de Outubro de 1581), foi ouvida a terceira testemunha, o livreiro Gonçalo Duarte, a quem tinham sido apreendidos os livros. Declarou que comprara a Cristóvão de Burgos, impressor de Évora, que estivera em Lisboa, havia dez dias, com seu irmão Martim, entre outras obras (*Mistérios da Missa, Tratados da China, Tragédia de D. Inês de Castro, Confessionário de S. Bento* e *Miscelâneas* de Garcia de Resende), cem exemplares do *Palmeirim de Oliva*, tendo vendido apenas dez ou doze livros antes da apreensão.

Sendo-lhe perguntado se sabia onde tinha sido impresso o *Palmeirim*, respondeu que ele próprio tinha feito essa pergunta a Cristóvão de Burgos: inicialmente, este disse-lhe ter sido impresso em Medina del Campo, mas confessou, finalmente, a sua implicação neste caso:

[...] por ele testemunha ter ouvido que fora impresso em sua casa na cidade de Évora lhe tornou a perguntar se era aquele o livro que ele imprimira em sua casa o que ele Cristóvão de Burgos lhe respondeu que era e que todos os mais mandara para Castela.

Do processo de inquirição de testemunhas nada mais consta e na documentação consultada referente à Inquirição de Lisboa e Évora não encontramos nenhum processo contra Cristóvão de Burgos, pelo que ficamos sem saber se este foi ou não punido pelo delito cometido.<sup>66</sup>

<sup>66</sup> Foi-nos, também, muito difícil encontrar o rasto desta obra e pouco podemos dizer sobre ela. Tivemos a oportunidade de confirmar que não faz parte do espólio das Bibliotecas Nacional, da Academia das Ciências, Ajuda, Évora, Coimbra e Porto nem a vimos descrita em nenhum dos catálogos de bibliotecas particulares que consultamos, o que nos causa certa estranheza, pois, segundo um dos depoimentos, foram impressos em Évora cerca de 1000 exemplares do *Palmeirim de Oliva*. Muitos deles, afirma-se também no processo, foram enviados para Castela, mas mesmo em Espanha a obra é muito rara. Existem duas espécies do *Palmeirim de Oliva* impressas em Medina del Campo, por Francisco del Canto, no século XVI, cuja descrição segundo o *Manual del librero hispano-americano*, é a seguinte: *Palmérin de Oliva. Libro del famoso cavallero Palmerin de Oliva, que por el mundo grandes hechos en armas hizo, sin saber cuyo hijo fuesse.* (Al fin:) Medina del Campo, por Francisco del Canto, 1562. (tomo XII, p. 222, n° 2. 0475),

No entanto, segundo António Joaquim Anselmo, a sua carreira de impressor começa e acaba nesse mesmo ano de 1581, com a impressão do *Capítulo Vinte e Oito* de Navarro.<sup>67</sup> Parece-nos credível poder encontrar na edição clandestina do *Palmeirim de Oliva* uma explicação para uma tão breve passagem pelas lides da actividade impressória.



Portada do exemplar existente na Biblioteca Nacional de Madrid de *Primaleon*, obra impressa em Medina del Campo por Francisco del Canto, em 1563.

e *Primaleon. Libro del invencible Cavallero Primaleon, hijo de Palmerin de Oliva, donde se tractan los sus altos hechos en armas y los de Polendoa su hermano, y los de D. Duardos principe de Inglaterra, y de otros preciados cavalleros de la Corte del emperador Palmerin.* Medina del Campo impresso con licencia por Francisco del Canto. Año de MDLXIII. A costa de Benito Boyer (1563). (tomo XIV, p. 144, nº 237215). Do descrito em primeiro lugar, não conseguimos localizar nenhum exemplar; do segundo existe apenas um na Biblioteca Nacional de Madrid. Face à escassez de dados, não nos sentimos autorizada a fazer qualquer afirmação, mas persiste a incerteza: estaremos, perante uma edição legal ou um exemplar da contrafacção de Évora?

<sup>67</sup> ANSELMO, António Joaquim. *Ob. cit.*, nº 425, p.114.

Ao processo foi apensada uma petição feita pelo livreiro Gonçalo Duarte à Mesa do Sto. Offício, cerca de um ano mais tarde (7 de Abril de 1582), em que este, invocando ser pobre e ter gasto muito dinheiro na compra dos livros, solicitava lhe fossem restituídos os exemplares apreendidos e autorizada a sua venda. Este requerimento mereceu parecer favorável de Frei Bartolomeu Ferreira, que se pronunciou nestes termos:

Vi por mandado do supremo conselho da Santa e Geral Inquisição dous livros primeiro e segundo de *Palmeirim de Oliva*, impressos sem licença do Santo Offício. E achei neles muitos encantamentos e feitiçarias e desonestidades, que podem prejudicar aos bõs costumes, e meu parecer é que se não imprimam de novo, mas pois estão já impressos, e se o suplicante os comprou com boa fé parece-me que se podem permitir como se permitem os semelhantes de cavalarias, os quais se não estão proibidos nos catálogos, em particular, estão proibidos nas regras geraes onde se proibem os livros que contêm desonestidades, lascívias e torpezas, impiedades como ordinariamente contêm os livros de cavalaria fabulosos.

#### 1.6.4. *Os Lusíadas*

Um dos casos mais conhecidos de contrafacção é o que ocorreu com a primeira edição de *Os Lusíadas*.

Existem duas edições diferentes desta obra, ambas datadas de 1572 e impressas por António Gonçalves. As suas semelhanças são múltiplas, mas há aspectos que permitem distingui-las. Para além de pequenas diferenças de pormenor, a portada das duas edições apresenta uma diferença assinalável – numa, o pelicano, que faz parte dos elementos iconográficos do friso superior, tem a cabeça voltada para a esquerda de quem lê; na outra, o pelicano tem a cabeça voltada para o lado direito.

Estas duas edições têm sido objecto de muitos estudos e comentários e as posições assumidas nem sempre são coincidentes. O Prof. Artur Anselmo expõe a questão e, sintetizando as posições de Tito de Noronha (1880) e Eleutério Cerdeira (1946), por ser as que considera tecnicamente mais sólidas, acrescenta novos dados que contribuem decisivamente para o esclarecimento deste caso.<sup>68</sup>

Pelas investigações levadas a cabo até aos anos cinquenta, sabia-se que a edição que ostenta na portada o pelicano com a cabeça voltada para a direita é uma contrafacção, executada durante o período de ocupação filipina, com o objectivo de publicar o poema de Camões conforme à edição original de 1572, sem as mutilações que a Censura posteriormente veio a considerar absolutamente necessárias.

A contrafacção é atribuída a Manuel de Lira, e supõe-se ter sido impressa à volta de 1585. Este impressor, pretendendo publicar *Os Lusíadas* após o período de vigência do privilégio real concedido a António Gonçalves, requereu autorização legal para o efeito, em 1583. A autorização foi concedida, mas a Censura Inquisitorial impôs cortes e alterações no texto que desfiguravam significativamente o poema de Camões.

Manuel de Lira, embora, por um lado, se resignasse com a situação e publicasse em 1584 a edição conhecida hoje por «edição dos piscos», por outro lado sentiu-se tentado, por questões patrióticas, a reimprimir a edição de 1572, executando uma contrafacção.

A portada com o pelicano voltado para a direita, que o gravador invertera talvez por desatenção, sendo o objecto da actividade delituosa, foi prudentemente passada para a oficina de Andrés de Lobato, impressor de origem espanhola, fixado em Lisboa, que a utilizou em 1586 em *Obras* de Gil Vicente.

Se estes eram os dados conhecidos até há cerca de quarenta anos, através dos trabalhos de investigação do Prof. Artur Anselmo, sabemos que as diferenças que se notam entre alguns exemplares da contrafacção podem ser explicados pela "utilização de cadernos sobejantes e esparsos da edição autêntica de 1572, provavelmente adquiridos por Manuel de Lira aos herdeiros de António Gonçalves".<sup>69</sup>

<sup>68</sup> ANSELMO, Artur. Artigo publicado no jornal *O Comércio do Porto* de 27 de Abril de 1982.

<sup>69</sup> ANSELMO, Artur. *Loc. cit.*

A atribuição a Manuel de Lira da edição-falsa torna-se mais consistente quando se atenta que na edição de *Os Lusíadas*, datada de 1597 e saída da oficina de Manuel de Lira, se utilizaram os mesmos caracteres tipográficos que na contrafacção da edição de 1572.

Também as gravuras utilizadas na portada da primeira edição de *Os Lusíadas*, constituídas por quatro elementos independentes, foram usadas em outras obras. A portada com o pelicano voltado para a esquerda, utilizada na edição original, apareceu em obras cuja publicação ocorreu entre 1548 e 1598. Passou da oficina de Germão Galharde para a de António Gonçalves e daí para a de António Ribeiro. Em 1598 encontrava-se já na oficina de António Álvares. A portada com o pelicano voltado para a direita foi somente utilizada duas vezes: na contrafacção da edição-*princeps* de *Os Lusíadas*, e em *Obras*, de Gil Vicente, na oficina do impressor Andrés Lobato.



Rosto da edição-*princeps* de *Os Lusíadas*, impressa em Lisboa por António Gonçalves, em 1572.



Portada da edição apócrifa de *Os Lusíadas*, impressa por Manuel de Lira à volta de 1585.

### 1.6.5. *Discurso de Todos los Diablos, o Inferno Emendado*

Através de um processo da Inquisição de Évora instaurado contra o impressor Manuel Carvalho,<sup>70</sup> ficamos ciente do seu envolvimento no mundo da clandestinidade editorial.

A primeira das três testemunhas que prestaram depoimento perante o inquisidor Gomes de Brito da Silva, no dia 15 de Setembro de 1631, foi Manuel Ribeiro, cristão-velho, de 25 anos, livreiro, morador em Évora na rua da Selaria, sendo-lhe feita a seguinte pergunta:

[...] se sabe que alguma pessoa mandasse imprimir e que algum impressor imprimisse nesta cidade ou fora dela a algum livro ou repertório ou outra alguma cousa sem as aprovações e licenças do Sto. Ofício que pera isso se requerem, e com nome de impressão mudado dizendo que se imprimira fora deste Reino [...].

Respondeu que, havia cerca de um mês, o Padre Estêvão de Castro,<sup>71</sup> da Companhia de Jesus, morador no colégio da sua ordem em Évora, lhe perguntou se queria encarregar-se de lhe mandar imprimir naquela cidade um tratado "que se intitula do Doutor Jacob Barrasa,<sup>72</sup> médico de Almina, que trata de umas profecias de Jonathas Abenzuel Rabino", o que ele aceitou.

Tendo já tudo "concertado com o impressor Manuel Carvalho", desistiu da ideia quando o Padre Estêvão de Castro lhe mostrou o original e viu que "havia que dizer que fora impresso em Sevilha, junto a la Carcere Real, por hũ Fulano Fajardo, com licença del Senhor Assistente".

Comunicou a sua decisão ao impressor Manuel Carvalho, que se comprometeu a transmiti-la ao Padre Estêvão de Castro, mas, passados oito dias, viu circular a obra já impressa naquela cidade, e expressou nestes termos a sua opinião:

[...] tem por certo que a dita obra se imprimiu nesta cidade por ordem do dito Padre Estêvão de Castro e que a imprimia o dito Manuel Carvalho, posto que lha não viu imprimir, mas que não há nesta cidade outro impressor, e que também o sabe pelo

---

<sup>70</sup> A.N.T.T., Inquisição de Évora. Livro 210, f. 247.

Manuel Carvalho, associado com sua mãe, Maria Flores, sucedeu em 24 de Dezembro de 1633 a Nicolau Carvalho, seu pai, no cargo de impressor privilegiado da Universidade de Coimbra. Nesse ano Manuel Carvalho tinha oficina em Évora, a qual era privilegiada da Universidade e do Convento de São Domingos. De Évora levou seus prelos para Vila Viçosa, onde no ano de 1635 imprimiu o livro de Diogo Ferreira Figueiró *Desmayos de Mayo em Sombras de Mondego*. Cf. DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Fac-simile da ed. de 1888. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 199.

<sup>71</sup> Estêvão de Castro, jesuíta, nasceu em Lisboa em 1573, filho de António Vidal de Vasconcelos e de Maria de Castro. Aos dezasseis anos abraçou a vida eclesiástica, ingressando no Sagrado Instituto da Companhia de Jesus em o Colégio de Coimbra. Foi pregador ilustre e Procurador Geral da Província da Índia. Morreu no Colégio do Porto em 12 de Agosto de 1639. Escreveu: *Breve aparelho e modo facil para ajudar a bem morrer um christão: com a recopilção da materia de testamentos e penitencias, varias orações devotas, tiradas da Sagrada Escripura e do Ritual romano*. Lisboa, por João Rodrigues, em 1621. In-8°. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Coimbra, Atlântida, 4 t., 1965-1967; t. 1, p. 753.

<sup>72</sup> Jacob Barrasa, também conhecido pelo nome de Diogo Barrasa, era judeu de nação. Médico e astrólogo, viveu muitos anos em Castela e Amesterdão, onde foi regente da Academia do Talmud. Era muito conhecedor das línguas árabe e siríaca. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. I, p. 635 e SILVA, Inocência, *et alii*. *Ob. cit.*, t. II, (1859), p. 147 e t. IX (1870), p.120.

conhecimento das letras que tem do dito Manuel Carvalho e porque conhece ser sua a letra do dito trabalho [...].<sup>73</sup>

Ao terminar o seu depoimento, Manuel Ribeiro disse que aquele poderia ser confirmado pelos demais livreiros da cidade, particularmente Baltasar de Gouveia e Pêro Lourenço, e reafirmou:

Manuel Carvalho é costumado a imprimir *Autos* e outras cousas desta qualidade, sem licença e aprovação do Sto. Officio, pondo no título das obras que se imprimiram fora deste Reino [...].

A audiência prosseguiu nesse mesmo dia, sendo ouvido Pêro Lourenço, de vinte e quatro anos, livreiro, morador em Évora e "obreiro de Manuel Ribeiro"; declarou saber que, no ano anterior, "saíra nesta cidade um pronóstico de um Rabino traduzido por um Barraza e que se dizia nele que se imprimira em Sevilha em casa de Pêro Gomes de Pastrana<sup>74</sup> a la Carcere Real [...]", o que era manifestamente falso, pois, nessa altura, encontrava-se ele depositeiro a trabalhar em Sevilha, em casa desse impressor e sabia muito bem que tal obra não fora lá impressa. E continuou: constava agora na cidade que tinha saído "o mesmo pronóstico continuado",<sup>75</sup> mas esse ainda não o vira. No entanto, havia cerca de um mês, entrou em casa de Manuel Carvalho e viu:

[...] na imprensa meia forma da dita obra e leu o princípio dela que dizia: Lunário e pronóstico muy correpto no Computo moderno do ano de mil e seiscentos e trinta ao Meridiano da Lusitânia antiga. Traduzido do Círiaco em Português.

Sendo-lhe mostrado um exemplar, confirmou que "era o mesmo e a mesma forma" que vira anteriormente e que, para além disso, não tinha dúvidas em relação à letra: era de Manuel

---

<sup>73</sup> Só vimos referenciada uma obra que tem relação com o depoimento prestado. Barbosa Machado deve ter sido um dos poucos bibliógrafos, se não o único, que tiveram conhecimento desta espécie e descreve-a deste modo: *Prognostico, e Lunario do anno de 1635 conforme as Noticias, que ficarão do Tempo de Noe regulado aos Meridianos de Evora de 38 graos, e outras partes da Lusitania Antiga com influencias naturaes, dez dias da Lua e qual dos Planetas reyna, e tem dominio sobre cada signo com outras curiosidades tiradas do Arabigo que traduzio do Siriaco de Jonathas Abenizel Rabbi Israel de Ulmasia*. Sevilha por Simão Fajardo, 1630. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. II, pp. 635-636. Inocêncio apresenta a descrição desta obra, apoiando-se em Barbosa Machado, e acrescenta: "Pela minha parte declaro não a ter visto, nem saber onde exista. Deve ser de grande raridade". Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii*. *Ob. cit.*, t. II (1859), p. 147.

<sup>74</sup> Pedro Gomes de Pastrana, impressor sevilhano com oficina em la Cárcer Real, exerceu a sua actividade profissional entre 1629 e 1680. Cf. GUTIERREZ DEL CANO, Marcelino. «Ensayo de un catálogo de impresores españoles desde la introducción de la imprenta hasta fines del siglo XVIII». *Revista de Archivos, Bibliotecas Y Museos*. Madrid, Tercera Época, tomo III (1899), pp. 662-671; tomo IV (1900), pp. 267-272, 667-678 e 736-739.

<sup>75</sup> Trata-se de *Lunario e Pronostico mui correpto do anno de 1629. Ao meridiano de finisterra, ou Lusitania antiga: composto por Lisandro Hebreo, tirado do livro antigo chamado Targu, que deixou o rabbino Ionathas Abenhuziel Babylónico sobre a astronomia e artes matematicas que dizem ensinou Noe depois do diluvio de que trata Albumazar, he tratado de muita curiosidade. Traduzido em portuguez pelo Dr. Jacob Barraza, medico em Almeria*. Com licença em Sevilha por Pedro Gomes de Pastrana a la esquina de la Carcel Real. Año 1629. Brito Aranha considera esta obra extremamente rara, identifica-a como se se tratasse da apresentada por Barbosa Machado, e considera que "Barbosa errou as indicações que nos deixou a este respeito." Pelas declarações prestadas ao longo do processo inquisitorial fica claro que se trata de duas obras diferentes, sendo esta anterior à descrita na *Biblioteca Lusitana*. O *Prognóstico* dado como impresso em Sevilha por Simão Fajardo, em 1730, é a continuação deste. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii*. *Ob. cit.*, t. X (1883), p. 109.

Carvalho. Aliás, já tinha ouvido dizer a João Baptista d'Este e a outras pessoas que o *Pronostico* tinha sido impresso em Évora.

Terminou as suas declarações dizendo que também corria na cidade e entre os livreiros que Manuel Carvalho imprimira um livro intitulado *Discurso de Todos os Diabos*, de D. Francisco de Cabedo [sic], "o qual andava já impresso, e que o tornara a imprimir do mesmo modo, debaixo do nome do mesmo impressor". Constava, também, que fizera o mesmo com outra obra de Quevedo, *Desvellos Somnolentos e Verdades Sonhadas*.

Perante tais declarações, o Inquisidor pretendeu ouvir, de novo, Pêro Lourenço, para melhor averiguar da extensão dos factos denunciados, tendo-o feito nesse mesmo dia [15.03.1631].

Pêro Lourenço reafirmou que corria na cidade de Évora "um livrinho impresso" intitulado *Discurso de Todos os Diabos*, e que ele próprio, Manuel Ribeiro e Baltasar de Gouveia, todos livreiros e moradores na cidade, tinham chegado à seguinte conclusão:

[...] averiguaram entre si que o dito livro se imprimira nesta cidade e que o imprimira Manuel Carvalho, [...] porquanto a letra do dito livro mostra ser a mesma que a do dito Manuel Carvalho [...].

Também verificaram que a letra do *Pronostico do Doutor Barrasa* era a mesma do *Discurso de Todos los Diabos*, pelo que presumiam que o *Pronóstico* fora também impresso pelo Manuel Carvalho.

Declarou também saber que Manuel Carvalho imprimira o *Discurso de Todos los Diabos* por ordem do Padre Prior do Convento de Nossa Senhora da Graça [de Évora], "porquanto tinha grande quantidade destes volumes na sua cela e também vendeu uns poucos a ele declarante, dizendo-lhe que vieram de fora."

Baltasar de Gouveia, a última testemunha, prestou declarações nesse mesmo dia. Cristiano-velho, de trinta anos, livreiro de profissão e morador na rua da Selaria em Évora, confirmou os testemunhos anteriores. Também ele tinha conhecimento de que Manuel Carvalho havia impresso o *Lunario e Prognostico do Rabisello* de 1630, por ordem do Padre Estêvão de Castro, e o *Discurso de Todos los Diabos*, por determinação do Prior de Nossa Senhora da Graça, e acrescentou que ele próprio tinha adquirido, havia poucos dias, cinquenta volumes da obra de Quevedo a Manuel Carvalho, e muitos ao Prior de Nossa Senhora da Graça.

Sendo-lhe perguntado se sabia se Manuel Carvalho imprimia frequentemente obras "sem pera isso ter as licenças necessárias do Santo Ofício", respondeu que "costumava imprimir alguns *Autos* e *Cartilhas do A-B-C* e o *Livro do Rosário*, mas que dissera que tinha pera isso as Licenças". Também sabia que imprimira um "livrinho" que se intitula *Contas Feitas* e, poucos dias antes, Manuel Carvalho tinha-lhe vendido "três ou quatro mãos de papel de *Prognosticos* e o autor deles é o Doutor Samora." Pela análise da letra, dava como certo que aqueles prognósticos tinham também sido impressos por Manuel Carvalho.

Terminada a averiguação e confirmadas as suspeitas, o Inquisidor mandou vir à sua presença, em quinze de Abril de 1630, Manuel Carvalho e, em audiência, foi-lhe dito que "estavam informados que ele, Manuel Carvalho, imprimira um *Lunario e Prognostico do presente ano de 1630*, traduzido pelo Doutor Barraza, médico de Almina, de Siríaco em Português, e outros tratados sem licença do Sto. Ofício" e que por isso era merecedor de grande castigo. No entanto, tendo-se em atenção o facto de ser a primeira vez que tinha delinqüido, relevaram-no «da pena que merecia» e advertiram-no de que seria "castigado gravemente" se voltasse a prevaricar.

Os Inquisidores ignoraram a impressão do *Discurso de Todos los Diablos*, de D. Francisco de Quevedo, não porque os depoimentos das três testemunhas não fossem verdadeiros, mas talvez para não tocarem no Prior de Nossa Senhora da Graça.

Não duvidamos de que o *Discurso de Todos los Diablos* foi uma das obras saídas clandestinamente dos prelos de Manuel Carvalho, pois tivemos a possibilidade de confrontar a edição original com a contrafacção executada em Évora.

Da primeira (de que existem dois exemplares conhecidos, um na Biblioteca Menendez-Pelayo, de Santander, e o outro na Biblioteca Universitária de Oviedo) é apresentada a seguinte descrição bibliográfica por Palau y Dulcet: *Discurso de todos los diablos, o Infierno emendado*. Autor Don Francisco de Quevedo, Villegas, Cavallero de la Orden de Santiago. Ano de 1628. Com licencia. En Gerona, por Gaspar Garrich, y Juan Simon (1628), 8º, 3 h. 42 fols.<sup>76</sup>

Da edição de Évora, cujo exemplar compulsámos na Biblioteca Nacional de Lisboa, poderíamos apresentar uma descrição bibliográfica idêntica, já que a portada reproduz fielmente a da verdadeira edição e as semelhanças estendem-se aos elementos da colação, pois também esta reimpressão é in-8º, as aprovações e licenças ocupam as três folhas iniciais e o texto segue nas quarenta e duas páginas seguintes.

Confirma-se, assim, a denúncia feita por Pêro Lourenço, uma das testemunhas: "o livro andava já impresso" e Manuel Carvalho "o tornara a imprimir do mesmo modo debaixo do mesmo nome."

Se à primeira vista as edições parecem iguais, um olhar mais atento leva-nos a encontrar pequenas diferenças que permitem distinguir a edição original da contrafacção. Atentemos na folha-de-rosto das duas edições.

---

<sup>76</sup> PALAU Y DULCET, Antonio. *Manual del Librero hispano-americano; bibliografía general española e hispano americana desde la invención de la imprenta hasta nuestros tiempos, con el valor comercial de los impresos descritos*. Barcelona, Palau, 2ª ed., 28 t., 1948-1977; t. 14 (1962), p. 397, nº 244229. Esta espécie aparece também descrita no *Catálogo do Conde de Ameal*, sob o nº 1862, com a indicação de se tratar de "uma edição muito rara".

DISCURSO  
DE TODOS LOS  
DIABLOS, O IN-  
FIERNO EMENDADO.

Autor

DON FRANCISCO DE  
*Quenedo, Villegas, Cavallero de la  
Orden de Santiago.*

Año  1628

Con licencia

En Gerona por Gaspar Garrich,  
y Juan Simon.

Folha-de-rosto da edição original de *Discurso de Todos los Diablos*, impresso em Gerona por Gaspar Garrich e Juan Simon, em 1628.

DISCURSO  
DE TODOS LOS  
DIABLOS, O IN-  
FIERNO EMENDADO.

Autor.

DON FRANCISCO DE  
*Quenedo, Villegas, Cavallero de la  
Orden de Santiago.*

Año  1628



Con licencia,

En Gerona, por Gas-  
par Garrich, y Juan Simon.

Portada de *Discurso de Todos los Diablos*, supostamente impressa em Gerona, por Gaspar Garrich e Juan Simon, em 1628.

As diferenças são evidentes quando procedemos a um estudo comparativo das duas edições. Se o texto se reproduz de forma quase perfeita (havendo diferenças ortográficas pouco significativas), a composição é manifestamente diversa. A título meramente ilustrativo, reproduzimos a página correspondente à aprovação, nas duas edições.

## Aprovação.

**Y** O Fr. Ramon Rouiroll de la Orden de San Francisco he visto este Discurso, intitulado de todos los Diablos, y aunque el titulo del parece que escandaliza, no ay en el cosa contra nuestra santa Fe Catolica, antes bien podra aprovecharse del en muchas cosas el que lo leyere, y assi me parece se puede imprimir. En este Convento de Gerona a 25. de Noviembre 1628.

Fr. Ramon Rouiroll.

Puedese imprimir.

In. Vic. Gen. & Officialis.

A 2 DELAN

Edição original.

## Aprovação.

**Y** O Fr. Ramon Rouiroll de la Orden de San Francisco he visto este Discurso, intitulado de todos los Diablos, y aunque el titulo del parece que escandaliza, no ay en el cosa contra nuestra santa Fe Catolica, antes bien podra aprovecharse del en muchas cosas el que lo leyere, y assi me parece se puede imprimir. En este Convento de Gerona a 25. de Noviembre 1628.

Fr. Ramon Rouiroll.

Puedese imprimir.

In. Vic. Gen. & Officialis.

A 2 DELAN

Contrafacção executada em Portugal.

No *Catálogo da Livraria do Mosteiro de Palme* vem reproduzida a portada de um exemplar de *Discurso de Todos los Diablos*, impresso em Gerona por Gaspar Garrich y Juan Simon, em 1628, diferente das espécies existentes em Espanha e na Biblioteca Nacional de Lisboa. São evidentes as suas afinidades com o exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, e não nos custa admitir que se trate de uma outra contrafacção, também executada em Évora por Manuel Carvalho. Apesar de só nos podermos limitar a observar, no catálogo da livraria do Mosteiro de Palme, a reprodução da folha-de-rosto desse exemplar,<sup>77</sup> parece-nos evidente que os caracteres tipográficos utilizados nesta edição e na existente na Biblioteca Nacional são os mesmos. Note-se também que Manuel dos Santos fez acompanhar a descrição desta espécie, de que não existe em Espanha nenhum exemplar, do seguinte comentário: "Livro de que não encontramos notícia nem em Salvá, nem Heredia nem em Brunet. Belo exemplar. Primeira edição. Raríssima."

<sup>77</sup> A espécie vem descrita sob o n.º 847. Quando em 1915 se fez o leilão da Livraria do Mosteiro de Palme pertencente a D. António Bernardo da Fonseca Moniz, bispo do Porto, o exemplar foi vendido ao bibliófilo Costa Pereira.

DISCURSO  
DE TODOS LOS  
DIABLOS, O IN-  
FIERNO EMENDADO.

Autor.

DON FRANCISCO DE  
*Queuedo, Villegas, Cauallero de la  
Orden de Santiago.*

Año,  1628.

Con licencia.

En Gerona , por Gas-  
par Garrich , y Iuan Simon.

Folha-de-rosto do exemplar de *Discurso de todos los Diablos*  
que pertenceu ao bispo do Porto, D. António Bernardo da  
Fonseca Moniz.

É possível que Manuel Carvalho, para dar resposta às solicitações do mercado, tenha impresso fraudulentamente, mais do que uma ou duas vezes, o *Discurso de Todos los Diablos*, pois na Biblioteca Pública de Évora existe também um exemplar desta obra, dada como impressa em Gerona por Gaspar Garrich e Juan Simon, mas datada de 1629.<sup>78</sup>

DISCURSO  
DE TODOS LOS  
DIABLOS, O IN-  
FIERNO ENMENDADO,

Autor.

DON FRANCISCO DE  
Quenedo, Villegas, Cauallero de la  
Orden de Santiago.

Lleva añadido el Cuento de cuentos,

Año  1629.

Con licencia,

En Gerona, por Gaspar Gar-  
rich, y Juan Simon.

Folha-de-rosto do exemplar de *Discurso de todos los Diablos ...*, supostamente impresso em Gerona por Gaspar Garrich e Juan Simon, em 1629.

---

<sup>78</sup> Esta espécie, que não é conhecida em Espanha, tem, na Biblioteca Pública de Évora, a cota Novo Reservado, 620.

Afigura-se-nos, no entanto, oportuno salientar que o texto da aprovação para a impressão da obra é exactamente igual ao da edição de 1628, e mantém-se a mesma data: 25 de Novembro de 1628. As afinidades entre as duas espécies são uma constante, o que nos leva a admitir terem uma origem comum: a oficina de Manuel Carvalho.

## Aprovação.

**Y O Fr. Ramon Rouiroll de la Orden de san Francisco he visto este Discurso, intitulado de todos los Diablos, y aunque el titulo del parece que escandaliza, no ay en el cosa contra nuestra santa Fe Catolica, antes bien podra aprouecharse del en muchas cosas el que lo leyere, y assi me parece se puede imprimir. En este Conuento de Gerona a 25. de Nouiembre 1628.**

Fr. Ramon Rouiroll.

**Puedese imprimir.**

*Iu. Vic. Gen. & Officialis.*

A 2 DELAN:

Página do exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (1628).

## Aprovação.

**Y O Fr. Ramon Rouiroll de la Orden de san Francisco he visto este Discurso, intitulado de todos los Diablos, y aunque el titulo del parece que escandaliza, no ay en el cosa contra nuestra santa Fe Catolica, antes bien podra aprouecharse del en muchas cosas el que lo leyere, y assi me parece se puede imprimir. En este Conuento de Gerona a 25. de Nouiembre 1628.**

Fr. Ramon Rouiroll.

**Puedese imprimir.**

*Iu. Vic. Gen. & Officialis.*

A 2 DELAN.

Página do exemplar existente na Biblioteca Pública de Évora (1629).

### *1.6.6. Advertencia que hum Ministro do Principe Dom Pedro lhe fez sobre o Estado do Reino*

Gonçalo da Silva e Estêvão dos Reis, oficiais do impressor de origem francesa João da Costa, estabelecido em Lisboa desde meados do século XVII, vêem-se envolvidos com a Inquisição em consequência da confissão feita por seu Mestre em 5 de Maio de 1677, nos "Estaos e Casa primeira das audiências da Santa Inquisição", no decorrer do processo inquisitorial que lhe foi instaurado.

Os processos dos dois oficiais<sup>79</sup> de João da Costa são independentes. Considerámos, no entanto, vantajoso trabalhá-los de uma forma coordenada, pois os dados revelados são complementares, uma vez que os culpados são acusados do mesmo delito: terem colaborado na impressão clandestina de um "papel político" que favorecia os interesses de Luís XIV, na oficina particular do Enviado da França, Guénégaud, em Lisboa.

A publicação deste folheto insere-se no contexto das complexas maquinações políticas e diplomáticas que caracterizaram a regência e os princípios do reinado de D. Pedro. Luís XIV, humilhado pela assinatura do tratado de paz com a Espanha (Tratado de Aix-la-Chapelle, em 2 de Maio de 1668), onde tinha assumido papel decisivo a Holanda, decide-se pelo aniquilamento daquele inimigo político, pessoal, comercial e religioso. Politicamente, a Holanda impedia a conquista dos Países-Baixos espanhóis; pessoalmente, ofendia o orgulho do Rei-Sol; religiosamente, era inimiga por ser protestante; comercialmente, guerreava a França com pesadas tributações. Luís XIV dá, assim, ordem à diplomacia francesa de promover a constituição de uma Liga com o objectivo de atacar a Holanda. Daí a importância do estreitamento de relações com os Portugueses, que tinham fortíssimos motivos de ressentimento contra os Holandeses. Foram várias as tentativas feitas pelos sucessivos enviados de França em Portugal para persuadirem o Príncipe-Regente a abraçar a causa francesa. Esses esforços, levados a cabo primeiramente por Saint-Romain (22.06.1671) e depois por Seve d'Aubeville (07.04.1672), foram, no entanto, infrutíferos, uma vez que, se a oferta francesa de coligação contra a Holanda era sedutora, pois uma vitória significaria para Portugal a libertação do pagamento das pesadas indemnizações à Holanda e a recuperação de boa parte do domínio colonial, ela necessariamente levaria a uma nova guerra com a Espanha, o que a todos repugnava.

Quando Guénégaud chega a Portugal (03.07.1675), e dado o fracasso dos meios de persuasão directa que até aí os seus antecessores tinham usado, ocorreu-lhe a ideia de uma acção que indirectamente poderia conduzir àquele desejado fim.

---

<sup>79</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, Processo nº 1871 - Processo de Estêvão dos Reis, tirador de imprensa, natural do Bispado Barbacense, Reino de França e morador nesta cidade de Lisboa.

A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, Processo nº 2753 - Processo de Gonçalo da Silva, componedor, natural e morador nesta cidade de Lisboa.

O Visconde de Santarém explicita, nestes termos, os desígnios de Guénégaud:

Lembrou-se então para melhor o alcançar de induzir o Príncipe Regente a oferecer a Luís XIV a mediação de Portugal para o Tratado de paz entre a França e a Espanha, julgando que o Gabinete de Madrid não aceitaria a mediação de Portugal, e que o agravo produzido por esta recusa, sendo habilmente excitado, poderia levar o Príncipe a declarar guerra à Espanha e a fazer o Tratado de Liga com El-rei seu amo.<sup>80</sup>

Os dois processos são abertos com fundamento em certidões de culpas tocantes, extraídas do processo movido contra João da Costa, em que este declarou, a 5 de Maio de 1677, perante o inquisidor Bento de Beja de Noronha "[...] que nunca imprimiu papel na sua oficina que não tivesse licença do Santo Offício [...]" e que nada se imprimia sem que fosse visto por si. Os três componedores que trabalhavam na sua oficina eram "[...] Manuel Duarte, que vive na rua da Oliveira, Gonçalo da Silva, que mora a Jesus, e Pascoal, não lhe sabe o sobrenome, e vive também a Jesus". Ele próprio sabia compor os caracteres da imprensa, mas não o podia fazer "[...] em razão da falta de vista [...]", apesar dos seus 50 anos.

Sendo-lhe perguntado se "pode algum dos ditos componedores tirar os caracteres da dita sua oficina e levá-los fora para lá imprimir algum papel [...]", respondeu que "... é impossível, moralmente falando, que nenhum dos componedores possa levar caracteres capazes de imprimir fora". Também ele próprio nunca o fez, excepto para a impressão da Bula da Cruzada "[...] que se faz em casa do Comissário Geral dela, como é costume [...]".

Disse ter conhecimento que em Lisboa existiam, na altura, para além da sua oficina, as de António Craesbeeck de Melo, João Galvão, Domingos Carneiro, Francisco Vilela e uma "[...] que foi de António Rodrigues de Abreu, que se dividiu em dois ramos, um dos quais está sequestrado pela justiça, por dívidas, e o outro comprou o Enviado da França".

O interrogatório torna-se mais duro, as malhas apertam-se e, perante a questão "se se imprimiu na sua oficina algum papel político de conveniências deste Reino, quanto tempo há e que papel era", respondeu:

[...] que na sua imprensa se não imprimiu papel algum político, mas que em casa do Enviado da França se imprimiu um papel político intitulado em nome de um Ministro do Príncipe Dom Pedro, no qual se aconselhava e persuadia a Sua Alteza que lhe convinha quebrar a paz que tinha celebrado com o Reino de Castela, e para efeito de imprimir o dito papel pediu o dito Enviado, a ele declarante, lhe desse um componedor, afirmando-lhe que fazia a dita impressão por ordem de S. Alteza e com todas as licenças necessárias, mas que ainda assim lhe pedia segredo, porque não queria chegassem as notícias ao Enviado de Castela [...].

João da Costa confessou que, de boa-fé e por "ser estilo não negar um componedor quando se pede emprestado", permitiu que Gonçalo da Silva, componedor, e Estêvão dos Reis, tirador, fossem trabalhar na oficina do Enviado de França; e disse saber, também, que al-

---

<sup>80</sup> SANTAREM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo, desde o princípio da Monarchia de Portugal até aos nossos dias*. Paris, Aillaud, 6 t., 1842-1845; t. 4. parte II (1844), p. CCLXXIX.

guns exemplares foram impressos em língua francesa, tendo Guénégaud manifestado a intenção de os fazer chegar ao Rei de França. João da Costa acrescentou, ainda, que "[...] entende firmemente que o dito papel foi composto pelo mesmo Enviado".

Sendo-lhe mostrado um exemplar "que começa *Advertência que um Ministro do Principe D. Pedro e acaba o que sinto em uma ocasião tão relevante para os interesses de Portugal*", reconheceu-o e disse que "[...] era o próprio papel que vira nas mãos do dito Enviado e que o mesmo mandara imprimir em sua casa".

O interrogatório terminou nesse dia, mas seis dias mais tarde, no dia 11 de Maio de 1677, de manhã, João da Costa pediu nova audiência "para declarar nesta mesa o que mais lhe lembrava acerca do papel de que tem dado conta".

Disse que na primeira ou segunda semana da Quaresma próxima passada, tendo já o Enviado da França comprado a imprensa de António Rodrigues, lhe pediu que lhe mandasse "dous homens a sua casa para lha consertar e pôr em ordem de poder imprimir, porque o queria fazer a um papel de conveniência deste Reino", e assim lhe mandou Estevão dos Reis e Gaspar de Nós, tiradores na sua oficina, "os quais lha puseram em ordem". Nesse dia Estêvão dos Reis apercebeu-se da presença do Padre Rafael Bluteau em casa do Enviado, e transmitiu a seu Mestre o seguinte:

O Padre Dom Rafael Bluteau, teatino da Divina Providência, estivera fechado com o dito Enviado até às oito horas e meia da noite, e que então o mandara o mesmo Enviado na sua liteira para o seu convento [...].

No dia seguinte João da Costa foi chamado a casa de Guénégaud, que lhe comunicou a seguinte decisão:

[...] queria tratar de imprimir o papel em que lhe tinha falado porque já o tinha traduzido do francês em português, e ele declarante lhe perguntou então se lho traduzira o dito Padre Dom Rafael e ele lhe não respondeu nada e somente se riu [...] e disse que falasse em outra cousa.

A forma como o Enviado reagiu levou João da Costa a considerar que Rafael Bluteau era seu cúmplice, e esta convicção tornou-se ainda mais profunda devido aos seguintes motivos:

[...] passados alguns dias lhe perguntou o dito Enviado se lhe haviam vir alguns livros de fora, porque queria comprar os que valessem até cinco moedas de ouro, para com eles pagar um serviço que lhe havia feito o dito Padre Dom Rafael [...].

Dois dias mais tarde, foi de novo chamado a casa do Enviado, que lhe mostrou "o papel manuscrito" e lhe pediu, como já o referira na anterior confissão, os dois oficiais para procederem à sua impressão. No decurso desta, "[...] continuou ele declarante a emendar os erros dela e da sua imprensa emprestou algumas letras maiúsculas para compor o título".

Embora Guénégaud lhe afirmasse que tinha as licenças necessárias, duvidou sempre desse facto, mas, pelo respeito que lhe merecia, nunca ousou pedir-lhas, e também porque "em outra ocasião por semelhante dúvida o ameaçou outro Enviado de que o mandaria para França".

João da Costa vai mais longe na sua confissão e revela que a impressão decorrera num clima de grande cautela e segredo. O Enviado "em se imprimindo as folhas queimava as provas" e na oficina não entravam, para além dele declarante, senão Gonçalo da Silva e Estêvão dos Reis e um dos criados de Guénégaud.

Declarou também que, estando já impresso o dito papel, o Enviado lhe disse que "[...] Sua Alteza lhe agradecera por duas vezes o dito papel, e que já o lera muito devagar e o estimara tanto que o metera no seu gabinete [...]" e que também "[...] muitos fidalgos o gabaram dizendo era excelente e que o Conde da Ericeira, Dom Luís, chegara a dizer estimara ter juízo para a fazer tão bem [...]". A posição de D. António Álvares da Cunha foi, pelo contrário, de repúdio e indignação, tendo afirmado que "... o autor do papel falava à medida do seu desejo".

Tinha conhecimento, também, de se haverem enviado exemplares do impresso, expedidos em correio ordinário a partir de Elvas, aonde foi mandado para o efeito "... um criado do Conde dos Franceses, que se chama Monsieur de la Landa", às seguintes personalidades:

Ao Duque do Cadaval, ao Arcebispo de Évora, ao Marquês de Gouveia, ao Marquês de Fronteira, ao Marquês de Arronches, ao Conde de Vilar-Maior, ao Bisconde, ao Conde de Óbidos, ao conde de Vale dos Reis, aos Secretários de Estado e Mercês e ao confessor de Sua Alteza.

João da Costa termina a sua confissão rogando, com lágrimas nos olhos, "... que se use com ele de misericórdia", comprometendo-se a dentro de um mês "... trazer a esta Mesa os ditos oficiais complices".

O impressor ignorava, por certo, que os seus oficiais se encontravam também presos e, assim sendo, nesse mesmo dia 5 de Maio de 1677, de tarde, foi mandado vir à presença do inquisidor Bento de Beja de Noronha, Gonçalo da Silva, cristão-velho, de 20 anos, solteiro, natural e morador de Lisboa e componedor na oficina de João da Costa.

Sem oferecer qualquer resistência, Gonçalo da Silva relacionou, de imediato, a sua prisão com "[...] um papel que imprimiu sem licença do Santo Ofício e nesta matéria queria dizer toda a verdade".

Relatou, então, que na passada semana de Ramos, não havendo muito trabalho na oficina de seu Mestre, João da Costa, este lhe sugerira o seguinte:

[...] que se queria ganhar dinheiro o poderia fazer indo trabalhar a casa do Enviado de França e imprimir-lhe um papel para o qual tinha caracteres e oficina que havia comprado da de António Rodrigues de Abreu [...].

Aceitou a proposta, por necessidade, e imprimiu "um papel intitulado – *Advertencia que hum Ministro do Principe Dom Pedro lhe fez sobre o Estado do Reino* e sabia que [...] a sua

matéria era persuadir a Sua Alteza quebrasse as pazes que tinha celebrado com o Reino de Castela, e para este efeito lhe dava várias razões”.

Ignorava quem era o seu autor, mas deu como certo que se imprimiram cento e vinte exemplares em português e igual número em francês, tendo ficado todos em poder do Enviado.

Gonçalo da Silva foi, de novo, admoestado, instado a confessar toda a verdade e mandado regressar ao cárcere da penitência.

Em 14 de Maio, a Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, face aos autos, culpas e confissões de Gonçalo da Silva, considerou que este devia ser processado, mas, antes de ser tomada uma decisão, pretendeu ouvir o parecer do Conselho Geral. Presidido pelo Arcebispo Inquisidor Geral, pronunciou-se aquele órgão, nesse mesmo dia, nos seguintes termos:

[...] assentou-se que é bem julgado pelos Inquisidores em determinarem que da prisão em que está se proceda contra ele na forma do Regimento. Mandam que assim se cumpra.

O processo continuou em 17 de Maio com a *sessão de genealogia* e em 18 e 19 desse mesmo mês com a sessão *in genere*, mas dele não consta a decisão final.

Das declarações feitas poucos elementos novos se podem colher para ilustrar a impressão clandestina de *Advertencia que hum Ministro do Principe Dom Pedro lhe faz sobre o Estado do Reino*.

Gonçalo da Silva não escondeu saber muito bem que não se podiam imprimir livros sem as licenças necessárias e reconheceu que, quando imprimiu o papel político, tinha conhecimento que este não as possuía, mas não foi sua intenção ofender o Santo Ofício. Fê-lo por uma questão de dinheiro, por ser "homem muito pobre", e esclareceu:

[...] que o dito Enviado lhe pagou o seu trabalho com largueza e lhe deu de comer os dias e noites que lá assistiu e só por esta causa de ganhar dinheiro compôs o dito papel e não por outra algũa.

Três meses mais tarde, em 28 de Julho de 1677, Estêvão dos Reis, natural de França, de quarenta anos, casado com Maria Siqueira, também francesa, morador ao Chiado e tirador na oficina de João da Costa, confessou perante os Inquisidores que na Quaresma anterior, encontrando-se a trabalhar na oficina de João da Costa, este lhe disse "que fosse assistir e tirar da imprensa um papel que nesta cidade em casa do Enviado da França e o havia [de] compor e imprimir Gonçalo da Silva".

Perante a ordem do Mestre e "levado do interesse de ganhar alguns tostões por ser homem pobre", exercitou o seu ofício. As suas declarações confirmam as de Gonçalo da Silva: também ele afirmou que, depois de impresso o folheto, todos os exemplares ficaram em poder de Guénégaud. Referiu, no entanto, um número diferente de exemplares impressos – 130 em português e 100 em francês. Tinha conhecimento de que não havia licenças para a sua im-

pressão mas "[...] ele confitente não as procurou porque os oficiais da imprensa não procuram isto, e é obrigação do Mestre o havê-las para os ditos fins".

Estêvão dos Reis desvendou mais um caso em que esteve implicado, relacionado com a impressão de um *Discurso Político*, que se inscreve dentro da mesma problemática do anterior. Confessou que havia duas semanas, estando ele a trabalhar em casa do Enviado de França, este o persuadiu a que compusesse e imprimisse um papel, que se iniciava – *Discurso Político que o Conde de Soure ...* –, tendo-lhe Guénégaud chamado a atenção para o facto de este possuir as licenças necessárias, como se via por outro impresso em Lisboa, em 1661, na oficina de Henrique Valente de Oliveira.<sup>81</sup> Face à situação, "[...] compôs, imprimiu e tirou o dito papel e dele fez vinte e cinco [...]", que entregou a Guénégaud.

O interrogatório prosseguiu, e Estêvão dos Reis, sentindo que nada podia omitir, revelou:

[...] que tudo obrou pelo dito impresso na oficina de Henrique Valente sem lhe acrescentar nem diminuir palavra alguma, porém para esta impressão que fez não alcançou o dito Enviado novas licenças e ele confitente, sem embargo de saber que as não havia, o compôs, imprimiu e tirou como tem dito.

Trata-se, naturalmente, de uma contrafacção e o tirador assume que "cometeu grande culpa". A audiência terminou nesse dia, mas o processo prosseguiu com a sessão *de genealogia* em 20 de Julho de 1677 e com a sessão *in specie*, em 6 de Agosto.

Desta última sessão recolhem-se mais alguns dados para o esclarecimento da edição clandestina de *Advertencia que hum Ministro do Principe Dom Pedro lhe faz sobre o Estado do Reino*. Estêvão dos Reis, à altura da sua impressão, ignorava que o Enviado "o queria imprimir e publicar ocultamente sem licença do Sto. Offício", e não tinha consciência que se tratava de uma "oficina particular e furtiva". Reconheceu que o Enviado não sabia "compor caracteres de impressão, tirar os papeis da imprensa e emendar os erros dela", e sendo-lhe perguntado porque não constava na portada ou cólofon a indicação do local de edição e a oficina, como era obrigatório, respondeu que isso não era da sua responsabilidade, mas sim da de João da Costa: "Não as havia por João da Costa não lhas mandar pôr".

---

<sup>81</sup> Trata-se de *Discurso Político, em que o Conde de Soure, Embaxador extraordinario de Sua Magestade El Rey Christianissimo, deu ao Cardeal Mazarine em S. João da Luz, nas vistas que teve com D. Luiz de Haro, primeiro Ministro de Castella, quando começou a tratar a paz. Mostra-se por 27 razoens forçosissimas, como França por justiça, e por conveniencias não devia fazer a paz sem inclusão de Portugal. Foi impresso em Pariz na lingua Franceza no anno de 1659*. Lisboa. Com todas as licenças necessárias. Na Officina de Henrique Valête de Oliveira Impressor del Rey N. S. Anno 1661.

Existem na Biblioteca Nacional de Lisboa dois exemplares deste *Discurso*, sob as cotas S. C. 7852P. e Res. 64P. O segundo exemplar está mutilado e não possui nem a folha-de-rosto, nem as «palavras que Duarte Ribeiro de Macedo dirige a S. Magestade», nem as licenças. Inicia-se na página um, mas, comparando a partir daí os dois exemplares, verificamos que são exactamente iguais, o que nos leva a concluir tratar-se da mesma edição. Não sabemos, portanto, se se trata da verdadeira edição, se da edição-pirata feita por Estêvão dos Reis na oficina particular de Guénégaud, em 1677.

Não foi sua intenção ofender o Santo Ofício ao participar nestas duas impressões; fê-lo somente por questões financeiras:

Disse que o dito Enviado lhe pagou o seu trabalho e lhe deu de almoçar e jantar os dias em que lá assistiu, e que só por ganhar dinheiro tirou e imprimiu os ditos papéis e não por outra alguma causa.

Face às declarações de Estêvão dos Reis, e porque o papel político "se publicou com grande escândalo", a Mesa do Sto. Ofício pronunciou-se, em 7 de Agosto, pela condenação do réu, nestes termos:

O que tudo visto e o mais que dos Autos consta, mandam que o réu Estêvão dos Reis em pena e penitência das suas culpas ouça sua sentença na Mesa do Sto. Ofício perante os Inquisidores e mais Ministros e Oficiais, e que incorreu em sentença de Excomunhão maior de que será absolto, e o suspendam por tempo de um ano do exercício do seu ofício. E de maior condenação o relevam havendo respeito a se apresentar voluntariamente na Mesa do Sto. Ofício.

Pelos autos e confissões sucessivas dos diferentes arguidos, torna-se fácil chegar a algumas conclusões que esclarecem a impressão do opúsculo – *Advertencia que hum Ministro do Principe D. Pedro lhe Faz sobre o Estado do Reyno de Portugal*, publicado sem indicações tipográficas:

- 1ª – O folheto foi impresso clandestinamente na oficina particular de Guénégaud, Enviado da França, em Lisboa, no ano de 1677, com objectivos políticos bem determinados;
- 2ª – Na impressão participam João da Costa e seus oficiais, Gonçalo da Silva e Estêvão dos Reis, respectivamente componedor e tirador de imprensa;
- 3ª – O texto escrito em francês por Guénégaud foi, muito possivelmente, traduzido para português por Rafael Bluteau;
- 4ª – O Enviado de França rodeia-se exclusivamente de pessoas de origem ou ascendência francesa e, exceptuando os oficiais do impressor, não nos custa admitir que João da Costa e Rafael Bluteau fossem apoiantes da sua estratégia política.

Rafael Bluteau foi sempre olhado pelos seus contemporâneos de forma suspeita, que este caso parece confirmar. Daí a pertinência deste comentário de Hernâni Cidade:

Teria ele utilizado a sua capacidade de insinuação e influência para servir, além dos interesses religiosos da sua ordem, a política de Luís XIV em Portugal? Assim o repetiam os seus inimigos; assim lho assacam nas cartas anónimas, a que ele consagra um capítulo das suas *Prosas Portuguesas*, e assim chega a ser, nas esferas governativas, senão convicção perfeita, ao menos motivo de prevenções que o obrigaram, uma vez, a retirar para França (1697-1704), e outra, quando da guerra dos Sete-Anos, a cir-

cunscrever à elaboração do seu *Vocabulário*, e na clausura de Alcobaça, uma actividade parece que temivelmente irrequieta.<sup>82</sup>

Graça Almeida Rodrigues realça que um aspecto a reter na organização da imprensa clandestina é a convivência entre livreiros e diplomatas, e ilustra esta afirmação com o caso do mercador de livros leonês, Gaspar Trichel, que, em 1559, teve obras apreendidas em Portugal, por se tratar de livros protestantes. Estes foram, no entanto, restituídos pelo Cardeal D. Henrique a pedido do Embaixador francês em Lisboa, Jean Nicot.<sup>83</sup>

João da Costa também estava conivente com a situação, e só por ele se ter disposto a imprimir o opúsculo, este veio à luz do dia. Além disso, induziu os seus oficiais a trabalharem na oficina clandestina de Guénégaud.

A ligação de Bluteau a João da Costa também é estreita, o que leva o teatino a indicar, em 1674, o nome do impressor francês como uma das possíveis testemunhas a inquirir no seu processo para qualificador do Sto. Offício.<sup>84</sup>

Apesar de todos os esforços desenvolvidos, não conseguimos encontrar esta obra, pelo que temos de nos socorrer da sua descrição por via indirecta. Baseamo-nos no *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*:

*Advertencia / Que hum Ministro do Principe / D. PEDRO / LHE FAZ SOBRE O ESTADO DO / Reyno de Portugal. // 1677. S. ind. de l. n. de d. (sec. XVII). In-4º de 23 págs., afóra uma em branco.*<sup>85</sup>

É acompanhada do seguinte comentário:

Não tem frontispício propriamente dito; o título acima transcrito vem no alto da primeira página, encimando o texto. Muito interessante e raríssimo.<sup>86</sup>

Também no *Dicionário Bibliográfico Português* Brito Aranha descreve esta espécie. Fá-lo, no início do século, a partir do exemplar existente na B.N.L.<sup>87</sup> e a sua descrição coincide com a do *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*. Assinala, contudo, que

---

<sup>82</sup> CIDADE, Hernâni. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*. Coimbra, Coimbra Editora, 6ª ed., 2 vols., 1975; vol. 2, p. 32.

<sup>83</sup> Cf. RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 43.

<sup>84</sup> Cf. DESLANDES, Venâncio. *Ob. cit.*, p. 233.

<sup>85</sup> *Catálogo da Importante e Preciosíssima Livraria que pertenceu [...] aos Condes de Azevedo e Samodães*. Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 2 v., 1921; vol. 1, p. 10, nº 38.

<sup>86</sup> *Catálogo da Importante e Preciosíssima Livraria que pertenceu [...] aos Condes de Azevedo e Samodães*. Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 2 v., 1921; vol. 1, p. 10, nº 38.

<sup>87</sup> Não nos foi possível localizar na B.N.L. este exemplar. Dos catálogos onomástico e didascálico não consta a sua ficha. Esta somente existe no ficheiro cronológico, sendo-lhe atribuída a cota H.G. 6800P. Trata-se de uma miscelânea, tal como Brito Aranha referencia, mas, pelo que nos foi dado ver, este opúsculo foi retirado, ou mais precisamente arrancado, pelo que não tivemos a possibilidade de o observar. Desconhece-se na B.N.L. que lhe tenha sido atribuída outra cota, ou integrado noutra núcleo documental e considera-se «desaparecido». Em relação à edição francesa também não tivemos melhor sorte. Quer no *Catalogue Général des Livres Imprimés de la Bibliothèque Nationale de Paris* quer no *Dictionnaire des Oeuvres Anonymes* de Barbier não encontramos qualquer referência.

lhe falta o rosto e algumas declarações preambulares e que no alto da primeira página em manuscrito, letra da época, se pode ler a seguinte nota:

O Sr. Inquisidor Geral, que mandou proibir este papel, me deu licença para o ter e ler.  
Lisboa, 4 de Junho de 1677.<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii*. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 24 t., 1852-1972; t. 18 (1906), p. 229.

## **2. A INQUISIÇÃO E A CLANDESTINIDADE EDITORIAL**

## A INQUISIÇÃO E A CLANDESTINIDADE EDITORIAL

À Inquisição coube, desde a data da sua criação, a censura literária. Não sendo esta o único domínio das suas competências, mereceu-lhe, no entanto, particular atenção pelo perigo que podia advir da publicação e circulação de obras heréticas.

Veríssimo Serrão, procurando evidenciar o facto de que a captação histórica do Sto. Ofício não pode fazer-se num todo global, mas sim por momentos cronológicos de que não devem estar ausentes as correntes ideológicas e motivações da sociedade, conclui:

A história do Sto. Ofício tem de assentar, como base fundamental, no estudo dos seus processos, que revelam as formas e limites de actuação dos inquisidores.<sup>1</sup>

Para a história da clandestinidade editorial, os processos da Inquisição são, também, uma pedra fundamental. Nenhum outro núcleo documental oferece as virtualidades que este apresenta, pois os processos, tendo como base principal denúncias e confissões, contêm testemunhos escritos, da época, muito minuciosos que permitem identificar autores e cúmplices de obras impressas clandestinamente e reconstituir as circunstâncias em que ocorreu a sua publicação.

São um manancial precioso de informação. Atesta-o o facto de que, até hoje, grandes mistérios de edições clandestinas foram desvendados através do seu estudo. Pena é que, por falta de tratamento arquivístico adequado, se torne praticamente impossível penetrar neste espólio documental, o que mereceu ao Prof. Artur Anselmo o comentário seguinte:

Da forma como as coisas estão, só à custa de muita canseira (ou por golpe de sorte) poderá um investigador, trabalhando isoladamente e com o tempo bem contado, fazer descobertas importantes na floresta documental que se lhe depara.<sup>2</sup>

O estudo que fizemos de alguns processos, instaurados entre 1740 e 1755, permite-nos esclarecer alguns casos de obras impressas clandestinamente e concluir que o acervo documental da Inquisição é, também, neste âmbito, um filão precioso e inesgotável.

---

<sup>1</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa, Verbo. 12 v., 1977-1990; v. 3 (1980), p. 263.

<sup>2</sup> ANSELMO, Artur. *Camões e a Censura Literária Inquisitorial*. Braga, Barbosa e Xavier, 1982, p. 52.

Para a Inquisição de Lisboa e Coimbra, o inventário dos processos é feito de uma forma muito deficiente. Na sua descrição consta apenas o nome do acusado (não completo) e a data em que se iniciou o processo. Não sendo indicada a profissão nem o crime cometido pelo acusado, só consultando caso a caso se fica a saber se o processo interessa ou não para o tema que estamos a tratar. Havendo milhares de processos, este método torna-se, naturalmente, impraticável. Em 1990, Maria do Carmo Dias Farinha anunciava em *Os Arquivos da Inquisição* que os índices da Inquisição de Lisboa e Coimbra "estão actualmente a ser remodelados". Esperamos que brevemente se possa trabalhar este núcleo documental de forma mais sistemática. Cf. FARINHA, Maria do Carmo Jasmims Dias. *Os Arquivos da Inquisição*. Lisboa, A.N.T.T., 1990, p. 31

## 2.1. CONTRAFACÇÕES

### 2.1.1. Lista do Auto-de-Fé de 18 de Junho de 1741

Em 11 de Agosto de 1741, João Carvalho Rosa, impressor, de trinta e três anos, casado com Teresa Josefa, natural e morador em Lisboa, na rua dos Espingardeiros, compareceu perante o inquisidor Simão José Silvério Lopes para "apresentar-se de culpas pertencentes a esta Mesa para que tinha concorrido e denunciar das pessoas que foram cúmplices nas mesmas culpas".<sup>3</sup>

Declarou que, havia cerca de um mês e vinte e três dias pouco mais ou menos, no domingo, em que se celebrava nesta cidade o Auto Público de Fé e se "contavam dezouto do mês de Junho próximo passado",<sup>4</sup> ao regressar a casa fora surpreendido com o seguinte facto:

Dous homens, que costumavam trabalhar na sua oficina, estavam com grande pressa despondo o que era preciso para se imprimir alguma cousa de novo.

João Carvalho Rosa revelou tratar-se de Manuel Antunes, oficial de tirador, solteiro, morador "nesta cidade às Olarias, no fim da rua da Oliveira, por cima de uma taverna defronte de umas casas novas", que trabalhava há algum tempo em casa de Francisco da Silva,<sup>5</sup> livreiro e impressor que tinha oficina "no Pateo chamado da audiência por detrás da Igreja de Santo

---

<sup>3</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 9108.

Este impressor não se encontra referido no artigo «Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII», de Ângela Barcelos da Gama, publicado no *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, nº 49-52 (1967), pp. 8-81. Para além dos casos de impressão clandestina em que esteve envolvido, temos conhecimento de que imprimiu duas obras. Uma, da autoria de Fr. Manuel da Cruz, intitula-se *Sermão de Nossa Senhora com o título de Soberana Pastora dos homens, pregado na soleníssima Festa que se fez à mesma Senhora representada em sua imagem que veyo de Castella da Cidade de Badajós, na Igreja dos religiosos de S. Paulo, primeiro Eremita*. Lisboa, por João Carvalho da Rosa, 1742, 4º. Esta espécie aparece descrita na *Biblioteca Lusitana*, t. IV, p. 240, no *Catálogo Palha*, sob o nº 143, e no *Cat. da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, sob o nº 2114. O outro trabalho saído dos seus prelos é *Relação dos Prodigiosos Aparecimentos que foram vistos em Ungria*. Lisboa, Na Officina de João Carvalho Roza, morador na rua direita dos Anjos, s.d. Existem dois exemplares na secção de reservados da Biblioteca Nacional, integrados em *Miscelâneas*, com as cotas Res. 1350<sup>23</sup>P (microfilme 4415) e Res. 1355<sup>23</sup>P. A sua descrição figura também no *Cat. da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, com o nº 7377. Pouco mais sabemos sobre este impressor. No entanto, através de outro processo da Inquisição de Lisboa, que tratamos a páginas 95-96 deste trabalho, o impressor José da Silva da Natividade, no seu depoimento em 1744, denunciou obras impressas clandestinamente por João Carvalho Rosa e afirmou que este já não tinha imprensa porque a vendera o ano anterior. Assim, pelos dados disponíveis, podemos balizar a actividade profissional de João Carvalho Rosa entre 1741 e 1743.

<sup>4</sup> Trata-se do Auto-de-Fé celebrado pela Inquisição de Lisboa no dia 18 de Junho de 1741, na Igreja do Convento de S. Domingos, sendo Inquisidor-Geral D. Nuno da Cunha. O sermão foi pregado por Frei Crispim de Oliveira, dominicano, e foram penitenciadas quarenta e quatro pessoas, vinte e sete homens e dezassete mulheres. Cf. MENDONÇA, José Lourenço D. de. e MOREIRA, António Joaquim. *História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa, IN – CM, 1980, pp. 186-187.

<sup>5</sup> Ângela Barcelos da Gama, no artigo atrás referido, situa o período de actividade do impressor Francisco da Silva entre 1742 e 1755. Pela denúncia de João Carvalho Rosa ficamos a saber que, em 1741, Francisco da Silva exercia já o ofício de impressor e a sua oficina, tal como nos anos seguintes, se localizava junto à Igreja de Santo António de Lisboa.

António", e de Francisco Xavier da Silva, antigo soldado da Junta, viúvo, natural de Lisboa, com domicílio incerto porque:

[...] umas vezes assiste junto a Igreja de Nossa Senhora do Socorro e outras em casa de uns cunhados que tem, impressores, e moram detrás da Igreja de S. Domingos desta cidade, chamados vulgarmente os Pinheiros.

Ao aperceber-se de que pretendiam a sua colaboração para imprimirem "umas listas do dito Auto-de-Fé por uma que já nesse tempo tinham havido", quis embaraçá-los e repreendeu-os "por quererem meter-se em semelhante obra". Estes, no entanto, não se mostraram agastados com a situação e o "correram dizendo-lhe que assim se costumava fazer sempre, razão porque ele declarante se aquietou e consentiu que se imprimissem as ditas listas no seu prelo", tendo sido Francisco Xavier da Silva o componedor e Manuel Antunes o impressor.

João Carvalho Rosa declarou também que, por não haver na sua oficina "letra alguma florida como era a que dava princípio às listas que o Santo Ofício mandou imprimir", Francisco Xavier da Silva solucionara o problema da seguinte forma:

Cortou a dita letra da Lista que já tinha e, pregando-a em um bocadinho de papelão, o foi levar a casa de um Miguel Freire, abridor, que foi sargento do Regimento da Junta, [...], morador na rua da Crasta, o qual com efeito lhe abriu a dita letra.

Miguel Freire entregou o seu trabalho a Francisco Xavier da Silva, em casa de João Carvalho Rosa, e pelo serviço prestado cobrou um cruzado. João Carvalho Rosa soube de todos estes pormenores por Manuel Pinhão, livreiro que "então assistia em casa dele declarante" e presenciara aqueles factos.

Era, também, de seu conhecimento que, após a impressão das listas referidas, os oficiais as mandaram vender "por um homem a quem não sabe o nome e tem por alcunha o Grande, e mora por baixo do dito Manuel Antunes" e também por uns cegos que habitualmente vendiam no Terreiro do Paço e "lhas pagavam pelo preço de dous vinténs e trinta réis, de cujo produto deram a ele declarante dezasseis tostões". João Carvalho Rosa terminou o seu depoimento mostrando-se arrependido de ter "concorrido com o seu prelo e com as suas letras" para a contrafacção das listas do Auto-de-Fé de 18 de Junho de 1741, declarou nada mais ter a confessar e pediu misericórdia. Mas o interrogatório prosseguiu. O Inquisidor quis saber a razão por que só naquela altura se decidira "a apresentar-se de suas culpas e a denunciar das pessoas de quem agora denunciou".

João Carvalho Rosa disse ignorar que o devia fazer, visto os seus oficiais lhe terem assegurado "que imprimiram todas as vezes que se celebravam Autos da Fé". Porém, falando sobre este assunto com Frei Bernardo do Desterro, religioso de São Domingos, este "lhe dera a conhecer a sua culpa e advertira a obrigação que tinha de vir a esta Mesa", o que fizera de imediato. Foi de novo admoestado e "mandado para fora", sendo determinado que continuasse a vir à sala da Inquisição "todos os dias não feriados, de manhã às sete horas e de tarde às três, até se findar a sua causa".

Ao processo juntaram-se cópias das confissões dos dois oficiais implicados no caso. Os seus depoimentos não coincidem totalmente com o de seu Mestre, João Carvalho Rosa, e este não é, de forma alguma, ilibado de responsabilidades.

Em 21 de Agosto [1741], Francisco Xavier da Silva, cristão-velho, de vinte e quatro anos, oficial de compositor e antigo soldado-infante do Regimento da Junta, viúvo de Maria Rosa, natural de Lisboa, e morador na rua do Chão do Outeiro, preso nos cárceres secretos da Inquisição desde o dia 12, foi ouvido a seu pedido pelo inquisidor José Silvério Lobo.

Confessou que, no sábado, véspera do dia em que se celebrou o Auto-de-Fé de 18 de Junho [de 1741], Manuel Antunes, seu companheiro, oficial de tirador ou impressor, natural de Ponte de Lima e morador no beco dos Almocreves, o procurara e lhe propusera "comporem e imprimirem a lista do referido Auto, para se utilizarem do produto de tal impressão e repartirem os lucros dela". Apesar de lhe repugnar aceitar tal proposta, ponderadas as "razões que ele lhe dera, ajustaram entre si o fazer para o dito efeito a impressão". Como nem ele nem Manuel Antunes tinham "prelo ou impressão própria, se valeram do seu mesmo Mestre, chamado João Carvalho Rosa, natural e morador nesta cidade na rua dos Espingardeiros".

Este, sem levantar qualquer objecção, deu-lhes licença para a impressão e consentiu "que fizessem tudo o que intentavam e se servissem de sua casa e prelo e mais cousas pertencentes a ele". Seguidamente, Francisco Xavier da Silva confirmou as palavras do seu Mestre, ao confessar que, não havendo na oficina de João Rosa "uma letra florida para dar princípio à obra", fora ele próprio falar a um abridor de estampas. Não o encontrando em casa, apesar de serem horas de jantar, encomendara a letra à sua mulher, pedindo-lhe a maior brevidade. Na manhã do dia seguinte, o abridor levara-lhe a letra "já feita e aberta da mesma sorte que ele confitente a tinha encomendado, e era em tudo semelhante à mesma que se via nas Listas que se imprimiram no Santo Ofício".

A impressão começara logo nessa terça-feira à tarde e terminara no dia seguinte, tendo sido impressas vinte e uma mãos<sup>6</sup> de papel. Ele, declarante, fora o compositor e Manuel Antunes o impressor e tirador. Na impressão participara também Manuel Pinhão, oficial de livreiro, solteiro, natural de Lisboa, sendo seu encargo dar a tinta e bater as listas, e João Carvalho Rosa "consentindo e dando letra e prelo para a dita impressão". Francisco Xavier da Silva declarou também que Inocêncio Fernandes, impressor, solteiro, morador no beco dos Almocreves, e Cipriano Martins, também residente no mesmo beco, estavam sabedores de tudo. Disse, finalmente, nada mais ter a confessar, pois foram aquelas as culpas que cometera, e não o fizera com intenção de ofender o Santo Ofício mas unicamente "por querer utilizar-se de algum dinheiro que com a impressão das ditas haviam de ganhar".

Nesse mesmo dia 21 de Agosto de 1741, foi ouvido em audiência Manuel Antunes, cristão-velho, impressor, solteiro, de quarenta e dois anos, filho de Manuel Antunes, tanoeiro, e

---

<sup>6</sup> Uma mão de papel corresponde a um maço de 25 folhas, isto é a vigésima parte da resma. Cf. FARIA, Maria Isabel e PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1988, p. 215.

Maria Rodrigues, natural do lugar de Talaregas, freguesia de S. João da Ribeira, termo da vila de Ponte de Lima, e morador em Lisboa.

Confessou<sup>7</sup> que, na terça-feira depois de domingo em que se celebrara o Auto-de-Fé, aos dezoito de Junho de 1741, "se justara ele, confitente, com seu companheiro Francisco Xavier da Silva (...) a comporem e imprimirem a Lista do referido Auto para se utilizarem do produto dela".

Ao contrário do seu cúmplice, Manuel Antunes revelou que se imprimiram cerca de trinta mãos de papel e que, dado o número pequeno de exemplares, a impressão começara nessa terça-feira de tarde e terminara "pelas dez horas da mesma noite". Quarta-feira foi o dia em que Francisco Xavier da Silva foi "vender todas as referidas listas". Para além de Inocêncio Fernandes e Cipriano Martins, também, segundo Manuel Antunes, a mulher de João Carvalho Rosa, Teresa Caetana, e uma sua criada, chamada Benta, tinham conhecimento da impressão fraudulenta da Lista do Auto-de-Fé.

O processo de João Carvalho Rosa segue a tramitação normal dos processos inquisitoriais. Cerca de um ano mais tarde, em 10 de Julho de 1742, foi-lhe lida a prova de justiça, no dia seguinte o Promotor Fiscal do Sto. Officio anunciou que "o processo estava em termos de se fazer publicação da prova de justiça", e em 12 de Julho foi o réu, novamente, admoestado a "acabar de confessar as suas culpas e a verdadeira tenção que teve em cometer as que tem confessado". João Carvalho Rosa declarou nada mais ter a confessar e os Inquisidores decidiram que "corresse seu processo os termos ordinários". O processo que localizámos termina aqui e não encontrámos nenhum outro que diga respeito a este impressor, pelo que ignoramos se foi ou não penalizado pela sua participação indirecta na contrafacção da *Lista das Pessoas que saíram no Auto-de-Fé de 18 de Junho de 1741*. Relativamente aos dois oficiais implicados nada mais conseguimos apurar.

Tivemos a oportunidade de ver dois exemplares da lista mencionada.<sup>8</sup> O confronto entre ambos leva-nos a concluir que são iguais, pelo que não podemos afirmar com rigor se se trata da verdadeira edição ou se estamos perante a contrafacção executada na oficina de João Carvalho Rosa pelos seus antigos oficiais.

---

<sup>7</sup> O seu depoimento é praticamente idêntico ao de Francisco Xavier da Silva, pelo que só assinalamos os aspectos em que divergem.

<sup>8</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, Livro 7 e Conselho Geral do Santo Officio, Livro 435, f. 307-309.

# LISTA DAS PESSOAS,

QUE SAHRAO, CONDENACOES, QUE TIVERAO, E SENTENCAS,  
que se lerao no Auto publico da Fé, que se celebrou na Igreja do Convento  
de S. Domingos desta Cidade de Lisboa Occidental em Domingo  
18. de Junho de 1741.

SENDO INQUISIDOR GERAL  
O EMINENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR  
**NUNO DA CUNHA,**  
PRESBITTERO CARDEAL DA SANTA IGREJA DE ROMA  
do titulo de Santa Anastasia, do Concelho de Estado de S. Magestade.

## HOMENS.

### ABJURACAM DE LEVE.

*Num. Indice.*

1 40



ANOEL Jorge, o Catatê, natural da Freguezia de Castellão, e morador no Lugar de Gandra, Freguezia de Villa Chã, Bispoado de Coimbra; por fazer curas supersticiosas com presumpção de ter Pacto com o Demonio.

2 41

José Gonçalves da Veiga, que usa de Cirurgia, natural de Quintella de Lampaças, termo da Cidade de Bragança, sem domicilio certo; por dizer proposições hereticas, e blasfemas contra o Mytherio da Santissima Trindade, e Pureza da Virgem Nossa Senhora, e por fazer curas supersticiosas.

3 24

Antonio Soares de Castro, Cirurgião, natural da Villa de Monção, Arcebispado de Braga, e morador na Cidade do Rio de Janeiro; por casar segunda vez, sendo viva sua primeira, e legitima mulher.

### ABJURACAM DE VEHEMENTE.

4 36

FR. Juanario de S. Pedro, aliás Fr. José de Igoareta, Religião Leigo professô de certa Religião, natural da Cidade de Quito, Reino do Perú, e assistente na Cidade da Bahia; por se fingir Sacerdote, e Ministro do Santo Officio, e com esse pretexto fazer algumas prissões, e confiscações de bens; e dizer Missa, prégar, confessar, e baptizar totemmente.

### PESSOAS, QUE NAM ABJURAM, E LEVAM HABITO.

5 55

Antonio Fróes Nunes, X. N. Administrador do Contrato do Paço da Madeira, natural da Villa da Covilhã, Bispoado da Guarda, e morador nesta Cidade, reconciliado que foi por culpas de Judaísmo no Auto publico da Fé, que se celebrou na Igreja do Convento de S. Domingos desta Cidade aos 13. de Outubro de 1726. preso segunda vez por relapsia das mesmas culpas.

6 65

Manoel Pereira Matoso, aliás Manoel Pereira de S. José, que vive de sua industria, natural da Freguezia de Gondarem, termo de Villa-nova da Cerveira, Arcebispado de Braga, e morador nesta Cidade, reconciliado que foi por culpas de heresia no Auto publico da Fé, que se celebrou no Rocio della Cidade aos 30. de Julho de 1709. preso segunda vez por usar de Astrologia Judiciaria, e Arte de Chiromancia com presumpção de ter Pacto com o Demonio, e por sentir mal do recto procedimento do Santo Officio.

PRI-



*Pena.*

*Carcere a arbitrio, e 2. annos para o Bispoado de Leiria.*

*Açoutes, e 5. annos para Castro Marim.*

*Açoutes, e 5. annos para guisa.*

*Inhabilitado para ser promovido a Ordem, e 10. annos para guisa.*

*Carcere, e habitos perpetuos sem venijãs.*

*O mesmo, açoutes, e 5. annos para guisa.*

### 2.1.2. *Cópia de huma Revelação que foi feita a Santa Isabel e Santa Brízida*

No dia 16 de Abril de 1750, a Mesa do Sto. Ofício tem em seu poder um "Papel"<sup>9</sup> e sobre ele pede parecer ao qualificador Frei Nicolau da Assumpção, pretendendo "que diga o que sente a respeito do que nele se contém e se pode ou não permitir que corra".

Frei Nicolau da Assumpção pronunciou-se de forma inequívoca:

O que sinto do papel incluso que V. S. me manda ver é que é falsa a revelação que nele se contém, não só quanto aos martírios da Paixão de Cristo Nosso Senhor em que se opõem à doutrina comua das Escrituras, especialmente em afirmar que Cristo fora duas vezes açoutado [...], mas também quanto às suas promessas vans, temerárias, supersticiosas e fabulosas. Não se pode permitir que corra, pelo grande dano que causará aos Fiéis, enganando-os para que confiados temerariamente nestas promessas deixem o verdadeiro caminho da Salvação, indústrias de que costumam valer-se os hereges. [...]. Também este papel se acha compreendido na proibição da 6ª Regra Geral do Índice de Portugal, na letra T – verbo *Tratados ou Orações*.

Perante tal parecer, em 24 de Abril, a Mesa do Santo Ofício da Inquisição remeteu o "Papel" e o respectivo parecer do seu qualificador ao Inquisidor-Geral, sublinhou que se tratava de uma "suposta e temerária revelação muito prejudicial à indubitável certeza da salvação [...]", informou que lhe constava que "o dito papel se imprime e está publicamente vendendo nesta cidade em casa de um livreiro chamado José da Silva, morador junto à Igreja de Santa Justa" (o qual fora chamado, juntamente com outros impressores, em 1746, àquela Mesa e nela assinara um termo comprometendo-se a nada imprimir sem licenças), e pediu que Sua Em.<sup>a</sup> fosse servida determinar-lhes a providência que naquela matéria deviam dar para "se evitarem semelhantes desordens".

Nesse mesmo dia, o Inquisidor-Geral ordenou que os Inquisidores de Lisboa "mandassem logo dar busca em casa do impressor José da Silva e extrair dela todos os exemplares da cópia inclusa", e que fizessem sumário contra o dito impressor, de que dariam conta ao Promotor do Sto. Ofício para requerer o que fosse justiça.

José da Silva Natividade, em 25 de Abril de 1750, confessou voluntariamente as suas culpas perante o Inquisidor, Manuel Varejão de Távora. Disse que, na manhã daquele mesmo dia, por volta das sete horas, tinham ido a sua casa por ordem daquele tribunal procurar uma "Oração impressa que tem por título – *Cópia de uma Revelação que foi feita a Santa Isabel e Santa Brízida*", a qual ele declarante imprimiu diversas vezes. A primeira vez, fê-lo a pedido do capelão do Conde de Povolide, chamado Padre Inácio, "levando-lhe [este] para esse efeito outra impressa do mesmo teor para que lha reimprimisse", o que fez em doze mãos de papel. Alguns dias mais tarde, o mesmo capelão procurou-o e pediu-lhe novamente que reimprimisse a *Oração* em vinte mãos de papel, o "que também lhe imprimiu na mesma forma e deu ao dito Padre para ele dispende como quisesse".

<sup>9</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo n.º 2630. Trata-se de *Cópia de huma revelação que foi feita a Santa Isabel e Santa Brízida*, oração proibida pelo Índice.

Também nessa altura, foi falar-lhe com o mesmo intuito "outro criado do mesmo Conde, chamado António da Cunha", e a seu pedido imprimiu-lhe a Oração "em dezassete para dezoto mãos de papel". E "na mesma forma" imprimiu para si vinte e uma mãos de papel, "das quais tem vendido uma grande parte a todas as pessoas que a iam procurar", restando-lhe apenas dez ou doze mãos de papel que "entregou para esta Mesa na forma que se lhe ordenou". Disse, também, que para a impressão daquela Oração "não teve nem alcançou as licenças costumadas do Santo Ofício", e só se decidiu a fazê-lo por lhe ter sido mostrada "outra oração impressa do mesmo teor". Segundo o que lhe foi dito pelo Padre Inácio, capelão do Conde de Povolide, a Oração "se tinha dado primeira vez ao prelo na rua dos Espingardeiros desta cidade e oficina que hoje é dos herdeiros de António Pedroso Galvão".

José da Silva Natividade terminou a sua confissão reconhecendo o erro em que tinha caído, apontou como explicações para o seu procedimento o facto de ver que a dita oração declarava no fim ser impressa com as licenças necessárias, e de esta lhe ter sido levada "pelo dito clérigo que ele reconhecia por capelão da Casa do dito Conde", mostrou-se muito arrependido e pediu perdão.

As averiguações prosseguiram e, em 22 de Maio desse ano [1750], foram chamadas a depor as duas primeiras testemunhas: Padre Inácio de Oliveira, natural da vila de Viana e morador em Lisboa às Olarias, capelão do Conde de Povolide, e Luís António da Cunha, natural de Oeiras e morador em Lisboa, na Calçada do Carmo, criado em casa do mesmo Conde. O interrogatório, igual para as duas testemunhas, organizava-se à volta de três questões fundamentais: se mandara imprimir uma Oração que tem por título – *Cópia de uma Revelação que foi feita a Santa Isabel e Santa Brízida*; quem fora o impressor que a dera ao prelo, e que fundamentos tivera para isso.

O Padre Inácio de Oliveira declarou que, indo, como habitualmente, dizer Missa a casa do Conde de Povolide, vira já impressa a Oração mencionada "na mão do copeiro da mesma casa, chamado Clemente José", ignorando, no entanto a sua proveniência. E que "entrando o filho primogénito da mesma casa, chamado José da Cunha, na curiosidade e apetite de a fazer reimprimir", lhe pediram [a ele declarante] que fizesse as diligências necessárias, pelo que foi falar com o impressor José da Natividade. Este reimprimiu "uma grande quantidade de mãos de papel", que o fidalgo "distribuiu depois por quem lhe pareceu", e era certo que não tinham tirado as licenças "porque, como o original se achava impresso, não teve dúvida o dito impressor em o reimprimir". O Padre Inácio de Oliveira deixou claro que agiu "sinceramente e sem conhecimento do mal que obrava", pois se soubesse que a Oração não era aprovada pelo Sto. Ofício "não entraria em semelhante diligência". A sua boa-fé ficava demonstrada, disse ao finalizar o seu depoimento, pela pronta obediência com que trouxera àquela Mesa "todas quantas cópias pôde adquirir daquela impressão".

Luís António da Cunha, na primeira parte do seu depoimento, confirmou as declarações prestadas pela testemunha anterior, ao afirmar que o Padre Inácio de Oliveira, para satisfazer os desejos do filho mais velho do Conde de Povolide, fora incumbido de mandar reimprimir a

Oração que o copeiro tinha em seu poder, e que para isso procurara o impressor José da Silva da Natividade. Fizeram-se mais de quinhentas cópias, as quais foram entregues a D. José da Cunha, que "as distribuiu por quem lhe pareceu". Acrescentou que, "vendo-se ele testemunha também perseguido pelos mesmos papéis", mandou imprimir dezassete mãos de papel, "que repartiu pelas pessoas que lhos pediram". Disse, ainda, que agira sinceramente por entender que a *Revelação* se achava aprovada pelo Santo Ofício. A sua recta intenção comprovava-se, pois, chamado à Mesa, "trouxe a ela todo o resto que ainda tinha em seu poder sem lhe ficar algum dos ditos papéis", e se soubesse que se tratava de uma oração proibida "não entraria em semelhante diligência".

Continuando na averiguação do sucedido, e face aos depoimentos do Padre Inácio de Oliveira e Luís da Cunha, em 26 de Maio de 1750, o Inquisidor fez comparecer perante si Clemente José da Costa, natural de Linhares, termo da Torre de Altamira e copeiro em casa do Conde de Povolide.

Sendo-lhe perguntado se tinha em seu poder uma Oração intitulada *Cópia de uma Revelação que foi feita a Santa Isabel e Santa Brízida* e se sabia "a primeira impressão aonde ela foi dada ao prelo", retorquiu que era amigo de Manuel de Sousa, "oficial em uma imprensa que há na rua dos Espingardeiros desta Corte, não sabe quem é o dono dela", e que este lhe deu uma cópia da Oração em causa, dizendo-lhe "ser cousa boa e estimável". Tinha sido impressa "na sua imprensa da dita rua dos Espingardeiros", por recomendação de uma Senhora que lhe não declarou quem era, a qual "mandou imprimir muito em segredo umas cinquenta cópias". Manuel de Sousa ofereceu a Clemente José uma cópia que um seu colega de oficina lhe dera, e foi esta "a que ele lhe deu em boa-fé em casa de seu amo o Excelentíssimo Conde de Povolide para se tornar a reimprimir", sendo sua convicção que a Oração era "boa e aprovada pelo Santo Ofício".

Face às declarações de Clemente José da Costa, era imperativo ouvir o depoimento de Manuel de Sousa, oficial de impressor, de quarenta e seis anos, natural de Bunhós, termo de Montemor-o-Velho, e morador em Lisboa, no beco do Organista, junto à rua dos Cavaleiros.

Manuel Varejão e Távora, inquisidor, mandou-o vir à sua presença em 5 de Junho desse ano [1750]. Instado a tudo confessar, declarou que, "assistindo ele declarante na imprensa de Francisco Borges de Sousa, na rua dos Espingardeiros", viu e presenciou que o oficial de impressor Domingos Araújo, morador na rua da Condessa, "que de presente se acha na Imprensa dos Religiosos de São Vicente, e então trabalhava na oficina de Francisco Borges de Sousa", deu nela ao prelo "a oração de que acima se faz menção". Era também do seu conhecimento que tinham sido impressas "umas vinte cópias pouco mais ou menos". Ficou com uma em seu poder, por lha ter dado Domingos Araújo, e foi esse exemplar que, depois, ofereceu ao copeiro do Conde de Povolide, Clemente da Costa, desconhecendo, todavia, "por que ordem fez o dito oficial a referida impressão, nem se tinha para ela licença do Santo Ofício, nem a quem deu as mais cópias que lhe ficaram".

Nada mais acrescentou, mas os factos estavam apurados. Com base neste sumário de culpas, o Promotor Fiscal apresentou, conforme o Regimento do Santo Ofício, o seu requerimento. Dando como provado que José da Silva da Natividade reimprimira por diversas vezes a *Oração de Santa Isabel e Santa Brízida*, "qualificada como falsa em sua doutrina, por se opor ao comum dos escritores, e como danosa aos fiéis por conter promessas vãs, temerárias, supersticiosas e fabulosas", sem obter licenças daquele Santo Tribunal, onde assinara, em 1746, um termo comprometendo-se a nada imprimir sem as licenças necessárias, mesmo que já estivesse impresso; considerando que a sua apresentação voluntária fora dolosa, já que na manhã desse dia tinham ido a sua casa por ordem daquele tribunal buscar todas as cópias daquela Oração, "de que se colhe que o temor da justa pena que merecia e lhe estava eminente, e não o arrependimento da culpa, ou o propósito da emenda, o trouxe violento e constrangido a comparecer neste Tribunal para elidir a prova que receava"; e tendo em atenção que pelo seu procedimento se concluíra que, para além de imprimir o "papel pernicioso" que segundo o Regimento devia ser queimado, fora sua intenção "ler, reter, publicar de propósito e vender como útil uma oração má e proibida", o Promotor requereu à Mesa do Santo Ofício que fosse decretada "a prisão nos cárceres do Santo Ofício como suspeito na Fé ao dito delato José da Silva da Natividade para, neles preso, ser processado na forma do Regimento".

O Promotor Fiscal pronunciou-se também sobre Domingos Araújo. Considerando que era "gravemente indiciado de dar primeiro ao prelo na rua dos Espingardeiros, que é de Francisco Borges de Sousa", a oração mencionada, e sendo àquela data oficial "na oficina de São Vicente de Fora, na qual é fama pública se têm imprimido sem licenças muitos papéis, talvez por atrevimento e negociações deste dito oficial", requereu o Promotor que, "para prova mais legal contra o delato Domingos Araújo, mand[assem] chamar a esta mesa, para serem inquiridas sobre o referido, algumas pessoas que trabalhassem naquele tempo na dita irnprensa na rua dos Espingardeiros e das que trabalham ao presente na de São Vicente".

O requerimento do Promotor foi visto na Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa em 6 de Junho de 1750, e "pareceu a todos os votos" que José da Silva da Natividade delinqüira gravemente ao imprimir sem licenças do Sto. Ofício a "suposta e temerária Oração", sendo essa circunstância nele mais agravante por ter "assinado termo de não imprimir coisa alguma sem a dita licença". Porém, visto se ter apresentado voluntariamente na Mesa do Santo Ofício e ter confessado suas culpas, decidiu-se que continuasse o seu processo como apresentado delato e que no final fosse sentenciado e castigado como parecesse justo.

Em relação a Domingos Araújo, foi deliberado que "fosse chamado na mesma forma àquela Mesa e nela examinado pelo dito facto".<sup>10</sup>

A decisão da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa foi confirmada, no dia seguinte, pela da Mesa do Conselho Geral, "em presença de Sua Eminência".

---

<sup>10</sup> Na documentação consultada no A.N.T.T., não encontramos nenhum sumário, processo ou averiguação referente a este oficial de impressor.

Cerca de dois anos mais tarde, a Oração voltou a circular. Disso se deu conta o Promotor Fiscal do Sto. Ofício requerendo, de imediato, à Mesa do Sto. Ofício da Inquisição de Lisboa que a mandasse recolher e se averiguassem as circunstâncias em que ocorrera a sua impressão, para evitar "o dano espiritual gravíssimo que semelhantes perniciosas orações introduzidas causam aos fiéis".

Aludindo à decisão da Mesa do Conselho Geral em relação ao impressor José da Silva da Natividade, "cujo processo se não tem continuado, tendo-se resolvido [...] que o dito impressor se processasse como apresentado delato", denunciou o Promotor que a Oração apareceu "agora novamente impressa e a vendem pela rua a 50 e 80 [réis]" cada uma nesta Corte". Tinha também conhecimento, através de Manuel Joaquim Bernardes, cabo de esquadra de uma das companhias do Regimento do Monteiro-Mor-do-Reino, que se "naviam vendido em grande número para os Brasis<sup>11</sup> e espalhado muita quantidade pelos habitantes desta Corte".

Face à denúncia do Promotor Fiscal, a Mesa do Sto. Ofício da Inquisição de Lisboa iniciou novas diligências, e ao processo foi junta a informação apresentada por Miguel Manescal da Costa, impressor do Sto. Ofício, em consequência das averiguações que fora incumbido de levar a cabo para identificar o delinquente.

Manescal da Costa informou que, impossibilitado de identificar a oficina pela análise da letra usada na Oração, mandara "por pessoa fidedigna" saber de Pedro Ferreira, também impressor, quem o teria feito. Este, não podendo "fazer juízo certo de quem fosse", remeteu um exemplar, "com certeza de que fora feito em casa da *Ridícula*,<sup>12</sup> isto é do Senhor José da Silva, morador a Santa Justa, e que constava os imprimia quando tinha falta deles". Miguel Manescal da Costa mandou também saber a casa de Francisco Xavier "se tinha feito alguma estampa com a amostra do papel que tem uma das figuras mais pequena", o que este confirmou:

Respondeu que sim, mas que não conhecia o sujeito, e que além dessa fizera outra para o tal José da Silva.

E em 12 de Julho, José da Silva da Natividade foi, de novo, chamado à presença do Inquisidor. Declarou que, após a segunda apresentação, "continuou a delinquir no mesmo crime de dar ao prelo na sua oficina vários escritos sem preceder licença alguma do Sto. Ofício", mas negou ter reimpresso a *Oração de Santa Brízida*. Face ao depoimento prestado e reincidência do arguido, o processo seguiu a tramitação habitual dos processos inquisitoriais, sendo proferida a sentença em 20 de Junho de 1753.

---

<sup>11</sup> Por provisão do régio tribunal da Real Mesa Censória, foi publicado em 16 de Agosto de 1770 em S. Luís do Maranhão um edital que, entre outras obras, mandava recolher a Oração intitulada *Cópia de uma Revelação que foi feita a St. Isabel e a St. Brízida*. Cf. A.N.T.T., Real Mesa Censória, Caixa nº 185 (antigo maço 671). Livros proibidos por Editais.

<sup>12</sup> Parece-nos evidente haver uma relação entre esta designação e o facto de o impressor ter dado ao prelo, clandestinamente, em 1744, na sua oficina, uma *Breve reposta ao insolente prologo da Ridícula Oração Academica recitada na academia do Sapateiro Antonio Ferreira de Mesquita*.



## COPIA DE HUMA REVELAÇÃO,

Aqual foy achada no Sepulchro, que tem sua Santidade em seu Oratorio, e sua Magestade em huma lamina, a qual foy revelada a Santa Izabel Se-  
latude, e Santa Brizida, que sendo irmãas, e estando em Oração men-  
tal, pedindo ao Senhor lhe dísse, e revelasse os martirios de sua  
Sagrada Paixão; o Senhor lhe appareceo, e lhe disse:

**M**uito amadas, e queridas servas minhas, sabey que os soldados, que me prenderão forão cincoenta, e oito; os que me trouxeraõ atado fo-  
raõ trinta; e os executores da Justiça forão trinta e dous; deraõ-me trinta pancadas na cabeça; e quando fuy prezo deraõ-me trinta empuxoens; cabi em caza de Armas sete vezes, levantarão-me, e de-  
raõ-me cento-e cincoenta açoites; deraõ-me cemte e oito demais em cima da ca-  
beça, nos peitos, deraõ-me nas espaduas duzentos e oitenta golpes, e fuy tra-  
zido pelas bãrbas, e cabellos da cabeça; trinta e duas vezes, forão dados em mim trinta empuxoens mortaes; na Columna deraõ-me cinco mil e seis cen-  
tos setenta e seis açoites; fizeraõ-me no corpo cinco mil e quinhentas chagas;  
fizeraõ-me na cabeça com a Coroa de espinhos mil feridas; e com a Cruz às  
costas as gotas de sangue, que cabiraõ do meu corpo em toda a minha Sagra-  
da Paixão, forão trinta e seis mil seis centas cincoenta e oito, qualquer pes-  
soa que rezar sete Padre-Nossos, e sete Ave Marias no espaço de doze annos,  
á honra, e louvor das gotas de sangue, que derramei em minha Sagrada Pai-  
xão, lhe concedo em primeiro lugar graças, e indulgencia plenaria, e remissão  
de todos os seus peccados; e em segundo lugar livralo-hey do Purgatorio; em  
terceiro lugar se morrer sem terem acabado o tempo desta reza lhe bastará,  
como se tivessem acabado toda; em quarto lugar os faço, como se fossem márti-  
res, e derramassem sangue por mim; em morrendo virey do Ceo á terça com os bra-  
ços a bertos a receber-lhes as suas Almas, e de todos os seus parentes que esti-  
verem no purgatorio, e os levarei a gozar da minha eterna Gloria; e quem trou-  
xer comigo esta oração será livre do demonio, e não morrera de morte súbita; e na  
caza donde estiver não en trará coufa triste; nem vizaõ; e se alguma mulher es-  
tive em perigo de parir, pondo-lhe na cabeça ou no pescoço parirá logo; e quem  
trouzer comigo, quarenta dias de sua morte lhe apparecerá a Virgem Santissima.  
Esta oração he vista pelo Santo officio, e aprovada.



## COPIA DE HUMA REVELAÇÃO.

A QUAL FOY ACHADA NO SEPULCHRO, QUE TEM SUA SANTIDADE em seu Oratorio, e Sua Magestade em huma lamina, a qual foy revelada a Santa Izabel Selatude, e Santa Brigida, que sendo irmãs, e estando em Oração mental, pedindo ao Senhor lhe dislesse, e revelasse os martyrios de sua Sagrada Paixaõ, o Senhor lhe appareceo, e lhe disse:

**M**UITO amadas, e queridas servas minhas, sabey que os Soldados, que me prenderaõ foraõ cincoenta e oito; os que me trouxeraõ atado foraõ trinta; e os executores da justiça foraõ trinta e dous; deraõ-me trinta pancadas na cabeça; quando fuy prezo deraõ-me trinta empuxoens; cabi em casa de Annas sete vezes, levantáraõ-me, e deraõ-me cento e cincoenta agoutes; deraõ-me cento e oito demais em cima da cabeça, e nos peitos; deraõ-me nas espadas duxentos e oitenta golpes, e fuy trazido pelas barbas, e cabellos da cabeça; trinta e duas vezes foraõ dados em mim trinta empuxões mortaes; na columna deraõ-me cinco mil e seiscentos setenta e seis agoutes; fizeraõ me no corpo cinco mil e quinbentas chagas; fizeraõ me na cabeça com a Coroa de espinhos mil feridas; e com a Cruz das costas as gotas de sangue, que cabiraõ do meu corpo em toda a minha Sagrada Paixaõ, foraõ trinta e seis mil seiscentas cincoenta e oito, qualquer pessoa que rezar sete Padre Nossos, e sete Ave Marias no espaço de doze annos, á honra, e louvor das gotas de sangue, que derramey em minha Sagrada Paixaõ, lhe concedo em primeiro lugar graças, e indulgencias plenarias, e remissão de todos os seus peccados, em segundo lugar livrallo-hey do Purgatorio; em terceiro lugar se morrerem sem terem acabado o tempo desta reza lhe bastará, como se a tivessem acabado toda; em quarto lugar os faço, como se fossem martyres, e derramassem sangue por mim; em morrendo virey do Ceo á terra com os braços abertos a receber-lhes as suas almas, e de todos os seus parentes, que estiverem no Purgatorio, e os levarey a gozar da minha eterna gloria. E quem trazer consigo esta Oraçaõ, será livre do demonio, e não morrerá de morte subita; e na casa donde estiver não entrará coufa triste, nem vizaõ; e se alguma mulher estiver em perigo de parir, pon-do-lha na cabeça, ou no pescoço parirá logo; e quem a trazer consigo, quarenta dias antes de sua morte lhe apparecerá a Virgem Santissima. Esta Oraçaõ he vista pelo Santo Officio, e aprovada.

### Palavras Santissimas contra maleficios diabolicos.

**I**N nomine Patris, & Filii, & Spiritus Sancti amen. † Hel † Heloym † Sochet † Emmanuel † Sabahot † Agia † Tetragrammaton † Agyos † Orheos † Ischiro † Athanasos † Ichova † Ya † Adonay † Sady † Homosion † Messias † Eserechey † Inceatus Pater † Inceatus Filius † Inceatus Spiritus Sanctus † JESUS † Christus Venit † Christus regnat † Christus imperat † Si diabolus ligavit, vel tenuit te efficitu per tua opera, Christus, Filius Dei vivi, per suam misericordiam liberet te ab omnibus spiritibus immundis, qui venit de Cælo, & incarnatus est in utero Beatissimæ Virginis Mariæ causa humane salutis, & ejcietendi diabolum, & omnem malignum spiritum à te in profundam inferni, & abyssi: hec erucem Domini, fugite Partes adversæ, vicit leo de tribu Judæ, Radix David.

Os termos precisos em que a sentença foi redigida permitem-nos distinguir a primeira e a segunda impressão de *Cópia de huma Revelação que foi feita a Santa Isabel e a Santa Brízida*, juntas ao processo desde o seu início, para servirem de prova. Na reimpressão feita por José da Silva da Natividade foi introduzida uma outra oração proibida – *Palavras Santíssimas contra malefícios diabólicos*.

As últimas declarações de José da Silva da Natividade sobre a sua não implicação na reimpressão da Oração não constituíram surpresa para os Inquisidores. Desde 7 de Maio desse ano [1753], sabiam que a nova impressão era da responsabilidade de Elias Duarte,<sup>13</sup> compositor de letras na oficina do Doutor Manuel Álvares Solano.

Elias Duarte, preso nos cárceres da Inquisição, confessou, nessa data, que havia um ano tinha dado ao prelo, sem licença do Sto. Ofício, a referida Oração. Imprimiu-a no maior segredo, a pedido de um cego, "para ganhar alguma coisa" e disse "não deu notícia ao Doutor Manuel Álvares Solano".

Deu ainda outra justificação para o seu procedimento:

Resolvera-se a reimprimir a dita Oração por saber ou ter notícia que muitos impressores faziam semelhantes obras sem que os tribunais os impedissem, e se assim não fosse não se havia de resolver a cometer a dita culpa.

As sucessivas impressões que se fizeram de *Cópia de uma Revelação que foi feita a Santa Isabel e a Santa Brízida* são prova inequívoca do interesse, aceitação e procura que aquela Oração mereceu em alguns sectores da sociedade do século XVIII.<sup>14</sup>

Afigura-se-nos importante sublinhar que nenhuma outra obra impressa clandestinamente, neste lapso de tempo, suscitou uma averiguação tão cuidada por parte da Inquisição como a que foi dispensada à Oração mencionada. Acresce que a gravidade que a Inquisição atribuiu à sua impressão foi directamente tida em conta na decretação das penas aos impressores implicados, minimizando-se a impressão fraudulenta de outras obras, como se depreende do seguinte passo extraído do processo de Elias Duarte:

E outrossim haver dado também ao prelo uma oração chamada de Santa Brizida, a qual se acha qualificada por fabulosa, temerária e supersticiosa, razão porque o Conselho Geral mandou somente por este princípio se procedesse contra este Réu.

---

<sup>13</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo n.º 2635.

<sup>14</sup> Esta Oração continua a ser procurada e a circular clandestinamente até finais do século XVIII. Por edital da Real Mesa Censória, datado de 22 de Dezembro de 1768, Dom José informa que no seu tribunal "se denunciou e ofereceu à censura um papel impresso há anos nesta Corte sem licenças cujo título é *Cópia de uma Revelação que foi achada no Sepulchro ...*" e que, após a apreciação do seu conteúdo, "indigno de crença e de se permitir que corra entre Católicos", determina que "nenhuma pessoa, de qualquer estado e condição que seja possa ter e conservar o referido papel passados quinze dias depois da publicação deste, mas antes todas sejam obrigadas a entregarem no dito termo os exemplares impressos ou manuscritos que dele tiverem, na Secretaria do mesmo Tribunal, debaixo das penas impostas pelas minhas Leis contra os que divulgam e retêm livros e papéis impressos sem licença ou proibidos pelas minhas Reais Determinações". Cf. *Collecção das Leys Promulgadas e Sentenças proferidas nos casos sa infame Pastoral do Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação*. Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1769, pp. 297-299.

### 2.1.3. *Justa Repulsa*

Em 17 de Agosto de 1753, o Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, cónego secular da congregação de S. João Evangelista e qualificador do Santo Officio, no decurso do processo que lhe foi instaurado pelo Tribunal da Inquisição, prestou as seguintes declarações:

Que mandara ao prelo sem as licenças necessárias um livro de quarto intitulado *Justa Repulsa*, que é em defesa dos tomos do Padre Feijó contra o Cronista-Geral da Religião de São Francisco, do qual lhe parece se imprimiram mil com pouca diferença, em cuja impressão entrou por lho pedir assim um castelhano, Francisco de Sande, que costuma vender livros no adro de São Domingos desta cidade.<sup>15</sup>

A impressão de *Justa Repulsa* ocorrera, segundo a sua confissão, no período em que a oficina que "teve para sua curiosidade" esteve instalada no Convento de Santo Elói.

Até ao ano de 1753, data em que Santa Marta Teixeira prestou depoimento, *Justa Repulsa* teve, em Espanha, duas edições. A primeira é descrita deste modo, num dos reportórios bibliográficos espanhóis que consultámos:

*Justa Repulsa de iniquas acusaciones. Carta, en que manifestando las imposturas, que contra el Theatro Crítico, y su autor dio al público el R. P. Fr. Francisco Soto Marne, Chronista General de la Religión de San Francisco, escribe a um amigo suyo el muy ilustre Señor e Rmo. P. M. Don Fr. Benito Geronymo Feyjoò, Maestro General de la Religion de San Benito, del Consejo de su Magestad. Con Privilegio. Madrid, Antonio Perez de Soto, 1749, 18 hs + 115 pp.*<sup>16</sup>

Pela mesma fonte somos informada que nesse mesmo ano e oficina se fez uma segunda impressão da obra, sem privilégio, cuja descrição bibliográfica é em tudo semelhante à da primeira edição.

O Prof. Silva Dias, autor de um estudo muito cuidado deste processo inquisitorial, localizou na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra um exemplar da segunda edição de *Justa Repulsa* e, "atendendo aos dizeres da portada e ao reclame da página 114", concluiu "do seu parentesco com os exemplares da Biblioteca Nacional de Madrid".<sup>17</sup> Não tendo conhecimento da existência de outros exemplares daquela obra nas bibliotecas portuguesas que lhe permitissem proceder ao confronto, "considerou impraticável estabelecer com segurança a proveniência da edição conimbricense".<sup>18</sup>

Compulsámos na Biblioteca Nacional de Lisboa um exemplar da segunda impressão da obra mencionada (cota – L.5420V) e verificámos, tal como realçou o Prof. Silva Dias, haver

<sup>15</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 2638.

<sup>16</sup> AGUILAR PIÑAL, Francisco. *Ob. cit.*, t. III (1984), p. 267. Transcrevemos assim a descrição desta espécie porque o problema da não identificação imediata da contrafacção surge em consequência do modo [pouco rigoroso] como é feita a sua descrição. Se o título da obra fosse transcrito com rigor e indicada a sua divisão por linhas, de imediato ficavam a descoberto as diferenças que separam as duas edições.

<sup>17</sup> DIAS, José Sebastião da Silva. *Seiscentismo e Renovação em Portugal no século XVIII. Estudo de um processo inquisitorial*. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1961, p. 7 (Separata de *Biblos*, Vol. XX:XVI).

<sup>18</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 7.

uma correspondência perfeita entre a descrição bibliográfica dos exemplares existentes na Biblioteca Nacional de Madrid e o de Lisboa.

Embora nada levasse a pensar que o confronto dos exemplares de Madrid e de Lisboa conduziria à decifração do enigma, procedemos a esse trabalho. Em boa hora, pois, de imediato, nos demos conta de que os dois exemplares, apesar de uma aparente similitude, apresentam significativas diferenças de pormenor que nos permitem concluir que as duas espécies não têm uma origem comum.

Sendo este aspecto uma constante ao longo de toda a obra, basta fixarmo-nos na portada das duas espécies para nos apercebermos dessa realidade. Há significativas modificações a nível da grafia. Na edição original temos *acusaciones; critico; Francisco; com;* na contrafacção encontramos *acusaciones; chritico; Faancisco* e *cõ*.

**JUSTA REPULSA  
DE INIQUAS ACUSACIONES.  
CARTA,**

EN QUE MANIFESTANDO  
LAS IMPOSTURAS,  
QUE CONTRA EL THEATRO CRITICO,  
Y SU AUTOR

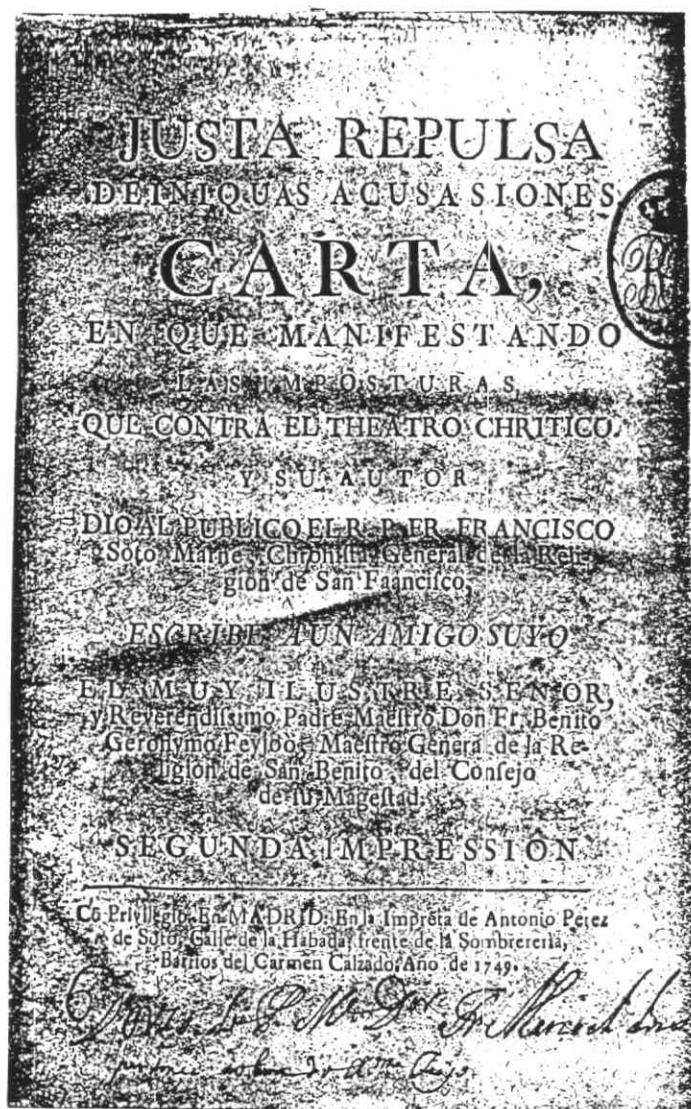
DIO AL PUBLICO EL R. P. Fr. FRANCISCO  
Soto Marne, Chronista General de la Reli-  
gion de San Francisco,

ESCRIBE A UN AMIGO SUYO  
*De la Sibacacia de la Casa de S. Cayetano el Real de Palma.*  
EL MUY ILUSTRE SENOR,  
y Reverendissimo Padre Maestro Don Fr. Benito  
Geronymo Feyjoo, Maestro General de la Re-  
ligion de San Benito, del Consejo  
de su Magestad.

SEGUNDA IMPRESSION.

Con Privilegio. En MADRID: En la Imprenta de Antonio Perez  
de Soto, Calle de la Habada, frente de la Sombrereria, Barrios  
del Carmen Calzado. Año de 1749.

Rosto da edição original, saída dos prelos de Antonio  
Perez de Soto em 1749.



Portada da contrafacção, executada em Lisboa na  
oficina de Santa Marta Teixeira.

É manifestamente diferente, nas duas espécies, o material iconográfico utilizado (friso e capitular ornamentadas) para embelezar a página inicial do texto de *Justa Repulsa*, mas o im-

pressor-falsificador respeitou a mesma distribuição do texto por página e por linha, o mesmo reclamo, a mesma rubrica, para que não se levantassem suspeitas quanto ao carácter fraudulento daquela edição.



Fol. r  
DEUS V. OFIUM CUM ET ANTE CUM. 1749

**JUSTA REPULSA**  
DE INIQUAS ACUSACIONES  
EN CARTA DE EL  
**MAESTRO FEIJOO**  
A UN AMIGO SUYO.

**M**y Señor mio: Haviendome Vmd. escrito no hã muchos dias, que suponía huviesse llegado à mi mano los dos Tomos, que con el-titulo de reflexiones Apologeticas dió à luz contra mi el R. P. M. Fr. Francisco de Soto y Marne, Chronista de la Religion Seraphica, y pedidome en consequencia le expressasse el dictamen, que hacia de dicha Obra, le res-

A pon-

Página inicial de *Justa Repulsa*, obra impressa em Madrid por Antonio Perez de Soto, em 1749.



Página inicial de *Justa Repulsa*, da edição impressa clandestinamente em Lisboa, cerca de 1750, sob a *fausse-adresse* do verdadeiro impressor.

Creemos assim poder afirmar, com a segurança que os documentos nos transmitem, que o exemplar de *Justa Repulsa* existente na Biblioteca Nacional de Lisboa foi impresso clandestinamente na oficina de Santo Elói, propriedade do Padre Manuel de Santa Marta Teixeira, e é uma contrafacção (quase perfeita) da segunda impressão daquela obra.

Santa Marta Teixeira disse perante os Inquisidores que se movia na sua actividade clandestina de impressor unicamente "pela conveniência e interesse do lucro". Razões de idêntica natureza devem ter norteadado o procedimento de Francisco Sande, um dos três livreiros espanhóis estabelecido em Lisboa, no "adro de São Domingos".<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Eram três os livreiros espanhóis estabelecidos, nessa altura, em Lisboa: Manoel Rodriguez de Oliva, com loja «junto à Igreja de S. Nicolau» e, após o terramoto, primeiro na rua do Cabo e depois na rua da Cruz; Francisco Roberto, estabelecido na rua do Outeyro, e Francisco Sande, que manteve o seu negócio livreiro em Lisboa, pelo menos durante dezassete anos, localizando-se a sua loja nos últimos anos na rua Bella da Rainha. Cf. PIWNIK, Marie Hélène. *Echanges Erudits dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 238-239.

O carácter inovador e polémico das obras do Padre Benito Feijóo suscitou, desde o início da publicação de *Theatro Critico e Universal*, grande interesse em Portugal. Entre apoiantes e impugnadores os seus livros eram recebidos com grande entusiasmo, e os livreiros espanhóis radicados em Lisboa, conhecendo bem as potencialidades do mercado do livro português, anunciavam com grande destaque, na *Gazeta de Lisboa*, a chegada das últimas novidades.

A projecção que a obra de Feijóo atingiu em Portugal é-nos confirmada por testemunho do próprio autor, na dedicatória a la Reyna Nuestra Señora Dña Maria Barbara de Portugal, no quarto volume de *Cartas Eruditas*:

Aunque a todas las Naciones han debido bastante aceptation mis escritos, à ninguna tanta como à Portuguesa. (...) Testimonio de esto es el grande consumo que se hizo e hace de mis libros en Portugal. Testimonio de esto es haverse dedicado un ilustre y docto Procer Português (El Ex.<sup>mo</sup> Señor Conde de Ericeira) à la prolixa obra de ilustrar com nuevas pruebas, todas mis particulares opiniones, la que tenia muy adelantada para hacerla publica, quando, con grande dolor mio, comun a toda la Republica Literaria, le sobrevino la muerte.<sup>20</sup>

Em clima de acesa polémica foi lançado, em Madrid (1749), *Justa Repulsa*, obra em que Feijóo se defendia das acusações violentas que lhe tinham sido feitas por P. Frei Francisco Soto Marne em *Reflexiones Critico-apologéticas sobre las obras de Feijóo*.<sup>21</sup>

O sucesso que envolveu a publicação de *Justa Repulsa* comprova-se pelo facto de a primeira edição se ter esgotado rapidamente e de ter surgido, nesse mesmo ano, a segunda edição.

O êxito que o livro obteve em Espanha, aliado ao interesse que os Portugueses sempre demonstraram pela obra do erudito espanhol, foram, com certeza, factores que não deixaram de ser ponderados por Francisco Sande ao aventurar-se a encomendar "no maior segredo" uma edição-pirata de *Justa Repulsa* ao Padre Doutor Manuel Santa Marta Teixeira. Era um êxito de livraria – um *best-seller*, como hoje diríamos – e o lucro estava, naturalmente, garantido.

O ano em que ocorreu a sua impressão não é referido em nenhum passo do processo inquisitorial. No entanto, apoiando-nos nas investigações levadas a cabo por Marie Hélène Piwnik, parece-nos possível inferir que esta deve ter ocorrido no ano de 1750. A investigadora francesa, pretendendo demonstrar as estreitas relações culturais entre Portugal e Espanha através da circulação de obras literárias, procedeu ao levantamento estatístico do número de anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa*, em que eram publicitadas obras espanholas, no período

---

Cf. PIWNIK, Marie Hélène. *Echanges Erudits dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 238-239.

<sup>20</sup> FEIJÓO E MONTENEGRO, Fr. Benito Jerónimo. *Cartas eruditas, y curiosas, en que, por la mayor parte se continua el designio del Theatro Critico Universal*. Madrid, Herederos de Francisco del Hierro, 5 vols. (1742-1751); v. 4 (1753).

<sup>21</sup> Mais que um confronto pessoal, tratava-se de uma rivalidade entre ordens religiosas [beneditinos e franciscanos]. No entanto, Feijóo conseguiu obter, em 1750, do Rei Fernando VI, por processos ainda hoje não muito claros, um privilégio pelo qual se proibia que a sua obra fosse atacada. Cf. FEIJÓO, Benito Jerónimo. *Theatro Critico Universal*. Edición de Ángel-Raimundo Fernández González. Madrid, Catedra, 1980, pp. 41-44.

compreendido entre 1750-1760. Afiguram-se-nos particularmente reveladoras para este caso as conclusões a que chegou Marie H el ene Piwnik no que diz respeito ao ano de 1750, o único em que *Justa Repulsa* foi anunciado:

- En 1750, neuf annonces: trois oeuvres originales (*Justa Repulsa*, *Theatro Critico*, *Cartas*) et une traduction du français en espagnol (*Historia del pueblo de Dios*). Il faut ajouter à ces neuf annonces émanant des librairies espagnoles celle qui est faite par l'Oratoire de Lisbonne pour l'ouvrage de P. J. B. Verge, et celle que font paraître trois libraires portugais de province, sans doute en cheville avec Sande, pour la *Justa Repulsa*.<sup>22</sup>

Se não soub essemos que Francisco Sande esteve implicado no caso da contrafacção de *Justa Repulsa*, estas conclusões levar-nos-iam somente a pensar que a obra de Feij o foi mais uma vez bem acolhida pelo público português. Tendo disso conhecimento, não podemos deixar de relacionar os dados disponíveis, tanto mais que o envolvimento de Sande na comercialização daquela obra se torna mais evidente quando Marie H el ene Piwnik, fazendo uma síntese final de todos os dados recolhidos para a década em análise, destaca:

Dans un cas remarquable, une oeuvre espagnole est annonc e conjointement par Sande, libraire espagnol   Lisbonne, et par trois libraires portugais de province (la *Justa Repulsa*).<sup>23</sup>

De facto, Francisco Sande tinha montada uma rede bem organizada de distribuição e comercialização: em Coimbra, António Simões Ferreira [filho]; em Braga, João Pedroso Coimbra; e no Porto, António Pires Henriques. Curiosamente isto só aconteceu num ano – 1750 – e para uma obra – *Justa Repulsa* –, o que nos leva a pensar que entre este facto e a contrafacção de *Justa Repulsa* há uma relação directa. Daí, apontamos como data provável da sua impressão o ano de 1750.

Esta hipótese torna-se mais consistente se tivermos em consideração o depoimento de Manuel Soares Vivas, compositor de letras na oficina de Manuel de Santa Marta Teixeira, no processo que lhe foi também movido pela Inquisição de Lisboa, no ano de 1753.<sup>24</sup> Na sua confissão indicou todas as obras impressas clandestinamente na oficina do Padre Manuel de Santa Marta Teixeira, desde que aí exerceu funções "de dous anos a esta parte", e o seu depoimento coincide em tudo com o de seu Mestre,   excepção do caso da *Justa Repulsa*. Soares Vivas não fez a mais pequena alusão à obra de Feij o.

---

<sup>22</sup> PIWNIK, Marie H el ene. *Echanges Erudits dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Centre Culturel Portugais, 1987, p. 247.

<sup>23</sup> IDEM. *Ob. cit.*, p. 249.

<sup>24</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo n  523.

#### 2.1.4. *Carta em que hum Amigo dá notícia a outro do lamentável successo de Lisboa*

Em Lisboa, e Casa do Despacho da Santa Inquisição, no dia 24 de Fevereiro de 1756, o inquisidor Luís Barata de Lima mandou vir à sua presença Manuel de Moraes,<sup>25</sup> cego, solteiro, filho de Manuel de Moraes, moleiro, natural da vila de Alverca e morador nesta cidade, na Calçada do Monte, de trinta anos. Após o juramento dos Santos Evangelhos, fez-lhe a seguinte pergunta:

Se depois do Terramoto de dia de todos os Santos do ano próximo passado tem ele vendido alguns papéis, quais são e onde foram comprados.

Manuel de Moraes respondeu que, após o Terramoto de 1 de Novembro de 1755, vendera uma *Carta do Guardião de Maquines*,<sup>26</sup> cujo assunto era a destruição da Turquia, "um papel em verso", composto por Francisco de Pina e Mello,<sup>27</sup> e "um papel de meia folha que dizia palavras Santas contra os Terramotos".<sup>28</sup> Foram todos comprados na Calçada de Santa Ana ao impressor Manuel Soares. Entre outros [que não discriminou], vendera também um que tinha por título *Carta em que hum Amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa*. Mandara-o comprar a um livreiro, que tinha loja no Terreiro do Paço, mas desconhecia o seu nome. Sabia apenas "que assistia defronte do açougue". Nada mais tinha a declarar. A audiência prosseguiu, ouvindo o inquisidor outro cego, vendedor de livros, no Rossio.

Tratava-se de João Gonçalves, solteiro, filho de Frutuoso Gonçalves, natural de Sacavém e morador em Lisboa, no Campo do Curral, de quarenta anos. Sendo-lhe perguntado que "papéis tem vendido depois do Terramoto do dia de Todos os Santos", respondeu que só vendera "um papel composto por Francisco de Pina e Melo e uma carta que tratava da destruição da Turquia". Ambas se vendiam na Travessa de Santa Ana, em casa do impressor Manuel Soares. Sabia também, através do seu criado Félix, que no Terreiro do Paço, um livreiro, a quem não sabia o nome, "vendia um papel que falava em um Trovão".<sup>29</sup> O seu criado de tudo poderia dar melhor notícia, mas ele declarante nada mais tinha a acrescentar.

---

<sup>25</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 11.728, contra o livreiro Francisco Gonçalves Marques, familiar do Sto. Ofício.

<sup>26</sup> Pensamos tratar-se de *Copia de huma Carta escrita pelo Padre Guardiam do Real Convento de Maquinés, e Vice-Prefeito das Santas Missoens, que nas partes da Barbaria conserva a Religiosa Província de São Diogo dos R. R. Franciscanos Descalços, Ao Padre Procurador dellas*. Lisboa: Com todas as licenças necessarias. Anno de MDCCLVI. [No fim] *Achar-se-há no Adro de S. Domingos, e na Officina de Manoel Soares defronte de N. Senhora da Pena*. Só encontramos esta espécie na Biblioteca Nacional (Res. 1696<sup>3</sup>V), e não a vimos descrita em nenhum dos catálogos consultados.

<sup>27</sup> Trata-se de *Ao Terramoto do Primeiro de Novembro de 1755. Parenesis*. Lisboa, na Officina de Manoel Soares, 1756. In - 4º de 16 pp. inum. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii*. *Ob. cit.*, t. III (1859), p. 34 e t. XVIII (1906), p. 204, nº 101.

<sup>28</sup> Devido à escassez de dados, não conseguimos identificar a espécie referida.

<sup>29</sup> Trata-se de *Carta em que hum Amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa*, de autoria de José de Oliveira Trovão e Sousa.

Assim, nesse mesmo dia, o inquisidor mandou comparecer perante si o criado de João Gonçalves, Félix, filho de Manuel Lopes, pastor, natural de Castelo de Vide e "assistente nesta cidade", de onze anos, e perguntou-lhe:

Se tem notícia de um papel que tem por título – *Carta em que hum amigo dá notícia a outro do lamentavel successo de Lisboa* –, e se sabe onde se vende e por quem foi impressa.

Disse que tinha conhecimento, através de pessoas a quem não sabia o nome, que o referido papel era vendido no Terreiro do Paço por um livreiro que "assistia em uma barraca junto a umas mulheres que vendem hortaliça" e que fora impresso em Coimbra.

Face a estes depoimentos, no dia 1 de Março de 1756, em Lisboa e Casa do Despacho da Inquisição, o inquisidor Luís Barata de Lima mandou vir à sua presença Francisco Gonçalves Marques, livreiro, familiar do Santo Ofício,<sup>30</sup> morador em Lisboa, de cerca de 50 anos.

Após se ter comprometido a dizer a verdade, às gerais declarou:

Que entendia ser chamado por causa de um papel que vendeu que tinha por título *Carta em que hum amigo dá notícia a outro do lamentavel successo de Lisboa*, o qual ele declarante mandou reimprimir nesta cidade de Lisboa, no Convento de São Vicente de Fora, e que tinha sido impresso na cidade de Coimbra, na oficina de Luis Seco Ferreira, donde lho remeteram.

Sendo-lhe perguntado "que licenças teve ele declarante para mandar reimprimir o dito papel e se nele se declarou a oficina em que se reimprimira", confessou todos os pormenores relativos à contrafacção da obra referida. Disse que, dada a situação económica aflitiva em que ficou em consequência do terramoto, considerou que "o meio que tinha para sustentar e vestir a sua família era mandar fazer a reimpressão da obra mencionada". Sabendo que "o papel declarado se tinha gasto", foi com a maior brevidade falar com o Padre Dom Agostinho, cónego regular, "que corria com a imprensa de São Vicente, pedindo-lhe que lho mandasse reimprimir". Dom Agostinho mostrou relutância em o fazer sem terem sido obtidas as licenças necessárias, e ele declarante mandou fazer uma petição ao Conselho Geral, "em nome de um sobrinho seu, chamado José Manuel".<sup>31</sup>

Como "na demora do despacho padecia detrimento", pediu ao Padre Agostinho que continuasse a reimpressão da obra, "prometendo-lhe levar as licenças quando fora buscar os papéis". Não tendo em seu poder as licenças quando a obra já estava impressa, "pedira ao sobredito Padre se compadecesse dele e lhe entregasse os papéis, para que com o produto dos mesmos se pudesse remediar", comprometendo-se a entregar as licenças o mais brevemente possível.

<sup>30</sup> A.N.T.T., Conselho Geral do Sto. Ofício. Habilitações. Maço 61, diligência 1174.

<sup>31</sup> Está junta ao processo esta petição, tendo obtido o seguinte despacho favorável: «Pode imprimir-se a carta inclusa e depois de reimpressa voltará conferida para se dar a licença para que corra sem a qual não correrá. Lisboa, 10 de Fevereiro de 1756». A demora na obtenção das licenças, aliada à situação económica difícil, foram, de facto, as causas que levaram Francisco Gonçalves Marques a entrar pelo caminho da clandestinidade editorial.

Dom Agostinho, "compadecido do miserável estado em que ele se achava, lhe entregou com grande repugnância os ditos papéis, dando-lhos por partes e debaixo da palavra de lhe levar a petição despachada com as licenças necessárias".

Porém, o livreiro não cumpriu a sua palavra. Depois que "se viu remediado e ter já vendido todos os papéis", nunca mais se preocupou com as licenças, de que resultou mandar-lhe Dom Agostinho "um recado em que o descompunha pelo haver enganado, faltando ao que lhe tinha prometido". Após estas declarações, Francisco Gonçalves Marques justificou o seu procedimento "pela miséria e consternação em que se vira", acrescentou que a circunstância de "se não declarar no papel o nome da impressão" se explicava pelo facto de ter sido "impresso antes de tiradas as licenças", e pediu perdão pelo acto cometido. Foi-lhe ainda perguntado se para a reimpressão daquela obra "se valeu de outra alguma pessoa além do referido Padre", ao que respondeu negativamente. Disse mais nada ter a declarar e pediu, mais uma vez, misericórdia.

Em 18 de Março de 1756, a Mesa do Sto. Ofício pronunciou-se sobre este caso, nos termos seguintes:

[...] e pareceu a todos os votos que, visto o que o dito Francisco Gonçalves Marques declarou e causa excusante que deu para imprimir sem licenças o dito papel de que nestes autos se faz menção, ele fosse asperamente repreendido de haver cometido a dita culpa, e advertido para que se abstenha de cometer outra semelhante, de que se fará termo por ele assinado.

O termo de repreensão assinado pelo livreiro consta do processo e data de 9 de Abril de 1756. Pelos Inquisidores lhe foi dito que não tornasse a imprimir livros sem as licenças do Sto. Ofício, "porque se o fizer não achará nesta Mesa a piedade que com ele agora se usa, o que prometeu cumprir".

A localização de exemplares das duas edições permite-nos o seu confronto, e a partir dele torna-se possível chegar a algumas conclusões.<sup>32</sup> Há na contrafacção uma preocupação evidente em reproduzir de forma perfeita a edição original, jogando-se com a improbabilidade de um comprador, mesmo o mais atento, pôr em causa a autenticidade da edição, como se pode comprovar pela comparação da primeira página.

---

<sup>32</sup> Existem na Biblioteca Nacional dois exemplares da edição original (cotas L.3240A e H.G. 14974A) e um exemplar da contrafacção (L.3564A). Só encontramos descrito o exemplar da edição clandestina no *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*, sob o nº 2271.

(1)

# CARTA

EM QUE HUM AMIGO DA'  
noticia a outro do lamentavel successo

DE

# LISBOA.

**M**EU Amigo, e Senhor: Vossa mercê me pede com a mayor instancia lhe faça huma fiel relação do estrago, que padeceo Lisboa com o Terre-moto, por se persuadir, que eu como testemunha delle poderei dar individual noticia do que deseja saber. Seguro a Vossa mercê, que a causa, que me propoem para condescender com o seu rogo, seria a mesma para eu deixar de fazer, o que me pede; porque tanto destroço mais se sente, que se explica; tão lastimoso successo he mais incentivo da magoa, que da discricião. Como pertende V.m. lhe descreva eu huma tragedia, em que era huma das figuras da representaçõ, sabendo muito bem, que os que estão dentro da scena, não lograõ tambem o enredo, as vistas, e as mutaçoens do theatro? Como quer lhe forme hum desenho igual á sua imaginaçõ de successo tal, que pelo repentino affustou, pela duraçõ affligio, e pelos effeitos matou? Como pôde Vm. persuadir-se, houve-se animo tão desafogado, coraçõ tão valente, e espirito tão forte, que na hora mais

A in-

Primeira página da edição original, impressa em Coimbra, por Luis Secco Ferreira.

(1)

# CARTA

EM QUE HUM AMIGO DA'  
noticia a outro do lamentavel successo

DE

# LISBOA.

**M**EU Amigo, e Senhor: Vossa mercê me pede com a mayor instancia lhe faça huma fiel relação do estrago, que padeceo Lisboa com o Terre-moto, por se persuadir, que eu como testemunha delle poderei dar individual noticia do que deseja saber. Seguro a Vossa mercê, que a causa, que me propoem para condescender com o seu rogo, seria a mesma para eu deixar de fazer, o que me pede; porque tanto destroço mais se sente, que se explica; tão lastimoso successo he mais incentivo da magoa, que da discricião. Como pertende V.m. lhe descreva eu huma tragedia, em que era huma das figuras da representaçõ, sabendo muito bem, que os que estão dentro da scena, não lograõ tambem o enredo, as vistas, e as mutaçoens do theatro? Como quer lhe forme hum desenho igual á sua imaginaçõ de successo tal, que pelo repentino affustou, pela duraçõ affligio, e pelos effeitos matou? Como pôde Vm. persuadir-se, houve-se animo tão desafogado, coraçõ tão valente, e espirito tão forte, que na hora mais

A in-

Primeira página da contrafacção, impressa no Convento de S. Vicente, a pedido do livreiro Francisco Gonçalves Marques.

Este cuidado mantém-se ao longo das 26 páginas que constituem a obra e, numa primeira abordagem, ficamos com a sensação de que as diferenças assinaláveis se situam unicamente ao nível do pormenor: acentuação (utilização de acento agudo em vez de grave, ou a situação inversa), uso de maiúsculas em vez minúsculas, ou pequenas gralhas tipográficas.

A paginação é idêntica nas duas espécies e os reclamos coincidem, excepto nas páginas 9 e 10. Esta diferença é motivada pelo facto de terem sido introduzidas correcções e alterações no texto da contrafacção. Curiosamente essas modificações estão sempre directa ou indirectamente ligadas aos interesses da Congregação dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, ordem religiosa instalada no Convento de São Vicente de Fora, onde se deu ao prelo a contrafacção mencionada.

Encontramos no início do primeiro periodo da página 9 a primeira modificação, que não é mais do que uma precisão. Fazendo-se o levantamento dos estragos causados pelo

terramoto, afirma-se na edição original:

O Convento, e Igreja da Boahora [de religiosos Agostinhos Calçados] ficou totalmente arruinado (...).

Na contrafacção, encontramos:

O Convento da Boahora com seu Templo ficou totalmente arruinado (...).

O primeiro parágrafo dessa mesma página, na edição legal, termina fazendo alusão à situação vivida no Convento de São Pedro de Alcântara, que nos é descrita nestes termos:

O de S. Pedro de Alcântara também padeceu grande ruína, e na sua Igreja morrerão algumas pessoas.

Na contrafacção omitiu-se este período. Esta mutilação do original está naturalmente relacionada com a surda rivalidade existente entre agostinianos e arrábidos (frades menores de São Francisco da Observância).

Situação idêntica se passa na página 10. Na edição conimbricense enumeram-se os mosteiros dos arredores de Lisboa que sofreram maiores danos e, em último lugar, apresenta-se "o do Calvário em que morreram trinta Religiosas". A contrafacção não faz menção deste mosteiro de freiras da Ordem Terceira franciscana.

As alterações introduzidas causaram modificações pontuais na composição que readquiriu a forma original a partir da página 11.

(8)

o prompto affecto dos Religiosos teve lugar para livrar a Sagrada Imagem da sua immaculada Mãe, e Senhora da ruina, que ameaçava o Templo, quando este veio todo abaixo, enterrando mais de quatrocentas pessoas, que a elle haviaõ concorrido ao Jubileo de tão festivo dia, ficando tambem todo o Convento quasi demolido, e em que houve mortes de alguns Religiosos. O mesmo succedeo ao formoso Templo do Convento dos Religiosos da Trindade, que cahindo no mesmo tempo matou mais de outras quatrocentas pessoas, e arruinando-se parte do Convento perecerãõ alguns Religiosos. O excellente Templo de S. Domingos principiando a ameaçar ruina, deo lugar, a que a gente, que nelle se achava, viesse fugindo para a rua, mas com tanta desgraça, que cahindo parte da Igreja com a grande faxada, matou mais de trezentas pessoas, ficando muitas perigosamente feridas, outras com braços, e pernas quebradas, tendo melhor livramento, as q̄ fugirão para a Capella mór, e para dentro do Convento, que tambem soffreo huma indivivel ruina, e morrerãõ quatro Religiosos, ficando alguns feridos. O preciosissimo Templo do Collegio de Santo Antonio dos Padres Jesuitas padeceo grande estrago, cahindo o zimbório, partindo se as paredes em grandes fendas, e as abobedas; padecendo todo o mais corpo daquella nobilissima architectura, de que cahindo varias pedras matããõ bastantes pessoas, e maltratããõ outras, tendo o Collegio tambem bastantes ruinas, em q̄ morrerãõ 4. Padres. O Templo do Convento da Graça, em q̄ se conserva a devotissima Imagem do Senhor dos Passos, padeceo total destruição, ficando a mesma prodigiola Imagem, oh dor! debaixo das mesmas ruinas, e o Convento tambem teve grande destruição morrêdo mais de 100 pessoas. O Templo da Senhora de Penha de França cahio totalmête em terra, e matou mais de duzentas pessoas, ficando o Convento (q̄ como o immediato he de Religiosos Agostinhos calçados) prostrado quasi por terra.

## Contrafacção

(8)

o prompto affecto do Religiosos teve lugar para livrar a Sagrada Imagem da sua immaculada Mãe, e Senhora da ruina, que ameaçava o Templo, quando este veio todo abaixo, enterrando mais de quatrocentas pessoas, que a elle haviaõ concorrido ao Jubileo de tão festivo dia, ficando tambem todo o Convento quasi demolido, e em que houve mortes de alguns Religiosos. O mesmo succedeo ao formoso Templo do Convento dos Religiosos da Trindade, que cahindo no mesmo tempo matou mais de outras quatrocentas pessoas, e arruinando-se parte do Convento perecerãõ alguns Religiosos. O excellente Templo de S. Domingos principiando a ameaçar ruina, deo lugar, a que a gente, que nelle se achava, viesse fugindo para a rua, mas com tanta desgraça, que cahindo parte da Igreja com a grande faxada, matou mais de trezentas pessoas, ficando muitas perigosamente feridas, outras com braços, e pernas quebradas, tendo melhor livramento, as q̄ fugirão para a Capella mór, e para dentro do Convento, que tambem soffreo huma indivivel ruina, e morrerãõ quatro Religiosos, ficando alguns feridos. O preciosissimo Templo do Collegio de Santo Antonio dos Padres Jesuitas padeceo grande estrago, cahindo o zimbório, partindo se as paredes em grandes fendas, e as abobedas; padecendo todo o mais corpo daquella nobilissima architectura, de que cahindo varias pedras matããõ bastantes pessoas, e maltratããõ outras, tendo o Collegio tambem bastantes ruinas, em q̄ morrerãõ 4. Padres. O Templo do Convento da Graça, em q̄ se conservava a devotissima Imagem do Senhor dos Passos, padeceo total destruição, ficando a mesma prodigiola Imagem, oh dor! debaixo das mesmas ruinas, e o Convento tambem teve grande destruição morrêdo mais de 100 pessoas. O Templo da Senhora de Penha de França cahio totalmête em terra, e matou mais de duzentas pessoas, ficando o Convento (q̄ como o immediato he de Religiosos Agostinho calçados) prostrado quasi por terra.

(9)

terra. O Convento, e Igreja da Boahora ficou totalmente arruinado, matando mais de duzentas pessoas, e deixou feridos alguns Religiosos, e hum morto. O Convento, e Templo dos Congregados de S. Philippe Neri seguiu o mesmo destino, e matou mais de outras duzentas pessoas. O Convento, e Templo de S. Eloy dos Conegos Seculares de S. Joãõ Evangelista tambem foi destruido com morte de cento e tantas pessoas, e de sete Religiosos, e outros gravemente feridos. O Convento, e Templo de S. Francisco da Cidade da Regular Observancia, cuja nova obra era de singular perfeição; teve o mesmo successo, com morte de mais de trezentas pessoas, de varios Religiosos, e de muitos feridos com perigo. O Convento de *Corpus Christi* de Carmelitas descalços seguiu o mesmo destino, com morte de varias pessoas. O Convento dos Capuchos do Curral se arruinou em muita parte; e a sua Igreja, ficando varias pessoas feridas. O Convento, e Igreja dos Dominicicos do Corpo Santo soffreo o mesmo estrago, com alguns mortos. O de S. Pedro de Alcantara tambem padeceo grande ruina, e na sua Igreja morrerãõ algumas pessoas.

O Convento das Religiosas de S. Clara, com o seu grande Templo se arrazou com morte de cento e tantas pessoas seculares, e cento e nove Religiosas, e mais de quarenta seculares, e criadas. O Convento de S. Monica de Religiosas Agostinhas padeceo gravissima ruina com o seu Templo. Os Conventos do Salvador, e Rosa de Religiosas Dominicicas tiverãõ a mesma infelicidade, com morte de varias pessoas seculares, e no do Salvador com a detreze Religiosas. O Convento de S. Anna de Religiosas Franciscanas Observantes, teve o mesmo rigoroso estrago, com morte de dezasseis Religiosas, e algumas seculares, e criadas. O Convento de Santa Martha das mesmas Religiosas reformadas se arruinou todo. O da Annuciada de Religiosas Dominicicas Observantes correu a mesma tormenta. Nos suburbios tiverãõ bastantes ruinas o Convento, e Templo da

C

Ma-

(9)

terra. O Convento da Boahora com o seu Templo ficou totalmente arruinado, matando mais de duzentas pessoas, e deixou feridos alguns Religiosos, e hum morto. O Convento, e Templo dos Congregados de S. Philippe Neri seguiu o mesmo destino, e matou mais de outras duzentas pessoas. O Convento, e Templo de S. Eloy dos Conegos Seculares de S. Joãõ Evangelista tambem foi destruido com morte de cento e tantas pessoas, e de sete Religiosos; e outros gravemente feridos. O Convento, e Templo de S. Francisco da Cidade da Regular Observancia, cuja nova obra era de singular perfeição, teve o mesmo successo, com morte de mais de trezentas pessoas, de varios Religiosos, e de muitos feridos com perigo. O Convento de *Corpus Christi* de Religiosos Carmelitas descalços seguiu o mesmo destino, com morte de varias pessoas. O Convento dos Capuchos do Curral se arruinou em muita parte, e a sua Igreja, ficando varias pessoas feridas. O Convento dos Dominicicos do Corpo Santo, com o seu Templo soffreo o mesmo estrago, com alguns mortos.

O Convento das Religiosas de S. Clara, com o seu grande Templo se arrazou com morte de cento e tantas pessoas seculares, e cento e nove Religiosas, e mais de quarenta seculares, e criadas. O Convento de S. Monica de Religiosas Agostinhas padeceo gravissima ruina com o seu Templo. Os Conventos do Salvador, e Rosa de Religiosas Dominicicas tiverãõ a mesma infelicidade, com morte de varias pessoas seculares, e no do Salvador com a de treze Religiosas. O Convento de Santa Anna de Religiosas Franciscanas Observantes, teve o mesmo rigoroso estrago, com morte de dezasseis Religiosas, e algumas seculares, e criadas. O Convento de Santa Martha das mesmas Religiosas reformadas se arruinou todo. O da Annuciada de Religiosas Dominicicas Observantes correu a mesma tormenta. Nos suburbios tiverãõ bastantes ruinas o Convento, e Templo da Madre de Deos de Religiosas reco-

C

litas,

(10)

Madre de Deos de Religiosas recoletas, o de Chellas, o de S. Appollonia, o das Trinas do Mocambo, o de S. Alberto, e do Sacramento, o das Francezinhas, o da Esperança, e o do Calvario em que morrerão trinta Religiosas.

Das Parochias padecerão total perigo as de S. Julião, Conceição da rua nova, Collegiada da Conceição velha de Freires da Ordem de Christo, de S. Nicolão, de N. Senhora da Victoria, de N. Senhora dos Martyres, da Encarnação, do Loreto, do Sacramento, do Soccorro, de Santa Justa, de S. João da Praça, de S. Pedro, de S. Miguel, de S. Jorge, de S. Martinho, de Santiago, de S. Thomé, de S. André, de S. Bartholomeu; de S. Marinha, de S. Estevão, das Chagas, de S. Catharina, de S. Paulo; e outras muitas freguezias, e ermidas, com mortes de mais de cinco mil pessoas. A magnifica Igreja da Misericordia, com o Real Recolhimento; teve quasi a ultima destruição, com morte de algumas recolhidas, e de outras pessoas, e muitas feridas.

Os palacios, que passarão o mesmo estrago, foram o Real, com a soberbissima obra da Casa da Opera, o grande Torreado da Casa da India, e o sumptuosissimo quarto novo, que era fabrica do Senhor Rey D. João o V. ficando sepultados debaixo das ruinas os Tribunaes do Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciencia, Conselho Ultramarino, com as tres Secretarias de Estado, Junta dos Tres Estados, Contadoria geral de guerra, e Casa da India. Os Paços da Relação, com as duas cadeas do Limoeiro tiveram miseravel ruina. O Palacio da Santa Inquisição, o do Duque do Cadaval, o do Duque de Lafões, o do Duque de Aveiro, o do Marquez de Valença, o do Marquez de Marialva, o do Marquez de Niza, o do Marquez de Loureçal, o do Marquez de Tancos, o do Marquez de Angeja, o do Conde da Ribeira, o do Conde de Coculim, o do Conde de Lumiares, e outros muitos particulares de muitos fidalgos, e

## Contrafacção

(10)

letas, o de Chellas, o de Santa Appollonia, o das Trinas do Mocambo, o de Santo Alberto, e do Sacramento, o das Francezinhas, e o da Esperança.

Das Parochias padecerão total perigo as de S. Julião, Conceição da rua nova, Collegiada da Conceição velha de Freires da Ordem de Christo, de S. Nicolão, de N. Senhora da Victoria, de N. Senhora dos Martyres, da Encarnação, do Loreto, do Sacramento, do Soccorro, de Santa Justa, de S. João da Praça, de S. Pedro, de S. Miguel, de S. Jorge, de S. Martinho, de Santiago, de S. Thomé, de Santo André, de S. Bartholomeu, de Santa Marinha, de S. Estevão, das Chagas, de S. Catharina, e outras muitas freguezias, e ermidas, com mortes de mais de cinco mil pessoas. A magnifica Igreja da Misericordia, com o Real Recolhimento; teve quasi a ultima destruição, com morte de algumas recolhidas, e de outras pessoas, e muitas feridas.

Os palacios, que passarão o mesmo estrago, foram o Real, com a soberbissima obra da Casa da Opera, o grande Torreado da Casa da India, e o sumptuosissimo quarto novo, que era fabrica do Senhor Rey D. João o V. ficando sepultados debaixo das ruinas os Tribunaes do Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciencia, Conselho Ultramarino, com as tres Secretarias de Estado, Junta dos Tres Estados, Contadoria geral de guerra, e Casa da India. Os Paços da Relação, com as duas cadeas do Limoeiro tiveram miseravel ruina. O Palacio da Santa Inquisição, o do Duque do Cadaval, o do Duque de Lafões, o do Duque de Aveiro, o do Marquez de Valença, o do Marquez de Marialva, o do Marquez de Niza, o do Marquez de Loureçal, o do Marquez de Tancos, o do Marquez de Angeja, o do Conde da Ribeira, o do Conde de Coculim, o do Conde de Lumiares, e outros muitos particulares de muitos fidalgos, e senhores, tiveram o mesmo destroço. Igual passarão a gran-

(11)

senhores, tiveram o mesmo destroço. Igual passarão a grande Casa da Alfandega, a nobilissima Casa dos Contos do Reino. A Vedoria geral de guerra, e as Sete Casas. As propriedades ordinarias, que totalmente ficarão destruidas com o terre-moto, julga-se passarão de cento e cincoenta mil de que se compunha os bairros de Alfama, Limoeiro, Ribeira, Rua Nova, Rocio, thê parte do Bairro alto, ficando inhabitaveis todas as mais de que Lisboa se compunha. As pessoas, que nesta miseravel desolação acabarão as vidas ( pelo mais prudencial computo ) serião setenta mil pouco mais, ou menos.

Passada a hora do infeliz successo, desamparando as gentes, que restarão, a cidade, se ateou improvisamente das proprias ruinas hum horrivel fogo, que as queimou todas, e com ellas se acabarão de aniquilar todos os templos, mosteiros, palacios, secretarias, cartorios, ouro, prata, tapeçarias, e quanto havia de consideração, ou acabou no terre-moto, ou pereceo no incendio, que durou seis dias, sem haver quem o atalhasse, deixando tudo incapaz de reparo, ficando em tanta infelicidade conhecida a grandeza de Lisboa pelas ruinas.

Livrarão do ultimo perigo a Torre do Tombo, e a Casa da Moeda. Algumas igrejas, e mosteiros escaparão tambem, como a de S. Christovão, a dos Anjos, a de S. Sebastião da Pedreira, o Regio Convento de S. Bento, o dos Paulistas, o de Jesus, o dos Barbadinhos Francezes, o dos mesmos Alemães, e o das Comendadeiras de Santos, e dos Remedios de Religiosos Carmelitas descalços, e outros mais dos suburbios, mas todos com bastantes ruinas. Ficou illezo o Convento das Religiosas Agolinhãs descalças, chamadas vulgarmente as Grillas.

A tantos males, perdas, e desordens se principiarão a dar providencias, e administrar disposições sabias, e pijs, mas nenhuma podia supprir, e sem projecto maior terião difficultosos os reparos, por se achar tudo redu-

(11)

grande Casa de Alfandega, a nobilissima Casa dos Contos do Reino. A Vedoria geral de guerra, e as Sete Casas. As propriedades ordinarias, que totalmente ficarão destruidas com o terre-moto, julga-se passarão de cento e cincoenta mil de que se compunha os bairros de Alfama, Limoeiro, Ribeira, Rua Nova, Rocio, thê parte do Bairro alto, ficando inhabitaveis todas as mais de que Lisboa se compunha. As pessoas, que nesta miseravel desolação acabarão as vidas ( pelo mais prudencial computo ) serião setenta mil pouco mais, ou menos.

Passada a hora do infeliz successo, desamparando as gentes, que restarão, a cidade, se ateou improvisamente das proprias ruinas hum horrivel fogo, que as queimou todas, e com ellas se acabarão de aniquilar todos os templos, mosteiros, palacios, secretarias, cartorios, ouro, prata, tapeçarias, e quanto havia de consideração, ou acabou no terre-moto, ou pereceo no incendio, que durou seis dias, sem haver quem o atalhasse, deixando tudo incapaz de reparo, ficando em tanta infelicidade conhecida a grandeza de Lisboa pelas ruinas.

Livrarão do ultimo perigo a Torre do Tombo, e a Casa da Moeda. Algumas igrejas, e mosteiros escaparão tambem, como a de S. Christovão, a dos Anjos, a de S. Sebastião da Pedreira, o Regio Convento de S. Bento, o dos Paulistas, o de Jesus, o dos Barbadinhos Francezes, o dos mesmos Alemães, e o das Comendadeiras de Santos, e dos Remedios de Religiosos Carmelitas descalços, e outros mais dos suburbios, mas todos com bastantes ruinas. Ficou illezo o Convento das Religiosas Agolinhãs descalças, chamadas vulgarmente as Grillas.

A tantos males, perdas, e desordens se principiarão a dar providencias, e administrar disposições sabias, e pijs, mas nenhuma podia supprir, e sem projecto maior terião difficultosos os reparos, por se achar tudo redu-

A última página das duas edições é semelhante, mas na contrafacção, tal como o livreiro confessou, não constam as indicações tipográficas.

Edição original

(26)

tremor, que se faz quando a terra vibra, concussão, quando se eleva, e deprime, arietação, quando faz os motos contrarios huns aos outros; e inclinação, quando se move como hum navio nas ondas.

Varias outras especies assignaõ diversos authores, que V. m. pôde ver nas filosofias de *Boyle*, e de *Bayles*, e em *Lourenço Beyerlinck*, no seu grande theatro na palavra *Terre-moto*, aonde achará largamente tratada esta materia, que eu por não ser mais prolixo, deixo de continuar; e por conhecer que V. m. sómente pertendeo ouvir-me nella, ao mesmo tempo que pôde ensinar-me.

Agora, amigo do meu coração, só resta não perder a memoria das obrigações de catholicos, e conhecer que o castigo, que Deos Senhor nosso foi servido mostrarnos, só para nós veio dirigido, pois os que acabaráõ de viver neste *Terre-moto*, piamente devemos crer (por circumstancias, que deixo à ponderação de V. m.) estáõ lo-grando a bemaventurança; e nós tal vez por menos dis-postos, ficámos para dar huma volta à vida, e alimpar as consciencias, e termos sempre lembrança de dar gra-ças a Deos de nos não matar; e poderia ser em hora de con-denação eterna, de que o mesmo Senhor nos livre, e guarde a V. m. muitos annos. Coimbra 20. de Dezem-bro de 1755.

De V. m.

Fiel amigo

*João de Oliveira Tropaõ e Sousa.*

Contrafacção

(26)

tremor, que se faz quando a terra vibra, concussão, quando se eleva, e deprime, arietação, quando faz os motos contrarios huns aos outros; e inclinação, quando se move como hum navio nas ondas.

Varias outras especies assignaõ diversos authores, que V. m. pôde ver nas filosofias de *Boyle*, e de *Bayles*, e em *Lourenço Beyerlinck*, no seu grande theatro na palavra *Terre-moto*, aonde achará largamente tratada esta materia, que eu por não ser mais prolixo, deixo de continuar; e por conhecer que V. m. sómente pertendeo ouvir-me nella, ao mesmo tempo que pôde ensinar-me.

Agora, amigo do meu coração, só resta não perder a memoria das obrigações de catholicos, e conhecer que o castigo, que Deos Senhor nosso foi servido mostrarnos, só para nós veio dirigido, pois os que acabaráõ de viver neste *Terre-moto*, piamente devemos crer (por circumstancias, que deixo à ponderação de V. m.) estáõ lo-grando a Bemaventurança; e nós tal vez por menos dis-postos, ficámos para dar huma volta à vida, e alimpar as consciencias, e termos sempre lembrança de dar gra-ças a Deos de nos não matar; e poderia ser em hora de con-denação eterna, de que o mesmo Senhor nos livre, e guarde a V. m. muitos annos. Coimbra 20. de Dezem-bro de 1755.

De V. m.

Fiel amigo

*João de Oliveira Tropaõ e Sousa.*



**COIMBRA:**  
Na Officina de **LUIS SECCO FERREYRA,**  
Anno de M. DCC. LV.  
*Com todas as licenças necessarias.*

O comprador de nada se daria conta, pois o fundamental, o que tinha mais impacto visual, era em tudo perfeito.

Não nos custa admitir que o próprio livreiro se não tivesse apercebido das modificações introduzidas no texto, mas não podemos deixar de considerar interessante ver como o impressor, ou o seu superior, se aproveitou da situação para favorecer os interesses da sua Congregação.

Por outro lado, do ponto de vista bibliográfico, estas funcionaram, também, como marca do local onde foi feita a reimpressão.

A rivalidade entre agostinianos e arrábidos atingiu o seu ponto alto em 1771, quando foi concedido à Congregação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho o Convento de Mafra, até então habitado por arrábidos. Aos arrábidos que saíam de Mafra permitiu o Papa que transitassem para a ordem agostiniana, fazendo profissão expressa daquele instituto. Nenhum religioso quis usufruir do privilégio concedido, facto que Fortunato de Almeida sublinha deste modo:

Saindo os religiosos arrábidos do real Convento de Mafra a três de Maio do ano seguinte [1771], não houve um só, de tantos que então ali existiam, que quisesse aproveitar d'esta graça concedida pelo Santo Padre, de poderem transitar de uma para outra religião, largando o burel de S. Francisco pela murça de Cónego Regrante de St. Agostinho. Todos os padres foram morar para os conventos da província, que então se encheram todos, e ali acabaram seus dias socorridos da Providência.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Coimbra, Imprensa Académica, 4 tomos, 1910-1922; t. IV, parte I, p. 238.

### 2.1.5. Sermões

Declarou Inácio Rodrigues,<sup>34</sup> em 4 de Abril de 1753, que "na sua oficina se reimprimiram vários Sermões que já corriam impressos com licenças deste Tribunal", e precisou a sua afirmação particularizando os seguintes casos:

[...] um de Nossa Senhora do Monte do Carmo que pregou no Algarve o Cónego Lourenço Baptista Feyo, hoje Monsenhor da Santa Igreja Patriarcal, o qual o mandou reimprimir sem novas licenças.

O sermão a que Inácio Rodrigues fez referência e foi objecto de contrafacção na sua oficina, sendo impressos cerca de cento e cinquenta exemplares, é o seguinte:

SERMAÕ / DA MÃY DE DEOS. / & / SENHORA DO MONTE / DO CARMO. / PRÉGADO / NO DIA DE SUA SOLENNE COMMEMORAÇAM / na Igreja, e festa de seus Irmãos terceiros da Cidade de Faro, / *COM ASSISTENCIA DO EMINENTISSIMO, / e Reverendiſſimo Cardeal Pereira, e seu Reverendo Cabido.* / PELO DOUTOR / LOURENÇO BAUTISTA FEYO, / *Conego Magistral da mesma Sè, Commiſſario do Santo / Officio, e Beneficiado na Igreja Collegiada de / Saõ Pedro de Coimbra.* / DEDICADO Á AUGUSTA, E REAL MAGESTADE DE ELREY, E SENHOR / DOM JOAÕ V. / NOSSO SENHOR. / [Ornato xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de MANOEL FERNANDES DA COSTA, / Impreſſor do Santo Officio. / [Tranca.] / Anno de MDCCXXXI. / *Com todas as licenças neceſſarias.*<sup>35</sup>

<sup>34</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, Processo n. 5072.

<sup>35</sup> Só localizámos desta espécie o exemplar existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, descrito no *Catálogo da Colecção de Miscelâneas*, sob. o nº 4013. Na *Biblioteca Lusitana* (tomo III, p. 24), figura também a sua descrição. As palavras «SUA SOLENNE», que integram o título (linha 7), aparecem escritas, ao contrário do que acontece no exemplar existente em Coimbra, de forma diferente, isto é, «ſua ſolemne». Não sendo possível proceder à colação dos exemplares, não podemos afirmar, com rigor, qual pertence à edição original e qual à contrafacção.

SERMAÕ  
DA MÃY DE DEOS,  
&  
SENHORA DO MONTE  
DO CARMO.

PREGADO  
NO DIA DE SUA SOLENNE COMMEMORAÇÃO  
na Igreja, e festa de seus Irmãos terceiros da  
Cidade de Faro,

COM ASSISTENCIA DO EMINENTISSIMO,  
e Reverendissimo Cabido Prebitero, e seu Reverendo Cabido.

PELO DOUTOR  
LOURENÇO BAUTISTA FEYO,  
Conego Magistral da mesma Sè, Commissario do Santo  
Officio, e Beneficiado na Igreja Collegiada de  
São Pedro de Coimbra.

DEDICADO A' AUGUSTA, E REAL MAGESTADE DE ELREY, E SENHOR

DOM JOAÕ V.  
NOSSO SENHOR.

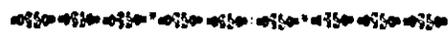


LISBOA OCCIDENTAL,  
Na Officina de MANOEL FERNANDES DA COSTA,  
Impressor do Santo Officio.

Anno de M. DCCXXI.  
Com todas as licenças necessarias.

LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de MANOEL FERNANDES  
da Costa, Impressor do Santo Officio.



Anno de M. DCCXXI.

Com todas as licenças necessarias.



Portada e cólofon de *Sermão da Mãy de Deos, & Senhora do Monte do Carmo*, de autoria de Lourenço Baptista Feio.

Confessou também que reimprimiu:

(...) outro da canonização de S. Luiz Gonzaga pregado pelo mesmo Autor, o dito Monsenhor, e por ele mandado imprimir sem novas licenças, e lhe entregou ele confiante cento e cinquenta cópias.

Trata-se de:

SERMAÕ / QUE NA DUPLEZ SOLEMNIDADE / dos dous Santos, / GONZAGA, / E / STANISLAO, / Em dous dias dividida, celebrou o Collegio de Sant-Iago da / Companhia de Jesus da Cidade de Faro. / PRÉGOU / Com a f i stencia do Cabido da mesma Sè, a quem coube a / fe stividade do primeyro Santo em o primeyro dia, / O D. LOURENÇO / BAUTISTA FEYO, / Conego Magi stral da mesma Sè. Bene- / ficiado na Igreja Colle- / giada de São Pedro de Coimbra, e Comi s sario / do Santo Officio, / Em 6. de Setembro de 1727. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCI-

DENTAL. / [Tranca.] / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. / MDCCXXVIII.  
*Com todas as licenças necessarias.*

S E R M ã O  
QUE NA DUPLÉZ SOLEMNIDADE  
dos dous Santos,  
G O N Z A G A,  
E  
S T A N I S L A O,

*Em dous dias dividida, celebrou o Collegio de Sant-Iago da  
Companhia de Jesus da Cidade de Fize.*

P R E G O U

Com assistencia do Cabido da mesma S<sup>e</sup>, a quem coube a  
festividade do primeyro Santo em o primeyro dia,

O D. LOURENÇO  
B A U T I S T A F E Y O,

Conego Magistral da mesma S<sup>e</sup>, Beneficiado na Igreja Colle-  
giada de São Pedro de Coimbra, e Committario  
do Santo Officio,

*Em 6. de Setembro de 1727.*



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,

M. DCC. XXVIII.

*Com todas as licenças necessarias.*

Folha-de-rosto do Sermão que na duplex solemnidade de  
dous Santos, Gonzaga e Stanislaõ ... pregou D. Lourenço  
Baptista Feio.

Finalmente indicou ter impresso:

[...] outro das exéquias de El-Rey D. João V, composto e recitado na cidade do Porto, por um religioso Loio cujo nome lhe não lembra, o qual sermão reimprimiu ele confitente sem pedir licenças.

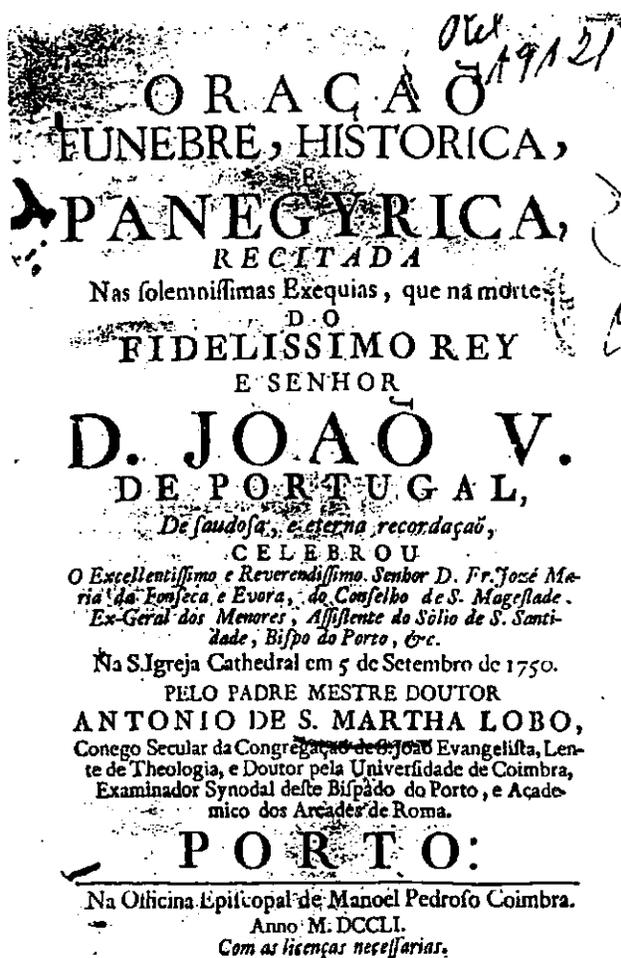
Fê-lo "para desta diligência tirar algum lucro", e "imprimiu e tirou um cento de cópias". de que só vendeu duas e as restantes tinha ainda em seu poder.

O sermão que foi objecto de contrafacção na officina de Inácio Rodrigues apresenta a seguinte descrição bibliográfica:<sup>36</sup>

ORAÇÃO / FUNEBRE, HISTORICA, / E PANEGYRICA, / RECITADA / Nas  
folemoni fimas Exequias, que na morte / DO / FIDELISSIMO REY / E SENHOR /

<sup>36</sup> O exemplar que consultámos na Biblioteca Nacional de Lisboa tem a cota R. 19 1217P. A sua descrição figura também no *Catálogo da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, sob o nº 1490.

D. JOAÕ V. / DE PORTUGAL. *De saudosa, e eterna recordação.* / **CELEBROU** / O  
*Excellentissimo e Reverendissimo* Senhor D. Fr. Jozé Ma- / ria da Fonseca e Evora,  
*do Conselho de S. Magestade / Ex-Geral dos Menores, Affijente do Sòlio de S. San-*  
*ti-* / *dade, Bispo do Porto, &c.* / Na S. Igreja Cathedral em 5 de Setembro de 1750. /  
PELO PADRE MESTRE DOUTOR / ANTONIO DE S. MARTHA LOBO, / Cone-  
go Secular da Congregação de S. João Evangelista, Len- / te de Theologia, e Doutor  
pela Universidade de Coimbra. / Examinador Synodal deste Bispo do Porto, e  
Acade- / mico dos Arcades de Roma. / PORTO: / [Tranca]. Na Officina Episcopal de  
Manoel Pedro fo Coimbra. / Anno MDCCLI. / *Com as licenças neceffarias.*



Portada de Oraçãõ Funebre, Historica, e Panegyrica recitada nas solemnissimas Exéquias ... de D. Joaõ V. por D. Fr. José Maria da Fonseca e Évora.

Dada a escassez de exemplares conhecidos, é impossível determinar se as espécies compulsadas pertencem à edição original ou à sua contrafacção. Fica, no entanto, lançado o alerta para a existência de edições-piratas destas espécies, saídas dos prelos lisbonenses de Inácio Rodrigues.

## 2.2. OBRAS IMPRESSAS CLANDESTINAMENTE, CUJO TEXTO NUNCA FOI SUBMETIDO À CENSURA OU NÃO MERECEU A SUA APROVAÇÃO

### 2.2.1. Breve Resposta ao Insolente Prologo; Crisis Apologetica

Perante o inquisidor Francisco Mendo Trigoso, em 16 de Março de 1744, José da Silva da Natividade,<sup>37</sup> cristão-velho, impressor, natural de Lisboa, e aí morador "por detrás da freguesia de Santa Justa", filho de João Gonçalves, atafoneiro, e de Paula Maria, revelou ter conhecimento de que "nesta cidade se têm imprimido alguns papéis sem licença do Sto. Ofício". Sabia-o, pois ele próprio tinha dado ao prelo um, intitulado *Breve resposta ao insolente prologo da Ridicula oração academica recitada na Academia do Sapateiro Antonio Ferreira de Mesquita*. Fê-lo a pedido de Bernardo Fernandes, impressor e morador na rua das Mudanças, ignorando que não havia as licenças necessárias.

José da Silva da Natividade, pretendendo fazer crer a sua inocência, revelou todos os pormenores relativos à impressão daquela obra. Relatou que, "no tempo de Entrudo próximo passado", foi ele declarante a casa de Bernardo Fernandes, impressor e abridor de letras e estampas, saber se já tinha aberto as letras que lhe encomendara. Não estando mais ninguém presente, Bernardo Fernandes "tirou do seio o referido papel" e perguntou-lhe se o queria imprimir, "porquanto ele tinha ocupado todos os prelos e a sua letra era conhecida". José da Silva da Natividade manifestou a sua disponibilidade para fazer a impressão, levantando apenas uma objecção – "não ter as letras maiores para o princípio e as menores da margem". Bernardo Fernandes prontificou-se a emprestar as letras que lhe faltavam e José da Silva da Natividade, "na boa fé de que haveriam as licenças necessárias para a impressão dele", decidiu imprimir a obra referida, sendo-lhe recomendada a maior brevidade na composição.

Regressado a sua casa, começou a "compor o papel e, achando nele algumas coisas satíricas contra certo religioso",<sup>38</sup> procurou, de novo, Bernardo Fernandes para saber se tinha

---

<sup>37</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2630. O estudo do processo de José da Silva da Natividade leva-nos a concluir que este decorreu em três momentos cronologicamente diferentes, já que o réu foi apresentado pela primeira vez em 16 de Março de 1744, de novo em 1750 e finalmente em 12 de Junho de 1753. Da primeira apresentação consta apenas no processo a confissão do impressor, e parece-nos evidente que esta, comprovando a pertinácia do arguido na impressão clandestina, funcionou como agravante na decretação da pena imposta ao impressor pelos factos ocorridos em 1750 e 1753. Sobre este impressor informa, apenas, Ângela Barcelos da Gama, no artigo mencionado, que a sua actividade profissional decorreu entre 1742 e 1769.

<sup>38</sup> Trata-se de Fr. Francisco da Cunha, autor de *Oração Academica*, obra que suscitou a publicação de *Breve Resposta ao Insolente Prologo*. Nasceu em Lisboa, sendo filho de Domingos Araújo, escrivão dos feitos da Coroa, e de Bárbara da Cunha. Instruído em Humanidades e Língua latina, professou no Sagrado Instituto dos Eremitas Calçados de Sto. Agostinho, no convento de Lisboa, a 6 de Março de 1714. Tornando-se um profundo conhecedor de Teologia, começou por ensinar essa disciplina no convento em que professara, tendo mais tarde ensinado no convento de Leiria, do qual foi Prior, e no convento da Penha de França. Pela sua prudência e capacidades foi Presidente no Capítulo Geral celebrado na cidade de Perugia, Procurador da sua Província na Corte de Roma, Vigário Provincial no Reino do Algarve e Examinador Sinodal do mesmo Bispado. Para além da obra mencionada são da sua autoria: *Oração funebre, Laudatória, Historica e Panegyrica nas Exequias do Summo Pontífice Benedicto XIII de gloriosa memoria, que na Sé da Cidade de Faro Reyno do Algarve mandou celebrar o Eminentissimo Senhor Cardeal Pereira fazendo nestas Pontifical*. Lisboa, na Of. Augustiniana, 1730. *Sermão Panegyrico do Glorioso grande, ou mayor Santo S. José fundado no Decreto da Sagrada*

licenças para aquela impressão, pois "tinha achado no dito papel algumas cousas que não lhe pareciam bem". Bernardo Fernandes retorquiu que "não tinha licenças nem seriam necessárias", pois "aquele papel fora composto por Frei Manuel Rodrigues,<sup>39</sup> religioso franciscano, e que manuscrito tinha corrido por toda esta cidade".

Concluída a impressão, José da Silva da Natividade mandou entregar trezentos exemplares ao impressor Bernardo Fernandes e "recebeu dele duas moedas do seu trabalho". Ficou em seu poder, com os exemplares que imprimiu a mais, "cerca de quarenta e tantos", os quais guardou em sua casa "pelo medo que teve deste Tribunal", depois de ter ouvido dizer que as pessoas que o viram "se haviam escandalizado muito de tal coisa se imprimir". Os exemplares de *Breve Resposta ao Insolente Prologo* foram espalhadas por Bernardo Fernandes ou por interpostas pessoas, e Natividade desconhecia que houvesse mais pessoas implicadas naquele caso, pois "tudo o que tem referido se passou somente entre ele declarante e o dito impressor".

José da Silva da Natividade manifestou a sua satisfação por ter sido chamado a confessar "a sua culpa da sorte que a cometeu". pediu misericórdia e implorou perdão do "engano que lhe fez o dito Bernardo Fernandes".

---

*Congregação dos Eminentísimos Cardeais em 19 de Dezembro de 1726 pelo qual se manda por S. Jozé na Ladainha dos Santos depois de S. João Bautista prégado na Sé de Faro.* Lisboa, na Of. Augustiniana, 1731 e sob o anagrama Ricardo Fineça Fascunh, *Relação da Prodigiosa Navegação da Nau chamada S. Pedro e S. João, da Companhia de Macau, por mercê da milagrosíssima imagem de N. S. da França, venerada protectora das naus de comercio deste Reino.* Lisboa, na Officina de José da Silva da Natividade, 1743.

Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana.* Coimbra, Atlântida, 4 t., 1965-1967; t. II (1966), p. 140 e SILVA, Inocência Francisco da, et alii. *Dicionário Bibliográfico Português.* Lisboa, Imprensa Nacional, 22 t., 1859-1923; t. VII (1862), p. 72 e t. IX (1870), pp. 282-283.

<sup>39</sup> Frei Manuel Rodrigues era natural da cidade do Funchal, onde nasceu em 25 de Novembro de 1697, sendo filho de Francisco Moreira Romão e Josefa Maria e sobrinho do Doutor Pedro Moreira, Comissário do Sto. Ofício, Deão e Governador do Bispado do Funchal. Viveu a sua juventude no Rio de Janeiro e Buenos Aires, tendo efectuado aí os seus estudos. Entrou na ordem franciscana em 1718, tendo professado solenemente no Convento de N. S. da Assumpção, em Buenos Aires, a 26 de Julho de 1719. Regressou, alguns anos mais tarde, a Lisboa por razões familiares. Contam-se entre obras da sua autoria as seguintes: *Sermão da festividade do Coração de Jesus no Real Mosteiro de N. Senhora dos Martyres das Religiosas de Sacavém.* Lisboa, Maurício Vicente de Almeida, 1732; *Tardes da Quaresma prégadas na Igreja das Chagas, Freguesia dos homens do mar no anno de 1738.* Lisboa, na Officina Silviana da Academia Real, 1738; *Sermão Panegyrico em acção de Graças na solemne Festa, que pelas melhoras do Serenissimo Senhor Infante D. Antonio fizeraõ os seus criados na Real Capella de N. Senhora das Necessidade.* Lisboa, na mesma officina, 1739; *Sermão de acção de graças com Sacramento exposto no Convento de Religiosos Arrabidos pela melhoria do Muito Alto, e Poderoso Rey D. João o V nosso Soberano.* Lisboa, na mesma officina, 1742; *Sermão Panegyrico do Glorioso S. Luiz: Rey de França.* Lisboa, por Miguel Manescal da Costa, Impressor do Sto. Ofício 1746; *Sermão de Acção de Graças na solemneidade consagrada ao glorioso S. Luiz Rey de França no dia em que se celebrava a Igreja o glorioso Santo Estevão Rey de Hungria pelo prodigiosos milagre de restituir a falla a Catherina Roza de Jesus.* Lisboa, por Francisco Luis Ameno, 1748; *Panegyrico Funebre nas Exequias do Mui Alto Poderoso, Fidelissimo Rey D. João V de Portugal celebradas pelos Religiosos Alemães na sua Igreja de S. João Nepomuceno em 31 de Outubro de 1750.* Lisboa, por Miguel Manescal da Costa, 1750; *Panegyrico funebre nas exequias da muito alta Rainha de Portugal a Senhora D. Mariana de Austria, celebradas no Real Convento de S. Francisco de Lisboa, a 2 de Setembro de 1754.* Lisboa, pelo mesmo impressor, 1755; *Sermão Panegyrico da Immaculada Conceição de Maria Santissima pregado no dia 12 de Dezembro de 1756, na solemneidade intitulada a Festa da Bolça com assistencia do regio Tribunal do Conselho da Fazenda.* Lisboa, pelo mesmo impressor, 1757 e *Oração Academica, recitada na Academia dos Escolhidos para o culto Mariano no dia primeiro de Agosto de 1756.* Saiu juntamente com o Sermão precedente. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. III, pp. 356-357 e t. IV, p. 249.

A publicação deste folheto-resposta, cuja descrição bibliográfica é a seguinte:

BREVE / RESPOSTA / AO INSOLENTÉ / PROLOGO / DA / RIDICVLA / ORAÇAM / ACADEMICA, / RECITADA NA / ACADEMIA / DO SAPATEIRO / ANTONIO FERREIRA DE / MESQUITA / AO ARCO DA / GRAÇA. / [Tranca] / POR HUM IMPARCIAL.

inscreve-se na polémica criada a partir da publicação, em 1743, da obra de Frei Francisco da Cunha, de que apresentamos também a descrição:

ORAÇAM / ACADEMICA, / PANEGYRICA, HISTORICA, / Encomia flica, Profano-Sacra. / *QUE PELOS FELICES SUCESSOS, E VICTORIOSAS ARMAS DA / Augu/ti/fima, e Sereni/fima Rainha de Hungria, e Bohemia, &c. Com a / di'cripção do me/mo Reyno, e Corte de Praga. e das duas victorias / do Panáro, e Meno; adornada de varias Poezias, e muntos verjos / dos milhores engenhos Portuguezes. / CONSAGRA, TRIBUTA, E OFFERESE / á me]ma Soberana Senhora / D. MARIA / THEREZA / AUGUSTA, CHRISTINA, AMELIA, / WALBURGA DE AUSTRIA. / Seu mayor Empenhado, e no affecto menor Jubdito. / O M. Fr. FRANCISCO / DA CUNHA AUGUSTINIANO. / LENTE JUBILADO NA SAGRADA THEOLOGIA EXPRIOR DO / Convento de S. Ago finho de Leiria, / e de N. S. de Penha de França de / Lisboa, Di fcreto do Capitulo Geral da fua Provincia de Portugal em / Perugia, e Procurador da mesma Provincia na Curia de Roma, / Vigario Provincial dos Conventos da fua Ordem no Reino / do Algarve; Examinador Synodal do me fmo Bi fado, / e Prègador da Capella Real da Bempo fta. / LISBOA: / Na Officina ALVARENSE. / Anno de MDCCXLIII. / [Vinheta ao centro do pé-de-impressa partindo-o em duas metades] / Com todas as licenças nece]sarias.*

A *Oraçam Academica* é precedida por um "Prologo ao Leytor Curioso", em que o autor, afirmando a sua superioridade, ataca violentamente os leitores, menosprezando as suas capacidades, como se depreende da leitura do seguinte excerto:

Disto não tenho eu culpa, porque também, quando prego, é só para quem me entende e não para quem só me ouve, e como os ouvintes são mais que os sábios, assim são mais os leitores néscios do que os Doutos.<sup>40</sup>

Ao longo do prólogo, o Padre Francisco da Cunha não poupa ninguém. A sua animosidade dirige-se contra aqueles que não entendem o que ele diz, contra os que se acham cultos,

---

<sup>40</sup> CUNHA, Fr. Francisco da. *Oraçam Academica, Panegyrica, Historica Encomiastica, Profano Sacra que pelos Felices Succesos e Victoriosas da Augustissima e Serenissima Rainha da Hungria e Boemia*. Lisboa, Na Officina Alvarense, MDCCXLIII, p. III.

e também contra os que, nada tendo produzido, têm a ousadia de criticar o trabalho de quem produz alguma coisa:

Mas como tu não fazes nada, nem como eles, nem ainda como eu, e não os lês, nem estudas, e só falas, e murmuras, por isso reparas, e motejas no que não deves, como católico, que te suponho, natural que és, e amigo que deves ser.<sup>41</sup>

Ignoram-se as circunstâncias em que nasceu este texto, pelo que nos é difícil compreender as razões que levaram o autor a escrever um prólogo de natureza tão demolidora. A violência do texto provocou críticas anónimas de igual dureza, tendo sido publicadas clandestinamente duas obras. Uma é *Breve Resposta ao Insolente Prologo*, da autoria do franciscano Frei Francisco Manuel Rodrigues, e a sua impressão foi feita na oficina de José da Silva da Natividade, a pedido do impressor Bernardo Fernandes, no ano de 1744; a outra intitula-se *CRI-SIS / APOLOGETICA, / QUE A HUMA ORAÇAM TAMANHA, COMO / a noite de Inverno (que compoz hum Prégador, que / fô prega para quem o entende) / FEZ / QUEM MAIS NAM ENTENDIA. / RECITADA / NA SALA DO CAZAMENTO / DO / LAGARTO DA PENHA / COM A / SENHORA DONA COBRA / Da Náo de Macáo no dia das fuas Vodas. / DE LO GOLOZO DAS SORTES. / Impreſſa / NO MONTE APENINO*. Os elementos que constituem o pé-de-impressa estão praticamente omissos, sendo o local de edição [fictício] o único que figura na portada. A obra, em doze páginas, é dada como impressa no "Monte Apenino".

O tom incisivo e de crítica cerrada à pessoa e texto do Padre Francisco da Cunha é uma constante nas duas obras.

Afirma-se em *Breve Resposta ao Insolente Prologo*:

Se he [um Mestre] na Academia do Sapateiro para ouvir V. P. em uma tripessa adulterando as verdades da escritura, não serve para ouvinte, porque lhe enfadam asneiras.<sup>42</sup>

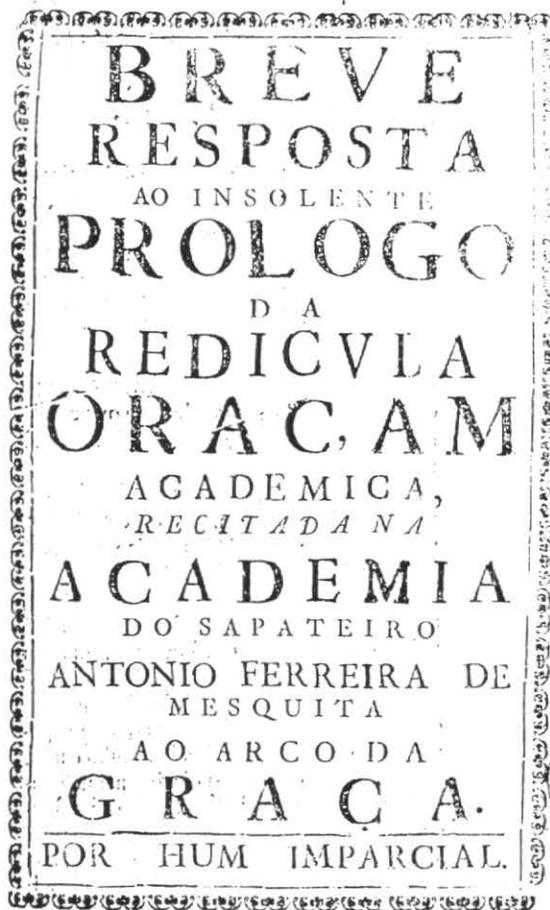
Também o autor de *Crisis Apologetica* se dirige ao Padre Francisco da Cunha nestes termos:

[...] o que V. P. publicou com o nome de *Oração Academica Panegyrica*, e outros nomes, que não entendo, é cousa a que se não viu semelhante, sem pés nem cabeça; tão inútil, amargosa, desabrida, que se não pode sofrer, sem embargos de V. P. dizer que tem o útil misturado com o doce. [...]. Considero a V. P., com esta obra, o avesso dos homens grandes que tem havido no mundo.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> IDEM, *Ibidem*, p. IV.

<sup>42</sup> *Breve Resposta ao Insolente Prologo da Redicula Oraçam Academica recitada na Academia do Sapateiro Antonio Ferreira de Mesquita do Arco da Graça. Por hum Imparcial*. S. I. [Lisboa] n. ed. [José da Silva da Natividade] n.d. [1744], p. 4.

<sup>43</sup> *Crisis Apologetica, que a huma Oraçam tamanha, como a noite de Inverno (que compoz um Pregador, que só prega para quem o entende) Fes Quem Mais nam Entendia. Recitada na sala do Cazamento do Lagarto da Penha com a Senhora Dona Cobra da Náo de Macáo no dia das suas Vodas. Pelo Goloso das Sortes*. Impresso no Monte Apenino. [Lisboa, João Baptista Lerzo, 1744], p. 2.



Rosto de *Breve Resposta ao Insolente Prologo ...*, impresso clandestinamente na oficina de José da Silva da Natividade, a pedido do impressor Bernardo Fernandes.



Portada de *Crisis Apologetica ...*, impressa na oficina de João Baptista Lerzo, em 1744.

José da Silva da Natividade disse que sabia "através de Manuel Ferreira Leonardo",<sup>44</sup> estudante, morador "nas costas do Paço do Rossio", que a impressão do "papel *Crisis Apologética*, que é moderníssimo", fora feita sem licenças, na oficina de João Baptista Lerço, morador junto ao Loreto. Vincou bem que só o sabia por informação do referido estudante, "que é curioso e tem entrada em casa de muitos impressores desta Corte", pois, tendo ele examinado a sua letra, "achou que não era especial da dita oficina e era mui comũa em muitas desta cidade".

O interesse e conhecimentos manifestados por Manuel Ferreira Leonardo e José da Silva da Natividade prendem-se, neste caso, naturalmente, com o facto de ambos serem autores de alguns dos epigramas publicados na obra de Frei Francisco da Cunha, *Oração Académica*.<sup>45</sup>

Esta espécie apresenta ainda outro aspecto merecedor de referência especial, que se relaciona com o facto de existirem exemplares em que a *Oração Académica* propriamente dita (que decorre da página 1 a 362) tem rosto próprio, e nele consta que a impressão foi feita «En la Imprenta de la Academia Rial de Madrid».<sup>46</sup> Parecia-nos evidente que se tratava de mais um caso de *fausse-adresse*, e as nossas suspeitas confirmaram-se ao ler a *Breve Resposta ao Insolente Prologo*. Em tom acusatório, o autor denuncia o facto:

Derrama V. P. as suas iras contra quem o censura sem advertir que deu ao prelo antes de ser censurado.<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> Manuel Ferreira Leonardo nasceu em Lisboa em 25 de Abril de 1728, sendo filho de Pedro da Costa e Antónia dos Mártires. Estudou Gramática no Colégio dos Jesuítas e Filosofia no Real Convento de S. Domingos. Tornou-se presbítero secular e partiu em 1748 para o Pará, em companhia do Bispo da mesma diocese, D. Frei Miguel de Bulhões. Voltou do Pará com D. Frei Miguel de Bulhões, na qualidade de seu secretário, e serviu como tal em Leiria no ano 1763. É autor das seguintes obras: *Elogio funebre do P. M. Fr. Francisco de St. Maria*. Lisboa, na Officina Pinheirense da Música, 1745; *Elogio funebre, panegyrico, laudatorio e encomiastico do insigne pintor Victorino Manuel da Serra*. Lisboa, Pedro Álvares da Silva, 1748; *Elogio historico, panegyrico e encomiastico do Ex.<sup>mo</sup> Senhor D. João da Motta e Silva, cardeal da Sancta Igreja Romana, e primeiro ministro da Coroa portuguesa*. Lisboa, Pedro Álvares da Silva, 1748; *Relação da viagem e entrada que fez o Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Senhor D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa, bispo do Pará na sua diocese*. Lisboa, Manoel Soares, 1749 e *Notícia Verdadeira do terrivel contagio que desde Outubro de 1748 ate o mez de Maio de 1749 tem reduzido a notavel consternação todos os sextões, temas e cidades de Belem e Grão Pará, extrahida das mais fidedignas memorias*. Lisboa, por Pedro Ferreira, 1749. Cf. SILVA, Inocência Francisco da, et alii. *Ob. cit.*, t. V, p. 426 e t. XVI, p. 211 e MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. III, p. 266.

<sup>45</sup> São de autoria de José da Silva da Natividade *Laberinto intrincado, que principiando do meyo sempre se lerá EU SOU O MAIS EMPENHADO* e *Laberinto intrincado, que principiando do meyo sempre se lerá EM PUBLICAR O VOSSO VALOR*. Manuel Ferreira Leonardo é autor do *Laberinto em louvor da Serenissima Senhora Rainha da Hungria, que principiando pelo meyo sempre se hade achar ES DA HUNGRIA A MAYOR GLORIA*; *Laberinto em louvor da Serenissima Senhora Rainha da Hungria, que principiando pelo meyo sempre se hade achar SOIS O PASMADO DA HUNGRIA*; *Laberinto intrincado, que principiando do meyo sempre se lerá – SOIS O VALOR DA HUNGRIA*; *Laberinto intrincado, que principiando do meyo sempre se lerá MARIA THEREZA DE AUSTRIA*; *Laberinto intrincado em louvor do M. R. P. M. Fr. Francisco da Cunha dando à luz as victorias da Hungria, que principiando do meyo sempre se lerá – FILHO SOIS DE AGOSTINHO* e *Laberinto Cubico que para donde quer que se lea sempre se hade achar MARIA THEREZA DE AUSTRIA*.

<sup>46</sup> Os exemplares que tivemos oportunidade de consultar não apresentavam esta particularidade. No entanto, no *Catálogo do Fundo da Antiga Livraria Bertrand*, sob o número 1259, é descrito um exemplar nessas condições.

<sup>47</sup> *Breve Resposta ao Insolente Prologo da Redicula Oração Académica*, pp. 2-3.

### 2.2.2. *Feição à Moderna ou Logração Disfarçada; Bisnaga Escolástica; Queixas de Antonio Duarte Ferrão contra a Poesia*

A vida académica coimbrã andou sempre envolta numa atmosfera de boémia e extravagância, que serviu de pretexto, no século XVIII, a composições heroi-cómicas, em prosa e verso acerca das façanhas de novatos e veteranos, a quem todas as audácias eram permitidas.

Referindo-se a este "género literário especialíssimo", escreveu Rocha Madahil:

A tradição, oral e escrita, fixou e transmitiu de geração em geração o eco alegre da vida académica de Coimbra, dando lugar à formação de uma literatura especial, sucessivamente alimentada pelo culto e pela saudade daqueles que em si próprios vão sentindo que a mocidade é bem no dizer do Poeta a rara «flor de Lotus, que em cem anos floresce uma só vez».<sup>48</sup>

Temos conhecimento de que folhetos representativos deste tipo de literatura circularam clandestinamente desde 1740. São hoje preciosos, como já notara Teófilo Braga ao chamar a atenção para estes "quadros da vida e dos costumes da classe escolástica".<sup>49</sup>

O ano de 1746 ficou assinalado pela publicação, em latim macarrónico, do *Palito Métrico*. O número de edições que se fizeram nesse ano atesta bem o interesse com que foi recebido quer no meio académico quer na sociedade em geral. Francisco de Pina e Mello deixou-nos, em tom ressentido, numa carta a um amigo, um testemunho coevo da popularidade alcançada, desde a primeira hora, por aquela composição heroi-cómica:

Lembre-se V. M. do *Palito*, que foi uma das grandes parvoíces que infamou a Imprensa, e dentro de poucas semanas se fizeram quatro impressões.<sup>50</sup>

Havendo uma tão grande procura por este género de literatura, já muito conhecido e explorado em França e na Alemanha, mas quase inédito em Portugal, não nos custa compreender que os impressores, sempre de olhos postos no lucro, se animassem a imprimir clandestinamente composições alusivas à vida académica de Coimbra, tirando os dividendos que o risco acarretava.

José da Silva da Natividade<sup>51</sup> denunciou, em 16 de Março de 1744, a impressão clandestina de *Feição à Moderna ou Logração Disfarçada* e acusou como responsável o impressor

---

<sup>48</sup> MADAHIL, António Gomes da Rocha. *Notas Bibliográficas acerca do Palito Metrico e Correlativa Macarronea Latino-Portuguesa para o ano de 1942*. Coimbra, Coimbra Editora, 1942, p. VI.

<sup>49</sup> BRAGA, Teófilo. *Ob. cit.*, t. III, p. 171.

<sup>50</sup> Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXII 2-15, fol. 46. Carta a João Baptista de Castro, de 11 de Setembro de 1758. Cit. por João Pereira Gomes. «REBELO, João da Silva» (s.v.). In *Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*. Lisboa, Verbo, 22V., 1963-1991; V. 15 (1973), col. 1859. Até ao momento são conhecidas três edições de *Palito Metrico* datadas de 1746: a edição original e a segunda impressão, de que há duas variantes, ambas impressas em Coimbra, uma no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, outra na oficina de António Simões Ferreira. Cf. CRUZ, Manuel António Braga da. «Palito Metrico e Macarronea Latino Portuguesa». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, nºs 33-36 (1963), pp. 1-7.

<sup>51</sup> A.N.T.T., Inquirição de Lisboa, processo nº 2630.

lisboeta João Carvalho Rosa.<sup>52</sup>

Este papel se imprimiu em casa de João Carvalho Rosa e no seu prelo, que foi morador na rua Nova da Palma e agora não sabe onde, e já não tem imprensa porque a vendeu.

Natividade tinha conhecimento de que a impressão ocorrera "há já alguns anos mas não sabe quantos" e as declarações por ele prestadas podiam ser confirmadas por Pedro Ferreira, também impressor, morador ao Calçado Velho, pois, "tendo-ambos examinado a letra do dito papel, assentaram que só havia a letra dele na oficina do dito João Carvalho Rosa".

A localização e análise desta obra,<sup>53</sup> cuja personagem principal é um estudante da Universidade de Coimbra, permite-nos não só reconhecer a veracidade das declarações prestadas por José da Silva da Natividade, mas também identificar uma situação de utilização de *fausse-adresse*, como disfarce para omitir o verdadeiro local de edição e nome do impressor ou oficina tipográfica.

A descrição bibliográfica da espécie é como segue:

FEIÇÃO Á MODERNA, / OU / LOGRAÇÃO / DISFARÇADA, / QUIMICAS À  
SURRELFA, E IDEAS DE TRA- / tantes, novamente inventadas para pa- / far la vida  
E / chola / fística na Univer / sidade de Coimbra à Cavalhei- / ra com applauzo, boa  
vida, e dinheiro / sem / a / f / sistencia de mezadas. / INSTRUCÇAM BREVE, / E pro-  
veitosos dictames, que deu hum Tratante de Lisboa a / seu filho, querendo-o mandar  
para Coimbra no anno de / Novato. / [Ornato tipográfico.] / [Tranca.] / Impre / fo en  
Madrid com las Licencias nece / farias, en la Im- / prenta de Jo / seph Gonzalaz; vive  
en la Calle del Are- / nal. Año de 1741.

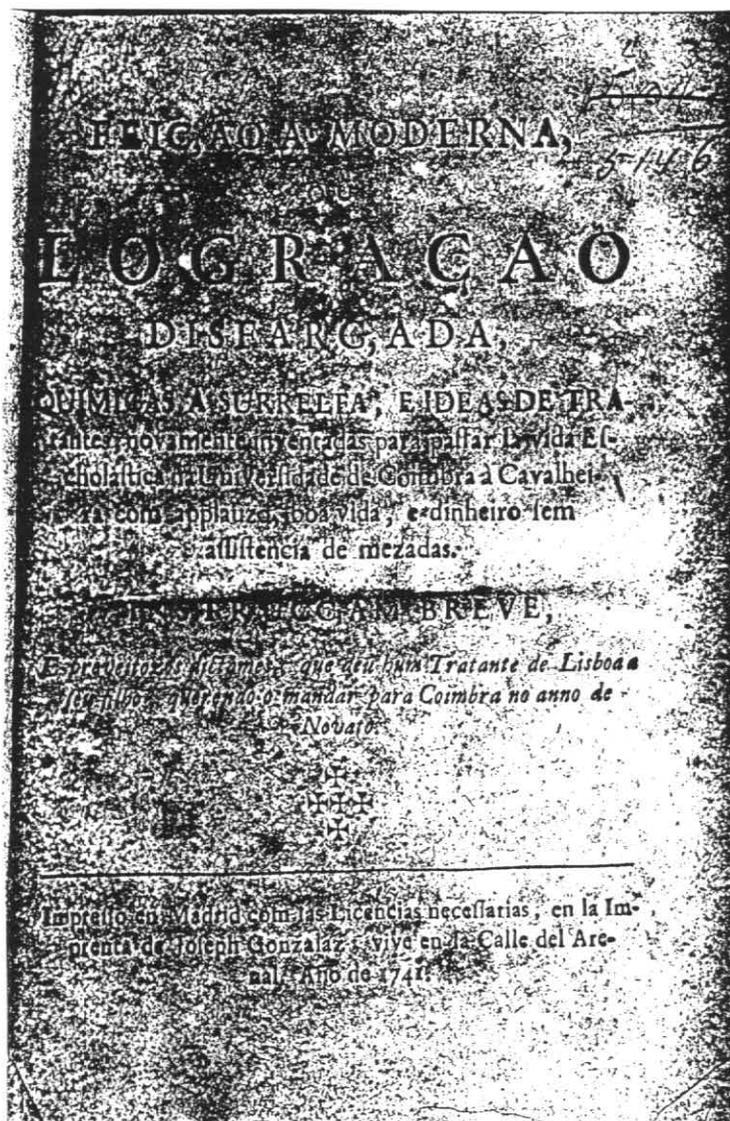
A *fausse-adresse* utilizada integra-se na categoria das que se servem do nome de um impressor existente ou que realmente existiu, e o local de edição indicado corresponde ao local onde o verdadeiro impressor desenvolveu a sua actividade profissional. De facto, existiu em Madrid o impressor Joseph González, com oficina «En la Calle del Arenal», cuja produção tipográfica se situa entre 1729 e 1749.<sup>54</sup> A variante ortográfica que individualiza na edição portuguesa o apelido do impressor (Gonzalaz em vez de González) é mais um indicio de fraude editorial.

---

<sup>52</sup> Em 1741, como atrás tivemos oportunidade de referir, este impressor esteve implicado na contrafacção da *Lista do Auto de Fé*, que se realizou em 18 de Junho desse mesmo ano.

<sup>53</sup> Existem dois exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa, com as cotas H.G. 5146P e H.G. 6251V, e um na Biblioteca da Academia das Ciências. A sua descrição é também apresentada na *Bibliografia da Livraria de Manoel dos Santos*, sob o nº 174, e no *Catálogo da Biblioteca de Adelino das Neves e Mello*, sob o nº 1931. Deve tratar-se de uma espécie rara, pois não é referida por Inocêncio e seus continuadores no *Dicionário Bibliográfico*, nem faz parte das obras anónimas listadas nos *Dicionários de Pseudónimos e Obras Anónimas*, de Martinho da Fonseca e Albino Lapa. Rocha Madahil, no artigo atrás citado, refere-a pela primeira vez, dado que possui um exemplar, e adverte que a indicação de Madrid "é evidentemente suposta".

<sup>54</sup> Cf. GUTIERREZ DEL CANO, Marcelino. *Loc. cit.*, p. 84 e AGUILAR PIÑAL, Francisco. *Bibliografía de Autores Españoles del Siglo XVIII*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 7 t. (1981-1993); t. 7, p. 486, nº 3397.



Rosto de *Feição a Moderna e Logração Disfarçada*, dada como impressa em Madrid, en la Imprenta de Joseph Gonzalaz, mas estampada em Lisboa, na oficina de João Carvalho Rosa.

Não temos conhecimento de ter sido feita outra edição avulsa deste folheto. Assim sendo, só foi reimpresso em 1765, aparecendo integrado na segunda parte da *Macarronea Latino Portuguesa*, impressa na oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno.

Em Maio de 1753, o impressor Inácio Rodrigues<sup>55</sup> confessou perante os Inquisidores que tinha impresso sem as licenças necessárias, havia cinco ou seis anos, "dois papéis compostos na língua Latina Macarrónica, compostos pelo Doutor João da Silva Rebelo e intitulados *Bisnaga Escolástica* e *Queixas de Antonio Duarte Ferrão contra a Poesia*". Declarou, ainda, que a impressão fora combinada entre ele e o seu autor, João da Silva Rebelo, sendo a autoria das obras mencionadas "escondida debaixo do dito nome de António

<sup>55</sup> A.N.T.T., Inquirição de Lisboa, processo nº 5072.

Duarte Ferrão". Depois de pronta a impressão, Inácio Rodrigues entregou mil cópias de cada folheto ao Padre João da Silva Rebelo.<sup>56</sup>

Brito Aranha conhecia apenas uma edição avulsa de cada um destes folhetos,<sup>57</sup> e descreveu-os deste modo:

*Queixas de Antonio Duarte Ferrão, ex-Official de Estudante na Universidade de Coimbra, e actual Passante em Lisboa, Contra a Poesia. Ou melhor: Relaçam das pauladas, e mais trabalhos, que lhe causou a censura, que deo no Palito Metrico o Cura, e Barbeiro da sua freguesia.* Évora, na Officina da Universidade, 1748. In - 8º de 24 pp.

*Bisnaga Escolastica colhida no Campo da Cotovia pelo Lavrador do Palito Metrico. Primeira parte dividida em um tomo.* Coimbra, 1749. In - 8º de 23 pp.

Se atendermos exclusivamente às declarações imprecisas de Inácio Rodrigues quanto à data da impressão daqueles folhetos, não é fácil decidir se as edições por ele dadas ao prelo correspondem ou não à primeira edição. De facto, se a impressão tivesse ocorrido seis anos antes em relação à data do depoimento, isto é em 1747, as edições clandestinas de que hoje temos notícia corresponderiam à primeira edição daqueles folhetos; se ocorresse um ano mais tarde (1748), a afirmação anterior só seria válida para *Bisnaga Escolastica*, podendo a edição de *Queixas de Antonio Duarte Ferrão contra a Poesia* ser uma contrafacção da edição de Évora. Esta hipótese parece-nos, no entanto, pouco provável se tivermos em atenção que o autor, João da Silva Rebelo, justou directamente com Inácio Rodrigues a impressão das obras mencionadas.

Assim, da articulação dos dados disponíveis, parece-nos possível concluir que as edições de *Bisnaga Escolastica* e *Queixas de Antonio Duarte Ferrão contra a Poesia*, saídas clandestinamente dos prelos de Inácio Rodrigues, no ano de 1747, são as primeiras que se fizeram daqueles poemas heroi-cômicos em latim macarrónico.

Tal como *Feição à Moderna e Logração Disfarçada*, também *Bisnaga Escolastica* e *Queixas de Antonio Duarte Ferrão contra a Poesia*; da autoria de João da Silva Rebelo, foram, mais tarde, integrados na *Macarronea Latino-Portuguesa*, cuja primeira edição data de 1765.

---

<sup>56</sup> Apesar do número elevado de exemplares impressos, não conseguimos localizar nenhum que se nos afigurasse ter relação com a edição clandestina. No entanto, no *Catálogo da Biblioteca de Sousa da Câmara*, sob o número 1067, aparece descrito um exemplar avulso de *Queixas de Antonio Duarte Ferrão contra a Poesia*, desconhecido da maior parte dos bibliógrafos, que admitimos ser falso. Não tem indicações tipográficas, nem data de impressão. O formato é in-8º e tem 24 páginas. A sua descrição é acompanhada do seguinte comentário: "Nas primeiras 5 páginas uma curiosa dedicatória ao «Senhor Mestre», seguindo-se o poema em Latim Macarrónico até final. Opúsculo interessante do autor de *Palito Métrico*, cujos exemplares são raríssimos."

<sup>57</sup> SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, vol. XVI (1893), pp. 92-93.

### 2.2.3. *Anno Historico, Diario Portuguez defendido e vindicado em 1746, no seguinte Prologo anti-critico*

Em 17 de Agosto de 1753, no decorrer da sua confissão, o Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira<sup>58</sup> declarou perante o inquisidor:

[...] que também consentiu se desse ao prelo na sua oficina um papel volumoso, que não sabe ao certo que folhas tinha, intitulado *Anno Historico Vindicado*, o qual é crítico e o compôs em sua defesa um seu religioso chamado o Padre Lourenço Justiniano da Anunciação,<sup>59</sup> em cuja impressão ele declarante não queria consentir por saber que o dito Padre tinha pedido as licenças ao Santo Ofício e se lhe haviam denegado; porém consentiu na referida impressão por lhe dizer o mesmo Padre que as Licenças ficavam por sua conta, e ele declarante assim se capacitou por reflectir que o dito Padre é o Qualificador mais antigo que tem o Santo Ofício e que na verdade conseguiria as ditas Licenças.

Ficamos assim a saber que ANNO HISTORICO / DIARIO PORTUGUEZ / DEFENDIDO, E VINDICADO / Em 1746. / NO SEGUINTE / PROLOGO ANTI-CRITICO, um in-folio de 101 páginas, sem indicações tipográficas, que se destinava a servir de prólogo ao tomo terceiro do *Anno Historico Vindicado*, de Frei Francisco de Santa Maria, saiu clandestinamente dos prelos de São Bento de Xabregas, onde Manuel de Santa Marta Teixeira tinha instalada uma tipografia para seu uso particular.

---

<sup>58</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 2638.

<sup>59</sup> Lourenço Justiniano da Anunciação foi um dos membros mais ilustres da Congregação dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista, na primeira metade do século XVIII. Nasceu em 8 de Janeiro de 1678, na freguesia de S. Paio da vila de Arcos de Valdevez, sendo filho de Domingos de Amorim Duarte Dantas e de Margarida Gomes de Abreu. Faleceu em Lisboa, em 19 de Julho de 1755. Recebeu a murça de Cônego Secular do Evangelista Amado no convento de Vilar de Frades a 5 de Abril de 1692, quando tinha 16 anos. Depois de frequentar os Estudos Escolásticos, recebeu as insígnias Doutorais de Teólogo da Universidade de Coimbra, com que se fez digno de ser Qualificador do Sto. Ofício e Examinador do Tribunal das três Ordens Militares. Depois de ter sido Reitor do Convento de Santo Elói de Lisboa, foi eleito Geral da sua Congregação. Foi, também, membro da Academia dos Generosos. Cf. MACIIADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. III (1752), p. 30.

*com o Autor*

ANNO HISTORICO  
DIARIO PORTUGUEZ  
DEFENDIDO, E VINDICADO

Em 1746.

NO SEGUINTE

PROLOGO ANTI-CRITICO



AM quiz o senhor Bacharel Ignacio Barboza Machado, Author do livro intitulado *Fastos Politicos, e Militares*, que este terceiro tomo do *Anno Historico Diario Portuguez* ficasse sem Prologo; para o qual offereco os materiaes, que contém as *Criticas* impressas no principio dos mesmos *Fastos*; a que damos a seguinte resposta, para instrucção dos leitores que della tiverem necessidade; e não para os sábios, e indiferentes, porque o mesmo será lerem as taes *Criticas*, que cençurallas, e desfazellas, sem necessitarem para isso das nossas advertencias, e defezas; nas quaes procuraremos a brevidade possível, dando aos que menos sabem a instrucção sufficiente, sem onerarmos a paciencia dos sábios, como aconselha S. Greg. P. Homil. 13. *Quatenus ejus expostio ita nescientibus fiat cognita, ut tamen scientibus non sit onerosa*; e só nos serviremos das armas defensivas, porque não sabemos empunhar, nem jogar outras, como ja mostramos em outras respostas semelhantes, sem excedermos os preceitos da critica, da decencia, da religião.

I

D'A principio o Senhor Barboza à sua *Difertação Apologética* dizendo no numero primeiro: *Tinha composto o Padre Mestre Francisco de Santa Maria o Anno Historico Diario Portuguez*, cuja obra eu ignorava, assim como pelo nome, e não

Página inicial de *Anno Historico, Diario Portuguez defendido. e vindicado em 1746*, impresso clandestinamente na oficina de Santa Marta Teixeira.

Por motivos que adiante apresentaremos, Diogo Barbosa Machado, no suplemento à *Biblioteca Lusitana*, publicado em 1759, tornou públicas as circunstâncias em que surgiu esta obra:

[...] o Padre Doutor Lourenço Justiniano da Anunciação se animou, sem faculdade do Sto. Officio, que repetidas vezes implorou, a imprimir clandestinamente a obra no Convento de S. Bento de Xabregas, Cabeça da sua Canónica Congregação, cujo temerário insulto puniu severamente o rectíssimo Tribunal, ordenando que lhe fossem reclusos os exemplares de tal obra.<sup>60</sup>

Cerca de um século mais tarde, Inocêncio Francisco da Silva acrescenta alguns pormenores aos dados revelados por Barbosa Machado, ao afirmar:

Foi estampada clandestinamente na própria casa de São Bento de Xabregas, dos cônegos seculares, não obstante haver sido três vezes negada ao autor nas estações competentes a licença que requerera para a impressão pretendendo colocá-la à frente

<sup>60</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. IV, p. 232.

do tomo III do *Anno Historico*, a qual lhe negaram pelo estilo satírico em que a obra estava escrita. Consta que os exemplares impressos foram depois apreendidos em casa do encadernador.<sup>61</sup>

Esta obra surgiu num ambiente de confrontação e acesa polémica, em que foram intervenientes directos o Padre Doutor Lourenço Justiniano da Anunciação, Frei Francisco de Santa Maria e os irmãos Barbosa Machado. Teve na sua origem, como causa próxima, a publicação do seguinte livro, de autoria de Inácio Barbosa Machado:

FASTOS / POLITICOS, E MILITARES / DA ANTIGUA, E NOVA / LUSITANIA / EM QUE SE DESCREVEM AS ACÇOENS / memoraveis. que na Paz, e na guerra obrarão / os Portugueses nas quatro partes do Mundo. / OFFERECIDOS / À AUGUSTÁ MAGESTADE / DE / D. JOÃO V. / NOSSO SENHOR / POR / IGNACIO BARBOSA / MACHADO / *Ulyffiponenfe Academico do Numero da Academia Real.* / Com huma Di f fertação Critica ao Anno Hi stórico, e Diario Por- / tuguez do Padre Franci fco de Santa Maria, e hum Appendix / à Di f fertação precedente contra o Padre Doutor Lou- / renço Ju stiniano da Anunciação. / TOMO I. / LISBOA: / Na Officina de IGNACIO RODRIGUES. [Tranca.] / M.DCCXLV. / *Com todas as licenças neceffarias.*

Não podemos, no entanto, fixarmo-nos exclusivamente na publicação desta obra de Inácio Barbosa Machado para compreender toda a dimensão da questão. O problema tinha surgido já em 1713 e, a partir dessa data, os episódios sucedem-se e a polémica vai subindo de tom.<sup>62</sup>

Inácio Barbosa Machado apresentou ao Santo Ofício, a fim de obter as licenças necessárias para publicação, o primeiro tomo de *Fastos* nos princípios de 1713. Nessa mesma altura, concluiu também Frei Francisco de Santa Maria o *Anno Historico, Diario Portuguez, notícia abreviada de pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal*, e requereu as licenças para a sua publicação. Estas duas obras de carácter histórico têm muitos pontos de contacto, distanciando-se, todavia, em parte, no objecto. O *Anno Historico* debruça-se sobre todos os factos, dando especial relevância à História Eclesiástica; os *Fastos*, tal como faz menção o próprio título e se explicita no Prólogo, privilegiam a História Militar e Política:

Todo o argumento destes *Fastos* é militar e político, contraindo-se à História Secular deste Reino e não compreendendo a Eclesiástica por não crescer esta obra a volumes

---

<sup>61</sup> SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, t. V (1860), p. 197. Apesar do procedimento do Sto. Ofício, alguns exemplares desta obra chegaram até aos nossos dias. Localizámos dois: um na Biblioteca da Academia das Ciências (cota E-40-10) e outro na Biblioteca da Ajuda (cota I97-IV-49). Esta obra aparece também descrita, sempre com a indicação de muito rara, nos seguintes catálogos: *Sousa da Câmara*, 2820; *Luis Xavier Barbosa*, 1217; *Manoel dos Santos*, 4842; *Biblioteca Lusitana*, t. IV, p. 232; *Dicionário Bibliográfico*, t. V, 147.

<sup>62</sup> Socorremo-nos dos dados contidos no estudo, atrás mencionado, do Prof. Silva Dias para reconstituir os passos da polémica.

mais dilatados, cuja sagrada empresa é assunto do piíssimo estudo do R. P. D. António Caetano de Sousa.<sup>63</sup>

A natureza semelhante destas duas obras tornava-as concorrentes e, assim, gerou-se uma certa animosidade entre os dois autores ou mesmo entre as duas ordens religiosas [loics e teatinos]. A esta rivalidade, até certo ponto compreensível, está ligada uma atitude menos digna de Lourenço Justiniano da Anunciação. Por despacho de 14 de Fevereiro de 1713, a obra de Inácio Barbosa Machado *Fastos Políticos e Militares* foi enviada para censura a Justiniano da Anunciação, e este, querendo favorecer os interesses do seu amigo, Frei Francisco de Santa Maria, e os da Ordem a que ambos pertenciam (os Loios), reteve durante quatro meses a obra de Inácio Barbosa Machado, invocando o estudo de proposições teológicas erróneas.

Entravando a publicação de *Fastos*, ia favorecendo a publicação do *Anno*, que assim aparecia a público sem concorrentes. Esta situação não se prolongou mais tempo porque Inácio Barbosa Machado solicitou ao Santo Ofício a devolução do original e a sua entrega a novo censor, Frei Inácio de Santa Maria, tendo sido autorizada a sua impressão em 21 de Julho de 1713.

No entanto, ao contrário do que aconteceu com a obra de Frei Francisco de Santa Maria, que foi publicada em 1714, o primeiro tomo de *Fastos*, por motivos vários, só em 1745 apareceu à luz do dia.<sup>64</sup> As razões de tão grande atraso são apresentadas pelo próprio autor, no Prólogo da obra referida:

Tão longa demora não somente foram obstáculos os artificios inventados pela maliciosa inveja de dous émulos da sua publicação [Fr. Francisco de St. Maria e P. Doutor Lourenço Anunciação] mas concorreu o real serviço que me transferiu à Bahia. Porém toda esta grande diuturnidade de tempo cedeu em mais majestoso ornato dos *Fastos*, saindo agora largamente ampliados e nervosamente defendidos.<sup>65</sup>

Porém Dom José Barbosa, teatino e irmão de Inácio Barbosa Machado, em 1727, por ocasião da publicação de *Catálogo das Rainhas de Portugal*, chamou a si a defesa do seu irmão, e desferiu violentas críticas contra o *Anno* de Santa Maria, pondo em causa o seu rigor científico, como se pode comprovar pela afirmação seguinte:

[...] preciso advertir-te Leitor, que leias com grande cautela o *Anno Historico, Diario Portuguez*, que escreveu o Padre Frei Santa Maria, Cónego Secular da Congregação de São João Evangelista, porque escrevendo as Memórias mais célebres do nosso Reino, o fez com muitos descuidos.<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> MACHADO, Inácio Barbosa. *Fastos*, Prólogo.

<sup>64</sup> O primeiro tomo compreende os meses de Janeiro e Fevereiro. Do segundo tomo não consta que se imprimissem mais do que 280 páginas que chegam somente até 19 de Março e aparecem raramente. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da, *Ob. cit.*, t. III (1859), p. 203. Em Abril de 1753 Inácio Rodrigues, impressor envolvido na edição clandestina de muitas obras, declarou: "que se estava imprimindo na sua oficina por intervalos, quando não havia outra cousa para fazer, um livro intitulado *Fastos da Antiga e Nova Lusitânia* (2º tomo), composto pelo Desembargador Inácio Barbosa Machado sem precederem licenças, porém com ânimo de não sair à luz sem se obterem as ditas licenças." A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 5072.

<sup>65</sup> IDEM. *Ibidem*, Prólogo.

<sup>66</sup> BARBOSA, Dom José. *Catálogo das Rainhas de Portugal*. A quem ler.

A resposta não se fez esperar. No prólogo ao tomo segundo do *Anno Historico*, Lourenço Justiniano da Anunciação toma a defesa de Frei Francisco de Santa Maria, e, incluindo Barbosa Machado no grupo dos "leitores mal instruídos, impertinentes e apaixonados", afirma em tom acusatório:

Não achando na obra matéria substancial em que sustentar a crítica, lançaram mão de circunstâncias leves, acidentais e opináveis, sonhando erros, inventando descuidos, e supondo defeitos na mesma obra, que leram com inveja, arguíram com leveza e censuraram com liberdade.<sup>67</sup>

A guerra estava aberta e não ficou por aqui. Quando, em 1745, Inácio Barbosa Machado se decidiu pela impressão de *Fastos*, alterou o projecto inicial da obra, e antecedeu-os de uma *Dissertação Apologetica dos «Fastos da Lusitania» e Critica do Anno Historico e Diario Portuguez* e juntou um *Appendix à Dissertação precedente em que novamente se refutam os erros do Padre Francisco de St. Maria no seu Diario Portuguez, e se mostra a insuficiencia com que o adicionou e defendeo o Doutor Lourenço Justiniano da Anunciação*. Na primeira parte respondeu à crítica teológica de Anunciação, por ocasião da censura dos *Fastos* (em 1713) e realçou os erros e falsidades do *Anno Historico*; no *Appendix* dedicou particular atenção ao prólogo anti-crítico do tomo segundo do *Anno Histórico* e, de forma muito crítica, condenou simultaneamente Frei Francisco de Santa Maria e o Padre Doutor Lourenço Justiniano da Anunciação:

Se o Padre Santa Maria e o seu Apologista tivessem paciência de ler os livros impressos e MSS., assim dos nossos autores como dos Estranhos, achariam assinados os dias de sucesso (...). O escrever com averiguações depende de contínuo estudo e escrupuloso exame, requisitos que faltaram ao P. Santa Maria, ainda que ornado de tantos elogios pelo seu Apologista.<sup>68</sup>

Anunciação sentiu-se profundamente atingido e resolveu tornar públicas as razões teológicas e históricas que estavam na base das suas obras; deste modo defendia as suas capacidades intelectuais e científicas, assim como as de Frei Francisco de Santa Maria, tão subvalorizadas pelo antagonista. Publicou, então, com esse propósito, apesar de não conseguir obter as licenças necessárias, *Anno Historico Vindicado*, sendo a impressão clandestina confiada a um membro da sua Congregação de São João Evangelista e também qualificador do Santo Officio, o Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira.

Diogo Barbosa Machado, solidário com o seu irmão, de tudo dá conta na *Biblioteca Lusitana*. Ao escrever sobre Lourenço Justiniano da Anunciação, fez notar:

Notável foi a teima, com que este Padre Doutor se constituiu Apologista dos erros palmares em que miseravelmente caiu o Padre Francisco de St. Maria no seu *Anno Historico*, querendo sem dúvida pagar-lhe por este póstumo obséquio as obrigações de que lhe era devedor. [...]. Nessa obra cheia de petulantes mordacidades contra o autor de *Fastos* se admira que na propecta idade de setenta e oito anos com a cabeça coberta de neve alimentasse no peito tanto fogo; porém, como era assoprado pelas

<sup>67</sup> ANUNCIÇÃO, Lourenço Justiniano da. *Anno Historico*, t. 2, prólogo.

<sup>68</sup> MACHADO, Inácio Barbosa. *Ob. cit.*, *Appendix* nº 31.

bocas de diversos auxiliares, que convocou para seu socorro. não é muito que exalasse com tão impetuoso furor.<sup>69</sup>

Inácio Barbosa Machado não pôde deixar de retorquir a Anunciação e fê-lo, cerca de oito anos mais tarde (em 1760), numa obra impressa em Paris, na oficina de Francisco Ambrosio Didot, cujo título é como segue:

VINDICIAS / APOLOGETICAS E CRITICAS, / CONTRA / O PROLOGO ANTI-CRITICO / Que e fcreveo o P. D. LOURENÇO JUSTINIANO DA ANNUNCIACAM, / Conego Secular do Evangeli fta, / IMPUGNANDO / A DISSERTAÇAM E APPENDIX / DOS FASTOS POLITICOS E MILITARES DA LUSITANIA; / MONSTRÃO-SE [sic] / *Os Erros Palmares, em que cahio o P. FRANCISCO DE SANTA MARIA, / no feo Anno Hi ftorico, Diario Portuguez;* / COMPOSTAS / PELO DOUTOR IGNACIO BARBOSA MACHADO, / Desembargador da Relação do Porto, Academico e Cen for da Real Academia da / Hi ftoria e Liturgico da de Coimbra, Chroni fta Geral das Provincias Ultramarinas, / e Collector de todas as Ordens Reaes que se pa f farão para as ditas Provincias por / mercè de Sua Mage ftede Fide-li f fima. / [Ornamento xilográfico.] / EM PARIS, / NA OFFICINA DE FRANCISCO AMBROSIO DIDOT. [Filete duplo.] / M.DCC.LX. Com licença do Superior.

É também o Abade de Sever que esclarece:

As dilações da impressão foram causa de que o Padre Doutor não lesse para confusão da sua ignorância esta apologia, falecendo no seu Convento de São Bento em 19 de Julho de 1755; porém sempre será um eterno padrão dos erros, em que caiu o P. Francisco de Santa Maria e da judiciosa crítica com que o convenceu o autor dos *Fastos*.<sup>70</sup>

O Prof. Silva Dias encontra uma razão de fundo para toda esta polémica. Mais do que um confronto pessoal ou uma luta entre conventos, estão em causa duas concepções da História: de um lado, uma História apologética como a de Bernardo de Brito; do outro, uma História como a que a Academia de História Portuguesa preconizava. E conclui:

Do lado dos cónegos é a velha escolástica portuguesa e o seu método dialéctico que nós encontramos; do lado dos Barbosas é, porém, a cultura moderna, com as suas directrizes críticas e de certo modo laicas que nos sai ao caminho e fortemente nos impressiona. O século XVII de uns e o século XVIII de outros polemizam e mostram-se inconciliáveis nas páginas destes contendores.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> MACHADO, Inácio Barbosa. *Ob. cit.*, t. IV, p. 232.

<sup>70</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 233.

<sup>71</sup> DIAS, José Sebastião da Silva. *Ob. cit.*, p. 33.

#### 2.2.4. Benteida

Manuel Soares Vivas,<sup>72</sup> preso nos cárceres da Inquisição de Lisboa desde Março de 1753, declarou, em 4 de Abril desse ano, que, "depois que passou a Imprensa para o Convento de São Bento de Xabregas, mandou o Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira imprimir [...] várias obras", entre as quais se encontrava "um papel contra Bento António".

A obra a que Soares Vivas se referiu, um poema herói-cómico em três cantos, apresenta a descrição bibliográfica seguinte:

BENTEIDA / OU NOVO METHAMORFOSE / POEMA JOCOHEROICO / DE ANDRONIO MELIANTE LAXAED. / Recordam- fe nelle as acçoens do Grande / BENTO ANTONIO / *Em quanto homem: Offerecido a elle me/mo em / quanto mulher, na pe/ffoa / DA SENHORA / DONA BENTA / Aj/jafata ad honorem noves fora os / Bigodes.* / [Ornato tipográfico.] / CONSTANTINOPLA. / Na Officina BIGNODIANA. / Anno de 1752.<sup>73</sup>

O poema, de autoria de António Alexandre de Lima,<sup>74</sup> (Andronio Meliante Laxaed é o anagrama do autor) tem como personagem principal Bento António<sup>75</sup> e, nas páginas iniciais,

---

<sup>72</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 523.

<sup>73</sup> Existe um exemplar na B.N.L., cota L.3432P, e na Biblioteca da Academia das Ciências existiu também um exemplar, com a cota E/802-24. No respectivo Catálogo consta, à margem, a seguinte informação: "Falta desde 1930". A sua descrição consta também nos seguintes catálogos: *Livraria Lusitana*, nº 2271; *Azevedo e Samodães*, nº 3694; *Biblioteca Lusitana*, t. III, p. 7; *Dicionário Bibliográfico*, t. I, p. 27, nº 151, e *Sousa da Câmara*, nº 1683. Só neste último se indica que a obra foi impressa em Lisboa, no ano de 1752.

<sup>74</sup> Alexandre António de Lima, natural de Lisboa e nascido a 21 de Janeiro de 1699, foi sócio da Academia dos Ocultos e da dos Aplicados. São de sua autoria as obras seguintes: *Rasgos metricos em varias Poesias, offerecidas à senhora Santa Anna*. Lisboa, Francisco da Silva, 1742; *Oração academica joco-seria recitada em Domingo Gordo na Academia dos Escolhidos d'esta Corte*. Lisboa, por Antonio da Silva, 1747; *Parnaso Olympico - Oração academica, epithalamica e jocoseria recitada no Congresso dos Occultos*. Lisboa, Manuel da Silva, 1748; *Noticia de Noticias, assim a modo de Conto de Contos. Quer dizer: Que no presente papel se dá noticia de outros papeis futuros, em cada hum dos quaes se ha de dar outra noticia, e em cada huma dellas um remedio para o mal da tristeza. E para que venha à noticia de todos a noticia das ditas noticias são o sobredito Papel, a ser dos outros papeis, assim como digamos: Proemio, Prologo, Preludio, Proloquio, ou Antiloquio*. Lisboa, Na Officina de Manoel da Silva, 1749; Com todas as licenças necejjarias: *Novena do Sacratissimo Coração de Jesus, na qual se incluye o obsequio do purissimo coração de Maria Sanctissima senhora nossa*. Lisboa, Antonio da Silva, 1747; *Novos Encantos de Amor*. Representação Comica. Lisboa, por Pedro Gargareje; e *Sonhava o cego que via: Pois que é o que viu o cégo? Volte folha, achará a resposta*. Lisboa, por Francisco Borges de Sousa, 1763. Cf. SILVA, Inocência Francisco da, et alii. *Ob. cit.*, t. I (1858), pp. 27-28.

<sup>75</sup> Bento António publicou algumas obras usando o pseudónimo de Estevão Pereira. São conhecidas as seguintes: *Ao Setentissimo Senhor Justo Vicento de Matozo Safado e Relação do Primeiro Dia de Touros a 2 de Julho, em que foi Homicida o Senhor Fulano Bogueite*. Cf. LAPA, Albino. *Dicionário de Pseudónimos*. Compilado por Maria Teresa Vidigal. Lisboa, IN-CM, 1980, p. 63. Localizámos um folheto que deve ser também de sua autoria. Trata-se de *Relaçam ou Embargos do Desaggravo de Todos os Authores Contra a Silva aas Silvas, composta a modo de verso pelo Celeberrimo, e Presumido Doutor Estevam Pereira, Cathedratico insigne da Universidade das Macaquices, Lente de B, a, m, Bam. Offerecida, que he o mesmo que dedicada, a todos os Gallegos para divertimento nas horas da sésta*. Lisboa, 1752.

no "Argumento Geral de Toda esta Obra", apresenta-se, de forma breve, o assunto desenvolvido nos três cantos.<sup>76</sup>

**BENTEIDA**  
OU, NOVO METHAMORFOSE  
**POEMA JOCOHEROICO**  
DE ANDRONIO MELIANTE LAXAED.  
Recordam-se nelle as acçoens do Grande  
**BENTO ANTONIO**  
*Em quanto homem: Offerecido a elle mejsmo em  
quanto mulher, na pessou*  
DA SENHORA  
**DONA BENTA.**

*Assafata ad honorem noves fora os  
Bigodes.*



(✠)

3432

**CONSTANTINOPLA.**

Na Officina **BIGODIANA.**

Anno de 1752.

Portada de *Benteida*, obra impressa clandestinamente em Lisboa na officina particular do Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, em 1752.

Bento António, natural de Elvas, onde viveu em casa dos pais até "à idade de mancebo", foi uma noite surpreendido pela presença de Baco e Neptuno. "Levado da sua antiga inclinação", deixou-se seduzir por Baco, facto que deu origem a grandes disputas entre o Deus do Vinho e o Deus da Água. Bento António "deixa Pay e Pátria e foge para Lisboa debaixo da protecção da Condeça de Alva". Continua a receber os favores de Baco até que, "sendo levado de impulso superior, se embarca para Samora". O Deus do Mar "lhe fabrica uma tormenta", da qual se salva por milagre. Arrependido de ter seguido Baco, "detesta os seus cultos" e procura a protecção de Neptuno. Mas Baco e Neptuno aliam-se e, "conjurados

<sup>76</sup> Nem sempre é fácil a leitura deste poema, pois muitas das referências tornam-se, hoje, de difícil compreensão. Para este facto, chamou a atenção Alberto Pimentel. *Poemas Heroi-Cômicos Portugueses* (Verbetes e Apostilas). Porto, Renascença Portuguesa, 1922, p. 17.

ambos em sua ofensa, vão pedir a Júpiter maior vingança". Júpiter, sabendo que Bento António beneficia da protecção da Condessa de Alva, nega-lhe auxílio. Então Baco converte Bento António em mulher feia, e Júpiter "alivia a pena com a Ferosura". Dona Benta torna-se Açafata na Corte "e o castigo que ela teve pela mayor desgraça lhe foy o meyo de mayor ventura".

O poema abre com a proposição, enunciando o autor as suas intenções nestes termos:

Canto os bigodes, canto o Heróe valente,  
por sucessos de barbas afamado;  
a quem deixou de Bacco a fúria ardente  
De Varam em Varoa transformado.

Dos tempos de Bento António guarda Dona Benta uma só característica – o bigode.

A vós, illustre Benta, he que vos toca  
deste elogio a glória toda inteira:  
e acrer isto este rosto (sic) me provoca,  
quando á cara nos mete a bigodeira.  
bem que o ser de varam a hi se troca  
em mulher natural e verdadeira  
o bigode he o pincel, que tem pintado,  
na presente mulher, o homem passado.

Assim, é em torno dos bigodes dos heróis Bento António / Dona Benta que gira todo o poema. De motivo de orgulho e honra pessoal, o bigode passou a ser causa de admiração e gáudio geral, e também factor de beleza aos olhos de Dona Benta.

O nome escolhido para a Oficina – «Oficina Bigodiana» – está em sintonia perfeita com o conteúdo da obra e mostra como autores e impressores jogavam com imaginação e humor, a coberto do anonimato, em situações de fraude editorial. A ninguém enganavam porque, no fundo, a ninguém queriam enganar. Pretendiam, em primeiro lugar, esconder a sua identidade, e conseguiram-no. Só hoje sabemos que «Constantinopla, na oficina Bigodiana» é, simplesmente, Lisboa, na Oficina de Santa Marta Teixeira, ou na Oficina de São Bento de Xabregas.

*Benteida*, que teve em 1876 uma nova edição,<sup>77</sup> foi valorizada por Frei Fortunato de São Boaventura em *Portugal e Itália ...*, afirmando este autor que, sendo a sua publicação anterior à do *Hissope*, lhe deve ser reconhecida a prioridade do género:

O poema burlesco *Benteida* mostrou que já nesse tempo havia entre nós quem seguisse as pizadas do *Lutrin* de Boileau, e que não era necessário que esperássemos o decantado *HYSOPE*, a fim de possuímos alguma cousa que nos acreditasse neste género de poesia.<sup>78</sup>

<sup>77</sup> *Benteida. Poema heroi-comico em três cantos por Antonio Alexandre de Lima*. Nova edição. Barcelos, 1876. In - 8º de 78 págs. Cf. *Catálogo da Biblioteca de Kol de Alvarenga*, nº 4714.

<sup>78</sup> FARIA, Antonio de Portugal de. *Portugal e Italia. Litteratos portugueses na Italia ou collecção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Frei Fortunato Monge Cisterciense*. Leorne, Raphael Giusti, 1905, p. 192. Note-se que, na obra citada, naturalmente por gralha tipográfica, não se indica correctamente o titulo da obra, pois em vez de *Benteida* figura *Beatude*. No entanto, pelos

### 2.2.5. *Observações das Agoas das Caldas da Rainha ...*

Manuel Soares Vivas,<sup>79</sup> o compositor do Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, declarou, em 4 de Abril de 1753, haver executado, por determinação de seu Mestre, sem que tivessem sido obtidas as licenças necessárias. "um livro de agoa das Caldas", no tempo em que a oficina se encontrava ainda instalada no convento de Santo Elói.

Tanto no processo de Soares Vivas como no do Padre Manuel de Santa Marta Teixeira<sup>80</sup> nada mais é dito sobre este caso, mas, tendo em atenção o título da obra e o ano de impressão, pensamos tratar-se de:

OBSERVAÇOENS / DAS AGOAS / DAS CALDAS / DA RAINHA / OFERECIDAS / A todos os enfermos pobres. / que necessitaõ de/te milagro- / zo remedio, para cura de / Jeus achaques. / Por hum curiozo, / Que ha vinte anos, que vive o beneficio / das ditas agoas. / [Ornamento tipográfico.] / PARIS: / [Tranca.] / Na Offic. de Jacob Vicent. An. de 1752.

Conhecemos apenas o exemplar existente na Biblioteca Nacional (Res. 3895P), constituído por XXIV páginas inumeradas, seguidas de 300 páginas numeradas, em formato in-8°. Nos diferentes catálogos a sua descrição<sup>81</sup> é sempre acompanhada da indicação de "muito rara", o que levou Inocêncio Francisco da Silva a afirmar:

Não vi nem conheço deste livro mais que um único exemplar, que em 2 de Junho de 1858 me foi mostrado pelo Senhor António Maria Pereira, em cuja loja se conservará talvez ainda hoje.<sup>82</sup>

---

pormenores apresentados infere-se que se trata de *Bemeida*. Aliás esta correcção é feita, sem que se apresente qualquer indicação, por Teófilo Braga. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 4 vols., 1984; vol. 4, p. 191.

<sup>79</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 523.

<sup>80</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2638.

<sup>81</sup> A sua descrição figura nos seguintes catálogos: *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, t. VI, pp. 318-319, nº 5; *Catálogo da Livraria Lusitana*, nº 2677; *Catálogo da Biblioteca de Jacome Aborim e Joaquim Zuarte*, nº 1211; *Catálogo da Biblioteca do Dr. Casimiro Simão da Cunha*, nº 2515; *Cat. do Fundo da Livraria Coelho*, nº 3935 e *Cat. da Biblioteca de Manuel Carvalhaes*, nº 1425.

<sup>82</sup> SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii*. *Ob. cit.*, t. VI (1862), p. 319.

OBSERVAÇOENS  
DAS AGOAS  
DAS CALDAS  
DA RAINHA  
Oferecidas

*A todos os enfermos pobres,  
que necessitam deste milagro-  
zo remedio, para cura de  
seus achâques.*

Por hum curiozo ;  
Que ha vinte anos, que vive a beneficio  
das ditas agoas.



PARIS:

Na Offic. de Jacob Vicent. An. de 1752.

Portada de *Observações das Agoas das Caldas da Rainha*, obra supostamente impressa em Paris, na oficina de Jacob Vicent, em 1752.

Os processos inquisitoriais mencionados não assinalam nenhum pormenor relativo às circunstâncias em que ocorreu a publicação desta obra, cuja autoria se desconhece. Mas a identificação da sua oficina de origem (Lisboa, Convento de Santo Elói) abre novas perspectivas, que ganham consistência quando articuladas com os elementos significativos que a própria obra nos transmite e com a história da exploração e administração da Água das Caldas, cujos efeitos terapêuticos reconhecidos levaram a rainha D. Leonor a promover, nos finais do século XV, a construção do Hospital Real das Caldas.

Por provisão de 29 de Junho de 1532, foi entregue aos cônegos seculares de São João Evangelista (que depois se chamaram de Santo Elói e, mais tarde, Lóios) a administração dos hospitais de Coimbra, Santarém, Espírito-Santo de Évora, Todos-os-Santos e Caldas.<sup>83</sup> Assim, a administração do Hospital das Caldas esteve confiada a esta Congregação desde a sua fundação até 1775, tendo-lhe sido, no entanto, retirada, em vários momentos, devido à prática de irregularidades e à existência comprovada de abusos vários.

<sup>83</sup> CARVALHO, Augusto da Silva. *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa, Ferin, 1932, pp. 65-69.

O ano de 1752, precisamente o da publicação de *Observações das Águas das Caldas da Rainha*,<sup>84</sup> foi marcado por diversos incidentes, que Silva Carvalho sintetiza desta forma:

Alguns moradores da vila em 1752 representaram à Coroa contra os abusos e crimes praticados no hospital pelo provedor, padre Manuel da Natividade, o almoxarife, padre Policarpo de S. José, e o despenseiro, o irmão leigo José. Por despacho de 27 de Dezembro foi mandado Manuel Guilherme Bequer, provedor da câmara de Torres Vedras, proceder a devassa para averiguação das culpas citadas e a 16 de Janeiro de 1753, tendo ouvido algumas, poucas testemunhas, entre as quais os dois enfermeiros Manuel Rodrigues da Silva e Manuel Henriques, apresentou o resultado do seu inquérito, sem contudo ter examinado os livros da contabilidade do hospital, como lhe fora ordenado.<sup>85</sup>

Os acusadores também alegaram que o *Compromisso* existente nas Caldas estava viciado quando determinava expressamente que o provedor e o almoxarife "não podem ser frades mas podem ser clérigos, porque o verdadeiro Estatuto que existia na misericórdia da vila de Óbidos declarava que não podiam exercer aquele cargo *nem frades nem clérigos*".<sup>86</sup> O responsável pela devassa, invocando não ter poderes para exigir o *Compromisso* existente em Óbidos, não averiguou esta acusação.

É particularmente interessante notar que, em 17 de Janeiro desse ano, a Congregação de São João Evangelista encarregou o Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira e o Padre José de São Tomás de procederem a uma devassa sobre o mesmo assunto. Após terem sido ouvidas muitas testemunhas, "saíram os incriminados ilibados das culpas que lhes assacavam".<sup>87</sup>

São evidentes os interesses que aquela Congregação tinha na administração do Hospital das Caldas da Rainha, e não podemos deixar de relacionar a publicação clandestina do livro *Observações das Águas das Caldas ...*, saído dos próprios prelos do Convento de Santo Elói, com a denúncia – feita pela população daquela vila – das irregularidades cometidas, no hospital, pelo seu provedor e demais membros da administração. Esta ideia ganha forma quando nos damos conta, pela leitura do Prólogo da obra, de que o autor a publicou a "repetidas instâncias dos provedores Pedro do Sacramento e Manuel da Natividade", os principais visados

---

<sup>84</sup> Temos conhecimento de que, no século XVIII, foram publicadas as seguintes obras sobre as águas das Caldas da Rainha: SARMENTO, Jacob de Castro. *Appendix ao que se acha escripto na Materia-medica do doutor Jacob de Castro Sarmiento, sobre a natureza, contentos, effeitos e uso das agoas das Caldas da Rainha*. Londres. s. ed., 1753; PESSOA, José Martins da Cunha. *Analyse das Agoas Thermaes das Caldas da Rainha. Offerecida ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor D. Pedro José Noronha e Camões por ...*. Bacharel em Medicina, Cirurgia e Filosofia, pela nova Reforma da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1778 In - 4º de VIII-32 pp; GAGO, João Nunes. *Tratado physico-chymico-medico das agoas das Caldas da Rainha; no qual se incorporou a relação da epidemia que em 1775 e 1776 se padeceu no sitio do Seixal*. Lisboa, Typographia Rollandiana, 1779. In-8º de XVI-289 pp; BRANDÃO, Joaquim Inácio de Seixas. *Memorias dos annos de 1755 a 1780 para servirem de historia (sic) á analyse e virtudes das Aguas Thermaes da Vila das Caldas da Rainha*. Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1781. In - 4º de XXXII-XVI-281 pp; TAVARES, Francisco. *Advertencia sobre o abuso e legitimo uso das aguas mineraes das Caldas da Rainha. Publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias*. Lisboa, na Typografia da mesma Academia, 1791. In - 4º de 37 pp; WITHERKING, Guilherme. *Analyse chimica da agua das Caldas da Rainha*. Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1795. In-4º de 61 pp.

<sup>85</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 176.

<sup>86</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 177-178.

<sup>87</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 178.

na acusação acima referida, e de que logo na Dedicatória se transferem responsabilidades para os médicos e boticários:

Meus amados pobres enfermos, paralíticos, estuporados, tolhidos, asmáticos, sar-  
nozozos, etc, eu vos dedico esta pequena obra toda feita para a vossa utilidade.

Deus que vos permitiu o achaque, logo vos proveu do remédio, e de um remédio  
tão barato que corre abundantemente sobre a terra; não como os remédios de botica,  
que uns se ocultam com capa de segredo, outros se dificultam pela exorbitância do  
preço. Agradecei a Deus tanto benefício, e na oração do vosso agradecimento rogai  
ao Senhor por mim, que eu mais estimo as vossas orações, de que temo as injúrias  
dos médicos e as pragas dos boticários.

Muito vosso devoto

\* \* \*

Ao longo da obra, o autor tece considerações sobre a eficácia terapêutica das águas e  
suas aplicações, sugere reformas e melhoramentos que considera convenientes, critica, com  
dureza, alguns médicos; mas em nenhum momento se insurge contra os membros da Congre-  
gação de Santo Elói, o que leva o Prof. Silva Carvalho a afirmar:

[...] vê-se que temia a má disposição em que contra ele ficavam os médicos e os boti-  
cários pela exposição das suas opiniões, ao passo que deliberadamente poupava nas  
suas críticas os cônegos de Santo Elói, que tão responsáveis eram dos erros que com-  
batia, mostrando assim a preocupação de respeitar a Igreja.<sup>88</sup>

O conhecimento da oficina onde foi impressa a obra permite-nos afirmar, sem grande  
margem de erro, que não "foi a preocupação de respeitar a Igreja" que motivou a desculpabi-  
lização dos cônegos de Santo Elói. Assim, parece-nos lícito inferir que a autoria da obra (que  
Silva Carvalho, apresentando motivos vários, admite ser de Diogo Patulhet) deve pertencer a  
um dos membros daquela Congregação, se não mesmo ao próprio provedor do Hospital, então  
em exercício – Padre Manuel da Natividade – que, tal como é afirmado no Prólogo, tanto se  
bateu pela publicação de *Observações da Afoa das Caldas da Rainha ...*

Note-se, também, que o Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, no decurso do proces-  
so inquisitorial que lhe foi movido, apresentou como justificação do seu envolvimento na im-  
pressão clandestina os seguintes motivos:

[...] mandára fazer a impressão de uns pela conveniência e interesse do lucro, e a de  
outros por empenhos dos seus Religiosos e Superiores a que não podia resistir.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 170.

<sup>89</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2638.

### 2.2.6. *Relaçam das solemnes Exequias dedicadas por D. João da Silva Ferreira à memória de D. João V*

Manuel Soares Vivas,<sup>90</sup> em 4 de Abril de 1753, declarou também ter impresso, sem as licenças necessárias, no período em que a oficina esteve instalada no Convento de Santo Elói [1750-1752?], no cumprimento de ordens recebidas do Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, "uma Relação das Exequias que em Vila Viçosa se fizeram por morte de El-Rey D. João, o Quinto (...)". Disse, também, desconhecer o autor da obra mencionada.

Nenhum outro dado é apresentado sobre esta *Relação*, tanto no processo de Soares Vivas como no instaurado a Santa Marta Teixeira. No entanto, pela proximidade do título, pela relação evidente que se estabelece entre a data do depoimento e a data em que ocorreram em Vila Viçosa as exéquias em honra de D. João V, e não deixando de ter em conta que a obra é anónima e não tem indicações tipográficas, pensamos tratar-se de:

RELAÇAM / DAS SOLEMNES / EXEQUIAS / DEDICADAS / Pelo Excellen-  
ti f fimo, e Reverendi f fimo / D. JOAM DA SYLVA FERREIRA / Bijpo de Tangere,  
Deaõ, e Prelado da Real Capella de / Villa Viçoja em 15. e 16. de Fevereiro de  
1751. / Á faudo fa memoria do Fideli f fimo Rey / D. JOAÕ V.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 523.

<sup>91</sup> Existe um exemplar desta espécie na B.G.U.C., descrita no *Catálogo da Colecção de Miscelâneas*, com o nº 3678, e outro na Biblioteca Nacional de Lisboa, cota H.G. 22615V. A sua descrição aparece também no *Catálogo da Livraria Lusitana*, nº 3678. Aqui, depois de se referir que a obra não apresenta indicações tipográficas e data, entre parêntesis indica-se: Lisboa, 175-.

RELACAM  
DAS SOLEMNES  
EXEQUIAS  
DEDICADAS

Pejo Excellentissimo, e Reverendissimo

F. JOAM DA SYLVA FERREIRA

Bispo de Tangere, Deão, e Prelado da Real Capella de  
Villa Viçosa em 15. e 16. de Fevereiro de 1751.

A fãudosa memoria do Fidelissimo Rey

D. JOAO V.



EXCELLENTISSIMO, e Reverendissimo D. Joao da Sylva Ferreira, Bispo de Tangere, Deão, e Prelado da Capella Real de Villa Viçosa, para manifestar o seu grande sentimento, e reconhecida gratidão a memoria do Fidelissimo Rey D. Joao V. determinou celebrar solemnes exequias, em cuja grandeza, e magnificencia se medisse a sua obrigação, e fãudade. Como aquella Real Capella havia recebido do seu Augusto Monarca tanta profusão de dádivas, no esplendor de ornamentos riquissimos, no augmento de destros, e peritos cantores, e em tudo, que podia concorrer para a honra, louvor, e culto de Deos, justo era que fosse theatro do mais sentido agradecimento, quem o fôra da mais ampla liberalidade.

Para que esta funebre solemnidade sahisse com a mesma nobreza, que premitava no animo, nomeou o Excellentissimo Prelado para directores de todo o apparato os RR. Capellães Chistovão da Sylva Ramos, Alexandre Delgado Janeiro, e Vicente da Motta, e Souza, todos tres dotados de agilidade, e promptidão de felizes ideas, para o desempenho de huma empreza a todas as memorias commendavel. Na sua disposiçã



Primeira página de *Relaçam das Solemnes Exequias dedicadas por D. João da Sylva Ferreira a D. João V.* Publicada sem autorização e sem indicações tipográficas. Foi impressa por Soares Vivas na oficina particular de Santa Marta Teixeira, instalada, ao tempo, no Convento de Santo Elói.

### 2.2.7. *Despertador Metrico*

Inácio Rodrigues,<sup>92</sup> impressor, solteiro, de 35 anos, filho de João Rodrigues e Mariana da Assumpção, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Lisboa, e nesta cidade morador na de Nossa Senhora da Pena a Rilhafoles, com oficina ao Poço do Berratém, freguesia de Santa Justa, confessou perante Joaquim Jansen Moller, inquisidor, no dia 11 de Abril de 1753, que imprimira sem licenças do Sto. Ofício:

*Despertador Metrico*, obra em verso em que se trata de uma alma meditando nas penas do Inferno e outros assuntos semelhantes, que ocuparam cinco ou seis folhas de papel em quarto, que lhe mandou imprimir Joaquim da Guarda, cuja ocupação não sabe, entende que é solteiro, não sabe de quem é filho nem donde é natural e só que é morador nesta cidade de Lisboa no bairro de Alfama, ao qual lhe entregou, ele confiante, pouco mais de quatrocentas cópias do dito papel, que foi dedicado ao capitão-mor do Sardoal, e nele se declara ser composto por um indigno filho de S. Francisco.

A obra a que Inácio Rodrigues faz referência é da autoria de Frei Hermenegildo de Lisboa.<sup>93</sup> Segundo Barbosa Machado, o autor, franciscano, dedicou-se "ao ministério do púlpito e, desejando atrair aos Peccadores com a suavidade da Poesia, em que é perito",<sup>94</sup> publicou:

*Despertador Metrico, ou incentivos tão eficazes como verdadeiros para desenganos de peccadores entendidos; obra não só agradável para o gosto pela disposição metrica da forma, mas também concludente para o fruto pela qualidade espiritual da matéria.* Madrid, en la Imprenta de Antonio Peres de Soto, 1752, 4º.

Esta edição, de que não encontrámos nenhum exemplar e só vimos descrita na *Biblioteca Lusitana*, sem qualquer alusão ao seu carácter clandestino, é mais um caso em que as indicações tipográficas que figuram na portada são falsas, distorcendo o impressor a sua identidade sob o nome de um impressor estrangeiro seu contemporâneo. Realmente existiu em Madrid o impressor Antonio Perez de Soto, cuja actividade tipográfica se situa entre 1747 e 1779.<sup>95</sup> Em Portugal tinha-se, pelo menos desde 1749, conhecimento da existência deste impressor. Basta pensar que *Justa Repulsa*, tanto na edição original como na "edição-pirata", tem como pé-de-impressão «Madrid, na Officina de Antonio Perez de Soto, 1749».<sup>96</sup>

<sup>92</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 5072.

<sup>93</sup> Frei Hermenegildo de Lisboa, filho de João de Matos Mexia e Josefa Maria da Cruz, nasceu em Lisboa no dia 4 de Novembro de 1700, sendo o seu nome civil Francisco de Matos Mexia. Estudou no Colégio de Santarém dos padres jesuítas e, mais tarde, tendo já recebido o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi Moço da Câmara de El-Rey D. João V. Desiludido da vida secular, ingressou, em 17 de Abril de 1724, no Instituto Seráfico da Província da Soledade, no Convento de N. Senhora da Assumpção de Azurara, da Província do Minho. Tornou-se famoso pelas suas qualidades de pregador. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. IV, p. 158.

<sup>94</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 158.

<sup>95</sup> Cf. GUTIERREZ DEL CANO, Marcelino. *Loc. cit.*, p. 84, e AGUILAR PIÑAL, Francisco. *Ob. cit.*, t. VII, p. 230.

<sup>96</sup> Temos conhecimento que se publicou também com este pé-de-impressão a seguinte obra: *Noticia Chronologica dos Funeraes que as Cidades, e Villas do Reino de Portugal dedicaraõ à saudosa memória do seu Fidelissimo Monarcha D. Joaõ V.* [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada]. MADRID, En la Imprenta de Antonio Perez de Soto. [Tranca]. M.DCCLII. Admitimos que se trate também de um caso de *fausse-adresse*. O exemplar que tivemos oportunidade de ver faz parte do espólio da B.G.U.C. (Miscelâneas, vol LXIX, nº 1475).

*Despertador Metrico* deve ter sido bem acolhido pelo público leitor, pois três anos mais tarde, em 1755, foi de novo publicado, tendo a sua impressão, a cargo de Francisco de Oliveira, impressor de Coimbra, seguido o processo legal.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Esta edição vem descrita no *Catálogo da Livraria Lusitana*, sob o nº 2282. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, no ficheiro onomástico, há uma ficha relativa a esta edição, com a cota L.9290P. No entanto, a cota não corresponde à obra mencionada e, apesar de todos os esforços desenvolvidos, tornou-se impossível a sua localização.

### 2.2.8. *Sumários de Indulgências*

Inácio Rodrigues,<sup>98</sup> em 4 de Abril de 1753, confessou ter também impresso clandestinamente três sumários de Indulgências:

O primeiro da Irmandade dos Escravos do Santíssimo da Igreja do Convento de Santa Marta, em que falou a ele confitente o Procurador da mesma irmandade do ano passado; o segundo da Irmandade do Rosário, siã na Igreja de Santa Joana dos Padres Dominicicos, em que falou a ele confitente o Padre Teotónio João, que é da mesma irmandade; o terceiro da Irmandade dos Clérigos Ricos da Caridade estabelecida na Igreja de Santa Justa, em que lhe falou o procurador da mesma irmandade, o dito Padre Teotónio João.

Declarou, também, o impressor que entregou às pessoas referidas, do primeiro e do segundo sumários cerca de 500 cópias de cada um, e do terceiro mil. Dos sumários de Indulgências referidos em primeiro e último lugar, não encontrámos qualquer rasto. Relativamente ao indicado em segundo lugar, cremos tratar-se de:

Breve Compendio das Gra- / ças, e Indulgencias conce- / didas por muitos Summos / Pontifices aos Confrades do / Santissimo Rosario, e confirmadas por Sixto V., Pau- / lo V., Benedicto XIII., e Clemente XII. [Gravura representando Nossa Senhora do Rosário ao centro do título dividindo-o em duas metades].<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 5072.

<sup>99</sup> *Catálogo da Coleção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 2675.

Breve Compendio das Graças e Indulgências concedidas por muitos Summos Santissimo Rosario, e con- to V., Benedicto XIII., e



ças, e Indulgências conce- didas aos Confrades do firmadas por Sixto V., Pau- Clemente XII.

Para se ganharem estas Indulgências he necessario, que qualquer pessoa mande escre- ver o seu nome no Livro da Confraria do Santissimo Rosario, que ha nos Conventos da Ordem de S. Domingos; e aonde não houver Convento desta Ordem, alist-se em qualquer outra Confraria do Rosario legitimamente erigida, e não se iluda dar esmola pelo assento sob pena de ficarem frustradas todas as concessões; e he tambem neces- sario que tenha a hulla da Cruzada.

No dia, em que o Confrade for assignado no Livro da Confraria, ganha uma Indul- gência plenaria; e tendo-se confessado e comungado, ganha outra Indulgência plenaria.

Para que os Confrades ganhem as Indulgências, são obrigados a rezar cada semana um Rosario inteiro seguido, ou repartido em tres terços dentro da semana, como consta das Bullas de Clemente VII e de Paulo III.; e de ser applicado por si, e pelos Confrades vivos, e defuntos da sua Confraria, e tambem pelos Confrades de todas as Confrarias do Rosario espalhadas por todo o mundo, de cujas Orações, Graças, e Indulgências todos participão em commum; e tambem participão de todos os bens espirituaes, que se fazem em toda a Ordem de S. Domingos.

Os Confrades, que fizerem a visita dos cinco Altares, para com ella se tirarem quatro almas do Purgatorio, seja o primeiro o do Santissimo Sacramento, e o segundo o da Senhora do Rosario: em cada um delles rezem seis vezes o Padre Nosso, seis vezes a Ave Maria, e seis vezes Gloria Patri: rogando a Deus pelo Papa; pela Fé, e pela paz da Igreja, e por tudo o mais, que o Pontifice quer, que se rogue, ganhão trinta e oito Indulgências Plenarias, e muitas parecias, como se peregrinando visitassem todas as Igrejas dentro, e fora de Roma, e com esta visita se tirão quatro almas do Purgatorio: e no Templo, aonde não houver mais do que um Altar, nelle se fará a visita dos cinco, fazendo algum movimento possível de estação para estação.

Por concessão especial podem ganhar as Indulgências da visita dos Altares os Reli- giosos na Clausura, os enfermos na cama, os presos na prisão, e as pessoas recolhidas em sua casa, somente com rezarem as cinco Estações no modo acima referido diante de alguma Imagem santa, se a houver; e do mesmo modo se fará a visita aonde não houver Templo em prompto.

Esta visita dos cinco Altares se póde fazer todos os dias da semana, porém só no Domingo com ella se tirão as quatro almas do Purgatorio. Na semana, em que qual- quer Confrade não rezar o Rosario inteiro não pecca; mas tambem não ganha as In- dulgências, nem tira as quatro almas do Purgatorio.

Segundo o Decreto do Papa Innocencio XI. o Confrade não póde para si applicar mais do que uma Indulgência plenaria em cada dia, e tridas as mais, que ganhar, póde distribuilas pelas almas das suas obrigações, e pelas almas do Purgatorio.

O Rosario deve ser feito pelos Padres da Ordem de S. Domingos, ou por quem

Página inicial de *Breve Compendio das Graças e Indulgências concedidas por muitos Summos Pontifices aos Confrades do Santissimo Rosario*...

Inácio Rodrigues declarou também ser de sua responsabilidade a impressão fraudulenta de "um soneto com umas décimas", cujo assunto era louvar uma religiosa que se esperava fosse reeleita prelada no Convento de Santa Anna, em Lisboa. Acrescentou ainda que a impressão daquela obra lhe fora pedida por "um ajudante do regimento do Monteiro-Mor, morador a S. José, do qual não sabe o nome", e a quem entregou, depois de impressas duzentas ou trezentas cópias.<sup>100</sup>

<sup>100</sup> Não localizámos nenhum exemplar da edição mencionada. No *Catálogo da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, sob os números 10441 e 10442, são descritas duas espécies que, numa primeira análise, nos parecia poderem ter relação com a edição clandestina em referência. Trata-se respectivamente de: *Romance (A nobilissima, e religiosissima Senhora D. Anna Maria do Monte Olivete, sendo quarta vez eleita por dignissima abbadeça do Real Mosteiro de Santa Anna)*. S.l.n.d. e de *Romance acrostico*. Segue-se o soneto «Conforme na eleição huma vontade ...». O acróstico do romance e do soneto é formado pelos seguintes nomes «A S. D. Anna Maria do Monte Olivete, quarta vez eleita abadesa, oferece este sacrificio D. Izabel Caetana de Novais». S.l.n.d. Nesse mesmo Catálogo, com o nº 4846, é apresentada a obra seguinte: *Em Applauso de sahir reeleita para prelada do religiosissimo Convento da Senhora Santa Anna da Serafica Ordem, quarta vez a preclarissima Senhora D. Anna Maria do Monte Olivete. A 19 de Março de 1747. Dominga da Paixão, e dia do Senhor S. José. Romance octo-sylabo*. S.l.n.d. Tendo as três obras como tema principal aplaudir a reeleição, pela quarta vez, da Abadesa do Convento de Santa Anna, D. Anna Maria do Monte Olivete, e sendo na obra apresentada em último lugar indirectamente indicada a data próxima da ocorrência daquele facto [1747], cai por terra a possibilidade de as duas obras apresentadas em primeiro lugar terem relação com as declarações prestadas em 1753 pelo impressor Inácio Rodrigues.

### 2.2.9. Folhetos de cordel

Se houve, no século XVIII, um campo em que a clandestinidade editorial se fez sentir de forma acentuada – diríamos mesmo, escandalosa –, esse campo foi certamente o das folhas volantes, expostas em cordéis, apregoadas pelas ruas e vendidas de porta em porta (*colportage* ou venda ambulante), cujo negócio pertencia quase exclusivamente aos cegos, a quem tinha sido concedido o privilégio de "rezarem alto pelas portas e lugares públicos deste Patriarcado livrinhos pequenos, folhinhas, gazetas e outros papéis avulsos e impressos".<sup>101</sup>

Quer se trate de relações de monstros, de viagens, testamentos, serrações da velha, relações de festas, orações académicas, milagres, etc., o número de páginas raramente é superior a oito. A impressão, pouco cuidada, é feita em papel de má qualidade, e o tom é divertido, humorístico, de paródia, mesmo de sátira. Inocêncio, referindo-se a uma relação anónima, (*Trabalhos de Clara Lopes*), tece o seguinte comentário sobre este tipo de literatura:

Menciono aqui este auto, ou relação anónima, cuja leitura, como de algumas dezenas de escritos do mesmo género serviu, por muitos anos, de gostoso divertimento a nossos avós. Com eles se desenfadavam de longas noites de inverno, quando se permitiam variar do *Flos Santorum* ou de outros livros devotos, que lhe proporcionavam o pasto de instrução e receio espiritual de que mais careciam.<sup>102</sup>

A reacção do público perante este tipo de literatura foi francamente favorável e os "papéis", que, por vezes, continham no rosto frases apelativas de tipo publicitário – «Este papel quem o quizer ver, leveo para caza para o lá ler»<sup>103</sup> –, consumiam-se em larga escala, devido também ao baixo preço de venda. Sendo a procura muito maior que a oferta, o ambiente era propício à multiplicação de casos de clandestinidade editorial: a ousadia dos impressores atingiu o auge no ano de 1752. Se nas primeiras décadas do século XVIII (1730-1740) poucos casos podemos encontrar de folhas volantes impressas clandestinamente, nos anos cinquenta, e mais precisamente no ano de 1752, ano de grandes festas de touros, organizadas pelo Senado de Lisboa em honra de D. José, é impressionante o número de folhas volantes assim impressas, o que nos leva a pensar ter havido, da parte do Poder instituído, uma certa tolerância em relação a esta literatura jocosa.

---

<sup>101</sup> GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal*. Lisboa, Verbo, 1987, p. 262.

<sup>102</sup> SILVA, Inocêncio Francisco da, et alii. *Ob. cit.*, t. VII (1862), p. 376.

<sup>103</sup> *Nova relação das queixas do gato sobre a demanda que lhe venceu o Cam, No primeiro dia do mez de Abril deste prezente ano de 1752. Composta por hum poeta sem nome natural não sei de que terra, para divertimento dos Curiosos*. S.l.n.d. [1752].

De facto, tudo se passava de uma forma tão explícita que num destes folhetos podemos ler:

Cegos que disto viveis  
já que os [touro] não podeis ver,  
fartayvos so em vender  
a candonga dos papeis,  
vendey-os todos a dez reis  
senão podereis por mais,  
que muitos dez réis iguaes,  
fazem quantias de ouros,  
deixay lá correr os touros,  
vòs nos papeis contratay.<sup>104</sup>

Este tipo de literatura era na época considerado menor, popular: Bento Morganti vai ao ponto de apresentar como justificação para a fraca adesão inicial do público ao *Anónimo* o facto de se associar indevidamente o seu periódico a esses folhetos de cordel:

[...] bem sei que não farão todos muita azáfama por agora a estes papéis [*O Anónimo*], porque, tomando-os a vulto, entenderão que são da mesma natureza dos que continuamente fazem gemer o prelo e esganar os rapazes dos cegos por essas ruas gritando: *Novas Relações do Fragatinhas, Testamento deste e daquele* e outras da mesma qualidade e de igual serventia, ainda que todos eles vêm a ter depois o mesmo fim [...].<sup>105</sup>

Actualmente, estes folhetos estudam-se como documentos importantíssimos para a análise sociológica e cultural do século XVIII, pois são o registo vivo das tensões sociais, dos hábitos, dos costumes, numa palavra, o espelho da mentalidade de um vasto sector da sociedade setecentista.

Elias Duarte,<sup>106</sup> compositor de letras na oficina do Dr. Manuel Álvares Solano do Valle,<sup>107</sup> casado com Luísa Josefa Teodora, filho de Domingos Duarte, caixeiro da rua das Arcas, e de Maria Luísa, natural da freguesia de S. Nicolau da cidade de Lisboa, e aí morador na rua Nova do Almada, freguesia de São Julião, de trinta anos, confessou, no dia 5 de Maio de 1753, perante o inquisidor Luís Barata de Lima, que, exercendo a sua actividade de

<sup>104</sup> *Nova Relaçam intitulado, Modos com que os caixeiros furtam a seus Amos, e os Filhos a seus Pays, e os Estudantes enganão as Mães e dos Officiaes que haõdem [sic] entrar a ver os Touros, com alguns aplausos as Françaes que os forem ver.* S. l.n.d. B.N.L., H.G. 6799V e B.G.U.C. *Miscelâneas*, 1288.

<sup>105</sup> MORGANTI, Bento. «Sobre as Profiçoens». In *O Anonymo, Repartido pelas semanas, para divertimento, e utilidade do público.* Lisboa, nº 3 (1752), p. 17.

<sup>106</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo nº 2635.

<sup>107</sup> Embora não tenhamos encontrado nenhum processo da inquisição em que Manuel Álvares Solano seja arguido, é muito natural que ele tenha existido, uma vez que a Mesa do Sto. Ofício da Inquisição de Lisboa, em 17 de Julho de 1753, na sequência de averiguações, propôs ao Inquisidor-Geral a sua instauração, nos termos seguintes: "E outrossim se acha apresentado da mesma culpa Manuel Álvares Solano advogado nesta corte, o qual fez dar ao prelo na sua oficina vários papeis, sem para isso ter licença do Santo Ofício. [...] E que o dito Manuel Álvares Solano seja processado como apresentado para a final se tomar também assento conforme o merecimento dos autos: O que tudo pomos na presença de V. S. para que se digne resolver-nos o que for mais justo. E V. S. mandará o que for servido". Cf. A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2638.

compositor havia cerca de ano e meio na oficina do Dr. Manuel Álvares Solano, aí se imprimiram grande número de "papéis" sem licença do Santo Ofício, e indicou os seguintes:

*Testamento de Manoel Braz, Testamento da França, Testamento do Esteireiro, Testamento do Casquilho e Carta da Sécia.*

Acrescentou ainda Elias Duarte, durante a primeira confissão, que os folhetos mencionados foram "todos impressos à custa dos cegos que para o dito efeito os levaram ao referido Dr. Álvares Solano", com quem tudo era combinado, e ele, como oficial, limitava-se a cumprir ordens. Aliás, segundo as declarações de Elias Duarte, os folhetos impressos ilegalmente foram em tão grande número que, ignorando os seus títulos, "se tornava impossível individualmente declará-los". Sentia-se arrependido por ter impresso obras para as quais não tinham sido obtidas as licenças necessárias, mas não se sentia totalmente culpado, "por lhe parecer que ao dono da imprensa, na qual trabalhava por jornal, pertencia o exame se tinha ou não licença".

Mas Elias Duarte não estava assim tão inocente como queria fazer crer, e o inquisidor sabia-o desde o dia 11 de Abril. Francisco Álvares,<sup>108</sup> oficial de batedor de imprensa na oficina de Manuel Álvares Solano, tinha declarado perante o inquisidor que "viu e presenciou que o mestre compositor dela, chamado Elias Duarte" imprimira sem as licenças necessárias *Testamento da França, Testamento do Casquilho e Testamento de Manoel Braz, sapateiro.*

E acrescentou:

[...] depois de impressos, vendia Elias Duarte [os ditos papéis] aos Cegos, e se utilizava do seu produto, dando a ele testemunha somente o ganho que lhe competia pelo seu trabalho.

Alguns dias mais tarde, a 10 de Maio, o inquisidor mandou, de novo, vir à sua presença Elias Duarte, preso nos cárceres da Inquisição desde Abril, e este, instado a tudo confessar, disse estar lembrado que na oficina de Solano do Valle se imprimiram também os seguintes "papéis":

[...] um com o título de *Desengano de Ciosos*, outro que tinha por título *Terremoto de Tunes*, os quais e outros de que agora se não lembra se imprimiram sem licenças do Sto. Ofício e foram ajustados com o dono da dita imprensa ou oficina.

Estas últimas declarações podem ser complementadas com as prestadas por Francisco de Sequeira,<sup>109</sup> papelista cego, em 11 de Abril de 1753. Este, morador à Cotovia, disse que pela sua mão correram, entre outros papéis, *Desengano de Ciosos* (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> parte) e *Terremoto*

<sup>108</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo n.º 11236. Em 2 de Março de 1753, o Conselho Geral ordena à «Meza» que inicie averiguações para se saber "aonde se imprimiram papéis ou livros sem licença do Sto. Ofício". Dá-se, então, início a uma investigação, que vai durar alguns meses, sendo interrogados livreiros, impressores, oficiais-compositores, cegos vendedores, entre outros. Neste processo, Francisco Álvares foi a décima-quarta testemunha ouvida. Demarcou-se do assunto, ao afirmar que, sendo avisado do perigo a que se expunha "em concorrer para as ditas impressões", se afastara e fora trabalhar para outra oficina.

<sup>109</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo n.º 11.236. Francisco de Sequeira prestou declarações como décima-segunda testemunha.

de Tunes (1ª e 2ª parte) e que ambos foram mandados imprimir por si e "outro seu companheiro, chamado Francisco da Silva, também cego". sem licenças do Santo Ofício.

Partindo das declarações de Elias Duarte e dos dois oficiais de impressor, tornou-se possível localizar as obras mencionadas nos depoimentos, de que passamos a apresentar as respectivas descrições bibliográficas:

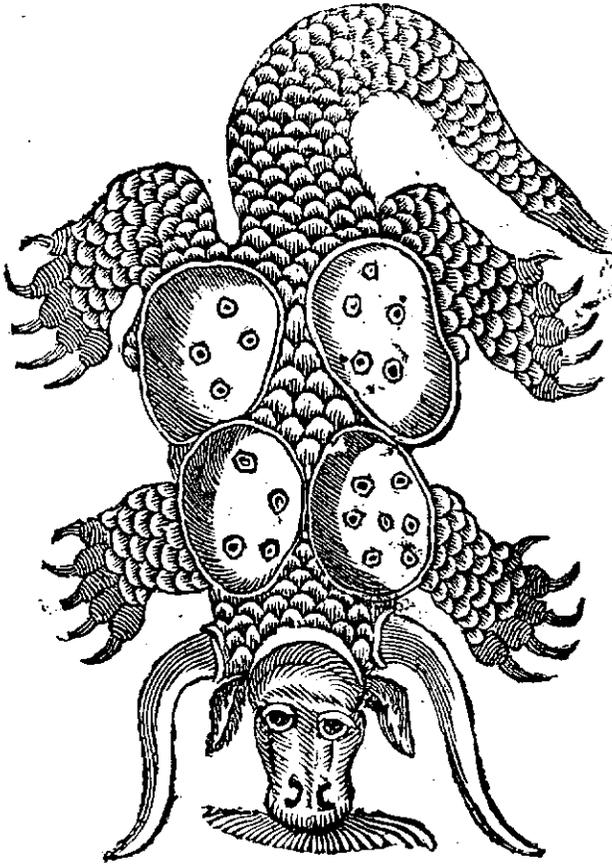
TESTAMENTO / QUE FEZ / MANOEL / BRAZ, / MESTRE SAPATEIRO MORADOR / em Malhorca, e estando em seu prefeito juizo. aprovado pelos senhores Deputados / da Casa dos Vinte e quatro, registado / pela casa do café da rua nova. e visto por todos os curiosos. / DADA Á ESTAMPA / POR / FRANCISCO / DAVID, / e empresta á sua custa. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada] / CATALUMNA. / En la Imprenta de Francisco Guevara. / e mandada a esta Corte, e Cidade de Lisboa.<sup>110</sup>

TESTAMENTO, / E ULTIMA DISPOSIÇÃO, / QUE DE SEUS ORNATOS, / ENFEITES, E ADORNOS / FEZ HUMA / FRANÇA, / POR CAUSA DA NOVA PRAGMÁTICA, / Querendo reformar-se, deixar o / o [sic] mundo, e entrar em Religião, / Repartindo primeiro pelos Conventos / pobres as suas melhores gallas, e / fazendo outras obras pias, / Como nelle pode ver o fleumatico Leitor. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / CATALUMNA: / En la Empr. de FRANCISCO GUEVARZ. / Año 1751.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> O exemplar que compulsámos na Biblioteca Nacional tem a cota L.60163P. Esta espécie aparece descrita no *Dicionário Bibliográfico Português*, t. IX, nº 2380. não tendo Inocêncio concluído se Francisco David designava o nome do autor ou se se tratava de um pseudónimo. Considerou, no entanto, mais provável a segunda hipótese. *Testamento que fez Manoel Braz* foi, de novo, impresso em 1789, com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, na oficina de Lino da Silva Godinho. Cf. *Catálogo da Coleção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 6979.

<sup>111</sup> O exemplar existente na Biblioteca da Ajuda tem a cota 55-II, 25, nº 20. A sua descrição figura também no *Catálogo da Coleção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 6973 e no *Dicionário Bibliográfico Português*, t. IX (1870), nº 2381.



TESTAMENTO  
QUE FEZ  
**MANOEL**  
BRAZ,

MESTRE SAPATEIRO MORADOR  
em Malhorca, estando em seu prefeito jui-  
zo, aprovado pelos senhores Deputados  
da Casa dos Vinte e quatro, registado  
pela casa do café da rua nova, e  
visto por todos os curiosos.

DADA A ESTAMPA  
POR

**FRANCISCO**  
DAVID,

e empresa á sua custa.



CATALUMNA.

En la Imprenta de Francisco Guevara.  
e mandada a esta Corte, e Cidade de Lisboa.

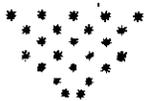
TESTAMENTO,  
E ULTIMA DISPOSICAM,  
QUE DE SEUS ORNATOS,  
ENFEITES, E ADORNOS  
FEZ HUMA  
**FRANCA,**

POR CAUSA DA NOVA PRAGMATICA,

Querendo reformarse, deixar o  
o mundo, e entrar em Reli-  
giaõ,

*Repartindo primeiro pelos Conventos  
pobres as suas melhores gallas, e  
fazendo outras obras pias,*

Como nelle póde ver o fleumatico Lcitor.



CATALUNA:

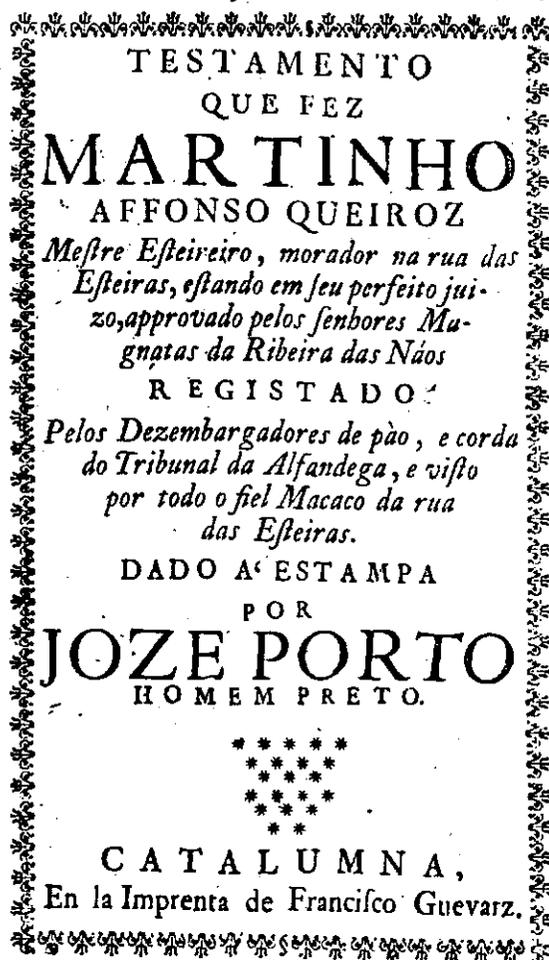
En la Empr. de FRANCISCO GUEVARZ.

Año 1751.

103  
1.20



Rostos de dois testamentos, im-  
pressos clandestinamente por  
Elias Duarte, compositor na  
oficina do Dr. Manuel Álvares  
Solano, cerca de 1752.



Portada de *Testamento que fez Martinho Queiroz*, dado como impresso em Catalumna, en la Imprenta de Francisco Guevarz.

TESTAMENTO / QUE FEZ / MARTINHO / AFFONSO QUEIROZ / *Mestre Estei-  
reiro, morador na rua das / Esteiras. estando em seu perfeito jui- / zo, approved  
pelos senhores Ma- / gnatas da Ribeira das Naós / REGISTADO / Pelos Dezembarg-  
adores de paò, e corda / do Tribunal da Alfandega. e visto / por todo o fiel Macaco  
da rua / das Esteiras. / DADO Á ESTAMPA / POR / JOZE PORTO / HOMEM  
PRETO. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada] / CATALUMNA, / En la Im-  
prenta de Franci sco Guevarz.<sup>112</sup>*

*Novo Testamento de hum casquilho afrancezado.* Sem rosto, s.l.n.d.<sup>113</sup>

<sup>112</sup> B.N.L. cota L.1873A.

<sup>113</sup> *Catálogo da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 6972.

*Carta da Secia em resposta de outra vinda do Brazil a esta Corte. S.l.n.d.*<sup>114</sup>

DESENGANO / DE / CIOSOS, / ATREVIMENTO / DE MULHERES, / *Perigo que corre a formofura, ainda quando / mais defendida: Exprejjado no succejjõ, / que aconteceu na Cidade de Napoles: / Conselho para maridos indijcretos, / e velhos rabugentos.* / PRIMEIRA PARTE. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / LISBOA: / Na Officina ALVARENSE. An 1753. / *Com Licenças.*

DESENGANO / DE / CIOSOS, / ATREVIMENTO / DE / MULHERES, / *Perigo que corre a formofura, ainda quando / mais defendida: Exprejjado no succejjõ, / que aconteceu na Cidade de Napoles: / Conselho para maridos indijcretos, / e velhos rabugentos.* / SEGUNDA PARTE. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / LISBOA: / Na Officina do D.<sup>or</sup> MANOEL SOLANO ALVARES / SOLANO DO VALLE. / *Com Licenças.*<sup>115</sup>

*Nova Relação de hum grande terremoto que no dia 9 do mez de Dezembro do anno de 1752 succedeo na cidade de Tunes. Capital do Reyno de Argel: Calamidades, que experimentarão aquelles Barbaros na prezente secca; noticia de algumas expiações ridiculas que tem feito para applicar o seu falso Profeta, copiado de huma Carta que escreveo hum Marinheiro cativo naquella cidade, natural da Ericeira.* Lisboa, Na Offic. Alvarense. Anno 1753. In-4º de 8 págs.<sup>116</sup>

Pensamos que o pé-de-imprensa utilizado nos três primeiros casos («Catalumna, en la Imprenta de Francisco Guevarz») é pura fantasia. Não encontramos nos reportórios bibliográficos espanhóis que consultámos nenhuma obra impressa na Catalunha por um impressor com o nome de Francisco Guevarz ou Francisco Guevara.<sup>117</sup> O disfarce não é exclusivo destes casos: localizámos muitas outras folhas volantes, impressas em português, em que figura na

---

<sup>114</sup> Esta espécie aparece descrita na *Bibliografia da Livraria de Manoel dos Santos*, sob o nº 7787, sendo seguida de um segundo folheto, cujo título é *Difinição da Secia*, dado como impresso «In Venezia. Nella Stamperia Baglioni. Anno 1746. Com licenza de Superiori». Trata-se, naturalmente, também de uma edição clandestina. De *Carta da Sécia* existe, pelo menos, um exemplar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, descrito no *Catálogo da Colecção de Miscelâneas*, sob o nº 843.

<sup>115</sup> B.N.L. cota Res. 1350<sup>30-31</sup>P e H. G. 6690V. Na *Bibliografia da Livraria de Manoel dos Santos* são descritas as duas partes de *Desengano de Ciosos* sob o nº 6838. A descrição é acompanhada da seguinte nota: "Interessantes e muitos raros". *Desengano de Ciosos* foi, de novo, publicado em 1761, sendo impresso na oficina de Inácio Nogueira Xisto, como se pode comprovar pela observação do exemplar existente na B.N.L., H.G.6775V.

<sup>116</sup> Só vimos descrita esta espécie na *Bibliografia da Livraria de Manoel dos Santos*, nº 3235. Indica-se que é rara.

<sup>117</sup> Cf. GUTIERRES DEL CANO, Marcelino. *Loc. cit.* e AGUILAR PIÑAL, *Ob. cit.* Quanto ao nome do impressor, supostamente catalão, o mais aproximado que encontramos com o utilizado em Portugal foi o de Francisco Guasch, estabelecido em Barcelona de 1705 a 1732. Cf. GUTIERRES DEL CANO, Marcelino. *Loc. cit.*, p. 668. Este pé-de-imprensa foi também utilizado em alguns dos folhetos da polémica criada com a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, e como tal tratá-los-emos no capítulo 5.

portada, como pé-de-impressa, Catalumna. en la Imprenta de Francisco Guevarz ou Guevara.<sup>118</sup>

Não nos custa afirmar que estamos perante casos de clandestinidade editorial, mas de modo algum nos sentimos à vontade para dizer que a sua impressão ocorreu na Oficina do Dr. Manuel Álvares Solano, apesar de entre eles haver grande similitude no tipo de letra usado.

O estudo das vinhetas utilizadas abre-nos, no entanto, um caminho mais seguro, pois estas são, frequentemente, marcas identificadoras da oficina de origem.

RELAÇAM / DO / COMBATE / Que teve o Capitão de Mar, e Guerra / DOM PEDRO / STUART E PORTUGAL, / *Filho do Excellentissimo Duque de Lyria, &c.* / Commandante dos Navios chamados / DRAGON, E AMERICA, / Que jogavaõ seffenta peças, com a Capitania, / e Almirante de Argel chamados / DANSIK, E NOVO, / *A Capitania de 60 peças, e Almirante de 54.* / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA / NA OFFICINA ALVARENSE. / Anno de 1752 / *Com todas as licenças neceffarias,*<sup>119</sup> termina com uma vinheta exactamente igual à utilizada no rosto das obras seguintes:

NOVO / TESTAMENTO / QUE FEZ / HUMA ILHOA / estando em seu perfeito juizo, visto, e ap- / provado pelas Enfermeiras do Hospital, e sen- / do Teftamenteira as prezas da Cadea do Tronco. / DEDICADO / *Aos moços dos Cegos para que estes com ardente zello distribuaõ este Testamento pelo Po- / vo; o producto, que delle adquirirem se / não possaõ utilizar mais que da terça, / parte, &c.* / [Ornato xilográfico] / CATALUMNA: / En la Imprenta de Francisco Guevarz.<sup>120</sup>

NOVA / RELAÇÃO / DA BATALHA NAVAL, QUE TIVERAM / OS / ALGARAVIOS / COM OS / SAVEIROS / *Nos mares, que confinaõ com o celebrado Paiz / da Trafaria.* / [Ornato xilográfico] / CATALUMNA: / En la Imprenta de Francisco Guevarz.<sup>121</sup>

TRAÇAS / DE GANHAR / DINHEIRO, / E REGRAS / DE / CORTEZIA, / E DE GUIZAR VARIAS / IGUARIAS / EM AMBRIAM. / *Em que se relata algumas qualidades pertencentes a varios mantimentos.* / [Ornato xilográfico.] / CATALUMNA: / En la Impernt [sic] de Francisco Guevarz.<sup>122</sup>

Com base nesta análise, cremos poder afirmar que as três obras atrás mencionadas foram impressas na Oficina Alvarense. Mais: considerando não haver entre a oficina do Dr. Manuel Álvares Solano e a Oficina Alvarense senão uma diferença terminológica, parece-nos possível concluir, sem quebra de rigor, que estes três folhetos, dados como impressos em

<sup>118</sup> Sem ter sido nossa preocupação fazer o levantamento exaustivo dos folhetos dados como impressos em «Catalumna, En la Imprenta de Francisco Guevarz», encontramos mais 23 espécies diferentes, que apresentam no pé-de-impressa aquelas falsas indicações tipográficas.

<sup>119</sup> B.N.L. Res. 1352<sup>3</sup>P e H. G. 15141P.

<sup>120</sup> Existe um exemplar na B.N.L., cota Res. 1346<sup>1</sup>P.

<sup>121</sup> Existe um exemplar na B.N.L., cota Res. 1346<sup>1</sup>P.

<sup>122</sup> O exemplar que encontramos na Biblioteca Nacional de Lisboa tem a cota Res. 1352<sup>3</sup>P.

«Catalumna, por Francisco Guevarz», foram também impressos em Lisboa, na oficina de Manuel Álvares Solano, a São Cristovão.

# RELACÃO DO COMBATE

Que teve o Capitão de Mar, e Guerra

## DOM PEDRO

STUART E PORTUGAL,

*Filho do Excellentissimo Duque de Lyria, &c.*

Commandante dos Navios chamados  
DRAGON, E AMERICA,

Que jogavaõ sessenta peças, com a Capitania,  
e Almirante de Argel chamados

DANSIK, E NOVO,

*A Capitania de 60. peças, e Almirante de 54.*



LISBOA  
NA OFFICINA ALVARENSE.

Anno de 1752.

*Com todas as licenças necessarias.*

com grandeza competente ao valor com que se portaraõ na dita peleja.

Aos marinheiros ordenou se lhe desse dous mezes de soldo dobrado.

E a todos os que falleceraõ na peleja, fez a mercê conceder os Soldos á suas mulheres, que elles venderiaõ se vivos fossem.



Rosto e página final de *Relaçam do Combate que teve o Capitão de Mar e Guerra Dom Pedro Stuart e Portugal ...* impresso em Lisboa na Oficina Alvarense, em 1752.

10  
252

**NOVO  
TESTAMENTO  
QUE FEZ  
HUMA ILHOA**

estando em seu perfeito juizo, visto, e ap-  
provado pelas Enfermeiras do Hospital, e seu-  
do Testamenteira as prezas da Cadea do Tronco.

**DEDICADO**

*Aos mollos dos Cegos para que estes com a den-  
ta bello distribuaõ este Testamento pelo Po-  
vo; o producto, que delle adquirirem se  
naõ possaõ utilizar mais que da terça,  
parte, &c.*



**CATALUMNA:**

En la Imprenta de Francisco Guevarz.

**NOVA  
RELAÇÃO**

DA BATALHA NAVAL, QUE TIVERAM

OS

**ALGARAVIOS**

COM OS

**SAVEIROS**

*Nos Mares, que confinaõ com o celebrado Pais  
da Trasaria.*



**CATALUMNA:**

En la Imprenta de Francisco Guevarz.

**T R A Ç A S  
D E G A N H A R  
DINHEIRO,  
E R E G R A S  
D E  
CORTEZIA,  
E D E G U I Z A R V A R I A S  
IGUARIAS  
E M A M B R I A M.**

*Em que se relata algumas qualidades per-  
tencentes a varios mantimentos.*



**CATALUMNA:**  
En la Impernt de Francisco Guevarz.

A gravura ornamental que embeleza o rosto destas três espécies, supostamente impressas em «Catalumna. En la Imprenta de Francisco Guevarz», é exactamente igual a que foi utilizada como remate ornamental em *Relaçam do Combate que teve o Capitão [...] D Pedro Stuart e Portugal*, obra impressa em Lisboa na Oficina Alvarense, em 1752.

De *Desengano de Ciosos* (I e II partes) só encontramos a edição cuja descrição bibliográfica atrás indicámos. Aliás, deve ser grande a sua raridade, pois, para além dos exemplares existentes na Biblioteca Nacional,<sup>123</sup> só vimos descrita esta espécie na *Biblioteca da Livraria de Manoel dos Santos*, nº 6838. Se, neste caso, estivermos perante uma situação de fraude editorial, o impressor não escondeu a sua identidade por trás de uma qualquer máscara, antes apostou na naturalidade, tirando partido da dúvida lançada. Parece-nos também importante realçar que, tanto na primeira como na segunda parte, se indica que a impressão foi feita «Com Licenças», o que foge à fórmula habitual de declarar que se possui todas as licenças necessárias. Isto nos leva a considerar mais consistente a hipótese de ser esta a edição clandestina a que Elias Duarte e Francisco de Sequeira se referiram.

DESENGANO  
DE  
**CIOSOS,**  
ATREVIMENTO  
DE  
**MULHERES,**

*Perigo que corre a formosura, ainda quando  
mais defendida: Expressado no successo,  
que aconteceu na Cidade de Napoles:  
Conselho para maridos indiscretos,  
e velhos rubugentos.*

PRIMEIRA PARTE.



**LISBOA:**

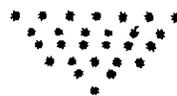
NA Oficina ALVARENSE. An. 1753.

*Com licenças.*

DESENGANO  
DE  
**CIOSOS,**  
ATREVIMENTO  
DE  
**MULHERES,**

*Perigo que corre a formosura, ainda quando  
mais defendida: Expressado no successo,  
que aconteceu na Cidade de Napoles:  
Conselho para maridos indiscretos,  
e velhos rubugentos.*

SEGUNDA PARTE.



**LISBOA:**

NA Oficina do D<sup>o</sup>r MANOEL ALVARES  
SOLANO DO VALLE.

*Com licenças.*

Rosto da primeira e da segunda parte de *Desengano de Ciosos*, obra impressa em Lisboa na Oficina Alvarense, em 1753.

Relativamente a *Terremoto de Tunes*, a situação é semelhante à descrita para *Desengano de Ciosos*. No entanto, não tivemos oportunidade de ver esta *Relação*, o que torna impossível tirar qualquer conclusão. A sua descrição figura somente na *Bibliografia da Livraria de*

<sup>123</sup> Na B.N.L., os exemplares têm as cotas Res. 1350<sup>50-51</sup>P e H. G. 6690V.

*Manoel dos Santos* (nº 3232), e desconhecemos que tenha havido qualquer outra edição. No entanto, pelo facto de as indicações tipográficas serem verdadeiras, fica sempre a pairar a dúvida: esta edição é ou não a que os impressores declararam ter impresso sem as licenças necessárias?

Pela confissão de Inácio Rodrigues,<sup>124</sup> que ocorreu em 4 de Abril de 1753, foi revelado que na sua oficina, ao Poço do Borratém, se imprimiram clandestinamente, "do dito tempo [1751] para cá, vários papéis". O impressor indica de forma vaga os seus títulos, mas junta informações fundamentais para a sua identificação e que, por isso, passamos a transcrever:

1º – *Taboada do Amor*, que na impressão ocupou uma folha, composto em verso de romance, sem lhe saber o autor, por recomendação e encomenda de dois cegos cujos nomes e confrontações não sabe e se deram impressas 500 cópias.

Apesar de a tiragem ter sido de quinhentos exemplares, não encontramos nenhuma obra cujo título tivesse relação com as declarações prestadas por Inácio Rodrigues.

2º – *Segredo da Abelha*, também em verso de romance, que ocupou uma folha, não sabe o seu autor, e [feito] por recomendação de outro cego, chamado João Crisóstomo, a quem entregou 500 cópias pouco mais ou menos.

Trata-se, naturalmente, de:

RELAÇÃO / DO SEGREDO DA ABELHA, / de fuberto com as luzes do Appollo,  
ao fom / da fua afinada lyra, / Incluindo-fe o Amor cego. / IDEADA EM ROMAN-  
CE. / Por hum Anonymo do Monte Parna fo.

Esta *Relação*, de que existe um exemplar na Biblioteca Nacional e outro na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra,<sup>125</sup> é constituída por sete páginas e não contém indicações tipográficas.

---

<sup>124</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 5072.

<sup>125</sup> O exemplar da B.N.L. tem a cota H. G. 14961P; o de Coimbra é descrito no *Catálogo da Collecção de Miscelâneas*, sob o nº 521.

(1)

# RELAÇÃO

DO SEGREDO DA ABELHA,  
descuberto com as luzes de Appollo, ao som  
da sua afinada lyra,

*Incluindo-se o Amor cego.*

IDEADA EM ROMANCE.

Por hum Anonymo do Monte Parnaso.

## ROMANCE.

# T

Ira a sustancia das flores  
A cuidadosa abelhinha,  
E vem dispor para casa  
O Mel, que nella fabrica.

Con-

Primeira página de *Segredo da Abelha*, folha-volante impressa clandestinamente na oficina de Inácio Rodrigues.

- 3º — Romance a uma sege velha de um jarra, que ocupou duas folhas, não sabe o seu autor e lhe mandou imprimir esta obra o Padre Manuel Simões Barruncho,<sup>126</sup> morador na calçada de Sto. Antão, ajustando com ele confitente a dita impressão pelo preço ordinário.

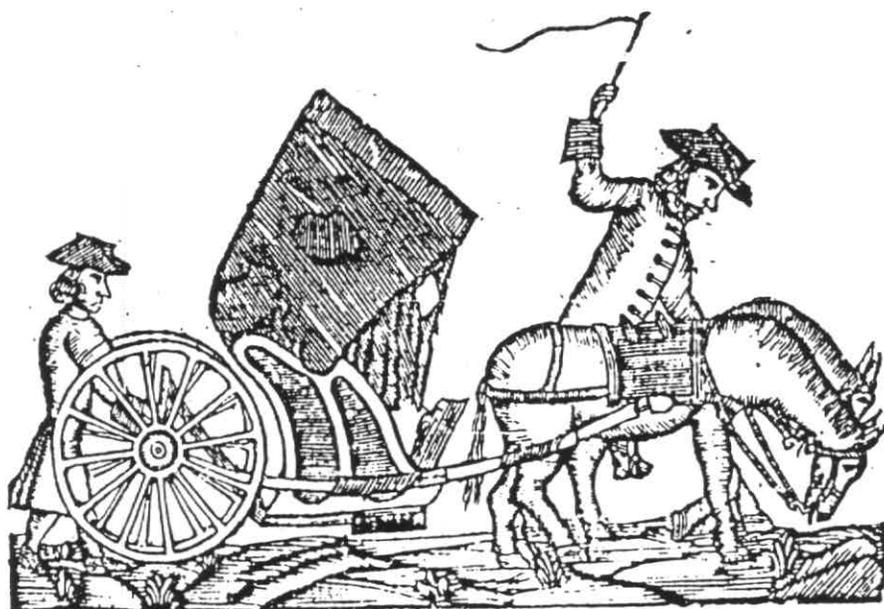
<sup>126</sup> Manuel Simões Barruncho era licenciado em Cânones e foi Chantre na Real Colegiada de Ourém. Inocência não possuía qualquer informação sobre a sua naturalidade e datas de nascimento e óbito. É autor das obras seguintes: *Centuria Metrica de Sonetos moraes*. Lisboa, na Oficina Patriarchal, 1765, e *Paixão moralisada em sonetos moraes e anagogicos, segundo a narração dos quatro Evangelistas*. Lisboa, Na Oficina de Francisco Luis Ameno, 1783. Cf. SILVA, Inocência Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, t. VI (1862). p. 112 e t. XVI (1893). p. 337.

Segundo o depoimento de Inácio Rodrigues, foram entregues cerca de 5.000 cópias de *Sege Velha* a Manuel Simões Barruncho.

José Martins,<sup>127</sup> impressor, tinha conhecimento de que *Sege Velha* fora impressa na oficina de Inácio Rodrigues, e denunciou o facto perante o Inquisidor, em 25 de Abril desse ano, na sequência do interrogatório que lhe foi feito por decisão do Conselho Geral do Sto. Ofício.

Pensamos que Inácio Rodrigues e José Martins fizeram alusão a:

CARTA / A HUM AMIGO, / Descrevendo a velhice de huma sege / tal como esta. / ROMANCE.<sup>128</sup>



CARTA  
A HUM AMIGO,  
*Descrevendo a velhice de huma sege  
tal como esta.*  
ROMANCE.



A Migo, por divertir-me,  
Puf-me huma tarde á janela,  
Como faz qualquer vezinha,  
Cronista da vida alhea:

†

Quant:

Primeira página de *Carta a hum amigo descrevendo a velhice de uma sege ...*, obra impressa clandestinamente em Lisboa por Inácio Rodrigues.

<sup>127</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 11236. José Martins foi a terceira testemunha ouvida.

<sup>128</sup> B.N.L., cota Res. 1351<sup>15</sup>P. No *Catálogo da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, a sua descrição é feita sob o nº 7024.

Ao longo de toda esta composição põe-se a ridículo o estado de decrepitude em que se encontra a sege e seu jarra, o que confirma a ideia expressa por Inácio Rodrigues, como se pode verificar pela leitura do seguinte excerto:

Sege, em fim, por tradição  
Porque na presente era  
Cousa já fora dos eyxos  
Hum desencayxe toda ela  
(...)

Vinha, pois dentro da sege  
Proseguindo a historia mesma,  
Hum *secula seculorum*  
De idade, e de experiencia

Hum velho pois tam antigo  
Que não ha era ou calenda  
Que fasa mensam dos tempos  
Aos quaes ela nan preceda.

Para além deste aspecto, podemos ainda acrescentar, para fortalecer a hipótese de ser *Carta a hum Amigo Descrevendo a velhice de huma sege tal como esta a Sege Velha* a que Inácio Rodrigues fez referência, o facto de os caracteres tipográficos utilizados na palavra «Romance» (pág. 1) serem os mesmos que os usados nessa palavra em *Segredo da Abelha*, folha volante também saída clandestinamente dos prelos de Inácio Rodrigues.

Em 16 de Março de 1753, José Martins,<sup>129</sup> impressor, de 52 anos, natural de São Tomé de Gondomar, termo da vila da Barca, Arcebispado de Braga, e morador em Lisboa, na rua da Crasta, freguesia de S. Nicolau, informou o inquisidor Manuel Varejão e Távora que na oficina de Bernardo António,<sup>130</sup> morador na rua de Quebra-Costas, junto aos Torneiros, "se imprimiram vários papéis e lhe parece também que sem licenças do Santo Officio", dos quais só se recordou de "dois que se intitulavam *Testamento de Josefa de Évora* e *Milagre da Terra Santa*".

Sabia-o através de Manuel Ribeiro e Francisco da Silva, cegos, que "tinham levado os originais ao dito Bernardo António para ele fazer a impressão". Pela mesma via soube que a impressão de *Testamento de Josefa de Évora* fora feita a pedido de Miguel Columbinas e João Baptista. O primeiro era tecelão de seda e morador com seu pai no Beco da Comédia, o segundo, morador na Calçada do Lavre, era oficial de impressor na oficina de Francisco Luís Ameno.

<sup>129</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 11.236. José Martins foi ouvido como terceira testemunha.

<sup>130</sup> O processo inquisitorial de Bernardo António (Inquisição de Lisboa, nº 7921) encontra-se desaparecido desde 1990, segundo informação colhida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

São, como se segue, as descrições bibliográficas das obras mencionadas por José Martins:

*Novo testamento que fez a Joseea (sic) d'Évora, deixando por testamenteira a Cheganças, testemunhas a Choradeira, a Rita douda, e a Chorona; foy taballiam Gaspar Ameixa, Lançado na Torre da Polvora, e não vos pareça fabula esta nota, pois assim succedeo como vos digo, e estranheis vê lo na mão dos Cegos, foy porque já não pôde pedir vista, nem revogar o que tem feito. Copiado por L.L.L. Lisboa, Anno de 1752. Impresso em letra redonda. In-4º de 8 págs. innumeradas.<sup>131</sup>*

*Relaçam verdadeira do grande milagre, que Deos Senhor Nosso foy servido obrar na Santa Cidade de Jerusalem, no anno de 1752. Com a verdadeira noticia de tudo o que aconteceo, e o Suplemento da primeira Relação, na qual por falta de noticia se omittiraõ. muitas circunstancias dignas de ponderação: supplicas que os Padres do Santo Sepulchro fizerão, licença que do Governador alcançaraõ, opposiçaõ que se lhe fez à Procissão de preces, Conversão de muitos à vista dos grandes prodigios. Sem rosto especial. S.l.n.d. In-4º de 8 págs.<sup>132</sup>*

Também Francisco de Sequeira,<sup>133</sup> "homem cego que vive de vender alguns papéis", natural da freguesia de Santa Maria de Sentar, termo dos Arcos de Valdevez, e morador em Lisboa à Cotovia, foi ouvido como testemunha em 11 de Abril de 1753, e no seu depoimento declarou que, por ordem sua e de seu companheiro Francisco da Silva, se imprimiu na oficina de Bernardo António, sem as licenças necessárias, *Guia de Casados*. Foram impressos cerca de mil exemplares e encontravam-se ainda na oficina de Bernardo António, "aonde se não foram ainda buscar, por não terem agora gasto", mas era certo que estavam "impressos e prontos para se poderem vender".

A obra em causa é:

*Guia de Casados, Espelho da Vida, Dictames da Proidencia. S.l.n.d. In-4º de 7 págs.<sup>134</sup>*

João de Araújo,<sup>135</sup> oficial de impressor na oficina de Miguel Rodrigues, de 44 anos, viúvo, morador no Largo do Carmo, sendo ouvido como sexta testemunha no processo de averiguações sobre edições clandestinas, levado a cabo pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa por determinação do Conselho Geral do Sto. Ofício, declarou que Manuel Coelho, impressor na rua das Esteiras, dera ao prelo "um papel de duas folhas com o título de *Testamento de Clara Lopes*". João de Araújo tinha também conhecimento de que, em consequência desse facto, Manuel Coelho "estivera preso por ordem do Desembargo do Paço".

<sup>131</sup> *Catálogo da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 6975. A descrição desta espécie é também apresentada no *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, t. IX (1870), p. 284, mas aí consta Josefa e não Joseea.

<sup>132</sup> *Catálogo da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 2576 e nº 7313.

<sup>133</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 11.236. Francisco de Sequeira foi a décima-segunda testemunha ouvida.

<sup>134</sup> *Catálogo da Biblioteca de José Tavares de Macedo*, nº 917A.

<sup>135</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 11.236.

Este folheto de cordel, de que existe um exemplar<sup>136</sup> na Biblioteca Nacional de Lisboa, pode ser descrito deste modo:

NOVA / RELAÇÃO / DO TESTAMENTO / DE / CLARA LOPES / A MUITO  
EXEMPLAR, E RE- / verenda Abbadeça das chariſſimas Madres / Chriſtaleiras,  
&c. / [Ornato xilográfico.] / ANSTARDAM: / En la nueva Inprenta de Belchior Che-  
felè, &c.

Demo-nos conta de não estarmos perante o único caso em que foi utilizada esta *fausse-  
-adresse*. Em três outros folhetos<sup>137</sup> deste tipo, recorreu-se à sua utilização, mas é-nos impos-  
sível determinar se a sua impressão foi ou não da responsabilidade de Manuel Coelho.



A N S T A R D A M :

En la nueva Inprenta de Belchior Chefelè, &c.

Rosto de *Nova Relação do Testamento de Clara Lopes* ... impresso clandestinamente em Lisboa por Manuel Coelho, na primeira metade do século XVIII.

<sup>136</sup> O folheto tem a cota Res. 1350<sup>20</sup>P.

<sup>137</sup> São os seguintes os seus títulos: *Disputa Estrombotica Que Houve na Era da Mantuana entre hum Torto, e hum Corcovado*. *Obra nova e curiosa, recopilada e traduzida de hum baralho de cartas em bom uzo, que no tempo dos Affonsinhos appareço no lugar do caba*. *Embrulhada na prezente folha de papel, e oferecida a todos, os que a quizerem ver Seu Author Italus Graecus Criado de Vossu mercê*. Anstardan: En la nueva imprenta de Belchior Chefelè, etc. S.d. [17--]. Cf. *Bibl. da Livraria de Manoel dos Santos*, nº 7873; *Nova Demanda e Sentença a favor dos Officiaes, e aprendizes que vay o Serão degradado*. Anstardan: En la nueva imprenta de Belchior Chefelè, etc. B.N.L., H. G. 6690V e Res. 1352<sup>1</sup>P e *Nova Relação das melhores prendas, de que se deve adornar uma mulher para ser formosa, e da estimaçam, que se deve dar à bizarría da sua Gentileza, como couza digna de muito preço, pela raridade deste diamante*. Anstardan: En la nueva imprenta de Belchior Chefelè, etc. Cf. *Cat. da Colecção de Miscelâneas da B.G.U.C.*, nº 860.

Manuel Soares Vivas,<sup>138</sup> compositor na oficina do Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, declarou, em 4 de Abril de 1753, que na oficina de seu Mestre, então ainda instalada no convento de Santo Elói, se imprimira sem licenças "uma Relação do Trigo contra o Dinheiro". Manuel de Santa Marta Teixeira<sup>139</sup> não fez nenhuma referência particular a este folheto, tendo, no entanto, afirmado que "também mandara imprimir alguns papéis pequenos, os quais não conserva na lembrança, e por isso os não pode agora declarar nesta Mesa".

O folheto mencionado por Manuel Soares Vivas, e que não encontramos nas bibliotecas em que tivemos oportunidade de trabalhar, apresenta a seguinte descrição bibliográfica:

*Nova Relaçam e divertida, que dá conta de huma contenda, que tiverão o Trigo, e o Dinheiro, sobre qual era de mayor excelência.* S.l.n.d., In-4º de 15 pp.<sup>140</sup>

O ano de 1752 ficou assinalado pelas festas em honra de D. José, organizadas pelo Senado de Lisboa:

Terminado já finalmente no último de Julho deste presente anno de 1752 o segundo aniversário da morte do Senhor Rei Dom João V e conseqüentemente o luto de dous annos que tomaram em justa demonstração da intempestiva morte do mesmo Senhor, Suas Magestades Reinantes, e toda a nossa grande e nobilissima Corte, quis o preclarissimo Senado de Lisboa, suposto que durante o mesmo luto não tinha lugar, fazer agora patente ao mundo com algum festejo o seu justo alvoroço e veneração na Acclamação tão gloriosa de EIRey Fidelissimo D. José.<sup>141</sup>

Um dos pontos altos dos festejos foram as corridas de touros,<sup>142</sup> que decorreram no Terreiro do Paço, com palanques armados, danças e carros triunfantes. Um público entusiasmado acorreu aos espectáculos e esgotou dezenas de folhetos sobre os touros, a grande maioria anónimos e publicados clandestinamente, sem indicações tipográficas ou ostentando *fausses-adresses*.

Fazemos esta afirmação baseando-nos nos depoimentos que integram os processos da inquisição que estudámos. Em nenhum deles se indica o título de qualquer um destes folhetos, mas acusados e testemunhas revelam as oficinas em que foram dados ao prelo, sem as licenças necessárias, "papéis da função dos touros".

Assim, em 10 de Julho de 1753, declarou José da Silva da Natividade:<sup>143</sup>

[Imprimiu] nove papéis de folha ou dez pela ocasião dos touros que o ano passado se correram no Terreiro do Paço desta Corte, cujos títulos se não lembra ao certo, dois

<sup>138</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 523.

<sup>139</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2638.

<sup>140</sup> *Catalogue de la Bibliothéque de M. Fernando Palha*, nº 1055 e *Bibliografia da Livraria de Manoel dos Santos*, nº 8085. No primeiro catálogo indica-se, entre parêntesis, o local de edição Lisboa - e a data aproximada - 17--. No *Catálogo da Livraria de Manoel dos Santos* só se faz menção da data, e também aqui de forma imprecisa - 17--.

<sup>141</sup> CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da, *Gabinete Histórico*, 17 vols. Lisboa, Imprensa Régia, 1818-1828 (I-XII); Imprensa Nacional, 1868-1894 (XII-XVII); vol. 5 (1822), pp. 97-98.

<sup>142</sup> No ano de 1752, houve corridas de touros nos dias 28 de Agosto, 4, 11, 18 e 26 de Setembro e no dia 2 de Outubro.

<sup>143</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2630.

deles por encomenda de um cego chamado António da Costa, morador então junto ao Marquês do Alegrete em um beco, freguesia de São Lourenço ou Santa Justa, e os mais por recomendação de Lucas da Silva, livreiro, morador na rua dos Cavaleiros.

Também na oficina de Manuel Álvares Solano se imprimiram muitos folhetos sobre os touros. Sabemo-lo por vários depoimentos. No processo inquisitorial de Elias Duarte,<sup>144</sup> quando da «publicação da prova da justiça», duas das testemunhas de acusação, José Martins e Francisco Álvares, declararam que Elias Duarte, como compositor de letras na oficina de Manuel Álvares Solano, tinha impresso "vários papéis da função dos touros". Nesse mesmo ano, os dois oficiais de impressor reafirmaram o testemunho anteriormente prestado,<sup>145</sup> no seguimento de um processo de averiguações sobre edições clandestinas conduzido pela Inquisição de Lisboa, a pedido do Conselho-Geral.

Francisco de Sequeira,<sup>146</sup> "homem que vive de vender alguns papéis", prestou idênticas declarações, em Abril desse ano, ao afirmar que:

Somente lhe lembra também mais que a respeito da função dos Touros se imprimiram um grande número de papéis, dos quais tem certeza que alguns foram impressos pelo sobredito Elias Duarte e outro chamado José Isidoro, ambos compositores e que trabalhavam na Imprensa do dito Manuel Álvares Solano.

No entanto, revelou alguns dados novos, pois ao depoimento anterior acrescentou:

E outros foram impressos na oficina do dito Bernardo António, e outros na de Domingos Gonçalves, no pátio da Caridade.

Admitimos ter havido outros impressores que se tenham deixado contagiar por esta euforia e hajam imprimido também, sem as devidas licenças, folhetos alusivos aos touros. Certo, no entanto, é que das oficinas de José da Silva da Natividade, de Manuel Álvares Solano, de Bernardo António e de Domingos Gonçalves saíram folhetos, impressos clandestinamente, sobre a "a função dos touros".

Certo, sim, mas muito vago. Fazer luz sobre esta questão e identificar pelas obras as oficinas respectivas é tarefa a que, de momento, por uma questão de metodologia, não nos podemos dedicar. O campo é imenso e a pesquisa demorada: basta dizer que conseguimos reunir, até ao momento, noventa e quatro títulos de diferentes espécies dentro desta área temática, sem que tenha havido qualquer preocupação de proceder a um levantamento exaustivo.

---

<sup>144</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2635.

<sup>145</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 11.236.

<sup>146</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 11.236. Francisco de Sequeira foi a décima-segunda testemunha ouvida.

*Impressões clandestinas referidas em processos inquisitoriais (1740-1755)*

Título da Obra	Pé-de-impressão	Verdadeiro local de edição, editor e data.	Fonte de informação
<i>Lista das pessoas que saíram, condenações que tiveram e sentenças que se leram no Auto Público da Fé que se celebrou [...] em 18 de Junho de 1741.</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Francisco Xavier da Silva e Manuel Antunes, na oficina de seu antigo mestre João Carvalho Rosa, [1741].	Inquisição de Lisboa Processo 9180.
<i>Cópia de uma Revelação que foi feita a Santa Isabel e Santa Brízida ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa. 1º Domingos Araújo (oficial de Francisco Borges de Sousa), [1749-1750?]. 2º José da Silva da Natividade, [1750]. 3º Elias Duarte (compositor do Dr. Manuel Álvares Solano), [1752-1753?].	Inquisição de Lisboa Processo 2630.  Processo 2630.  Processo 2635.
<i>Justa Repulsa ...</i>	Madrid, en la Imprenta de Antonio Perez de Soto, 1749.	Lisboa, Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira (Convento de Santo Elói), [1750?].	Inquisição de Lisboa Processo 2638.
<i>Carta em que um Amigo dá notícia a outro do lamentavel successo de Lisboa.</i>	S.l.n. ed. n.d.	Contrafacção executada em Lisboa no convento de São Vicente de Fora a pedido do livreiro Francisco Gonçalves Marques, [1755-1756?].	Inquisição de Lisboa Processo 11.728.
<i>Sermão da Mãe de Deus e Senhora do Monte do Carmo ..., pregado em Faro pelo Doutor Lourenço Baptista Feio.</i>	Lisboa, na oficina de Manuel Fernandes da Costa, 1731.	Lisboa, Inácio Rodrigues, [1750-1753?].	Inquisição de Lisboa Processo 5072.
<i>Sermão que na duplex Solemnidade de dous Santos, Gonzaga e Stanislau ..., pregado em Faro pelo Doutor Lourenço Baptista Feio.</i>	Lisboa, na oficina de Miguel Rodrigues, 1728.	Lisboa, Inácio Rodrigues, [1750-1753?].	Inquisição de Lisboa Processo 5072.
<i>Oração Funebre [...] recitada nas exéquias de [...] D. João V, na Sé do Porto pelo padre Doutor António de Santa Marta Lobo.</i>	Porto. Na oficina episcopal de Manuel Pedroso. Coimbra, 1751.	Lisboa, Inácio Rodrigues, [1750-1753?].	Inquisição de Lisboa Processo 5072.
<i>Breve reposta ao insolente prologo da ridicula oração academica recitada na Academia do Sapateiro, Antonio Ferreira de Mesquita.</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, José da Silva da Natividade, a pedido do impressor Bernardo Fernandes, [1741].	Inquisição de Lisboa Processo 2630.
<i>Crisis Apologetica ...</i>	Impresso no Monte Apenino.	Lisboa, João Baptista Lerzo, 1741.	Inquisição de Lisboa Processo 2630.
<i>Feição a Moderna e Logração Disfarçada ...</i>	Madrid, Joseph Gonzalaz, 1741.	Lisboa, João Carvalho Rosa, [1744].	Inquisição de Lisboa Processo 2630.

Título da Obra	Pé-de-imprensa	Verdadeiro local de edição, editor e data.	Fonte de informação
<i>Bisnaga Escolástica ...</i>	?	Lisboa, Inácio Rodrigues, [1747-1748?].	Inquisição de Lisboa Processo 5072
<i>Queixas de António Duarte Ferrão contra a Poesia...</i>	?	Lisboa, Inácio Rodrigues, [1747-1748?].	Inquisição de Lisboa Processo 5072
<i>Anno Historico, Diario Português Defendido e Vindicado ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira (Convento de São Bento de Xabregas).	Inquisição de Lisboa Processo 2638 e Processo 523.
<i>Benteida ou novo metamorfose ...</i>	Constantinopla, na Officina Bigodiana, 1752.	Lisboa, Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira (compositor: Manuel Soares Vivas). Convento de São Bento de Xabregas, [1752].	Inquisição de Lisboa Processo 523.
<i>Observações das Agoas das Caldas da Rainha ...</i>	Paris, na Oficina de Jacob Vicent, 1752.	Lisboa, Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira (comp.: Manuel Soares Vivas). Convento de Santo Elói, [1752].	Inquisição de Lisboa Processo 523.
<i>Relação das solemnes exéquias dedicadas por D. João da Silva Ferreira a D. João V ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira (comp.: Manuel Soares Vivas). Convento de Santo Elói, [1750-1752?].	Inquisição de Lisboa Processo 523.
<i>Despertador Metrico ...</i>	Madrid, en la Imprenta de Antonio Peres de Soto, 1752.	Lisboa, Inácio Rodrigues [1752].	Inquisição de Lisboa Processo 5072.
<i>Testamento que fez Manuel Braz ...</i>	Catalumna, en la Imprenta de Francisco Guevara, s.d.	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte), [1751-1752?]	Inquisição de Lisboa Processo 11.236 e 2635.
<i>Testamento e última disposição que [...] fez uma França ...</i>	Catalumna, en la Imprenta de Francisco Guevarz, 1751.	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte). [1751].	Inquisição de Lisboa Processo 11.236 e 2635.
<i>Testamento que fez Martinho Afonso Queiroz, mestre esteireiro ...</i>	Catalumna, en la Imprenta de Francisco Guevarz, s. d..	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte), [1751-1752?].	Inquisição de Lisboa Processo 2635.
<i>Novo testamento de um casquilho afrancesado ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte), [1751-1752?].	Inquisição de Lisboa Processo 2635.
<i>Carta da Sécia ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte). [1751-1752?].	Inquisição de Lisboa Processo 2635.
<i>Desengano de Ciosos.</i>	Lisboa, na Oficina Alvarense, 1753.	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte), [1753].	Inquisição de Lisboa Processo 2635.

Título da Obra	Pé-de-imprensa	Verdadeiro local de edição, editor e data.	Fonte de informação
<i>Nova Relação de um grande Terremoto que sucedeu [...] na cidade de Tunes ...</i>	Lisboa, na Oficina Alvarense, 1753.	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte), [1753].	Inquisição de Lisboa Processo 2635.
<i>Tabuada do Amor ...</i>	?	Lisboa, Inácio Rodrigues, [1751-1753?].	Inquisição de Lisboa Processo 5072.
<i>Relação do Segredo da Abelha ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Inácio Rodrigues, [1751-1753?].	Inquisição de Lisboa Processo 5072.
<i>Carta a um amigo descrevendo a velhice de uma sege ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Inácio Rodrigues, a pedido do Padre Manuel Simões Barruncho, [1751-1753?].	Inquisição de Lisboa Processo 11.236.
<i>Novo Testamento, que fez a Josefa de Évora ...</i>	Lisboa, s. ed., 1752	Lisboa, Bernardo António, [1752].	Inquisição de Lisboa Processo 11.236.
<i>Relação verdadeira do grande milagre que Deos N.S. foi servido obrar na Santa Cidade de Jerusalém ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Bernardo António, [1752?].	Inquisição de Lisboa Processo 11.236.
<i>Guia de casados, espelho da vida, dictames da prudencia ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Bernardo António, [1752?].	Inquisição de Lisboa Processo 11.236.
<i>Nova Relação do Testamento de Clara Lopes ...</i>	Anstardam, en la nueva Imprenta de Belchior Chefelè, etc., s.d.	Lisboa, Manuel Coelho. [17--?]. (Data anterior a 1753, ano em que as declarações foram prestadas na Inquisição).	Inquisição de Lisboa Processo 11.236.
<i>Nova relação e divertida, que dá conta de uma contenda que tiverão o Trigo e o Dinheiro ...</i>	S.l.n. ed. n.d.	Lisboa, Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira (comp.: Manuel Soares Vivas). Convento de Santo Elói, [1750-52?].	Inquisição de Lisboa Processo 523.
<i>Função dos touros (nunca se faz a discriminação dos títulos).</i>		Lisboa, José da Silva da Natividade  Lisboa, Manuel Álvares Solano  Lisboa, Bernardo António  Lisboa, Domingos Gonçalves	Inquisição de Lisboa Processo 2630.  Processo 2635 e 11.236.  Processo 11.236.  Processo 11.236.
<i>Verdadeiro Método de Estudar ...*</i>	Valensa, Antonio Balle, 1747.	Lisboa, Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira (comp.: Manuel Soares Vivas). Convento de Santo Elói, [1750-1752?].	Inquisição de Lisboa Processo 2638 e 523.

<b>Título da Obra</b>	<b>Pé-de-imprensa</b>	<b>Verdadeiro local de edição, editor e data.</b>	<b>Fonte de informação</b>
<i>Diálogo Jocosario ... *</i>	Valensa, Antonio Balle, 1751.	Lisboa, José da Silva da Natividade, [1751].	Inquisição de Lisboa Processo 2630.
<i>Anatómico Jocososo ... *</i>	Madrid, en la Imprenta de Francisco del Hierro, 1752.	Lisboa, Manuel Álvares Solano (comp.: Elias Duarte), [1752]..	Inquisição de Lisboa Processo 11.236 e 2635.
<i>Arte de Furtar ... *</i>	Amsterdam, Oficina Elvizeriana, 1652.	Lisboa, João Baptista Lerzo, [1744?].	Inquisição de Lisboa Processo 2630

\* Estas obras serão tratadas no capítulo 5.

### **3. A QUESTÃO DO SIGILISMO**

### 3.1. GÉNESE E EVOLUÇÃO DA QUESTÃO DO SIGILISMO (1746)

A questão do sigilismo relaciona-se intimamente com o movimento reformista conhecido em Portugal com o nome de Jacobeia<sup>1</sup>.

O nível religioso e moral da sociedade portuguesa dos fins do século XVII e princípios do século XVIII não era modelar. A relaxação dos costumes alastrava por todas as camadas sociais e era particularmente notória e perniciosa nos conventos, como fez notar Ribeiro Guimarães:

Aquela época, que aparentava de profundamente religiosa, era ao mesmo tempo profundamente devassa. Os actos religiosos, assim pomposos, eram mais um divertimento do que a manifestação de piedade sincera. Época de colóquios freiráticos, de aventuras galantes ao par de muita beatice<sup>2</sup>.

Se este era em traços largos o retrato de uma sociedade em desagregação, a situação assumia foros de escândalo público nos conventos e casas religiosas. A falta de vocação de alguns religiosos, o mundanismo da vida conventual manifestado em contactos desnecessários com o século, o freiratismo e outros vícios eram hábitos instalados que urgia denunciar e combater.

A este respeito sublinha o Prof. Cabral de Moncada:

Não há exagero nenhum em afirmar que o país por essa época se tinha tornado desde o trono, do qual vinha o exemplo, até às últimas camadas da burguesia e ainda uma parte do clero, um país de «freiráticos» ou namoradores de freiras.<sup>3</sup>

A reacção contra este estado de degradação moral e religiosa nasceu dentro das próprias comunidades religiosas, afastando-se os que se mantinham fiéis à pureza dos princípios daqueles que consideravam relaxados e menos observantes.

A Jacobeia foi introduzida, em 1707, por Frei Francisco da Anunciação, no seio dos eremitas calçados de Santo Agostinho, no colégio da Graça de Coimbra, tendo como objectivo promover o acrisolamento espiritual próprio e alheio, através de uma vida austera, piedosa, observante e apostólica, lutando contra a indisciplina e corrupção.

---

<sup>1</sup> A questão do sigilismo está pormenorizadamente estudada do ponto de vista histórico, religioso, político e jurídico pelo Prof. Frei António Pereira da Silva em *A Questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII*. Braga, Editorial Franciscana, 1964, e pelo Prof. Luís Cabral de Moncada em «Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII», in *Estudos Filosóficos e Históricos*. Coimbra, Atlântida, 2 vols. (1958-1959); vol. 2, pp. 278-386. Não sendo a Questão do Sigilismo, em si, o objecto do nosso trabalho, limitamo-nos a enunciar, com base nesses trabalhos de investigação fundamentais, a origem e pontos principais do conflito, de forma a reconstituir o ambiente em que foram publicados clandestinamente os cerca de quarenta libelos alusivos a esta contenda.

<sup>2</sup> RIBEIRO GUIMARÃES, José. *Summario de varia historia: narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, politicos e religiosos de outras eras*. Lisboa, J. G. de Sousa Neves, 5 vols., 1872-1879; vol. 2, (1872), p. 175.

<sup>3</sup> MONCADA, Luís Cabral de. *Loc. cit.*, p. 306.

Frei Pereira da Silva, apoiado na obra de Frei Francisco da Anunciação, pôde escrever:

Os adeptos da Jacobeia aproveitavam as horas vagas para colectivamente se entreterem em leituras, meditações e colóquios espirituais, ou empregando termos de Fr. Francisco da Anunciação para terem «os seus exercícios ou práticas e conferências espirituais», «para falar cousas de Deus ou outros exercícios virtuosos».<sup>4</sup>

Porém, como também Frei Pereira da Silva teve a preocupação de realçar, transcrevendo o texto de um manuscrito anónimo do século XVIII, "os jacobeus nunca se separavam dos outros nas coisas boas e santas"<sup>5</sup>. Aproveitavam, unicamente, os momentos de lazer para se entregarem à meditação e outras práticas espirituais.

Os vocábulos *jacobeu* e *jacobeia* derivam, segundo as investigações levadas a cabo pelo autor de *A Questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII*, do apelido latino de um frade graciano – S. Jacobo –, que chamava *jacobeia* a um retiro da sua preferência. O termo foi retomado, posteriormente, a partir de 1707, por alguns confrades seus, discípulos de Frei Francisco da Anunciação, para designar o ante-coro do colégio da Graça de Coimbra, onde habitualmente se reuniam para as leituras e colóquios espirituais.

Mais tarde, quando o movimento se expandiu a outros institutos religiosos, *jacobeia* passou a designar não só o local onde os promotores e simpatizantes do movimento reformador se reuniam, mas também "a própria assembleia e a coligação de todas as pessoas de boa vontade empenhadas com eles e como eles no serviço de Deus".<sup>6</sup>

*Jacobeia* e *jacobeu*, por alusão à vida de patriarca Jacob e principalmente à escada do seu sonho em Bethel, nada teriam a ver, assim, com a etimologia dos vocábulos. No entanto, a ideia generalizou-se, por motivos que Frei Pereira da Silva explica desta forma:

Uma vez que tanto os jacobeus como os adversários recorriam a episódios da complexa e privilegiada vida do patriarca hebreu Jacob para simbolizar o ideal, as pretensões, os sucessos e as vicissitudes e as práticas de piedade da jacobeia, ter-se-ia perdido o nexa da palavra com o tal S. Jacobo e começado a explicar a origem etimológica por alusão ao nome e vida de Jacob, principalmente ao episódio do sonho, que entre os místicos, incluindo os nossos varões jacobeus, simbolizava a oração, a atitude dinâmica das potências da alma na contemplação e, em geral, a tendência ou caminhada do homem para os cumes da perfeição.<sup>7</sup>

O ideário reformador de Frei Francisco da Anunciação encontrou, de imediato, eco junto dos franciscanos, que, desde finais do século XVII, sob orientação de Frei António das Chagas, tinham organizado a sua jacobeia, vivendo na mais estrita pobreza e austeridade, observando à letra a regra de S. Francisco. Prontamente, os membros das duas reformas

---

<sup>4</sup> SILVA, Frei António Pereira da. *A Questão do Sigilismo em Portugal no Século XVIII*. Braga, Editorial Franciscana, 1964, p. 62.

<sup>5</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 63.

<sup>6</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 67.

<sup>7</sup> IDEM. *Ibidem*, pp. 65-67.

deram-se conta da necessidade de congregarem esforços para mais eficazmente desenvolverem um movimento de renovação espiritual.

Sob influência directa do núcleo de jacobeus gracianos, expandiu-se o movimento reformista fundado, em 1707, por Frei Francisco da Anunciação. Aderiram à Jacobeia ou manifestaram intenção de se reformar e reformarem as suas comunidades muitos cônegos regrantes de Santo Agostinho ou crúzios, beneditinos, cistercienses, eremitas de São Paulo, freires de Cristo, carmelitas e dominicanos. Fora dos claustros, eram também muitas as pessoas que se entregavam aos exercícios de perfeição orientados pelos jacobeus.

É este movimento reformista alargado a vários institutos religiosos – sem, no entanto, atrair todos os membros em todas as comunidades<sup>8</sup> – que interessa particularmente à questão do sigilismo.

A Jacobeia em sentido amplo, como fez notar Frei Pereira da Silva, foi oficial e superiormente organizada, desde 1723, pelo frade varatojano Frei Gaspar da Encarnação:

A partir de 1723, quando Fr. Gaspar da Encarnação por incumbência de el-rei e da Santa-Sé, foi nomeado visitador e reformador dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, todos os movimentos reformistas contemporâneos se acolheram à sua protecção como a quererem oficializar-se. Por outras palavras, Fr. Gaspar da Encarnação assumiu a direcção da Jacobeia em sentido lato, enquanto federação de todos os movimentos reformistas coevos.<sup>9</sup>

O movimento, que de início não foi geral nem teve carácter oficial, alcançou grande projecção. Contavam-se entre os seus membros personalidades bem conhecidas, das quais destacamos somente as que intervieram directamente na contenda do sigilismo, indicando o cargo por elas exercido à data da questão [1746]: D. Frei Miguel de Távora (1683-1759), filho do segundo marquês de Távora e arcebispo de Évora; D. Frei José Maria da Fonseca e Évora (1690-1752), bispo do Porto; D. Inácio de Santa Teresa (1682-1751), bispo do Algarve e anteriormente arcebispo de Goa; D. Frei Miguel da Anunciação (1703-1779), filho dos primeiros condes de Povolide e bispo de Coimbra; e D. Baltasar de Faria Villasboas (1716-1757), bispo de Elvas e ex-monsenhor da Patriarcal.

---

<sup>8</sup> Em 1748, a Jacobeia ainda não penetrara, pelo menos, num dos conventos dos cônegos regrantes de Santo Agostinho. Encontrámos um documento datado de 14 de Setembro de 1748, em que o Doutor Frei João de Azevedo, freire conventual da ordem de S. Bento de Avis, deputado do Sto. Officio, juiz-geral das três ordens militares, do Desembargo de S. Majestade e seu desembargador da Casa da Suplicação e visitador do Real Convento de Palmela, por nomeação de S. Majestade, informa o Prelado e mais freires daquele convento que, "tendo-o visitado assim em o Espiritual como em o Temporal, e tendo assistido aos actos da Comunidade", se apercebeu de que, sendo eles "verdadeiramente cônegos regrantes de S. Agostinho com leis particulares da Sé Apostólica, estatutos e definições da Ordem, as não observavam", o que originou "confusão e desordem naquela comunidade". Considerando que aqueles religiosos "são obrigados a aspirar à perfeição procurando em suas leis o argumento espiritual e também temporal", ordenou o cumprimento de uma série de determinações: que mais não são que as traves-mestras do programa de vida espiritual apresentado pelos jacobeus. Entre as determinações propostas por Frei João de Azevedo tomam particular destaque os jejuns e mortificações, o silêncio e a oração mental, o exame de consciência, as leituras espirituais e a prática dos sacramentos, especialmente o da penitência. Cf. ANTT. Casa Real (Documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças), Caixa 309 (1745-1810).

<sup>9</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 120.

Para atingir a perfeição, os jacobeus enumeravam como exercícios fundamentais da vida espiritual a oração mental quotidiana, o exame de consciência e a possível frequência dos sacramentos, sem esquecer as jaculatórias, a mortificação dos vícios e das paixões, a abnegação da própria vontade, os jejuns, a humildade, o desprezo do mundo, a modéstia no olhar, a pobreza e austeridade no vestir.

Para que se tornasse possível a concretização de um programa de vida tão rigoroso, os jacobeus consideravam absolutamente necessário que a condução da alma fosse entregue a um director espiritual fixo, e viam no confessor o espaço ideal para abordar assuntos de consciência, especialmente tratando-se de mulheres.

Davam os jacobeus intencionalmente às práticas da vida espiritual "dose notável de exterioridade", pretendendo, também, desta forma, prestar testemunho e promover a reforma dos indivíduos e das instituições. Mas a espiritualidade e ministério dos jacobeus, apesar de terem produzido muitas conversões, nunca mereceram a simpatia e aprovação de todos. A guerra declarada a vícios instalados ocasionava a suspeita dos contemporizadores e a revolta dos relaxados e irredutíveis.

Os atritos não se fizeram esperar e as acusações avolumaram-se à medida que a Jacobeia se ia tornando mais forte, e os seus membros se mostravam indiferentes às críticas e prosseguiam o seu ideal de vida.

Desde sempre, mas principalmente a partir de 1745, os rivais dos jacobeus recorreram a todos os processos para diminuir o valor destes e menosprezarem os seus propósitos: ridicularizavam o seu porte exterior e modo de vestir, escarneciam das suas práticas espirituais, apelidavam os jacobeus de "hipócritas" e "beatos" e acusavam-nos de "formarem conventículos".

Encontrámos, num folheto de cordel datado de 1746, a seguinte definição de jacobeu:

Sécia jacobeu é aquele virtuoso varão, que, inculcando-se todo espírito na observância da boa vida, é todo corpo para a execução dos seus apetites: escrupulizando dizer Missa no dia que toma ajuda de caldo de galinha; e para se livrar do escrúpulo ler todos os Moralistas mais clássicos de sua opinião, obstando-a por Sécia (como se por aquela parte se comera) e só em ter acólito instruído é que não escrupuliza a sua virtude: por Sécia metido na procissão, ou terço de Caridade, com o irmão Baltasar, para melhor pelas escadas, quando vai tirar as esmolos, para ver as servas de Deus, que lhe vêm trazer a caridade, que ele também lhe deseja fazer; já beijando o chão das Igrejas, com lábios de oração mental, todo ao modo que tem corrimentos, que não pode olhar para cima, porém sempre vendo até onde quer; confessado por Sécia todos os oito dias e há-de ser em certas religiões: andando sempre com um jarreta seu vizinho, que tem umas poucas de filhas, que este é o motivo porque anda com ele; e muitas vezes sucede o pobre velho capacitar-se da sua opinião, imaginá-lo virtuoso e casá-lo com Maricota, que é a mais velha, que nesta virtude vai purgar os seus pecados. Todo, quando vê imagem de Santo, como quem lhe dá um arrepiamento de corpo, fazendo os olhos papudos, e o certo é que estes por Sécia vão ao Inferno;

e o diabo é o mais interessado nas Sécias deste mundo. Enfim, hipócrita confirmado, no que se ostenta consumido. Jacobeu à moda, virtude al uso. Santo no parecer, posto que na realidade seja um Anti-Cristo: Sécia no mesmo caminho da virtude, que por ela alcança o invento da sua malícia.<sup>10</sup>

As críticas mordazes e a animosidade manifestadas contra os jacobeus dentro e fora das suas comunidades levaram a que, uma vez ou outra, os superiores tivessem que tomar posição contra os reformistas.

O ambiente era, havia muito, de grande tensão, mas a questão só deflagrou em 1745, quando começou a constar e depois se tornou público, através de declarações de pessoas autorizadas mas rivais dos jacobeus,<sup>11</sup> que havia em Portugal confessores [jacobeus] que usavam das notícias recebidas na confissão para, com ou sem autorização dos penitentes, corrigirem, por si ou por outrem, os cúmplices desses penitentes, e assim promoverem a reforma dos costumes em que andavam empenhados.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> *Diffinição da Sécia*. Venezia, Nella Stamperia Baglioni, 1746, pp. 12-13. Na produção literária, manuscrita e impressa, relativa à questão do sigilismo, são muitas vezes caracterizados, em prosa e verso, os jacobeus pelos seus rivais, mas estes casos foram já, na sua maioria, apresentados por Frei Pereira da Silva na sua tese. Cf. SILVA, António Pereira da. *Ob. cit.*, pp. 149-164. Optámos por transcrever esta definição de jacobeu, inserta, a par de muitas outras de sécias, num folheto de cordel, cuja impressão é evidentemente clandestina, por nunca a termos visto citada. A *fausse-adresse* utilizada tem uma relação directa com a realidade tipográfica. De facto, existiu em Veneza a Stamperia Baglioni, como se pode comprovar pela observação, entre outras, da seguinte obra: *Quaresimale Del Padre Paolo Segneri Della Compagnia de Gesù*. Venezia, MDCCLXXIV. Nella Stamperia Baglioni. Con Licenza de Superiori, e Privilegio. Também em outras obras literárias da época se encontram referências críticas e jocosas à actividade dos jacobeus. Frei Lucas de Santa Catarina, ao retratar o faceira lisboeta e a sua participação na procissão de Quarta-feira de Cinzas, com a intenção única de exercitar a sua arte de namorar, escreve: "Se acaso suceder ir pelas escadas do Carmo, diga que é a escada de Jacob, porque sobem e decem Anjos, pois há mulheres na Terra que parecem Anjos". «*Espadana Torina*», *Porcessionário Facético, Repartido pelas porções mais principais do Anno. Composto por Todos os Diabos*. In RODRIGUES, Graça Almeida. *Literatura e Sociedade na obra de Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)*. Lisboa, IN/CM, 1983, p. 149.

<sup>11</sup> Os jacobeus consideravam como seus principais rivais, mas não os únicos, os jesuítas. Acusavam os padres da Companhia de terem sido os principais responsáveis do facto de se ter radicado em Portugal a ideia de que havia confessores que perguntavam pelos cúmplices dos penitentes para fins extrínsecos ao sacramento da penitência, arguindo-os de *sigilistas*, e inculpavam-nos de os terem denunciado aos Cardeais Patriarca de Lisboa e Inquisidor-Geral. Cf. SILVA, António Pereira da. *Ob. cit.* p.192 e 221.

<sup>12</sup> Apesar de só em 1745 a questão ter deflagrado oficialmente, já em 1739 o Conselho Geral do Santo Ofício recebera informações de que "havia pessoas que se queixavam de que alguns confessores perguntavam no confessional aos penitentes quem eram os cúmplices das culpas de que se acusavam, e os obrigavam a manifestá-los, e que valendo-se daquela notícia, que de outra sorte não poderiam haver, os delatavam aos Superiores de que resultava serem castigados", e agiu de forma a apurar a verdade, enviando uma carta-circular aos seus informadores de Porto e Braga em que se pedia: "Recomendamos a V. M. nos informe na volta desta, se tem alguma notícia de que nesta Cidade, Bispado ou Província hajam confessores ou pregadores que pratiquem o referido, e se disso há queixa pública, ou particular e havendo-a ouvirá com muita cautela as pessoas queixosas. [...] E de tudo o que V. M. souber ou descobrir sobre esta matéria nos dará conta, dizendo quem são as pessoas que introduziram esse pernicioso abuso do Sacramento e que crédito merecem os informantes." As respostas dadas respectivamente por Manoel dos Reis Bernardes e Paulo Campelli deixam-nos pensar que não existia naquelas dioceses a prática do abuso condenado, afirmando em jeito de conclusão o primeiro informador: "[...] não me parece que estas notícias fossem adquiridas pelos confessionários por serem cousas manifestas a todos." Cf. A.N.T.T., Inq. de Lisboa, Processo nº 14.630.

De forma mais explícita, as acusações que impendiam sobre os confessores jacobeus eram, como se retira de um libelo da época, as seguintes:

Estes confessores imprudentes cometem muitos erros juntos. Primeiro: perguntam frequentemente pelos nomes dos cúmplices. Segundo: se os penitentes recusam declarar estas circunstâncias, lhes negam a absolvição. Terceiro: pedem licença para usar da notícia adquirida na confissão para o fim da emenda dos cúmplices, persuadindo que estão obrigados a dar-lha, e negando-lhes a absolvição, se lha não concedem. Quarto: usam desta licença assim extorquida, julgando que lhe é lícito fazê-lo assim. Quinto: Ainda que lhe não dêem a tal licença, usam do sigilo para procurar a emenda, e o castigo dos cúmplices, revelando-o aos Superiores<sup>13</sup>.

Numa palavra: os jacobeus foram acusados de anti-sigilistas, porque o abuso de indagar os cúmplices para fins exteriores à confissão é considerado violação ou atentado contra o sigilo sacramental. Não obstante, e paradoxalmente, passaram a ser designados pelos seus opositores por *sigilistas*, enquanto se intitulava a facção contrária de *anti-sigilista*.

Fazendo-se eco de vasto sector de opinião pública, mais fundada em queixas e boatos do que em casos provados, o cardeal patriarca, D. Tomás de Almeida, e o inquisidor-mor, D. Nuno da Cunha, agindo de comum acordo,<sup>14</sup> promulgaram a 6 de Maio de 1745, respectivamente, uma pastoral e um edital em que denunciaram publicamente a existência do abuso de perguntar pelos cúmplices e estabeleceram penas de suspensão e excomunhão para os confessores delinquentes e ainda para os penitentes e outras pessoas que, indagadas dos cúmplices ou sabedoras do abuso, lhos não denunciassessem. Nos documentos cardinalícios não se identificavam os confessores denunciados, mas aos olhos de todos, dados os antecedentes, era claro que se pretendia atingir os membros da Jacobeia.

As reacções à publicação da pastoral e edital foram, naturalmente, opostas. Os jacobeus, que negavam radicalmente a existência da praxe denunciada e perseguida (admitindo, no entanto, que se tivesse registado, por imprudência, algum caso), mostraram-se profundamente magoados, tanto mais que sentiam ter o Santo Ofício violado claramente a jurisdição episcopal ao chamar a si o direito de castigar os confessores que tivessem quebrado o dever de sigilo sacramental; os anti-jacobeus não esconderam a sua satisfação e aprovaram abertamente a atitude dos cardeais.

Para fazerem triunfar as suas posições, e prevendo que os jacobeus pudessem tomar qualquer iniciativa, os cardeais (patriarca e inquisidor) informaram, de imediato, o Papa da si-

---

<sup>13</sup> *Reflexões sobre a Pastoral que publicou o Excellentíssimo e Reverendíssimo Arcebispo de Évora em Domingo de Ramos, 3 de Abril de 1746*. S.l.n.d. [1746], p. 43.

<sup>14</sup> Esta intervenção conjunta dos cardeais prende-se com o facto de a pastoral de D. Tomás de Almeida produzir, unicamente, efeito no patriarcado de Lisboa. Para atingir as outras dioceses, muitas delas conduzidas por bispos jacobeus, só o Sto. Ofício tinha poderes. Mas, para isso, havia de considerar-se que o abuso caía na sua esfera de competências, o que se conseguiu transformando uma prática (indagação simples do cúmplice) numa doutrina própria dos autores do abuso. A doutrina foi, então, classificada como "errónea e injuriosa, mal soante, escandalosa e muito perniciosa, suspeita de heresia e mesmo herética", e como tal da competência exclusiva do Sto. Ofício. Cf. SILVA, António Pereira da. *Ob. cit.*, pp. 196-197.

tuação e pediram a sua intervenção na questão, solicitando-lhe a confirmação dos documentos por eles promulgados e da doutrina e disposições aí contidas.<sup>15</sup>

Bento XIV, unilateralmente informado e naturalmente sensível ao problema e ao facto de a denúncia do abuso ser feita pelos dois cardeais portugueses, promulgou, em 7 de Junho de 1745, o breve *Suprema*. Nele "reprovou e condenou como escandalosa e perniciosa, injuriosa à fama do próximo e ao sacramento da penitência, encaminhada à violação do sigilo e a apartar os fiéis do uso mui proveitoso e necessário do sacramento"<sup>16</sup> a praxe de indagar os cúmplices dos penitentes, tanto por simples persuasão como, sobretudo, por coacção. Louvou o zelo dos cardeais na condução do problema e recomendou aos bispos a extirpação do abuso nas respectivas dioceses.

Sendo essencialmente doutrinal, o documento papal não acautelou um ponto de extrema importância para as duas partes: o da competência para punir em caso de conhecimento do abuso. Esta indefinição teve, a breve prazo, graves consequências.

Os bispos, já ofendidos no seu zelo pastoral pelo edital do Sto. Ofício, viram no breve pontifício um segundo golpe dos cardeais portugueses e, decididos a fazerem ouvir as suas razões e a justeza das suas posições, dirigiram-se também ao Papa. Fizeram-no os arcebispos de Évora, Algarve e Braga, assim como os bispos do Porto, Coimbra, Elvas, Miranda, Lamego, Guarda, Portalegre e Viseu. Nas suas cartas informaram o Papa da inexistência do abuso condenado nas suas dioceses, lamentaram a ousadia dos cardeais, insurgiram-se contra o Sto. Ofício, por este se arrogar o direito de condenar os confessores delinquentes, violando a jurisdição ordinária,<sup>17</sup> e, acima de tudo, vincaram os inconvenientes que o preceito da denúncia do edital do Sto. Ofício trazia para o sacramento da confissão.

---

<sup>15</sup> Não são ainda hoje muito claras as razões que levaram os Cardeais portugueses a apresentarem ao Papa a questão do sigilismo, e as opiniões dividem-se nesta matéria. Frei Pereira da Silva, apoiado nos despachos enviados por Manuel Pereira Sampaio, ministro de D. João V na Cúria Romana, ao padre jesuíta João Baptista Carbone, em que se relatam os ataques que o Cardeal Oddi, antigo núncio apostólico em Lisboa, fez junto do Papa aos procedimentos do Santo Ofício português, "dando-lhes o título de Bárbaros", justifica a atitude dos Cardeais como uma tentativa de demonstrarem ao Papa, pelo seu zelo no caso dos cúmplices, a justiça dos seus procedimentos em geral. O Prof. Cabral de Moncada, por seu lado, considera que o verdadeiro espírito que animou os Cardeais em todo este conflito foi não a simples acusação formal do sigilismo, mas "uma outra acusação mais profunda, como que implícita, e cuja essência era manifestamente o pânico de quietismo e molinismo." Cf. SILVA, António Pereira da. «Documentos sobre Jacobeia, o Sigilismo e as Constituições de Bento XIV que têm por objecto a indagação dos cúmplices dos penitentes na Confissão». In *Itinerarium*, Braga, nº 7, 1961, pp. 279-340. [Fez-se separata]. São particularmente importantes as cartas I, II, III, e IV. IDEM, *Ob. cit.*, pp. 200-202 e MONCADA, Luís Cabral de. *Loc. cit.* pp. 341.

<sup>16</sup> Breve *Suprema*. Trad. de António Pereira da Silva. *Ob. cit.*, p. 231.

<sup>17</sup> É de salientar que em 1744, na obra *Prática de Confessionário*, composta por Fr. Jaime de Corella e traduzida em português pelo Padre Domingos Rodrigues Faya, se discriminam os casos reservados aos bispos, tratando-se no parágrafo XXII da "Revelação do Sigilo Sacramental". Ai se afirma: "É coisa certa e sabida que em nenhum caso, e por nenhum princípio é lícito ao Confessor revelar o sigilo da confissão sacramental. Este é o pecado que se reserva [aos Bispos] se o confessor revelar o tal sigilo." Esta afirmação é particularizada quando se enumeram os casos reservados aos bispos nos diferentes arcebispados e bispados portugueses, constando expressamente a revelação do sigilo sacramental no Patriarcado e Arcebispado de Lisboa, no Bispado da Guarda, de Viseu, de Portalegre e de Elvas. A situação estava claramente definida e nada levaria a pensar que cerca de dois anos mais tarde, a Inquisição, com o apoio do Cardeal Patriarca, chamasse a si o direito de punir os confessores que desrespeitassem o dever de guardar o sigilo da confissão. Cf. CORELLA, Jaime de. *Prática de Confessionário e explicação das Proposições condenadas pela Santidade de Inocencio XI e Alexandre XVII*. Trad. de Domingos Rodrigues Faya. Coimbra, António Simões Ferreira, 1744, pp. 229-239.

A obrigação de denunciar o confessor que perguntasse pelo cúmplice – sob pena de excomunhão maior – era inadmissível aos olhos dos prelados, pois, além de atentar contra a fama dos penitentes, contribuía para que os fiéis se afastassem daquele sacramento.

Bento XIV mostrou-se impressionado com as queixas dos bispos e fez-lhes saber que, se assim actuara, o fizera com base na pastoral e edital dos cardeais portugueses, e se limitara a expor no seu breve doutrina ortodoxa sobre a questão. No entanto, reconhecendo os inconvenientes da obrigação de denunciar o confessor imposta no edital da Inquisição, e não pelo seu breve, prometeu tomar disposições adequadas.

Iniciou, então, o Papa diligências junto das duas facções em dissídio, para diplomaticamente solucionar a questão, mas viu-se assediado por pressões muito fortes de ambas as partes interessadas, o que não favoreceu em nada a sua tentativa de apaziguamento.<sup>18</sup>

Para não desautorizar os cardeais, era intenção de Bento XIV permitir que o edital do Sto. Ofício continuasse em vigor; atendendo às queixas dos bispos, projectara a revogação do preceito de denúncia. Disto deu conta ao Inquisidor-Geral, e dele esperava uma declaração formal nesse sentido. Porém, após longas diligências pontifícias, D. Nuno da Cunha considerou que a supressão da cláusula da denúncia do edital deveria ser feita pelo próprio Papa e não pelo tribunal a que presidia.

Bento XIV apercebeu-se, de imediato, da necessidade de intervir directamente na questão do sigilismo e projectou fazê-lo através da promulgação de nova constituição pontifícia. A urgência dessa intervenção tornou-se ainda mais absoluta porque, na quaresma de 1746 [20 de Março], o Santo Ofício, indiferente às negociações conduzidas pelo Sumo Pontífice, inseriu, pela primeira vez, no edital anual dos casos reservados ao seu foro, o abuso do sigilismo. Face a esta nova invectiva dos cardeais, os bispos não se contiveram e lançaram-se abertamente na luta, protestando energicamente contra a atitude da Inquisição e reivindicando os seus direitos e prerrogativas.

Os arcebispos do Algarve e de Évora vieram a público com pastorais para darem a conhecer aos seus diocesanos o estado da questão e os dispensarem da obediência ao edital do Santo Ofício no que respeitava ao preceito da denúncia, por estar entregue ao Papa a solução do problema; o bispo de Elvas, por ter sido ministro do Santo Ofício, decidiu não publicar pastoral, mas, em carta dirigida a D. Nuno da Cunha, manifestou a sua apreensão pela forma precipitada como agira o Tribunal da Fé e teceu considerações pouco abonatórias a respeito dos editais da Inquisição; o bispo do Porto, por sua vez, fez sentir em Roma – no que foi secundado por outras personalidades – a necessidade urgente da intervenção pontifícia, pois

---

<sup>18</sup> D. João V manteve, praticamente até ao fim da controvérsia do sigilismo, uma neutralidade absoluta em relação a esta questão. A atitude do monarca, segundo o despacho de 19 de Abril de 1746 de Carbone para Sampaio, era a seguinte: «Vendo el-rei que a matéria de que se trata é meramente espiritual porque respectiva ao sacramento da penitência, e que a contenda é sobre jurisdição eclesiástica entre o Santo Ofício e os ordinários, cujo conhecimento é privativo da Sé Apostólica, não quis interpor a sua real autoridade nem manifestar a propensão do seu real ânimo a favor de qualquer das duas partes. Quer Sua Majestade que fique inteiramente livre a Sua Santidade a decisão da controvérsia, ouvidas as duas partes». SILVA, António Pereira da. *Loc. cit.*, p. 286 e segs.

essa era a única via para conter a situação e refrear o clima de paixão que envolvia as partes em litígio.

Mais: D. José Maria da Fonseca e Évora, dando mostras de grande imparcialidade, informou também o Papa que o conflito tinha tomado proporções degradantes, pois, após a publicação do edital quaresmal do Sto. Ofício, e das pastorais dos bispos de Évora e Algarve, surgiu uma "moltiplicità di scritti, y satyre per ambe le parti [...]",<sup>19</sup> que em nada contribuíam para a dignificação da Igreja portuguesa.

Data desta altura a elaboração pelos bispos portugueses de uma dissertação, cuja impressão foi feita clandestinamente, em que se apresentavam, conforme se retira do próprio título, os *Fundamentos que certas pessoas doutas sendo perguntadas ofereceram aos arcebispos e bispos de Portugal em defesa da sua jurisdição ordinária*.<sup>20</sup> Esta dissertação foi entregue ao Papa pelos procuradores dos bispos, sendo intenção dos prelados portugueses influenciar a prometida intervenção papal.

É neste mesmo período, imediatamente anterior à publicação da primeira constituição de Bento XIV [02.06.1746] e após a publicação da pastoral do arcebispo de Évora [01.04.1746], que são impressos clandestinamente e postos a correr quase todos os libelos favoráveis à Inquisição e ao Cardeal Patriarca, aos quais adiante daremos particular atenção.<sup>21</sup>

Bento XIV, consciente da necessidade urgente da sua intervenção, agiu, no entanto, com a maior prudência e só redigiu a nova constituição depois de levar a questão à congregação romana do Santo Ofício, a qual maioritariamente se pronunciou a favor dos bispos. Pela constituição *Vbi primum*, datada de 2 de Junho de 1746, o Papa confirmava a doutrina do breve *Suprema* e insistia na fiel observância das suas disposições. Proibia todos os confessores de, conforme a praxe referida e condenada no breve *Suprema*, indagarem dos penitentes o nome e morada dos cúmplices do pecado, sob pena de denegação da absolvição, caso os não manifestassem; cominava penas para os transgressores e estabelecia preceitos quanto à jurisdição competente para punir os confessores prevaricadores.

Isentando os penitentes, em causa própria, da obrigação de denunciarem os seus confesores, o Sumo Pontífice reduziu esta questão a duas situações, que Frei Pereira da Silva

---

<sup>19</sup> SILVA, António Pereira da. «Jacobeia, Sigilismo e Constituições de Bento XIV sobre a indagação dos cúmplices na Confissão» In *Itinerarium*. Braga, Ano VI - nº 28, Abril-Junho 1960, pp. 196-220. A carta a que se faz referência figura, neste artigo, com o número doze, pp. 215-216.

<sup>20</sup> A dissertação também correu manuscrita, como se comprova pelo exemplar existente na Biblioteca da Ajuda, integrado na miscelânea de impressos com a cota 55-III-42.

<sup>21</sup> A facção pró-inquisição, embora tivesse facilidade em recorrer a edições clandestinas, pôs também a circular textos manuscritos de conteúdo idêntico aos impressos, como se verifica pelo exemplar que localizámos dentro do núcleo documental da Inquisição de Lisboa e cujo título é o seguinte: *Pergunta-se se os confessores que persuadem aos penitentes a que lhes revelem os complices, e lhes deem licença para os denunciar ao Prelado para o fim de particularmente os corrigir negando a absolvição aos que os repugnam revelar, e afirmando que isto é lícito e do agrado de Deus, se devam denunciar ao Santo Tribunal e sejam sujeitos ao foro dele*. O texto, que se desenvolve ao longo de 14 fôlios, termina assim: "Logo o tal confessor afirma e pratica doutrina conexas com a proposição herética, e consequentemente fica sujeito a correção do Santo Tribunal da Inquisição". A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 14.630.

sintetizou da seguinte forma:

Se o acto de perguntar pelo cúmplice e recusar a absolvição fosse suspeito de heresia, revestido portanto de circunstâncias que tornassem o confessor suspeito de adesão à prática reprovada, como se fosse praxe lícita, ou, de qualquer outro modo, o fizesse suspeito de crença preversa, pertencia à Inquisição proceder contra o confessor; se o acto de perguntar pelo cúmplice, embora imprudente e repreensível, fosse, todavia *simples et nudus*, ou seja desprovido de circunstâncias que tornassem o confessor suspeito de crença preversa ou má adesão à praxe reprovada no breve *Suprema*, como sendo lícita, constituía delito cujo conhecimento pertenceria aos ordinários dos lugares, e não ao Santo Ofício, e portanto, também se não deveria denunciar ao tribunal da fé, mas aos ditos ordinários.<sup>22</sup>

A constituição *Vbi primum* foi recebida com manifestações de evidente agrado pelos jacobeus em geral e pelos bispos portugueses em particular. Três prelados – o de Évora, o do Algarve e o de Coimbra – publicaram pastorais em que transcreviam integralmente o texto latino da *Vbi primum* (sendo posteriormente publicada a tradução portuguesa), e exortavam os seus súbditos a "conformarem-se inteiramente com as prudentíssimas e sapientíssimas determinações de S. Santidade"<sup>23</sup>. D. Miguel da Anunciação, em carta de 13 de Setembro de 1746, dirigiu-se pessoalmente ao Papa para exprimir o júbilo imenso que sentira ao receber a constituição *Vbi primum*.

Muito diferente foi a reacção dos partidários do Santo Ofício. O Cardeal Patriarca de Lisboa não publicou a nova constituição e o Cardeal-Inquisidor agradeceu-a ao Papa mas não deixou de apresentar objecções e reservas ao conteúdo do documento, nomeadamente por não ser determinado quem procederia, em caso de dúvida, à qualificação do abuso. Sem darem mostras exteriores de abatimento, mas profundamente insatisfeitos com a nova constituição pontifícia, os partidários do Santo Ofício retomaram as suas diligências na cúria romana, para obterem direitos mais amplos e, se possível, exclusivos na questão do sigilismo, as quais vieram a culminar, cerca de três anos mais tarde, na publicação da quarta e última constituição nesta matéria: a *Apostolici ministerii*.<sup>24</sup>

O período que mediou entre a publicação das constituições *Vbi primum* [02.06.1746] e *Apostolici ministerii* [28.09.1749] foi marcado por acontecimentos que adensaram o clima de tensão e rivalidades entre partidários do Santo Ofício e próceres dos jacobeus, a ponto de exigirem nova intervenção papal.

Os bispos portugueses, denegridos em sucessivos libelos acusatórios, sentindo que praticamente lhes era vedada a possibilidade de resposta, recorreram a Luís António Muratori, erudito italiano e bibliotecário do duque de Módena, para que tomasse a sua defesa. Muratori, apoiado em documentação fornecida pelos jacobeus e em informações colhidas junto do padre

<sup>22</sup> SILVA, António Pereira da. *Ob. cit.*, pp. 301-302.

<sup>23</sup> Cf. IDEM. *Ibidem*, p. 310.

<sup>24</sup> A terceira intervenção de Bento XIV relacionada com a questão do sigilismo foi feita através da promulgação, em 28 de Setembro de 1746, da constituição *Ad eradicandum*. No entanto, parece não estar directamente relacionada com a contenda do sigilismo em Portugal. O Papa pretendeu, unicamente, com esta nova constituição, estender a toda a Igreja a condenação do erro e abuso do sigilismo.

Manuel Azevedo, procurador dos jacobeus na cúria romana, publicou, em 1747, o opúsculo *Lusitanae ecclesiae religio in administrando poenitentiae sacramento et Decretalis ea de re Sanctissimi Patris Benedicti XIV Pontificis propugnata*.

É o próprio Muratori que, em carta dirigida a Verney e datada de 1 de Janeiro de 1747, confia o seu envolvimento na questão do sigilismo:

Se pudéssemos falar cara a cara, sempre te produziria algumas considerações que, de modo algum, penso eu, reverteriam em honra e glória. daquele aliás, sem dúvida, sempre venerando Tribunal. Ficarás sabendo, com efeito, (e desejo que só tu o saibas) que, mesmo sem ter saído de Módena, fiz, há pouco uma viagem até Lisboa. e fiquei conhecendo muitas coisas que ali se têm passado nestes dois últimos anos. Poderá mesmo acontecer que aquilo que aí vi e aprendi venha a tornar-se público.<sup>25</sup> (Tradução do Prof. Cabral de Moncada.)

A participação de Muratori na questão portuguesa do sigilismo causou viva indignação entre os adeptos do Santo Ofício. Profundamente desagradados com o conteúdo da constituição *Vbi primum*, os partidários da Inquisição viram na publicação do opúsculo do Muratori uma segunda ameaça à solidez das suas posições, pelo que decidiram, de imediato, impugná-lo. Fizeram-no através da publicação de duas obras, em que o tom violento e agressivo contra a pessoa e obra de Muratori é uma constante.

Uma, da autoria de Miguel de Ataíde Corte-Real, penitenciário da Sé de Faro, saiu à luz do dia sob o anagrama de Ramiro Leite Gatada Luneira de Recibade e intitula-se MURATORI / SIMULADO / ARGUIDO COM AS SUAS MESMAS DOUTRINAS / e convencido nas allegaçoes, em que se firma, principal- / mente nas tres Bullas do / SANTISSIMO PADRE / BENEDICTO XIV. / Suprema, Vbi primum, Ad eradicandum, EXPEDIDAS PARA CONDEMNAR A ABOMINAVEL / praxe de extorquirem os Confessores dos penitentes as cir- / cunstancias para conhecerem aos complices dos seus / peccados, contra o qual abuzo haviam já publicado / seus acertadissimos e prudentissimos Edictos em / Mayo de 1745 / Os Eminentissimos Senhores Cardeaes / INQUISIDOR GERAL, / E PATRIARCA. / EM QUE SE ACHA INTEIRAMENTE INSERTO O / Papel, que nesta Corte appareceo a favor dos Ordinarios, / intitulado *Lusitanae Ecclesiae Religio*, com o nome de / Luis Antonio Muratori, Bibliothecario do Duque / de Modena, / respondido Capitulo por Capitulo / POR RAMIRO LEITE GATADE / LUNEIRA DE RECIDABE. / a instancias de / RUBERTO ANNIBIO DEIRO.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> MONCADA, Luís Cabral de. *Estudos de História do Direito*. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 3 vols. (1948-1950); vol. III; *Século XVIII - Iluminismo Católico Verney: Muratori*, Carta VII, pp. 269-273. Nessa mesma carta, Muratori deixa no ar a ideia de que Verney está, também, implicado na defesa da posição dos Jacobeus: "[...] nasce-me a suspeita de tu estares também tratando em Roma da mesma questão e dos interesses do teu piíssimo Arcebispo." Em cartas posteriores, que oportunamente citaremos, Muratori e Verney foram tecendo comentários sobre a evolução da situação e fica claro que Verney, apesar do extremo cuidado em não revelar a sua posição, foi, de facto, apoiante das ideias dos Jacobeus.

<sup>26</sup> Este libelo, dado como impresso «En Sevilla con licencia en la Imprenta Real. Casa del Correo Viejo. Año de 1747», foi impresso clandestinamente. A ele nos referiremos adiante, de forma mais pormenorizada.

A outra obra, da responsabilidade de Dionísio Bernardes de Moraes, tem como título:

CORVSCATIONES / DOGMATICAS. / VNIVERSO ORBI TERRAE / PROREC-  
TA / SACRAMENTI POENITENTIAE: / Administratione refulgentes. / IN VARIOS  
DISTRIBVTAS RADIOS. / quibus noxia praxis detegendi complices / destrutor. /  
ATQUE VARIAE PROPOSITIONES / TVM MORINI, TVM MVRATORII, / tum  
aliorum / DISSIPANTVR, / SERENISSIMO, ET AVGVSTISSIMO / BRASÍLIAE  
PRINCIPI / D. D. JOSEPHO / S.D.C.O. / D. DIONYSIVS BERNARDES / DE  
MORAES. VLYSSIPONE, / Typis MICHAELIS RODRIGUES, / Eminentissimi  
Domini Cardinalis Patriarchae Typog. / [Tranca] / MDCCXLVIII. / Cum facultate  
Superiorum.

É particularmente significativo o passo da carta que, em 18 de Dezembro de 1748, Verney endereçou a Muratori, pelos comentários tecidos acerca da publicação de *Coruscationes dogmaticae*. Aí se afirma:

Como desejaria conversar contigo para apreciarmos o atraso mental, a ignorância, o impudor, e a maledicência do homem! E que dizer do estilo inteiramente gótico e arábico! Como contar os solecismos e barbarismos? Que direi mais? Direi somente isto: tudo o que o livro contém é inépcia. Para não falar já nas monstruosidades tipográficas. Mas para que estou eu aqui a levar corujas para Atenas! Com efeito, não me parece provável que tu não o tenhas lido e folheado: chego mesmo a crer que estás meditando alguma resposta.<sup>27</sup> (*Tradução do Prof. Cabral de Moncada.*)

Muratori, no entanto, não tinha conhecimento do que se estava a passar em Lisboa, e disso deu conta a Verney, em carta de 27 de Dezembro de 1748:

É a primeira vez que oiço da tua boca o nome de \* \* \*. Quanto ao livro, à nacionalidade e inclusivamente ao argumento do autor, ignoro tudo. (*Tradução do Prof. Cabral de Moncada.*)

E acrescenta, noutro passo da sua carta:

Dizes tu que eu devo empunhar as armas contra esse petulante. Tenho muita consideração pelas tuas opiniões. Mas como hei-de conseguir que me seja enviado o livro de \* \* \*? Se souberes que ele está à venda em alguma parte manda-me dizer.<sup>28</sup> (*Tradução do Prof. Cabral de Moncada.*)

Em 19 de Dezembro de 1749, Luís António Verney informa Muratori de que já lhe enviara o livro de Bernardes, "o qual é a coisa mais estulta e malévola que se poderia imaginar" e conclui: "o que há a fazer lá o verás: só tu o sabes."<sup>29</sup> Estava tudo a postos para

<sup>27</sup> IDEM. *Ibidem*, carta nº VIII, pp. 284 - 287. Verney termina esta carta dando elementos a Muratori para refutar a obra de Dionísio Bernardes de Moraes e exorta-o a fazê-lo nestes termos: "Ora se isto fizeres, não só terás feito bem, como terás os agradecimentos de todos os varões doutos que aguardam com o maior interesse esta tua locubração." Na carta de 4 de Janeiro de 1749, Verney volta ao assunto e recomenda a Muratori: "Não te apoquentes com a petulância do homem! Uma coisa entendo que é necessário: fazer corar com um puxão de orelhas a este Bernardes. Isto seja lícito dizer aqui entre nós, à puridade." Cf. *Ob. cit.*, carta nº XV, pp. 289-291.

<sup>28</sup> IDEM. *Ibidem*, carta nº XIV, pp. 288-289.

<sup>29</sup> IDEM. *Ibidem*, carta nº XX, pp. 300-302.

Muratori se defender das acusações dos adversários portugueses. No entanto, tal não aconteceu, pois o erudito italiano faleceu em 23 de Janeiro de 1750.

Na quaresma de 1747, surgiu novo incidente, que fez extremar ainda mais as posições dos apoiantes da Jacobeia e do Santo Ofício.

A Inquisição, ao promulgar o edital anual com os casos reservados, indiferente ao conteúdo das constituições pontificias, incluiu nele a cláusula dos cúmplices, o que causou viva indignação entre os prelados portugueses, tendo o arcebispo de Évora, D. Frei Miguel de Távora, publicado nova pastoral, de conteúdo semelhante às anteriores.

Em Setembro desse mesmo ano [1747], os inquisidores conseguiram, pela primeira vez, identificar um caso de confessor sigilista. Tratava-se de um quartanário da Sé de Évora, padre José da Cruz, que, onze anos antes, inquirira aos penitentes os nomes dos cúmplices. Este caso, punido pela Inquisição e defendido em Portugal e Roma pelos jacobeus,<sup>30</sup> reforçou a posição do tribunal do Santo Ofício, e deu novo fôlego aos seus partidários para diligenciar junto do Papa a promulgação de nova constituição pontificia, favorável aos seus interesses. Os jacobeus, porém, não se deixaram abater e mostraram-se dispostos a lutar pelo triunfo das suas posições, tanto mais que, a partir de 1742, Frei Gaspar da Encarnação fora chamado a desempenhar o cargo de ministro de gabinete de D. João V, por este se encontrar gravemente doente.

Embora, desde 1747, o Papa fosse molestado por impertinentes pressões de ambos os lados na Cúria Romana, não se esperaria que alterasse a posição firme que manifestara desde o início. Mas alguma coisa mudou em 1749, quando os partidários do Santo Ofício conseguiram obter, através de bem urdidadas intrigas, a anuência do rei em escrever ao Sumo Pontífice a favor das pretensões da Inquisição.

Revogada a neutralidade régia, por processos pouco lineares, Bento XIV acabou por condescender com os interesses do Paço e do Santo Ofício. Ao promulgar a constituição *Apostolici ministerii*, manteve intacto o lado doutrinal da questão e confirmou o conteúdo do breve *Suprema* e da constituição *Vbi primum*. Porém, no que dizia respeito ao aspecto da jurisdição, o Sumo Pontífice foi ao encontro dos interesses do Santo Ofício,<sup>31</sup> pois determinou "que se denunciasse todo e qualquer confessor delinquente, sempre e em todo o caso, ao Tribunal da Inquisição".<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> Os jacobeus apresentaram como explicação e atenuante para o procedimento do padre José da Cruz o facto de a indagação do cúmplice do penitente ter ocorrido fora da confissão. Cf. SILVA, Fr. António Pereira da. *Ob. cit.*, p. 345.

<sup>31</sup> Afigura-se-nos importante destacar que, ao contrário do que é afirmado por alguns autores, nomeadamente Joaquim Martins de Carvalho (*Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, pp. 315-316) as constituições pontificias não são contraditórias entre si. O Papa, nos documentos promulgados sobre a questão, manteve sempre a linha doutrinal definida inicialmente no breve *Suprema*, e em todos transcreveu ou citou, a fim de confirmar, o referido breve. As divergências fizeram-se sentir unicamente ao nível da definição de competências para punir os confessores que prevaricassem [questão de direito] e, essas sim, estão relacionadas com as pressões que uma e outra parte exerceram sobre o Pontífice para fazerem triunfar as suas ideias.

<sup>32</sup> SILVA, Fr. António Pereira da. *Ob. cit.*, p. 366.

Os poderes dos Bispos nesta questão não foram de todo anulados, pois, pela quarta constituição de Bento XIV nesta matéria, ficou determinado o seguinte:

Desde que os inquisidores proferissem a sentença sobre o foro competente para julgar a causa, queria e determinava Bento XIV que se esta fosse adjudicada ao Santo Ofício, o réu ficasse debaixo do poder deste e fosse punido segundo as leis e regras do tribunal; se se concluísse que a causa não pertencia ao Santo Ofício, o tribunal, observando os seus costumes, deveria soltar o réu, e o procurador informaria disto o Ordinário para, segundo as normas de direito, proceder contra ele no tribunal diocesano<sup>33</sup>.

A constituição *Apostolici ministerii*, efusivamente recebida pelos partidários da Inquisição, magoou os bispos portugueses, mais pelos antecedentes do litígio do que pelo próprio conteúdo, pois, segundo o testemunho de um autor pró-jacobeu, a nova constituição apenas atribuiu a mais ao Santo Ofício português «o conhecer se o pecado de perguntar pelo cúmplice é simples ou qualificado».<sup>34</sup> Tanto assim que nenhum dos prelados diocesanos, ao contrário do que aconteceu na altura da promulgação das anteriores constituições, protestou ou exprimiu publicamente o seu descontentamento face ao novo documento papal.

A partir deste momento e até 1752, os jacobeus, sem renunciarem às suas convicções, preocuparam-se, essencialmente, com a prossecução da reforma a que se tinham votado e multiplicaram as diligências na cúria romana para obterem a confirmação pontifícia da reforma Jacobeia, com o desejo secreto mas evidente de, por via indirecta, fazerem triunfar as suas ideias.

O clima de paixão que presidiu a toda esta contenda começou a atenuar-se<sup>35</sup> e a morte da maioria dos seus protagonistas, ocorrida entre 1750 e 1760, refreou gradualmente os ânimos.<sup>36</sup> A questão teria caído para sempre no esquecimento se, poucos anos mais tarde, o Marquês de Pombal a não tivesse feito ressuscitar, com objectivos políticos bem determinados.

---

<sup>33</sup> SILVA, António Pereira da. *Ob. cit.*, p. 368.

<sup>34</sup> *Resposta ao Memorial sobre o Scisma do Sigilismo*. B.G.U.C., nº 1604, fol. 85 *apud* SILVA, Fr. António Pereira da. *Ob. Cit.*, p. 372.

<sup>35</sup> Naturalmente, o ambiente de acusações e denúncias não cessou de um momento para o outro. Se, oficialmente, a querela parecia sanada após a publicação da constituição *Apostolici ministerii*, há documentação a atestar que, alguns anos mais tarde, se esgrimia ainda com as armas do sigilismo. Em 6 de Fevereiro de 1752, o comissário António Ferreira de Sá Sarmento informa o Presidente e os Inquisidores Apostólicos que em Miranda "ainda prossegue o erro dos fractores do sigilo sacramental", e acusa o Padre Frei Afonso da Conceição, trinitário descalço do hospício da cidade, de ter perguntado pelo cúmplice do pecado, no acto da confissão, à penitente Antónia da Ponte, moça solteira, moradora na mesma cidade. Não sabemos como actuou a Inquisição face a esta situação, pois o processo é unicamente constituído pela denúncia. *Cf.* A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 13.912. Nesse mesmo ano [1752] foi publicado um número do *Anónimo* que tem por título «Retratos do Hipócrita e Anti-Hipócrita». Parece-nos evidente, tal como sublinhou Marie Hélène Piwnik, haver uma relação próxima entre este e a questão do sigilismo em Portugal. O retrato que se faz do Hipócrita coincide com a imagem que os partidários do Santo Ofício criaram dos jacobeus, e que tanto usavam para os denegrir. (*Cf.* nº 14. pp. 291 - 297).

<sup>36</sup> Em 1750 faleceram D. João V, o Padre Carbone, Manuel de Sampaio e D. Nuno da Cunha; em 1751, morreu D. Inácio de Santa Teresa; em 1752, Frei Gaspar da Encarnação e D. José Maria da Fonseca e Évora; em 1754, D. Tomás de Almeida; em 1755, D. Baltasar de Faria Villasboas; em 1758, Bento XIV; e, no ano seguinte, D. Miguel de Távora.

### 3.2. INTERVENÇÃO POMBALINA E REABERTURA DA CONTENDA (1768)

Quando em 1768 a questão do sigilismo renasce, o quadro político-religioso encontra-se completamente alterado.

A D. João V, falecido em 31 de Julho de 1750, sucedera o seu filho D. José, que, ainda príncipe-herdeiro, se manifestara simpatizante da facção apoiante da Inquisição, na questão do sigilismo. Não era por acaso que Dionísio Bernardes de Moraes lhe dedicava, em 1748, as *Coruscationes Dogmaticae*, obra em que se impugnava, como atrás referimos, a dissertação que Muratori compusera a favor dos bispos portugueses.

Desde o início do seu reinado, D. José rodeou-se de rivais dos jacobeus, e a influência espiritual por estes exercida foi progressivamente asfíxiada, ao mesmo tempo que o regalismo, como concepção jurídico-religiosa defensora da supremacia do poder temporal sobre o espiritual, se foi enraizando no país. Para isto contribuiu decisivamente Sebastião José de Carvalho e Mello, chamado por D. José, em 6 de Agosto de 1750, a desempenhar o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, mais tarde, nomeado Ministro do Reino.

Luís Cabral de Moncada, ao fazer a caracterização deste período, põe em destaque a "entrada em cena de um novo protagonista que aparece em primeiro plano na luta contra a Jacobeia",<sup>37</sup> e, de imediato, o identifica:

Este novo protagonista não é rigorosamente uma pessoa; é uma ideia impessoal, um princípio abstracto; é, numa palavra, o *Iluminismo* regalista e racionalista do século ou, se o quisermos personificar num homem, Pombal, em cujas mãos nada místicas, antes assaz profanas, se acha colocado, a partir de então, com mais vigor do que nunca, o Tribunal do Santo Ofício como instrumento da sua política.<sup>38</sup>

Não podemos interpretar como acto isolado a atitude tomada pelo Poder josefino para com os jacobeus. Trata-se apenas de mais um episódio político a acrescentar a uma cadeia em que se integram sucessivamente, visando os mesmos objectivos e atestando o princípio regalista do primado do poder temporal sobre o espiritual: o massacre dos Távoras [1758]; a expulsão dos Jesuítas [1759]; o corte de relações diplomáticas com a Santa-Sé [1760]; a renovação do beneplácito régio [1760, sendo-lhe outorgado carácter definitivo por lei de 6 de Maio de 1765]; a criação da Real Mesa Censória [1768] e a conversão da Inquisição em tribunal régio com o título de Majestade.

D. Miguel da Anunciação continuava, naquela altura, a dirigir a diocese de Coimbra e era, desde 1759, o único chefe dos jacobeus, protagonista da contenda de 1745, ainda vivo. Fiel aos princípios reformistas jacobeus, via com apreensão a invasão das doutrinas regalistas e ainda antes de ser preso, em 1768, manifestou a sua discordância com os teólogos e juristas de Sebastião José. Ninguém duvidava, muito menos Pombal, de que o bispo de Coimbra era

<sup>37</sup> MONCADA, Luís Cabral de. «Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII». *Loc. cit.*, p. 354.

<sup>38</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 354.

um acérrimo defensor do curialismo ultramontano, e esta divergência ideológica fez reacender a querela do sigilismo, como sublinhou Cabral de Moncada:

Foi da oposição entre estas duas forças, o *regalismo* e o *curialismo* ultramontano, que resultou o novo choque que fez renovar a velha questão do Sigilismo. Simplesmente esta questão aparece-nos agora enxertada numa questão mais geral, toda de intenção política: a da *supremacia do poder real sobre a Igreja* e a da religião oficial do Estado, fria, institucional e objectiva, sobre a verdadeira piedade, mística, subjectiva e ardente.<sup>39</sup>

O pretexto para a reabertura do conflito surgiu em 1768, quando o bispo-conde de Coimbra, alarmado com as proporções que o regalismo e materialismo atingiam em Portugal, mandou ler nas igrejas da sua diocese uma pastoral manuscrita, datada de 8 de Novembro ( e que não sujeitara ao beneplácito régio), proibindo aos seus diocesanos, sob pena de excomunhão, a leitura dos livros que tinham sido publicados nos últimos tempos "contra a religião revelada, contra a pureza dos costumes e contra a obediência devida aos soberanos".<sup>40</sup> Entre eles, a par das obras dos enciclopedistas franceses, encontravam-se as de Dupin e Febronius,<sup>41</sup> os clássicos regalistas inspiradores do regime, e dos teólogos e juristas da corte.

É óbvio que D. Miguel da Anunciação, ao elaborar o seu *index* de livros proibidos, se colocava em conflito aberto com as leis vigentes no país e se expunha a uma sanção violenta.

Esta não se fez esperar. Considerando-se que a pastoral era um atentado contra a autoridade régia, ao usurpar atribuições da Real Mesa Censória, e um desafio do curialismo romano ao regime regalista vigente, D. Miguel da Anunciação foi preso a 8 de Dezembro desse ano [1768], transportado para Lisboa e encerrado no forte de Pedrouços, cárcere em que esteve praticamente isolado mais de oito anos.

Por carta régia de 9 de Dezembro, fez-se saber ao cabido da Sé conimbricense que o seu bispo caíra em crime de lesa-majestade, ficando "reputado por morto e o governo do bispado vago e órfão de próprio pastor", pelo que se devia "constituir vigário capitular [...] enquanto não houvesse legítimo prelado diocesano".<sup>42</sup>

Cometeu-se à Real Mesa Censória o exame da Pastoral, e, em conformidade com o parecer dado pelos seus censores (Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, Frei Inácio de S. Caetano e João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho), proferiu aquele tribunal, em 23 de Dezembro, a sentença em que se declarava o bispo-conde réu de «rebelião notória» e de «sedição manifesta», se qualificava a pastoral de «prejudicial, imprudentíssima e sediciosa»<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 355.

<sup>40</sup> Cf. Pastoral do Bispo de Coimbra transcrita em SILVA, António Pereira da. *Ob. cit.*, pp. 395 - 399.

<sup>41</sup> Tratava-se respectivamente das seguintes obras: *De antiqua Ecclesiae disciplina Dissertationes historicae* e *De statu Ecclesiae et legitima potestate Romani Pontificis*.

<sup>42</sup> Cf. Carta régia de 9 de Dezembro de 1768 transcrita em SILVA, António Pereira da. *Ob. cit.*, pp. 402-407.

<sup>43</sup> Cf. «Sentença da Real Meza Censória sobre a Pastoral Manuscrita, e datada de 8 de Novembro Proximo Passado, que o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação espalhou clandestinamente pelos Parocos da sua Diocese (sic), proferida no dia 23 de Dezembro de 1768», in *Collecção das Leys Promulgadas e Sentenças proferidas nos casos da infame Pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação: das seitas dos*

e se ordenava que esta fosse lacerada e publicamente queimada com pregão na Praça do Comércio pelo executor da Justiça, o que aconteceu logo no dia imediato [24.12.1768], na presença de Diogo Inácio de Pina Manique, corregedor do crime do bairro de Belém.

A sentença da Real Mesa Censória sobre a pastoral do bispo de Coimbra foi, de imediato, impressa, tal como ficara determinado na própria sentença, para que pudesse ser "afixada nos lugares públicos desta cidade e remetida a todas as Cabeças de Comarca e Villas Notáveis."<sup>44</sup> Pretendia-se dar-lhe ampla divulgação, para que, noutra qualquer situação, ninguém pudesse alegar ignorância.

Foi assim impressa a obra cuja descrição bibliográfica damos a seguir:

SENTENÇA / DA REAL / MEZA CENSORIA / CONTRA / A PASTORAL MANUSCRIPTA, / e datada de 8 de Novembro próximo passa- / do, que o Bispo de Coimbra D. Miguel / da Annuniação espalhou clandesti- / namente pelos Parocos da / sua Diocese, / *PROFERIDA / NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 1768.* / [Escudo das armas reais] / LISBOA / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. / [Filete.] / MDCCLXVIII.

Esta espécie apresenta uma particularidade bibliográfica digna de registo.

Se durante algum tempo a *Sentença da Real Mesa Censoria Contra a Pastoral Manuscrita do Bispo de Coimbra* foi considerada a primeira obra impressa pela Régia Oficina Tipográfica, investigações posteriores, levadas a cabo pela equipa responsável pela inventariação das obras dadas à estampa pela Imprensa Nacional desde a sua fundação, afastaram tal asserção, apresentando como probatórios os seguintes factos:

A Imprensa Régia foi fundada nos últimos dias do ano de 1768, tendo apenas começado a funcionar em 1769, como mostram os registos. Ora, esta *Sentença* está registada, sim, mas em 1779, junto com outras peças de legislação também do ano de 1768. Porém, se nalgumas delas vemos a designação de se tratar de uma reimpressão, o mesmo não acontece com a *Sentença*.<sup>45</sup>

E conclui-se:

É verdade, no entanto, que foi impressa em 1768, mas na oficina de António Rodrigues Galhardo.<sup>46</sup>

De facto, se consultarmos a COLLECÇÃO / DAS / LEYS. DECRETOS, / E ALVARRÁS, / QUE COMPREHENDE O FELIZ REINADO / DEL REY FIDELISSIMO / D. JOSÉ O I. / NOSSO SENHOR / Desde o anno de 1761 até o de 1769. / TOMO II. / [Escudo das armas reais.] / LISBOA / Na Offic. de ANTONIO RODRIGUES GALIARDO / Impressor da

---

*Jacobeos e Sigilistas, que por ocasião dela se descobriram neste Reino de Portugal: e de alguns editaes concernentes às mesmas matérias.* Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1769, pp. 5-24.

<sup>44</sup> *Ibidem*, pp. 23-24.

<sup>45</sup> CANAVARRO, Pedro, *et alii. Imprensa Nacional. Actividade de uma Casa Impressora.* Vol. I 1768-1800. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975, p. 248.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 248.

Real Meza Censoria. e do Eminentissimo Cardeal Patriarca. / [Tranca.] MDCCLXXVI. onde o impressor discrimina as leis impressas na sua officina. logo nos damos conta de que. no ano de 1768, em penúltimo lugar e relativo ao dia 23 de Dezembro. se assinala a impressão da referida *Sentença*. Mais ainda, em última posição e com data imediatamente posterior [24 de Dezembro], é registada a impressão do alvará que criou de novo uma Impressão Régia.

É falsa, portanto, a indicação da officina que figura na portada daquela obra, mas a sua comparação com outras impressas na Régia Officina Tipográfica leva-nos a admitir como provável ter António Rodrigues Galhardo utilizado já nesta impressão algum do material tipográfico da futura officina. A vinheta ornamental [escudo das armas reais portuguesas] que figura na folha de rosto da *Sentença* foi, posteriormente, utilizada em muitas obras impressas na officina real. Tal circunstância aliada à proximidade da data da entrada em funcionamento da Régia Officina Tipográfica, contribuiu para que só cerca de dois séculos mais tarde se deslindasse este caso de fraude editorial.

**SENTENÇA  
DA REAL  
MEZA CENSORIA**

CONTRA

A PASTORAL MANUSCRIPTA,  
e datada de 8 de Novembro proximo passado,  
que o Bispo de Coimbra D. Miguel  
da Annuniação espalhou clandestinamente  
pelos Parocos da  
sua Diocefe,

PROFERIDA

NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 1768.



**LISBOA**  
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

M. DCC. LXVIII



Portada de *Sentença da Real Meza Censória contra a Pastoral Manuscripta [...] que o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anuniação espalhou clandestinamente ...* dada como impressa em Lisboa na Régia Officina Tipográfica, em 1768.

**ESTATUTOS  
DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA**  
COMPILADOS DEBAIXO DA IMMEDIATA  
E SUPREMA INSPECÇÃO  
**DE ELREI D. JOSÉ I.**  
NOSSE SENHOR  
PELA JUNTA  
**DE PROVIDENCIA LITERARIA**  
CREADA PELO MESMO SENHOR  
PARA  
A RESTAURAÇÃO  
**DAS SCIENCIAS, E ARTES LIBERAES**  
NESTES REINOS, E TODOS SEUS DOMINIOS  
ULTIMAMENTE ROBORADOS  
**POR SUA MAGESTADE**  
NA SUA LEI DE 28 DE AGOSTO DESTE PRESENTE ANNO.



**LISBOA**  
NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.

ANNO MDCCLXXII  
DE ORDEM DE SUA MAGESTADE.

Folha-de-rosto de *Estatutos da Universidade de Coimbra*, obra impressa em Lisboa na Régia Officina Tipográfica, em 1768.

Encontramo-nos perante uma situação que podemos considerar, no mínimo, pouco comum, pois fez-se questão que uma oficina tipográfica ainda não existente, se bem que em vésperas de iniciar a sua actividade, assumisse a paternidade de uma obra, sendo nítido ter havido consciência plena do peso que exercia sobre a Opinião Pública o facto de um documento daquela natureza sair de uma Régia Oficina Tipográfica e não de uma qualquer oficina particular. Era a legitimação pública de um "processo-relâmpago em que o réu nem sequer fora ouvido".<sup>47</sup> ou, muito simplesmente, uma manifestação evidente de Poder.

Decidida a erradicação dos jacobeus, faltava ainda desferir dois golpes para que o desmantelamento daquele movimento reformista fosse total. Um visava proceder à condenação dos princípios que enformavam a espiritualidade jacobea; o outro pretendia amarrar para sempre os jacobeus à condenação de sistemática violação do sigilo sacramental.

No cumprimento do plano delineado e para atingir o primeiro objectivo, foi incumbida a Real Mesa Censória, por decreto de 19 de Janeiro de 1769, de elaborar um *Juizo Decisivo sobre o livro intitulado Teses, máximas, exercicios e observâncias espirituais da Jacobea*, que se dizia encontrado entre os papéis do bispo de Coimbra, e escrito pelo seu próprio punho.

Não sem antes identificar os jacobeus com os fariseus e de considerar que as máximas da Jacobea eram "cópia do sistema jesuítico".<sup>48</sup> pronunciou-se a Real Mesa Censória, em jeito de conclusão, deste modo:

As máximas, princípios e teses da Jacobea são soberbas, hipócritas, cismáticas e sediciosas. Elas têm por fins o fanatismo e a ilusão dos Povos com aparências vãs de Religião e de virtude, e conservá-los na mais profunda ignorância de tudo o que é sólida piedade e do que é o espírito verdadeiro da religião que professam. Elas seriam capazes de armar os vassallos uns contra os outros e de arruinar completamente o Estado<sup>49</sup>.

Baseada neste parecer, a mesma Real Mesa Censória proferiu, em 3 de Abril [1769] a sentença final, em que determinou que todos os exemplares de *Teses, máximas, exercicios e observâncias gerais da Jacobea*, "treslados deles ou de qualquer das suas partes", fossem

---

<sup>47</sup> MONCADA, Luís Cabral de. *Loc. cit.*, p.357.

<sup>48</sup> «Juizo Decisivo que a Real Mesa Censoria com o pleno concurso de todos os seus Deputados e assistencia do Procurador da Coroa estabeleceo de uniforme acordo nas repetidas sessões que nella se tiveram em execução do Decreto de 18 de Janeiro de 1769 em que S. Magestade mandou ver e consultar o livro intitulado *Theses, Maximas, Exercicios e Observancias Espirituais da Jacobea*». in *Collecção da Leys Promulgadas e Sentenças proferidas nos casos da Infame Pastoral do Bispo da Coimbra D. Miguel da Anunciação ...* Lisboa. Régia Oficina Tipográfica, 1769, p. 65, parágrafo 242. A comparação com os fariseus é feita logo no parágrafo primeiro, p. 3 e estende-se até ao parágrafo 26, p.10. Não deixa de ser interessante verificar que os Jesuitas, os principais opositores dos jacobeus na questão do sigilismo, foram no periodo pombalino não só acusados de serem os seus mentores mas de serem os próprios autores do erro atribuído aos jacobeus. Esta afirmação, que se deduz da leitura do *Juizo decisivo*, pode ser ilustrada pela obra *Doutrinas da Igreja sacrilegamente offendidas pelas Atrocidades da Moral Jesuítica que foram expostas no Appendix do Compendio Histórico e Deduzidas pela mesma ordem numeral do referido Appendix, para servirem de correcção aos abominaveis erros, e execrandas impiedades daquella pertendida Moral, inventada pela Sociedade Jesuítica para a conquista, e destruição de todos os Reinos e Estados Soberanos*. Lisboa. Régia Oficina Tipográfica, 1772.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 94, parág. 343.

publicamente lacerados e queimados com pregão na Praça do Comércio, pelo executor da Alta Justiça".<sup>50</sup>

Quanto a este libelo, que Cabral de Moncada classifica de "mistifório confuso e caótico de dados extraídos da história da Cristandade sem qualquer rigor crítico",<sup>51</sup> escreve Agustina Bessa Luís:

O *Juízo Decisivo* sobre o livro de máximas Jacobeias foi pronunciado com aquele impudor político que Sebastião José usou nos momentos mais decisivos do seu mandato.<sup>52</sup>

Restava, para rematar a questão, a condenação pública dos jacobeus como sigilistas. Para o efeito, por incumbência oficial do governo, escreveu José Seabra da Silva, desembargador da Casa da Supplicação e procurador da Coroa, o libelo intitulado:

MEMORIAL / SOBRE / O SCISMA / DO SIGILISMO / QUE / OS DENOMINADOS JACOBEOUS E BEATOS / LEVANTÁRAM NESTE REINO DE PORTUGAL / DIVIDIDO EM DUAS PARTES / E APRESENTADO / NA REAL MEZA CENSORIA / PELO DOUTOR JOSEPH DE SEABRA DA SILVA / Desembargador da Casa da Supplicação, e Procurador da Coroa / DE / SUA MAGESTADE. / NA PARTE PRIMEIRA / SE CONTEM / HUM COMPENDIO HISTORICO / DOS FACTOS DO REFERIDO SCISMA / NA PARTE SEGUNDA / SE CONTEM / HUM DISCURSO JURIDICO / SOBRE A INDISPENSÁVEL NECESSIDADE QUE HA DE SE ABOLIR / O MESMO PERNICIOSO SCISMA: / E SOBRE OS MEIOS, E MODOS / DE O ARRANCAR PELAS SUAS RAÍZES. / [Escudo das armas reais portuguesas.] / LISBOA / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA / ANNO MDCCLXIX.

O livro abre com uma «Introdução Prévia», desenvolve-se em dois capítulos complementares – o «Compêndio Histórico» e «Discurso Jurídico» – e termina com as Provas justificativas dos factos deduzidos no *Memorial sobre o Scisma do Sigilismo*.

A preocupação de rigor que a apresentação das provas pretende transmitir não resiste a uma leitura atenta do libelo. É manifesta a arbitrariedade que preside a todo o texto, assim como o cinismo dos argumentos apresentados para demonstrar que "os jacobeus praticavam [a revelação do sigilo] com frequência, a inculcavam como lícita e a ensinavam como dogmática", pelo que eram "não simples sigilistas mas sigilistas sistemáticos e sectários".<sup>53</sup> Assim ganhava corpo a tese da "indispensável necessidade de se abolir o dito perniciosíssimo cisma".<sup>54</sup>

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>51</sup> MONCADA, Luís Cabral de. *Loc. cit.*, p. 860.

<sup>52</sup> LUÍS, Agustina Bessa. *Sebastião José*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2ª ed., 1984, p. 91.

<sup>53</sup> «Memorial sobre o Cisma do Sigilismo ...», in *Collecção das Leys, Promulgadas e Sentenças proferidas nos casos da Infame Pastoral do Bispo de Coimbra ...*, p. 69.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 27.

Seabra da Silva pretendia deixar claro que para tão grave crime faltavam "penas dignas e proporcionadas".<sup>55</sup> De imediato, fez-se a reparação, através de uma lei especial, promulgada a 12 de Junho de 1769, do seguinte teor:

Todas e quaisquer pessoas contra as quais se provar que abusaram do sigilo sacramental, sem diferença alguma de abuso simples ou qualificado, serão, sem misericórdia, cumulativa e irremissivelmente condenadas pelo Santo Ofício nas penas de morte natural, de infâmia e de confiscação de todos os seus bens para o meu Fisco e Câmara Real.<sup>56</sup>

Não deixaram, porém, os jacobeus de lutar pelas suas convicções, e em três opúsculos manuscritos refutaram a *Sentença da Real Mesa Censória contra a Pastoral de D. Miguel da Anunciação*, o *Juizo sobre as máximas da Jacobea* e o *Memorial sobre o cisma do Sigilismo*, da autoria de Seabra da Silva. Contra o primeiro compuseram a *Apologia da Pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação pela qual prohibio aos Christãos da sua Dioceze a lição dos Livros nella expressados contra a Consulta que se denominou Sentença da Real Mesa Censoria do dia 23 de Dezembro de 1768*; contra o segundo, *Reflexoens sobre o Juizo Decisivo que a Real Mesa Censoria pronunciou contra as Teses, maximas, exercícios e observâncias espirituais achadas entre os papeis do Bispo de Coimbra Dom Miguel da Anunciação*; e contra o terceiro *Resposta ao Memorial sobre o scisma do Sigilismo imputado aos Jacobeus e Beatos do Reyno de Portugal que em nome de José Siabra da Sylva Procurador da Coroa se apresentou à Real Mesa Censoria*.<sup>57</sup>

Tal como em 1746, entraram na luta com as armas ao seu dispor, mas é evidente que, sendo-lhes vedada a possibilidade de imprimir os seus textos, estes mantiveram-se praticamente desconhecidos.

À perseguição aberta contra os jacobeus em 1769, seguiu-se um longo período de coacção psicológica e moral, a que D. José, talvez por imperativo de consciência, pôs termo, à hora da morte, mandando libertar D. Miguel da Anunciação. Em 25 de Fevereiro de 1777, o bispo de Coimbra deixou a prisão e, cerca de meio ano mais tarde, retomou o governo da sua diocese.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 276.

<sup>57</sup> O Prof. Pereira da Silva refere a existência destes três opúsculos manuscritos na B.G.U.C. (mss. 1604 e 1578) e na B.P.P. (mss. 711,1248 e 528). Cf. *Ob. cit.*, p. 430, nota 401. Relativamente ao primeiro, *Apologia da Pastoral*, demo-nos conta da sua existência no A.N.T.T. – Manuscritos da Livraria, nº 1690. Na livraria do Convento da Arrábida existe, também, um manuscrito de 201 fólhos intitulado: *Defeza, e Justificação do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação dividida em três partes. Na Parte Primeira confuta-se a Consulta, ou Sentença da Real Mesa Censoria de 23 de Dezembro de 1768 contra a Pastoral, que o mesmo Bispo havia publicado em 8 de Novembro do dito anno. Na Parte Segunda confutam-se As razoens, em que a Mesa Censoria, fundou o Juizo Decisivo, que formou contra as Theses, Maximas e Exercícios Espirituaes, que se acháram entre os papéis do mesmo bispo. Na Parte Terceira confutou-se, Quanto a mesma Mêza Censoria se esforçou mostrar tanto no seu Compendio Historico de factos de sigilismo, que nunca existiram, como no Discurso Juridico, com que invehiu [sic] contra o crédito, e reputação do dito Bispo, e de todas as Pessoas Religiosas, Pias e Doutas de todo este Reyno. (Cf. Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida e do Acervo que lhe estava anexo, nº 2054.)*

<sup>58</sup> Sobre este período agitado da vida de D. Miguel da Anunciação, e outros dados importantes da sua biografia, encontram-se informações importantes em: CARVALHO, José Branquinho de. *A Vida Atribulada do Bispo D. Miguel da Anunciação (1703-1779)*. Três manuscritos da Biblioteca Municipal de Coimbra. Coimbra, Biblioteca Municipal, 1955; SECCO, António Luiz de Sousa Henriques. *Memórias do Tempo Passado para lição dos vindouros*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880; «D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra» in *Boletim do Arquivo da Universidade*.

### 3.3. EDIÇÕES CLANDESTINAS AO SERVIÇO DAS DUAS FACÇÕES EM DISSÍDIO (1746-1747)

Quando em 13 de Setembro de 1746, em carta enviada de Coimbra, D. Miguel da Anunciação se dirigiu ao Papa para manifestar o "júbilo imenso" que sentira pela promulgação da constituição *Vbi primum* e "descrever o aplauso" com que aquele documento fora recebido na sua diocese, exprimiu assim o seu pensamento:

Penso resumir tudo nesta afirmação: todos cobraram alento. Cobraram alento os confessores; cobraram alento os penitentes; cobraram alento as ovelhas; cobrou alento a piedade, diariamente ofendida por nefandas calúnias; cobrou alento a verdade, até agora impugnada pelo opróbrio dos homens; cobraram alento os bispos, a um tempo irmãos e servos de Vossa Santidade, com a máxima frequência rebaixados, denegridos por sátiras anónimas e libelos infames, impressos em lugares clandestinos.<sup>59</sup>

O testemunho do bispo de Coimbra é precioso, pois trata-se da única prova documental em que se alude directamente à impressão clandestina dos libelos publicados por ocasião da questão do sigilismo, cujas descrições bibliográficas passamos a apresentar. Na elaboração desta lista seguimos a seguinte metodologia: em primeiro lugar, figura a relação dos libelos favoráveis aos interesses da Inquisição e Cardeal Patriarca, encontrando-se as espécies dispostas segundo uma ordem que leva em conta a sua afinidade temática e a relação directa com a evolução da querela do sigilismo; em segundo lugar, apresenta-se a produção impressa em favor dos bispos jacobeus.

Pensamos ser este o único processo que permite transmitir a dimensão que a batalha dos folhetos assumiu em determinados momentos sensíveis da contenda do sigilismo; mas, para se ter uma visão de conjunto do número de espécies dadas como impressas por cada impressor ou oficina tipográfica, apresentamos, a seguir à lista, diagramas em que esses dados podem ser visualizados.

#### 1. Libelos favoráveis à Inquisição e Cardeal Patriarca

- *Incriminação dos jacobeus como sigilistas e condenação formal do sigilismo (simples ou qualificado) como doutrina errónea:*

##### 1.1 SIGILLISTAS / CONFUNDIDOS / EM QUATORZE SONETOS, / Nos quaes se pondera o motivo do glorioso martyrio do Prothomartyr do figillo Sacra- / mental / SÃO JOÃO / NEPOMUCENO. / Dados á luz / Por hum

Coimbra, 1983, pp. 1-53; RODRIGUES, Manuel Augusto. «Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra». in *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*. [Coimbra], Universidade de Coimbra, 2 tomos (1982-1983); t. I (1982-1983), pp.207-298.

<sup>59</sup> Cf. Carta de 13 de Setembro de 1746 de D. Miguel da Anunciação para Bento XIV, traduzida do latim para português pelo Prof. Pereira da Silva e transcrita na sua tese *A Questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII*, pp. 311-313. A carta em latim foi publicada em primeira mão por Fortunato de Almeida na *História da Igreja em Portugal*. Ed. cit., t. IIIB, p. 782, nota.

Devoto do me fmo Santo. / [Ornato tipográfico em fundo de lâmpada] / MADRID, / En la Imprenta de Francisco del Hierro. / Año 1746.

- 1.2 [ARAÚJO, P. José de.] CARTA / DE HUM CURIOSO DA UNIVER-  
SIDADE / DE EVORA / ESCRITA. A OUTRO CURIOSO / da  
Univer fidade de COIMBRA, / QUE PELA SUA REPOSTA / *moſtra as  
conjequencias terriveis, que naſcem / de alguns Confeſſores não guar-  
darem o figillo da confiſſão Sacramental.* / [Ornato tipográfico em fun-  
do-de-lâmpada.] / MADRID. / Na Officina dos Herdeiros de Francisco  
del Hierro, / Anno de 1746. / *Com todas as licenças neceſſarias.*
- 1.3 CARTA, / QUE / HUM ANONYMO MANDOU / AO EXCELLEN-  
TISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR / PRINCIPAL / DE  
MELLO, / ſobre o Sermão de S. João Nepomu- / ceno, / *PRÉGADO /*  
PELO MUITO REVERENDO DOUTOR / D. JOACHIM / BERNAR-  
DES. / [Ornato] / MADRID. / En la Officina de los Herederos de Fran-  
cisco del / Hierro. Anno de 1746.
- 1.4 [VARELA, João Nunes.] DISCURSO / TEOLOGICO / MORAL, /  
CONTRA O ERRO DE ALGUNS / Confe ſſores. que na admini ſtraçã  
do Sacra- / mento da Penitencia perguntavaõ pelos / complices e alguns  
penitentes amea- / çando com negação da ab ſolvição / a quem não queria  
dizerlho. / ESCRITO / POR HUM DEFENSOR / DO SACRAMENTO /  
DA PENITENCIA. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / MA-  
DRID. / Na Officina dos Herdeiros de Francisco del / Hierro, / Anno de  
1746. / *Com todas as licenças neceſſarias.*
- 1.5 ERROS / BEM VISTOS. / VERDADES / MAL ATTENDIDAS. / QUE  
NOS RETIROS DA CORTE REPETE / SYLVANA ASTRÉA / PELOS  
SUCESSOS DE SUA VIDA, / *Em que moſtra o caso ſuccedido com  
certa Beata, / empenhada a perſuadilla a ſeguir tambem os / erros dos  
confeſſores ſigillijtas.* DADO Á LUZ / POR HUM ERMITAM. / [Orna-  
to tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / MADRID: / En la Officina de  
ANTONIO SANZ, / Año de 1746.
- 1.6 REPOSTA / A HUMA / CARTA. / QUE DA CIDADE DE COIMBRA /  
*ſe escreveo á de Liſboa; na qual ſe pedia com grande encarecimento  
lhe diſſeſſe o ſeu parecer ſobre o preſente caſo. e de tudo o mais, que /*  
*tiveſſe ſuccedido.* / ESCRITA PELO / ANONYMO. / Que ſe conſultou. /  
[Gravura representando o Sol encimado por uma coroa.] / BARCEL-

LONA. / Na Officina de Domingos Zuzarte. / Anno 1746. / *Com todas as licenças neceffarias.*

- *Fundamentação da competência do tribunal do Santo Officio no conhecimento e punição dos confessores sigilistas:*

1.7 [MORAES Dionísio Bernardes de., trad. de D. José Barbosa.] CARTA / GRATULATORIA / *Aos Eminentíffimos; e Reverendiífimos Senhores / CARDEAES / DA S.<sup>TA</sup> IGREJA DE ROMA, / INQUISIDOR GERAL, / E / PATRIARCA, / NA QUAL SE ESTABELECE O PODER / DO PA- PA, / A JURISDICÇAM / DA SANTA INQUISIÇÃO, / E a inju ftiça dos feus contradictores, e se mostra a ri- / goro fi f fima obrigação / DO SIGILLO SACRAMENTAL, / E fe refuta o erro introduzido fobre as perguntas dos / complices, e a denegação da ab f olvição; e jun- / tamente huma advertencia, e exhortação aos / Bi fpos, e Confê f fores do Reyno; / ESCRITA HA MUITO TEMPO / POR HUM ANONYMO, / E AGORA IMPRESSA PARA / utilidade publica. / MADRID: / Pelos Herdeiros de Francisco del Hierro de 1746.*

1.8 [MORAES Dionísio Bernardes de.] EPISTOLA / GRATVLATORIA, / AD / EMINENTISSIMOS REVERENDISSIMOS QVE DOMINOS S.R.E. / CARDINALES / INQVISITOREM GENERALEM / Scilicet, & / PATRIARCHAM IN QVA ADSTRVITVR / Pontificia Pote f tas, Sanctae Inqui f itionis iuri f dictio, & contradicto- / rum iniustitia; / *De monftraturque / SIGILLI SACRAMENTALIS STRICTISSIMA / obliga- tio; ac refellitur / Error introductus circa interrogationes complicum, & denegationem abfolutionis: IN SIMVLQVE / ADMONITIO. ET EX- HORTATIO, / ad Regni Epi f copos, & Confê f fores: / SCRIPTAIAM DVDVM / À QVODAM ANONYMO: / Nunc verj / PRO PVBLICA VTILITATE TYPIS MANDATA. / MATRITI, / Apud Haeredes Fran- ci fci del Hierro, Anno 1746. / De facultate Superiorum.*

1.9 [S. GUALTER LAMATIDE, Fr. José de.] MANIFESTO / THEOLO- GICO, / MORAL, CANONICO, / E DOGMATICO. / *EM QUE SE PERSUADE, QUE PERTENCE / privativamente ao Santo Tribunal da Inqui f ição, nos Reynos de / Heffenha, inquirir dos Confê f fores, que praticarem a doutrina de que / lhes he licito per fuadirem aos penitentes a que lhes revellem os com- / plices, e companheiros dos jeus peccados, os nomes, e lugares / das fuas habitaçoens, e lhes dem licença para os denunciarem aos / Superiores para o fim de serem corrigidos, e cafti- gados, denegam- / do o beneficio da abf olvição aos que repugnaõ revel-*

*lar: e affirman- / do, que e / te meio, e modo de os emmendar e castigar he do / serviço, e agrado de Deos. / COMPOSTO POR HUM / ANONYMO. / [Ornato tipográfico em vinhetas compósitas.] / MADRID: / Na Officina dos Herdeiros de Francisco del Hierro. / Anno de 1746. / Com todas as licenças neceffarias.*

1.10 PARECER, / QUE DEU CERTO / ANONYMO / EM REPOSTA DA PERGUNTA. / que outro lhe fez, / se e / stão obrigados / OS SENHORES / INQUISIDORES / APOSTOLICOS / A proceder contra os infractores do sigillo / da Confissão Sacramental. / [Ornato xilográfico.] / MADRID, / Na Officina dos Herdeiros de FRANCISCO / DEL HIERRO. Anno 1746.

1.11 DISCURSO, / EM QUE SE TRATA DA JURISDICÇAM / DO / SANTO OFFICIO / PARA CASTIGAR OS CONFESSORES, / *Que perguntaõ aos penitentes pelos complices / dos peccados com a pena de lhes negarem a absolvição, se os não de- / clararem.* / [Ornato xilográfico.] / A BRUXELLES, / [Tranca.] / Chez François Foppens..

- *Reacções à publicação da pastoral do Arcebispo de Évora:*

1.12 [CUNHA, Manuel Inácio da.] CARTA / CONSULTIVA, / E DESENGANOS CATHOLICOS, / QUE / Ao Excellentissimo, e Rever. Senhor / ARCEBISPO DE EVORA / D. FR. MIGUEL / DE TAVORA, / ESCREVEO, E DEU HUM SEU / intimo venerador. zelojo do bem da Fé, / e Religião Catholica. / DADA Á LUZ / POR CERTO MONGE. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / MADRID: / Na Officina de FRANCISCO DEL HIERRO. / Año de 1746.

1.13 [SÃO MIGUEL, Fr. José de.] CARTA / DEFENSIVA / POR PARTE DO SUPREMO TRIBUNAL / DO / SANTO OFFICIO, / EM REPOSTA / De outra, que da Cidade de Evora se e / screveo a hum Religiofo a / fsi / stente na Universidade de Coimbra. remetendo- / do- / se-lhe cõ ella a Pastoral, que o Exc. e Rever. Senhor Ar- / cebispo, D. Fr. Miguel de Tavora, fez publicar nas Igre- / jas da sua Diocese em o principio de Abril de ste an- / no de 1746. pedindo, lhe dice / se o juizo, que / fazia della. / DADA Á ESTAMPA / POR / LUCIO MÔTEIRO / DE MATOS, / *Formado em os Sagrados Canones na Univerfidade de Coimbra, / e Mestre em Artes na de Évora, sua patria.* / [Ornato tipográfico em vinhetas compósitas.] / MADRID: / En la Imprenta de los Herederos de Co / fme Pedro Cappeleti. Año de 1746.

- 1.14 [CRUZ, José Gomes da.] CARTA / APOLOGETICA, / MORAL, CRITICA, JURIDICA, / e Anonyma. / [Cólofon:] Con licencia, en Sevilla, en la Imprenta Real, Ca[sa] / del Correo Viejo.
- 1.15 DISCURSO / APOLOGETICO, / THEOLOGO-JURIDICO, / Em que se mo[stra] inoffensa a juri[s]dicção dos / Ordinarios do Reino de Portugal pelo Edi- / tal, com que o Santo Officio manda denun- / ciar os que obrigão à declaração dos com- / plices na Confissão sacramental; e a juri[s]dic- / ção, e recto procedimento, com que o me[smo] Santo Officio executou as suas determi- / nações. / *Escrito em contraposição da Pastoral de Evora, / e em defenja daquelle Santo Tribunal* / POR / HUM ZELOSO DA FÉ, / E DA VERDADE. / A BRUXELLES. [Tranca.] / Chez François Foppens.
- 1.16 [SOUSA, Manuel Madeira de.] REPOSTA, / QUE EM HUMA / ALLEGAÇAM / DE DIREITO / SE DEFENDE A JURISDICÇAM DO / Tribunal do Santo Officio contra a Pastoral do / Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor / Arcebispo de Evora.
- 1.17 REFLEXÕES / SOBRE A PASTORAL, / Que publicou o Excellentissimo, e Reverendissimo / Arcebispo de Evora em Domingo de Ramos / 3 de Abril de 1746. / [O libelo é precedido de uma carta-prefácio dirigida ao Senhor D.A.P., datada de Madrid, 24.05.1746 e assinada por José Nunes de Aragão].
- *Reacções à publicação da pastoral do Arcebispo do Algarve:*
- 1.18 [MORAES, Dionísio Bernardes de.] CARTA / CENSORIA, / EM QUE SE ADVERTEM / as inadvertencias, que contém / A / PASTORAL / DO EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO / ARCEBISPO / BISPO DO ALGARVE. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / MADRID, / Na Officina dos Herdeiros de Francisco del Hierro, / Anno de 1746.
- 1.19 RESPOSTA / A HUMAS COTAS. / QUE Á / CARTA / CENSORIA / FEZ O EXCELLENT. E REVERENDISSIMO / ARCEBISPO / BISPO / DO ALGARVE. / [Ornato xilográfico.] / SEVILLA. / En la Empronta Real, Ca[sa] del Correo Viejo.
- 1.20 ESTIMULO / CATHOLICO. / MORAL, POLITICO, / E JURIDICO, / QUE OBRIGOU A / MIGUEL DE ATAIDE / CORTE REAL, / Conego

Penitencieiro da Cathedral de Faro. / A requerer ao feu Cabido, que devia intentar alguma acção judicial. / pela qual fizeffe certo não consentia na Pastoral mandada / publicar pelo / EXCEL. E REVER. SENHOR / ARCEBISPO BISPO / DESTA DIOCESE. / Em oppozição dos dous Editaes do Santo Officio, hum de 6 de / Mayo de 1745. outro de 29 de Março de 1746. / [Ornato xilográfico.] / Impreſſo en Sevilla por Manuel de la Puerta / en las Siete Revueltas.

- *Reacções conjuntas à publicação dos pastorais dos Arcebispos de Évora e do Algarve:*

1.21 [CANTO, Frei Miguel do.] VEXAME / THEOLOGICO-MORAL / Da escandalosa praxe, que no Santo Sacramento da Penitencia / uzávão alguns Confeſſores, de perguntarem aos peniten- / tes os nomes, e habitação dos seus complices. / VINDICIA / DOS EDITAES / Do Eminentiſſimo, e Reverendiſſimo Senhor Cardeal da Cu- / nha, Inquiſidor Geral, em que prohibio a dita escandaloza / praxe. / CRITICA / DAS PASTORAES / *Dos Excellentiſſimos, e Reverendiſſimos Senhores Arcebiſpos de Evo- / ra, e do Algarve, porque mandàraõ se não denunciaſſe a / meſma praxe ao Santo Officio.* / AUTHOR / DIEGO CALMET / ONUFRI. / [Ornato tipográfico em vinhetas compósitas] / EN MADRID, / En la Imprenta de la Viuda de Francisco del Hierro. / *Con todas las licenças neceſſarias.* año 1746.

1.22 [CASTRO, Damião António de Lemos Faria e.] ENTRETENIMENTO / POLITICO, / HISTORICO, E PROREPTICO, / Com que dous amigos, indo de jornada, faziaõ / mentiroſas as verdadeiras fadigas do carinho: / *PROSOPOPEYA SOBRE A PRESENTE / controvérsia entre o Venerando Tribunal do San- / to Officio, e os fautores dos Sigillistas.* / INTERLOCUTORES / FELIZARDO, E AUSONIO. / *Poſto em fórma!* POR / VVILLEBRORDIO / ARNULPHO. / [Ornato tipográfico em vinhetas compósitas] / A ROUEN. / Chez Beſogne. ancien Imprimeur du Roy, rüe / Ecuyere, au Soleil Royal 1746.

- *Reacção à carta enviada ao Inquisidor-Geral pelo Bispo de Elvas:*

1.23 [MORAES, Dionísio Bernardes de.?] RECONVENÇAM / APOLOGE- TICA, / E RESPOSTA / A HUMA CARTA. / QUE / AO EMINENTIS- SIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR / CARDEAL DA CUNHA / INQUISIDOR GERAL / ESCREVEO / O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR / BISPO DE ELVAS, / NA QUAL / se

di ffolvem as fuas duvidas, e fe de fvanccem os / feus e fcrapulos, /  
*ESCRITA POR HUM SEU / AMIGO VERDADEIRO, / AINDA QUE*  
*ENCOBERTO. / [Ornato xilográfico.] / MADRID. / Na Officina dos*  
*Herdeiros de FRANCISCO / DEL HIERRO. Anno 1746.*

- *Impugnação de um texto manuscrito [favorável aos jacobeus] que de Évora se remeteu ao Santo Ofício:*

1.24 [MORAES, Dionísio Bernardes de.] CRISOL / CRITICO, / BALANÇA  
 DA VERDADE, /E / INVECTIVA / APOLOGETICA, / EM QUE /SE  
 REFUTAM AS DOCTRINAS DE HUM / papel manuscrito, que de  
 Evora se remetteo a e fta Corte. / DIVIDIA / EM VARIAS CONFE-  
 RENCIAS SOBRE / varios pontos, / que no dito papel se re folvem. /  
 INTERLOCUTORES / HUM CONFESSOR ORTHODOXO, / e outro  
 Confe ffor Rigori fta. / AUTHOR / D.D.J.B.M.S.R.P.C.M.P. / [Ornato  
 xilográfico] / SEVILLA. / En la Emprinta Real, Casa del Correo Viejo.

- *Reacções à publicação da constituição Vbi primum e condenação da segunda pastoral do bispo do Algarve, datada de 16.07.1746:*

1.25 IVDICIVM / PRVDENS, / AC /ORTHODOXVM / CIRCA / CONSTI-  
 TVTIONES PONTIFICIAS, / ET CIRCA / Aliquas Pa ftorales Lu fitano-  
 rum Prae fulum in / materia interrogationis complicum / AD / EMINEN-  
 TISSIMVM, AC REVERENDISSIMVM GENERALEM. / [Ornato xilo-  
 gráfico.] / MATRITI / Apud haeredes Franci fci del Hierro. Anno 1746. /  
*De facultate Superiorum.*

1.26 RESPOSTA / DE HUM RELIGIOSO / DAS ILHAS / A HUMA CAR-  
 TA, / QUE DESTA CORTE SE LHE ESCREVEO, / COM ALGUMA /  
 EXPOSIÇAM Á BULLA: / VBI PRIMVM. / [Ornato xilográfico.] / SE-  
 VILLA. / En la Emprinta Real, Ca fa del Correo Viejo. / Anno de 1746.

1.27 [CORTE-REAL, Miguel de Ataíde.] PARALLELO / EVIDENTE, / QUE  
 MOSTRA AS DEFORMIDADES ENTRE A BULLA / VBI PRIMVM /  
 DO SANTISSIMO PADRE / BENEDICTO XIV. / com a data de 2 de  
 Junho do pre fente anno. / E A PASTORAL / DO EXCELLENTIS-  
 SIMO / ARCEBISPO BISPO DO ALGARVE / de 11 de Abril publicada  
 em 17 do me fmo mez, e / anno, para convencer a cavilo fa fal fidade,  
 com / que o dito Excellentiffimo affirma na Pa fto- / ral de 16 de Julho,  
 publicada em 18. / que a fua primeira he conforme á dita / Bulla. /

CARTA, / QUE HUM HOMENAGEADO NO CASTELLO / de Lisboa e fcreve a hum prezo no Aljube de Faro. que / lhe havia enviado huma Glofa feita à fobredita / Paftoral. / [Ornato xilográfico.] / A COLONIA. / Chez Perachon, & Cramer 1746.

1.28 COPIA / DE HUMA CARTA / RELATORIA DA PRAXE REPROVADA, / Que hum religiofo desta Cidade escreveo a outro / Religioso da Ilhas, / o qual au fentando-fe de fta / Corte no tempo, em que fe e fperava a fegunda / Bulla da Sé Apostolica, pedio das Ilhas re- / lação da chegada da Bulla, do contheudo / nella, e de fua aceitação.

- *Agradecimento ao Cardeal Patriarca pela denúncia e condenação da prática do abuso do sigilismo:*

1.29 [MORAES, Dionísio Bernardes de.] AGRADECIMENTOS / DE / PORTUGAL / AO EMINENTISSIMO, / E REVERENDISSIMO SENHOR / CARDEAL / PATRIARCA / PRIMEIRO DE LISBOA, / *Pelo vigilantiffimo zelo, com que fe oppoz contra huma / erronea, e prejudicial doutrina, / que nelle fe hia / propagando.* / [Brasão com armas cardinalícias] / PRAGA, & NORIMBERG. / Chez FREDERIC RUDIGER. / Anno de 1746.

- *Apresentação e comentário às obras publicadas até àquele momento da contenda e anúncio das que, em breve, seriam publicadas:*

1.30 CARTA / DISCURSIVA / SOBRE OS PAPEIS. / QUE TEM / apparecido nesta Corte, a rejpeito da / abominavel praxe de alguns Confe f- / fores, que perguntavaõ / NA CONFISSAÕ / AO PENITENTE PELO COMPLICE / do Jeu peccado, & c. / COM HUM INDICE / No fim de todas as Obras impre ffas, e / de algumas, que e ftão para fe im- / primir, e que brevemente fa- / hirãõ ao publico. / [Gravura representando um anjo.] / MADRID: / Na Officina de JUAN DEL TAJO / ANNO 1746.

- *Colecções de todos os documentos e libelos produzidos sobre a questão do sigilismo:*

1.31 COLLECÇÃO PRIMEIRA / QUE COMPREHENDE / A BULLA DO SANTISSIMO PADRE / BENEDICTO XIV. / NOSSO SENHOR, / *Dirigida aos Excellentiffimos, e Reverendiiffimos Ar- / cebifpos, e Bifpos*

*dos Reynos de Portugal; / O Edital do Eminentíssimo. e Reverendíssimo Senhor / CARDEAL DA CUNHA / INQUISIDOR GERAL; / A Pastoral do Eminentíssimo. e Reverendíssimo Senhor / CARDEAL PATRIARCA; HUMA CARTA DO MESMO SANTÍSSIMO PADRE, / e outra do Eminentíssimo. e Reverendíssimo Senhor / CARDEAL VALENTI, / Escritas ao mesmo Eminentíssimo. e Reverendíssimo Senhor Cardeal Patriarca; / As Pastoraes dos Excellentíssimos. e Reverendíssimos Arcebispos de Evora. e Arcebispo Bispo do Algarve; e a Carta, que / o Excellentíssimo. e Reverendíssimo Bispo de Elvas escreveo ao Eminentíssimo. e Reverendíssimo Senhor / Cardeal da Cunha Inquísitor Geral. / Sobre a inquirição dos complices na Confissão Sacramental. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / MADRID, / Na Officina dos Herdeiros de FRANCISCO / DEL HIERRO. / Anno 1746.*

1.32 COLLECÇÃO SEGUNDA, / QUE COMPREHENDE / AS CARTAS LATINAS QUE Á SANTIDADE / DE / NOSSO SENHOR / ESCREVEO / O EMINENT. E REVEREND. SENHOR / CARDEAL PATRIARCA; / *Outras escritas na Lingua Italiana, e mandadas / pelo mesmo Senhor / AO EMINENT. E REVEREND. SENHOR / CARDEAL VALENTI, / SECRETARIO DE ESTADO; / Huma Carta Italiana e escrita ao P. Domingos Turani da / Companhia de JESUS pelo M.R. João Antonio Correa / da Gama Agente do Eminent. S. Cardeal Patriarca na Curia Romana; e humas Reflexoens a S. Santidade pelo / mesmo Rever. Agente em nome do Eminent. S. Cardeal Patriarca. Cujos e escritos vão traduzidos da / Lingua Italiana na Portugueza: / Tudo sobre a materia dos complices na Confissão Sacramental. / [Ornato tipográfico em vinhetas compósitas.] / MADRID, / Na Officina dos Herdeiros de FRANCISCO / DEL HIERRO. Anno 1746.*

1.33 COLLECÇÃO TERCEIRA / QUE COMPREHENDE A BULLA / VBI PRIMVM / DO SANTÍSSIMO PADRE / BENEDICTO XIV. / NOSSO SENHOR, / *Traduzida na lingua Portugueza. e inferta, / na Pastoral / Do Excellentíssimo. e Reverendíssimo / ARCEBISPO DE EVORA; / A Pastoral do Excellentíssimo e Reverendíssimo. / ARCEBISPO BISPO DO ALGARVE: / E a carta do Excellentíssimo Arcebispo de Evora para Manoel Ignacio da Cunha com a resposta do mesmo / Tudo sobre a materia dos complices na Confissão Sacramental. / [Ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / MADRID. / En la Officina de ANTONIO SANZ, / Año de 1746.*

- 1.34 COLLECÇÃO / UNIVERSAL / DAS BULLAS, EDITAES, PASTORAES, / Cartas, Di f fertações, Apologias, e tudo o mais, que / atégora fe tem e frito, e divulgado, e mais fe póde / de fejar, para inteira, e individual noticia do infó- / lito, e pernicioso erro da fracção / DO / SIGILLO SACRAMENTAL; / *E DAS CONTENDAS QUE A ESTE MESMO / respeito tem havido fobre o ponto da juri/dicção entre o fempre / respeitavel Tribunal do Santo Officio, e alguns dos senhores / Ordinarios do Reyno de Portugal.* / PARTE I. / DEDICADA / AO EMINENT. E REV. SENHOR / D. THOMAS / DE ALMEIDA, / CARDEAL DA S. IGREJA ROM. / e I. Patriarca de Lisboa, & c. / [Cruz de Malta.] / MADRID: / Na Offic. dos Herd. de FRANCISCO DEL HIERRO. / Año de M.DCC.XLVI.
- 1.35 COLLECÇÃO / UNIVERSAL / DAS BULLAS, EDITAES, PASTORAES, / Cartas, Di f fertações, Apologias, e tudo o mais, que / atégora fe tem e frito, e divulgado, e mais fe póde / de fejar, para inteira, e individual noticia do infó- / lito, e pernicioso erro da fracção / DO / SIGILLO SACRAMENTAL; / *E DAS CONTENDAS QUE A ESTE MESMO / respeito tem havido fobre o ponto da juri/dicção entre o fempre / respeitavel Tribunal do Santo Officio, e alguns dos senhores / Ordinarios do Reyno de Portugal.* / PARTE II. / DEDICADA / AO EMINENT. E REV. SENHOR / D. THOMAS / DE ALMEIDA, / CARDEAL DA S. IGREJA ROM. / e I Patriarca de Lisboa, & c. / [Cruz de Malta.] / MADRID: / Na Offic. dos Herd. de FRANCISCO DEL HIERRO. / Año de M.DCC.XLVI.
- 1.36 COLLECÇÃO / UNIVERSAL / DAS BULLAS, EDITAES, PASTORAES, / Cartas, Di f fertações, Apologias, e tudo o mais, que / atégora fe tem e frito, e divulgado, e mais fe póde / de fejar, para inteira, e individual noticia do infó- / lito, e pernicioso erro da fracção / DO SIGILLO SACRAMENTAL; / *E DAS CONTENDAS. QUE A ESTE MESMO / respeito tem havido fobre o ponto da juri/dicção entre o fempre / respeitavel Tribunal do Santo Officio, e alguns dos Senhores / Ordinarios do Reyno de Portugal.* / PARTE III. / DEDICADA / AO EMINENT. E REV. SENHOR / D. THOMAS / DE ALMEIDA, / CARDEAL DA S. IGREJA ROM. / e I. Patriarca de Lisboa, & c. / [Cruz de Malta] / MADRID: / Na Offic. dos Herd. de FRANCISCO DEL HIERRO. / Año de MDCCXLVII.

- *Impugnação da dissertação que Muratori compusera a favor dos bispos portugueses:*

1.37 [CORTE-REAL, Miguel de Ataíde.] MURATORI / SIMULADO / ARGUIDO COM AS SUAS MESMAS DOCTRINAS. / e convencido nas allegaçoes, em que se firma, principal- / mente nas tres Bullas do / SANTISSIMO PADRE / BENEDICTO XIV. / Suprema, Vbi primum. Ad eradicandum, / EXPEDIDAS PARA CONDEMNAR A ABOMINAVEL / praxe de extorquirem os Confessores dos penitentes as cir- / cunf-  
tancias para conhecerem aos complices dos seus / peccados, contra o qual abuzo haviam já publicado / seus acertadi- / fimos, e prudenti- / fimos Edictos em / Mayo de 1745 / Os Eminentiffimos Senhores Cardeaes / INQUISIDOR GERAL, / E PATRIARCA. / EM QUE SE ACHA INTEIRAMENTE INSERTO O / Papel, que nesta Corte appareceo a favor dos Ordinarios, / intitulado *Lusitaniæ Ecclesiæ Religio*, com o nome de / Luis Antonio Muratori, Bibliothecario do Duque / de Modena, / respondido Capitulo por Capitulo / POR RAMIRO LEITE GATADE / LUNEIRA DE RECIBADE, / a instancias de / RUBERTO ANNI-  
BIO DEIRO. / [Tranca.] / En Sevilla con licencia en la Imprenta Real, Ca- / sa del / Correo Viejo. Año de 1747.

## 2. *Libelo favorável aos bispos portugueses*

2.1 FUNDAMENTOS, / QUE CERTAS PESSOAS DOUTAS / Sendo per-  
guntadas, offerecêraõ aos Senhores Arcebispos, / e Bispos de Portugal em defeza da sua Jurisdicção Or- / dinaria. os quaes foraõ apre- / sentados a Sua Santidade / pelos Procuradores dos ditos Excellentiffimos, e / Rever- / rēdi- / fimos Prelados. e agora dados ao prelo / POR / PEDRO BEMBO / MINNICSS; / Para que a todos constem as justificadi- / fimas razoes, que suas / Excellencias tiveraõ para recorrerem a Sua Santidade, e / para os mais procedimentos, que fizeraõ sobre o Ponto / da interrogação dos Complices aos penitentes no / acto da Confissão Sacramental. / [Ornato xilográfico.] / MADRID: / Na Officina dos herdeyros de Francisco del Hierro. / Anno de 1746.

### 3.4. Diagramas organizados em função dos supostos locais de edição

#### 1. MADRID

IMPRESSOR DATA	FRANCISCO DEL HIERRO	VIUVA DE FRANCISCO DEL HIERRO	HERDEIROS DE FRANCISCO DEL HIERRO	TOTAL
1746	2	1	15	18
1747	-	-	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>19</b>

IMPRESSOR DATA	JUAN DEL TAJO	ANTONIO SANZ	HERDEIROS DE COSME P. CAPPELETI	TOTAL
1746	1	2	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

#### 2. SEVILHA

IMPRESSOR DATA	EMPRENTE REAL CASA DEL CORREO VIEJO	MANDELL DE LA PUERTA
1746	1	1
1747	1	-
s.d.	3 [1746]	-
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

### 3. OUTROS LOCAIS

	BARCELONA	BRUXELAS	PRAGA E NUREMBERGA	ROUEN	COLONIA
IMPRESSOR DATA	DOMINGOS ZUZARTE	FRANÇOIS LOPPENS	FREDERIC RUDIGER	BESOGNE	PERACHON E CRAMER
1746	1	-	1	1	1
s.d.	-	2 [1746]	-	-	-
TOTAL	1	2	1	1	1

### 4. SEM INDICAÇÕES TIPOGRÁFICAS

DATA	
1746	3

Uma primeira análise de conjunto das espécies descritas leva-nos à formulação das seguintes conclusões, sem que nos preocupemos, por ora, em apresentar hipóteses explicativas:

- 1ª – É evidente a desproporção entre o número de libelos impressos a favor da Inquisição e Cardeal Patriarca [37] e dos libelos a favor dos bispos jacobeus [1].
- 2ª – As 38 dissertações, 36 escritas em português e 2 em latim [1.8 e 1.25], foram apresentadas sob anonimato, pseudónimos ou anagramas, dadas como impressas em cidades estrangeiras [35] e publicadas na sua maioria [32] em 1746.
- 3ª – A declaração da existência das licenças necessárias à impressão é registada apenas na portada de 6 espécies. [1.2; 1.4; 1.6; 1.9; 1.14;1.19].
- 4ª – Na dissertação favorável aos interesses dos prelados portugueses, recorreu-se à utilização da mesma *fausse-adresse* que figura em 15 dos libelos impressos a favor da Inquisição [Madrid, na Oficina dos Herdeiros de Francisco del Hierro].

Se a declaração do bispo de Coimbra é suficiente, como prova material, para sustentar a afirmação de que as espécies atrás descritas foram impressas clandestinamente, a verdade é que nada mais nos diz ou sugere que contribua para o esclarecimento deste enigma bibliográfico. Tentar perceber em que circunstâncias e com que apoios se imprimiram clandestinamente cerca de quarenta dissertações, identificar autores e cúmplices, encontrar, enfim, as respostas para as questões que, de forma indirecta, a afirmação de D. Miguel da Anunciação suscita, tais foram os objectivos que nos propusemos alcançar. Na base da nossa motivação está a ponderação de uma afirmação do Prof. Artur Anselmo sobre o valor e limites da bibliografia:

A bibliografia, em rigor, só nos interessa como ponto de partida, porque para lá da descrição de uma espécie está qualquer coisa de mais complexo que a frieza da catalogação tende a congelar: estão os autores e o modelo cultural de que são instrumento, estão os textos no seu jogo de transparências e opacidades, estão os impressores como agentes de intervenção social, está, enfim, a vida secreta do livro, a sua força cultural, a sua dimensão económica.<sup>60</sup>

Sem nos afastarmos do princípio de que a defesa de qualquer hipótese deve ser confirmada através de documentação apropriada, dirigimos as nossas pesquisas no sentido de encontrar em documentos escritos as pistas que nos permitissem penetrar neste mundo secreto de edições clandestinas.

Consultámos processos da Inquisição, lemos muita da correspondência oficial e particular trocada entre instituições e entidades envolvidas directa ou indirectamente na questão do sigilismo, passámos em revista muitos maços de "documentação avulsa" e "papéis vários", não deixámos de recorrer às crónicas monásticas, em particular a dos Cónegos Regrantes de

---

<sup>60</sup> ANSELMO, Artur. *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981, p. 12.

Santo Agostinho, mas não encontramos qualquer informação que contribuisse para o esclarecimento deste enigma bibliográfico.

Temos plena consciência de que a documentação consultada é uma ínfima parte da existente, e consideramos perfeitamente natural que a qualquer momento surjam documentos escritos em que este caso seja tratado. Contudo, à medida que desenvolvíamos as nossas investigações e as portas se iam fechando, dávamo-nos conta de que estas questões exigem uma metodologia muito própria, pois a tendência natural do mundo da clandestinidade é apagar rastros ou pistas, é destruir as provas que possam levar à incriminação das pessoas envolvidas. Acresce que, neste caso particular, o Inquisidor Geral e o Cardeal-Patriarca estiveram directamente implicados na questão, pelo que não nos custa admitir que a documentação oficial, e em especial a que hoje integra o núcleo da Inquisição, fosse objecto de vigilância acurada, omitindo-se tudo aquilo que pudesse ser comprometedor.<sup>61</sup>

A análise deste conjunto de circunstâncias levou-nos a centrar a atenção nos próprios libelos. Num primeiro momento, detivemo-nos no seu conteúdo; numa segunda fase, analisámos as suas características materiais.

Da leitura dos libelos retiramos algumas conclusões que nos permitem uma focagem mais nítida da realidade em que se desenrolou esta polémica, se bem que nada transpareça sobre o carácter clandestino da publicação das dissertações. Em primeiro lugar, damo-nos conta de que a maioria das obras é constituída por verdadeiros tratados de Teologia, e o tom erudito que os percorre deixa clara a elevação da polémica em alguns momentos. De leitura difícil para uma não-iniciada em Teologia Moral ou Dogmática, cedo nos apercebemos de que os potenciais destinatários formavam um escol muito particular (os membros do clero). Depois, fixando-nos exclusivamente nos libelos favoráveis aos interesses do Santo Ofício, deduzimos que o recurso a impressões clandestinas não limitou de forma alguma a publicação dos textos. As dissertações, cujo número de páginas oscila entre 16 e 300, têm, por vezes, conteúdo muito semelhante. Esta duplicação de obras, em que se realçam determinados factos ou comportamentos mas em que não se transmitem novas ideias (e como tal se podem considerar dispensáveis), conjugada com a existência de uma dissertação – *Carta Discursiva ...* [1.30] – onde se apresentam as obras publicadas sobre a questão do sigilismo e se emite sobre elas um juízo de valor, para além de se aconselhar a ordem por que devem ser lidas e se

---

<sup>61</sup> Na documentação que integra o núcleo da Inquisição de Lisboa (processo 11.828) encontra-se um processo «Sumário porque consta que da Alfândega desta cidade se extrahirão quatro fardos de livros para o Convento de São Vicente sem Ordem do Santo Ofício». No seguimento do processo aberto em 3 de Julho de 1750, são interrogados vários funcionários da Alfândega, pretendendo-se saber de cada um deles "se tem notícia de alguns fardos ou caixões de livros que consta vieram proximamente do Algarve para a Alfândega desta cidade; se sabe a embarcação em que vieram e quem os conduziu de lá; que matéria contém; por ordem de quem vieram e para que parte foram levados." Um dos inquiridos, Braz Martins Ayres, porteiro da Alfândega, familiar do Sto. Ofício, morador às Escolas Gerais declarou "ter ouvido dizer publicamente que eles tratavam da matéria dos sigilistas reprovada pela Sé Apostólica" e que as suas declarações podiam ser confirmadas, como de facto foram, "pelos seus companheiros Manoel de Andrade, feitor da mesma Alfândega e Romão Rodrigues Rebelo, administrador do Consulado". Perante a indignação do Prior e Cônegos do Mosteiro de São Vicente face à gravidade daquele "execrando e falso testemunho", o processo foi arquivado. Cf. A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, proc. 11.828.

anunciar, para breve, a publicação em três tomos de *Colecção Universal* ... [1.34; 1.35 e 1.36], leva-nos a pensar que se trabalhava com muita segurança.

Tudo converge para ficarmos com a ideia de que a impressão dos opúsculos decorreu sem sobressaltos, num ambiente nada hostil, inferindo-se estar subjacente uma protecção susceptível de levar a que tudo se processasse num clima de absoluta tranquilidade. Isto dispensou a ponderação dos riscos que qualquer actividade ilícita sempre acarreta.

No entanto, pretende-se criar uma atmosfera de verosimilhança em relação ao local de edição e ao impressor que figura na portada dos diferentes libelos. Em cartas que antecedem as dissertações, palavras de abertura ou prólogos simulam-se situações, da mais absoluta normalidade, que "explicam" a razão de a obra ter sido impressa no estrangeiro.

Assim as *Reflexões sobre a Pastoral que publicou o Exc. e Rev. Arcebispo de Évora* ... [1.17] são antecedidas de uma carta datada de Madrid [24 de Maio de 1746], em que José Nunes de Aragão se dirige ao Senhor D.A.P. nestes termos:

*As Reflexões são mui doutas, e católicas; só lhes notei o defeito de virem manuscritas quando vinha impressa a Pastoral, julgando ser indecente andar a doutrina menos pública que o escândalo: porém este defeito emendou a minha diligência, dando-as ao prelo; e neste Correio remeto a V. m. várias cópias impressas para suavizar em parte a consternação dos verdadeiros católicos dessa Corte, depois que virem espalhada nela tanta cizânia.<sup>62</sup>*

Também em *Carta Defensiva*, [1.13], dada como impressa em Madrid, na oficina dos Herdeiros de Cosme Pedro Cappelletti, surge um Antelóquio, dirigido ao «Leitor português e amigo», em que se apresentam as seguintes explicações:

Sendo preciso ausentar-me da cidade de Évora, minha pátria, no princípio do mês de Maio próximo por causa de uma desgraça que a Fortuna me meteu em casa, busquei esta Corte de Madrid, em tudo semelhante à de Lisboa. [...]. O primeiro que busquei foi as casas da recreação, que aqui são frequentadas das pessoas mais nobres, doutas e políticas, sendo as matérias que praticam as mais altas e sublimes. Tanto que me viram portugueses, encaminharam todo o assunto da conversação a inquirirem de mim a história da pastoral do Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Arcebispo de Évora, porque naqueles dias se não falava aqui em outra cousa, correndo dela ao mesmo tempo tantas cópias quantos eram os curiosos, e de caminho quiseram saber a opinião que eu seguia. Quando desacordadamente saí de minha casa [...] não me esqueceu uma carta, que no correio antecedente havia recebido de Coimbra de um religioso douto e grave a quem tinha consultado sobre a matéria e cláusulas da mesma Pastoral: estimei muito trazê-la comigo para com ela informar da minha opinião a tão erudito congresso, em cuja presença se leu naquela noite, ficando todos tão gostosos que me obrigaram com atenciosos rogos que não lograsse um Papel que além de douto era tão católico, mas que o fizesse público por meio da estampa.

Quis condescender aos seus justificados rogos, que para mim foram rigorosos preceitos. Busquei logo algumas impressões e as achei ocupadas com outras obras sobre

---

<sup>62</sup> *Reflexões sobre a Pastoral que publicou o Excellentissimo e Reverendissimo Arcebispo de Evora em Domingo de Ramos, 3 de Abril de 1746*. S. l. n. ed. n. d., [pág. 2 inumerada].

o mesmo assunto remetidas da Corte de Lisboa a pessoas que tiveram a devoção de as fazerem imprimir. Finalmente, conseguindo esta *Carta* o benefício da impressão ta ofereço para poder servir-te de escudo, quando for preciso pregares contra os sequezes da mesma Pastoral [...].<sup>63</sup>

Situação idêntica se verifica em *Discurso Apologético ...* [1.15]. A carta justificativa, assinada por Paulino Manoel Rolim e supostamente expedida de Bruxelas em 25 de Maio de 1746, é do seguinte teor:

O Discurso, que por ser de V. M. venero e que pela matéria de que trata esti:mo com as maiores expressões, li muitas vezes e muitas mais desejava copiar para comunicar ao público; mas como nas cópias de mão não poderia satisfazer o grande desejo que tinha de o fazer notoriamente conhecido, me resolvi dá-lo à estampa [...]. Dela remeto a V. M. uma cópia impressa e com ela a minha obrigação sempre pronta a tudo o que for do agrado de V. M. que Deus guarde.

Em *Resposta de um Religioso das Ilhas ...* [1.26] expende-se também o comentário seguinte:

A esta Ilha têm chegado todos os doutísimos papéis que se têm feito na matéria e contenda, que a nova Bula decidiu, deixando sempre lugar para novos requerimentos, e deles vejo que, tendo o nosso cristianíssimo Reino em tão pouco tempo feito suar as estampas dos herdeiros de Francisco del Hierro, em Castela, com o peso de tantos manifestos sobre a averiguação dela, se vê destruída a carroça em que ia caminhando com arrogâncias de triunfante o engano e se vai vendo subir ao trono a verdade [...].<sup>64</sup>

Este artifício, que numa primeira leitura pode levar a que não se conteste a autenticidade do pé-de-imprensa utilizado nos diferentes libelos, não resiste a um olhar mais atento, pois há aspectos absolutamente insólitos que indiciam estarmos perante situações de fraude editorial. E se a esse olhar atento for associado um estudo sobre a vida e período de actividade profissional dos verdadeiros impressores, que serviram de testas-de-ferro a estas edições clandestinas, tomamos rapidamente consciência de que tudo não passa de um disfarce para omitir o nome dos verdadeiros responsáveis pela impressão daqueles libelos.

Como atrás ficou registado, dezanove das trinta e oito dissertações publicadas deram-se como impressas em Madrid, na oficina dos Hierro, e encontramos aí uma primeira situação de evidente anormalidade, pois num mesmo ano (1746) foram supostamente impressas duas espécies por Francisco del Hierro [1.1 e 1.12], uma pela viúva [1.21] e quinze pelos herdeiros de Francisco del Hierro [1.2; 1.3; 1.4; 1.7; 1.8; 1.9; 1.10; 1.18; 1.23; 1.25; 1.31; 1.32; 1.34; 1.35 e 2.1].

Se é frequente haver uma tradição familiar no domínio das artes tipográficas, esta transmissão da oficina é demasiado rápida para que a aceitemos sem reservas, e a contradição torna-se patente se atentarmos que *Carta Consultiva ...* [1.12], um dos libelos "saídos" da oficina

<sup>63</sup> S. MIGUEL, Fr. José de. *Carta Defensiva por parte do Supremo Tribunal do Santo Ofício ...* Madrid, En la Imprenta de Cosme Pedro Cappeleti, 1746, [pág. 2 inumerada].

<sup>64</sup> *Resposta a hum Religioso das Ilhas ...* Sevilla, En la Imprenta Real, Casa del Correo Viejo. Anno de 1746, pp. 5-6.

de Francisco del Hierro para impugnar a pastoral que D. Frei Miguel de Távora fez publicar na sua diocese em 1746, é, pelo seu conteúdo, cronologicamente posterior a outras dissertações dadas como impressas pelos herdeiros de Francisco del Hierro, em datas anteriores.

O conhecimento da actividade tipográfica da oficina madrileña de Francisco del Hierro, viúva e herdeiros afasta por completo qualquer dúvida que ainda possa subsistir quanto à utilização abusiva do seu nome nos libelos portugueses. Francisco del Hierro iniciou-se profissionalmente como impressor em 1715,<sup>65</sup> localizando-se a sua oficina na Plazuela del Conde de Barajas, al Barrio de la Puerta Cerrada.<sup>66</sup> A qualidade das obras saídas dos seus prelos deve ter sido ponderada pela *Real Academia Española*, que, após dispensar os serviços do seu primeiro impressor privilegiado, José Rodríguez, firmou com Francisco del Hierro, em 26 de Junho de 1724, o contrato em que se estipularam as condições a que se obrigavam as duas partes para se proceder à impressão do *Diccionario de Autoridades*. A solidez da oficina ressalta claramente das condições aceites pelo impressor naquele documento.<sup>67</sup>

O primeiro tomo do Dicionário foi publicado em 1726, manifestando publicamente a Academia o seu regozijo pela forma como o impressor executara o trabalho, e, em 1729, foi ainda Francisco del Hierro, como impressor privilegiado da *Real Academia Española*, o responsável pela impressão do segundo tomo do *Diccionario de Autoridades*.

Pelo levantamento da produção bibliográfica impressa por Francisco del Hierro e seus familiares, somos levada a concluir que o impressor faleceu no ano de 1730. O seu nome figura ainda em duas obras publicadas nesse ano, nomeadamente no segundo volume de *Theatro chyrgico anatomico del cuerpo del hombre vivente, objecto de la cirurgia y*

---

<sup>65</sup> Cf. GUTIÉRREZ DEL CAÑO, Marcelino. *Loc. cit.*, p.83. As informações sobre Francisco del Hierro, viúva e herdeiros contidas no *Ensayo de un Catálogo de Impresores Españoles* apresentam dados incompatíveis, sendo de admitir tratar-se de gralhas tipográficas. Assim, assinala-se como época de actividade dos diferentes membros da família Hierro o período compreendido entre as seguintes datas limites: «Francisco del Hierro – 1715-1752; Viuda de Francisco del Hierro – 1730-1738 e Herederos de Francisco del Hierro – 1733-1760.» Pelo levantamento da produção bibliográfica saída da oficina dos Hierro concluímos que Francisco del Hierro trabalhou como impressor de 1713 a 1730, a sua viúva dedicou-se à mesma actividade entre 1730-1733 e os herdeiros de Francisco del Hierro continuaram a tradição familiar, imprimindo obras de 1733 a 1764.

<sup>66</sup> Cf. Acta da Real Academia Española, de 8 de Junho de 1724. A decisão de propor a Francisco del Hierro a impressão do *Diccionario de Autoridades* foi exarada, naquela acta, nos termos seguintes: «[...] encargaron los SS.<sup>tes</sup> D. Juan de Ferreras e P. Adrian Connink de hablar sobre ello con Francisco del Hierro, que tiene su Imprenta al Barrio de la Puerta Cerrada». *Real Academia Española, Livro de Actas* nº 2, fol. 109v. No nº 38 da *Gaceta de Madrid*, de 17 de Setembro de 1730, encontramos no espaço reservado ao anúncio de livros a seguinte referência: "Las Obras Historicas, Poeticas y Morales escritas por D. Juan de Zabaleta, sexta impression, corregida y enmendada, en casa de la Viuda de Francisco del Hierro, en la Imprenta de la Plazuela del Conde de Barajas." As duas informações são complementares, visto que a Plazuela del Conde de Barajas se situa no Barrio de Puerta Cerrada. Ainda hoje é fácil localizar este bairro e praça, nas imediações da Plaza Mayor, porque se mantém a designação toponímica.

<sup>67</sup> Cf. Acta da Real Academia Española, de 26 de Junho de 1724, assinada por Don Vicencio Squarzafigo e Centurion Arcolim. São várias as cláusulas do contrato e limitamo-nos a apresentar as mais significativas: «Àquela impression se ha de hacer en la letra que llaman lectura gorda en papel de marquella, y en planas de à dos columnas (...); Que el dicho Fr. del Hierro hade hacer fundir la letra nueva a su costa de buena calidad de suerte que pueda tirarse todo el tomo sin quese conozca imperfeccion en cujo caso hade ser de su obligacion bolverla a fundir de nuevo siempre que lo necesitara: I que para que esta impression continue sin intermission por su parte, ha de tener oficiales destinados à ella que no necessitem entender en otra cosa. R.A.E., Livro de Actas nº 2, fol. 113 e 113v.

*medicina*, de autoria de Francisco Suarez de Ribera e em *La Estrella Carpetana: vida de la sierva de Dios Maria de la Cabeza, en método historico, panegyrico y moral*, de Andres Salazar y Castilha, mas na terceira edição de *Questión theologico-moral acerca del reo de fe, convicto negativo relaxado al brazo secular e sentenciado a muerte*, de Candido Muñoz, vinda também a público em 1730, encontra-se já, no pé-de-imprensa, a indicação que a obra foi impressa na oficina da viúva de Francisco del Hierro.

De 1730 a 1733 coube à viúva de Francisco del Hierro estar à frente da oficina, honrando os compromissos assumidos pelo seu marido, e o seu nome ficou também ligado à publicação da primeira edição do *Diccionario de Autoridades*. O terceiro tomo, publicado em 1732, ostenta na portada a indicação de que foi impresso na oficina da viúva de Francisco del Hierro,<sup>68</sup> e podemos encontrar obras impressas com essas indicações tipográficas até 1733; isto nos leva a admitir como muito provável que o afastamento fosse devido ao falecimento da viúva do famoso impressor.

Nesse mesmo ano [1733], surgem também espécies impressas pelos Herdeiros de Francisco del Hierro, e, baseando-nos nos dados recolhidos através do levantamento da produção bibliográfica saída da oficina dos Hierro, podemos afirmar que, durante mais de trinta anos, os descendentes de Francisco del Hierro continuaram a tradição familiar e asseguraram, com absoluta regularidade, a impressão de muitas espécies, sendo o ano de 1764 o último em que encontramos vestígios da sua presença.<sup>69</sup>

Se Francisco del Hierro e viúva já tinham morrido à data em que ocorreu a questão portuguesa do sigilismo, o mesmo não se pode afirmar dos seus herdeiros – que, em 1746, se encontravam em plena actividade profissional –, mas consideramos admissível que nem sequer tivessem tomado conhecimento de que o seu nome fora utilizado ficticiamente em Portugal.

É de realçar que nas obras saídas dos verdadeiros prelos dos Herdeiros de Francisco del Hierro são usadas simultaneamente, de 1733 a 1764, duas fórmulas diferentes para identificar a oficina tipográfica: «Madrid, En la Imprenta de los Herederos de Francisco del Hierro» e «Madrid, Herederos de Francisco del Hierro».

Nos libelos da questão do sigilismo depara-se-nos uma série de variantes, que indiciam estarmos perante a utilização de uma *fausse adresse*. A par de Madrid, Na Officina dos Herdeiros de Francisco del Hierro [1.2; 1.4; 1.9; 1.10; 1.18; 1.23; 1.31; 1.32], encontramos também, após a indicação do local de edição, as seguintes designações: Pelos herdeiros de Francisco del Hierro [1.7]; En la Officina de los Herederos de Francisco del Hierro [1.3]; Na

---

<sup>68</sup> Os tomos 4, 5 e 6 foram publicados pelos Herdeiros de Francisco del Hierro respectivamente em 1734, 1737 e 1739. Para se conhecer a história da publicação da 1ª edição do *Diccionario de Autoridades* é fundamental a obra de autoria de Fernando Lázaro Carreter. *Crónica del Diccionario de Autoridades*. Madrid, Real Academia Española, 1972.

<sup>69</sup> De 1733 a 1760 o número de obras impressas pelos herdeiros de Francisco del Hierro é perfeitamente regular. Desconhecemos que haja obras saídas desta oficina nos anos de 1761, 1762 e 1763. No entanto, em *Bibliografía de Autores Españoles del siglo XVIII*, sob o nº 1913, é apresentada a descrição bibliográfica de *Suplemento de el Theatro Critico...*, de Benito Feijoo y Montenegro, e indica-se que a obra foi impressa na oficina dos herdeiros de Francisco del Hierro, em 1764. Aguilar Piñal faz acompanhar a descrição da obra da seguinte observação: «Citada por Cerra (pág. 65, núm. 0.179) pero de la que no conozco exemplar».

Offic. dos Herd. de Francisco del Hierro [1.34: 1.35 e 1.36]; Na Oficina dos herdeyros de Francisco del Hierro [2.1] e ainda *Apud Haeredes Francisci del Hierro* [1.8 e 1.25].

Verificamos, assim, que em nenhum libelo foi usado o verdadeiro nome da oficina, e damos-nos conta de que o recurso ao expediente de modificar ligeiramente a denominação da oficina ou impressor é estratagema utilizado, com frequência, em edições clandestinas. Prática idêntica foi denunciada por Anne Sauvy, a respeito das contrafacções:

Certains contrefacteurs, scrupuleux ou prudents, dénoncent leur production par trois mots discrets, imprimés en tout petits caractères, et une adresse telle que *À Paris, Chez Charles Osmont* devient alors *Sur l'imprimé, À Paris, Chez Charles Osmont*.<sup>70</sup>

Afigura-se-nos importante notar que nenhum destes libelos integra o espólio bibliográfico da Biblioteca Nacional de Madrid e, curiosamente, ignora-se em Espanha a existência de todas estas espécies escritas em português e saídas da oficina dos Hierro, nos anos de 1746-1747.<sup>71</sup>

As outras quatro dissertações em que se indica como local de edição a cidade de Madrid são também edições falsas. *Carta Defensiva ...* [1.13], supostamente saída da «Officina de los Herederos de Cosme Pedro Cappelletti», e *Carta Discursiva ...* [1.30], dada como impressa por Juan del Tajo, nada têm, à primeira vista, que possa causar estranheza. Mas desaparece a aparente normalidade que as envolve quando verificamos que a oficina Cappelletti nunca existiu e que também nunca houve em Madrid, nem sequer em Espanha, um impressor ou livreiro de nome Juan del Tajo.<sup>72</sup> São portanto, do domínio da fantasia os nomes escolhidos para figurarem no pé-de-impressão dos libelos mencionados.

Esta situação não se repetiu em *Erros bem vistos ...* [1.5] e *Colecção terceira ...* [1.33], cuja impressão foi atribuída a Antonio Sanz. Filho e neto de impressores, Antonio Sanz, «impressor del Rey, de la Academia e del Supremo Consejo de Castilla», exerceu esta actividade profissional de 1728 a 1790.<sup>73</sup> Sendo vivo à data em que se deu a contenda do sigilismo, não foi, no entanto, da sua responsabilidade a impressão das duas dissertações acima referidas, e há pequenos pormenores que deixam transparecer este facto.

As obras impressas na verdadeira oficina de Antonio Sanz, todas escritas em espanhol, ostentam na folha-de-rosto, no espaço reservado à identificação do impressor, uma das três seguintes designações: «Antonio Sanz.»; «Antonio Sanz, en la Calle de la Paz.» ou «Antonio Sanz, en la Plazuela de la Calle de la Paz.». A versão «En la Oficina de Antonio Sanz» é exclusiva das dissertações portuguesas, as quais também não fazem parte do acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional de Madrid.

<sup>70</sup> SAUVY, Anne. *Loc. cit.*, p. 108.

<sup>71</sup> Baseamo-nos na informação, gentilmente cedida, a título particular, pelo Prof. Francisco Aguilar Piñal.

<sup>72</sup> Cf. GUTIÉRREZ DEL CAÑO, Marcelino. *Loc. cit.* e AGUILAR PIÑAL, Francisco. *Bibliografía de Autores Españoles del Siglo XVIII*.

<sup>73</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 84. Antonio Sanz era filho de Juan Sanz, que foi «Portero de Cámara de S. M. e impresor de su Real Consejo», tinha a oficina na Calle de la Paz e trabalhou como impressor de 1715-1726.

Não restam dúvidas quanto ao carácter fraudulento da edição dos seis libelos "sevilhanos" da questão do sigilismo, cinco [1.14; 1.19; 1.24; 1.26 e 1.37] supostamente saídos da «Imprenta Real – Casa del Correo Viejo» e um [1.20] ficticiamente impresso por «Manuel de la Puerta de las Siete Revueltas», porque a oficina e o impressor a quem são atribuídas as edições já não existiam em 1746.

Francisco Aguilar Piñal, em *Impresos Sevillanos del Siglo XVIII*, depois de apresentar um estudo sobre as oficinas tipográficas que funcionaram em Sevilha no século XVIII e de descrever mais de 2.000 espécies não incluídas em *Tipografía Hispalense*, de Francisco Escudero y Perosso, nem em *Impresos Sevillanos*, da autoria de Santiago Montoto, denuncia a existência de «Falsos Impresos Sevillanos»<sup>74</sup> e, entre as sete espécies descritas sob este título, figuram cinco relativas à questão do sigilismo [1.14; 1.20; 1.24; 1.26 e 1.37], de que o investigador tem conhecimento através do *Catálogo da Colecção de Miscelâneas* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e não porque existam exemplares em bibliotecas espanholas. Na base da rejeição da autenticidade das espécies portuguesas está o conhecimento do período de actividade da verdadeira oficina e impressor sevilhanos.

A Imprenta Real – Casa del Correo viejo (não Imprenta, como figura em 4 das dissertações e também não *Viejo mas viejo*)<sup>75</sup> está ligada a família de impressores de origem alemã, estabelecida em Sevilha desde 1701: os Leefdael.

Francisco Aguilar Piñal reconstitui o ciclo de vida desta casa impressora. Depois de assinalar que a Francisco de Leefdael, com domicílio "en la Casa del Correo viejo enfrente del Buen Suceso", sucedeu, cerca de 1728, a sua viúva, informa:

A partir de dicha fecha [1728] el pie de imprenta reza "Viuda de Francisco de Leefdael" y en 1733 pasa a ser "Imprenta Real, Casa del Correo viejo", título obtenido, con toda a seguridad, durante la estancia de la corte en Sevilla. En 1740 un sermón de Fray José Medina está impreso en la "Imprenta Real de D. Francisco de Leefdael, Casa del Correo viejo".<sup>76</sup>

E adiante escreve:

Al llegar a 1743 encontramos un cambio de domicilio, ya que en un escrito de Fray Juan de la Concepción figura "Imprenta Real, en calle Génova". Entre 1748 e 1753 aparece sólo "Imprenta Real", sin que pueda precisarse si estos impresos pertenecen a la casa de Leefdael o a la de López de Haro, que también usó el mismo título.<sup>77</sup>

Face a lacunas documentais, Aguilar Piñal afirma ser difícil traçar com segurança a actividade da "Imprenta de Puerta", localizada em Sevilha «en las Siete Revueltas», mas as

<sup>74</sup> AGUILAR PIÑAL, Francisco. *Impresos Sevillanos del Siglo XVIII. Adiciones a la Tipografía Hispalense*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974, p. 361.

<sup>75</sup> Só em *Muratori Simulado* ... [1.37] aparece «Imprenta», mas verifica-se uma outra modificação na apresentação das indicações tipográficas, pois figura: «En Sevilla con licencia en la Imprenta Real, Casa del Correo Viejo.»

<sup>76</sup> AGUILAR PIÑAL, Francisco. *Ob. cit.*, p. 15.

<sup>77</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 15.

conclusões a que chega são suficientes para provar a impossibilidade de a dissertação portuguesa intitulada *Estimulo Catholico ...* [1.20] ser uma edição original.

Assinalando o ano de 1699 como data inicial de actividade desta oficina, Aguilar Piñal refere que Juan de la Puerta foi o primeiro elemento de uma dinastia de impressores, que, em 1791, ainda existia em Sevilha. Juan de la Puerta teve como seguidor talvez um filho do mesmo nome, que entre 1712-1713 figura como impressor de algumas obras sob a designação de «Juan de la Puerta el menor». <sup>78</sup> São escassos os dados disponíveis, mas o investigador espanhol pôde acrescentar:

Ignoro el grado de parentesco que uniría a los anteriores con Manuel de la Puerta, que aparece entre 1725 y 1733, mientras que un José de la Puerta ho hace en 1730. <sup>79</sup>

Também Georges Bonnant, no decurso de investigações sobre tipografia genebrina, ao compulsar um opúsculo "conservé à la Biliothèque Nationale de Lisbonne, signé par un certain Alvares Nogueira" e dado como impresso «A Colonia, Chez Perachon & Cramer, 1746», rejeita a possibilidade de estar perante uma edição original. A espécie em referência é o libelo sigilista *Paralelo evidente ...* [1.27] e Bonnant apresenta as seguintes razões para defender semelhante afirmação:

Ce libelle est le seul imprimé rédigé en langue portugaise, signé par un typographe genevois. En réalité, il s'agit précisément d'un faux, car en 1746 l'imprimerie Perachon & Cramer avait changé de mains et ne possédait plus cette raison sociale. <sup>80</sup>

Depois de lançar uma hipótese muito vaga sobre o verdadeiro local de edição do libelo, o investigador tece ainda algumas considerações sobre este caso, que nos permitem concluir não ter sido ponderada a hipótese de «Madrid, Francisco del Hierro» ser também uma *fausse-adresse*:

L'ouvrage, probablement imprimé clandestinement à Lisbonne même, parut la même année dans une collection de bulles et pastorales, publiée à Madrid, chez Francisco del Hierro. <sup>81</sup>

A desmontagem das situações de fraude editorial dos outros libelos publicados por ocasião da querela do sigilismo, com base no conhecimento da vida profissional dos verdadeiros impressores, permite-nos concluir que se recorreu a estratégias análogas. Em *Discurso em que se trata da jurisdicçam do Santo Officio para castigar os confessores ...* [1.11] e em *Discurso Apologético, Theologo-Juridico ...* [1.15] usou-se como *fausse adresse* «A Bruxelles, Chez François Foppens». Utilizou-se, de forma abusiva, o nome de um impressor que

---

<sup>78</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 14.

<sup>79</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 14.

<sup>80</sup> BONNANT, Georges. «L'imprimerie à Genève du XV<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle et le commerce des libraires genevois avec le Portugal». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, Ano II, nº 5 (Janeiro-Março 1956), pp. 1-16.

<sup>81</sup> IDEM. *Ibidem*, pp. 14-15. A informação dada por Georges Bonnant sobre a inclusão de *Paralelo Evidente ...* na *Collecção Universal das Bullas ...* (2º tomo) contém uma imprecisão, pois esta *Collecção* foi dada como impressa pelos Herdeiros de Francisco del Hierro e não por Francisco del Hierro.

abandonara a actividade tipográfica cerca de quinze anos antes, pois, à data da questão do sigilismo, era Pierre e não François o impressor de apelido Foppens estabelecido em Bruxelas.

Consideramos também importante referir que nas obras saídas da verdadeira oficina de François Foppens se utilizam as seguintes designações para identificar o local de edição e impressor: se a obra é escrita em francês, encontramos «A Brusselle, Chez François Foppens.» ou «Brusselle, François Foppens.»; se a obra é escrita em espanhol, figura «En Brusselas. Por Francisco Foppens.», ou «En Brusselas, De la Imprenta de Francisco Foppens, Impresor y Mercador de Libros», ou ainda «En Brusselas. En Casa de Francisco Foppens.». O aporuguesamento de «Brusselle» ou «Brussellas» por «Bruxelles», a par de «Chez François Foppens», é característico de fraude editorial.

Em *Entretenimento Politico ...* [1.22], dado como impresso «A Rouen, Chez Besogne, ancien Imprimeur du Roy, riie [sic] Ecuycere, au Soleil Royal 1746», usou-se o nome de um impressor francês estabelecido em Rouen e em actividade à data em que ocorreu a contenda entre o Santo Officio e os bispos jacobeus, mas, por precaução, transformou-se «Besongne» em «Besogne» e «rue» em «riie». Estas modificações não são gralhas tipográficas, como se podia admitir num primeiro contacto. São artimanhas próprias do mundo da clandestinidade editorial, feitas por quem sabia muito bem criar alçapões para poder defender-se em caso de necessidade.

«Barcellona, Na Officina de Domingos Zuzarte», que figura em *Resposta a huma carta que da cidade de Coimbra se escreveo á de Lisboa ...* [1.6], e «Praga & Norimberg. Chez Frederic Rudiger», presente em *Agradecimentos de Portugal ao Cardeal Patriarca ...* [1.29], são indicações tipográficas que não têm qualquer ligação com a realidade editorial. Desconhecemos que tenham existido impressores com tais nomes nas cidades indicadas, ou em qualquer outra localidade.

A impressão das 37 dissertações publicadas a favor dos interesses do Santo Officio e Cardeal Patriarca foi, assim, entregue, ficticiamente, a treze impressores. A criação artificial de um tão grande número de responsáveis não tem outra intenção senão a de provocar a dispersão da atenção e, assim, dificultar a identificação dos verdadeiros implicados. A teia entretecida tem uma estrutura suficientemente complexa para que nela se possa ficar enredado: torna-se difícil, num primeiro contacto, abstrair de tantos nomes de impressores e oficinas, de tantas falsas-pistas e subterfúgios, e concluir, após a análise das afinidades gráficas entre as espécies, terem sido todas impressas na mesma oficina tipográfica.

O ornamento tipográfico que figura no rosto de *Resposta a humas cotas ...* [1.19] e no de *Resposta de um Religioso das Ilhas ...* [1.26], espécies dadas como impressas em «Sevilla. En la Emprenta Real, Casa del Correo Viejo», é exactamente igual ao que se encontra na portada de *Iudicium Prudens ...* [1.25], supostamente impresso em Madrid, pelos Herdeiros de Francisco del Hierro [Figs. 1. 2. e 3 das páginas seguintes]. Em *Estimulo Catholico ...* [1.20], ficticiamente saído dos prelos sevillhanos de «Manuel de la Puerta en las Siete Revueltas» e em *Reconvençam Apologetica ...* [1.23], dado como impresso em «Madrid. Na Officina dos

Herdeiros de Francisco del Hierro», emprega-se também na folha-de-rostto a mesma vinheta ornamental, se bem que colocada na posição inversa [Figs. 4. e 5.].

Mas as coincidências não se situam só ao nível dos ornamentos tipográficos. Uma análise cuidada dos alfabetos utilizados na composição de palavras permite-nos concluir que se empregaram os mesmos tipos, nos diferentes libelos. Assim, em *Resposta a humas cotas ...* [1.19 / Fig. 1] o R maiúsculo empregado na palavra – CARTA – é igual ao que figura no vocábulo – PRVDENS – da dissertação *Iudicium Prudens ...* [1.25 / Fig. 3].

Se estabelecermos, por exemplo, uma comparação entre as folhas-de-rostto de *Parallelo Evidente ...* [1.27 / Fig. 6], dado como impresso em Colonia, de *Discurso em que se trata da Jurisdicçam do Santo Officio ...*[1.11 / Fig. 7], saído ficticiamente dos prelos de François Foppens em Bruxelles, e de *Estimulo Catholico ...* [1.20 / Fig. 4], impresso supostamente em «Sevilla, por Manuel de la Puerta», apercebemo-nos de que:

1º – O tipo de letra utilizado na palavra – EVIDENTE – do libelo 1.27 [Fig. 6] é igual ao usado na palavra – CATHOLICO – do libelo 1.20 [Fig 4]. A letra comum – T – é absolutamente igual, e as outras fazem parte do mesmo alfabeto;

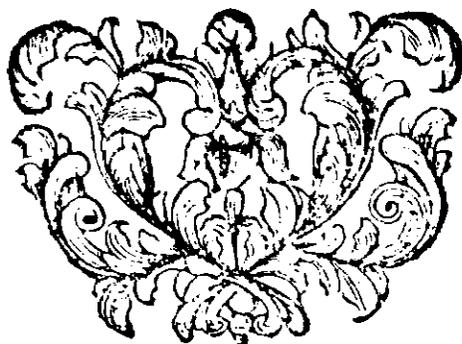
2º – Em VBI PRIMVM – E A PASTORAL, palavras que integram o título de *Parallelo Evidente ...* [1.27 / Fig. 6] utilizou-se o mesmo tipo que em – MORAL – POLITICO – MIGUEL DE ATAIDE, vocábulos também presentes no rosto de *Estimulo Catholico ...* [1.20 / Fig. 4] e as letras comuns [A, E, I, L, M, O, P, T e U] são rigorosamente iguais;

3º – Em *Discurso em que se trata da Jurisdicçam do Santo Officio* [1.11 / Fig. 7] estas duas últimas palavras estão impressas com o mesmo tipo de letra que a palavra – BENE-DICTO –, presente no libelo *Parallelo Evidente ...* [1.27 / Fig. 6], e a mesma coincidência se nota entre as palavras – CARTA E DISCURSO –, respectivamente presentes nas portadas das dissertações 1.27 [Fig. 6] e 1.11 [Fig. 7].

Poderíamos estabelecer comparações entre outras espécies para provar a sua origem comum, mas afigura-se-nos desnecessário. Limitamo-nos a registar que as semelhanças são múltiplas e que se estendem a aspectos de pormenor como paginação, reclamos e sinais gráficos usados (diacríticos, sinais de pontuação), o que nos deixa afirmar, com segurança, que a responsabilidade da impressão das dissertações é exclusiva de um impressor.



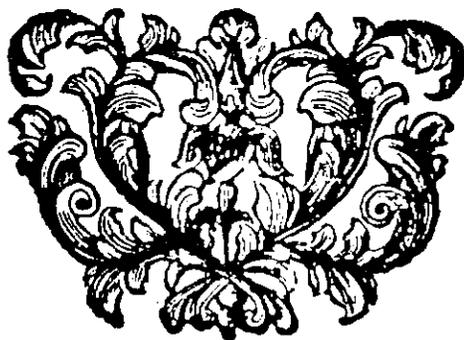
RESPOSTA  
A HUMAS COTAS,  
QUE A  
CARTA  
CENSORIA  
FEZ O EXCELLENT. E REVERENDISSIMO  
ARCEBISPO  
BISPO  
DO. ALGARVE.



SEVILLA:  
En la Empronta Real, Casa del Correo Viejo.

Figura 1. Portada de *Resposta a humas cotas que a Carta Censoria fez ao Arcebispo do Algarve*, supostamente impresso em Sevilla, en la Empronta Real, Casa del Correo Viejo.

**RESPOSTA**  
**DE HUM RELIGIOSO**  
D A S I L H A S  
**A HUMA CARTA,**  
QUE DESTA CORTE SE LHE ESCREVEO,  
COM ALGUMA  
**EXPOSIC,AM A' BULLA:**  
U B I P R I M U M.



**S E V I L L A:**

**En la Empronta Real , Casa del Correo Viejo.**  
**Anno de 1746.**

Figura 2. Folha-de-rosto de *Resposta de hum Religioso das Ilhas* ... dado como impresso em Sevilla, en la Empronta Real, Casa del Correo Viejo.

JUDICIUM  
PRUDENS.

· A C

ORTHODOXUM

CIRCA

CONSTITUTIONES PONTIFICIAS,

ET CIRCA

Aliquas Pastorales Lusitanorum Præsulum in  
materia interrogationis complicum

A D

EMINENTISSIMUM, AC REVERENDISSIMUM

DOMINUM

CARDINALEM DA CUNHA,

INQUISITOREM GENERALEM.



MATRITI

Apud hæredes Francisci del Hierro. Anno 1746.

*De facultate Superiorum.*

Figura 3. Rosto de *Judicium Prudens*... impresso sob a *fausse-adresse* de «Matriti. Apud hæredes Francisci del Hierro», em 1746.

15 13 20 12 333

ESTIMULO  
CATHOLICO,  
MORAL, POLITICO,  
E JURIDICO,  
QUE OBRIGOU A  
MIGUEL DE ATAIDE  
CORTE REAL,

Conego Penitenciario da Cathedral de Faro,  
A requerer ao seu Cabido, que devia intentar alguma acção judicial,  
pela qual fizesse certo não consentia na Pastoral mandada  
publicar pelo

EXCEL. E REVER. SENHOR  
ARCEBISPO BISPO  
DESTA DIOCESE,

Em opposição dos dous Editaes do santo Officio, hum de 6. de  
Mayo de 1745. outro de 29. de Março de 1746.



Impresso en Sevilla por Manuel de la Puerta  
en las Siete Revueltas.

Figura 4. Portada de *Estimulo Catholico* ... impresso em Lisboa em 1746, sob a falsa indicação de «Sevilla, por Manuel de la Puerta en las Siete Revueltas.»

RECONVENÇAM  
APOLOGETICA,  
E RESPOSTA  
A HUMA CARTA,  
QUE  
AO EMINENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR  
CARDEAL DA CUNHA  
INQUISIDOR GERAL  
ESCREVEO  
O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR  
BISPO DE ELVAS,  
NA QUAL  
se dissolvem as suas duvidas, e se desvanecem os  
seus escrúpulos,  
ESCRITA POR HUM SEU  
AMIGO VERDADEIRO,  
AINDA QUE ENCOBERTO.



M A D R I D.  
Na Oficina dos Herdeiros de FRANCISCO  
DEL HIERRO. Anno 1746.

Figura 5. Rosto de *Reconvençam Apologetica* ... dado como impresso em Madrid, na oficina dos herdeiros de Francisco del Hierro.

PARALLELO  
EVIDENTE,  
QUE MOSTRA AS DEFORMIDADES ENTRE A BULLA  
UBI PRIMUM  
DO SANTISSIMO PADRE  
BENEDICTO XIV.

com a data de 2. de Junho do presente anno,  
E A PASTORAL  
DO EXCELLENTISSIMO  
ARCEBISPO BISPO DO ALGARVE

*de 11. de Abril publicada em 17. do mesmo mez, e  
anno, para convencer a cavilosa falsidade, com  
que o dito Excellentissimo affirma na Pasto-  
ral de 16. de Julho, publicada em 18.  
que a sua primeira he conforme á dita  
Bulla.*

CARTA,  
QUE HUM HOMENAGEADO NO CASTELLO  
de Lisboa escreve a hum prezo no Aljube de Faro, que  
lhe havia enviado huma Glofa feita á sobredita  
Pastoral.



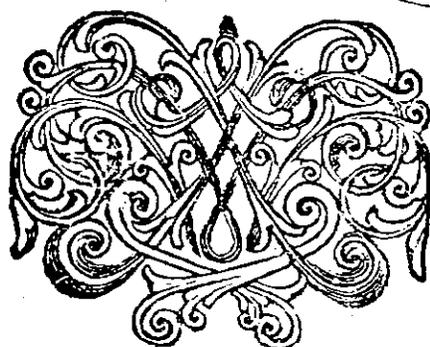
A COLONIA.  
Chez Perachon, & Cramer 1746.

Figura 6. Portada de *Parallelo Evidente* ... obra impressa clandestinamente sob a *fausse-adresse* de «A Colonia. Chez Perachon, & Cramer».

DISCURSO,  
EM QUE SE TRATA DA JURISDICÇÃO,  
D O  
SANTO OFFICIO

PARA CASTIGAR OS CONFESSORES,

*Que perguntão aos penitentes pelos complices  
dos peccados com a pena de lhes nega-  
rem a absolvição, se os não de-  
clararem.*



*Demme*  
5693

A BRUXELLES,

---

Chez François Foppens,

Figura 7. Folha-de-rosto de *Discurso em que se trata da Jurisdição do Santo Officio para castigar os Confessores* ..., supostamente impresso em Bruxelas, por François Foppens.

# REPOSTA A HUMA CARTA,

QUE DA CIDADE DE COIMBRA  
*se escreveu á de Lisboa; na qual se pedia com gran-  
de encarecimento lhe dissesse o seu parecer sobre  
o presente caso, e de tudo o mais, que  
tivesse succedido.*

ESCRITA PELO  
**ANONYMO,**  
*Que se consultou.*



**BARCELONA,**  
Na Officina de DOMINGOS ZUZARTE.  
Anno 1746.  
*Com as licenças necessarias,*

(9)

jos, e diffinidos por hereticos os erros desta feita, para assim rendermos a Deos com reiteiradas preces as nossas graças, e em tudo seguirmos o conselho de Santo Isidoro (*lib de Summis bonis*) no qual com mysteriosas palavras diz o seguinte: *Atilius est emigrare cum gratiâ, quam habitare cum discordiâ.* E se a peste, conforme diz Boccio de *Consolat.* mais maltrata, quando he mais familiar: *Nulla pejus efficitur ad noscendum, quam familiaris inimicus,* este mal, que andava disfarçado com capa de virtude, e com semelhanças de serviço, se não se acudisse com prompto auxilio, e loccorro, perigariamos todos, quando o naufragio era evidente, e manifesto.

Até aqui chegou a correr a penna velozmente, não sey se mais movida do escandalo, que do affeção, e nas antecedentes razoens verá V. m. o quanto he melhor não saber, que errar, e que he melhor huma fiel ignorancia, do que huma temeraria sciencia. Construí sem alterar o sentido as palavras de Santo Agostinho, (*ad Tract. in Erem.*) *Melius est, diz a Aguia remontada pelo nascimento em Africa, nescire, quam errare; melior est fidelis ignorantis, quam temeraria scientia;* e conhecendo V. m. muito bem, que perseverar no erro he huma emittente ignorancia, como he vulgar o prologoio: *Ignorantia non est errare, sed in errore persistere,* pegu-lhe, que lançando os olhos ás antecedencias, tire com formalidade a soluçãõ. Mayor sentimento causou a Portugal o ver, que dous Principes da Igreja, a quem as letras, e virtudes condecoraraõ com a dignidade, fossem os patrocinadores de semelhanze zizania. Disgraçado seculo, onde mais se estuda a iniquidade, que a sciencia! Se estes  
b dous

Portada e uma página de *Reposta a huma Carta que da Cidade de Coimbra se escreveu á de Lisboa ...*

# DISCURSO APOLOGETICO, THEOLOGO-JURIDICO,

Em que se mostra inoffensa a jurisdicção dos Ordinarios do Reino de Portugal pelo Edital, com que o Santo Officio manda denunciar os que obrigação à declaração dos complices na Confissão sacramental; e a jurisdicção, e recto procedimento, com que o mesmo Santo Officio executou as suas determinações.

*Escrito em contraposição da Pastoral de Evora,  
e em defesa daquelle Santo Tribunal*

P O R

## HUM ZELOSO DA FE, E DA VERDADE.

A B R U X E L L E S,

Chez François Foppens.

( 9 )

ta os dous Eminentissimos Purpurados ao Senhor Supremo, Cabeça, e Governador de toda a Militante Igreja, que reconhecendo o acerto, com que estes tinham obrado na empreza, não só confirmou todas as suas execuções, mas mandou advertir a firmeza neellas a todos aquelles, a quem por obrigação dos seus empregos competia, como principaes fundamentos, a segurança, e defenza das fortalezas. Bem obrava o Santissimo Padre, se fossem, como devião ser, todos os fundamentos, que elle tinha no seu edificio.

Reconhecendo pois o pay das discordias cahidas quasi por terra, ou totalmente destruidas as suas maquinas, porque informado dellas o Santissimo lhe impossibilitava os progressos, começou a induzir nos animos daquelles mesmos Prelados, que com capa de zelosa virtude tinha já disposto para os seus interesses, quanto lhes estava mal o publicar-se que havia semelhante praxe, motivo, por que se fazia preciso pôr logo na presença do Governador Supremo, que erão intempetivas, e desnecessarias no presente tempo as operações, com que se mostravão empenhados os sobreditos dous Purpurados, e em especial aquella, com

B que

( 1 )

# REPOSTA,

QUE EM HUMA  
ALLEGAC,AM

# DE DIREITO

SE DEFENDE A JURISDICC,AM DO  
Tribunal do Santo Officio contra a Pastoral do  
Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor  
Arcebispo de Evora.

**S**ENDO presente ao Tribunal do Santo Officio, que alguns Confessores procuravaõ introduzir nestes Reynos doutrinas prejudiciaes, e injurias ao Sacramento da penitencia, persuadindo aos penitentes no acto da confissãõ Sacramental a que declarem os nomes dos complices das suas culpas, e os lugares, onde assistem; e quando a não faziaõ, passavaõ ao temerario excessõ de lhes negarem a absolviçãõ, tomando o pretexto do bem espirital das almas, e de ser assim conveniente para o fim de se evitarem ruinas espirituas, e algumas temporaes; valendo-se para isto de ser doutrina approvada por alguns DD. que escreveraõ poderem os Confessores em alguns casos persuadir aos penitentes, a que lhes descubraõ os complices das culpas, que confessaõ.

E entendendo o Santo Tribunal ser esta doutrina erronea, mal soante, escandalosa, e muito prejudicial a pratica della ao bem espirital das

A almas,

( 9 )

de se introduzir, e praticar esta doutrina pela Bulla *In Apostolici culminis specula* do Santissimo Padre Paulo III. que refere *Caren. de Offic. Inquis. p. 2. t. 16. §. 4. a n. 15.*

Ilto mesmo procede a respeito daquelle Confessor, que crê, afirma, e persuade, que he licita a revelaçãõ do sigillo da confissãõ Sacramental; porque porisso se presume, que sente mal do Sacramento da penitencia, *idem Caren. p. 2. t. 17. §. 23. n. 93.* ou quando o Confessor faz pouco caso de violar o sigillo, e nisto he frequente. *Albit. de inconst. in fid. c. 35. n. 92. Pignat. tom. 7. conf. 54. n. 8. & 9.*

E se ao Tribunal do Santo Officio pertence castigar a culpa do Confessor, que afirma, ou persuade, que he licita a revelaçãõ do segredo da confissãõ Sacramental, ou que nisto he frequente; porque por isto he visto, que presume mal do Sacramento, *potiori jure*; pertence ao mesmo Tribunal o conhecer da culpa do Confessor, que persuade aos penitentes no acto da confissãõ Sacramental, que declarem os nomes dos complices das suas culpas, e os lugares, em que assistem, praticando huma doutrina reprovada pelos Santos Padres, e por muitos Concilios para o mesmo fim da violaçãõ do sigillo com injuria grave do Sacramento da penitencia; de tal forte, que negaõ a absolviçãõ ao penitente no caso de não declarar o complice de sua culpa; porque nesta praxe vem a afirmar, e persuadir ser sãa, e verdadeira esta doutrina.

E a razãõ dulto he, porque os factos se attendem mais, do que as palavras para o conhecimento do animo, *Rot. rec. p. 10. d. 151. n. 24.* de tal forte, que mais se mostra o animo pelos factos, do

B que

# CARTA DISCURSIVA

SOBRE OS PAPEIS, QUE TEM  
apparecido nesta Corte, a respeito da  
abominavel praxe de alguns Confes-  
sores, que perguntavaõ

## NA CONFISSAÕ

AO PENITENTE PELO COMPLICE  
do seu peccado, &c.

## COM HUM INDICE

No fim de todas as Obras impressas, e  
de algumas, que estaõ para se im-  
primir, e que brevemente sa-  
hirão ao publico.



MADRID:

Na Officina de JUAN DEL TAJO

Anno 1746.

(9)

tylo legal, e em succinta escriptura. Ultima-  
mente he muy louvavel a idea, que se tomou de  
fazer as duas *Collecções*; e deve-se agradecer  
ao Collector, que as ordenou; porque saõ docu-  
mentos, que inuitruirão a posteridade, não só da  
inconsideração de alguns Prelados, como os Ex-  
cellentissimos Arcebispo de Evora, Arcebispo  
Bispo do Algarve, e Bispo de Elvas; mas tambem  
do zelo, evigilância dos Eminentissimos Senho-  
res Cardeaes Patriarca, e Inquisidor Geral, que  
Deos nos prospere por largos annos para todos  
morrermos Catholicos. Por estes papeis sabe-  
se, qual foy o principio da questaõ, e quaes os  
seus progressos. Nestas Collecções achamos a  
*Carta*, que em fórma de Breve expedio aos  
Arcebispos, e Bispos deste Reyno a Santida-  
de Reinante do Papa nosso Senhor, na qual  
cheyo todo de zelo da Religiaõ, e do amor  
paternal a huns Reynos, em que mais puramen-  
te florece a Fé, diz haver entre nós taõ errada,  
e prejudicial praxe, que o demonio occulta-  
mente introduzio, e que condena esta doutri-  
na, como falsa, escandalosa, e que se enca-  
minha a violar o sigillo do Sacramento da Peni-  
tencia. Nella tambem agradecendo, como Su-  
premo Pastor, o vigilantissimo zelo, e cuida-  
do dos dous Eminentissimos, os louva muito,  
dizendo, que cada hum no que fizera, obrara  
como estava obrigado em razaõ do seu officio.  
Nellas tambem lêmos a *Pastoral* do Eminentif-  
simo Senhor Cardeal Patriarca, taõ zelosa, co-  
mo elegante, taõ pia, como eradita. Todos

B 2

os

Rosto de *Carta Discursiva* ... e uma das páginas que integra a obra.

A identificação do impressor só é possível se nos fixarmos nos motivos iconográficos utilizados em alguns dos libelos. Vinhetas, ornatos, pequenos elementos decorativos e capitulares são aqui elevados à categoria de marcas-de-impressor: pelo seu estudo, concluímos que Miguel Rodrigues, o "impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca", foi o responsável pela impressão das trinta e sete dissertações em favor dos interesses do Sto. Ofício e Cardeal Patriarca. A conclusão a que chegámos ganha coerência se relacionada com a origem e evolução da contenda do Sigilismo, e a lógica que preside a todo este processo sedimenta a convicção de estar decifrado, a partir de agora, o enigma bibliográfico, que temos vindo a descrever.

Não pode deixar de notar-se, também, que outras obras, alusivas a esta querela e favoráveis à mesma facção, foram, legalmente, impressas na oficina de Miguel Rodrigues. Tal aconteceu, como atrás referimos, em *Coruscationes dogmaticae*, obra composta por Dionísio Bernardes de Moraes para impugnar, oficialmente, a dissertação escrita por Muratori em defesa dos bispos portugueses, e verificou-se também em SERMAÕ / DE / S. JOAÕ NEPOMUCENO, / PROTOMARTYR DO SIGILLO, / PRÉGADO / Na fua Igreja dos Religiosos de Santa Terefa no / terceiro dia da fua novena de tarde, / QUE OFFERECE / AO EXCEL. E REV. SENHOR O SENHOR / D. THOMAS / DE ALMEIDA, / Presbytero Principal da fanta Igreja Patriarcal. / SEU AUCTOR / DOM JOACHIM / BERNARDES, / Clerigo Regular. / [Ornato xilográfico.] / LISBOA. / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, Imprefor / do Emin. Senh. Card. Patriarca. / MDCCXLVI. / Com as licenças necejjarias.<sup>82</sup> e em SANC-TISSIMI CHRISTO PATRIS, / ET DOMINI NOSTRI DOMINI / BENEDICTI / DIVINA PROVIDENTIA / PAPAE XIV. / CONSTITVTIO, / QVA / Literae iam editae aduersus Confefarios exquirentes / à Poenitentibus Complicum nomina, confirman- / tur, & amplian- / tur. / [Ornato xilográfico] / ROMAE, M.DCC.XLVI. / Ex Typogr. Rev. Camerae Apostolicae. / [Tranca] / LISBONAE, / IVXTA EXEMPLAR / Ex Typis MICHAELIS RODRIGUES, Emin. / Domini Cardinalis Patriarchæ Typogr. / Anno M.DCC.XLVI.

Mas centremos a atenção nas afinidades estéticas e coincidências de ornamentação gráfica entre os libelos da questão do sigilismo e espécies saídas da oficina de Miguel Rodrigues.

1º – O ornato xilográfico que figura na folha-de-rosto de *Resposta a humas coias ...* [1.19], de *Iudicium Prudens ...* [1.25] e de *Resposta de hum Religioso das Ilhas ...* [1.26] faz parte do material tipográfico da oficina de Miguel Rodrigues e foi utilizado, nomeadamente em CENSURA / POLITICA, / E CATHOLICA / SOBRE O PAPEL INTITULADO / *Resposta a huma Carta, que certo Cavalheiro e jcreveo / a hum feu affeiçouado Aufriaco, querendo*

---

<sup>82</sup> Os partidários do Santo Ofício serviram-se também do púlpito para acusarem de sigilistas os jacobeus. Para além do sermão acima referido, foi também proferido pelo Padre Filipe de Oliveira o *Sermão do esclarecido cônego de Praga, benefico advogado da fama protomartyr do sigilo sacramental, S. João Nepomuceno*. Lisboa, Francisco da Silva, 1746. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, t. II, p. 304 e *Cat. da Colecção de Miscelâneas da B. G. U. C.*, vol. CCXCVI, nº 4890. Em 1747, António de Deus Campos pronunciou o *Sermão de S. João Nepomuceno primeiro, e singular Martyr do Sigillo Sacramental prégado na Santa Igreja Cathedral do Porto*. Lisboa, Domingos Gonçalves, 1747. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. IV, p. 34.

*faber se / o Principe Carlos havia repassado o Rheno.* - COMPOSTA POR / JOSEPH  
CAETANO / Mestre de Grammatica ne [sta Corte. / [Ornato xilográfico.] / Na Officina de  
MIGUEL RODRIGUES. Impre [for / do Emin. Senh. Card. Patr. / MDCCXLV. / Com todas  
as licenças nece[ssarias].

RESPOSTA  
A HUMAS GOTAS,  
QUE A  
CARTA  
CENSORIA  
FEZ O EXCELLENT. E REVERENDISSIMO  
ARCEBISPO  
BISPO  
DO ALGARVE.



SEVILLA:  
En la Empronta Real, Casa del Correo Viejo.

JUDICIUM  
PRUDENS.  
AC  
ORTHODOXUM  
CIRCA  
CONSTITUTIONES PONTIFICIAS,  
ET CIRCA  
Aliquis Pastorales Lusitanorum Præsulum in  
materia interrogationis compl. cum  
AD  
EMINENTISSIMUM, AC REVERENDISSIMUM  
DOMINUM  
CARDINALEM DA CUNHA,  
INQUISITOREM GENERALEM.



MATRITI  
Apud hæredes Francisci del Hierro. Anno 1746.  
*De facultate Superiorum.*

Os rostos de *Resposta a humas gotas ...* e de *Judicium Prudens ...* são embelezados pelo mesmo ornamento xilográfico.

RESPOSTA  
DE HUM RELIGIOSO  
DAS ILHAS  
A HUMA CARTA,  
QUE DESTA CORTE SE LHE ESCREVEO,  
COM ALGUMA  
EXPOSIC,AM A' BULLA:  
UBI PRIMUM.



SEVILLA:

En la Empronta Real, Casa del Correo Viejo.  
Anno de 1746.

Portada de *Resposta de hum Religioso das Ilhas* ... supostamente impressa em Sevilla, em la Empronta Real. Casa del Correo Viejo.

CENSURA  
POLITICA,  
E CATHOLICA,  
SOBRE O PAPEL INTITULADO  
*Resposta a huma Carta, que certo Cavalheiro escreveu a hum seu affeigado Austriaco, querendo saber se o Principe Carlos havia repassado o Rleno,*  
COMPOSTA POR  
JOSEPH CAETANO  
Mestre de Grammatica nesta Corte.



LISBOA.

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, Impressor do Emin. Senh. Card. Patr.

M. DCC. XLV.

*Com todas as licenças necessarias.*

*Carta-felha na logea de Guilherme Diniz, onde se vendem as Gazetas, e nos Papelistas do Terreiro do Paço.*

Rosto de *Censura Politica* ... obra impressa em Lisboa por Miguel Rodrigues, em 1745.

A atestar a despreocupaçã do impressor face à sua implicaçã nestas edições clandestinas – e, ao mesmo tempo, uma atitude que, não envolvendo má-fé, conta com a inadvertência do público em geral – está o facto de este mesmo ornato ser reproduzido, precisamente em 1746, na portada de *Sanctissimi in Christo Patris et Domini Nostri Domini Benedicti Divina Providentia Papae XIV Constitutio* .... obra em que se transcreve o texto de uma das constituições pontificias promulgadas sobre a questão do sigilismo.

SANCTISSIMI IN CHRISTO PATRIS,  
 ET DOMINI NOSTRI DOMINI  
**B E N E D I C T I**  
 DIVINA PROVIDENTIA  
 P A P Æ X I V.  
**C O N S T I T U T I O,**

Q U A

Literæ jam editæ aduersus Confessarios exquirentes  
 à Pœnitentibus Complicum nomina, confirman-  
 tur, & ampliantur.



ROMÆ, M. DCC. XLVI.  
 Ex Typogr. Rev. Camerae Apostolicæ.

---

L I S B O N Æ,  
 J U X T A E X E M P L A R  
 Ex Typis MICHAELIS RODRIGUES, Emin.  
 Domini Cardinalis Patriarchæ Typogr.  
 Anno M. DCC. XLVI.

Portada de *Benedicti Papæ XII<sup>o</sup> Constitutio* .... impressa em Lisboa  
 por Miguel Rodrigues em 1746.

2º -- O ornamento reproduzido no rosto de *Estimulo Catholico* ... [1.20] e em *Reconvençam Apologetica* ... [1.23] aparece, como vinheta de remate, entre outras obras impressas por Miguel Rodrigues, em INSTRUCCAM / QUE / O CONDE DE VIMIOSO / DOM JOSEPH / MIGUEL JOAM DE PORTUGAL, / Do Conselho de Sua Magestade, e Depu- / tado da Junta do tres Estados, DÁ A SEU FILHO SEGUNDO / D. MANCEL / JOSEPH DE PORTUGAL / Fundada nas açoens christans, moraes, e / politicas dos Ecclesiasticos, que teve / a sua familia. / [Ornato xilográfico.] / LISBOA. / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES / Impre[ssor] do Eminent. Senhor Card. Patriarca. / [Tranca.] / M.DCC.XLIV. / Com todas as licenças neccessarias., e em A FENIS / RENASCIDA, / OU OBRAS POETICAS / Dos melhores Engenhos Portuguezes, DEDICADAS / AO EXCEL- LENTISSIMO SENHOR / D. FRANCISCO / XAVIER DE MENEZES / Conde da Ericeira

do Con felho / de Sua Mage stade, & c. / PUBLICA-O / MATHIAS PEREIRA DA SYLVA. /  
V. TOMO. / E de novo acre fcenta-o com varias obras / de alguns Authores. / [Ornato] / LIS-  
BOA, / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. / Impre ffor do Emin. Senh. Card. Patr. /  
[Tranca.] / M.DCC.XLVI. / Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real.

13 20 15  
ESTIMULO  
CATHOLICO,  
MORAL, POLITICO,  
E JURIDICO,  
QUE OBRIGOU A  
MIGUEL DE ATAIDE  
CORTE REAL,

Conego Penitenciario-da Cathedral de Faro,  
A requerer ao feu Cabido, que devia intentar alguma aççãõ judicial,  
pela qual fizesse certo não consentia na Pastoral mandada  
publicar pelo

EXCEL. E REVER. SENHOR  
ARCEBISPO BISPO  
DESTA DIOCESE,

Em opposiçãõ dos dous Editraes do fento Officio, hum de 6. de  
Mayo de 1745. outro de 29. de Março de 1746.



Impresso en Sevilla por Manuel de la Puerta  
en las Siete Revueltas.

RECONVENÇAM  
APOLOGETICA,  
E RESPOSTA  
A HUMA CARTA,  
QUE  
AO EMINENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR  
CARDEAL DA CUNHA  
INQUISIDOR GERAL  
ESCREVEO  
O EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR  
BISPO DE ELVAS,  
NA QUAL  
se diffolvem as fuas duvidas, e se defvanecem os  
feus efcrupulos,  
ESCRITA POR HUM SEU  
AMIGO VERDADEIRO,  
AINDA QUE ENCOBERTO.



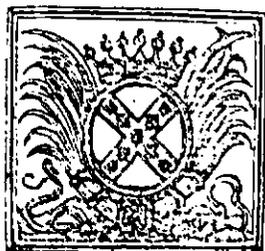
M A D R I D.  
Na Officina dos Herdeiros de FRANCISCO  
DEL HIERRO. Anno 1746.

Os ornamentos xilograficos estampados no rosto de *Estimulo Catholico* .... supostamente impresso em Sevilha, e no de  
*Reconvençam Apologetica* .... dado como impresso em Madrid, são rigorosamente iguais.

INSTRUCÇAM;  
QUE  
O CONDE DE VIMIOSO  
DOM JOSEPH

MIGUEL JOAM DE PORTUGAL,  
Do Conselho de Sua Magestade, e Depu-  
tado da Junta dos tres Estados,  
DA A SEU FILHO SEGUNDO

D. MANOEL  
JOSEPH DE PORTUGAL,  
Fundada nas accoens christans, moraes, e  
politicas dos Ecelesiasticos, que teve  
a sua familia.



LISBOA.  
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES  
Imprimeiro do Emin. Senhor Card. Patriarca.

M. DCC. XLIV.  
*Com todas as licenças necessarias.*



*W. T. P.*  
*6/11*

A FENIS  
RENASCIDA,

OU  
OBRAS POETICAS  
Dos melhores Engenhos Portuguezes,  
DEDICADAS  
AO EXCELLENTISSIMO SENHOR  
D. FRANCISCO  
XAVIER DE MENEZES

Conde da Ericeira do Conselho  
de Sua Magestade, &c.

PUBLICAÇÃO  
MATHIAS PEREIRA DA SILVA.  
V. TOMO.

E de novo accrescenta-o com varias obras  
de alguns Authores.

LISBOA,  
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,  
Imprimeiro do Emin. Senh. Card. Patr.

M. DCC. XLVI.  
*Com todas as licenças necessarias, e Privilégio Real.*

*a seu filho segundo.* 21  
lunmo agrado; e não menos no  
estudo das letras, e exercicio da  
piedade, que o dispozeraõ para  
Prelado de grande exemplo.

No que disse, e no que obrou  
deixou mui celebre a sua cortezia,  
e civilidade, e esta só circumstan-  
cia bastaria a lhe grangear a ami-  
zade, com que o honraraõ muitos  
Principes estrangeiros nas jorna-  
das, que fez fóra da sua patria, a  
qual le não foy tão agradecida ao  
seu merecimento como devia;  
certamente lhe foy muito menos  
ingrata do que costuma.



Biv D.

*Romance.* 345  
A consoadá requireiro,  
Se forem as duas folhinhas  
Do anno, e reza eu me contento.  
E em recompensa vos dou  
As boas festas, e prometto  
Mandarvos deste *Leytão*,  
Quando for porco, o recheyo.  
E com isto me retiro  
Ao cadoz do silencio  
E me conformo por vosso  
Amigo, compadre, e servo.



Em *Instrucçam que o Conde de Vimioso [...] dá ao seu filho segundo* ... e em *Fenis Renascida* (V tomo), Miguel Rodrigues utilizou como remate ornamental a mesma xilogravura que embeleza os rostos dos libelos sigilistas *Escimulo Catholico* ... e *Recomvençam Apologetica* ...

3º – A situação repete-se em *Discurso em que se trata da Jurisdição do Santo Officio ...* [1.11]. A vinheta ornamental que embeleza o rosto deste libelo tinha já sido usada, em 1726, como vinheta de remate, na última página de *RELAÇÃO / DE HUM MILAGRE, / QUE / CHRISTO / SENHOR NOSSO OBROU / em Paris, em 31. de Mayo de 1725. / Segundo consta de huma Pastoral / DO EMINENTISSIMO / CARDEAL DE NOAILLES, / ARCEBISPO DAQUELLA CIDADE, / Traduzida da lingua Franceza. e imprejja na Ingleza; e ultimamente vertida na Portugueza pelo / P. M. Fr. LUCAS DE S. RAYMUNDO, / Religiofo Irlandez da Ordem de S. Domingos. / [Ornato xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / [Tranca.] / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. / M.DCC.XXVI. / Com todas as licenças neceffarias.*

**DISCURSO,**  
EM QUE SE TRATA DA JURISDIÇÃO,  
D O  
**SANTO OFFICIO**

PARA CASTIGAR OS CONFESSORES,

*Que perguntão aos penitentes pelos complices  
dos peccados com a pena de lhes negarem a absolvição, se os não declararem.*



A B R U X E L L E S;

Chez François Foppens,

Folha-de-rosto de *Discurso em que se trata da Jurisdição do Santo Officio*, dado como impresso em Bruxelas por François Foppens.

**RELACÃO**  
 DE HUM MILAGRE,  
QUE  
**CHRISTO**  
 SENHOR NOSSO OBROU  
 em Paris, em 31. de Mayo de 1725.

*Segundo consta de huma Pastoral*  
 DO EMINENTISSIMO  
**CARDEAL DE NOAILLES,**  
 ARCEBISPO DAQUELLA CIDADE,  
*Traduzida da lingua Françeza, e impressa na Ingleza; e ultimamente vertida na Portugueza pello.*  
**P.M.Fr. LUCAS DE S. RAYMUNDO,**  
 Religiozo Irlancez da Ordem de S. Domingos.



**LISBOA OCCIDENTAL,**  
 Na Officina de MIGUEL RODRIGUES.  
 M. DCC. XXVI.  
*Com todas as licenças necessarias.*

(40)  
 ças; e no Domingo seguinte: depois de vespertãs virá o Clero de Santa Margarida em procissão solemne à dita Igreja Metropolitana, para tambem dar graças a Nosso Senhor pelas maravilhas, que obrou na dita Igreja; e depois de cantarem huma Antiphona na Capella de nossa Senhora, haõ de cantar tambem o Te Deum. E para o fim de que a memoria de tão grande beneficio permaneça para os vindouros, se ha de levantar hum monumento, em que este gravado hum extracto da sentença, e ordens contidas neste nosso presente Mandado, o qual será lido inteiramente em todas as Igrejas ao tempo das Missas Paroquias no primeyro Domingo depois de o receberem. Dado em Paris no nosso Palacio Archiepiscopal em 10. de Agosto de 1725. L. A. Card. de Noailles Arc. de Paris. lugar & do sello Por mandado de sua Eminencia, Chevallier.

**L A U S D E O .**



Em Relação de hum Milagre que Cristo [...] obrou em Paris em 31. de Mayo de 1725... obra impressa por Miguel Rodrigues em 1726. vemos reproduzida como remate ornamental a xilografura que decora a portada de *Discurso em que se trata da Jurisdicçam do Santo Officio...*

4º – O ornamento xilográfico impresso na portada de *Parallelo Evidente ...* [1.27.] figura, entre outras obras, no rosto de **SERMÃO / DE / SÃO PAULO / PRIMEIRO ERMITÃO / PRÉGADO NO CONVENTO DESTA / Corte em Domingo 10. de Janeiro de 1740. / PELO PADRE / D. JOSEPH BARBOSA / CLERIGO REGULAR. / E OFFERECIDO / AO REVERENDISSIMO PADRE MESTRE / Fr. HENRIQUE DE S. ANTONIO, / RELIGIOSO DE S. PAULO, EX-GERAL DA SUA / Congregação, Lente Jubilado na sagrada Theologia, / Qualificador do santo Officio, e Examinador das / tres Ordens Militares & c. / [Orna:o xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL. / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. / Impre [for do Eminentissimo Senhor Card. Patriarcha. / [Tranca.] / M.DCC.XXXX. / Com todas as licenças necessarias.**

# PARALLELO EVIDENTE,

QUE MOSTRA AS DEFORMIDADES ENTRE A BULLA

## UBI PRIMUM DO SANTISSIMO PADRE BENEDICTO XIV.

com a data de 2. de Junho do presente anno,

## E A PASTORAL DO EXCELLENTISSIMO ARCEBISPO BISPO DO ALGARVE

*de 11. de Abril publicada em 17. do mesmo mez, e  
anno, para convencer a cavilosa falsidade, com  
que o dito Excellentissimo affirma na Pasto-  
ral de 16. de Julho, publicada em 18.  
que á sua primeira se conforme á dita  
Bulla.*

## CARTA,

QUE HUM HOMENAGEADO NO CASTELLO  
de Lisboa escreve a hum prezo no Aljube de Faro, que  
lhe havia enviado huma Glosa feita á sobredita  
Pastoral.



A COLONIA.  
Chez Perachon, & Cramer 1746.

Rosto de *Parallelo Evidente*, dado como impresso «A  
Colonia. Chez Perachon, & Cramer».

# SERMAÕ DE SAÕ PAULO

PRIMEIRO ERMITAÕ  
PREGADO NO CONVENTO DESTA  
Corte em Domingo 10. de Janeiro de 1740.

PELO PADRE

D. JOSEPH BARBOSA  
CLERIGO REGULAR,

E OFFERECIDO

AO REVERENDISSIMO PADRE MESTRE  
Fr. HENRIQUE DE S. ANTONIO,

RELIGIOSO DE S. PAULO, EXGERAL DA SUA  
Congregação, Lente Jubilado na sagrada Theologia,  
Qualificador do santo Officio, e Examinador das  
tres Ordens Militares &c.



LISBOA OCCIDENTAL.  
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,  
Impressor do Eminentif. Senhor Card. Patriarc 1a.

M. DCC. XXXX.

Com todas as licenças necessarias.

Portada de *Sermaõ de Saõ Paulo* ... obra impressa em  
Lisboa por Miguel Rodrigues, em 1740.

5º – Na folha-de-rosto de SERMAÕ / DA CANONIZAÇÃO / DE / S. JOÃO DA  
CRUZ, / PRÉGADO / Na Igreja das Religiosas de Santa Tereza de Carnide em 12. / de Se-  
tembre de 1727. / POR D. JOSEPH BARBOSA, / CLERIGO REGULAR, CRONISTA DA  
REAL CASA / de Bragança, e Examinador das tres Ordens Militares. / OFFERECIDO / AO  
ILLUSTRISSIMO SENHOR / D. MANOEL CAETANO / DE SOUSA, / CLERIGO RE-  
GULAR, DO CONSELHO DE / S. Magestade, Pro-Comissario Gèral Apostolico da Bulla da /  
Santa Cruzada nestes Reynos, e Senhorios de Portugal & c. / [Ornato xilográfico.] / LISBOA  
OCCIDENTAL. / [Tranca.] / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. / M.DCC.XXXVIII. /  
*Com todas as licenças necessarias.*, encontra-se reproduzida a mesma vinheta ornamental que  
foi gravada na portada de *Crisol Critico*... [1.24].

**SERMAO**  
**DA CANONIZACAO**  
 DE  
**S. JOAO DA CRUZ,**  
 PREGADO  
 Na Igreja das Religioſas de Santa Teresã de Carnide em 12  
 de Setembro de 1727.  
**POR D. JOSEPH BARBOSA,**  
 CLERIGO REGULAR; CRONISTA DA REAL CASA  
 de Bragança, e Examinador das tres Ordens Militares.  
 OFFERECIDO  
 AO ILLUSTRISSIMO SENHOR  
**D. MANOEL CAETANO**  
 DE SOUSA,  
 CLERIGO REGULAR, DO CONSELHO DE  
 S. Mageſtade, Pro-Commiſſario Geral Apoftolico da Bulla da  
 Santa Cruzada neſtes Reynos, e Senhorios de Portugal, &c.



**LISBOA OCCIDENTAL,**  
 Na Oficina de MIGUEL RODRIGUES,  
 M. DCC. XXVII.  
 Com todas as licenças neceſſarias.

Portada de *Sermao da Canonizaçãõ de S. Joaõ da Cruz*,  
 saído dos prelos de Miguel Rodrigues, em 1727.

**CRISOL**  
**CRITICO,**  
 BALANCA DA VERDADE,  
 E  
**INVECTIVA**  
 APOLOGETICA,  
 EM QUE  
 SE REFUTAM AS DOUTRINAS DE HUM  
 papel manufcrito, que de Evora ſe remetteo a eſta Corte.  
 DIVIDIDA  
 EM VARIAS CONFERENCIAS SOBRE  
 varios pontos, que no dito papel ſe reſolvem.  
 INTERLOCUTORES  
 HUM CONFESSOR ORTHODOXO,  
 e outro Confessor Rigoriſta.  
 AUTHOR  
**D. D. J. B. M. S. R. P. C. M. P.**



SEVILLA.  
 En la Empreſta Real, Caſa del Correo Viejo.

Rosto de *Crisol Critico*.... obra ſuſtamente impressa  
 em Sevilha. en la Empreſta Real. Caſa del Correo  
 Viejo.

Este ornato ſerviu, tambem, como remate em algumas obras impressas por Miguel Rodrigues. Tal ſituaçãõ verifica-se, por exemplo, em MEMORIAS HISTORICAS, / PANEGYRICAS, E METRICAS / Do ſagrado culto, com que no Real Convento de N. Senhora / do Carmo de Lisboa Occidental ſe celebrou a Ca- / nonizaçãõ do glorioſo Doutor Myſtico / S. JOAõ DA CRUZ, / COMPOSTAS E ORDENADAS / Pelo M.R.P.M. Fr. MANOEL DE SÁ, / Filho, Ex-Provincial, e Definidor perpetuo da Provincia do Carmo de Portugal, Cro- / niſta geral da meſma Ordem neſtes Reynos, e todos os ſeus dominios, Prẽgador / do Sereniſſimo Senhor Infante D. Franciſco, Qualificador do Santo Officio, / Academico ſupranumerario da Academia Real da Hiſtoria Portugueza, / Examinador das tres Ordens Militares, e Conſultor da Bulla da Santa Cruzada. / As quaes Miguel Rodrigues offerece, e dedica / AO EMINENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR / D. JOAõ DA MOTTA, / Presbytero Cardeal da Santa Igreja Romana & c. / [Ornato xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na

Officina de MIGUEL RODRIGUES / Às portas de Santa Catharina, e à sua culla impressora / [Tranca] / M.DCC.XXVIII / Com todas as licenças necessarias.

# MEMORIAS HISTORICAS,

PANEGYRICAS, E METRICAS

Do sagrado culto, com que no Real Convento de N. Senhora do Carmo de Lisboa Occidental se celebrou a Canonização do glorioso Doutor Mystico

## S. JOÃO DA CRUZ,

COMPOSTAS, E ORDENADAS

Por M. R. P. M. Fr. MANOEL DE SÁ,

filho, Ex-Provincial, e Definidor perpetuo da Provincia do Carmo de Portugal, Cronista geral da mesma Ordem nestes Reynos, e todos os seus dominios, Pregador do Serenissimo Senhor Infante D. Francisco, Qualificador do Santo Officio, Academico supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza, Examinador das tres Ordens Militares, e Confessor da Bulla da Santa Cruzada.

*À sua Officina de Miguel Rodrigues, e Indica*

AO EMINENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

## D. JOÃO DA MOTTA,

Presbytero Cardeal da Santa Igreja Romana &c.



LISBOA OCCIDENTAL,  
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES

Às portas de Santa Catharina, e à sua culla impressora.

M. DCC. XXVIII.

*Com todas as licenças necessarias.*

## METRICAS.

421

Baste Musa de Romance,  
E do mal que o temos feyto,  
Se era o continuar delicto,  
Seja o acabar protesto.

O Leytor pôde emendar,  
Se quizer, os defacertos;  
Se tal vez de que o não fiz,  
Pôde elle fazer conceyto.

Se acaio o criticar, sayba  
Que ambos fazemos o mesmo,  
Que elle diz mal detrahindo,  
E eu disse mal escrevendo.

Mas veja que se he o Romance:  
Feyto a hum filho do Carmelo,  
Com Elias, nem zombando,  
Que nesse ponto he vidrento.

E enfim acabe o Romance,  
Musa minha, acabe, e demos  
Em graças a Deos, e ao Carmo  
Victor ao Carmo, laus Deo.

## F I M.



Folha-de-rosto e página final de *Memorias Historicas Panegyricas e Metricas* [...], obra da autoria de Frei Manuel de Sá, publicada em Lisboa por Miguel Rodrigues, em 1728.

6º – O motivo ornamental [Cruz de Malta] colocado no rosto dos três tomos da *Collecção Universal das Bullas*... [1.34.; 1.35.; 1.36.] surge também em VIEIRA / ABBREVIADO / EM CEM DISCURSOS / MORAES, E POLITICOS, / DIVIDIDOS EM DOUS TOMOS. / AUCTOR / ANSELMO CAETANO MUNHOZ / DE AVREU GUSMAM E CASTELLOBRANCO, / Doutor pela Univer sidade de Coimbra, e Familiar do Santo Officio. / OFFERECIDO / AO ILLUSTRISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR / LOURENÇO BAUTISTA / FEYO, / Mini stro de habito prelaticio da Santa Igreja de Lisboa, / do Conselho de Sua Mage stade &c. / POR / MANOEL DA CONCEIÇAM. / TOMO I. / [Cruz de Malta] / LISBOA. / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, / Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca. / [Tranca.] / M.DCC.XLVI. / Com as licenças necessarias, e privilegio

Real. / À custa de Manoel da Conceição. Mercador de Livros: vende se na sua / logea na rua direita do Loreto.

**COLLECCÃO UNIVERSAL**  
DA BULLA, EDITAES, PASTORAES,  
Cartas, Dissertações, Apologias, e tudo o mais, que atégora se tem escrito, e divulgado, e mais se pode desejar, para inteira, e individual noticia do intolito, e pernicioso erro da facção  
DO  
**SIGILLO SACRAMENTAL;**  
E DAS CONTENDAS, QUE A ESTE MESMO  
respeito tem havido sobre o ponto da jurisdicção entre sempre respeitavel Tribunal do Santo Officio, e alguns dos Senhores Ordinarios do Reyno de Portugal.  
**P. A R T E I.**  
DEDICADA  
AO EMINENT. E REV. SENHOR  
**D. THOMÁS**  
DE ALMEIDA,  
CARDEAL DA S. IGREJA ROM.  
e I. Patriarca de Lisboa, &c.  
M A D R I D :  
Na Offic. dos Herd. de FRANCISCO DEL IJERRO,  
Año de M. DCC. XLVI.

**VIEIRA**  
**ABBREVIADO**  
EM CEM DISCURSOS  
**MORAES, E POLITICOS,**  
DIVIDIDOS EM DOUS TOMOS.  
AUCTOR  
**ANSELMO CAETANO MUNHOZ**  
DE AVREU GUSMAM E CASTELLOBRANCO,  
Doutor pela Universidade de Coimbra, e Familiar do Santo Officio.  
OFFERECIDO  
AO ILLUSTRISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR  
**LOURENÇO BAUTISTA**  
F E Y O,  
Mintiro de habito prelaticio da Santa Igreja de Lisboa,  
do Conselho de Sua Magestade &c.  
P O R  
**MANOEL DA CONCEICAM.**  
**T O M O I.**  
✠  
**LISBOA.**  
Na Officina de **MIGUEL RODRIGUES,**  
Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca.  
M. DCC. XLVI.  
Com as licenças necessarias, e privilegio Real.  
À custa de Manoel da Conceição, Mercador de livros: vende se na sua logea na rua direita do Loreto.

O motivo ornamental que decora a portada de *Collecção Universal* ... ficticiamente impressa em Madrid. e de *Vieira Abbreviado*, obra impressa em Lisboa por Miguel Rodrigues em 1746. é exactamente igual.

7º – Relativamente ao ornamento tipográfico em vinhetas compósitas que figura na folha-de-rosto de *Entretenimento Político*... [1.22.] damos-nos conta de que foi usado, também, na portada de CANTO / FUNEBRE, / OU / LAMENTAÇÃO HARMONICA / Na infeliz de struição da famosa Cidade de Lisboa, / Metropoli de Portugal. pelo e spanto so, e nunca / visto terremoto, que padeceo no primeiro de / Novembro do anno de 1755. sempre memo- / ravel por tão e stranho, e ruido so successo. / Composto, e Dedicado / AO SENHOR / JESUS / CRUCIFICADO / POR / Fr. FRANCISCO ANTONIO DE S. JOZÉ / Da Provincia do Apof- / tolo S. Thomé da India, da / Obfervancia de N. P. S. Francisco, Leitor em / a Sagrada Theo- / logia, e Missionario Apof- / lico daquelles Estados. / [Ornato tipográfico em vinhetas

compósitas.] / LISBOA. / Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES / Impre[ssor do Eminent. Senhor Card. Patriarca. / [Tranca.] / Anno M.DCC.LVI. / Com todas as licenças nece[ss]arias.

ENTRETENIMENTO  
**POLITICO,**

HISTORICO, E PROREPTICO,

Com que dous amigos, indo de jornada, fazião  
mentirosas as verdadeiras fadigas do caminho:

*PROSOPOPEYA SOBRE A PRESENTE  
controversia entre o Venerando Tribunal do San-  
to Officio, e os fautores dos Sigillistas.*

INTERLOCUTORES  
FELIZARDO, E AUSONIO.

*Posto em forma*

POR

**VVILLEBRORDIO  
ARNULPHO.**



**A ROUEN,**

Chez Besogne, ancien Imprimeur du Roy, rüe  
Ecuyere, au Soleil Royal 1746.

Folha-de-rosto de *Entretenimento Politico* .... obra dada  
como impressa em Rouen, Chez Besogne.

CANTO  
**FUNE BRE,**  
OU

LAMENTAÇÃO HARMONICA

Na infeliz destruição da famosa Cidade de Lisboa,  
Metropoli de Portugal, pelo espantoso, e nunca  
visto terremoto, que padecoo no primeiro de  
Novembro do anno de 1755: sempre memo-  
ravel por tão estranho, e ruídooso successo.

*Composto, e Dedicado*

A O SENHOR

**J E S U S**  
CRUCIFICADO

POR

Fr. FRANCISCO ANTONIO DE S. JOZE  
*Da Provincia do Apostolo S. Thomé da India, da  
Observancia de N. P. S. Francisco, Leitor em  
a Sagrada Theologia, e Missionario Aposto-  
lico daquelles Estados.*



**LISBOA,**

Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES  
Impressor do Eminent. Senhor Card. Patriarca.

Anno M. DCC. LVI.

*Com todas as licenças nece[ss]arias.*

Portada de *Canto Funebre* .... obra impressa em Lisboa  
por Miguel Rodrigues, em 1756.

8º – O pequeno elemento decorativo colocado no rosto de *Carta que hum Anonymo mandou ao Principal de Mello*... [1.3.] é igual às seis vinhetas que decoram o friso, constituído por vinhetas de combinação, que embeleza a primeira página de licenças de ORAÇÃO / FUNEBRE, / QUE NAS SOLEMNES EXEQUIAS, / que se fizerão na Igreja Matriz da Villa / de Bellas / Á SERENISSIMA SENHORA INFANTE / D. FRANCISCA / No dia 30 do mez de Julho de ste presente anno, / RECITOU O MUITO REVERENDO DOUTOR / JOSEPH CALDEIRA, / Presbytero do habito de S. Pedro, Protonotario Apostolico de / Sua Santidade, e Beneficiado na Paroquial Igreja de / N. Senhora da Purificação do lugar de Sacavem. / [Ornato xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL. / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, Impre[ssor do Senhor Patriarca. / [Tranca.] / M.DCC.XXXVI. / Com todas as licenças nece[ss]arias.

# CARTA,

QUE

HUM ANONYMO MANDOU

AO EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

## PRINCIPAL

### DE MELLO,

sobre o Sermaõ de S. Joaõ Nepomuceno,

PREGADO

PELO MUITO REVERENDO DOUTOR

## D. JOACHIM

### BERNARDES.



MADRID.

En la Oficina de los Herederos de Francisco del  
Hierro, Anno de 1746.

Folha-de-rosto de *Carta que hum Anonymo mandou [...] ao Principal de Mello ...*, supostamente impressa em Madrid pelos herdeiros de Francisco del Hierro, em 1746.

ORACÃO  
FUNEBRE,  
QUE NAS SOLEMNES EXEQUIAS,  
que se fizeraõ na Igreja Matriz da Villa  
de Bellas

A' SERENISSIMA SENHORA INFANTE  
**D. FRANCISCA**

No dia 30.do mez de Julho deste presente anno,

RECITOU O MUITO REVERENDO DOUTOR

**JOSEPH CALDEIRA,**  
*Presbytero do habito de S. Pedro, Protonotario Apostolico de  
Sua Santidade, e Beneficiado na Paroquial Igreja de  
N. Senhora da Purificação do lugar de Sacavem.*



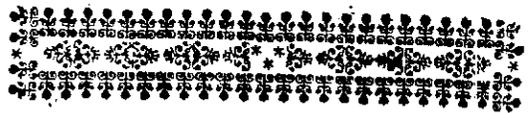
**LISBOA OCCIDENTAL.**  
Na Officina de **MIGUEL RODRIGUES,**  
Impressor do Senhor Patriarca.

M. DCC. XXXVI

Com todas as licenças necessarias.

Portada e página inicial das licenças de *Oração Funebre* [...] à *Serenissima Senhora Infante D. Francisca* ..., obra estampada em Lisboa por Miguel Rodrigues, em 1736.

9º – Em *Muratori Simulado*... [1.37.] é a capitular ornamentada do *incipit* do texto (letra G) que serve de ponto de referência para a identificação do impressor. Embora não tenhamos encontrado a mesma letra em obras impressas por Miguel Rodrigues, em *EXERCICIOS / ESPIRITUAES, / E / MEDITAÇOENS / DA VIDA PURGATIVA: / SOBRE A MALICIA DO PECCADO, VAIDADE / do Mundo, mi serias da vida humana, e quatro Novi ssi- / mos do Homem. / Com huma instrucção breve do modo pratico, com que os prin- / cipiantes podem exercitar a Oração mental: e resolução das principaes dúvidas; que nella occorem. / Divididas em duas partes. / ESCRITAS PELO PADRE MANOEL BERNARDES, / Da Congregação do Oratorio de nossa Senhora da Assump- / ção da Cidade de Lisboa. / PARTE I. [e II]. / Quarta impressão. / LISBOA. / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, / Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca. / [Filete duplo] / Anno*



**LICENÇAS.**

Do santo Officio.

**CENSURA DO REVERENDISSIMO**  
*Padre Mestre Julio Francisco, Qualificador do são  
Officio, Academico da Academia Real da Historia  
Portugueza.*

EMINENTISSIMO SENHOR.

**V**I a Oração Funebre, que nas solemnes Exequias da Serenissima Senhora Infante D. Francisca prégou o Doutor Joseph Caldeira na Villa de Bellas, e quer fazer imprimir o Doutor Joseph Antonio da Silva; e nella não achey cousa alguma, que se opponha á nossa santa Fé, ou bons costumes: antes pela gravidade, eloquencia, e discreção, com que está feita, me parece dignissima de se estampar, e sahir a luz; assim para avivar mais no mundo todo a memoria da Serenissima Senhora Infante D. Francisca, por tantos titulos saudosa, e immortal; como tambem para eternizar os grandes creditos, que o Autor se tem merecido. V Eminentencia mandará o que for mais acertado. Lisboa Occidental, e Congregação do Oratorio 20. de Agosto de 1736.

*Julio Francisco.*

**V**ista a informação, pôde-se imprimir a Oração Funebre, de que se trata, e depois de impressa tornará  
§ ij para

M.DCC.LVIII. / Com todas as licenças neccessarias, e Privilegio Real., utilizaram-se letras do mesmo alfabeto fitomórfico, em particular as letras A; C; e E.

# MURATORI SIMULADO

ARGUIDO COM AS SUAS MESMAS DOUTRINAS  
concoencido nas allegaçoes, em que se firma, principal-  
mente nas tres Bullas do

SANTISSIMO PADRE  
BENEDICTO XIV.

*Suprema, Ubi primum, Ad eradicandum,*

EXPEDIDAS PARA CONDEMNAR A ABOMINAVEL

praxe de os Confessores dos penitentes as cir-  
cunlancias para conhecerem aos Complices dos seus  
peccados, contra o qual abuzo haviam já publicado  
seus mais sabidissimos, e prudentissimos Edictos em  
Mayo de 1745 de N. S. de Jesus

Os Eminentissimos Senhores Cardeaes

INQUISIDOR GERAL,  
E PATRIARCA.

EM QUE SE ACHA INTEIRAMENTE INSERTO O

Papel, que nella Corte appareceo a favor dos Ordinarios,  
intitulado *Lusitanae Ecclesiae Religio*, com o nome de  
Luis Antonio Muratori, Bibliothecario do Duque  
de Modena,

*respondido Capitulo por Capitulo*

POR RAMIRO LEITE GATADE  
LUNEIRA DE RECIDABE,

*a instancia de*

RUBERTO ANNIBIO DEIRO.

En Sevilla con licencia en la Imprenta Real, Casa del  
Correo Viejo. Año de 1747.



DISSERTAÇAM  
CANONICA, CIVIL, E CRITICA.

SESSAMI.

EM 26 DE JUNHO DE 1747.

*Communica-se a Afflicto o Papel, este o apresenta ao  
Padre Ventura, e ambos discorrem inclinados á seve-  
ridade, de que o julgam digno.*

*Afflicto.*



GRANDES, e inesperadas novæ-  
dades ha de admirar V.m. hoje  
neste Manifesto; que chegou de  
Roma a beneficio da pretençam  
dos Ordinarios contra os proce-  
dimentos dos Eminentissimos,

e Edictaes do Santo Officio: inaudito atrevimento segun-  
do o que pude comprehender do que nelle li; porque  
com effeito todo o passy.

*Padre Ventura.* Já para mim nam he nova essa no-  
ticia; porque ha muitos correys me chegou a de que  
os Ordinarios procuravam fóra do Reino fazer alguma  
liga

Portada e inicio do texto de *Muratori Simulado* ..., obra impressa clandestinamente em Lisboa sob a *fausse-adresse* de  
«Sevilla, en la Imprenta Real, Casa del Correo Viejo.»



Capitular usada em *Muratori Simulado*, dado como impresso em Sevilha



Letras do mesmo alfabeto fitomórfico com que se iniciam diferentes exercícios, em *Exercícios Espirituais*, impressos por Miguel Rodrigues. 1758.

Para além deste facto, quando percorremos as 258 páginas que constituem a obra, verificamos que os caracteres de texto são comprovadamente da oficina de Miguel Rodrigues.

10º – Não encontramos, nas obras que compulsámos impressas por Miguel Rodrigues, os ornamentos xilográficos reproduzidos nas folhas-de-rosto de *Reposta a huma Carta ...* [1.6.]; de *Parecer que deu certo anonymo ...* [1.10.]; de *Agradecimentos de Portugal ao Senhor Cardeal Patriarca ...* [1.29.]; e de *Carta Discursiva ...* [1.30.], mas, pela análise comparativa dos caracteres tipográficos usados nessas dissertações e em obras saídas dos prelos de Miguel Rodrigues, não restam dúvidas quanto à oficina de origem dos libelos sigilistas.

O cotejo que estabelecemos, a título exemplificativo, entre a portada de *Carta Discursiva...* [1.30.] e de DISCURSO / SOBRE O BOM, E VERDADEIRO GOSTO / NA / FILOSOFIA, / OFFERECIDO / AO ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO SENHOR / SEBASTIÃO JOZÉ / DE CARVALHO E MELLO, / *Conde de Oeiras, do Conselho de Sua Magestade, e seu / Ministro Secretario de Estado / &c. &c. &c. / POR SEU AUCTOR / O PADRE ANTONIO SOARES / Natural de ancião no Bispado de Coimbra. / [Tranca.] / [Texto em grego de Diógenes Laiércio seguida da respectiva tradução latina.] / [Tranca.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, / Impreſſor do Eminentíſ. Senhor Card. Patriarca. / [Filete duplo.] / M.DCC.LXVI. / *Com as licenças neceſſarias.*, ilustra a conclusão apresentada, pois permite-nos afirmar que:*

a) Os caracteres tipográficos usados nas palavras DISCURSIVA (libelo sigilista) e DISCURSO (espécie da oficina de Miguel Rodrigues) pertencem ao mesmo alfabeto e as letras comuns – C; D; I; R; S; e U – são rigorosamente iguais. Na composição das palavras, manteve-se o mesmo espaçamento entre as letras e, se sobrepusermos as duas palavras, a coincidência é perfeita até à sétima letra;

b) Em *Carta Discursiva ...*[1.30.], as palavras COM HUM INDICE estão impressas com o mesmo tipo de letra usado em DE CARVALHO E MELLO. São comuns as letras C; E; O; e M. e todas fazem parte do mesmo abecedário;

c) Na palavra MADRID, que figura no pé-de-impressão de *Carta Discursiva ...* [1.30.], utilizaram-se os mesmos caracteres tipográficos que se usaram para a impressão do nome do

autor de *Discurso sobre o [...] gosto da Filosofia*, PADRE ANTONIO SOARES. As letras A; D; I; e R são comuns às duas espécies e todas integram um mesmo alfabeto.

# CARTA DISCURSIVA

SOBRE OS PAPEIS, QUE TEM  
apparecido nesta Corte, a respeito da  
abominavel praxe de alguns Confes-  
sores, que perguntavaõ

## NA CONFISSAÕ

AO PENITENTE PELO COMPLICE  
do seu peccado, &c.

## COM HUM INDICE

No fim de todas as Obras impressas, e  
de algumas, que estão para se im-  
primir, e que brevemente fa-  
hirão ao publico.



MADRID:

Na Officina de JUAN DEL TAJO

Anno 1746.

Portada de *Carta Discursiva* ..., supostamente impressa em Madrid por Juan del Tajo, em 1746.

# DISCURSO SOBRE O BOM, E VERDADEIRO GOSTO N A FILOSOFIA,

OFFERECIDO

AO ILLUSTRISSIMO, E EXCELLENTISSIMO SENHOR

## SEBASTIAÕ JOZÉ DE CARVALHO E MELLO,

Conde de Oeiras, do Conselho de Sua Magestade, e seu  
Ministro Secretario de Estado  
&c. &c. &c.

POR SEU AUCTOR  
OPADRE ANTONIO SOARES

Natural de Aniciã no Bispado de Coimbra.



Ὁ Ἀριστοπύργος ἰσηθηδὸς, τίνα ἐστὶν ἂν οἱ τοῦ καλοῦ παιδὸς μαθήματα; ἰσθι,  
ὅτις ἄναρες γενόμενοι κρησόνται.

*Aristippus rogatus, quamam honestos pueros oporteat discere? EA,*  
*enquit, QUÆ VIRIS USUI FUTURA SUNT.*

Diog. Laërt. lib. 2. cap. 8. n. 4. in vita Aristip.

## LISBOA,

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,  
Impressor do Eminentiff. Senhor Card. Pa riarca.

M. DCC. LXVI.

Com as licenças necessarias.

Rosto do *Discurso sobre o bom e verdadeiro gosto de  
Filosofia* ..., do Padre Antônio Soares, impresso em  
Lisboa por Miguel Rodrigues, em 1746.

11º – As dissertações *Sigillistas confundidos em quatorze sonetos* ... [1.1]; *Carta de hum Curioso da Universidade de Évora* ... [1.2]; *Discurso Theologico Moral* ... [1.4]; *Erros hem vistos* ... [1.5.]; *Carta Consultiva* ... [1.12]; *Carta Censoria* ... [1.18.]; *Collecção Primeira* ... [1.31]; e *Collecção Terceira* ... [1.33] ostentam nas portadas ornamentos tipográficos em fundo-de-lâmpada. Este tipo de decoração, em que se organizam pontos ou asteriscos em formas geométricas (normalmente triangulares), é usado, com frequência, em edições clandestinas, pois o seu aspecto incaracterístico serve o objectivo de dificultar a identificação do impressor. Não tendo sido usados outros motivos iconográficos ao longo das espécies mencionadas, só pela apreciação dos caracteres tipográficos podemos confirmar que Miguel Rodrigues foi o responsável pela sua impressão.

Tomando como exemplo *Carta Censoria ...* [1.18.], estabeleçamos um paralelo entre a sua folha-de-rosto, a de *Vieira Abbreviado ...* e a de *Benedicti Divina Providentia Papae XIV Constitutio ...*, obras impressas por Miguel Rodrigues:

a) Os caracteres tipográficos utilizados na palavra CENSORIA (libelo sigilista) pertencem ao mesmo alfabeto dos usados em ABBREVIADO (*Vieira Abbreviado ...*), e as letras comuns – A; E; I; e R – são rigorosamente iguais;

b) O tipo de letra que foi usado na palavra PASTORAL (libelo sigilista) é igual ao utilizado no vocábulo TOMO, que integra o título de *Vieira Abbreviado ...* Só há uma letra coincidente (letra T), mas as outras pertencem, comprovadamente, ao mesmo abecedário;

c) Nas palavras CARTA e ARCEBISPO (libelo sigilista), os caracteres tipográficos usados são os mesmos que serviram para a impressão de BENEDICTI e CONSTITVTIO, em *Benedicti Divina Providentia Papae XIV Constitutio ...*, sendo comuns as letras B; C; E; I; O; S; e T.

CARTA  
CENSORIA,  
*EM QUE SE ADVERTEM*  
*as inadvertencias, que contém*  
Λ  
PASTORAL  
DO EXCELLENTISSIMO, E REVERENDISSIMO  
ARCEBISPO  
BISPO DO ALGARVE.



MADRID,  
Na Oficina dos Herdeiros de Francisco del Hierro,  
Anno de 1746.

Portada de *Carta Censoria ...* obra dada como impressa em Madrid, na oficina dos herdeiros de Francisco del Hierro, em 1746.

VIEIRA  
ABBREVIADO

EM CEM DISCURSOS  
MORAES, E POLITICOS,  
DIVIDIDOS EM DOUS TOMOS.

AUCTOR

ANSELMO CAETANO MUNHOZ  
DE AVREU GUSMAM E CASTELLOBRANCO,  
Doutor pela Universidade de Coimbra, e Familiar do santo Officio.

OFFERECIDO

AO ILLUSTRISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

LOURENÇO BAUTISTA

F E Y O,

Ministro de habito prelatício da Santa Igreja de Lisboa,  
do Conselho de Sua Magestade &c.

P O R

MANOEL DA CONCEIÇÃO, AM.

T O M O I.



LISBOA.

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,  
Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca.

M. DCC. XLVI.

Com as licenças necessárias, e privilegio Real.

A' custa de Manoel da Conceição, Mercador de livros: vende-se na sua  
logea na rua direita do Loreto.

Rosto de *Vieira Abbreviado* ..., obra saída dos prelos de  
Miguel Rodrigues em 1746.

SANCTISSIMI IN CHRISTO PATRIS,  
ET DOMINI NOSTRI DOMINI  
BENEDICTI  
DIVINA PROVIDENTIA  
PAPÆ XIV.  
CONSTITUTIO,

QUA

Literæ jam editæ advertus Confessarios exquirentes  
à Pœnitentibus Complicum nomina, confirman-  
tur, & ampliantur.



ROMÆ, M. DCC. XLVI.

Ex Typogr. Rev. Camerae Apostolicæ.

LISBONÆ,

JUXTA EXEMPLAR

Ex Typis MICHAELIS RODRIGUES, Emin.

Domini Cardinalis Patriarchæ Typogr.

Anno M. ECC. XLVI.

Folha-de-rosto de *Benedicti Papæ XIV Constitutio* ...,  
livro publicado em Lisboa por Miguel Rodrigues. em  
1746.

*Fundamentos que certas pessoas doutas sendo perguntadas ofereceram aos Senhores Arcebispos e Bispos de Portugal* ... [2.1] foi o único libelo que a facção favorável aos bispos jacobeus conseguiu fazer imprimir clandestinamente em 1746.<sup>83</sup> Joaquim Martins de

<sup>83</sup> Três exemplares conhecidos desta espécie, constituída por 71 páginas, encontram-se na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Dois integram o espólio da Biblioteca Joanina e no *Catálogo da Colecção de Miscelâneas* vêm descritos sob os números 1762 e 4056. O outro exemplar pertence ao núcleo de Reservados e, no respectivo catálogo, é descrito sob o número 286. Vimos, também, a sua descrição em dois catálogos de bibliotecas particulares: *Jaime Moniz*, nº 234; e *Martins de Carvalho*, nº 4883. No *Catálogo da Biblioteca de Martins de Carvalho* esta espécie aparece integrada numa miscelânea de textos relativos à questão de Sigilismo e, após a sua descrição, indica-se como verdadeiro local de edição a cidade de Coimbra. O mesmo se passa com *Discurso Theologico-moral contra o uso de alguns confessores, que na administração de Sacramento da Penitencia perguntavão pelos cúmplices a alguns Penitentes* ... [1.4.], dado como impresso em Madrid, pelos herdeiros de Francisco del Hierro. Desconhecemos as razões que levaram o catalogador a considerar Coimbra como local de edição deste libelo, mas, como atrás referimos, pensamos que as dissertações da facção pró-inquisição foram todas impressas em Lisboa, por Miguel Rodrigues.

Carvalho, em *Apontamentos para a História Contemporânea*, fez luz sobre a autoria e local de edição desta dissertação ao afirmar:

[D. Miguel da Anunciação] mandou ir para a quinta de S. Martinho do Bispo, pertencente à mitra, e próxima d'esta cidade, um prelo da imprensa de Antonio Simões Ferreira. Nesse prelo fez imprimir em 1746 um folheto, por ele mesmo redigido, sendo a minuta escrita parte pela sua letra e outra pela de D. Nicolau Giliberti, napolitano, primeiro reitor que foi do seminário de Coimbra, e que depois veio a ser reitor do colégio dos Nobres em Lisboa.<sup>84</sup>

Quanto à impressão do folheto, o investigador conimbricense pôde ainda acrescentar:

A impressão do folheto na quinta de S. Martinho foi feita pelo oficial de impressor José Correia da Costa, e um outro seu companheiro por nome Duarte, os quais, sem dúvida, pertenciam à imprensa de António Simões Ferreira. Achavam-se fechados na quinta a fazer a composição e, além do moço, só falavam com Frei António, leigo de Santa Cruz, que estava com o bispo D. Miguel da Anunciação. As provas da composição vinham ao paço do bispo nesta cidade [Coimbra], para aí serem emendadas.<sup>85</sup>

Joaquim Martins de Carvalho não cita os documentos que lhe permitiram fazer tais afirmações, mas parece-nos possível deduzir que se apoiou na prova número cinco («Minuta Original do Papel clandestinamente estampado com os prelos de Santa Cruz na Quinta do Bispo de Coimbra debaixo do suposto nome de Pedro Bembo, e da falsa data de Madrid.»), que integra o apêndice documental com que termina a obra *Memorial sobre o Scisma do Sigilismo ...*<sup>86</sup> Esta obra foi escrita, em 1769, por incumbência oficial do governo, pelo procurador da Coroa, José Seabra da Silva, com o objectivo de condenar os jacobitas como "sigilistas sistemáticos e sectários" e atingir directamente D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra, preso desde 1768 e acusado do crime de lesa-majestade, por ter mandado ler na sua diocese uma pastoral manuscrita, que não submetera à aprovação da Real Mesa Censória, onde indicava aos seus diocesanos certos livros de cuja leitura deviam abster-se, por serem considerados perniciosos.

Todos os dados referidos nos *Apontamentos* se encontram naquele libelo pombalino; mas Martins de Carvalho realça a impossibilidade de terem sido utilizados, para a impressão do libelo, os prelos de Santa Cruz, visto aquele mosteiro, em 1746, não possuir imprensa.<sup>87</sup> Socorrendo-se do depoimento prestado pelo padre Luís de Melo, na devassa que em 1769 se instaurara contra o bispo de Coimbra, Martins de Carvalho pôde rectificar que os prelos que

---

<sup>84</sup> CARVALHO, Joaquim Martins de. *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868, p. 318.

<sup>85</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 319.

<sup>86</sup> Cf. «Memorial sobre o Scisma do Sigilismo ...» in *Collecção das leys promulgadas e Sentenças proferidas nos casos da Infame Pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação ...* Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1769, pp. 108 - 116.

<sup>87</sup> Cf. CARVALHO, Joaquim Martins de. *Ob. cit.*, p. 320. O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra teve imprensa de 1530 a 1577, ano em que D. Sebastião mandou que fosse transferida aquela oficina tipográfica para o mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa. Só voltou a possuir imprensa própria no ano de 1757, para o serviço da Academia Litúrgica, criada por iniciativa de Bento XIV.

serviram para a impressão de *Fundamentos* pertenciam a António Simões Ferreira e não ao mosteiro de Sta. Cruz.

Apoiada na investigações de Martins de Carvalho, pretendemos encontrar em obras impressas por António Simões Ferreira o ornamento xilográfico que figura no rosto de *Fundamentos* ... [2.1.] e confirmar, assim, a participação daquele impressor neste caso de fraude editorial, mas todas as tentativas foram infrutíferas.

É certo que o número de obras impressas por António Simões Ferreira que tivemos a possibilidade de compulsar não corresponde à totalidade, pelo que não nos sentimos habilitada a afirmar que aquela vinheta não foi usada por António Simões Ferreira em obras saídas legalmente dos seus prelos. Por outro lado, tendo presente a situação de inferioridade em que se encontrava a facção dos bispos jacobeus, parece-nos lícito aventar a hipótese de a vinheta ter sido destruída, para não constituir elemento de prova susceptível de inculpar o impressor.

FUNDAMENTOS,  
QUE CERTAS  
PESSOAS DOUTAS

Sendo perguntadas, offerecção aos Senhores Arcebispos,  
e Bispos de Portugal em defesa da sua Jurisdição Or-  
dinaria, os quaes foram apresentados a Sua Santidade  
pelos Procuradores dos ditos Excellentissimos, e  
Reverendissimos Prelados, e agora dados ao prelo

P O R

PEDRO BEMBO

MINNICSS,

*Para que a todos constem as justifficadissimas razões, que suas  
Excellencias tiverão para recorrerem a Sua Santidade, e  
para os mais procedimentos, que fizerão sobre o Ponto  
da interrogação dos Complices aos penitentes no  
actõ da Confissão Sacramental.*



MADRID:

Na Officina dos herdeyros de Francisco del Hierro:  
*Anno de 1746.*

Rosto da dissertação impressa, clandestinamente,  
pelos apoiantes dos bispos jacobeus, em 1746.

Se não encontrámos elementos que comprovem as afirmações de Seabra da Silva e Martins de Carvalho, também não podemos apresentar provas documentais que sustentem outra hipótese. Sem pretender ultrapassar os limites impostos a um trabalho de natureza científica, afigura-se-nos importante notar que toda a informação sobre este caso de fraude editorial é proveniente de documentos produzidos no decurso da perseguição movida ao bispo de Coimbra. Agustina Bessa Luís sublinha que a "audácia de Sebastião José não conhecia limites"<sup>88</sup> e deixa claro que obras desta natureza são "uma montagem de teor político",<sup>89</sup> em que a distorção dos factos é uma constante, pelo que não nos parece prudente aceitar, sem reservas, essas fontes documentais.

A verificação da impossibilidade de a obra ser impressa na oficina indicada na prova V do *Memorial sobre o Scisma do Sigilismo* abre uma brecha na autenticidade histórica do documento e aumenta a suspeição, acerca da veracidade dos factos descritos, quando nos damos conta de que a atribuição da autoria da dissertação a D. Miguel da Anunciação, se bem que categoricamente afirmada por Seabra da Silva, não é pacífica, como se retira da leitura de três dos libelos da questão do sigilismo, publicados em 1746, em favor dos interesses do Cardeal Patriarca e do Inquisidor-Geral.

Em *Crisol Crítico* ... [1.24], obra escrita com o objectivo específico de contestar o opúsculo dos bispos jacobeus, afirma-se:

Deu motivo a esta ideia um novo papel, que me chegou à mão, que se diz ser remetido de Évora ao Tribunal do Santo Ofício, e ainda acrescentam haver circunstâncias que o persuadem escrito pelo Excelentíssimo, e Reverendíssimo Arcebispo Bispo do Algarve, ou que ao menos concorreu muito para ele.<sup>90</sup>

A informação de que o manuscrito de *Fundamentos* ... [2.1] é procedente de Évora, pode ler-se em *Carta Discursiva* ... [1.30]:

Também me consta, que se está imprimindo e que sairá brevemente um papel tão volumoso que será um livro [*Crisol Crítico* ... [1.24], no qual se responde a um tal manuscrito, que veio de Évora, o qual mostra com razões claras, como uma noite chuvosa de Inverno, que se pode perguntar ao penitente pelo complice do seu pecado.<sup>91</sup>

Em *Resposta a humas Cotas que a Carta Censoria fez o [...] Bispo do Algarve* ... [1.19] insinua-se, também, que D. Inácio de Santa Teresa participou na elaboração de *Fundamentos* ... [2.1]:

No papel manuscrito (que não apareceu em público de envergonhado e andou muito escondido por algumas mãos) não vi senão doutrinas erradas. doutrinas supérfluas e

<sup>88</sup> LUÍS, Agustina Bessa. *Sebastião José*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2ª ed., 1984, p. 140.

<sup>89</sup> IDEM. *Ibidem*, p. 131.

<sup>90</sup> [MORAES, Dionísio Bernardes de.] *Crisol Crítico* ... Sevilla, En la Empronta Real, Casa del Correo Viejo, p. 3.

<sup>91</sup> *Carta Discursiva sobre os Papéis que tem aparecido nesta Corte* ... Madrid, Juan del Tajo, 1746, p. 15. Como atrás referimos, existe na Biblioteca da Ajuda, integrado numa miscelânea de impressos, uma cópia manuscrita desta dissertação. O texto manuscrito e o texto impresso poucas diferenças apresentam.

incoerências repetidas. Se Sua Excelência deu alguma penada nele, como persuade a miscelânea e o estilo, algum dia ouvirá o recado.<sup>92</sup>

Concluimos, assim, que, em 1746, no auge do conflito, nem mesmo os mais directos opositores atribuíram ao bispo de Coimbra a autoria daquela obra. Não deixa de ser significativo que tal acusação surgisse apenas vinte e três anos mais tarde (1768), como agravante dos crimes de «rebelião notória» e de «sedição manifesta» de que era acusado o bispo de Coimbra, por ter mandado ler, na sua diocese, uma pastoral manuscrita, que não sujeitara ao beneplácito régio, onde denunciava o perigo da divulgação e leitura das obras de vários autores contemporâneos e dos clássicos regalistas Dupin e Febronius.

Restringindo-nos a dados seguros, resta-nos centrar a atenção no próprio libelo e extrair as ilações possíveis, partindo do pé-de-imprensa e pseudónimo que figuram no rosto da obra em referência. Pensamos que a escolha da *fausse-adresse* utilizada («Madrid: Oficina dos herdeiros de Francisco Hierro.»), a mesma que figura em 18 das dissertações impressas pelos apoiantes dos cardeais, não foi arbitrária. O recurso a este pé-de-imprensa teve a intenção de pôr a descoberto a natureza clandestina dos libelos impressos pela facção pró-Inquisição, e contribuiu para intensificar o carácter provocatório que a publicação do libelo assumia junto da facção contrária. Esta dimensão de provocação, de despique, é reforçada pelo nome escolhido para atribuição da autoria da obra, Pedro Bembo Minicss. Se não descortinamos os motivos que levaram a que se usasse o nome do cardeal e humanista italiano Pietro Bembo (1470-1547), ao som sibilante com que termina o lexema escolhido para último apelido do pseudónimo poderíamos talvez atribuir a intenção de desafiar abertamente a facção contrária, de instigar à luta, de responder à letra aos numerosos folhetos de que foram alvo os bispos jacobeus.

A desproporção entre o número de libelos impressos pela facção apoiante do Cardeal Patriarca e do Inquisidor-Geral e pelos adeptos dos bispos jacobeus é prova evidente da desigualdade de posições em que se encontravam as duas partes em litígio. No entanto, devemos sublinhar que a reacção dos bispos jacobeus e seus apoiantes aos ataques dos adversários foi mais enérgica do que esta quantificação de obras impressas pode sugerir. Os jacobeus minimizaram a situação de desvantagem em que se encontravam: punham a circular textos manuscritos onde defendiam as suas posições, atacavam os adversários e respondiam aos seus libelos. Assim, após a publicação, em 17 de Abril de 1746, da pastoral do bispo do Algarve, onde o prelado reagira contra o edital do Sto. Ofício, por aquele Tribunal ter inserido, pela primeira vez, o abuso do sigilismo nos casos reservados ao seu foro, foi publicada *Carta Censoria em que se advertem as inadvertencias que contém a pastoral do [...] bispo de Algarve ...* [1.18]. D. Inácio de Santa Teresa, violentamente agravado naquele libelo, fez umas anotações manuscritas (cotas) à *Carta Censoria ...* [1.18] para comentar e contestar certas afirmações aí contidas. De imediato, as cotas foram rebatidas por um discípulo do autor de

---

<sup>92</sup> *Resposta a humas Cotas que a Carta Discursiva fez o Excelent. e Reverendissimo Arcebispo Bispo do Algarve.* Sevilla, Emprenta-Real, Casa del Correo Viejo, [1746], p. 35.

Carta Censoria, em Resposta a humas cotas que a Carta Censoria fez o [...] bispo do Algarve.

A questão do sigilismo foi, em boa parte, alimentada pelos libelos publicados clandestinamente, os quais eram procurados, com avidez, pelos intervenientes do conflito e seus apoiantes. O interesse que as dissertações suscitaram, aliado ao carácter clandestino da sua publicação, explicam o preço elevado que estas edições atingiram. O facto é comentado pelo autor anónimo de *Carta Discursiva* ... [1.30] nos termos seguintes:<sup>93</sup>

Bem sei, que me haveis de dizer, que se quero lisonjear o vosso gosto, porque vos não mando as mesmas obras: respondo-vos primeiramente, porque não sei, se quereis largar de vós um par de tostões bons: vós não sabeis a quanto isto chega, nem eu também, porque se gastasse todos os meus cobres comprando-os, faltar-me-iam para comer; porém ouvi dizer a alguns Clérigos, que só vivem de certa mesada, que lhes dá o Irmão do bofete do Amparo, que andam arrastados com os tais papelinhos.<sup>94</sup>

<sup>93</sup> Pensamos ter encontrado numa miscelânea de textos manuscritos e impressos pertencentes a D. Inácio de Santa Teresa, bispo do Algarve, e hoje na posse de um particular, o exemplar da *Carta Censoria* em que o bispo do Algarve escreveu pelo seu punho, à margem do texto, as cotas.

<sup>94</sup> *Carta Discursiva* ..., Madrid, Juan del Tajo, 1746, p. 19.

(4)

porque já está superabundantemente escripto neste ponto, e o Excellentissimo Prelado a confissão basta a censura do S. P. no seu Breve, *omne tulit punctum*. Também me não occuparei em estabelecer de direito a jurisdicção do Santo Officio na presente controvérsia; porque além de estar bastantemente firmada nos papeis, que já se tem feito, he ella tão evidente, que o mesmo Excellentissimo Prelado a comprova com tantas autoridades, quantas são próprias da sua vasta erudição. Da mesma sorte não criticarei a dureza da milidade do estylo, a pouca eleição das palavras, a impropriedade dos termos, a cacofonia das vozes, o desconcerto dos periodos, a confusão das doutrinas, e de tudo o mais; que he digno de reparo naquella Pastoral; porque semelhante crife só he propria de quem for inculpavel na eloquencia, e não de quem, como eu, tiver tão pouco de formal, e de elegante. O dom de fallar com todos os primores da Rhetorica, nem a consegue bem a natureza sem a arte; nem a arte sem a natureza, e muitas vezes nem ambas juntas. Por isso disse muito bem o Seneca (6) que: *Eloquentia, neque adhuc se ulli sic induisit, ut tota contingeret: satis felix est, qui in aliquam ejus partem receptus est*. O Excellentissimo Prelado talvez, que desprezasse estes primores para escrever: *in per suasibilibus humana sapientia verbis*, como se lhe insinuou na sua sagracão; e por isso não devemos condemnar o pouco appareado da sua penha, ou o menos apurado do seu estylo. E eu também sem fazer caso d'elle, e sem

(5)

me valer de allegações, somente com o que me permitir a velocidade do pensamento, sey advertindo as inadvertencias, em que, quanto a sub- stancia, se deixa cair este Excellentissimo Prelado. E logo a primeira consiste na grande advertencia, e particular estudo, com que nesta, e em todas as mais Pastorales, que publica, costuma no principio intitularse Conego Regular da Congregação Reformada de S. Agostinho. E não sey para que seja este epitheto. Já o de Conego Regular, palle; mas com o additamento da Congregação Reformada. Todos sabem, que quando Sua Excel. sahio da sua Congregação para a Dignidade de Arcebispo Primaz de Goa, ainda não havia Reforma na sua Congregação; e assim não se podia especializar com aquelle titulo; quando veyo para Bispo do Algarve, já achou a Reforma feita; e como não passou de Arcebispo, ou de Bispo a Conego, não podia com- munitamente Conego da Congregação Reformada. Nem em sey, que em Portugal haja mais, que hum Congregação de Conegos Regulares de S. Agostinho. Pois para que he esta differença de Congrega- ção Reformada em côtraposição da outra não Re- formada? Oh queira Deos, que este distinctivo não involva, ou jaftancia propria, ou injuria alheia. A segunda inadvertencia considero eu, que entre na sua Pastoral com hum periodo, com- deitando a loa à injuria, que intenta fazer ao Santo Officio; mas escondendo a mão, com que atira a pe- drada; ou disfarçando o tiro na desculpa de ser con- naturad à natureza humana, e ditad as fimbrias da sua jurisdicção. Por tam: *retorta est sagitta in verticem*.

#### **4. PERFIL DE UM FALSÁRIO: MIGUEL RODRIGUES**

#### 4.1. DADOS BIOGRÁFICOS

Miguel Rodrigues, filho de João Rodrigues Galhardo e de Isabel Ribeira, era natural da freguesia de S. Martinho de Cambres, do lugar da Portela, termo da cidade de Lamego<sup>1</sup>. Não é conhecida a data exacta do seu nascimento,<sup>2</sup> mas este deve ter ocorrido entre 1687 e 1690, pois, em 18 de Dezembro de 1726, Miguel Rodrigues, tendo a pretensão de exercer o ofício de livreiro da Casa dos Vinte e Quatro, cargo para o qual se exigia a idade mínima de 40 anos, requereu a D. João V dispensa desse requisito, alegando ter mais de trinta e cinco e menos de quarenta anos.

Num passo da provisão régia, pode ler-se:

[...] e porque na forma das minhas ordens só se mandava admitir na dita Casa [dos Vinte e Quatro] as pessoas que tinham de idade quarenta anos e suposto o suplicante [Miguel Rodrigues] os não tinha e se achava ter mais de trinta e cinco, como constava da certidão que juntou e com tal procedimento e assento como se tivera os ditos quarenta anos feitos [...] me pedia lhe fizesse mercê dispensá-lo para poder ir o presente ano a casa dos Vinte e Quatro [...].<sup>3</sup>

Em 2 de Fevereiro de 1715 (de tarde), Miguel Rodrigues casou, em Lisboa, com Maria de Jesus, na igreja paroquial de Nossa Senhora das Mercês, freguesia onde ambos eram moradores.<sup>4</sup> Maria de Jesus, filha de Pedro Lourenço, já defunto, e de Antónia Francisca,<sup>5</sup> era natural de Lisboa e fora baptizada, no dia 6 de Abril de 1699, na freguesia de Sta. Catarina do Monte Sinai.<sup>6</sup>

Quando, em 1727, Miguel Rodrigues manifestou a intenção de ser admitido como familiar do Sto. Ofício e se procedeu ao seu processo de habilitação, o livreiro tinha já mudado de domicílio e vivia «às portas de Santa Catarina, freguesia do Santíssimo Sacramento».

Uma das testemunhas (1ª) prestou sobre o habilitando as seguintes informações:

É pessoa de bons procedimentos, vida e costumes, capaz de poder ser encarregado de negócios de importância e segredo como são os do Santo Ofício, [...], vive limpa e abundantemente da sua logea de livros, é tesoureiro da Bulla e rico, sabe ler e escrever.<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Cf. A.N.T.T., Conselho Geral do Sto. Ofício. Habilitações, Miguel, maço 8, n.º 145, fol. 2.

<sup>2</sup> Os livros de Baptismo do concelho de Lamego não foram incorporados no A.N.T.T. Encontram-se no Arquivo Diocesano de Lamego e os relativos a este período cronológico estão em mau estado, havendo, mesmo, folhas em falta. Não consta o assento de baptismo de Miguel Rodrigues, embora no processo de habilitações a familiar do Sto. Ofício conste expressamente: "Miguel Rodrigues [...] natural e baptizado na freguesia de S. Martinho de Cambres, do lugar da Portela, termo da cidade de Lamego". Encontrámos apenas os assentos de baptismo de duas suas irmãs: Maria, nascida em 28 de Novembro de 1677 e Mariana, em 2 de Setembro de 1686 – Arquivo Diocesano de Lamego. Registos Paroquiais. Livro de Baptismos n.º 1.

<sup>3</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. João V. Livro de Mercês e Provisões. Livro 69. Fol. 130 V «Provisão da dispensa para que possa ir à casa dos Vinte e Quatro. 18 de Dezembro de 1726».

<sup>4</sup> A.N.T.T., Registos Paroquiais. Lisboa, Mercês. Livro de Casamentos n.º 2 (1697-1761), fol. 92.

<sup>5</sup> A.N.T.T., Conselho Geral do Sto. Ofício. Habilitações, Miguel, maço 8, n.º 145, fol. 2.

<sup>6</sup> A.N.T.T., Registos Paroquiais. Lisboa, Sta. Catarina do Monte Sinai, Baptismos, livro 7 (1686-1701), fol. 174.

<sup>7</sup> A.N.T.T., Habilitações, *Loc. cit.*, fol. 99 V e 100.



Face às informações «da geração, vida e costumes» do habilitando, D. Nuno da Cunha, inquisidor-geral, admitiu Miguel Rodrigues como familiar do Sto. Ofício, por provisão de 23 de Abril de 1728.<sup>8</sup> A cerimónia de juramento ocorreu três dias mais tarde [26.04.1728] nos Estaos e Casa do Despacho da Inquisição, na audiência da manhã, na presença do Inquisidor-Geral, tendo Miguel Rodrigues jurado, sob os Santos Evangelhos, «de bem e fielmente, com toda a consideração, verdade e segredo servir o cargo de familiar do Santo Ofício em que ora foi provido pelo Senhor Cardeal da Cunha, Inquisidor-Geral».<sup>9</sup>

No final do ano de 1730, Miguel Rodrigues informava o Sto. Ofício de que «estava contratado para casar com Caetana das Neves» e, porque não o podia fazer sem licença daquele Tribunal, pediu que "S. Eminência fosse servido conceder-lhe a licença que pedia precedendo as diligências necessárias"<sup>10</sup>.

Após averiguação acerca «da limpeza de sangue e geração de Caetana Maria das Neves», o Conselho Geral do Sto. Ofício pronunciou-se favoravelmente, e, em 10 de Maio de 1732, o secretário do Sto. Ofício informou a Inquisição de Lisboa que tinham sido aprovadas aquelas diligências.

A segunda mulher de Miguel Rodrigues, filha de Pedro Lourenço Furtado, natural da aldeia de Freixe, termo de Azeitão, mestre carpinteiro e morador na rua dos Cabides em Lisboa, e de Maria Teresa, era natural de Lisboa e baptizada na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai.<sup>11</sup> Deste casamento, que deve ter ocorrido no ano de 1732, nasceram três filhos: António Rodrigues Galhardo, Mariana Micaela e Joaquina Theodora.

O segundo casamento não durou mais do que quinze anos, pois, em Dezembro de 1747, Miguel Rodrigues solicitou nova autorização ao Sto. Ofício para contrair matrimónio com Antónia Maria Pereira, natural da freguesia de Sta. Justa, em Lisboa, e aí moradora a Valverde, filha legítima de Jerónimo Gonçalves e de Catherina Pereira, moradores na mesma freguesia. Miguel Rodrigues declarou, também, no seu requerimento que a sua futura mulher era "irmã inteira do Padre Manoel Gonçalves Pereira e de João Gonçalves Pereira, ourives da prata", ambos familiares do Sto. Ofício.<sup>12</sup> Em Fevereiro de 1748, face às diligências efectuadas, o Conselho Geral do Sto. Ofício considerou a habilitanda "digna de casar com o familiar Miguel Rodrigues", e, no dia 12 desse mês, o secretário do Sto. Ofício informava a Inquisição de Lisboa da decisão favorável do Conselho Geral.<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa. Provisões de nomeação e termos de juramento. Livro 111 (1721-1730), fol. 221V.

<sup>9</sup> *Ibidem*, fol. 221V.

<sup>10</sup> A.N.T.T., Habilitações, *Loc. cit.*, Apenso 1, fol. 1.

<sup>11</sup> *Ibidem*, fol. 1.

<sup>12</sup> Habilitações. *Loc. cit.*, Apenso 2, fol. 1. O irmão da habilitanda, Padre Manuel Gonçalves Pereira foi aceite como familiar do Santo Ofício em 24 de Maio de 1729. Cf. A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, Provisões de nomeação e termos de juramento. Livro 111, fol. 369.

<sup>13</sup> Habilitações. *Loc. cit.*, Apenso 2, fol. 6 V.

Miguel Rodrigues faleceu a 16 de Julho de 1775,<sup>14</sup> com mais de 85 anos, "só com o sacramento da unção por não dar lugar a moléstia a receber os mais sacramentos", e foi sepultado no Convento do Carmo, por ser irmão terceiro dessa ordem. A certidão de óbito fornece-nos outros dados sobre este livreiro e impressor, os quais completam a informação biográfica que tentámos esboçar. Em 1775, Miguel Rodrigues já não morava às portas de Santa Catarina, mas sim na rua de Santo Ambrósio, freguesia de Santa Isabel, e do seu terceiro casamento com Antónia Maria não houve filhos. Esta poucos meses sobreviveu ao marido, pois faleceu em 25 de Novembro desse mesmo ano [1775],<sup>15</sup> sendo também sepultada no Convento do Carmo.

#### 4.2. ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Quando Miguel Rodrigues começou, em 1726, a imprimir livros na sua oficina, tinha já alguns anos de experiência no sector editorial como livreiro e editor. Não é possível fixar com exactidão a data em que Miguel Rodrigues se estabeleceu como livreiro em Lisboa, mas, em 1717, intitulado-se «mercador de livros às portas de Santa Catarina», estava já perfeitamente integrado no meio profissional e, dando mostras de prosperidade, mandou imprimir, á sua custa, a obra intitulada PONTE / SEGURA / PARA O GOLFO DA VIDA / no e streito pa f fo da morte, que a mão do / Supremo Artifice deixou por mi fericor- / dia a toda a alma viadora, de fcuída / do caminho, e fatigada no tran fto; Levantada em tres Arcos Triunfaes, e milagrojos, fabricados dos tres Joberanos nomes de / JESUS, MARIA, JOSEPH, / Cada hum de cinco pedras pelos fignificados / de cada hua das cinco letras, para fe fegurar / o pa f fo da vida naquella ultima hora. / AUTHOR LUIS BOTELHO FROES / DE FIGUEIREDO, / Filosofo, Canoni fta na Universidade de Coimbra. / [Ornato tipográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de PASCOAL DA SYLVA; Impre ffor de S. Mage ffade. Anno de 1717. / [Tranca.] / Com todas as licenças neceßarias, e Privilegio Real. / Á cu fta de Miguel Rodrigues Mercador de / livros às portas de S. Catharina.

Situação idêntica repetiu-se em 1718. Miguel Rodrigues foi o editor de NOVA ARTE / DE / CONCEITOS / QUE COM O TITULO DE Liçõeß Academicas / Na publica Academia dos Anonymos / de Lisboa, / DICTAVA, E EXPLICAVA / O BENEFICIADO / FRANCISCO LEITAM FERREYRA, Academico Anonymo, / PRYMEIRA PARTE / Dedicada ao Senhor / D. CARLOS DE NORONHA / Promogenito do Excellentißimo Senhor / Dom Miguel de Noronha, Conde de Valladares, & c. / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / [Tranca.] / Com todas as licenças neceßarias. / Anno de 1717. / Á custa de Miguel Rodriguez, Mercador de livros, / às portas de Santa Catharina.

---

<sup>14</sup> A.N.T.T., Registos Paroquiais. Lisboa, Santa Isabel. Livro de Óbitos nº 4 (1766-1780), fol. 294. Ângela Barcelos da Gama em «Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no Século XVIII» apresenta como data terminal da actividade profissional de Miguel Rodrigues o ano de 1786, o que é manifestamente impossível, pois o impressor tinha morrido havia mais de dez anos.

<sup>15</sup> A.N.T.T., Registos Paroquiais. Lisboa, Santa Isabel. Livro de Óbitos nº 4 (1766-1780), fol. 363.

Em 7 de Março de 1723, o Padre José Ferreira, capelão de S. Luís, denunciou à Inquisição o livreiro Miguel Rodrigues por este possuir livros proibidos. A acusação, que não impediu a sua nomeação como familiar do Sto. Ofício, foi feita nos seguintes termos:

Para descargo da minha consciência faço presente a V. Senhorias de que, estando eu sábado à tarde, que se contavam 27 de Fevereiro deste presente ano [1723], à porta da logea de um livreiro chamado Miguel Rodrigues, às portas de Santa Catherina, e chegando a ela um Desembargador em uma sege, que parou quando vai para a Baía, lhe perguntou se tinha tais livros que o Desembargador lhe nomeou, e respondendo-lhe o livreiro que não, lhe disse este que tinha o *Testamento Novo*, em francês, dizendo que diziam ser proibido e o mostrou ao Desembargador, o qual ficou com ele na mão, vendo-o; me apartei a este tempo da dita logea e não sei se o Desembargador ficou com ele ou o livreiro.<sup>16</sup>

Como referimos, este livreiro-editor estabeleceu-se mais tarde como impressor. Pelo levantamento da produção bibliográfica saída dos prelos de Miguel Rodrigues, podemos afirmar que a sua oficina tipográfica esteve em actividade de 1726 a 1775. A qualidade e número elevado de espécies impressas atestam a solidez da sua casa impressora, que se localizava, nos primeiros tempos, às portas de S. Catarina, rua da Ametade e, mais tarde, a Santa Isabel.<sup>17</sup>

Tudo indica que, em 1726, Miguel Rodrigues apetrechou a sua oficina com material proveniente da tipografia de Mathias Pereira da Sylva e João Antunes Pedroso, cujas últimas espécies impressas datam de 1721, pois obras saídas das duas oficinas tipográficas ostentam as mesmas vinhetas, ornatos, capitulares e alfabetos.<sup>18</sup> Como era habitual na época, Miguel Rodrigues acumulou as funções de impressor com as de livreiro. Em 20 de Dezembro de 1726, foi admitido como livreiro da Casa dos Vinte e Quatro<sup>19</sup> e, em 20 de Setembro de 1727, requereu ao Conselho Ultramarino a sua nomeação como livreiro daquele organismo, por se encontrar vago o lugar, por morte de António Manescal. No requerimento alegava:

O suplicante tem os requisitos necessários para poder servir assim por ser suficiente no seu ofício e juntamente cabedal para poder suprir as despesas de livros que este conselho lhe mandar fazer.<sup>20</sup>

<sup>16</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, Promotor, Caderno 92, fol. 44.

<sup>17</sup> A.N.T.T., Conselho Geral do Sto. Ofício, Documentos, Maço 41, nº 7. Neste documento, intitulado "Memória das oficinas de prelo de Lisboa em Janeiro de 1767", figura, em terceiro lugar, o nome de Miguel Rodrigues, indicando-se que o oficial maior da oficina é Inácio Rodrigues, e que esta se situa em Santa Isabel.

<sup>18</sup> Para comprovar esta afirmação, basta comparar, por exemplo, *Ideas Sagradas, e Consagradas em varios Sermoens Panegyricos. Dedicadas ao Muito Reverendo Beneficiado o Senhor Manoel Fernandes Themudo. Pelo Prêgador Geral Fr. Manoel De Lima. Da Ordem de Santo Agostinho. Tomo I (e II)*. Lisboa Occidental, na Officina de Mathias Pereira Sylva e Joam Antunes Pedrozo. Anno de M.DCC.XX.(XXI) e *Arte Explicada. Segunda Parte. Syntaxe. Ad usum Excelentissimi Ducis Allafonensis À Magistro suo Joanne de Moraes Madureyra Feijô Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho ac Theologo, et olim in praeclarissima Societate Jesu Rhetorices Praeceptore*. Ulyssipone Occidentali, Ex Praelo Michaelis Rodrigues. MDCCXXX.

<sup>19</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. João V. Livro de Mercês e Provisões, Livro 69. Fol. 130V. No Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa não encontramos nenhum documento relativo ao exercício deste cargo por Miguel Rodrigues. No entanto, no *Livro das pessoas que têm servido na Casa dos Vinte e Quatro* encontramos a seguinte informação: "Miguel Roiz, do ofício de Livreiro, morador a St. Catarina, serviu de livreiro e de procurador dos misteres o ano de 1724".

<sup>20</sup> A.H.U., Conselho Ultramarino, Maço 503, 1727, Setembro, 20.

Por provisão régia de 24 de Setembro de 1727, Miguel Rodrigues foi nomeado livreiro daquele conselho e desse documento constam os termos do contrato assinado entre o Conselho Ultramarino e o novo livreiro:

Dom João V faço saber aos que esta minha provisão virem [...] que hey por bem fazer mercê ao dito Miguel Rodrigues de o nomear por oficial do dito meu Conselho Ultramarino, que vagou por falecimento de António Manescal, com a qual incumbência não vencerá ordenado algum.<sup>21</sup>

Miguel Rodrigues manteve-se no exercício deste cargo durante mais de trinta anos. Em 1760, apresentou àquele Conselho uma conta no valor total de 154\$520, referente "às leis e papéis que foram para a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos". Em 18 de Março foi dada ordem de pagamento e, em 22 de Março, Miguel Rodrigues passou e assinou o recibo relativo àquela importância.<sup>22</sup>

*Levantada das Leis e mais papéis q. foram p.<sup>o</sup>*  
*A Secretaria de Estado dos Neg. Ultramarinos*  
*Como Conta dos Quizes Junhos*

100 Exemplares da Exterminação e da Naturalização dos Reis de Alta treçada a 30 V <sup>o</sup>	30000
100 Exemplares da Approvação da Sa.ª profunda Contra os d. <sup>os</sup> Reis a 30 V <sup>o</sup>	30000
60 Soluções que se fizeram depois da prisão dos Conjurados a 30 V <sup>o</sup>	40800
60 Attestos da Confirmação da Sa.ª a 30 V <sup>o</sup>	40800
70 Cartas Legias do Sr.º J.º de Almeida a 60 V <sup>o</sup>	40200
46 Cartas Imprios a 240	30840
46 Cartas Legias ao Chanceler do Porto a 60 V <sup>o</sup>	2760
80 Exemplares dos Primos principais a 60 V <sup>o</sup>	40800
400 Exemplares da Execução a 30 V <sup>o</sup>	30000
24 Exemplares sobre as Cozas a 30 V <sup>o</sup>	2720
24 Primos do 1. <sup>o</sup> Patriarcha a 60 V <sup>o</sup>	40440
4 Attestos p. <sup>o</sup> a D.º do Rei a 60 V <sup>o</sup>	240
4 Attestos p. <sup>o</sup> a D.º do Rei a 30 V <sup>o</sup>	240
600 Attestos e Instruções sobre os Livros a 200 V <sup>o</sup>	420000
20 Decretos sobre os Sumarios a 40 V <sup>o</sup>	800
20 Cartas Imprios a 240	40800
	<u>354520</u>

*Miguel Rodrigues*  
*Miguel Rodrigues*

Documento assinado por Miguel Rodrigues, em 1760, na qualidade de Livreiro do Conselho Ultramarino.

<sup>21</sup> A.N.T.T., Chancelaria de D. João V. Livro de Mercês e Provisões, Livro 71, fol. 241V.

<sup>22</sup> A.H.U., Conselho Ultramarino, Maço 503, 1760, Abril, 14.

Recibo do Sr. Miguel Rodrigues  
Com: 1/2 do mto de a guasinha f. l. 1/2 da  
mto de mto f. l. 1/2 do mto de  
mto de mto f. l. 1/2 do mto de  
22 de Março de 1760



Recibo (relativo ao documento anterior) assinado por Miguel Rodrigues em 22 de Março de 1760.

Na qualidade de impressor, Miguel Rodrigues desempenhou o cargo de "Impressor do Senhor Cardeal Patriarca", e, a partir de 1733, tal designação figura ora no rosto ora no colofon de todas as obras impressas na sua oficina.<sup>23</sup>

A par de uma carreira bem sucedida e prestigiada aos olhos da sociedade como livreiro e impressor, Miguel Rodrigues desenvolveu, na sombra, ao longo da vida profissional, uma actividade ilícita, pelo que a sua incursão no mundo da clandestinidade editorial não se limitou à impressão fraudulenta dos libelos da questão do sigilismo. A afirmação de Malesherbes, citada por Anne Sauvy, "La plupart des Imprimeurs et Libraires sont fraudeurs par que sans cela ils ne vendaient rien,"<sup>24</sup> não se ajusta a Miguel Rodrigues, pois o elevado número de obras saídas, legalmente, dos seus prelos é prova evidente do sucesso profissional que alcançou.

Admitimos que a sua implicação em contrafacções e edições clandestinas, camuflada pela imagem de respeitabilidade que o estatuto social lhe conferia, tivesse como motivação razões de ordem financeira e não de natureza ideológica. En *Édition et Sédition*, Robert Darnton, depois de afirmar que *ilegalidade* rima com *marginalidade*, tipifica uma situação de excepção em que podemos integrar Miguel Rodrigues, sem menosprezar a sujeição clientelar que a sua conduta revela:

Les libraires «solides», respectables, ne s'en mêlent que rarement. et justement quand ils croient qu'il n'existe sinon aucun danger, du moins que de très faibles risques. Ici, ce qui pousse à agir illégalement n'est pas la réussite, mais au contraire la croissance marginale des gains.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Segundo Barbosa Machado, essa qualificação profissional figurava no portada da seguinte espécie, impressa em 1727: *Novena para o glorioso Precursor de Christo S. João Baptista*, de autoria de Fr. João Barbarica. Cf. MACHADO, Diogo Barbosa. *Ob. cit.*, t. II p. 603. Não tivemos oportunidade de confirmar esta informação, pois não conseguimos localizar a espécie descrita por Barbosa Machado. Admitimos, no entanto, tratar-se de uma imprecisão, pois em nenhuma outra obra impressa nesse ano e nos seguintes anteriores a 1733, encontramos menção ao desempenho desse cargo.

<sup>24</sup> SAUVY, Anne. *Loc cit.*, p. 107.

<sup>25</sup> DARNTON, Robert. *Ob. cit.*, p. 121.

Em 1737, foi impresso na oficina de Miguel Rodrigues o folheto, constituído por sete páginas, cuja descrição bibliográfica apresentamos:

DISCURSO / PROBLEMÁTICO / JOCO-SERIO / Sobre qual he mais poderosa para atrahir o coração humano, se a / Musica, ou a Eloquencia, ESCRITO / Por AFONSO GIL DA FONSECA. / [Cólofon] LISBOA OCCIDENTAL. / NA OFFICINA DE MIGUEL RODRIGUES / Impreſſor do Senhor Patriarca. / M.DCC.XXXVIII. / *Com todas as licenças neceſſarias.*

A observação atenta das características materiais desta obra, em tudo idêntica a muitas outras impressas por Miguel Rodrigues, nada indicia de anormal. Nunca suspeitaríamos estar perante um caso de fraude editorial se não tivéssemos lido o desmentido público que o impressor Pedro Ferreira introduziu na última página de DISCURSO JOCO-SERIO / EM METAPHORA / De Demanda entre / FORMUSURA, E DISCRIÇAM, / SENTENCIADA A FAVOR DA / FORMUSURA: / DEDICADA AO SENHOR / D. PEDRO DE SOUSA CORREA / DE BENAVIDES MENDONÇA TORRES E PORTUGAL: / AUTHOR / FRANCO DE ASSIS AMADO E LUCA.<sup>26</sup> / [Ornato xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL. / Na Offic. de Pedro Ferreira, Impreſſor da Auguſtiſſima Rainha N. S. / [Tranca] / Anno de M.DCC.XXXVII. / Com todas as licenças neceſſarias.

A denúncia, feita em termos inequívocos, é do seguinte teor:

Um papel, que há pouco saiu impresso na Oficina de Miguel Rodrigues, intitulado *Discurso Problematico Joco-Serio sobre o qual he mais poderosa para atrahir o coração humano, se a Musica, ou a Eloquencia*, é do mesmo Autor do Papel presente, e não de Affonso Gil da Fonseca, o qual é apócrifo, e fantástico. Por cuja causa, por se imprimir sem licença, nem consentimento do seu verdadeiro Autor, saiu muito viciado, como tresladado à pressa.<sup>27</sup>

Estamos perante um caso que, do ponto de vista bibliográfico, podemos considerar raro. Não é habitual um impressor servir-se de uma obra impressa na sua oficina para denunciar a actuação fraudulenta de um colega. Desconhecemos a evolução da questão e ignoramos, também, se Miguel Rodrigues sofreu qualquer sanção em consequência do seu procedimento, mas a verdade assim reposta levou a que caísse no domínio público a participação do impressor do Senhor Cardeal Patriarca em actividades editoriais ilícitas.

O ano de 1746 ficou assinalado pela questão do sigilismo e, como vimos, Miguel Rodrigues foi o responsável pela impressão de 37 libelos favoráveis à facção pró-inquisição. Se o impressor foi o autor material destas edições clandestinas, a autoria moral coube, em última instância, ao Cardeal Patriarca e ao Inquisidor-Geral. Ora, precisamente nesse ano [1746], a

<sup>26</sup> Franco de Assis Amado e Luca é anagrama do nome do autor, Francisco de Sousa e Almada. Cf. FONSECA, Martinho Augusto da. *Subsidios para um Dictionario de Pseudonymos iniciaes e obras anonymas de Escriptores Portugueses*. Fac-simile da ed. de 1896. Lisboa, Imprensa Nacional, 1972, p. 33.

<sup>27</sup> [Almada, Francisco de Sousa e.] *Discurso Joco-Serio em Metaphora de demanda entre a Formusura e Discríçam, sentenciada a favor da Formusura ...* Lisboa, Pedro Ferreira, 1737, p. 16.

10 de Outubro, os impressores da cidade de Lisboa foram chamados aos Estaos e "na presença dos Senhores Inquisidores foi dito a cada um deles que não imprimisse, nem consentisse que na sua oficina se imprimissem livros ou papéis sem licença do Sto. Ofício, ainda que se lhes apresentassem já impressos", sob pena de serem "asperamente castigados"<sup>28</sup>. Os impressores presentes, depois de jurarem sobre os Santos Evangelhos, assinaram um termo em que se comprometiam a cumprir o determinado. Entre os vinte e um impressores presentes, contava-se Miguel Rodrigues. A hipocrisia que envolve tudo isto confere ao acto um tom de farsa, em que as arbitrariedades de um Poder sem limites são postas em evidência. Procedimentos desta natureza levaram o Cavaleiro de Oliveira a escrever:

Cette autorité [l'Inquisition] que vous appelez formidable n'est qu'une autorité chimérique, que les Ministres de l'Inquisition ont su attribuer et s'arroger, en profitant des circonstances du temps, par mille ruses, par mille intrigues, et par toutes les ressources de leur Esprit passionné par le despotisme. Joignez à cela, s'il m'est permis de le dire, la condescendance mal entendue de nos Princes, et la soumission aveugle de tous leurs sujets, pour les ordres secrets, les procédés cachés, et sans forme, et les mystères d'iniquité, forgés et mis en oeuvre par la scélératesse des Inquisiteurs.<sup>29</sup>

A protecção de que o impressor beneficiava não impediu que, poucos anos mais tarde, fosse preso às ordens do Marquês de Gouveia, por envolvimento em edições clandestinas, ao serviço do Cardeal Patriarca. Em carta de 30 de Junho de 1750, dirigida ao Padre José Moreira (confessor de D. João V), D. Tomás de Almeida expressava a mágoa profunda que a prisão do seu impressor lhe causara, insurgia-se contra o vexame e a violência a que fora sujeito e solicitava que fossem levadas ao conhecimento régio as circunstâncias e causas que tinham motivado aquela detenção. Eis a versão dos acontecimentos segundo o Cardeal Patriarca:

Ainda está preso o meu criado, que me serve de imprimir os meus papéis pertencentes ao meu emprego, e cada instante que dura a prisão se me repete a ofensa que me fez o Marquês de Gouvêa em o prender, por ele estar imprimindo uma atestação que me mandou o Papa, a quem farei repetidas vezes obediência. A atestação era-me precisa para o meu governo e para as minhas ovelhas se firmarem na verdade da doutrina que lhes dei e os tirar das dúvidas nascidas de doutrinas falsas espalhadas pelos contrários, mostrando-lhes que o Papa, a quem toca a decisão sobre o ponto de disciplina eclesiástica, tinha declarado a verdade com que eu os instruí [...]. Ao Corregedor foi dito pelo impressor que de ordem minha estava fazendo a impressão, sem embargo do que o prendeu [...].<sup>30</sup>

<sup>28</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2630. Os outros impressores que assinaram aquele termo foram: Manoel Lourenço Monteiro; Domingos Gonçalves; Doutor António Monravá Rodrigues; José da Silva Natividade; António José Pinheiro; Manoel da Sylva; Francisco da Sylva, Bernardo Fernandes Gayo; Pedro Ferreira; Manoel Borges; José António Plates; António Duarte Pimenta; Manoel Alvares Solano; Francisco Borges de Sousa; Domingos Rodrigues; José Luís Correa de Lemos; José António da Sylva; Theotório Soares; Inácio Rodrigues e Domingos de Araújo.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Cavaleiro de. *Opúsculos contra o Santo Ofício*. Publicação e prefácio de António Gonçalves Rodrigues. Coimbra, Atlântida, 1942, p. 10.

<sup>30</sup> B.P.M.P., Ms. 535, fol. 101. A carta não é autógrafa. Trata-se de uma cópia, integrada numa colectânea de documentos intitulada "Papeis Políticos e Curiosos copiados dos Mss. que se conservam na Livraria do Bispo do Rio de Janeiro."

Na parte final da carta, D. Tomás de Almeida solicitava a intervenção régia para a reparação do agravo sofrido, e colocava a questão desta forma:

Diga V. R.<sup>ma</sup> a S. Majestade que, por especial honra, lhe peço o que S. Maj. me devia fazer de justiça, que eu tomo pela maior graça que há em negócios meus e da minha Igreja não me ouvir o Padre Frei Gaspar nem tão pouco o Marquês de Gouvêa: eles não têm negócio comigo nem alguma dependência; as partes que requeiram por si e pelo Secretário de Estado e S. Majestade resolva, ou a Rainha minha Senhora, como Regente, sem me interessarem os meus dois inimigos e da Igreja [...].<sup>31</sup>

Em nenhum passo da carta se alude, directamente, à causa que motivou a necessidade da impressão da "atestação", mas, sem quebra de rigor, parece-nos possível relacionar este caso com a contenda do Sigilismo, pois a promulgação da última constituição pontifícia sobre esta questão (*Apostolici ministerii*) data de 1749. Para além da proximidade cronológica entre estes dois factos, não podemos esquecer que aquela constituição era inteiramente favorável às posições do Sto. Ofício e do Cardeal Patriarca e que representava o triunfo das posições que eles assumiram contra os bispos jacobeus desde 1746, pelo que a sua divulgação era uma manifestação pública de vitória. Mais: tendo em atenção o conteúdo da carta, se relacionarmos a animosidade manifestada pelo Cardeal Patriarca contra Frei Gaspar da Encarnação e os motivos invocados para justificar a impressão da "atestação", parece-nos claro que, no espírito de D. Tomás de Almeida, não podia estar presente senão a questão do sigilismo.

Desconhecemos quando foi libertado Miguel Rodrigues, mas a análise de factos posteriores permite-nos concluir que o impressor reincidiu em actividades editoriais ilegais, gozando de protecção do Poder instituído.

Situações deste tipo são denunciadas por Daniel Roche nos seguintes termos:

Les affaires louches existent chez tous les libraires-imprimeurs établis, mais les plus gros ne se font pas prendre et jouissent de solides appuis dans les cercles gouvernementaux: qu'auraient pu faire en effet Lebreton et Diderot sans la protection de M. de Malesherbes, directeur de la Librairie et responsable des poursuites, qui cache dans son hôtel des exemplaires du dictionnaire interdit? ou plus tard Panckoucke, Atlas de la Librairie française, protégé et couvert par Vergennes et Lenoir?<sup>32</sup>

Em 2 de Março de 1753, o Conselho Geral do Sto. Ofício ordenava à Inquisição de Lisboa que procedesse às diligências necessárias para averiguar "aonde se imprimiam papéis ou livros sem licença do Sto. Ofício".<sup>33</sup> No cumprimento do determinado, os inquisidores iniciaram um minucioso processo de investigação e, durante mais de dois meses, interrogaram livreiros, impressores, oficiais compositores, cegos papelistas e testemunhas várias. Miguel Rodrigues também foi chamado a prestar declarações, mas, tal como Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Ofício, beneficiou de tratamento especial. Do processo não consta

<sup>31</sup> *Ibidem*, fol. 101V e 102.

<sup>32</sup> ROCHE, Daniel. *Les Français et l'Ancien Régime*. Paris, Armand Colin, 1991: t. 2 (*Culture et Société*), p. 225.

<sup>33</sup> A.N.T.T., Inq. de Lisboa, processo 11.236, fol. 1.

o seu depoimento e, como justificação do facto, juntou-se aos autos certidão passada pelo notário da Inquisição de Lisboa, Alexandre Henrique Arnault, em que se declara:

[...] a esta Mesa do Sto. Officio foram chamados os dous impressores Miguel Manescal da Costa e Miguel Rodrigues, ambos familiares do Sto. Officio, e sendo perguntados pela matéria das impressões de que trata este Sumário, não declararam cousa alguma substancial e por isso se lhe não escreveram judicialmente os seus testemunhos [...].<sup>34</sup>

Sebastião José de Carvalho e Mello, ao projectar a expulsão dos padres da Companhia de Jesus de Portugal, considerou necessário manter em segredo, até ao último instante, a impressão das instruções, ordens e decretos reais sobre aquela matéria, pelo que mandou que Miguel Rodrigues fizesse conduzir, para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, "quatro prensas, material de composição e de imprimir, e pessoal que, debaixo da sua ordem e da vista da sua luneta, procedesse à impressão dos decretos, alvarás, etc."<sup>35</sup> Imprimiram-se, assim, no maior segredo, milhares de exemplares relativos à expulsão dos Jesuítas,<sup>36</sup> tendo o impressor e compositor trabalhado durante vinte dias e vinte noites. No pé-de-imprensa de algumas destas espécies indica-se que a obra foi impressa na "Secretaria de Estado, por especial ordem de S. Majestade", sendo omisso o nome do impressor, mas, noutras, indica-se que foram impressas na Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca.

A primeira situação descrita verifica-se, por exemplo, em SUPPLEMENTO / Á COLLECÇÃO / DOS / BREVES PONTIFICIOS, / LEYS REGIAS, / E OFFICIOS QUE PASSARAM ENTRE / as Cortes de Roma, e Lisboa, / sobre os abusos em / que no Reino de Portugal, e seus Dominios, / se haviaõ precipitado os Regulares da Companhia / denominada de JESU. / NELLE SE CONTEM A CONTINUAÇÃO / do que se passou entre as referidas duas Cortes depois das Re- / presentaçoens que ElRey Fidelissimo mandou fazer ao / Papa em vinte de Abril do anno próximo passado de / mil setecentos cincoenta e nove, como foram compil- / ladas debaixo dos Numeros XV e XVI. da dita / Collecção até o mez de Junho do presente anno / de mil setecentos e sessenta. [Armas Reais Portuguesas.] / IMPRESSO NA SECRETARIA DE ESTADO, / Por especial Ordem de Sua Magestade. /, e a segunda regista-se em ERROS IMPIOS, / E / SEDICIOSOS, / QUE OS RELIGIOSOS / Da Companhia de

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, fol. 23V.

<sup>35</sup> GUERRA, Luiz de Bivar. *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1952, p. 385. Bivar Guerra remete-nos, na nota 2 dessa página, para um "documento assinado pelo impressor e que está no Maço 110 do Cartório da Inconfidência." Não conseguimos localizar o documento mencionado no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, e as diligências efectuadas no A.N.T.T., onde se encontra o núcleo documental do Juízo da Inconfidência, foram também infrutíferas. Apoiamo-nos, portanto, nas investigações deste autor sobre a matéria. Citando o documento, afirma o investigador que o aluquer das 4 prensas, letras e mais preparos importou em 194\$400 e que a transferência do material tipográfico foi feita em 58 fretes.

<sup>36</sup> No ano de 1759 foram impressas 1.000 Colecções de 75 folhas de papéis a respeito dos Padres da Companhia; 2.000 exemplares de 2 ½ folhas de uma carta do Capitão que levou os Padres da Companhia para Itália, em italiano; 2.500 notícias eclesiásticas que por duas vezes se imprimiram e queimaram; 1.250 notícias eclesiásticas que pela terceira vez se imprimiram; 1.000 das mesmas notícias em francês; 3 Editaes a respeito dos chãos das Casas; 3 Editaes para os exames dos estudos que foram para os Bispos e para a Corte; 1 Edital para a Cadeira que vagou do Bairro de S. José e 1 conclusão para o argumento dos Estudantes. Cf. GUERRA, Luiz de Bivar. *Ob. cit.*, pp. 385-386.

JESUS en finaraõ aos Reos, que foram juftificados. e pretenderaõ efpalhar / nos Póvos de ftes Reynos. [Ornamento xilográfico.] / LISBOA. Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, / Impreffor do Eminentiffimo Senhor Cardeal Patriarca.

**SUPPLEMENTO  
A COLLECÇÃO  
DOS  
BREVES PONTIFICIOS,  
LEYS REGIAS,**

**E OFFICIOS QUE SE PASSARAM ENTRE**  
as Cortes de Roma, e Lisboa, fobre os abfurdos em  
que no Reino de Portugal, e feus Dominios, fe  
haviaõ precipitado os Regulares da Companhia  
denominada de JESU.

*NELLE SE CONTEM A CONTINUAÇÃO  
do que paffou entre as referidas duas Cortes depois das Re-  
preftações que El Rey Fideliffimo mandou fazer ao  
Papa em vinte de Abril do anno proximo paffado de  
mil feſecentos cincoenta e nove, como foram compil-  
ladas debaixo dos Numeros XV. e XVI. da dita  
Collecção até o mez de Junho do prefente anno  
de mil feſecentos e ſeſſenta.*



IMPRESSO NA SECRETARIA DE ESTADO,  
Por eſpecial Ordem de Sua Mageſtade.



**ERROS IMPIOS,  
E  
SEDICIOSOS,  
QUE OS RELIGIOSOS**

Da Companhia de JESUS enſinaraõ aos Reos,  
que foraõ juftificados, e pertenderaõ eſpalhar  
nos Póvos deſtes Reynos.



**LISBOA,**

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,  
Impreffor do Eminentiffimo Senhor Cardeal Patriarca.

Rosto de duas obras impressas por Miguel Rodrigues, na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, por determinação do Marquês de Pombal.

As repercussões que, a nível internacional, provocaria a decisão de expulsar do País uma das ordens religiosas mais poderosas foram também ponderadas pelo Marquês de Pombal, que fez imprimir textos em francês e italiano<sup>37</sup> onde se expunham os "crimes" cometidos pelos Jesuítas, e que motivaram aquela tomada de posição.

Em todas essas espécies impressas em língua estrangeira, a impressão é atribuída a Miguel Rodrigues, mas, em muitos casos, o pé-de-imprensa corresponde a uma *fausse-adresse*. As espécies foram impressas fora do País, mas somos levada a pensar que não houve utiliza-

<sup>37</sup> Foi impresso em italiano *Editto Di S. M. F. Il Re di Portogallo per cui si aboliscono Le Scuole Minori de' Gesuiti e si proibisce il Loro Metodo d'insegnare, e, Se ne prescrive uno Nuovo*. [Armas de Portugal.]. In Lisboa, M.D.CCLIX. Nella Stamperia di Michele Rodriguez. Cf. *Catálogo da Livraria de Manoel dos Santos*, nº 7153. Esta mesma obra foi, também impressa em francês: *Edit de Sa Majesté Très Fidèle le Roi de Portugal, par lequel Elle abolit les Ecoles d'humanités des Jesuites, défend de se servir de leur méthode d'enseigner et en prescrit une nouvelle*. Lisbonne, Imp. de Michel Rodrigues, 1952. Cf. *Catálogo de la Bibliothèque de M. Fernando Palha*, nº 2525.

ção abusiva do nome do impressor português. Miguel Rodrigues estava perfeitamente ciente da situação, e espécies houve impressas em Portugal que serviram de base às edições estrangeiras. Por exemplo: MANIFESTE / DU ROI DE PORTUGAL, / Contenant les erreurs impies & jédi- / tieuses que les Religieux de la Compagnie de Jesus ont enjeignés / aux Crimi- nels qui ont été punis, / & qu'ils se font efforcés de répondre / parmi les peuples de ce Royau- me. / [Armas reais portuguesas.] / A LISBONNE, / De l'Imprimerie de MIGUEL RODRI- GUEZ, Impri- / meur de son Eminence Mon seigneur le Cardinal / Patriarche., é a edição ori- ginal, saída dos verdadeiros prelos de Miguel Rodrigues.<sup>38</sup> No entanto, a espécie, cuja descri- ção bibliográfica damos a seguir, foi, segundo Émil Weller, impressa em Paris:<sup>39</sup>

MANIFESTE / DU ROI DE PORTUGAL, / CONTENANT LES ERREURS / im- pies & féditieuses que les Religieux de la Com- / pagnie de Je sus ont en sei- / gnés aux Criminels qui / ont été punis, & qu'ils se font efforcés de répondre / parmi les Peuples de ce Royaume.[Ornato tipográfico.] / A LISBONNE, / De l'Imprimerie de MIGUEL RODRIGUEZ, Impri- / meur de son Eminence Mgr. le Cardinal Patriarche.

As afinidades entre os dois exemplares, a nível de composição, são evidentes.

## MANIFESTE

DU ROI DE PORTUGAL,

*Contenant les erreurs impies & sédi- tieuses que les Religieux de la Compagnie de Jesus ont enseignées aux Criminels qui ont été punis, & qu'ils se font efforcés de répandre parmi les peuples de ce Royaume.*



A LISBONNE,

De l'Imprimerie de MIGUEL RODRIGUEZ, Impri-  
meur de son Eminence Monseigneur le Cardinal  
Patriarche.

Rosto de *Manifeste du Roi de Portugal*, impresso em Lisboa por Miguel Rodrigues (1759).

## MANIFESTE

DU ROI DE PORTUGAL;

CONTENANT LES ERREURS impies & féditieuses que les Religieux de la Com- pagnie de Jesus ont ensei- gnées aux Criminels qui ont été punis, & qu'ils se font efforcés de répandre parmi les Peuples de ce Royaume.



A LISBONNE;

De l'Imprimerie de MIGUEL RODRIGUEZ, Impri-  
meur de son Emin. Mgr. le Cardinal Patriarche.

Rosto de *Manifeste du Roi de Portugal*, impresso em Paris (1759).

<sup>38</sup> Só vimos descrita esta obra no *Catálogo da Livraria de Manuel dos Santos*, sob o número 5865.

<sup>39</sup> WELLER, Emil. *Die Falschen und fingierten Druckorte Repertorium der seit Erfindung der Buchdruckerkunst unter falscher Firma erschienenen deutschen, lateinischen und französischen Schriften*. Hildesheim, Georg Olms Verlag, 2 t., 1970; t. 2, p. 161.

As espécies seguintes foram, também, impressas em Paris.<sup>40</sup> com falsas indicações tipográficas:

LETTRE / DU ROI / DE PORTUGAL. / A PIERRE GONZALEZ / CORDEIRO PEREIRA, Chan- / celier de la Maison dos Roquetes. / & y faisant les fonctions de Pre- / sident. / Á LISBONNE, / Chez MICHEL RODRIGUES, Im- / primeur de l'Eminentissime / Cardinal Patriarche. / M.DCC.LIX.

e

LETTRE / DE SA MAJESTÉ TRÉS-FIDÉLE / LE ROI DE PORTUGAL / A / *Pierre Gonzalvez Cordeiro Pereira*, / *Conseiller & Chancelier de l'Hotel des / Requêtes*, pour faire exécuter ses ordres / touchant les Jésuites de Portugal, con- / fischer tous leurs biens, & c. / Traduit sur l'original Portugais.\* / [Ornato tipográfico] / A LISBONNE, / De l'Imprimerie de MICH. RODRIGUES, / Imprimeur de l'Eminentissime Cardinal Patriarche. 1759. / [Tranca] / \* *On a jugé à propos pour l'authenticité de / cette pièce, de mettre le Portugais à la suite, / tel qu'il est venu de Lisbonne.*

## LETTRE

DE SA MAJESTÉ TRÉS-FIDÉLE

LE

ROI DE PORTUGAL,

A

*Pierre Gonzalvez Cordeiro Pereira*,  
*Conseiller & Chancelier de l'Hotel des*  
*Requêtes, pour faire exécuter ses ordres*  
*touchant les Jésuites de Portugal, con-*  
*fischer sous leurs biens, &c.*

Traduit sur l'original Portugais. (\*)



A LISBONNE,  
De l'Imprimerie de MICH. RODRIGUES,  
Imprimeur de l'Eminentissime Car-  
dinal Patriarche. 1759.

(\*) *On a jugé à propos pour l'authenticité de*  
*cette pièce, de mettre le Portugais à la suite,*  
*tel qu'il est venu de Lisbonne.*

Rosto de *Lettre de Sa Majesté Très-Fidèle le Roi de Portugal*, impressa em Paris e atribuída a Miguel Rodrigues.

VI

## CARTA REGIA.

LISBOA,

Na Officina de MIGUEL RODRIGUEZ,  
Impresor do Eminentissimo Senhor  
Cardinal Patriarcha.

PEDRO Gonzalvez Pereira do meu Conselho, Chancelier da Casa da supplicação, quenella serviu de Regidor, Amigo. Eu el Rey vos inviro muito saudar. As perniciosissimas maquinaçoens cooque os Religiosos, de que se compoem o governo da Sociedade de Jesus nestos Reynos e seus Dominios avian nellos concitado, e rompido as vicandalofas fediçoens, revoluçoens, e declaradas guerras, que saon manifestas a toda Europa, derao justo e indispensavel motivo a os officios, que mandei pasar pelo meil Ministro na Curia de Roma, paraque desse ao Santo Padre Benedicto XIV em taon Presidente na Universal Ygreja de Deos, hum summario e substancial Conhecimento da quellas artices absurdos, pelo meyo do piquinho volume, que mandei estampar, com o titulo ci *Relaçoes abreviada de Republica, que os Religiosos Jesuitas das Provincias de Portugal e Hespanha estabeleceron nos Dominios das duas Monarquias &c.* A fim de ordenando como ordenou o mesmo Santo Padre pelo seu Apostolico Breve enpedido ao Cardinal Patriarcha cexito no primeiro de Abril do anno proximo procedente, a reforma dos sobreditos Religiosos, se ocorresse por aquelle bej-

Início do texto de *Carta Régia*, impressa em Paris sob a *fausse-adresse* «LISBOA. Miguel Rodriguez».

<sup>40</sup> WELLER, Emil. *Ob. cit.*, t. 2, p. 160.

CARTA REGIA / [Filete duplo] / LISBOA. Na *Officina de MIGUEL RODRIGUEZ. Impresor do Eminentissimo Senhor / Cardinal Patriarca. I*, o original português que serviu de base à tradução francesa e que acompanha, como prova da autenticidade, a espécie descrita, contribui, de forma significativa, para a confirmação da informação do verdadeiro local de edição [Paris], pois o texto português, ao contrário do que acontece com o francês, está inchado de erros, que só podem ser justificados pelo desconhecimento da nossa língua pelo impressor francês e seus oficiais.

Em data que não podemos fixar, Miguel Rodrigues procedeu à contrafacção de alguns volumes dos *Sermões*, de autoria de Padre António Vieira. Xavier da Cunha, em *Impressões Deslandesianas*, denuncia a situação em relação aos volumes I e II da obra mencionada e identifica Miguel Rodrigues como autor da "fraudulenta reimpressão dos dois volumes, tosca simulação da edição-*princeps*",<sup>41</sup> saída dos prelos de João da Costa e Miguel Deslandes. Ao compulsarmos os catorze volumes que integram esta colecção de *Sermões*, demo-nos conta de que a falsificação feita por Miguel Rodrigues não se limita aos dois primeiros tomos, e que este impressor não foi o único a deixar-se seduzir pelo lucro fácil que a contrafacção de uma obra tão procurada garantidamente traria. No capítulo seguinte trataremos, de forma mais aprofundada, este caso.

Facto anómalo se detecta em EMMANVELIS / ALVAREZ PEGAS / J. C. LVSITANI / COMMENTARIA / AD / ORDINATIONES / REGNI PORTVGALLIÆ, REGIÆ CELSITVDINI / SERENISSIMI DOMINI / D. PETRI, / PORTVGALLIÆ, REGIONISTURDETANÆ, GVINÆ, / Indiae, ac Brajiliae Lusitanorum nunc Regentis, aut futuri Monarchae dicata, & debito obsequio oblata, / TOMVS OCTAVVS, / [...], / [Ornato tipográfico.] / VLYSSIPONE / Typis. & expensis MICHAELIS RODRIGUES, / Eminentissimi Domini Cardinalis Patriarchae Typographi. / [Tranca.] / M.DC.LXXXIII. / Cum facultate Superiorem, & Privilegio Regio., pois a data que figura na portada (1683) não corresponde à realidade. Xavier da Cunha admite a hipótese de este erro de datação ter como propósito "fraudulentos fins", mas considera também a possibilidade de "os tipógrafos, copiando servilmente os dizeres que encontraram no rosto da edição deslandesiana [1ª edição], lhe copiarem inclusivamente o ano de estampagem, sem atentarem na incongruência que dali resultava entre a data e o nome do impressor."<sup>42</sup> Consideramos mais plausível a hipótese apresentada em segundo lugar, e afastamos, deste caso, qualquer intenção de fraude editorial. O tomo VII dos *Commentaria* impresso por Miguel Rodrigues apresenta como ano de publicação o ano de 1750 e o tomo IX saiu dos seus prelos em 1752. É, assim, provável que a impressão do tomo VIII tenha ocorrido entre 1750 e 1752, ou, admitindo que cada tomo tenha sido publicado com periodicidade anual, é possível estabelecer como data de impressão o ano de 1751.

<sup>41</sup> CUNHA, Xavier da. *Impressões Deslandesianas*. Lisboa, Imprensa Nacional, 2 t., 1891; t. I, pp. 613-615.

<sup>42</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 363-364.

## **5. LITERATURA E CLANDESTINIDADE**

São diferentes as perspectivas de um autor e de um editor ou impressor face à publicação de uma obra literária: se para o primeiro o importante é o texto e o acto de criação que a obra representa, para o editor ou impressor, sujeito às leis do mercado, o importante é o aspecto financeiro e o lucro que a publicação da obra pode proporcionar. A verificação deste facto levou Robert Darnton a afirmar:

Pour les éditeurs, la littérature est une affaire d'argent. Le meilleur livre pour un libraire est celui qui se vend.<sup>1</sup>

Camilo (autor) tomou consciência disso ao afirmar:

Nada de tirar à novela a inutilidade que a faz preciosa. Seja cada um do seu tempo e do seu país. O melhor romancista em Portugal, por enquanto, há-de ser o que tiver mil leitores que lhe comprem o livro e o aplaudam, contra dez que o leiam de graça e o critiquem em folhetins a dez tostões.<sup>2</sup>

Colocada assim a questão, fácil se torna compreender a amplitude que o fenómeno das contrafacções atinge neste domínio. Anulados os riscos do lançamento de uma novidade editorial, a reprodução fraudulenta de *best-sellers* é uma operação altamente tentadora para editores e impressores, pois o sucesso de vendas está previamente garantido e os custos de produção são significativamente menores. Não temos a noção exacta das proporções que este fenómeno atingiu em Portugal, no século XVIII, e consideramos difícil, se não impossível, identificar, hoje, todas as obras que foram objecto de contrafacção. Demo-nos conta, no desenvolvimento das nossas investigações, de que as edições-piratas não são tão raras como, de início, podíamos imaginar, pelo que, sem exagero, consideramos adaptável à realidade portuguesa o comentário expendido por Anne Sauvy sobre esta questão:

De toutes les éditions, quels sont donc les bonnes et les mauvaises? Quelles sont celles qu'a reconnues ou peut-être corrigées l'auteur? Quelles sont les copies de copie de copies? Quels sont les vrais lieux d'impression et les faux? Souhaitons que Dieu y reconnaisse les siens, car les bibliographes n'y parviendront probablement jamais.<sup>3</sup>

Ao reproduzirem fraudulentamente as obras literárias mais procuradas, não pensavam decerto os impressores e os editores nos efeitos culturais de tal acção, mas devemos sublinhar que essa actividade, ainda que ilícita, contribuiu, de forma significativa, para a expansão cultural de algumas das obras mais importantes do pensamento e da literatura. Sucedeu assim pela Europa fora: como não sucederia em Portugal?

<sup>1</sup> DARNTON, Robert. *Gens de Lettres, Gens du Livre*. Paris, Odile Jacob, 1992, p.178.

<sup>2</sup> CASTELO BRANCO, Camilo. *A Doida do Candal*. Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 4ª ed., 1903. Prefácio da segunda edição, p. 11.

<sup>3</sup> SAUVY, Anne. *Loc. cit.*, p. 106.

## 5.1. CONTRAFACÇÕES

### 5.1.1. Relações de Naufrágios

Em data não muito afastada da publicação da *História Trágico-Marítima* (1735-1736), foram objecto de contrafacção muitas das "relações de naufrágios" e "sucessos lastimosos" que aconteceram aos navegantes portugueses da carreira da Índia, publicadas entre 1597 e 1651.<sup>4</sup> Num primeiro contacto com estas obras, supostamente impressas nos séculos XVI e XVII, e que em muitos catálogos são apresentadas como "primeiras edições, raríssimas", impressiona o estado impecável em que se encontra o papel e surpreendem as afinidades gráficas e estéticas entre estas espécies e outras impressas no século XVIII. Mas a estranheza dissipou-se quando conseguimos pôr lado a lado edições originais e contrafacções: ficam assim a descoberto as diferenças significativas que as separam.

Identificámos onze situações deste tipo, que passamos a expor caso a caso, e apresentamos as razões que nos permitiram concluir, com base no estudo dos motivos iconográficos, ter sido responsável por estas contrafacções o impressor lisboeta António Pedroso Galvão.

#### 1. Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam ...

A edição-*princeps*<sup>5</sup> tem as seguintes características tipográficas na sua página-de-rosto:

MEMORAVEL / RELAÇAM DA PERDA / DA NAO CONCEIÇAM QVE / os Turcos  
queimaram à vi fta da barra de Lisboa, / varios suce f f os das pe f foas que nella cativaraõ. E /  
descripção noua da Cidade de Argel, de seu gover- / no. E cou f as mui notaveis aconte fidas  
ne ftes vltimos annos de 621. até o de 26. / Por Ioam Carvalho Majcarenhas que foi cativo / na

---

<sup>4</sup> Ao admitirmos como provável que estas *Relações de Naufrágios* foram impressas em data próxima à da publicação de *História Trágico-Marítima*, relacionámos dois dados que consideramos significativos, isto é, o período de actividade profissional do impressor António Pedroso Galvão, que se situa entre 1698 e 1738 e a circunstância de em alguns catálogos bibliográficos aparecer, juntamente com a apresentação de *História Trágico-Marítima*, compilada por Bernardo Gomes de Brito, a descrição de um terceiro tomo de *Relações de Naufrágios*, cujo número de folhetos reunidos varia entre 6 e 11, em que se encontram muitas destas espécies impressas clandestinamente por António Pedroso Galvão. Pensamos que este facto não se prende exclusivamente com a relação temática que existe entre as obras, mas tem, também, conexão com a verdadeira data de impressão dos diferentes folhetos avulsos aí reunidos. A descrição dos folhetos que integram esse volume aparece, após a descrição de *História Trágico-Marítima*, nos seguintes catálogos e estudos bibliográficos: *Azevedo e Samodães*, 1416; *Palha*, 2373-2374; *Manoel dos Santos*, 4951; [*Salema Garção*], 1775; *Dicionário Bibliográfico*, t. XVII, p. 84; *Pinto de Mattos*, pp. 305-307.

<sup>5</sup> Desta edição localizámos três exemplares: B.N.L., Res. 335<sup>2</sup> P; A.N.T.T., SP 1626<sup>2</sup> CF e B.A., 16-VI-82, encontrando-se a folha-de-rosto deste exemplar danificada e incompleta. Inocêncio Francisco da Silva descreve esta espécie e alerta para a existência de "uma espécie de contrafeição desta edição". Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii*. *Ob. cit.*, t. III, p. 344. Em 1865, no Porto, na tipografia particular do Conde de Azevedo foi feita outra contrafacção desta espécie conforme a edição original, tendo sido impressos quatro exemplares. José dos Santos afirma que "os exemplares desta reimpressão são ainda muitíssimo mais raros que os da edição primitiva". Cf. *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e de Samodães*, t. I, 1416, p. 399.

meſma Nao. / DEDICADA A DOM PEDRO / de Meneſes Prior da Igreja de Santa / Maria de Obidos. / Anno [Vinheta heráldica com a empresa VEXAT ET ILVSTRAT.] 1627 / EM LISBOA. / [Tranca.] Com todas as licenças neceſſarias. / Por Antonio Alvarez.

Da contrafacção existem duas verſões, cujas deſcrições bibliográficas paſſamos a apresentar:

a) MEMORAVEL / RELAÇAM DA PERDA / DA NAO CONCEIÇAM / Que / os Turcos queymáraõ à viſta da barra de Lis- / boa, / varios Jucejjos das peſſoas, que nella cativáraõ. E deſcripção nova da Cidade de Ar- / gel, & de ſeu governo; & coujas muy / notaveis acontecidas neſtes ultimos / annos de 1621. até 1626. / POR JOAM CARVALHO MASCARENHAS, / que foy Cativo / na meſma Nao / DEDICADA / A DOM PEDRO DE MENESES / Prior da Igreja de Santa Maria / de Obidos. / EM LISBOA. / Com todas as licenças neceſſarias. / Na Officina de Antonio Alvares. / Anno de 1627.<sup>6</sup>

b) MEMORAVEL / RELAÇAM DA PERDA / DA NAO CONCEIÇAM / Que os Turcos queymáraõ à viſta da / barra de Lisboa, & varios suceſſos / das peſſoas, que nella cativáraõ. / Com a nova diſcripção da Cidade de Argel, de ſeu / governo, e coujas muy notaveis acontecidas neſtes ultimos annos de 1621. até o de 1626. / POR JOAM TAVARES MASCARENHAS, / que foy Cativo / na meſma Nao. / DEDICADA / A DOM PEDRO DE MENESES / Prior da Igreja de Santa Maria / de Obidos. / EM LISBOA. / Com todas as licenças neceſſarias. / Na Officina de Antonio Alvares. / Anno de 1627.

Na segunda verſão da contrafacção, cuja compoſição difere da deſcrita em primeiro lugar, embora ſe respeite a meſma distribuição de texto por página e ſe utilizem os meſmos motivos iconográficos, encontra-ſe errado, no roſto, o nome do autor, pois o ſeu verdadeiro nome é João Carvalho Mascarenhas e não João Tavares Mascarenhas.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> O exemplar que compulſámos na Biblioteca da Ajuda tem a cota B.A - 153-I-25-45 e o da Biblioteca Nacional de Lisboa pertence ao núcleo dos Reservados, 335<sup>v</sup>. Sobre eſta eſpécie afirma Inocêncio: "Há uma eſpécie deſta edição feita com as próprias indicações de lugar, nome de impriſor e ano, mas que facilmente ſe diſtingue da original, já pela maior clareza do papel e aperfeiçoamento dos tipos, já por ter as folhas numeradas, por ambos os lados, enquanto que na edição verdadeira ſe acham numeradas ſó no recto." *Cf.* SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, t. III, p. 344. Também é deſcrita no *Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha*, 2273; no *Catálogo da Biblioteca [de Salema Garção]*, 1775; em *Bibliografia da Livraria de Manoel dos Santos*, 4951.

<sup>7</sup> Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa um exemplar deſta contrafacção, com a cota Res.335<sup>v</sup>, e a Biblioteca da Ajuda poſſui também eſta eſpécie, a que foi atribuída a cota 153-I-25-45. A ſua deſcrição figura no *Manual Bibliográfico Portuguez*, página 306, ſem que ſeja feita qualquer obſervação ao carácter ilícito da ſua publicação.

**MEMORAVEL**

**RELAÇAM DA PERDA  
DA NAO CONCEICAM QUE**  
os Turcos queimarão à villa da barra de Lisboa,  
varios successos das pessoas que nella cativaraõ. E  
descripção noua da Cidade de Argel, de seu gover-  
no. E cousas muy notaveis acontecidas nestes  
vittimos annos de 611. até o de 36.

*Por Ioaõ Carvalho Mascarenhas que foi cativo  
na mesma Nao.*

**DEDICADA A DOM PEDRO**  
de Meneses Prior da Igreja de Santa  
Maria de Obidos,

Anno



1627

**EM LISBOA.**



Com todas as licenças necessarias.  
Por Antonio Alvarez.

Rosto da edição-princeps de *Relaçam da Perda da Nao Conceiçam*. im-  
pressa em Lisboa por António Álvares, em 1627.

**MEMORAVEL  
RELAÇAM DA PERDA  
DA NAO CONCEIÇAM**

*Que os Turcos queymãrão à vista da barra de Lisboa; varios successos das pessoas, que nella cativãrão. E descripção nova da Cidade de Argel, & de seu governo; & cousas muy notaveis acontecidas nestes ultimos annos de 1621. até 1626.*

**POR JOAM CARVALHO MASCARENHAS,**  
que foy Cativo na mesma Nao

**DEDICADA**  
**A DOM PEDRO DE MENESES**  
Prior da Igreja de Santa Maria  
de Obidos.

**EM LISBOA.**

*Com todas as licenças necessarias.*

**Na Officina de Antonio Alvares.**



*Anno de 1627.*

**MEMORAVEL  
RELAÇAM DA PERDA  
DA NAO CONCEIÇAM**

*Que os Turcos queymãrão à vista da barra de Lisboa, & varios successos das pessoas, que nella cativãrão.*

*Com a nova descripção da Cidade de Argel, de seu governo, & cousas muy notaveis acontecidas nestes ultimos annos de 1621. até o de 626.*

**POR JOAM TAVARES MASCARENHAS,**  
que foy Cativo na mesma Nao.

**DEDICADA**  
**A DOM PEDRO DE MENESES**  
Prior da Igreja de Santa Maria  
de Obidos.

**EM LISBOA.**

*Com todas as licenças necessarias.*

**Na Officina de Antonio Alvares**  
*Anno de 1627.*



Rostos das contrafacções de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam*. impressas no século XVIII por António Pedroso Galvão.

António Pedroso Galvão quase autografou estas espécies, porque, na página 33, utilizou como vinheta ornamental uma das marcas tipográficas de seu pai, João Galvão. Xavier da Cunha, em *Impressões Deslandesianas*, descreve a referida marca tipográfica e assinala que o seu filho e sucessor, António Pedroso Galvão, a empregou como remate ornamental em obras saídas dos seus prelos:

De João Galvão encontro também por marca uma vinheta decorativa em «fundo-de-lâmpada», – na qual se acham representadas, entre folhedos de fantasia, na parte superior um livro aberto e sobrepujado por uma coroa, na parte inferior um escudete com as iniciais I G. [...] Da referida vinheta, ainda com as iniciais I G, mas empregada como remate ornamental, serviu-se António Pedroso Galvão [...].<sup>8</sup>

Tal como na contrafacção de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam* ..., António Pedroso Galvão reproduziu como motivo ornamental a marca tipográfica de seu pai,

<sup>8</sup> CUNHA, Xavier da. *Ob. cit.*, t. I, pp. 394-395.

nomeadamente em «Sermão VII. De São Joseph», inserido em SERMOENS / PANEGYRICOS / DOS PRIMEYROS SEIS MEZES / do Anno. / PRIMEYRA PARTE. / PELO MUYTO REVERENDO PADRE / Fr. ANTONIO DE ALMEYDA, Religiofo da Sagrada Ordem dos Prègadores, Mestre / em a Sagrada Theologia, pela lição della, em os E / - / todos gêraes da mesma Ordem, Confultor / do Santo Officio. / OFFERECIDO AO EMINENTISSIMO SENHOR / NUNO DA CUNHA / DE ATTAIDE, / Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma, / Bispo Inquifidor Gèral, Capelaõ mor de / S. Mageftade, do feo Conselho de Estado, & do feo Despacho, & c. / [Vinheta.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM / [Tranca] / Com todas as licenças neceffarias. / Anno de 1718.

*N. Senhora da Conceição.*

33

aparato como naquella terra, pela misericordia de Christo nosso Senhor.

O Hospital se sustenta com nove camas com sua roupa muito limpa, com fisco, baldeyro, & botica, & tudo muito bem pago, & dous Christãos, que ordinariamente servem no Hospital, & curão dos doentes, & enterram, & amortalhaõ os que morrem assim nelle, como em casa de seus patreus: hum Christão chamado Manoel Pereyra õ fez no tempo da peste tão bem, que por sua mão enterrou, & amortalhou mais de quatro mil Christãos, & depois de passada a peste se juntarõ todos os que nosso Senhor foy servido livrar, & de etmolos, que ajuntãõ entre si, o resgatãõ, & veyo livre a esta Cidade. Tem tambem obrigação cada Padre, que diz Missa no Banho de Rey, fer cada mez Capelaõ do Hospital, para dizer Missa nelle aos doentes, confessaõs, & Sacramentalos, & fazerhe seus testamentos; não faltam tambem neste Hospital, galinhas, frangos, & doces, & o mais regalo para os enfermos de maneyra, que raramente comem carneyro, para o que os mais dos Christãos, que morrem (se tem alguma couza) o deyxãõ para esta casa, na qual não entraõ mais, que Portuguezes, Castelhanos, Francezes, Biscainhos, Galgos, Italianos, que todas as outras nações assim como não fazem caridades, não os recolhem, além de que nas mais achãõ se poucos, que não sejaõ herçes.



NOVA

Página da edição apócrifa de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam*, em que o impressor usou como vinheta ornamental a marca tipográfica de seu pai, João Galrão.

SERMÕES.  
PANEGYRICOS

DO S  
PRIMEYROS SEIS MEZES  
do Anno.

PRIMEYRA PARTE,  
PELO MUYTO REVERENDO PADRE.

Fr. ANTONIO DE ALMEYDA,

Religioso da Sagrada Ordem dos Prêgadores, Mestre  
em a Sagrada Theologia, pela lição della, em os Es-  
tudos gêraes da mesma Ordem, Consultor  
do Santo Officio.

OFFERECIDO AO EMINENTISSIMO SENHOR

NUNO DA CUNHA  
DE ATTAIDE,

Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma,  
Bispo Inquisidor Gêral, Capellão mór de  
S. Magestade, do seu Conselho de Estado, & do seu Despacho, &c.

LISBOA OCCIDENTAL,  
Na Officina de ANTONIO PEDR OZO GALRAM

Com todas as licenças necessarias.  
Anno de 1718.

De São Joseph. 161  
vos. Vos exaltastes sobre nos coraçoes que devo-  
rados validos, deyxan- tos vos festejão copiosa-  
do muyto atraz os mimo- mente favores. Theouro  
mos da Ley da Graça, fôis das riquezas desse ce-  
& subindo mais que todos lestial Palacio, tranqueay  
ao lugar, & grandeza a com vossos devotos o ca-  
que nenhum pode chegar: bedal de vosso poder, pa-  
*In familiaritate supra om-* ra que empregados no  
*nes.* Supposto em azas de desterro desta mortalida-  
vossos merecimentos, vos de, no obsequio de servir-  
achais tão remontado na vos, & venerarvos, com o  
eminencia da gloria, go- socorro da Divina graça  
zando docel tão aventa- mereçamos a eterna feli-  
jado, que se arizinha ao cidade de vervos em essa  
de nosso Deus, & Senhor, patria da gloria. *Quam mi-*  
vosso Filho putativo, não *hi, & vobis prestare dig-*  
desprezeis nessa grandeza *netur, qui vivit, & regnat*  
o humilde memorial de *per omnia secula seculo-*  
nossas supplicas. Chovey rum. Amen.



Tom. I. L

SER.

*Sermoens Panegyricos*, impressos por António Pedroso Galvão em 1718. uma das obras em que o impressor utilizou como remate ornamental a marca tipográfica de seu pai. João Galvão.

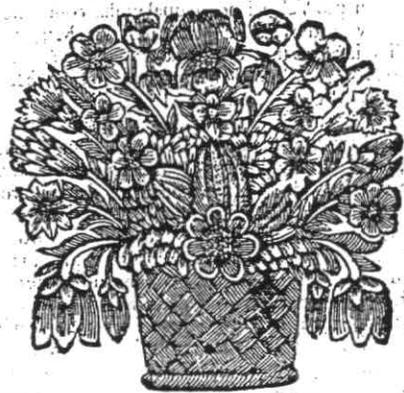
Mas as coincidências não se limitam a este aspecto. Assim:

1º – A gravura representando um cesto com flores, que marca o final do texto da «NOVA DESCRIPÇAM / DA CIDADE DE ARGEL» incluído na *Reluçam da Perda da Nao Conceiçam*, é exactamente igual à utilizada por António Pedroso Galvão, como remate ornamental, em «Sermão IV - Dos damnos do Peccado» incluído em FLAGELLO / DO PECCADO. / TOMO II. / DOS DAMNOS, QUE CAUSA / e sta fêra cruel, e singular. / Offerece-o / À PROTECCAM DO EMINENTISSIMO SENHOR / NUNO DA CUNHA, CARDEAL DA SANTA IGREJA ROMANA / do titulo de Santa Ana sta fia, Inquisidor Geral em / todos os Reynos, e Senhorios de Portugal, e do Con selho de Estado, &c. / O PADRE / Fr. PAULO DE S. THERESA / INDIGNO FILHO DO SEMINARIO / de Varatojo de Mijjionarios Apoio

*Da Cidade de Argel.*

64

Esta mefma ordem com que caminhaão, & com que dobraõ estas garramas, he a mefma que tem na guerra: porque a cobrança destas coufas, a fazem com mão armada: porque ordinariamente lho acontece, ou por se rebelarem seus tributarios, ou por seus inimigos virem contra elles, ficarem vencidos, & desbaratados, & tem trazerem garramas, & com o campo todo perdido, & affim vão difpofitos a tudo o que se lhe offerecer, com a mefma ordem como se actualmente foram, para a peçja; & affim esta fica sendo a ordem, que tem na guerra.



I 2

DO\$

Página de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam*, supostamente impressa por António Alvares, mas saída dos prelos de António Pedroso Galvão.

**FLAGELLO  
DO  
PECCADO.**  
TOMO II.  
DOS DAMNOS, QUE CAUSA  
*esta fêra cruel, e singular.*

*Offerece-o*

A<sup>o</sup> PROTECÇAM DO EMINENTISSIMO SENHOR  
**NUNO DA CUNHA,**

CARDEAL DA SANTA IGREJA ROMANA  
do titulo de Santa Anastasia, Inquisidor Geral em  
todos os Reynos, e Senhorios de Portugal, e  
do Conselho de Estado, &c.

O PADRE

**FR. PAULO DE S. THERESA,**  
INDIGNO FILHO DO SEMINARIO  
*de Varatojo de Missionarios Apostolicos.*



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM, 25.

M. DCC. XXXVI 23.11.7

*Com todas as licenças necessarias.*

*Dos damnos do peccado.*

135

2. Cor. 1. 3. solação : *Pater misericordiarum, & Deus totius consolationis*, para teus Divinos olhos em vossas lagrimas, e remediará vossas misérias, dando-vos hum geral perdão das culpas. Vinde, e chegay, peccadores ; chegay todos,

porque a todos quer remediar, e que tejaõ salvos: *Omnes homines vult salvos fieri*, e com vozes de lagrimas, nascidas da dor de vossas culpas, clamay a estes pés: Senhor meu JESU Christo, &c.

1. ad Timor. cap. 2. num. 4.



I 4

SER.

*Flagello do Peccado ...*, impresso por António Pedroso Galvão em 1736. A gravura reproduzida na página 135 é igual à impressa na página 61 da contrafacção de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam*.

2º – A capitular ornamental (letra N), que figura na página 62 das edições supostamente impressas por António Álvares, é absolutamente igual à reproduzida no inicio do texto da «OYTAVA MAXIMA», que integra a obra CONSELHEYRO / FIEL / COM MAXIMAS ESPIRITUAES / para convencer o entendimento, & / combater o coração do peccador / e esquecido. / OFFERECE-AS AO ILLUSTRISSIMO SENHOR / JOAÕ DE MELLO, / Conigo da Santa Sé Patriarcal, / O PADRE / Fr. MANOEL GUILHERME. / Religio fo de S. Domingos. / II. PARTE. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM, & à sua custa impresso. / [Tranca.] / Com todas as licenças necessarias. / Anno de M.DCC.XXXVII.

## DOS SUCESSOS, QUE TIVERAM OS CATIVOS

### CAPITULO I.

#### *Da morte de Dom Patricio.*



O anno de seis centos & vinte hum, em que os Turcos queymaraõ a Nao nossa Senhora da Conceyção, cativaraõ nella a Dom Patricio Clerigo de Missa, de nação Valenciano, o qual vinha com avisos do Governador das Filipinas para sua Magestade, & a poucos dias de cativo succedeo, que hum moço Espanhol, por sua propria vontade, & tendo muyto bom Patram se fez Turco, & ren-gou. O Patram quando soube, que elle renegara sem sua licença, & contra sua vontade, o vendeo logo a hum ferreyro muyto mau homem por se vingar d'elle: o qual usando de sua boa cõdição, & por Deos nosso Senhor, assim ser servido, matava com trabalho o arrenegado, elle não podendo soffrer tam roim vida, ou por ventura arrendido de ter renegado, se ajuntou com hús Christãos, & lhe disse, que elle queria tornar-se a Fê de Christo, & fugir para terra de Christãos, & que tudo o que quizessem, ou de linas de seu amo, ou de sua pessoa o achariaõ prestes. Os Christãos festejaram a occasião: porque elles não arriscavão mais, que huns poucos de açoutes, & o renegado a vida, & assim lhe disseram, que hiriam com elle à marinha, pelas sete horas da manhã, & que a melhor barca, que visse, mandasse deytar ao mar, como que era Contramestre de algum Navio, & que os Christãos, que erão de sua casa, & que nella se mereriam todos, como que hiam fazer lastre, huma milha do porto, & que se deteriam até a noyte, & teriam fora da porta em huma praya enterrados os remos, vela, & agoi, & dormiriam os que haviam de hir, fóra de casa de seus amos: & sen to horas, se hiriam embarcar sem serem sentidos.

Pareceo esta traça bem ao renegado, & sem mais considera-  
ção

Página da contrafacção de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam*, embelezada pela utilização da letra inicial N.

# CONSELHEYRO F I E L

COM MAXIMAS ESPIRITUAES  
para convencer o entendimento , &  
combater o coração do peccador  
esquecido.

OFFERECE-AS AO ILLUSTRISSIMO SENHOR

JOÃO DE MELLO,  
Conigo da Santa Sé Patriarcal,

O P A D R E

Fr. MANOEL GUILHERME,  
Religioso de S. Domingos.

II. P A R T E.



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM;  
& à sua custa impresso.

Com todas as licenças necessárias.

Anno de M.DCC.XXVII,

132

## OYTAVA MAXIMA.

*Qui timet hominem, cito corruet.* Proverb. 29.

D. Th.  
ouso de  
perfect.  
vit. spir.  
c. 16.



Aõ he facil de verificar hum aforismo de Santo Thomàs, que toda a malicia se origina de huma barbara debilidade: *Omnis improbitas ex imbecillitate animi provenit.* Toda a malicia:

Pois tambem a malicia de hum coração duro, de hum animo protervo, de hum odio defalmado? Todas estas ferezas, & durezas nascem de debilidades? Dice-o o Santo Doutor, & confirma-se com a experiencia. Que vicio, que abominação deyx de commetter hum idolatra do mundo, & escravo dos respeytos humanos? Por timido, & cobarde, larga o partido de Deos, & da virtude; envergonha-se de ser Christão, ou ao menos de obrar como Christão; não ha genero de dezacerto, & abominação a que o não arroje a sua cobardia. Atè ao crime da infidelidade ( o mais execrando, & abominavel de todos os crimes) he natural a sua froxidão: porque quem renuncia à virtude por temor do mundo, com mayor promptidão faltará aos dictames da Fé por medo dos tyrannos. E vimos a segurarnos que da vergonhosa cobardia nasce todo o genero de perversidade: *Omnis improbitas, &c.*

2 Neste experimentado dictame se funda a oytava Maxima do nuffo Conselheyro Fiel, lembrando-nos as palavras de Salamão, que o temer os homens prognostica huma apressada, & lastimosa queda: *Qui timet hominem, cito corruet.* Esta queda equivocará os Interpetres com o duro de huma prizaõ: *Pavor hominis dabit laqueum*, dice a versão Hebraica; & podemos acrescentar que com esta prizaõ arrastra o demonio estes cameloens às mais indignas barbaridades. Assim o considerou o Alapide dizendo que o excessiva-

*Conselheiro Fiel*, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1727, onde se encontra reproduzida a letra capitular N, igual à que figura na página 62 da contrafacção de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceição*.

3º – A capitular floreada (letra A) com que se inicia o texto da «NOVA DESCRIÇÃO / DA CIDADE DE ARGEL. /» (página 34) faz parte do material tipográfico herdado por António Pedroso Galvão de seu pai, e por este utilizado, nomeadamente em *SERMAM / DA / PRETENÇAM DAS CADEIRAS / dos filhos de Zebedeo. / PREGADO / EM A TERCEIRA QUARTA FEIRA / Da Quare sma de ste Anno de 1686. / EM A CAPPELLA REAL / Pelo muito Reverendo Padre Mestre. / Fr. M. MATHIAS DE MATTOS / Religioso da Sagrada Ordem de S. Ieronimo, prof- / feſſo do Real Convento de Belem. / OFFERECIDO / Ao Senhor / PEDRO DE VASCONCELLOS. / E SOUSA. / [Tranca.] / LISBOA. / Na Officina de JOÃO GALRÃO Anno de 1686. / Com todas as licenças necessárias.*

NOVA DESCRIPÇAM  
DA CIDADE DE ARGEL:

CAPITULO I.

*Do sitio della, & Governo dos Turcos, assim na  
paz, como na guerra.*



CIDADE de Argel está na costa de Berberia em o mar Mediterraneo, em altura de trinta & sete graos. Situada em huma montanha, cuja frontaria, terrados, varandas, & corredoiros cahem para onde responde o porto, que he a Les Nordeste, as costas tem arrimadas a huma montanha áspera, que pouco a pouco vay sobindo até o alto, & como as casas vão sobindo por aquella costa, & ladeyra até cima, vão ficando humas sobre outras, de maneyra, que as dianteyras, ainda que grandes, & altas não impedem a vista às que ficão por detrás.

A traça, & feyçãõ da Cidade, a quem a vê do mar, está parecendo huma vela de gavela, as duas pontas grandes debayxo cahem no mar, & o mais estreyto em cima da Cidade, que fecha com hum Castello, que se chama a Alcaçava, que he a principal força que tem, porque toda a Cidade lhe fica debayxo: Tera esta Cidade em redondo pela parte da terra mil & oytocentos passos, & pelo mar, que he huma ponta da vela de gavela, da parte debayxo até a outra, mil & seis centos passos, que tudo vem a fazer tres mil & quatrocentos, em huma destas pontas está huma porta chamada Babizon, que cahe a Este: Ella responde por huma rua direyta, que he a mais larga de Argel, & terá de comprimento, mil & duzentos & sessenta passos, a outra ponta, donde está outra porta, que se chama a de Babalotte, que fica à parte direyta, ao Es Normelle.

Haverá em Argel doze mil casas, sendo a Cidade muyto peque-

Página de *Relaçam da Memoravel Perda da Nao Conceiçam*, dada como impressa por António Álvares em 1627, mas executada no século XVIII por António Pedroso Galvão.

# SERMAM

D A

PRETENÇAM DAS CADEIRAS  
dos filhos do Zebedeo.

P R E G A D O

EM A TERCEIRA QUARTA FEIRA  
Da Quaresma deste Anno de 1686.

EM A CAPPELLA REAL

Pelo muito Reverendo Padre Mestre.

*Fr. MATHIAS DE MATTO S*  
*Religioso da Sagrada Ordem de S. Jeronymo, prof-*  
*fesso do Real Convento de Belem.*

OFFERECIDO

Ao Senhor

PEDRO DE VASCONCELLOS,  
E S O U S A.

L I S B O A.

Na Officina de JOÃO GALRÃO Anno de 1686.

*Com todas as licenças necessarias.*

A O S E N H O R

PEDRO DE VASCONCELLOS,  
E S O U S A.



GRANDE accitação, que o Reverendo P. Fr. Mathias de Mattos tem ha annos em esta Corte, & o geral applauso, com que este Sermão foy recebido em a Capella Real, me moveo a pedirhe pera à impressão o presente papel; & cuidando o modo, que teria em gratificarlhe a concessão, que me fez; achei não podia fazerlhe mayor honja, que offerecello a V. S. pelo muito favor, & honra, com que V. S. o tratta. Queira V. S. receber de baixo de seu amparo, & protecção este seu papel; que supponho defenderá muito com o seu patrocínio quem o acreditou tanto com o seu applauso. E em quanto com mayores estudos do mesmo Author não repito a buscar o amparo de V. S. Deos N. Senhor, que lie o Author de todos os bês, lhe dê a V. S. todos aquelles, que lhe desejan os que o amão; & lhe prospere o estado, com aquelles acrescentamentos, que lhe desejan seus criados.

O menor de todos os de V. S.

*Sylvestre Antunes.*

Obra impressa por João Galvão, em que se utilizou a mesma letra capitular floreada que nas contrafacções de *Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam.*

## 2. Naufragio da Nao Nossa Senhora de Belem ...

A edição original apresenta no rosto os seguintes dizeres: NAVFRAGIO / DA NAO NOSSA SENHO- / RA DE BETHLEM. / FEITO NA TERRA DO NATAL NO / Cabo da Boa E speranza. / SVCCESSOS QVE TEVE O CAPI- / taõ Ioseph de Cabreira, / QVE NELLA PASSOV A INDIA O ANNO / de 1635. fazendo o officio de Almirante daquella Frota / até chegar a este Reyno. / ESCRITOS PELO MESMO IOSEPH / de Cabreya; / OFFERECIDOS A DIOGO SOA- / res do Conselho de Sua Magestade, & seu Secretario / do Estado em Madrid, / [Ornamento tipográfico em vinhetas compósitas.]. / *Com todas as licenças necessarias.* / EM LISBOA, / Por Lourenço Craesbeeck Impresor del Rey. / Anno de

MDCXXXVI.<sup>9</sup> /, enquanto na contrafacção se encontra: NAVFRAGIO / DA NAO N. SENHORA DE BELEM / *Feyto na terra do Natal no Cabo de Boa E/-perança, & varios juceffos que teve o Capi- / taõ Joseph de Cabreyra. que nella paj- / jou à India no anno de 1633. fa- / zendo o officio de Almirante / daquella frota atè che- / gar a este Reyno. / ESCRI- TOS PELO MESMO / JOSEPH DE CABREYRA. / OFFERECIDOS / A DIOGO SOARES / Do Con felho de Sua Mage stade, & seu Secretario de E stado em Madrid. / Com todas as licenças neceffarias. / EM LISBOA. / Por Lourenço Craesbeeck Impref for d'Elrey. / Anno de M.DC.XXXVI.<sup>10</sup>*

NAVFRAGIO  
DA NAONOSSA SENHORA  
DE BETHLEM.

FEITO NA TERRA DO NATAL NO  
Cabo de Boa Esperança.

SUCCESSOS QUE TEVE O CAPI-  
taõ Joseph de Cabreyra,

QUE NELLA PASSOU A INDIA O ANNO  
de 1633. fazendo o officio de Almirante daquella Frota  
atè chegara este Reyno.

ESCRITOS PELO MESMO JOSEPH  
de Cabreyra;

OFFERECIDOS A DIOGO SOA-  
res do Conselho de Sua Magestade & seu Secretario  
do Estado em Madrid.



Com todas as licenças neceffarias.

EM LISBOA,

Por Lourenço Craesbeeck Impref for del Rey.  
Anno D.M.DC.XXXVI.

Rosto da edição original de *Naufragio da Nao Nossa Senhora de Bethlem*, impressa por Lourenço Craesbeeck, em 1636.

NAVFRAGIO

DA NAON. SENHORA DE BELEM

*Feyto na terra do Natal no cabo de Boa Es-  
perança, & varios successos que teve o Capi-  
taõ Joseph de Cabreyra, que nella paj-*

*jou à India no anno de 1633. fa-  
zendo o officio de Almirante  
daquella frota atè che-  
gar a este Reyno.*

ESCRITOS PELO MESMO

JOSEPH DE CABREYRA;

OFFERECIDOS

A DIOGO SOARES

Do Conselho de Sua Magestade, & seu  
Secretario de Estado em Madrid.

Com todas as licenças neceffarias.

EM LISBOA.

Por Lourenço Craesbeeck Impref for d'El Rey.  
Anno de M. DC. XXXVI.



Portada da contrafacção de *Naufragio da Nao Nossa Senhora de Belem*, saída dos prelos de António Pedroso Galvão, no século XVIII.

<sup>9</sup> Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa um exemplar desta espécie, cota Res. 2868<sup>8</sup> P, e encontramos também desta edição um exemplar no A.N.T.T., S.P. 1626<sup>3</sup> C.F. A sua descrição consta também do *Catálogo dos Condes de Azevedo e Samodães*, 1416, p. 399.

<sup>10</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Res. 335<sup>6</sup> V e Res. 340<sup>5</sup> V.; Biblioteca da Ajuda, 16-VI-81<sup>4</sup>. *Catálogo da Biblioteca de [Salema Garção]*, 1775; Pinto de Matos, p. 306; Palha, 2273.

A análise comparativa das duas espécies permite-nos concluir que as diferenças assinaláveis não se limitam a aspectos de pormenor, embora seja nitida a preocupação do impressor-falsificador em simular a edição original. Tal situação é patente, por exemplo, nas páginas correspondentes ao «Prologo ao Leytor» e ao início do texto do *Naufragio da Nao N. Senhora de Belem*, onde as capitulares mantêm as dimensões das reproduzidas na edição-princeps.

Páginas da edição original.

### Prologo ao Leytor.

**R**es cousas me mouerão a fazer este Tratado: a primeira, o proueito de que fique na memoria de todos hum Roteiro pera semelhantes desgraçias, que a prudencia dos homens até na inconstancia dos mares desceobrio a certos pera saber naufragar: a segunda, ver que tardaua o Padre Ieronimo Lobo da Companhia de Iesu, que de Angola passou a Indias, o qual mais miudamente, & com melhor rethorica traz escrita esta perilição: & a terceira, o pediremmo alguns Ministros superiores, assi de Madrid como desta Cidade, & como as muitas da vontade de quem pode mandar, são Ieys abelhoras pera quem deve obedecer, me resolui aropelar meu proprio conhecimento, & sair a luz com este Naufragio, pois se pera sofrer tantos & tam grandes trabalhos, me contrangeo a proffissão de soldado, pera os imprimir, me acobardaua a insuficiencia de meu estylo, que he muy ordinario nos soldados saber melhor padecer os infartimos que referilos; & assi os offereço quasi em berrão, stando de quem os ler, que considere mais a sustancia de seus traçes, que o exornado das razões: aduertindo, que como nunca tme tenção de fazer este Roteiro, me foy agora difficiltofo lembrarme de muitas destas cousas, & que tambem deuem de esquecerme outras, ainda que não considerauis, pera a certeza da historia, nem sustanciais, pera a satisfação que proeue o dar a todos deste successo infelice, que quindo communmente não logre os aplausos que merece, nem em particular sirua aos Ministros de memoria pera o premio de tantos trabalhos, ao menos fio deile, que publique o zello com que os vassallos de Sua Magestade o f. bem lerur em toda a parte, & os riscos a que se expoem em tam barbaços chuzas, com tam poucas esperanças de vida.

Parti

### Naufragio da nao N. S. de Bethlẽ. 1



**P**arti da barra de Lisboa para a India em seis de Março de 633. em Companhia de tres naos, de que era Capitão môr Antonio de Saldanha, fazendo eu o officio de Almirante na nao N. Senhora de Bethlem, a mais fermosa, mais bem fabricada, & a mayor, que nunca nauougou esta carreira; & todos prosperamente em boa conferencia, chegamos a Goa em 19. de Agosto do mesmo anno.

Depois de descarregadas as naos se tratou do concerto dellas, principalmente da em que eu hia, por necessitar mais delle, assi por auer arribado, como inuernado neste Reyno. E por razões que se offerecerão, houue esta nao de ficar na India para melhor se concertar, o que fez de tudo o necessario até dia do Apostolo S. Mathias 24. de Feureiro de 635. em que o Conde de Linhares VizoRey daquelle estado vey ofazer desamarrar as naos, obrigando os officiaes ao trabalho, não fõ com sua assistencia, mas com grandes liberalidades, que com elles vzou, de que aos da minha nao não coube pequena parte, porque ao mestre della Miguel Jorge o Grego, deu hũ anel de hum diamante de muito preço, que tirou da propria mão, & do pescogo hum chauciro de ouro, que deu tambem ao Piloto: com que feitas as duas naos à vela, ví logo que na minha me quiz Deos mostrar hũ annuncio do triste fim que nos esperaua; porque virando a proa para as prayas de Bardes, mostraua que era melhor ficar nelas, que seguir a principiada nauegação; que muitas vezes

A

zes

PROLOGO  
AO LEYTOR.



Res cousas me moverão a fazer este Tratado: a primeira, o proveyto de que fique na memoria de todos hum Roteyro para semelhantes desgraças, que a prudencia dos homens até na inconstancia dos mares de febreiro acertos para saber naufragar: a segunda, ver que tardava o Padre Jeronymo Lobo da Companhia de JESU, que de Angola passou a Indias, o qual mais modestamente, & com melhor rethorica traz escrita esta perdição: & a tereyza, o pediremmo alguns Ministros superiores, assim de Madrid, como desta Cidade, & como as mostras da vontade de quem pôde mandar, são leys absolutas para quem deve obedecer, me resolvi atropelar meu proprio conhecimento, & Sir, a luz com este Naufragio; pois se para susten tantos, & tão grandes trabalhos, me contrangeo a profissão de soldado, para os imprimir me acobardava a insuficiencia de meu estylo, que he muy ordinario nos Soldados saber melhor padecer os infortunios, que referilos; & assim os offereço quasi em borrão, fiando de quem os ler, que considere mais a iusticia de seus tranfes, que o exornado das razões: advertindo, que como nunca tive tenção de fazer este Roteyro, me foy agora difficuloso lembrar-me de muytas destas cousas; & que também devem de esquecerme outras, ainda que não consideraveis para a certeza da historia, nem substancias para a satisfação que preturo dar a todos de ste successo infelice, que quando communmente não logre os aplausos que merece, nem em particular sirva aos Ministros de memoria para o premio de tantos trabalhos, ao menos foy delle, que publique o z. llo com que os vassallos de Sua Magestade o sabem servir em toda a parte, & os riscos a que se expõem em tão barbaros climas, com tão poucas esperanças de vida.

NAV-

Pag. 5.

NAVFRAGIO  
Da Nao Nossa Senhora de Belem  
*Na terra do Natal no Cabo de Boa Esperança no anno de 1635.*



Parti da barra de Lisboa para a India em seis de Março de 633. em Companhia de tres Nãos, de que era Capitão mór Antonio de Saldanha, fazendo eu o officio de Almirante na Nao Nossa Senhora de Belem, a mais fermosa, mais bem fabricada, & a mayor, que nunca navegou esta carreyra; & todos prosperamente em boa conserva, chegamos a Goa em 19. de Agosto do mesmo anno.

Depois de descarregadas as Nãos se tratou do concerto dellas, principalmente da em que eu hia, por necessitar mais delle, assim por haver arribado, como invernado neste Reyno. E por razões que se offerecerão, houve esta Nao de ficar na India para melhor se concertar, o que fez de tudo o necessario até dia do Apostolo São Mathias 24. de Fevereiro de 635. em que o Conde de Linhares Viso-Rey daquelle Estado veyo fazer defamarrar as Nãos, obrigando os officiaes ao trabalho, não só com sua assistencia, mas com grandes liberalidades, que com elles usou, de que aos da minha Nao não coube pequena parte, porque ao Mestre della Miguel Jorge o Grego, deu hum anel de hum diamante de muyto preço, que tirou da propria mão, & do peçoço hum chaveyro de ouro, que deu também ao Piloto; com que feytas as duas Nãos à vela, vi logo que na minha me quiz Deos mostrar

A 3

Páginas da contrafacção, em que é evidente a preocupação de simular a edição original.

Os caracteres tipográficos usados na contrafacção são comprovadamente da oficina de António Pedroso Galvão e as capitulares impressas na dedicatória (letra L), no prólogo ao leitor (letra T) e no início do texto (letra P) fazem parte do material tipográfico da sua oficina. Embora não tenhamos encontrado em obras saídas dos prelos de António Pedroso Galvão a capitular floreada (letra P) que dá início ao texto do *Naufragio da Nao N. Senhora de Belem*, em BIBLIOTHECA / IVRISCONSVLTVORVM / LVSITANORVM / COMPOSITA / Voluminibus infra relatis, in quibus / CONTINENTVR ILLUSTRIVM PROFESSORVM / Conimbricen sium Scholia, Tractatus, & Commentaria ad Ius Civi- / le. Canonicum, & Regium. / DICATA / SERENISSIMO, GENEROSISSIMO, AMPLISSIMO, ET AMABILISSIMO / DOMINO D. ANTONIO / PORTVGALLIÆ INFANTI AVSPICATISSIMO. / TOMVS PRIMVS / De haeredum Instititione / AD MENTEM INSIGNIS D. PETRI BARBOSA / In privatis Scholiis ad Tit. D. de haeredib. in sstituend. / QVÆ / AD COMENTARII NORMAN RE DIGVNTER, / & notis accurati s simis illu strantur per / D. IGNATIVM DA COSTA / QVINTELLA / HONORARIVM SENATOREM, INSTITVTIONVM / Imperialium in Coninbrin-

cen]i Academia Profef forem, quon- / dam in Collegio D. Petri Collegiatum. / [Ornamento xi-  
lográfico.] / VLYSSIPONE OCCIDENTALI. / Apud ANTONIVM PEDROZO GALRAM. /  
[Tranca.] / M.D.CC.XXX. / Cum facultate Superiorum. /, utilizaram-se letras do mesmo alfa-  
beto fitomórfico, em particular as letras B; E; L; M e N.



Capitular floreada utilizada na  
contrafação de *Naufragio da  
Nao N. Senhora de Belem.*

Iniciais floreadas da Oficina de António Pedroso Galrão.

Não tivemos a oportunidade de ver em obras saídas dos prelos de António Pedroso Galrão a inicial (letra T) do «Prologo ao Leytor», mas, em 1744, essa letra foi utilizada pelos seus herdeiros para marcar o início do texto do «Sermão Terceiro», inserto em FLORESTA / EUANGELICA, / REPARTIDA EM QUINZE SERMOENS, / Panegyricos, e Moraes, / *QUE PREGOU* / O P. M. Fr. MANOEL / DE S. ANTONIO DOROTHEO, / RELIGIOSO DE S. FRANCISCO NA PROVINCIA / da Arrabida, Lente na Sagrada Theologia, e Definidor / habitual da me/ma Provincia: OFFERECIDOS E DEDICADOS / Á SEMPRE GLORIOSA, EXCELSA, E PREEXCELSA VIRGEM / MARIA / SENHORA NOSSA, / VENERADA / NA MILAGROSA IMAGEM DE SUA / CONCEIÇÃO / IMMACULADA / Em o Convento de S. Pedro de Alcantara. / TOMO V. / [Vinheta.] / LISBOA: / Na Offic. dos Herd. de ANTONIO PEDROSO GALRAM. / [Tranca.] / M.DCC.XLIV. / *Com todas as licenças nece//farias.*

# FLORESTA EUANGELICA,

REPARTIDA EM QUINZE SERMOENS,  
Panegyricos, e Moraes,

QUE PREGOU

## O P. M. FR. MANOEL

DE S. ANTONIO DOROTHEO,

RELIGIOSO DE S. FRANCISCO NA PROVINCIA  
da Arrubida, Lente na Sagrada Theologia, e Definidor  
habitual da mesma Provincia:

OFFERECIDOS, E OFFICADOS

A' SEMPRE GLORIOSA, EXCELSA, E PREEXCELSA VIRGEM

# MARIA

SENHORA NOSSA,

VENERADA

NA MILAGROSA IMAGEM DE SUA

# CONCEIÇÃO

IMMACULADA

Em o Convento de S. Pedro de Alcantara.

## TOMO V.



### LISBOA:

Na Offic. dos Herd. de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

M. DCC. XLIV.

Com todas as licenças necessarias.



# SERMAO

## TERCEIRO.

*Aures habent, & non audient.*  
Plalm. 113.



AMBEM ha  
ouvintes sur-  
dos, e elles  
melmos sur-  
dos haõ de ter na trage-  
dia desta terceira Tar-  
de os meus ouvintes,  
por ser esta na ordem  
das miserias a terceira,  
que o meu Doutor Se-  
ralico S. Buaventura  
descobre naquelles pec-  
cadores, a quem naõ  
basta o serem Christãos,

para que deixe de se-  
lhes dar o nome de ido-  
latras, senaõ como cos-  
tumaõ ser os Gentios,  
sim como o põde ser,  
quem só cuida em pec-  
car: *Repleta est terra ido-  
lis, id est, peccatis*: pois  
taõ semelhantes os con-  
sidera o Padre aos simu-  
lacos, que os Gentios  
por seus verdadeiros  
Deoses adoravaõ: *Simm-  
laca gentium argentum,*

X 1 & au-

*Floresta Evangelica*, livro impresso pelos herdeiros de A. Galrão em 1745. A inicial (letra T), que marca o inicio do texto de «Sermão Terceiro», é igual à reproduzida na abertura do «Prologo ao Lector» da edição-falsa de *Naufragio da Nao de Nossa Senhora de Belem*.

### 3. Tratado das batalhas e sucessos do Galeão Santiago ...

A edição original desta espécie apresenta na portada os seguintes dizeres: TRATADO DAS / BATALHAS, E SVCESSOS DO / Galeão Sanctiago com os Olandeses na Ilha de / Sancta Elena. E da Náo Chagas com os Vngleses / antre as Ilhas dos Açores: Ambas Capitai-  
nas [sic] da / carreira da India. E da causa. & de factes, por- / que em vinte annos se perderão  
trinta & / oito náos della: com outras / coufas curiosas. / Escripto por Melchior Eftacio do  
Amaral. / [Gravura representando um naufrágio.] / Dirigido ao Excellenti[simo] Principe

Dom / Theodo fio Duque de Bragança. / Impresso em Lisboa: Com licença da Sancta Inqui- /  
fição: Por Antonio Alvarez. Anno 1604.<sup>11</sup>

Da contrafacção podemos apresentar a descrição bibliográfica seguinte: TRATADO /  
DAS BATALHAS, E SUCESSOS / DO GALEAM SANTIAGO / Com os Olandezes na Ilha  
de Santa Elena, / E da Nao Chagas com os Inglezes entre as Ilhas / dos Açores: ambas Capi-  
tancias da carreyra da / India, & da causa, & de fastres, porque / em vinte annos se perdêrão  
trin- / ta, & oyto Naos della. / Ejcrito por Melchior Ejtacio do Amaral. / [Gravura represen-  
tando um naufrágio.] / Na Officina de Antonio Alvares. / No Anno 1604.<sup>12</sup>

Esta edição apresenta características estéticas e tipológicas que a aproximam das outras  
contrafacções feitas por António Pedroso Galvão sobre temática de naufrágios. Embora não  
contenha ornamentos tipográficos ou capitulares que nos permitiriam estabelecer um con-  
fronto com outras espécies impressas pelo referido impressor e, assim, confirmar a sua oficina  
de origem, podemos afirmar que os caracteres de texto utilizados são, comprovadamente, da  
oficina tipográfica de António Pedroso Galvão.

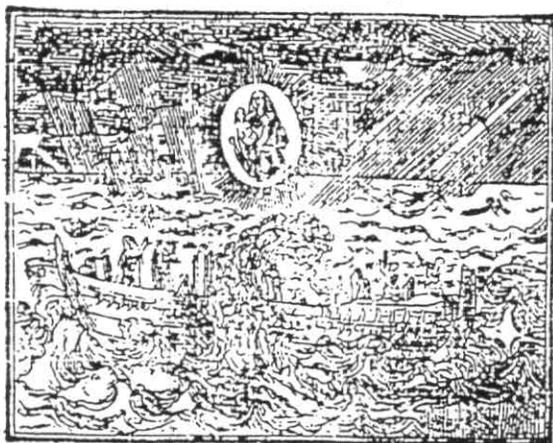
---

<sup>11</sup> Os dois exemplares que compulsámos encontram-se na B.N.L., Res. 393 P, Microfilme 6369, e no A.N.T.T., SP. 1626<sup>1</sup> CF. Inocêncio descreve esta espécie, assinalando que as folhas só são numeradas numa face. Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, t. VI, p. 179. Na Biblioteca da Ajuda, existe uma obra do mesmo autor (cota -52-VII-32), com a indicação manuscrita de «Única», impressa por António Álvares, em 1604, e com um título muito semelhante ao de *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeão Sanctiago ...*. Pela sua raridade, registamos a descrição bibliográfica: DAS BATALHAS / DO GALEAM SANCTIAGO / com Olandezes. E da não Chagas que ardeo antre as / Ilhas, com Vngleses. Das cau fas porque em 20. annos / se perderão 38 nãos da India. De como a cõquista, & navegação do Oriete não pertêce a nação algũa senão / a Portuguezes, & lhe foi dada por no ffo Senhor IESV. / CHRISTO. Dos fitios da Ilhas de Sancta Elena, & de Fernão de Loronha. E do que nellas á. / Ejcrito por Melchior Ejtacio do Amaral. / [Gravura representando um naufrágio.] / Dirigido ao Excellenti fimo Principe Dom / Theodo fio Duque de Bragança. / Impreffo em Lisboa: Com licença da Sancta Inqui- / fição: Por Antonio Alvarez; Anno 1604.

<sup>12</sup> B.N.L., Res. 336<sup>7</sup> V. A espécie é também descrita no *Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha*, 2374; e no *Manual Bibliographico Portuguez*, p. 306.

**TRATADO DAS**  
 BATALHAS, E SVCESSOS DO  
 Galeão Sanctiago com os Olandefes na Ilha de  
 Santa Elena. E da Nao Chagas com os Vnglezes  
 entre as Ilhas dos Açores: Ambas Capitainas da  
 carreira da India. E da causa, & desastres, por-  
 que em vinte annos se perderão trinta &  
 oito náos della: com outras  
 cousas curiosas.

*Escrepso por Melchior Estacio do Amaral.*



Dirigido ao Excellentíssimo Principe Dom  
 Theodosio Duque de Bragança.

Impresso em Lisboa: Com licença da Santa Inq[ui]zição;  
 Por Antonio Alvarez, Anno 1604.

Portada da edição-princeps de *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeão Sanctiago*, impressa em Lisboa por António Álvares, em 1604.

**TRATADO**  
 DAS BATALHAS, E SUCESSOS  
 DO GALEAM SANTIAGO  
 Com os Olandezes na Ilha de Santa Elena,  
 E da Nao Chagas com os Inglezes entre as Ilhas  
 dos Açores: ambas Capitainas da carreira da  
 India, & da causa, & desastres, porque  
 em vinte annos se perderão trin-  
 ta, & oyto Náos della.

*Escreito por Melchior Estacio do Amaral.*



Na Officina de Antonio Alvares.  
 No Anno de 1604.

Portada da contrafacção de *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeam Santiago*.

#### 4. *Relaçam da Viagem do Galeam Sam Lourenço ...*

A edição-princeps, saída dos prelos de Domingos Lopes Rosa no ano de 1651, não possui folha-de-rosto. O título e o nome do autor figuram na primeira página de texto, antecedendo-o: RELAÇAM / DA VIAGEM DO GA / LEAM SAM LOVRENÇO, E SVA / perdiçam nos baixos de Moxincal / em 3. de Septembro de 1649. / Pello P. Antonio Francisco Cardim da Companhia de / IESVS Procurador geral da Prouincia do Iapão. / A Manoel Severim de Faria. O pé-de-impressão é apresentado na última página de texto, indicando-se que a obra foi impressa «Por Domingos Lopes Rosa. Anno 1651».<sup>13</sup>

A descrição bibliográfica da edição-falsa é como segue: RELAÇAM / DA VIAGEM DO GALEAM / SAÕ LOVRENÇO / E sua perdição nos bayxos de Moxin- / cale / em 3. de Setembro de 1649. / Escrita pelo Padre / ANTONIO FRANCISCO CARDIM / Da Companhia de JESUS, Procurador / gèral da Provincia do Japão. / A MANOEL SEVERIM DE

<sup>13</sup> B.N.L., Res. 3407 V.

# RELACÃO DA VIAGEM DO GALEAM SAM LOURENÇO, E SUA

perdiçam nos baixos de Moxitcale  
em 3. de Setembro de 1649.

Pello P. Antonio Francisco Cardim da Companhia de  
IESVS Procurador geral da Prouincia do Iapão.

A Manoel Seuerim de Faria.



**G**ALEAM S. Lourenço feito na Ribeira das  
naos de Goa com grande cuidado, & a sstencia  
do Governador do estado da India Antonio Te-  
lles de Menezes hoye Conde de Villapouca Ge-  
neral da armada Real de Portugal, & Governador do esta-  
do do Brasil: foy o primeiro baixel feito em Goa, que nes-  
tes 40. annos chegou a saluamento a Portugal, perdendo-se  
junto da barra de Lisboa o Galeam Sam Ioam Baptista  
queimado pelos Mouros no anno de 1620. & no de 622.  
o Galeam Conceição, depois de peljar com duas naos  
Holandesas junto do Cabo de Boa esperança, den à costa.  
Só o Galeam São Lourenço entrou nella barra de Lisboa  
a primeira vez no anno de 1645. indo nelle por Capitam  
mor Iolé Pinto Pereira, que fora Vélor da Fazenda Real  
do estado da India; voltou nelle por Capitam mor Luiz de  
Miranda Henriques no anno de 1646. o Viso Rey Dom  
Philippe Mascarenhas o mandou forrar em Goa, & voltar  
a Portugal no anno de 1648. indo nelle por Capitam Mor  
Dom Pedro de Almeida que com felicissima viagem au-  
corou no rio de Lisboa aos quinze de Agosto do mes-

A

Início de *Relaçam da Viagem do Galeam Sam Lourenço*, impresso em Lisboa por Domingos Lopes Rosa em 1651.

gio; prenderam alguns officiaes pelas culpas; que commeteram na viagem & na marcha de que re-  
sultou mandarem forcar o Mestre do galeam S. Lou-  
renço no mandamim, que he o lugar onde fazem as justi-  
ças em Goa, & ao Piloto perdoaram a vida mas condena-  
ramo em dez annos pera as gales de Portugal. Estes fo-  
ram quasi os primeiros castigos, que se viram ategora  
nos officiaes das naos, porque dantes ja se tinha enforca-  
do o ContraMestre do galeam Santo milagre, que se per-  
deo em huma ilha, antes de chegar as de Mallice por no-  
taueis tyrantias, & roubos que fiz despois do perdido o  
galeam. E pode ser, que se ouera outros semelhan-  
tes castigos exemplares mais antigos, que se escosaram  
tantos naufragios de naos, tanta perda de fazendas, &  
que he mais pera sentir, tantas vidas de Portuguezes que  
pareceram nesta nauegaçam da India, por causa da embi-  
çam. & cobiça dos que governam as naos.

Taxam esta Rellação em vinte reis em  
papel, Lisboa 29. de Nouembro de 1651.

D. Pedro P. Pinheiro. Andrade. Almeida.

Com todas as licenças necessarias.

Por Domingos Lopes Rosa. Anno 1651.

Fim do texto e colofon da edição original de *Relaçam da Viagem do Galeam Sam Lourenço* ...

<sup>14</sup> Utilizámos esta designação por considerarmos que o impressor usou a gravura com intenções meramente ornamentais. No entanto, pensamos tratar-se de uma marca tipográfica proveniente do famoso livreiro e impressor Christophe Plantin, estabelecido em Antuérpia de 1555 a 1589. Cf. SILVESTRE, M.L.C. *Marques Typographiques*. Paris, Renou et Maulde, 1867, nº 350 e 351, e *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*, t. I, p. 400. Venâncio Deslandes assinala que "Francisco Mendes, João de Molina, Luiz Fernandes e Pedro Craesbeck são os únicos livreiros estabelecidos em Lisboa na segunda metade do século XVI, que se corresponderam com a casa de Cristovão Plantino". Admitimos que, posteriormente, estes contactos tenham facilitado ao impressor português a compra de material tipográfico daquela oficina. Cf. DESLANDES, Venâncio. *Ob. cit.*, p. 18.

<sup>15</sup> B.N.L., Res. 3357V e B.A., 16-VI-81<sup>o</sup>. A sua descrição figura em: *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*, 1416, p. 400; *Manual Bibliographico Portuguez*, p. 307; *Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernandes Palha*, 2273; *Catálogo da Biblioteca [de Salema Garção]*, 1775; *Catálogo da Livraria de Manoel dos Santos*, 4951.

RELACAM  
DA VIAGEM DO GALEAM  
SAO LOVRENÇO

E sua perdição nos bayxos de Moxin-  
cale em 3. de Setembro de 1649.

*Escrita pelo Padre*

ANTONIO FRANCISCO CARDIM  
*Da Companhia de JESUS, Procurador  
geral da Provincia do Japão.*

A MANOEL SEVERIM DE FARIA



EM LISBOA;  
POR DOMINGOS LOPES ROZA  
No anno de 1651.

PERDIÇAM  
DO GALEAM S. LOVRENÇO,  
*Nos bayxos de Moxincale, em 3. de  
Setembro de 1649.*



GALEAM S. Lourenço feyto na  
Ribeira das náos de Goa com gran-  
de cuydado, & assistencia do Gover-  
nador do Estado da India Antonio  
Telles de Menezes hoje Conde de  
Villa-Pouca General da Armada Real de Portu-  
gal, & Governador do Estado do Brasil: foy o  
primeyro bayxel feyto em Goa, que nestes qua-  
renta annos chegou a salvamento a Portugal,  
perdendo-se junto da barra de Lisboa o Galeão  
S. João Bautista queymado pelos Mouros no an-  
no de 1620. & no de 1622. o Galeão Conceyção,  
depois de pelejar com duas Náos Olandezas jun-  
to do Cabo de Boa Esperança, deu á costa. Sò o  
Galeão S. Lourenço entrou pela barra de Lisboa  
a primeyra vez no anno de 1645. indo nelle por  
Capitaõ mòr Joseph Pinto Pereyra, que fora Vè-  
dor da Fazenda Real do Estado da India; voltou  
nelle por Capitaõ mòr Luis de Miranda Henri-  
ques no anno de 1646. o Vifo-Rey Dom Filippe  
A 2 Mas.

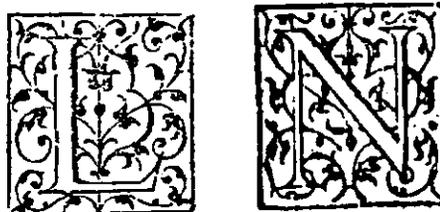
Portada e início do texto da edição-falsa de *Relaçam da Viagem do Galeam Sam Lourenço*. dada como impressa por Domingos Lopes Roza em 1651.

António Pedroso Galvão é também responsável por esta edição-pirata, com característi-  
cas muito semelhantes às das outras espécies já apresentadas e impressas, clandestinamente,  
na sua oficina. O início do texto desta edição de *Relaçam da Viagem do Galeam Saõ Lou-  
renço* é marcado pela utilização de uma letra capitular ornamentada (letra O). Não encontrá-  
mos em obras impressas por António Pedroso Galvão esta letra, mas ela pertence a um  
alfabeto que integrava o material tipográfico da sua oficina. Em CONSELHEYRO / FIEL /  
COM MAXIMAS ESPIRITUAES / para convencer o entendimento. & / combater o coração  
do peccador / e esquecido. / OFFERECE-AS AO ILLUSTRISSIMO SENHOR / JOAÕ DE  
MELLO, / Conigo da Santa Sé Patriarcal, / O PADRE / Fr. MANOEL GUILHERME, Reli-  
gio fo de S. Domingos / II. PARTE. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, /  
Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM, / & à sua custa impre[ss]o. / [Tranca] /  
*Com todas as licenças neccessarias.* / Anno de M.DCC.XXVII. /, utiliza-se a maiúscula N que  
faz parte de um mesmo abecedário. Também a letra L figura na abertura de «PREFAÇAM /

AO LEYTOR / com o argumento da obra». em EVA. E AVE. / OU / MARIA TRIUNFANTE. / THEATRO DA ERUDIÇAM. / & Filosofia Chri stã. / Em que se representa os dous eſtados do Mundo: / CAHIDO EM EVA. / E LEVANTADO EM AVE. / PRIMEYRA. E SEGUNDA PARTE, / OFFERECIDA / AO EMINENTISSIMO SENHOR / NUNO DA CUNHA DE ATTAIDE, / Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma. Bi ſpo In- / qui ſidor Géral, Capelaõ mor de S. Mage ſtade, do ſeu / Conſelho de E ſtado. & do ſeu De ſpacho, &c. / ESCREVIA / ANTONIO DE SOUSA DE MACEDO / Accreſcentando neſta quinta impreſſão com o Dominio ſobre a Fortuna. / [Ornamento xilográfico] / LISBOA OCCIDENTAL, / [Tranca.] / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / M.DCCXXXIV. / *Com todas as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.* / Á custa de Miguel de Almeyda de Va ſconcellos, Livreyro das / Tres Ordens Militares.



Inicial do *incipit* do texto da contrafacção de *Relaçam da Viagem do Galeam Sam Lourenço*.



Letras de um alfabeto pertencente à oficina tipográfica de António Pedroso Galvão.

### ***5. Relaçam do Naufragio que fizeram as Naos Sacramento e Nossa Senhora da Atalaia ...***

A edição-*princeps* desta *Relaçam* apresenta na folha-de-rosto os seguintes dizeres: RELAÇÃO / DO NAVFRAGIO, / QUE FIZERAM AS NAOS: Sacramento. & no ſa Senhora da Atalaya, / vindo da India para o Reyno, no Cabo de / Boa e ſperança; de que era Capitão / mór Luis de Miranda Henri- / ques, no anno de 1647. / OFFERECEA A MAGESTADE / DELREY DOM JOAM O IV. / noſſo Senhor. / BENTO TEIXEIRA FEO. / [Tranca.] / EM LISBOA. / *Com todas as licenças neceſſarias.* / Na Officina Craesbeeckiana. Anno 1650.<sup>16</sup>

Clandestina e impressa por António Pedroso Galvão é a edição que apresenta na portada as características tipográficas seguintes: RELAÇAM / DO NAVFRAGIO / QUE FIZERAM AS NAOS / Sacramento, & no ſa Senhora da Ata- / laya, vindo da India para o Reyno, / no Cabo da Boa E ſperança; de / que era Capitaõ mór Luis / de Miranda Henriques, / no anno de 1647. / OFFERECEA Á MAGESTADE / DELREY DOM IOAM O IV. / noſſo Senhor. /

<sup>16</sup> Desta edição só temos conhecimento da existência de um exemplar, que faz parte do acervo bibliográfico do A.N.T.T., cota S. P. 1626<sup>4</sup>CF.

BENTO TEYXEIRA FEYO. / [Tranca.] / EM LISBOA. / *Com todas as licenças necessarias.*  
Impreſſa na Officina de Paulo Craesbeeck. / No anno de 1650.<sup>17</sup>

# RELACÃO DO NAVFRAGIO,<sup>1626<sup>z</sup></sup>

QUE FIZERAM AS NAOS:  
Sacramento, & noſſa Senhora da Atalaya,  
vindo da India para o Reyno, no Cabo de  
Boa eſperança; de que era Capitão  
mór Luis de Miranda Henri-  
ques, no anno de 1647.

OFFERECEA A MAGESTADE

DELREY DOM IOAM O IV.  
*noſſo Senhor.*

BENTO TEIXEIRA FEYO



EM LISBOA.

*Com todas as licenças necessarias.*

Na Officina Craesbeeckiana. Anno 1650.

Rosto da edição-princeps de *Relaçam do Naufragio que fizeram as Naos Sacramento e N. Senhora da Atalaya*, cujo único exemplar conhecido se encontra na Torre do Tombo.

# RELAÇAM DO NAVFRAGIO

QUE FIZERAM AS NAOS  
Sacramento, & noſſa Senhora da Ata-  
laya, vindo da India para o Reyno,  
no Cabo de Boa Eſperança; de  
que era Capitaõ mór Luis  
de Miranda Henriques,  
no anno de 1647.

OFFERECEA A MAGESTADE

DELREY DOM IOAM O IV.  
*noſſo Senhor.*

BENTO TEYXEYRA FEYO.

EM LISBOA.

*Com todas as licenças necessarias.*

Impreſſa na Officina de Paulo Craesbeeck.

No anno de 1650.



Rosto da edição-pirata de *Relaçam do Naufragio que fizeram as Naos Sacramento e N. Senhora da Atalaya*.

É flagrante a preocupação do impressor-falsificador em imitar, de forma quase perfeita, a portada da edição original, e, num primeiro contacto, julgamos estar perante espécies provenientes da mesma oficina tipográfica. No entanto, quando cotejamos os exemplares, verificamos que os elementos iconográficos reproduzidos são diferentes nas duas edições, e que os estampados na edição-princeps pertencem comprovadamente à Oficina Craesbeeckiana.

<sup>17</sup> B.N.L., Res. 336<sup>v</sup>; B. A. 16-VI-84<sup>s</sup>. Esta edição aparece descrita nos seguintes catálogos: *Palha*, 2373; *Manoel dos Santos*, 4951; *Pinto de Mattos*, p. 306: [*Salema Gurção*], 1775.

No século XIX, foi feita uma contrafacção conforme à edição original, na tipografia particular do Conde de Azevedo, tendo sido feita uma tiragem de quatro exemplares. Cf. *Cat. dos Condes de Azevedo e Samodães*, t. 1, 1416.

# SENHOR.

Fol. 1



*E* foi sempre verdadeiro premio dos perigos e go-  
sto de os contar depois de passados, outro mayor  
mañica, dos que me custava tanto, qual foy o huer  
V. Magestade, que Deos guarde de mister, quando  
do me fiz merce escutar o longo discurso delles; mandan d'ome  
lhe escricesse a memoria de tão larga jornada, e pois V. Ma-  
gestade tem tanto a sua conta honrar, e pruzias seus vassallos,  
na muietaração espero se sirva V. Magestade de passar os olhos  
pella Relação dos trabalhos de tantos, porque com esse só favor  
receberemos todos o mayor premio, que se pode desejar. A muietara-  
ção e poderosa pessoa de V. Magestade guarde de nosso Senhor,  
com estes Reynos hão mister, e de sejo seus vassallos. Bruto  
3. de Janro de 1650.

*De V. R. Magestade humilissimo criado.*

*Bruto Teixeira Feo.*

## NAVRAGIO, QVE FIZERAM AS duas naos da India: O Sacramento, & Nossa Senhora da Atalaya, no Cabo de Boa esperança.



*R*EYNANDO no Estado da India o muito alto, &  
muito poderoso Rey Dom João o IV. deste nome,  
Rey de Portugal nullo Senbor, cuja vida, & estado  
Deos prospere os annos, que seus vassallos havemos  
mister, & sendo Viceroy nelle D. Felipe Mazcare-  
nba, p'rtiram de Goa para Portugal hũa quarta feira  
vinte de Fevereiro do anno de 1647. duas naos; a  
Capitania o Galeam Sacramento, Capitam mór Luis de Miranda Hen-  
tiquer; & a nao Nossa Senhora da Atalaya Almirante, Capitam Anto-  
nio da Camara de N'ronha. Dos quaes se veyo despedir o Viceroy a  
bordo mandando desamarrar hũa manbaam tam cedo, quã tarde do  
tempo, prestando os officiaes todas as cousas necessarias, desfaldando  
velas, largou primeiro a Capitania o traquete, & ce vadeira, & da ou-  
tra parte a Almirante, havendo a bordo muitas embarcaçõens de ami-  
gos, & parentes, cuja saudade acrecentava o sentimento, tanto, q quanto  
a despedida em tam largo apartamento era bastante causa, & assy a vol-  
tas de sentidas lagrimas, dando boaviagem, nos partimos com o terral,  
que durou tres horas, entrando a viraçam elcaça correndo a colta pelo  
Norocste, & alargando o vento de noite, voltamos à nossa derrota com  
ventos bonançoso, até altura de dez graos & hum terço do Norte, em  
que hum Sabbado ao amanhecer, dous de Março largou a Capitanea  
bandeira, de que logo h'vemos vista, & de hũa vela, a que ella fican-  
do mais perto atirou duas peças sem bala obrigando a amagar, & lã-  
çar o bazei fora, em que lhe mandou meter o Capitam mór a Manoel  
Luis seu estrenguelto, com gente, & atravessando todos tres, nos deti-  
vemos em lua companhia quatro dias, com suas noites, intentando ne-  
ste tempo o Capitam mór que esta embarcaçam fuisse perdida, nam ob-  
stante trazer cartas do Viceroy & do Rey de M'celapitam, de que  
o Estado da India recebe serviq'is de consideraçam, loc'ir nito a Cei-  
lam nos apertos, & fomes, que se offereceram naquella Ilha, o que nam  
aproveitaram o Capitam, officiaes, & cavalleiros da nao Atalaya, sendo  
A consul-

Duas páginas da edição-princeps de *Relaçam do Naufragio que fizeram as Naos Sacramento e N. Senhora da Atalaya*. As capitulares faziam parte integrante do material iconográfico da Oficina Craesbeeckiana.

É pelo estudo do material iconográfico (gravado em madeira) pertencente à oficina de António Pedroso Galvão que podemos comprovar a sua implicação neste caso de fraude editorial. Assim:

1º — A maiúscula R, com que se inicia o texto da *Relaçam do Naufragio que fizeram as Naos Sacramento e N. Senhora da Atalaya* ... (página 5), é precisamente igual à reproduzida no início da dedicatória de SERMAM / DA SOLEDADE / DA SENHORA / Pelo M. R. Padre Mestre / Fr. MANOEL DA MADRE DE DEOS. / Ex-Provincial do Carmo, / Prêgado na Sè da Bahia anno de 1708. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA. / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM, / [Tranca.] / Com todas as licenças necessarias. Anno de 1709.

NAUFRAGIO  
Que fizeram as duas Naos da India:  
O Sacramento, & Nossa Senhora da Atalaya,  
no Cabo de Boa Esperança, no  
Anno de 1647.



Reynando no Estado da India o muyto alto, & muyto poderoso Rey D. João o IV. deste nome, Rey de Portugal nosso Senhor, cuja vida, & estado Deos prospere os annos, que seus vassallos havemos mister, & sendo Viso-Rey nelle D. Felippe Mascarenhas, partirão de Goa para Portugal hũa quarta feyra vinte de Fevreyro do anno de 1647. duas Naos; a Capitania o Galeão Sacramento, Capitão Mór Luis de Miranda Henriquez, & a Náo nossa Senhora da Atalaya Almiranta, Capitão Antonio da Camara de Noronha. Dos quaes se veyo despedir o Viso-Rey a bordo, mandando desamarrar hũa marbã tão cedo, quão tarde do tempo, aprestando os officiaes todas as cousas necessarias, desfraldando velas, largou primeiro a Capitania o traquete, & cevadeyra, & da outra parte a Almiranta, havendo a bordo muitas embarcações de amigos, & parentes, cuja saudade acrescentava o sentimento, tanto quanto a despedida em tão largo apartamento era bastante causa, & assim a voltas de sentidas lagrimas, dando boaviagem nos partimos como terral, que durou tres horas, entrado a viração escaça correndo a costa pelo Noroeste, & alargando o vento de

A 3

de

Página da contrafacção de  
*Relaçam do Naufrágio que  
fizeram as Naos Sacramento e  
Nossa Senhora da Atalaya,*  
embelezada pela reprodução  
da capitular letra R.

SERMAM  
DA SOLEDADE  
DA SENHORA

Pelo M. R. Padre Mestre

Fr. MANOEL DA MADRE DE DEOS,  
Ex-Provincial do Carmo,

Prêgado na Sê da Bahia anno de 1708.



LISBOA,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM;

Com todas as licenças necessarias. Anno de 1709.

3



*Mansi in solitudine.*

Psalm. 54.



REVESTIOSE o Ceo de lutos,  
cobriose a terra de sombras,  
morreo o Redemptor do mundo, & ficou Maria Santissima em  
huma soledade, nos diz por <sup>Math. 27.</sup>  
David a mesma Senhora: *Mansi in solitudine.*  
E como ficou na soledade a Mãe Santissima  
de Deos? Esta pergunta fez já o Profeta Jeremias:  
*Quomodo sedet sola?* mas nem elle, nem <sup>Thron. 1.</sup>  
outro lhe deu resposta.

Que morto Christo Senhor nosso, ficasse  
Maria Santissima em soledade, não só o escreveu  
o Evangelista sentido: *Raptus est filius ejus  
ad Deum, & mulier fugit in solitudinem;* não  
só o profere a Senhora magoada: *Mansi in solitudine,*  
mas tambem o persuade a razão dolorosa;  
porque sendo a soledade huma falta

A 2

do

2º – A capitular (letra S) que marca o início da dedicatória desta *Relação de Naufrágios* faz parte do material tipográfico da oficina de Antônio Galvão. Embora não tenhamos encontrado em obras saídas dos seus prelos essa letra, em *SERMAM / DO / Glorio so, & In figne Martyr / S. GEORGE, / PREGADO / Em o Ho spital Real de Lisboa, em 12. de Mayo de 1697. / PELO M. R. P. D. MANOEL PIRES DOURADO: / OFFERECIDO A SENHORA / D. MARIANNA RANGEL DE / MACEDO Ca (telbranco. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / [Tranca.] / Com todas as licenças neceffarias. / Anno M.DC.XCVIII. / e em FLAGELLO / DO PECCADO. / TOMO III. / COMPOSTO DE VARIOS SERMOENS / com doutrinas utili fsimas para os Prègadores, Pa- / dres E spirituais, e para todos os Chri stãos, / Que reverente, e humilde offerece / AO ILLUSTRISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR / D. THOMÁS / DE ALMEIDA, / BISPO QUE FOY DAS CIDADES DE LAMEGO, E PORTO, / e hoje primeiro Patriarca de Lisboa Occidental, do Con selho / de E stado, &c. / SEU AUTHOR / Fr. PAULO DE S. THERESA. / INDIGNO FILHO DO SEMINARIO / de Varatojo de Missionarios Apostolicos. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / [Tranca.] / M.DCC.XXXVIII. / Com todas as licenças neceffarias. /, são reproduzidas respectivamente as letras N e O, que fazem parte do mesmo alfabeto.*

## S E N H O R.

**S**E foy sempre verdadeyro premito  
 dos perigos o gosto de os contar de-  
 pou do passado, outro mayor he  
 fca dos que me custarao tanto, qual foy o q  
 V. Magestade, que Deos guarde mostrou,  
 quando me fez merce escutar o largo discurs-  
 so delles, mandandome lbe offercesse a me-  
 moria de tao larga jornada, e pou Vossa  
 Magestade tem tanto a sua conta honrar  
 e premiar seus vassallos, com mui sa razao  
 espero se sirva V. Magestade de passar os  
 olhos pela Relação dos trabalhos de tantos,  
 porque com esse so favor receberemos todos  
 o mayor premito, que se pode desejar. A muy-  
 to alta, e poderosa pessoa de V. Magest-  
 tade guarde nosso Senhor, como estes Reynos  
 haõ mister, e desejaõ seus vassallos, Belem  
 3. de Faneyro de 1650.

Página da contrafacção de  
*Relaçam do Naufrágio que*  
*fizeram as Naos Sacramento e*  
*Nossa Senhora da Atalaya,*  
 supostamente impressa por  
 Paulo Craesbeeck, em 1650.

De V. R. Mag. humilidissimo criado

Bento Teixeira Freyo.

# SERMAM

DO

Glorioso, & Insigne Martyr

# S. GEORGE,

PREGADO

Em o Hospital Real de Lisboa, em 12. de Mayo de 1697.

PELO M. R. P. D. MANOEL PIRES DOURADO;

OFFERECIDO A SENHORA

D. MARIANNA RANGEL DE  
Macedo Castelbranco.

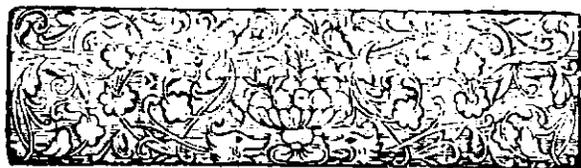


L I S B O A,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

*Com todas as licenças necessárias.*

Anno M. DC. XCVIII.



*Ego sum vitis vera, & vos palmites.*

Joan. 15.



UNCA generosos animos intentarão accões, que deslustrassem seus brios, nã anhelarão emprezas, que degenerassem da fidalguia do sangue; mas antes se dedicarão sempre ao mais arduo das difficuldades, para eternizarem seu valor entre os clarins da fama. E se hum fugeito se considera na primavera dos annos lisongeado, como succedeu a S. George na flor da sua idade, a quẽ os primeiros brios andavão combatendo com repetidos assaltos; & não podendo tolerar seu peito tanta vehemencia de impulsos, levado do affecto das dignidades, faz eleição das emprezas, para conseguir o melhor auge das honras. E como os designios lhe conqui-

stãrão a inclinação para proseguir a milicia; já o contemplamos todo armado, militando como celebre Capitão de baixo do estandarte de Dioclesimo; não repira já de ser ao pulveri.êro theatro de Marte em lufca dos arrayaes de Bellona, defendêdo com duro elmo a cabeça, guardando de armas branco o peito, cingido como guerreiro a espada, que hũs vezes lhe sirva de montante de Achilles, & outras de ravo de Jupiter; cubrimdo com forte escudo seu braço, para vibrar com bizarrria a lança, que a hũs abra os olhos, & a outros os eclipsa; para esgrimir com destreza o ferro, para despedir com ligeireza o dardo. Trocando as precisões, & luttrando galas da guerra pelos arneses de Marte, fazendo das vi-

A 3 v.15

A letra N, reproduzida em *Sermam de S. George*, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1698, faz parte do mesmo alfabeto utilizado pelo impressor na contrafacção de *Relaçam do Naufrágio que fizeram as Naos Sacramento e Nossa Senhora da Atalaya*.

FLAGELLO  
DO  
PECCADO.  
TOMO III.

COMPOSTO DE VARIOS SERMOENS  
com doutrinas utilissimas para os Pregadores, Pa-  
dres Espirituaes, e para todos os Christãos,

*Que reverente, e humilde offerece*

AO ILLUSTRISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR

D. THOMAS  
DE ALMEIDA,

BISPO QUE FOY DAS CIDADES DE LAMEGO, E PORTO,  
e hoje primeiro Patriarca de Lisboa Occidental, do Conselho  
de Estado, &c.

SEU AUTHOR

FR. PAULO DE S. THERESA,  
INDIGNO FILHO DO SEMINARIO  
de Varatojo de Missina, dos Apostolicos.



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. 25

M. LCC. XXXVII.

*Com todas as licenças necessarias.*



LEITOR.

**O**FFEREÇOTE o terceiro Tomo do  
Flagello do Peccado, que con-  
tehdous jogos de tardes para as cinco  
Domingas da Quaresma, e outros  
varios Sermoens, que mostra o Ir-  
dice, que se segue na seguinte folha. Se ach-  
res, que em alguma cousa acertou o meu lim-  
tado entendimento, louva a Deos, a quem  
deve dar toda a honra, louvor, e gloria,  
naõ à penna, que escreve, nem à lingua, e l-  
bios, que proferem as palavras, como bem ac-  
vertio o Mellifluo Padre São Bernardo: *Nec la-*  
*calami laudabilis est scriptura, nec gloria lingua, ni-*  
*labiorum sermo bonus.* Quem serà tao nesci-  
(prosegue o Santo) que de credito à parede, e  
differ, que produzio o rayo da luz da que recebe-  
do Sol pela janella: *Quis credat parieti, si sedi-*  
*cat parturire ratiun, quem juscipit per fenestram.*  
Fic

*D. Bern.  
Serm.  
13. in  
Santic.*

Rosto do *Flagello do Peccado*, publicado, em 1738, por António Pedroso Galvão. A capitular reproduzida numa das páginas dessa obra pertence ao mesmo alfabeto de letras maiúsculas utilizado na contrafacção de *Relaçam do Naufrágio que fizeram as Naos Sacramento e Nossa Senhora da Atalaya*.

6. *Historia da muy notavel perda do Galeão Grande de S. João.*

À edição original desta obra corresponde a seguinte descrição bibliográfica: GALEAM S. IOAM / [Gravura representando um naufrágio.] / Hi storia da muy notavel perda do Galeão grande de / S. João. / Em que se contaõ os grandes trabalhos, & lastimosas coufas que aconteceram ao Capitam Ma- / noel de Soufa. & o lametauel fim que elle. & sua mo- / lher, & filhos, & toda a mais da gente ouueram. O / qual se perdeu o anno de 1552. a 24. de Junho na terra do Natal em trinta, / & hum graos. / Foy visto, & *approvedo pelo Padre Frey Manoel Coelho.* / Em Lisboa. Por Antonio Alvarez. E em sua caixa se / vende junto a N. Sña da Oliveira. 1625.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> B.N.L., Res. 340<sup>2</sup>V. Existe outra edição desta espécie, impressa por António Álvares em 1633. Cf. SILVA, Inocência Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, t. III, pp. 194-195.

A contrafacção apresenta no rosto os seguintes dizeres, emoldurados por uma cercadura ornamental constituída por vinhetas de composição: HISTORIA / DA MUY NOTAVEL PERDA / DO GALEAM GRANDE S. JOAM / Em que se contaõ os grandes tra- / balhos, & lastimosas coufas, que / acontecêraõ ao Capitaõ Manoel / de Soufa Sepulveda, & o lamentavel fim, que elle, & sua mulher, / & filhos, & toda a mais gente / houveraõ, na terra do Natal / onde se perdêraõ a 24. de / Junho de 1552. / [Ornamento tipográfico em vinhetas compósitas.] / EM LISBOA. / Na Officina de Antonio Alvares.<sup>19</sup>



Portada da edição-princeps de *Historia da muy notavel perda do Galeão grande de S. João*, publicado em Lisboa, por António Álvares em 1625.

<sup>19</sup> B.N.L., Res. 335<sup>1</sup>V. Brito Aranha, no *Dicionário Bibliográfico Português*, reproduz a portada desta espécie e tece o seguinte comentário: «Junto igualmente o fac-símile da raríssima edição da *Historia do naufragio do capitão Sepulveda*, feita em 1552 [...]». Cf. SILVA, Inocência Francisco da, *et alii*. *Ob. cit.*, t. XVIII, p. 343. Consideramos, pelas razões adiante apresentadas, estarmos perante uma contrafacção impressa cerca de dois séculos mais tarde, e admitimos que a não indicação da data fictícia de impressão se prende com o facto de na edição original esta figurar após a indicação do local de venda daquela espécie. A natural necessidade de retirar aquela informação levou a que se omitisse também a data de impressão. No entanto, a espécie fraudulentamente impressa é raríssima e só a vimos descrita por Pinto de Mattos, pp. 305-306. Em *Bibliografia da Livraria de Manuel dos Santos*, sob o número 3221, vem descrita uma espécie diferente da acima mencionada, mas de que não vimos nenhum exemplar: *Relação da muy notavel perda do Galeão Grande S. João. Em que se contaõ os grandes trabalhos, e lastimosas coufas que acontecerãõ ao capitão Manoel de Sousa Sepulveda. (Vinheta que representa o naufrágio): e o lamentável fim, que elle, e sua mulher, e filhos, e toda a mais gente houveraõ na Terra do Natal, onde se perderãõ a 24 de Junho de 1552*. S. l. n. d. In-4<sup>o</sup> de 32 páginas. Segue-se a seguinte informação: "Separata. Reimpressão do século XVIII."

**HISTORIA**  
DA MUY NOTAVEL PERDA  
DO GALEAM GRANDE S. JOAM

Em que se contaõ os grandes trabalhos, & lastimosas cousas, que acontecêraõ ao Capitaõ Manoel de Sousa Sepulveda, & o lamentavel fim, que elle, & sua mulher, & filhos, & toda a mais gente houveraõ, na terra do Natal onde se perdêraõ a 24. de Junho de 1552.



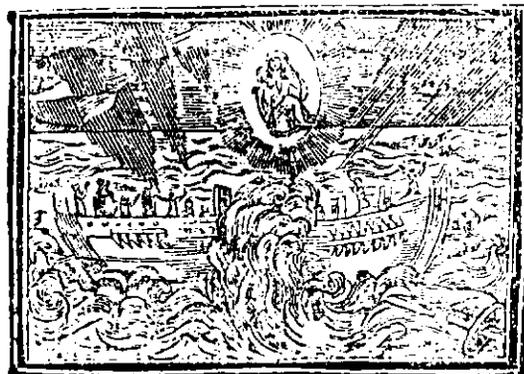
EM LISBOA.

*Na Officina de Antonio Alvares.*

Rosto da contrafacção de *Historia da muy notavel perda do Galeam Grande de S. Joam.*

Pag. 5.

**NAVERAGIO**  
DO GALEAM GRANDE SAM JOAM  
*Na terra do Natal no anno de 1552.*



**CAPITULO I.**

**P**ARTIO neste galeão Manoel de Sousa, que Deos perdoe para fazer esta desavêrutada viagem de Cochim a tres de Fevreyro o anno de sincoenta & dous. E parti o taõ tarde por hir carregar a Coulaõ, & lá haver pouca pimenta onde

Inicio do texto de *Historia da muy notavel perda do Galeam Grande de S. Joam*, na edição apócrifa, impressa por António Galvão.

Atribuimos a António Pedroso Galvão a responsabilidade desta contrafacção, pelos motivos seguintes:

1º – Para além dos caracteres tipográficos usados, que são comprovadamente os da sua oficina, na cercadura que surge a enquadrar a folha-de-rosto utilizaram-se as mesmas vinhetas de composição do friso que embeleza a página, onde se inicia o «SERMAM / DE / N. SENHORA / DO / LIVRAMENTO / Em Daugim anno de 1696.», incluído em SERMÕES / VARIOS, / Prègados na India a diversos assumptos. & offe- / recidos no primeyro Sermaõ / AO EXCELLENTISSIMO SENHOR / CAYETANO DE MELLO / DE CASTRO, / Viſo-Rey, & Capitaõ Géral da India. / PELO PADRE / MANOEL DE SÁ, / Da Companhia de JESUS, eleyto Patriarca de / Ethiopia por S. Mageſtade, que Deos guarde. / [Ornamento xilográfico, emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAÕ. / Com todas as licenças neceſſarias. Anno de 1710.

*11. 28792*

# SERMÕES VARIOS,

Prègados na India a diversos assumptos, & offe-  
recidos no primeyro Sermaõ

AO EXCELLENTISSIMO SENHOR

CAYETANO DE MELLO  
DE CASTRO,

Viſo-Rey, & Capitaõ Géral da India.

PELO PADRE

MANOEL DE SÁ,

Da Companhia de JESUS, eleyto Patriarca de  
Ethiopia por S. Mageſtade, que Deos guarde.



LISBOA,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAÕ.  
Com todas as licenças neceſſarias. Anno de 1710.

210



# SERMAM

DE

# N. SENHORA

DO

# LIVRAMENTO

Em Daugim anno de 1696.

*Beatus venter, qui te portavit. Luc. 11.*



Elebramos hoje a Rainha dos Anjos com o titulo, & in-  
vocação da Senhora do Li-  
vramento, & o primeyro  
que se vê livre de hũ gran-  
de trabalho he o Prègador.  
O mayor trabalho do Prè-  
gador he prover a materia  
de hoje, & com o ella elle ja  
taõ provada nos exemplos  
passados, & comprovada no  
texto presente, livre fica o  
Prègador deste trabalho. Se  
olharmos para os exemplos  
passados, acharemos que  
naõ ouve figura no Testa-  
mento velho, em que Deos  
como em imagem nos re-  
presentasse a sua Mãe San-  
tissima, na qual te naõ pu-  
dele gravar tã toda a propi-  
rieda-

2º – O ornamento tipográfico em vinhetas compostas colocado no rosto desta espécie, dada como impressa por António Álvares, é igual às cinco vinhetas que formam a tarja que embeleza a página em que se inicia o «SERMAM / DE / N. S. DA AJUDA / Padroeira da Junta do Commercio, com o Sa- / cramento exposto, em Ribandar, no / anno de 1695.», incluído em SERMÕES / VARIOS, / Prêgados na India a diversos assumptos. & offe- / recidos no primeyro Sermaõ / AO EXCELLENTISSIMO SENHOR / CAYETANO DE MELLO / DE CASTRO, / Viso-Rey, & Capitaõ Gêral da India. / PELO PADRE / MANOEL DE SÁ, / Da Companhia de JESUS, eleyto Patriarca de / Ethiopia por S. Magestade, que Deos guarde. / [Ornamento xilográfico, emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRÃO. / Com todas as licenças neceffarias, Anno de 1710.

*N. 32792*  
**SERMÕES**  
**VARIOS,**

Prêgados na India a diversos assumptos, & offe-  
recidos no primeyro Sermaõ

AO EXCELLENTISSIMO SENHOR

**CAYETANO DE MELLO**  
**DE CASTRO,**

Viso-Rey, & Capitaõ Gêral da India.

PELO PADRE

**MANOEL DE SÁ,**

Da Companhia de JESUS, eleyto Patriarca de  
Ethiopia por S. Magestade, que Deos guarde.



LISBOA,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRÃO.  
Com todas as licenças neceffarias. Anno de 1710.

137



**SERMAM**

DE

**N. S. DA AJUDA**

Padroeira da Junta do Commercio, com o Sa-  
cramento exposto, em Ribandar, no  
anno de 1695.

*Beatus venter qui te portavit.* Luc. II.

**B**Endito, & muytas vezes bẽdito seja o purissimo ventre, que vos trouxe encerrado nove mezes, des-  
cerrado Senhor sacramen-  
tado. Ellas são as vozes, que  
levantou antigamente hũa  
mulher no meyo das tur-  
bas, que seguiaõ a Christo;  
& ellas mefmas, & pela mef-  
ma causa, seõ as que eu ho-  
je repito entre a multidaõ,  
que religiosamente assiste  
aos vneraçõens do Filho  
aos obsequios da Mãe. Que  
ellas seião, & não outras as  
vozes que levantou aquel-  
la mulher, não ha duvida,  
porque sam a construcão  
do mefmo texto; mas que  
agora seião proferidas pe-  
la mefma causa, que entam  
se proferirão, he o que tem  
suspenso a todo este audi-  
torio: mas para que na ra-  
zaõ

A página inicial do «Sermam de N. S. da Ajuda ...» é embelezada por um friso composto por vinhetas, exactamente iguais à estampada no rosto da contrafacção de *Historia da muy notavel perda do Galeam Grande S. Joam*.

3º – O início do texto (página 5) é antecedido pela reprodução de uma gravura alusiva à temática de naufrágios, em que é evidente a preocupação do impressor-falsificador em simular a gravura impressa na portada da edição original. O seu estilo é semelhante ao das gravuras de naufrágios reproduzidas em outras contrafacções, e uma comparação, ainda que

rápida, com as ilustrações publicadas em obras impressas por António Álvares, permite-nos detectar diferenças assinaláveis no ponto-de-vista gráfico.

4º – Também a letra maiúscula floreada (letra P) que marca o início do texto faz parte, como atrás referimos (página 256), de um alfabeto usado amiúde por António Pedroso Galvão no decorrer das suas actividades editoriais.

### **7. *Relaçam da viagem e sucesso que teve a Nao Capitania Nossa Senhora do Bom Despacho.***

Localizámos nas nossas bibliotecas duas edições diferentes de *Relaçam da Viagem e Sucesso que teve a Nao Capitania Nossa Senhora do Bom Despacho*, ambas dadas como impressas no ano de 1631, mas, pela sua análise tipológica e iconográfica, somos levada a concluir que estamos perante contrafacções, saídas dos prelos de António Pedroso Galvão.

Admitimos como possível que à edição-*princeps* (de que não vimos nenhum exemplar) corresponda a descrição da "espécie raríssima" apresentada por José dos Santos no *Catálogo do Conde do Ameal*: RELAÇAM / DO QUE PASSOV / a gente da Nao No f (a S. / do bom De f pacho na / Viagem da India, o / Ano 1630. / FEITA POR ORDEM / do Padre Fr. Nuno da / Conceição, Capelaõ / da mesma / nao. / EM LISBOA / — / Com licença da S. Inquição, Ordinario & Paço. Por Pedro / Craesbeeck. (s.d. ? - Licenças, 1631).<sup>20</sup>

Das contrafacções podemos apresentar as seguintes descrições bibliográficas:

a) RELAÇAM / DA VIAGEM, E SVCESSO / QUE TEVE A NAO CAPITANIA / No f (a Senhora do Bom De f pacho. / *De que era Capitão Franci/co de Mello, / vindo da India / No anno de 1630. / ESCRITA PELO PADRE / Fr. NVNO DA CONCEIÇAM. / Da Terceyra Ordem de São Franci/co. / [Gravura representando um açafate com flores.] / LISBOA. / [Tranca.] / Na Officina de PEDRO CRASBEECK / Anno de 1631.*<sup>21</sup>

e

b) RELAÇAM / DA / VIAGEM, E SVCESSO / *Que teve a Nao Capitania / NOSSA SENHORA DO BOM DESPACHO / Vindo da India o anno de 1630. / ESCRITA / POR Fr. NVNO DA CONCEIÇÃO / Da terceyra Ordem de São Franci sco. / [Gravura represen-*

<sup>20</sup> *Catálogo do Conde do Ameal*, 658.

<sup>21</sup> B.N.L., Res. 3361 V. Esta espécie encontra-se descrita nos seguintes catálogos e estudos: *Azevedo e Samodães*, 1416, acompanhada da indicação de se tratar de uma "primeira edição de que os exemplares são muitíssimos raros"; *Palha*, 2373; *Manoel dos Santos*, 4951; [*Salema Garção*], 1775; *Pinto de Mattos*, p. 306; *Dicionário Bibliográfico*, t. VI, p. 312. Inocêncio Francisco da Silva indica que esta obra "foi reimpressa com indicações idênticas. 4º de VIII - 47 pags., edição que pelo papel. typo e mais circunstâncias características bem mostra ser contrafeita". Admitimos que a edição a que se refere Inocêncio seja a espécie que apresentamos como contrafacção b.

tando um fruteiro com fruta.] / LISBOA. / [Tranca.] / Na Officina de PEDRO CRASBEECK /  
Anno de 1631.<sup>22</sup>

REL A Ç A M  
D A  
VIAGEM, E SVCESSO,

*Que teve a Nao Capitania*

N. SENHORA DO BOM DESPACHO

Vindo da India o anno de 1630.

ESCRITA

Por Fr. NVNO DA CONCEIÇÃO

Da Terceyra Ordem de São Francisco.



L I S B O A;

Na Officina de PEDRO CRASBEECK

Anno de 1631;

REL A Ç A M  
D A VIAGEM, E SVCESSO

QUE TEVE A NAO CAPITANIA

Nossa Senhora do Bom Despacho.

*De que era Capitão Francisco de Mello,  
vindo da India No anno de 1630.*

ESCRITA PELO PADRE

Fr. NVNO DA CONCEIÇÃO.

*Da Terceyra Ordem de São Francisco.*



L I S B O A;

Na Officina de PEDRO CRASBEECK

Anno de 1631.

Rostos das contrafacções de *Relaçam da Viagem e Sucesso que teve a Nao Capitania N. Senhora do Bom Despacho*, dadas como impressas por Pedro Crasbeeck, em 1631, mas realmente produzidas na officina de António Pedroso Galvão.

A afirmação de que António Pedroso Galvão é o autor destas edições falsas é feita com base nos seguintes motivos:

Espécie descrita em a)

1º – O açafate com flores que ilustra a portada de *Relaçam da Viagem da Nao Nossa Senhora do Bom Despacho* foi reproduzido largamente por António Pedroso Galvão em obras impressas na sua officina, e em particular em EXERCICIOS ESPIRITUAES, / E / MEDITAÇÕES / DA VIA PURGATIVA; / SOBRE A MALICIA DO PECCADO, VAIDADE / do mundo, mi ferias da vida humana, & quatro / Novissimos do Homem. / Com huma instrucção breve do modo pratico, com que princi- / pantes pôdem exercitar a Oração mental, & resolução / das principaes duvidas, que nella ocorrem. / Divididas em duas Partes. /

<sup>22</sup> B.N.L., Res. 336<sup>2</sup> V. Não encontramos descrição desta espécie nos catálogos e estudos consultados.

ESCRITAS / Pelo P. MANOEL BERNARDES, / da Congregação do Oratorio de N. S. d'A Assunção da Cidade de Lisboa. / Terceyra Impressão. / PRIMEYRA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA OCCIDENTAL. / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / [Tranca.] / M.DCC.XXXI. / Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real.

# EXERCICIOS ESPIRITUAES, E MEDITAÇÕES

DA VIA PURGATIVA;  
SOBRE A MALICIA DO PECCADO, VAIDADE  
do Mundo, miserias da vida humana, & quatro  
Novísimos do Homem.

Com huma instrução breve do modo pratico, com que os principiantes podem exercitar a Oração mental, & resolução das principaes duvidas, que nella occorrem.

Divididas em duas Partes.

ESCRITAS

Pelo P. MANOEL BERNARDES,  
da Congregação do Oratorio de N.S. d'Assunção da Cidade de Lisboa.

Terceyra Impressão.

## PRIMEYRA PARTE.



LISBOA OCCIDENTAL.  
Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

M DCC. XXXI.

Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real.

Ornamento xilográfico (açafate com flores), reproduzido em *Exercícios Espirituais*, obra impressa por António Galvão em 1731.

2º – A gravura que ornamenta a última página desta *Relaçam* foi publicada por António Pedroso Galvão em várias obras, nomeadamente em *Exercícios Espirituais ...*, da autoria do Padre Manuel Bernardes, e cuja descrição bibliográfica atrás apresentámos.

IX. Miséria de não amareis os homens huns aos outros com caridade verdadeyra.	342.
X. Miséria de vermos cercados de Demônios, que nos tentão, & perseguem continuamente.	354.
XI. Miséria da brevidade da vida humana.	363.

Exercicio III. Da consideração da Morte, primeyro Novíssimo do homem.

Me. dita. ção	I. DA morte, em quanto he pena do peccado,	379.
	II. Da morte, em quanto he ponto necessario, que ninguém pôde evitar.	391.
	III. Da morte, em quanto he ponto contingente, que ninguém pôde determinar.	398.
	IV. Da morte, em quanto he ponto unico, que huma vez servido, ninguém pôde emendar.	419.
	V. Da morte, em quanto he apartamento.	415.
	VI. Da morte, em quanto he jornada para a eternidade.	425.
	VII. Da morte preciosa dos Justos.	440.
	VIII. Da morte pessima dos peccadores.	454.
	IX. Da morte, em quanto he ausencia da alma a respeito do seu cadaver; & da jornada desta à sepultura.	467.
	X. Dos proveytos que tras consigo a frequente memoria da morte.	479.



*Da Nao N. S. do Bom Despacho.* 47

tiaõ Fernandez, Bartholomeu Alvarez, Antonio Luis, Manoel Ribeyro Magrillo, Joaõ Fernandez, Amador Luis, Mathias Figueyra, Antonio Fernandez, Estevão Rodriguez, Luis Fernandez, Luis Alvarez Moreyra.

L A U S D E O.



Fim do texto e remate ornamental impresso na contracção de *Relaçam da Viagem da Nao Nossa Senhora do Bom Despacho*.

222 *Exercicios Espirituaes*,  
augmentaõ o fervor da caridade; & enriquecem a alma dos habitos das virtudes para resistir aos vicios. E será ofeuto de todo este ponto: & receber inuito os propósitos de exercitar estes remedios, & conservar nossa fragilidade diante de Deos: & pedir-lhe especial favor para alcançar a pureza de consciencia.



EX:

Ornamento xilográfico, reproduzido numa das páginas de *Exercicios Espirituais*, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1731.

3º – A letra inicial (letra C) que marca o começo de *Relaçam da Nao N. S. do Bom Despacho* ... é precisamente igual à que figura no início do texto das licenças do Santo Officio relativas à obra *SERMAM / DO AUTO / DA FE, / Que se celebrou na Praça do Rocio desta Cidade de / Lisboa, junto dos Paços da Inquiçãõ, em 6. de / Setembro do anno de 1705. / EM PRESENÇA DE SUAS ALTEZAS, / PREGADO / Pello Illustri fimo, & Reverendi fimo Senhor / D. DIOGO DA ANNUNCIACAM / Justiniano, do Conselho de S. Magestade, que Deos guarde, & Arcebi spo que foi de Cranganor. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAÕ. / [Tranca.] / Com todas as licenças neccessarias. / M.DCC.V.*

## R E L A Ç A O

*Do que passou a gente da Nao Nossa Senhora do Bom Despacho, na viagem da India, o anno de 1630.*

**C**onsiderando as muytas naos, que se perderão varado em terra com a occasião de fazerem agua (sendo bastante motivo para defaltrados naufragios) com que tantas, & tão extraordinarias perdas de gente, fazendas, & arcelharia, tem recebido este Reyno achãr-se os passageyros com cinco, seis, oytto, & nove palmos de agua, cujo trabalho foy cauta de se desesperar do remedio, abrindo-se a porta a muitos nuytes mayores, com que todos acabãrão a vida; me pareceo serviço de nosso Senhor, & conveniente ao bem publico elciever esta Relação do que passou na viagem da India a gente da Nao Capitania N. Senhora do Bom Despacho. Para que sirva no futuro de exemplo, & de se esperar com confiança nas misericordias de nosso Senhor, em semelhantes trabalhos, quando de nossa parte se acode a elle (como nesta Nao se fez) com grande christandade, & se não

A

111

Início do texto da contrafacção de *Relaçam da Viagem e Sucesso que teve a Nao Capitania N. Senhora do Bom Despacho*, marcado pela letra capitular C.

# S E R M A M D O A U T O D A F É,

*Que se celebrou na Praça do Rocio desta Cidade de Lisboa, junto dos Paços da Inquisição, em 6. de Setembro do Anno de 1705.*

EM PRESENÇA DE SUAS ALTEZAS,

P R E G A D O

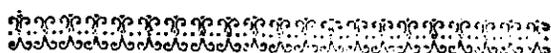
Pelo Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor:

**D. DIOGO DA ANNUNCIACAM**  
Justiniano, do Conselho de S. Magestade, que Deos guarde, & Arcebispo que foi de Cranganor.



L I S B O A,  
Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRÃO.

*Com todas as licenças necessarias.*  
M. DCCV.



Approvações do S. Officio.

ILLUSTRISSIMO SENHOR.



**C**OM muita attenção li este Sermão do Auto da Fé, que prégeu o Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor D. Diogo da Annunçiação Justiniano, Arcebispo que foi de Cranganor. Alem de não encontrar nelle cousa que offenda os bõs costumes, ou a pureza de nossa Santa Fé, achei que não tem palavra que não seja confirmação della, pois todo he de demonstraões, que claramente mostrão com o Testamento Velho, na mesma raiz Hebraica, ou Caldica, conforme a exposição dos Rabinos, ser impossivel o Messias, que os Judeos esperão, por falta dos predicados intrinsecos de que se havia de compor o Messias verdadeiro; por falta do tempo em que havia de vir; & por falta dos sinais que havia de ter, por se terem ja verificados na Pessoa de Jesu Christo, verdadeiro Messias, & Redemptor nosso, estes sinais, este tempo, & estes predicados. Com a efficacia das razões, com a vehemencia das palavras, & com o fervor do espirito, conseguiu o Author no commum applauso dos que o ouvirão, a felicidade de cortar (qual outro Alexandre) os nõs cegos dos enganos da perfidia Judaiça; & tambem a de deixar aos que lerem as mesmas demonstraões, methodo para convencer com evidencia os erros desta reinosa nação. Por este motivo me parece que não só se deve conceder a licença que se pede, mas se deve mandar que se dê este Sermão á estampa. V. Illustrissima ordenará o que for servido. Lisboa no Convento de Nossa Senhora da Graça aos 30. de Setembro de 1705.

Fr. Domingos Daly.

A 2

II.

Espécie descrita em b)

A gravura representando um fruteiro com fruta faz parte do material tipográfico de António Pedroso Galvão. O impressor utilizou-a com frequência no decorrer das suas actividades editoriais, e vemo-la reproduzida, por exemplo, em SERMOENS / VARIOS / E DISCURSOS PREDICAVEIS, / POLITICOS, PANEGYRICOS, / E MORAES, / DE / FREY MANOEL DE GOUVEA / Augu (stiniano, / TERCEYRA PARTE, / OFFERECIDA / Á SEMPRE EXCELSA, SEMPRE AUGUSTA, / & Sereni (ssima Mage (stade / DA / VIRGEM MARIA / NOSSA SENHORA / EM O PRIMEYRO INSTANTE DA SUA / Puri (ssima, Sacra (ssima, & Gloriosi (ssima / CONCEYÇAM. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / [Tranca.] / M.DCC.XXVI. / Com todas as licenças nece (ssarias / Terceyra Impre (ssão.

# SERMOENS

VARIOS

E DISCURSOS PREDICAVEIS,

POLITICOS, PANEGYRICOS,

E MORAES,

DE

FREY MANOEL DE GOUVEA

Augustiniano.

TERCEYRA PARTE,

OFFERECIDA

Á SEMPRE EXCELSA, SEMPRE AUGUSTA,

& Serenissima Magestade

DA

VIRGEM MARIA

NOSSA SENHORA

EM O PRIMEYRO INSTANTE DA SUA

Purissima, Sacratissima, & Gloriosissima

CONCEYÇAM.



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

M. DCC. XXVI.

Com todas as licenças nece (ssarias.

Terceyra Impre (ssão.

*mais principaes.* 521  
Virtude de Santo Antonio. p. mentos. p. ad p. 412. c. 1. Vide Eleyçãõ.

*Virtude.*

**V**irtude donde os annos são muytos, quando muyto pôde ler grande, mas donde os annos são poucos, não só he grande, mas a mayor virtude. pag. 157. c. 1. usque ad p. 159. c. 1.

*Vitoria.*

**N**as quarenta Horas se alcançã a influencias do Sacramento as mayores vitorias. p. 30. c. 1. usque ad p. 32. c. 1. Vide.

condenaçãõ. he nome de merecimento: que merece quem tem este nome: p. 240. c. 1. & 2. p. 241. c. 1.

*Vogars.*

**Q**uaes forã os Vogars, que Deos para elegee a Maria convocou a Capitulo p. 2. c. 1. Vide Capitulo.

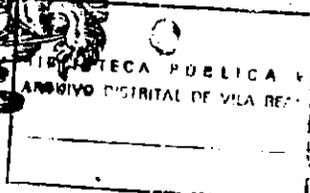
*Votos.*

**D**elposar-se com Deos pelo sacrificio de tres votos he empenhar a Deos no premio de tres coroas. p. 438. c. 1. usque ad p. 440. c. 1. Vide Esposa.

FINIS.

SOLI DEO HONOR, ET GLORIA,

Solique Deiparæ Conceptionis Mariæ,  
Magno, ac præclaro meo Augustino Parenti.



Em *Sermoens Varios*, obra de autoria de Frei Manuel de Gouveia, impressa por António Pedroso Galvão em 1726, utilizou-se como remate ornamental a mesma gravura que embeleza o rosto de *Relaçam da Viagem, e Sucesso, que teve a Nao Capitania N. S. do Bom Despacho*...

## 8. *Relaçam do Naufragio da Nao Santiago ...*

Se bem que não possamos apresentar a edição-*princeps*, somos de opinião que é apócrifa a *RELAÇAM / DO NAVFRAGIO / DA NAO SANTIAGO. / & itinerario da gente que / delle se salvou, / ESCRITA / Por MANUEL GODINHO CARDOZO / Com licença da Santa Inquiſição. / [Gravura representando um fruteiro com fruta.] / EM LISBOA, / Impreſſo por PEDRO CRASBEECK. / ANNO DE 1602*. Dada como impressa por Pedro Crasbeeck, foi realmente publicada por António Pedroso Galvão.<sup>23</sup>

# RELAÇAM DO NAVFRAGIO DA NAO SANTIAGO, & itinerario da gente que delle se salvou.

E S C R I T A

Por MANOEL GODINHO CARDOZO

*Com licença da Santa Inquiſição.*



EM LISBOA,  
Impreſſo por PEDRO CRASBEECK.  
ANNO DE 1602.

Rosto da edição clandestina de *Relaçam do Naufragio da Nao Santiago*, dada como impressa em Lisboa por Pedro Crasbeeck, em 1602.

70

*Relução do naufragio*

puzeraõ no caminho quinze dias chegáraõ a Quilimanã a 10. de Janeiro, onde estiveraõ 23. dias esperando tempo: em Quilimanã se embarcáraõ quarta leyra tres de Fevereiro, chegáraõ a Moçambique a 21. do mes mes: laidos em terra foraõ todos em procissão a nossa Senhora do Baluarte de gíolhos, que assim o tinhaõ prometido por voto que os do batel fizeraõ, acompanhou o povo todo, o Vigario da Igreja Marris, os Padres do Mosteyro de São Domingos, donde postrados por terra com muytas lagrimas deraõ as dividas graças a Deos, & a nossa Senhora, que de tantos perigos foy servidoſalvallos.

F I M.



Final do texto da contrafacção de *Relaçam do Naufragio da Nao Santiago*, impressa em Lisboa por António Galvão, no século XVIII.

Apreciando as características tipográficas desta espécie, que manifesta progressos gráficos incompatíveis com a data registada no pé-de-impressão (1602) e apresenta afinidades evidentes com as contrafacções de *Relaçam da Viagem e Sucesso que teve a Nao Capitania Nossa Senhora do Bom Despacho*, apercebemo-nos de que na portada e na última página foram utilizadas xilogravuras que faziam parte do material iconográfico de António Pedroso Galvão. Como atrás referimos, o ornamento que embeleza a folha-de-rosto desta *Relação de Naufragio* foi reproduzido por aquele impressor em *Sermoens varios e discursos predicaveis, politi-*

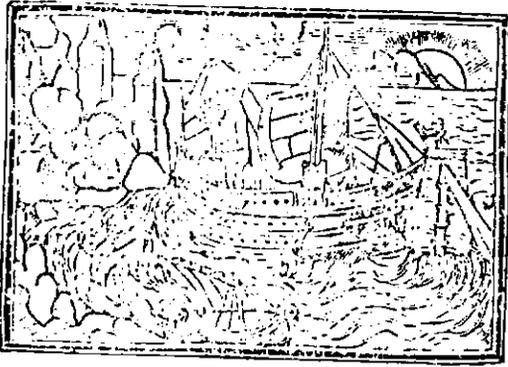
<sup>23</sup> B.N.L., Res. 3364V. A descrição desta espécie figura nos seguintes reportórios bibliográficos: *Palha*, 2374; *Pinto de Mattos*, p. 306.

cos, panegyricos e moraes, da autoria de Frei Manuel de Gouveia. e a gravura utilizada como remate ornamental nesta *Relação* foi publicada, também por António Galvão, em *Exercícios Espirituaes*, do Padre Manuel Bernardes.

### 9. *Relaçam do Lastimoso Naufragio da Nao Conceiçam ...*

Figurando em muitos catálogos bibliográficos como edição original, somos levada a considerar que se trata de uma contrafacção – também executada, no século XVIII, por António Pedroso Galvão – a RELAÇAM / DO LASTIMOZO NAVFRAGIO / DA NAO CONCEIÇAM / CHAMADA ALGARAVIA A NOVA / De que era Capitão Francisco Nobre / A QUAL SE PERDEO NOS BAYXOS DE / Pero dos Banhos em 22 de Agosto de 1555. / [Gravura representando um naufrágio.] / EM LISBOA / Na Officina de António Alvares.<sup>24</sup>

REL AÇAM   
 DO LASTIMOZO NAVFRAGIO  
 DANA O CONCEIÇAM  
 CHAMADA ALGARAVIA A NOVA  
 De que era Capitaõ Francisco Nobre  
 A QUAL SE PERDEO NOS BAYXOS DE  
 Pero dos Banhos em 22. de Agosto de 1555.



EM LISBOA  
 Na Officina de Antonio Alvares.

NAVFRAGIO  
 DANA O CONCEIÇAM  
*A qual se perdeo nos bayxos de Pero dos  
 Banhos em 22. de Agosto de 1555.*

 Aõ ha cousa mais pezada de levar, & horrivel para temer, do que a morte, como bem disse o Filofofo Aristoteles, & ainda melhor nos ensina a experiencia; porẽm com boa licença do Filofofo, & da mesma experien- cia, o medo da morte ainda parece que he peor que a mesma morte, como da guerra diz o pro- verbio, que he peor o medo da guerra imagina- da, que experimentada: & a razão disto he, por- que a morte levada em realidade, nunca he mais que hũa só; & morrer huma só vez he dita, como disse Seneca, mas a morte imaginada na imagi- nativa por repetiçãõ de medos, he morte muy- tas vezes repetida. Este entre outros males tras consigo o naufragio, porque quantas ondas conspiraõ contra a embarcaçãõ, tantas mortes bebe o naufragante: & por isso he peor castigo a morte muytas vezes temida, que hũa só vez so- frida, como bem disse S. Jeronymo, & em conse-  
 A 2 quen-

Portada e início do texto da falsa-edição de *Relaçam do lastimoso Naufragio da Nao Conceiçam*, supostamente impressa em Lisboa por António Alvares.

<sup>24</sup> B.N.L., Res. 1344 P e Res. 336<sup>3</sup> V. Esta espécie, que não vem descrita na *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, é tida por Brito Aranha como rara, e dela apresenta uma reprodução fotolito- gráfica. Cf. SILVA, Inocência Francisco da, et alii. *Ob. cit.*, t. XVIII, p. 343. No *Catálogo do Conde do Ameal*, vem descrita sob o nº 1878 e acompanhada do seguinte comentário: "Relação interessante e muito estimada. Edição dada a lume sem o nome do autor [Manuel Rangel]: bastante rara". Em nenhum dos catálogos biblio- gráficos se considera tratar-se de uma contrafacção.

Não encontramos, nas bibliotecas em que tivemos a oportunidade de trabalhar, nenhum exemplar da edição original, e a forma como as espécies são descritas na maioria dos reportórios bibliográficos não permite concluir se o exemplar apresentado corresponde ou não à edição-*princeps*. Não obstante não ser possível confrontar edição verdadeira e edição-falsa, não nos custa afirmar que a espécie atrás descrita é uma contrafacção impressa na oficina de António Pedroso Galvão, pelas seguintes razões:

1ª – São evidentes as afinidades gráficas e estéticas entre esta espécie e as outras impressas fraudulentamente por aquele impressor: evidentes são, também, as diferenças entre esta obra e outras obras impressas, no século XVI, por António Álvares;

2ª – A letra maiúscula ornamentada N, que inicia o texto do *Naufragio da Nao Conceiçam*, é exactamente igual à reproduzida por António Pedroso Galvão em CONSELHEIRO / FIEL / COM MAXIMAS ESPIRITUAES / para convencer o entendimento, & / combater o coração do peccador / esquecido. / OFFERECE-AS AO ILLUSTRISSIMO SENHOR / JOAÕ DE MELLO, / Conigo da Santa Sé Patriarcal, / O PADRE / Fr. MANOEL GUI-LHERME, / Religio fo de S. Domingos. / II. PARTE. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM, / & à sua custa impre f fo. / [Tranca.] / Com todas as licenças nece//arias. / Anno de M.DCC.XXVII.

# CONSELHEYRO F I E L

COM MAXIMAS ESPIRITUAES  
para convencer o entendimento , &  
combater o coração do peccador  
esquecido.

OFFERECE-AS AO ILLUSTRISSIMO SENHOR

JOÃO DE MELLO,  
Conigo da Santa Sé Patriarcal,

O P A D R E

Fr. MANOEL GUILHERME,  
Religioso de S. Domingos.

II. P A R T E

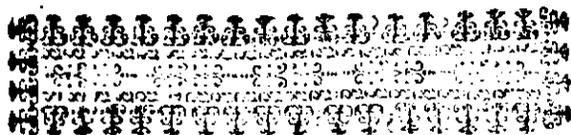


LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM;  
& à sua custa impresso.

Com todas as licenças necessarias.

Anno de M.DCC.XXVII,



## L E Y T O R .



EM te agradeço a acceitação, que moste-  
traste do meu primeyro tomo, nem me  
queyxo do delágrado dellé; porque co-  
mo huma , & outra cousa foy esleyto da  
tua vontade, ella deve ser a acredora da  
estimação , & do desprezo. Devo dizerte que este se-  
gundo tomo vay muyto mais cheyo de discursos mo-  
raes, & pôde ser que convincentes , para desem-  
penhar melhor o titulo do livro. Nada se faz completa-  
mente bem da primeyra vez. Ella he a mayor terribi-  
lidade da hora da morte. Se Deos me quizer sofrer  
mais alguns mezes, sahirá o terceyro tomo com huma  
universal applicação a todas as Domingas, Férias, &  
Festas do anno: supprindo-se de novo o que não baf-  
tar do contheudo nos tres tomos. Se encótrares duas,  
ou tres Humanidades repetidas , compadece-te de  
quem fabricou esta obra aos servos , porque com di-  
versas , & bem conhecidas occupaçoens : & não po-  
dendo dizer-se que a repetição foy pobreza, porque  
o desmente a excessiva copia. Encomendemo-nos a  
Deos. Elle te guarde.

§ ij

IN.

*Conselheiro Fiel*, obra publicada por António Pedroso Galvão em 1728. em que foi impressa a letra N. exactamente igual à que dá inicio ao texto da contrafacção de *Naufragio da Nao Conceiçam*.

3ª — Se compararmos o rosto desta espécie com o da falsa-edição de *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeam Santiago* ..., dada como impressa por António Álvares, mas saída dos prelos de António Pedroso Galvão, damo-nos conta de que as xilografuras usadas, de dimensões aproximadas, pertencem à mesma família estética e de que a mancha gráfica é muito semelhante nas duas edições. Verificamos, também, que os caracteres tipográficos usados são comuns às duas espécies. Assim, na palavra RELAÇAM, que integra o título de *Relaçam do Lastimoso Naufragio da Nao Conceiçam* ..., empregaram-se os mesmos tipos que na palavra TRATADO, também presente no título de *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeam Santiago*. São comuns as letras A e R, e todas fazem parte do mesmo abecedário. A indicação da officina, «Na Officina de Antonio Alvares», é impressa com os mesmos caracteres tipográficos nas duas edições e na composição da frase manteve-se o mesmo espaçamento entre as letras e palavras, pelo que, se sobrepusermos as duas frases, a coincidência é perfeita.

**RELAÇAM**   
 DO LASTIMOZO NAVFRAGIO  
**DANAO CONCEICAM**  
 CHAMADA ALGARAVIA A NOVA  
 De que era Capitão Francisco Nobre  
 A QUAL SE PERDEO NOS BAYXOS DE  
 Pero dos Banhos em 22. de Agosto de 1555.

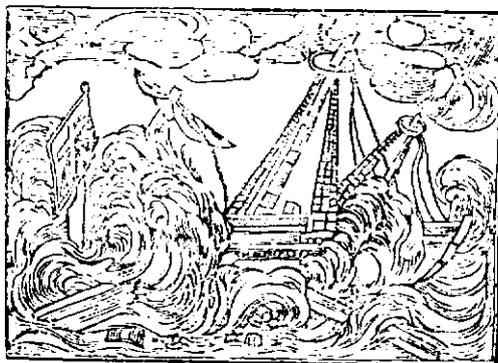


EM LISBOA  
 Na Officina de Antonio Alvares.

Portada da edição apócrifa de *Relaçam do Lastimozo Naufragio da Nao Conceiçam*.

**TRATADO**  
 DAS BATALHAS, E SUCESSOS  
 DO GALEAM SANTIAGO  
*Comos Olandezes na Ilha de Santa Elena,*  
 E da Nao Chagas com os Inglezes entre as Ilhas  
 dos Açores: ambas Capitanias da carreira da  
 India, & da causa, & deslites, porque  
 em vinte annos se perderão trin-  
 ta, & oytto Naos della.

*Escrito por Melchior Estacio do Amaral.*



Na Officina de Antonio Alvares.  
 No Anno de 1604.

Portada da contrafacção de *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeam Santiago*.

**10. Tratado do Successo que teve a Nao S. Joam Baptista ...**

TRATADO / DO SVCESSO QUE TEVE / A NAO S. JOAM BAPTISTA, / E jornada  
 que fez a gente que della e f- / capou, de fde trinta & tres graos no / Cabo de Boa E sperança,  
 onde / fez Naufragio, até Sofala, / vindo sempre marchan- / do por terra. / A Diogo Soares  
*Secretario da (sic) Confelho da / Fazenda de Sua Magestade, &c. / AUZENTE / Ao Padre*  
 Manoel Gomes da Sylveira. / [Ornamento tipográfico em vinhetas compósitas.] / *Com licença*  
*da S. Inquição, Ordinario & Paço.* / [Tranca.] / EM LISBOA. / Por Pedro Craesbeck Im-  
 pre f for del Rey, anno 1625. /, trata-se também, segundo cremos, de uma contrafacção saída  
 da officina de António Pedroso Galvão.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Vimos desta espécie, de autoria de Francisco Vaz de Amada, um exemplar na Biblioteca da Ajuda, cota 16-VI-81<sup>2</sup>. É também descrita nos seguintes catálogos: [Salema Garção], 1775: *Pinto de Mattos*, p. 306; *Dicionário Bibliográfico*, t. XVII, pág. 85; *Azevedo e Samodães*, 1416, que indica tratar-se de "Edição primitiva. Os exemplares são muito raros".

TRATADO  
DO SVCESSO QUE TEVE  
A NAO S. JOAM BAPTISTA,  
E jornada que fez a gente que della es-  
capou, delde trinta & tres graos no  
Cabo de Boa Esperança, onde  
fez Naufragio, atè Sofala,  
vindo sempre marchan-  
do por terra.

*A Diogo Soares Secretario da Conselho da  
Fazenda de Sua Magestade, &c.*

A U Z E N T E

Ao Padre Manoel Gomes da Sylveira.



*Com licença da S. Inquisição, Ordinario, & Paço:*

EM LISBOA.

Por Pedro Craesbeck Impressor delRey, anno 1625.

Portada de *Tratado do Sucesso que teve a Nao S. Joam Baptista*, supostamente impressa em Lisboa por Pedro Craesbeck, em 1625.

Desconhecemos a existência da edição original, mas a espécie acima descrita apresenta características que nos permitem afirmar tratar-se de uma edição fictícia, dada como impressa por Pedro Craesbeeck. Para além dos caracteres de texto, que são comprovadamente da oficina tipográfica de António Pedroso Galrão, e dos aspectos estéticos que aproximam esta espécie das outras contrafacções atrás mencionadas produzidas por aquele impressor, é de notar que as capitulares floreadas usadas para assinalar o começo da dedicatória a Diogo Soares (letra O) e o início do texto (letra E) pertencem a um alfabeto que António Pedroso Galrão utilizou largamente no desenrolar das suas actividades editoriais, e que podemos ver reproduzidas, por exemplo, em FLAGELLO / DO / PECCADO. / TOMO II. / DOS DAMNOS, QUE CAUSA / e sta féra cruel, e singular. / Offerece-o / Á PROTECCAM DO EMINENTISSIMO SENHOR / NUNO DA CUNHA. / CARDEAL DA SANTA IGREJA ROMANA / do titulo de Santa Ana sta fia, Inquifidor Geral em / todos os Reynos, e Senhorios de Portugal, e / do Conselho de Estado, & c. / O PADRE / Fr. PAULO DE S. THERESA, / INDIGNO FILHO DO SEMINARIO / de Varatojo de Mijsionarios Apostolicos. / [Ornamento

**A DIOGO SOARES**  
SECRETARIO DO CONCELHO  
da Fazenda de S. Magestade, &c.  
auzente, ao Padre Manoel  
Gomes da Silveyra.



*S* muytos desejos, que tive de mandar a V. M. a relatoria deste successo, me obrigirão a fazela em doze dias, antes que estas Nãos, que Deos salve, se partissam. E desculdeyme tanto, por que me tinha dito o Padre Frey Diogo dos Anjos, que soy tambem companheyro, que fazia hum tratado muy copioso, contando mudamente todas as particularidades, que na jornada succederão. E pedindo-lhe em neste tempo para mandar o traslado delle a V. M. me disse, que o não pudera fazer por estar sempre doente, & por que tambem lhe não tinham dado tempo as obrigações da Religião. Este soy o respeito, que me moveo a fazer este, sendo assim q me dá muyta pena escrever qualquer carta larga, quanto mais tantas folhas de papel, mozoamente não sabendo eu o estylo, com que se isto costuma fazer. Pelo que peço a V. M. que antes que o mostre o veja muy mudamente, emendando-lhe o estylo, & o mais de que vir tem necessidade, e levando minhas folhas como amigo. E depois que estiver para se ver em publico, faça o que lhe parecer.

Francisco Vaz Dalmada.

A 2

Pag. 5

**NAUFRAGIO**  
Da Nao S. João Baptista no Cabo de Boa  
Esperança no anno de 1622.



*M* o primeyro dia de Março de seis centes & vinte dous, partimos da barra de Goa a Náo Capitania, de que era Capitaõ mór Nuno Alvares Botelho, & a Náo São João, de que era Capitaõ Pero de Moraes Sarmêto, & depois de termos navegado quinze, ou vinte dias indo-se ver a bomba se acháraõ nella quatorze, ou quinze palmos de agua, & tratando de a esgotar, não foy possível, porque eraõ pequenas as bombas, que a Náo trazia, por serem feytas para hum Galeão, de maneyra que as desfizeraõ, & acrescentáraõ, & nunca pode servir mais que hũa; & com barris fazendo baldes delles a puzemos em estado de quatro palmos, & fomos fazendo nossa viagem com grandes calmarias até vinte cinco graos, que dahi por diante tivemos notaveis frios.

A dezafete de Julho nos apartamos da Náo Capitania de noyte por se lhe não ver o forol: outros dizem, que porque o quizerão fazer os officiaes. De mim fez dizer a V. M. como quem perdia tanto em perder a companhia do Capitaõ mór, que toda a noyte vigiey, & que nunca o vi.

Em dezanove de Julho hum Domingo pela manhã em trinta & cinco graos & meyo largos vimos por nossa proa duas Náos Olandezas, & logo nos fizemos presta, e pondo a Náo em armas, o que nos custou muyto trabalho por estar empachada; de maneyra que ainda aquillo

A 3



# LEITOR.



OFFICIO, e ministerio mais alto, e mais Divino (dizia S. Dionysio Areopagita) he ajudar, e cooperar juntamente com Deos à salvação das almas: *Omnium divinorum divinisimum est cooperari Deo in salutem animarum.* E S. João Chryzostomo: Não ha cousa, em que o homem agrade mais a Deos, nem seja de mayor agrado para este senhor, que o cuidado da salvação das almas: *Nihil enim adeo gratum est Deo, ut salus animarum.* O Attiliano por sua infinita misericordia, e immensa bondade, sem merecimento algum meu, antes com muitos demeritos de culpas, e peccados, se dignou de tirarme da Babilonia do Mundo, e guiar-me com sua Divina luz para o estado Religioso, e para hum Seminário, em que (além da commum obrigação, que todos os Religiosos tem) por particular Instituto, são todos os Religiosos delle obrigados a trabalhar, e occupar-se na empreza da salvação das almas, prézando, confessando, aconselhando, e sobre tudo, edificando aos proximos com seus bons exemplos. Neste ministerio trabalhey em quanto as forças corporais o permittirão; ainda que conheço, e reconheço, que por tibieza, e falta de verdadeiro espirito, não fiz o que devia:

S. Dionys. Hierarch. c. 3.  
S. Dionys. Chryzostom. 40. in Genes.

# S E R M A M D O J U I Z O

Prégado na Igreja de N. Senhora do Loreto. No Anno de 1683.

*ERUNT SIGNA IN SOLE, ET LUNA,  
& Stellis, & in terris pressura gentium. Tunc videbunt  
Filium hominis. Luc. cap. 21.*



CLIPSES nos resplandores do Sol, e desmayos nos lusimentos da Lua, ruinas na firmeza das Estrellas, são os sinais, que hão de preceder ao Juizo final do universo em esse Orbe Celeste, & são os synthomas, de que ha de enfermar o mundo, quando se vir ás portas de seu acabamento; *Sol obscurabitur, & Luna non dabit lumen suum, Stella de Caelo cadent.* E se nos Ceos se hão de ver estes lutos, na terra se verão também estragos, na confusão dos elementos, na inconstancia do mundo, no movimento das agoas, no impeto dos ventos, na pouca estabilidade da terra, & nos impulsos do fogo; & finalmente em todas as creaturas perturbação, ou por se verem acabar, ou porque todas aquelle terrível dia chegarão a sentir; mas, meu Deos, que padeça a pena, quem commetteo a culpa, he justo: porém que sinta os castigos quem não offendeo com peccados, he de admirar! Que os homens por ingratos, & offensores da Magestade Divina experimentem os rigores da sua justiça, porque se não aproveitirão de sua misericordia, he razão: mas q' causa pôde haver, para que as mais creaturas, assim do Orbe Celeste, *Erunt signa in Sole, &c.* como também da esfera da terra: *Et in terris pressura gentium pro confusione sanitus maris;* sejam participantes dos estragos, & castigos, quando não foram complices nas desobediencias á vontade Divina? Será por ventura, para que vejão os homens em effeito, o que não quizerão ver em consideração, quando não tendo conta com a vida, fize-

A ij zão

Páginas extraídas de *Flagello do Peccado*, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1736. As capitulares floreadas são iguais às reproduzidas na falsa-edição de *Tratado do Sucesso que teve a Nao S. Joam Baptista*, supostamente impressa por Pedro Craesbeck, mas saída dos prelos de António Pedroso Galvão, no século XVIII.

## 11. Naufragio da Nao S. Alberto ...

A edição original do *Naufragio da Nao S. Alberto*, cujo único exemplar conhecido em Portugal pertencera a D. Manuel II e se encontra, hoje, guardado no Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, apresenta na portada os seguintes dizeres: NAVFRAGIO / DA NAO S. ALBERTO, / E ITINERARIO DA GENTE, / QVE DELLE SE / SALVOV. / De João Baptista Lava- / nha Cosmographo mor / de Sua Magestade. / DEDICADO AO PRINCEPE / DOM PHILIPPE / NOSSO SENHOR. / EM LISBOA. / Em casa de Alexandre de Siqueira. / ANNO M.D.XCVII. / Com Licença, & Privilegio.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> MANUEL II, D. *Livros antigos portugueses da biblioteca de Sua Magestade Fidelissima*. Londres, Maggs Bros, 3v., 1929-1935; v. 3, p. 407, n° 255. Neste catálogo indica-se que existe outro exemplar desta espécie no Museu Britânico. O Doutor Frei Francisco Leite de Faria em «A Valiosa Biblioteca de D. Manuel II lembrada no cinquentenário da sua Morte» apresenta em apêndice as "Edições que D. Manuel II possuía e A. J. Anselmo não indicou", encontrando-se referida, sob o número 47, a obra de autoria de João Baptista Lavanha,

Pertencem a uma edição apócrifa, executada na primeira metade do século XVIII, as espécies que ostentam na sua folha-de-rostro as seguintes características tipográficas: NAVFRAGIO / DA NAO SANTO ALBERTO, / *E Itenerario da gente, que delle se salvou.* / Por JOAÕ BAPTISTA LAVANHA / Cosmographo mòr de Sua Magestade / DEDICADO / AO PRINCIPE DOM PHILIPPE / NOSSO SENHOR. / [Gravura representando o naufrágio.] / EM LISBOA, / Em Caza de ALEXANDRE DE SIQUEYRA. / ANNO DE 1597.<sup>27</sup>

NAVFRAGIO  
DA NAO S. ALBERTO,  
E ITINERARIO DA GENTE,  
QUE DELLE SE  
SALVOU.

De Ioão Baptista Lavanha  
Cosmographo mòr  
de Sua Magestade.

DEDICADO AO PRINCEPE  
DOM PHILIPPE  
NOSSO SENHOR.

EM LISBOA.

Em caza de Alexandre de Siqueira.  
ANNO M. D. XCVII.

*Com Licença, & Privilegio.*

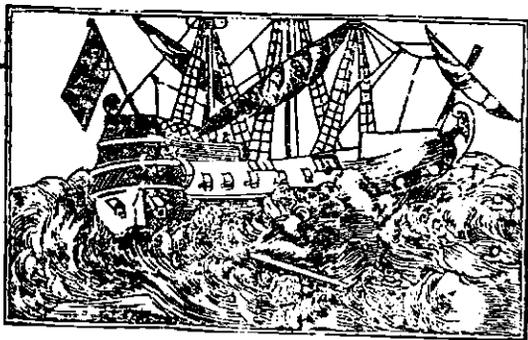
Portada da edição-princeps de *Naufragio da Nao S. Alberto*,  
impressa em Lisboa por Alexandre Siqueira, em 1597.

---

intitulada *Naufragio da Nao S. Alberto* ... Frei Francisco Leite de Faria informa que, além do exemplar de D. Manuel II e o da *British Library*, pôde localizar os seguintes exemplares da edição-princeps: dois na Biblioteca Nacional de Madrid; um na Biblioteca Newberry em Chicago e "provavelmente um na *Hispanic Society of America*, em Nova Iorque". FARIA, Francisco Leite de. «A valiosa biblioteca de D. Manuel II lembrada no cinquentário da sua morte». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, vol. 2, nº 2, Jul.-Dez. 1982, pp. 311 - 337.

<sup>27</sup> O exemplar desta espécie existente na B.N.L. tem a cota Res. 334 V, e o depositado na Biblioteca da Ajuda, está integrado numa miscelânea de impressos do século XVIII, saídos dos prelos de Miguel Rodrigues e José António da Silva, tendo-lhe sido atribuída a cota 55/IV:43<sup>1</sup>.

NAUFRAGIO  
DA NAO SANTO ALBERTO,  
*E Itenerario da gente, que delle se salvou.*  
Por JOAÕ BAPTISTA LAVANHA  
Cosmografo mór de Sua Magestade  
DEDICADO  
AO PRINCIPE DOM PHILIPPE  
NOSSO SENHOR.



EM LISBOA,  
Em Caza de ALEXANDRE DE SIQUEYRA.  
ANNO DE 1597.

Folha-de-rostó da contrafacção de *Naufregio da Nao Santo Alberto*, dada como impressa em Lisboa por Alexandre de Siqueyra, em 1597.

Fol. r.

NAUFRAGIO  
DA NAO SANTO ALBERTO,  
No penedo das Fontes no anno de 1593.



NOTICIA da perdição da Nao Santo Alberto no penedo das Fontes, principio da terra do Natal, & a Relação do caminho, que fizeram em cem dias os Portuguezes; que della se salváraõ, arê o Rio de Lourenço Marques, onde se embarcáraõ para Moçambique, são de grande importancia para nossas Navegaçoens, & para aviso dellas muy necessarias. Porque o Naufragio enfina, como se devem haver os Navegantes em outro, que lhes pôde acontecer, de que remedios proveytofos usaráõ nelle, & quacs são os apparentes, & dannosos de que devem fugir, que prevençoens faráõ para ser menor a perda do Mar, & mais segura a peregrinação por terra, como com menos perigo desembarcáraõ nella, & a causa da perdição desta Nao, que o he qu. si de todas as que se perdem. A relação do caminho mostra qual devea seguir, & deyxar, que apercebimentos faráõ para a sua grandza, & difficuldade, como trataráõ, & communicaráõ com os Calres, com que meyoys faráõ com elles o necessario commercio, & sua barbaçra natureza, & costumes. E para que de coulas tão importantes, & novas se tenha o necessario conhecimento; escrevo este breve tratado, resumindo nelle hum largo cartapacio, que desta viagem fez o Piloto da dita Nao; o qual emmendey, & verifiq. uey com a enformação, que depois me deu Nuno Velho Percyera, Capitão Mór que foy dos Portuguezes nesta jornada. Partio pois a Nao Santo Alberto de Cochim a vinte & hú de Janceyro de mil, & quinhentos & noventa & tres, da qual era Capitão Juliaõ de Faria Cerveyra, Piloto Rodrigo Migueis, & Mestre João Martiõs, & nella vinha para o Reyno Dona Isabel Percyera filha de Francisco Percyera Capitão, & Tanadar mór da

Página inicial da suposta edição quinhentista de *Naufregio da Nao Santo Alberto* ...

António Joaquim Anselmo, em *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no século XVI*, descreve, sob o nº 1065, a contrafacção como se da edição-*princeps* se tratasse, e esta imprecisão repete-se em muitos catálogos, abonada pela indicação de ter sido descrita por António Joaquim Anselmo como a raríssima edição original.<sup>28</sup>

A contrafacção, significativamente diferente da edição-original, apresenta na portada uma xilogravura, representando um naufrágio, que, não sendo igual a nenhuma das gravuras, alusivas a esta temática, impressas nas outras edições-piratas executadas por António Pedroso Galvão,<sup>29</sup> pertence à mesma linha gráfica e estética. A ponderação deste facto, conjugado com os outros motivos que passamos a apresentar como elementos probatórios, levam-nos a imputar a responsabilidade da impressão desta fictícia edição quinhentista a António Pedroso Galvão, embora não tenhamos encontrado nas obras saídas legalmente da sua oficina, que tivemos

<sup>28</sup> Ameal, 1302; *Dicionário Bibliográfico*, t. 3, p. 306, nº 402; *Palha*, 2374; *Pinto de Mattos*, p. 338.

<sup>29</sup> As espécies contrafeitas, que apresentam na portada gravuras de naufrágios, são as seguintes: *Tratado das Batalhas e Sucessos do Galeam Santiago* (pág. 259); *Naufregio do Galeam Grande Sam João* (pág. 270) e *Relação do Lastimoso Naufregio da Nao Conceiçam* (pág. 280).

a possibilidade de compulsar, a capitular ornamentada (letra A) que marca o início do texto do *Naufragio da Nao Santo Alberto* .... e que é o único elemento decorativo presente ao longo das 66 páginas que constituem a espécie.

No entanto, a identidade dos caracteres tipográficos utilizados nesta pseudo-edição quincentista e os impressos em obras produzidas na oficina de António Pedroso Galvão confirmam a paternidade tipográfica da espécie, não sendo alheio à nossa conclusão o conhecimento de que António Galvão esteve implicado na impressão fraudulenta de todas as *Relações de Naufrágios* atrás apresentadas.

Assim, pela apreciação de caracteres tipográficos podemos afirmar que:

1º – O tipo de letra que foi usado na portada da contrafacção de *Naufragio da Nao Santo Alberto* na expressão «AO PRINCIPE DOM PHILIPPE» é igual ao utilizado no nome do autor de *Sermões Panegyricos*, Fr. António de Almeida, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1718. São comuns as letras A; D; E; I; L; M e O, mas todas fazem parte do mesmo abecedário;

S E R M O E N S.  
P A N E G Y R I C O S

D O S

P R I M E Y R O S S E I S M E Z E S  
d o A n n o .

P R I M E Y R A P A R T E ,  
P E L O M U T T O R E F E R E N D O P A D R E

F r . A N T O N I O D E A L M E Y D A ,

Religioso da Sagrada Ordem dos Pregadores, Mestre  
em a Sagrada Theologia, pela lição della, em os Ef-  
tudos gêraes da mesma Ordem, Consultor  
do Santo Officio.

O F F E R E C I D O A O E M I N E N T I S S I M O S E N H O R

N U N O D A C U N H A  
D E A T T A I D E ,

Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma,  
Bispo Inquisidor Geral, Capellão mór de  
S. Magestade, do seu Conselho de Es-  
tado, & do seu Despacho, &c.

L I S B O A O C C I D E N T A L ,  
N.ª Officina de A N T O N I O P E D R O Z O , G A L R A M

Com todas as licenças necessarias.  
Anno de 1718.

2º – Os caracteres tipográficos utilizados, no rosto da suposta edição quinhentista, na expressão «DA NAO SANTO ALBERTO» são rigorosamente iguais aos que foram utilizados nas palavras «EXERCICIOS ESPIRITUAES», que integram o título da obra da autoria do Padre Manuel Bernardes, estampada por António Pedroso Galvão no ano de 1731. São comuns as letras A; E; R; S e T e todas pertencem, comprovadamente, ao mesmo alfabeto;

EXERCICIOS ESPIRITUAES,  
E  
MEDITAÇÕES

DA VIA PURGATIVA;  
SOBRE A MALICIA DO PECCADO, VAIDADE  
do Mundo, miserias da vida humana, & quatro  
Novissimos do Homem.

*Com huma instrução breve do modo pratico, com que os prin-  
cipiantes podem exercitar a Oração mental, & resolução  
das principaes duvidas, que nella occorrem.*

Divididas em duas Partes.

ESCRITAS

Pelo P. MANOEL BERNARDES,  
da Congregação do Oratorio de N.S. d'Assum-  
ção da Cidade de Li·boa.

*Terceyra Impressão.*

PRIMEYRA PARTE.



LISBOA OCCIDENTAL:  
Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

M DCC. XXXI.

*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Portada de *Exercicios Espirituaes*, obra da autoria do Padre Manuel Bernardes, publicada em Lisboa por António Pedroso Galvão, em 1731.

3º – Na portada da contrafacção, o itálico utilizado na expressão «*E itinerario da gente, que delle se salvou*» é exactamente igual ao reproduzido no rosto de *Eva, e Ave, ou Maria Triunfante* ..., nas expressões «*Em que se representam os dous estados do Mundo*»; «*Accrescentado nesta quinta impressão com o Dominio sobre a Fortuna*»; e «*Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real*».

Note-se, também, que o local de edição «LISBOA» é impresso, nas duas espécies, com o mesmo tipo de letra.

EV A, E AVE,  
O U  
MARIA TRIUNFANTE.  
THEATRO DA ERUDIÇAM,  
& Filofofia Chriftã.

*Em que fe representaõ os dous estados do Mundo:*

CAHIDO EM EVA,  
E LEVANTADO EM  
A V E.

PRIMEYRA, E SEGUNDA PARTE,  
OFFERECIDA

AO EMINENTISSIMO SENHOR

NUNO DA CUNHA DE ATTAIDE,  
Presbytero Cardeal da Santa Igreja de Roma, Bispo In-  
quisidor Géral, Capelaõ mòr de S. Magestade, do feu  
Conselho de Estado, & do feu Despacho, &c.

ESCREVIA

ANTONIO DE SOUSA DE MACEDO

*Accrescentado nesta quinta impressaõ com o Dominio sobre a Fortuna.*



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

M.D.CCXXXIV.

*Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real.*

A' custa de Miguel de Almeйда de Vasconcellos, Livreyro das  
Tres Ordens Militares.

### 5.1.2. Nova Floresta

*Nova Floresta* – "a obra mais popular do Padre Manuel Bernardes",<sup>30</sup> segundo a expressão de Maria de Lourdes Belchior – foi publicada em cinco tomos, entre 1706 e 1728. Os três primeiros volumes saíram da oficina tipográfica de Valentim da Costa Deslandes e os dois últimos dos prelos de José António da Silva. Os tomos estampados por Valentim da Costa Deslandes foram objecto de contrafacções sucessivas na oficina de José António da Silva, sob a *fausse-adresse* do verdadeiro impressor.

Xavier da Cunha, em *Impressões Deslandesianas*, denuncia uma situação de fraude editorial relativa aos três primeiros tomos desta obra, mas desconhece a existência de uma segunda contrafacção desses volumes, também da responsabilidade do mesmo impressor. Às hipóteses explicativas propostas por Xavier da Cunha para justificar aquele caso de clandestinidade editorial, certamente consentido pela própria Congregação do Oratório, nada temos a acrescentar, pois também consideramos que subjacente a qualquer uma das situações de ilegalidade editorial esteve "o desejo de evitar delongas inerentes ao processo de novas Informações e Licenças",<sup>31</sup> e que a prática da fraude foi favorecida pelo facto de "na oficina de Joseph António da Sylva existir (muito adequado para simular a edição-*princeps*) o material tipográfico da Oficina Deslandesiana".<sup>32</sup>

A identificação dos volumes que foram objecto da contrafacção e o estabelecimento das datas prováveis da sua impressão só é possível se reconstituirmos a história da publicação da edição-*princeps* de *Nova Floresta*. Valentim da Costa Deslandes, que em 1715 deixou de se dedicar à arte tipográfica,<sup>33</sup> foi o responsável pela publicação dos três primeiros volumes, que apresentam nas respectivas portadas as seguintes características tipográficas:

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS /  
fentencio fos e fpirituaes, & moraes; / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina fe  
acompanha com o vario da / erudição a f fim divina como humana: / *offerecida, & dedicada* /  
A SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA / MARIA / Santi f fima Senhora No f fa / PELO  
PADRE MANOEL BERNARDEZ DA / Congregaçõ do Oratorio de Lisboa. / PRYMEIRO  
TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA. /

---

<sup>30</sup> BELCHIOR, Maria de Lourdes. «BERNARDES, P. Manoel.» (s. v.). In COELHO, Jacinto do Prado, dir. *Dicionário de Literatura*. Porto, Figueirinhas, 3ª ed., 5 vols., 1984; vol. 1, p. 98.

<sup>31</sup> CUNHA, Xavier da. *Ob.cit.*, t. II, p. 949.

<sup>32</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 949. Quando, em 1715, Valentim da Costa Deslandes abandonou a actividade tipográfica, grande parte do material da sua oficina foi comprado pelo impressor Pascoal da Silva, pai de José António da Silva. Após a morte de Pascoal da Silva, ocorrida em 1725, seu filho tomou conta da oficina e continuou a usar o material proveniente da Oficina Deslandesiana. Cf. CUNHA, Xavier da. *Ob.cit.*, t. II, p. 997-999.

<sup>33</sup> Em 10 de Dezembro de 1715, Pascoal da Silva é nomeado "official de Empreñor da Caza Real por desistencia que delle fez Vallentim da Costa Deslandes". Cf. Alvará de 10 de Dezembro de 1715, contido no Liv. II de Mercês de D. João V, *cit. in* CUNHA, Xavier da. *Ob.cit.*, t. II, p. 997.

Tranca.] / Na Officina de VALENTIM DA COSTA DESLANDES. Impreſſor de S. Mageſtade. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.* Anno M.DCC.VI.<sup>34</sup>

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS / ſentencioſos e ſpirituaes, & moraes; COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina ſe acompanha com o vario da / erudição, a ſim divina, como humana: / *Offerecida, & dedicada* / Á SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA / MARIA / SANTISSIMA SENHORA NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA / Congregação do Oratorio de Lisboa. / SEGVNDO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA. / [Tranca] / Na Officina de VALENTIM DA COSTA DESLANDES, Impreſſor de S. Mageſtade. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.* Anno M.DCC.VIII.<sup>35</sup>

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS / ſentencioſos e ſpirituaes, & moraes; / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina ſe acompanha com o vario da / erudição, a ſim divina, como humana: / *Offerecida, & dedicada* / Á SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA / MARIA / SANTISSIMA SENHORA NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA / Congregação do Oratorio de Lisboa. / TERCEYRO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA. / [Tranca.] / Na Officina Real DESLANDESIANA, Anno M.DCC.XI. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.*<sup>36</sup>

Importa notar que o ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório, que ilustra as portadas destas espécies, é diferente nos três tomos: nos dois primeiros as marcas da Congregação têm forma oval e, embora sejam nítidas as suas diferenças, pertencem à mesma família estética; no tomo terceiro a xilogravura reproduzida, de forma circular, é significativamente distinta.

---

<sup>34</sup> Localizámos dois exemplares desta edição: um na Biblioteca Nacional de Lisboa, núcleo de Reservados sob a cota 3012 P (tem marca-de-posse do Colégio do Barro); outro na Biblioteca da Ajuda, cota 73.VI.24.

<sup>35</sup> B.N.L., Trunc. 76 P e Trunc. 79 P.

<sup>36</sup> B.N.L., F. A. 1250V.

# NOVA FLORESTA,

OU

SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS  
sentenciosos espirituaes, & moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da  
crudição assim divina como humana:

*offerecida, & dedicada*

A SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA

## MARIA

Santissima Senhora Nossa

PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA  
Congregação do Oratorio de Lisboa.

PRIMEYRO TOMO.



LISBOA.

Na Officina de VALENTIM DA COSTA DESLANDES, Impressor de S. Magalhães.  
Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real. Anno M. DCC. VI.

# NOVA FLORESTA,

OU

SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS  
sentenciosos espirituaes, & moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da  
crudição, assim divina, como humana:

*Offerecida, & dedicada*

A' SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA

## MARIA

SANTISSIMA SENHORA NOSSA,

PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA  
Congregação do Oratorio de Lisboa.

SEGUNDO TOMO.



LISBOA. Alberto

Na Officina de VALENTIM DA COSTA DESLANDES, Impressor de S. Magalhães.  
Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real. Anno M. DCC. VIII.

Rostos dos 1º e 2º tomos da edição-princeps de *Nova Floresta*, impressos em Lisboa nos prelos deslandesianos, em 1706 e 1708.

# NOVA FLORESTA,

OU  
SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS  
sentenciosos espirituaes, & moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da  
erudição, assim divina, como humana:

*Offerecida, & dedicada*

À SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA

## MARIA

SANTISSIMA SENHORA NOSSA,  
PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA  
Congregação do Oratorio de Lisboa.

TERCEYRO TOMO.



L I S B O A

Na Officina Real DESLANDESIANA, Anno M.DCC.XL  
*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

*Super M. Emidia de Seagracia*  
*Finalis*

Rosto do 3º tomo da edição-princeps de *Nova Floresta*, impresso em Lisboa na  
Officina Real Deslandesiana, em 1711.

Os tomos quarto e quinto, publicados respectivamente em 1726 e 1728, foram impres-  
sos por José António da Silva, mas a mudança de impressor não pôs em causa a unidade  
gráfica e estética da edição original de *Nova Floresta*, pois, como atrás referimos, José Antó-  
nio da Silva possuía grande parte do material gráfico que pertencera à oficina deslandesiana.  
Estes tomos apresentam nas portadas respectivas os seguintes dizeres:

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS /  
sentenciosos e spirituaes, e moraes; / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina se  
acompanha com o vario da / erudição, assim divina, como humana: / *Offerecida, e dedi-  
cada* / À SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA / MARIA / SANTISSIMA SENHORA  
NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDES / da Congregação do Oratorio de Lisboa  
Occidental. / QUARTO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do  
Oratório.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA. /  
[Tranca.] / Anno M.DCC.XXVI. / *Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*<sup>37</sup>

<sup>37</sup> B.N.L., P. 5882 P e F.A. 1251 V. O exemplar que pertenceu à biblioteca de Fialho de Almeida não possui rosto. Pela análise da obra não nos oferece dúvida que se trata da primeira edição do tomo IV.

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS /  
 sentenciosos e spirituaes, e moraes; COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina se  
 acompanha com o vario da / erudição, assim Divina, como humana: / *Offerecida, e dedi-*  
*cada* / Á SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA / MARIA SANTISSIMA / SENHORA  
 NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDES / da Congregação do Oratorio de  
 Lisboa. / QUINTO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do  
 Oratório] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA; /  
 M.DCC.XXVIII. / *Com as licenças neceffarias.*

A vinheta (emblema dos Oratorianos) que embeleza o rosto destes tomos é muito parecida com a reproduzida na portada do terceiro tomo, estampado na «Officina Real Deslandesiana». Não se tratando da mesma gravura, houve a preocupação nítida de a imitar, e, num primeiro contacto, é fácil não nos apercebermos das diferenças de pormenor que as distinguem.

# NOVA FLORESTA,

OU  
 SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS  
 sentenciosos, e moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da  
 erudição, assim divina, como humana:

*Offerecida, e dedicada*

À SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA

# MARIA

SANTISSIMA SENHORA NOSSA,  
 PELO PADRE MANOEL BERNARDES  
 da Congregação do Oratorio de Lisboa Occidental

QUARTO TOMO.



Bibl. Coll. Celobir. S. J.

LISBOA OCCIDENTAL,  
 Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,

Anno de M. DCCXXVI.

*Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real.*

Portada do 4º tomo da edição-original de *Nova Floresta*, impressa em Lisboa por José António da Silva, em 1726.

# NOVA FLORESTA,

OU  
 SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS  
 sentenciosos espirituæes, e moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da  
 erudição, assim Divina como humana:

*Offerecida, e dedicada*

À SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA

# MARIA SANTISSIMA

SENHORA NOSSA,  
 PELO PADRE MANOEL BERNARDES  
 da Congregação do Oratorio de Lisboa.

QUINTO TOMO.



LISBOA OCCIDENTAL,  
 Na Officina DE JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,  
 M.DCCXXVIII.

Rosto do 5º tomo da edição-princeps de *Nova Floresta*, saída dos prelos de José António da Silva, em 1728.

Entre a publicação do tomo primeiro e do tomo quarto decorreram precisamente vinte anos, facto que não pode deixar de ser ponderado quando nos damos conta da existência de uma primeira contrafacção dos primeiros três tomos de *Nova Floresta*. José António da Silva, devidamente autorizado para imprimir o quarto e quinto volumes, e ciente da extinção da Oficina Deslandesiana, sentiu-se tentado a reproduzir os primeiros volumes, à medida que iam faltando no mercado exemplares da primeira edição. Dando mostras de um sentido apurado de oportunidade comercial, José António da Silva pôs à disposição dos seus clientes, se bem que por processos pouco ortodoxos, uma das obras mais procuradas do Padre Manuel Bernardes. Assim, segundo cremos, em data posterior a 1725,<sup>38</sup> e presumivelmente entre a publicação do IV e V tomos (1726-1728), José António da Silva procedeu à contrafacção do primeiro e segundo tomos de *Nova Floresta*. Fundamentamos a nossa afirmação nos seguintes factos: A vinheta ornamental (emblemática da Congregação do Oratório) que figura no rosto do tomo quarto encontra-se em perfeito estado de conservação, o que não se verifica quando foi reproduzida dois anos mais tarde na portada do tomo quinto, pois encontra-se fracturada no rebordo. No rosto das contrafacções do primeiro e segundo tomos foi reproduzida a mesma xilogravura, encontrando-se ainda em estado impecável, pelo que podemos aceitar a data de 1728 como *terminus ad quem* de tais edições. A composição destes tomos difere significativamente da edição original. Se o cotejo minucioso entre as duas edições nos permite afirmar que as divergências se registam ao longo de todo o texto, um confronto ainda que rápido das folhas-de-rosto torna perceptível, de imediato, essa realidade. Constam das portadas do primeiro e do segundo tomos desta edição fraudulenta de *Nova Floresta* os seguintes dizeres:

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS /  
 fentencio fos e fpirituaes, e moraes; / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina fe  
 acompanha com o vario da / erudição, a f fim Divina, como humana: / OFFERECIDA, E  
 DEDICADA / Á SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA / MARIA / SANTISSIMA  
 SENHORA NOSSA / PELO PADRE MANOEL BERNARDES / da Congregaçã do Orato-  
 rio de Lisboa. / PRIMEIRO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação  
 do Oratório.] / LISBOA. / [Tranca] / Na Officina de VALENTIM DA COSTA DESLANDES,  
 Impre f for de S. Mage f tade. / Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real. Anno  
 M.DCC.VI.<sup>39</sup>

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS /  
 fentencio fos e fpirituaes, e moraes; / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina fe

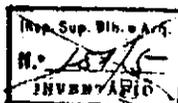
<sup>38</sup> Esta data é fixada tendo em atenção os seguintes dados: José António da Silva, tomou conta da oficina tipográfica de seu pai, Pascoal da Silva, após a sua morte, que ocorreu entre os dias 3 e 10 de Maio de 1725, conforme se pode verificar pela *Gazeta de Lisboa*. O último número impresso por Pascoal da Silva [nº 18] tem a data de 5ª feira, 3 de Maio de 1725. Do nº 19 (5ª feira, 10 de Maio de 1725) até ao nº 37 (13 de Setembro de 1725) a *Gazeta* foi impressa na «Officina dos Herdeiros de Pascoal da Silva». O nº 38, de 20 de Setembro de 1725, é o primeiro número impresso na «Officina de Joseph Antonio da Sylva». Cf. CUNHA, Xavier da. *Ob. cit.*, t. II, p. 924.

<sup>39</sup> B.N.L., Trunc. 78 P e F.A. 1248 V.



NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA / Congregação do Oratorio de Lisboa. / TERCEYRO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório] / LISBOA / [Tranca.] / Na Officina Real DESLANDESIANA. Anno M.DCC.XI. / *Com todas as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*<sup>41</sup> A sua impressão deve ter ocorrido em data posterior à da publicação do quinto tomo (1728), pois no rosto reaparece a mesma vinheta deteriorada. O mau estado de conservação da gravura reproduzida na portada desta espécie, sensivelmente idêntico ao do tomo quinto, impresso legalmente na oficina de José António da Silva em 1728, permite-nos sugerir a hipótese de a sua impressão ter sido executada ao redor de 1728.

NOVA  
**FLORESTA,**  
 O U  
 SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E IDITOS  
 sentenciosos espirituacs, & moracs;  
 COM REFLEXOENS,  
 Em que o util da doutrina se acompanha como o vario da  
 crudição, assim divina, como humana:  
*Offerecida, & dedicada a* 1728  
 A' SOBERANA MÃE DA DIVINA GRAÇA  
**MARIA**  
 SANTISSIMA SENHORA NOSSA,  
 PELO PADRE MANOEL BERNARDEZ DA  
 Congregação do Oratorio de Lisboa.  
 TERCEYRO TOMO.



Bibl. Coll. Celobr. S. J.

LISBOA

Na Officina Real DESLANDESIANA, Anno M.DCC.XI;  
*Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real.*

Rosto da contrafacção do terceiro tomo de *Nova Floresta*. saído dos prelos de José António da Silva.

Concluimos, assim, que à data da publicação da primeira edição do quarto e quinto volumes de *Nova Floresta*, José António da Silva reimprimiu clandestinamente os três primeiros tomos desta obra [2ª edição], para fazer face às solicitações do mercado e recolher os dividendos financeiros que a operação, garantidamente, lhe proporcionava.

<sup>41</sup> B.N.L., Res. 3009 P (marca-de-posse do Colégio de Campolide) e P. 5881 P; B.A. 73-VI-26.

O interesse com que esta obra foi acolhida pelos leitores do século XVIII levou a que, cerca de vinte anos mais tarde, José António da Silva fizesse uma nova edição de *Nova Floresta*.

Curiosamente, depara-se-nos uma situação idêntica à anterior. Se os tomos quarto e quinto saíram legalmente da oficina tipográfica de José António da Silva, o mesmo não se pode afirmar dos dois primeiros,<sup>42</sup> que foram dados como impressos na oficina de Valentim da Costa Deslandes. A despreocupação do impressor face à sua implicação neste caso de fraude editorial é notória, porque no rosto de todos os tomos usou a mesma xilogravura emblemática da Congregação do Oratório.

Destes volumes, que, de facto, correspondem à terceira edição do primeiro e do segundo tomos, e à segunda do quarto e quinto, apresentamos as respectivas descrições bibliográficas:

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS / sentenciosos e spirituaes, e moraes / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da / erudição, a fim Divina, como humana: / OFFERECIDA, & DEDICADA / Á SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA / MARIA / SANTISSIMA SENHORA NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDES / da Congregação do Oratorio de Lisboa. / PRIMEIRO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA. / [Tranca.] / Na Officina DE VALENTIM DA COSTA DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageſtade. Com todas as licenças neceſſarias, e privilegio Real. / Anno M.DCC.VI.<sup>43</sup>

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS / sentenciosos e spirituaes, e moraes; / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da eru- / dição, a fim Divina, como humana: / *Offerecida, e dedicada* / Á SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA / MARIA SANTISSIMA / SENHORA NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDES / da Congreg. do Oratorio de Lisboa. / SEGUNDO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA: / Na Officina DE VALENTIM DA COSTA DESLANDES, Impreſſor de S. Mag. An. 1708. / *Com todas as licenças neceſſarias. e Privilegio Real.*<sup>44</sup>

NOVA / FLORESTA, / OU SILVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS; E DITOS / sentenciosos, e moraes; / COM REFLEXOENS. / Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da erudição, a fim divina, como humana: *Offerecida, e dedicada* / Á SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA / MARIA / SANTISSIMA SENHORA NOSSA, / PELO

<sup>42</sup> Não localizámos, em nenhuma das bibliotecas em que nos foi possível trabalhar, um terceiro volume de *Nova Floresta* que pertença a esta edição, e nos catálogos consultados, onde as descrições das espécies são feitas com rigor, também não tivemos a sorte de o ver descrito. Desconhecemos se se procedeu à sua impressão, mas admitimos a hipótese que não se tivesse efectuado a sua reedição, pois apercebemo-nos de que há muitas colecções truncadas por falta do terceiro volume.

<sup>43</sup> B.N.L., Res. 3007P (marca-de-posse do Colégio de Campolide) e Res. 3013P.

<sup>44</sup> B.N.L., Res. 3013P (marca-de-posse do Colégio de Campolide); B.A. 73-VI-25.

PADRE MANOEL BERNARDES / da Congregação do Oratorio de Lisboa Occidental. / QUARTO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA, / [Tranca.] / Anno de M.DCCXXVI. / *Com todas as licenças neceffarias, & Privilegio Real.*<sup>45</sup>

NOVA / FLORESTA, / OU / SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS / sentenciofos e fpirituaes, e moraes; / COM REFLEXOENS, / Em que o util da doutrina fe acompanha com o vario / da erudição, affim Divina, como humana: / *Offerecida, e dedicada* / Á SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA / MARIA SANTISSIMA / SENHORA NOSSA, / PELO PADRE MANOEL BERNARDES / da Congregação do Oratorio de Lisboa. / QUINTO TOMO. / [Ornamento xilográfico emblemático da Congregação do Oratório.] / LISBOA, / Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real. / [Tranca.] / M.DCC.XLVII. / *Com todas as licenças neceffarias.*<sup>46</sup>

# NOVA FLORESTA,

OU

SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS  
sentenciofos e fpirituaes, e moraes,

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina fe acompanha com o vario da  
erudição, affim Divina, como humana:

*OFFERECIDA, E DEDICADA*

A' SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA

## MARIA

SANTISSIMA SENHORA NOSSA

PELO PADRE MANOEL BERNARDES  
da Congregação do Oratorio de Lisboa.

PRIMEIRO TOMO



LISBOA.

Na Officina DE VALENTIM DA COSTA DESLANDES, Impressor de Sua Magestade,  
*Com todas as licenças neceffarias, e privilegio Real, Anno M. DCC. VI.*

# NOVA FLORESTA,

OU

SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS, E DITOS  
sentenciofos e fpirituaes, e moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina fe acompanha com o vario da eru  
dição, affim Divina, como humana:

*Offerecida, e dedicada*

A' SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA

## MARIA SANTISSIMA

SENHORA NOSSA

PELO PADRE MANOEL BERNARDES  
da Congrèg. do Oratorio de Lisboa.

SEGUNDO TOMO.



LISBOA:

Na Officina de VALENTIM DA COSTA DESLANDES, Impressor de S. Mag. An, 1706;  
*Com as licenças neceffarias, e Privilegio Real.*

Rostos do 1º e 2º tomos de *Nova Floresta*, dados como impressos em Lisboa por Valentim da Costa Deslandes, mas realmente correspondentes à segunda contrafacção executada na oficina de José António da Silva.

<sup>45</sup> B.N.L., Res. 3010P (Colégio de Campolide); B.A. 73-VI-27.

<sup>46</sup> B.N.L., Res. 3011P ((marca-de-posse do Colégio de Campolide); B.A. 73-VI-28.

# NOVA FLORESTA,

OU  
SILVA DE VARIOS APOPTHEGMAS, E DITOS  
sentenciosos, e moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da  
erudição, assim divina, como humana:

*Offerecida, e dedicada*

A' SOBERANA MÃY DA DIVINA GRACA

# M A R I A

SANTISSIMA SENHORA NOSSA,  
PELO PADRE MANOEL BERNARDES  
da Congregação do Oratorio de Lisboa Occidental,

QUARTO TOMO.



LISBOA OCCIDENTAL,  
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,

Anno de M DCC XXVI.

*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

# NOVA FLORESTA,

OU  
SYLVA DE VARIOS APOPTHEGMAS, E DITOS  
sentenciosos espirituaes, e moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario  
da erudição, assim Divina, como humana:

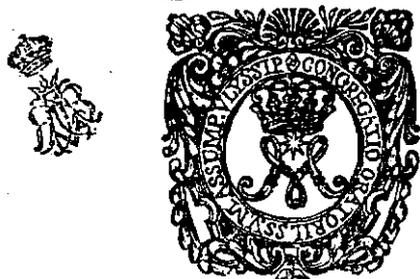
*Offerecida, e dedicada*

A' SOBERANA MÃY DA DIVINA GRACA

# MARIA SANTISSIMA

SENHORA NOSSA,  
PELO PADRE MANOEL BERNARDES  
da Congregação do Oratorio de Lisboa.

QUINTO TOMO.



LISBOA,  
Na Regia Officina SYLVIANA, e da Academia Real.

M. DCC. XLVII.

*Com todas as licenças necessarias.*

Rostos do 4º e 5º tomos de *Nova Floresta*, impressos legalmente na officina de José António da Silva.

Para fixarmos a data aproximada da impressão desta edição-falsa de *Nova Floresta* (1º e 2º tomos), temos de socorrer-nos da data impressa no pé-de-impreza do tomo quinto (1747), pois, no quarto volume, um lapso deu origem a um erro de datação. tendo-se mantido a data que figura no rosto da primeira edição desse volume (1726). Pela uniformidade gráfica e estética entre todos os volumes, somos levada a pensar que os tomos foram impressos em datas muito próximas. A inexistência de dados seguros, que nos permitam fixar a data em que cada tomo foi estampado, leva-nos a afirmar que a sua publicação ocorreu à volta de 1747.

As diferentes edições e contrafacções de *Nova Floresta*, publicadas entre 1706 e 1747, podem ser ordenadas com a seguinte sequência cronológica (indicamos entre parêntesis o nome do respectivo verdadeiro impressor):

1706	–	Edição original do 1º tomo	(Valentim da Costa Deslandes)
1708	–	Edição original do 2º tomo	(Valentim da Costa Deslandes)
1711	–	Edição original do 3º tomo	(Oficina Deslandesiana)
1726	–	Edição original do 4º tomo	(José António da Silva)
1726 ?	–	Contrafacção do 1º tomo	(José António da Silva)
1727 ?	–	Contrafacção do 2º tomo	(José António da Silva)
1728	–	Edição original do 5º tomo	(José António da Silva)
1728 ?	–	Contrafacção do 3º tomo	(José António da Silva)
1747 ?	–	Contrafacção (2ª) do 1º tomo	(José António da Silva)
1747 ?	–	Contrafacção (2ª) do 2º tomo	(José António da Silva)
1747 ?	–	Segunda edição do 4º tomo	(José António da Silva)
1747	–	Segunda edição do 5º tomo	(José António da Silva)

Em 1759, saiu da «Regia Officina Sylviana, e da Academia Real» o primeiro tomo de *Nova Floresta*, indicando-se que se tratava da «Quarta Impressão». Albino Forjaz de Sampaio, em *Manoel Bernardes, a sua vida e a sua obra*, assinala a publicação desta edição de *Nova Floresta*, acrescentando a seguinte informação:

Da Nova Floresta saiu 4ª edição, não logrando os bibliógrafos descrever a 2ª e 3ª, em Lisboa de 1759 a 60 <sup>47</sup>(...).

---

<sup>47</sup> SAMPAIO, Albino Forjaz de, dir. *Manoel Bernardes. A sua vida e obra*. Lisboa, Diário de Notícias, 1927, [p. 6.].

NOVA  
FLORESTA,

OU

SYLVA DE VARIOS APOPHTHEGMAS,  
e ditos sentenciosos espirituaes, e moraes;

COM REFLEXOENS,

Em que o util da doutrina se acompanha com o vario da  
erudição affim divina, como humana:

*Offerecida, e dedicada*

A' SOBERANA MÃY DA DIVINA GRAÇA

MARIA

SANTISSIMA SENHORA NOSSA,

Pelo P. MANOEL BERNARDES  
da Congregação do Oratorio de Lisboa.

PRIMEIRO TOMO.

QUARTA IMPRESSÃO.



LISBOA,

Na Regia Officina SYLVIANA, e da Acaçademia Real.

Anno MDCCLIX.

*Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real.*

Portada da 4ª edição de *Nova Floresta*, impressa em Lisboa na Regia Officina Sylviana, em 1759.

Pensamos estar esclarecido este enigma bibliográfico relacionado com a segunda e terceira edições de *Nova Floresta*.

### 5.1.3. *Luz e Calor*

Em 1696, por carta-privilégio de D. Pedro II, o impressor Miguel Deslandes obteve um alvará para imprimir a obra *Luz e Calor*, de autoria do Padre Manuel Bernardes. Foi, assim, estampada na sua oficina a obra que apresenta na portada os seguintes dizeres: LUZ, E CALOR. / OBRA ESPIRITUAL / Para os que tratão do exercicio de virtudes, & caminho / de perfeição, / DIVIDIDA EM DUAS PARTES. / Na Primeira se procura communicar ao entendimento LUZ de / muytas verdades importantes. por meyo de Doutrinas, Sen- / tenças, Indu (trias, & Dictames e (spirituaes. / Na Segunda se procura communicar á vontade CALOR do Amor / de Deos, por meyo de Exhortações. Exemplos. Meditações. / Colloquios, & Jaculatorias. / *ESCRITA* / Pelo P. MANUEL BERNARDEZ, / Da Congregaçã do Oratorio, / *Que dedica, & offerece* / A SOBERANA. E CLEMENTISSIMA SENHORA DE TODAS AS CREATURAS / MARIA / Sacratif (sima concebida em re (plendores de Graça, & incen- / dios de Amor Divino no prymeiro in (stante do seu fer. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impre (for de Sua Magestade. / *Com todas as licenças nece (sarias, & Privilegio Real.* Anno M.DC.XCVI.<sup>48</sup>

Compulsámos exemplares desta obra, com as mesmas indicações tipográficas, que diferem, significativamente, da espécie acima descrita. A análise comparativa das duas edições torna patente as diferenças que as distinguem quanto a caracteres tipográficos e material iconográfico utilizados, pelo que cremos poder concluir que *Luz e Calor* foi objecto de contrafacção. Tal facto passou despercebido a Brito Aranha, que, ao registar a existência de três edições de *Luz e Calor* datadas de 1696, afirma:

Nesse ano também se fizeram três edições desta obra do padre Bernardes, o que não era vulgar e prova a fama de tão erudito e imaginoso escritor.<sup>49</sup>

Da edição-falsa de *Luz e Calor*, que mantém o mesmo número de páginas da edição-princeps (20 inum. + 588 pp. + 14 de índices) embora não respeite rigorosamente a mesma distribuição de texto por página, podemos apresentar a seguinte descrição bibliográfica: LUZ, E CALOR. / OBRA ESPIRITUAL / Para os que tratao do exercicio de virtudes, e caminho / de perfeição, / DIVIDIDA EM DUAS PARTES. / Na Primeira se procura communicar ao entendimento LUZ de / muitas verdades importantes, por meyo de Doutrinas, Sen- / tenças, Indu (trias, e Dictames e (spirituaes. / Na Segunda se procura communicar á vontade CALOR do Amor / de Deos, por meyo de Exhortaçoes. Exemplos. Meditaçoës. / Colloquios, e Jaculatorias. / *ESCRITA* / Pelo P. MANUEL BERNARDEZ. / Da Congregaçã do Oratorio, / *Que dedica, e offerece* / A SOBERANA, E CLEMENTISSIMA SENHORA DE TODAS AS CREATURAS / MARIA / Sacratif (sima concebida em re (plendores de Graça, e incen- / dios de Amor Divino no primeiro in (stante do seu fer. / [Ornamento tipográfico.] / LISBOA, / Na

<sup>48</sup> Localizámos os seguintes exemplares: B.N.L., Var. 1142P e Rel. 23911V; B.A. 6-VI-1. A sua descrição figura nos seguintes catálogos: *Manoel dos Santos*, 25; *Dr. João Rodrigues Mathias Serra*, 799; e *Cat. de Livros Seleccionados*. Pref. Visconde da Trindade, Mundo do Livro, nº 2 (1952). nº 1579.

<sup>49</sup> SILVA, Inocência Francisco da, *et alii. Ob. cit.*, t. XVI, p. 136

Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageſtade. / Com todas as licenças neceſſarias, e Privilegio Real. Anno M.DC.XCVI.<sup>50</sup>

# LUZ, E CALOR. OBRA ESPIRITUAL

Para os que tratão do exercicio de virtudes, & caminho de perfeição,

DIVIDIDA EM DUAS PARTES.

Na Primeyra ſe procura communicar ao entendimento LUZ de muitas verdades importantes, por meyo de Doutrinas, Sentenças, Induſtrias, & Dictames eſpirituaes.

Na Segunda ſe procura communicar à vontade CALOR do Amor de Deos, por meyo de Exhortações, Exemplos, Meditações, Colloquios, & Jaculatorias.

ESCRITA

Pelo P. MANOEL BERNARDEZ,

Da Congregação do Oratorio,

Que dedica, & offerece

A SOBERANA, E CLEMENTISSIMA SENHORA DE TODAS AS CREATURAS

# MARIA

Sacratiffima concebida em reſplendores de Graça, & incendios de Amor Divino no primeyro instante de ſeu ſer.



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impreſſor de Sua Mageſtade.

Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.  
Anno M. D. C. XCVI.

Portada da edição-princeps de *Luz e Calor*, impressa em Lisboa por Miguel Deslandes, em 1696.

# LUZ, E CALOR. OBRA ESPIRITUAL

Para os que tratão do exercicio de virtudes, e caminho de perfeição,

DIVIDIDA EM DUAS PARTES.

Na Primeira ſe procura communicar ao entendimento LUZ de muitas verdades importantes, por meyo de Doutrinas, Sentenças, Induſtrias, e Dictames eſpirituaes.

Na Segunda ſe procura communicar à vontade CALOR do Amor de Deos, por meyo de Exhortações, Exemplos, Meditações, Colloquios, e Jaculatorias.

ESCRITA

Pelo P. MANOEL BERNARDEZ,

Da Congregação do Oratorio,

Que dedica, e offerece

A SOBERANA, E CLEMENTISSIMA SENHORA DE TODAS AS CREATURAS

# MARIA

Sacratiffima concebida em reſplendores de Graça, e incendios de Amor Divino no primeiro instante de ſeu ſer.



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impreſſor de Sua Mageſtade.

Com todas as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.  
Anno M. D. C. XCVI.

Rosto da contrafacção de *Luz e Calor*, impressa no século XVIII.

<sup>50</sup> B.N.L., Res. 1837P (Marca-de-posse do Colégio do Barro); B.A. 6-VI-2.

algum pensamento immundo  
froxamente resistido, ou al-  
gũa rebeldia da vontade con-  
tra a de n'os; superiores; co-  
mo se o Senhor disse: Olha,  
que te deyxarey cair manife-  
stamente, se te nã emendas.  
2. Humilhar n'os orgulho,  
dandonos a conhecer por ex-  
periencia n'osã vileza, & fra-  
gilidade. 3. Diminuir em nos-  
tos corpos o inimigo humor,  
que nos impugna, & sollicita.  
4. Desafervorar a sanha do de-  
monio, em quem, por aquella  
vingança se aplaca algum pou-  
co a febre da ira, com que de-  
seja o n'osã dano. 5. Excitar-  
nos a pedir, & procurar o pre-  
cioso dom da perfeyta castida-  
de. E outros fins, que n'os nã  
alcançamos.

## XXIX.

Quando te sentes entrado da  
tristeza, juntamente com aze-

dia de coração, & tumulto de  
pensamentos, & tenções con-  
tra os proximos, & defalentos,  
& delconfianças do proprio a-  
proveytamento, faze tres cou-  
sas. 1. Crer de certo, que o es-  
pirito maligno se chegou, & te  
assombra. 2. Ver que importa  
muyto nã deyxar possuirte  
dessa tentação, porque he hum  
nordeste seco, & frigidissimo,  
que corta, & queyma todo o  
verdor, & flores da alma. 3.  
Pegar logo, ou mental, ou vo-  
camente de varios Psalmos, ou  
qualesquer outros louvores de  
Deos, indo discorrendo por  
suas perfeições, & beneficios;  
& continuar com a paz, & pau-  
za, que pudeses, ainda que  
seja contra vontade, & sem  
gosto sensível. Porque nã po-  
derá o inimigo sustentar muy-  
to tempo esta musica a seus  
ouvidos odiosissima.



SE

algum pensamento immundo  
froxamente resistido, ou al-  
gũa rebeldia da vontade con-  
tra a de n'os superiores; co-  
mo se o Senhor disse: Olha,  
que te deixarey cair manife-  
stamente, se te nã emendas.  
2. Humilhar n'os orgulho,  
dandonos a conhecer por ex-  
periencia n'osã vileza, e fra-  
gilidade. 3. Diminuir em nos-  
tos corpos o inimigo humor,  
que nos impugna, e sollicita.  
4. Desafervorar a sanha do de-  
monio, em quem, por aquella  
vingança se aplaca algum pou-  
co a febre da ira, com que de-  
seja o n'osã dano. 5. Excitar-  
nos a pedir, e procurar o pre-  
cioso dom da perfeita castida-  
de. E outros fins, que n'os nã  
alcançamos.

## XXIX.

Quando te sentes entrado da  
tristeza, juntamente com aze-

dia de coração, e tumulto de  
pensamentos, e tenções con-  
tra os proximos, e defalentos,  
& delconfianças do proprio a-  
proveytamento, faze tres cou-  
sas. 1. Crer de certo, que o es-  
pirito maligno se chegou, e te  
assombra. 2. Ver que importa  
muito nã deixar possuirte  
dessa tentação, porque he hum  
nordeste seco, e frigidissimo,  
que corta, e queima todo o  
verdor, e flores da alma. 3.  
Pegar logo, ou mental, ou vo-  
camente de varios Psalmos, ou  
qualesquer outros louvores de  
Deos, indo discorrendo por  
suas perfeições, e beneficios;  
& continuar com a paz, e pau-  
za, que pudeses, ainda que  
seja contra vontade, e sem  
gosto sensível. Porque nã po-  
derá o inimigo sustentar muy-  
to tempo esta musica a seus  
ouvidos odiosissima.



SE

Duas páginas de *Luz e Calor*, a primeira retirada da edição-*princeps* e a segunda da sua contrafacção: a mesma paginação, o mesmo subtítulo, a mesma divisão de texto, o mesmo reclamo. Um único elemento distinto – o ornamento xilográfico.

Não é possível fixar com exactidão a data em que foi impresso fraudulentamente este livro do Padre Manuel Bernardes, mas a listagem das diferentes edições conhecidas desta obra, de que não consta a terceira edição, permite-nos aventar a hipótese de a sua estampagem ter ocorrido entre 1724 e 1758, isto é, dentro do mesmo período cronológico em que foram reproduzidas as edições-falsas de *Nova Floresta*:

- 1ª edição – Lisboa, Miguel Deslandes. 1696.
- 2ª edição – Lisboa, Francisco Xavier de Andrade, 1724.
- 4ª edição – Lisboa, Francisco Luís Ameno, 1758.

A circunstância de ser publicada uma 4ª edição, e nessa contagem estar implicitamente contida a edição impressa de forma ilícita (tal como aconteceu em *Nova Floresta*), transmite-nos a ideia de que era do domínio público – ou, pelo menos, do conhecimento dos profissionais do sector – a existência destas edições-piratas das obras mais procuradas do Padre Manuel Bernardes. Somos de opinião que a sua impressão fraudulenta, efectuada em data poste-

rior à morte do autor (1710), foi feita com o aval e conivência da Congregação do Oratório. Mais do que ninguém, os Oratorianos eram os primeiros interessados na divulgação da obra do Padre Manuel Bernardes e, aos seus olhos, esta actividade, se bem que ilícita, era a única que obviava às demoras decorrentes de um novo processo de licenças e autorizações, sem lesar os interesses do autor e do impressor, cuja oficina deixara de laborar no ano de 1715.

Esta ideia ganha consistência quando nos damos conta, pelas razões adiante apresentadas, de que a obra pode ter sido impressa na própria oficina tipográfica da Congregação do Oratório. Consideramos, no entanto, importante salientar, desde já, que entre o material tipográfico utilizado nessa oficina e na de José António da Silva há uma grande identidade, pelo que consideramos lícito supor que a direcção da «Officina da Congregação do Oratório» foi entregue ao impressor José António da Silva, e este fez deslocar para as instalações dos Oratorianos, pelo menos, um dos seus prelos, pelo que directa ou indirectamente José António da Silva esteve implicado neste caso de fraude editorial.

As nossas afirmações baseiam-se nos seguintes factos:

1º – Em *Luz e Calor*, edição supostamente impressa por Miguel Deslandes, a capitular ornamentada (letra N) que marca o início do texto de «Doutrina IX» (pág. 212) é exactamente igual à reproduzida por José António da Silva na página 323 da 2ª edição do tomo quarto de *Nova Floresta*, que, por lapso, apresenta como data de impressão o ano de 1726.

212

*I. Parte. Doutrina IX.*

## DOUTRINA IX.

*Silva espiritual de varios d'ictames, sentenças, e avisos uteis para direcção da alma no caminho da perfeição Christã.*



Aô he minha intenção, que este volume cresça n'amente, e me acho ja muy adiante, quando ainda restaõ doutrinas em outras materias naõ menos importantes que as passadas. Pelo que, mudando de estylo, reduzirey a documentos breves, os que podião ser discursos mais diffusos. Espero que assim seja mais grato, e util aos leitores, em razaõ da brevidade, e variedade amigã da natureza humana. Por isso por ventura seguirey esta fórma de escrever, S. Martinho Dumiense. Arcebispo de Braga, S. Diadoco Bispo Photicensê, Joã Bispo de Carpacia, S. Nilo Abbade, S. Heliquio, S. Isaac Syro, S. Hyperiquio Presbyteros, S. Simcãõ Junior, S. Maximo Martyr Costantinopolitano, Thalassio, e Evagriõ Monges, S. Marcos Eremita, e outros Padres. Dos quaes, e de outros Authores spirituaes famigerados são excerptos pela mayor parte, os avisos que aqui damos, omitindo outros, cuja luz, por ser muy alta, e forte poderia offender os olhos menos puros. Naõ distribuidos em seis classes.

*I. Dos que são mais especulativos, ou theoreticos.*

*II. De algumas sentenças notaveis por sua muita concisaõ, e sustancia.*

*III. De documentos praticos, que respeitãõ o trato da alma com Deos.*

*IV. Dos que respeitãõ o trato da alma com o proximo.*

*V. Dos que respeitãõ o trato da alma com o tentador.*

*VI. Dos que pertencem ao consilio da alma com o tentador.*

**C L A S S E I.** nos levar todo o tempo da vida, e todas as forças da alma. Por certo naõ tem pouca que fazer, quem tem a Deos que amar. E assim todas as mais occupaçoens, e officios haõ de ser ministros deste.

201

**A** Mar a Deos he grande officio: lô este basta para

*Titulo IV. Desapego de Parentes. 323*

## TITULO IV.

### DESAPEGO DE PARENTES.

#### XXIX.

#### *De hum Monge.*



Oy hum secular buscar hum irmão seu Monge, rogando-lhe com grande ancia, que o ajudasse a desfazer huma carroça, em que levava para outra terra grandes cabedães de mercadorias preciosas. O Monge, que estimava estas cousas tanto como o lodo em que cahiraõ, disse-lhe, que se valesse de outro irmão tambem secular. *Esse* (disse elle) *já morreo ha hum anno. Pois eu* (replicou o Monge) *já morri ha vinte.*

#### R E F L E X A M.



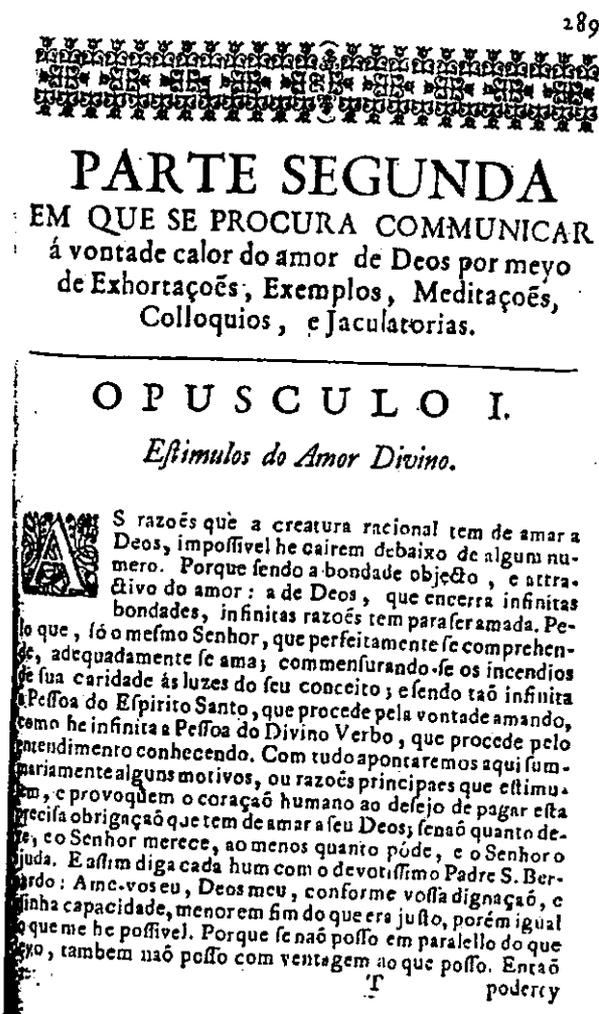
Aô pareça este lance precedido de falta de caridade, que se deve ainda a qualquer proximo, ou da obsevancia, que se deve entre si os parentes, por que se a fazenda do irmão atelleu no caminho, muito mais podia o Monge atillar no amor do irmão, e da fazenda: e então quem havia de puzar por elle para a sua estancia, e vocação antiga? O demonio parte a tentação em bocadinhas, quando lente, que a naõ tragamos inteira. Aqui naõ

X ij

appa-

A capitular letra N, impressa em *Luz e Calor*, obra supostamente estampada por Miguel Deslandes em 1696, é igual à reproduzida por José António da Silva na 2ª edição do 4º tomo de *Nova Floresta*.

2º – A página onde se inicia a «Parte Segunda» de *Luz e Calor* (pág. 289) é embelezada pela reprodução de um friso, constituído por vinhetas de combinação, e o começo do texto é assinalado pela utilização de uma letra capitular fitomórfica (letra A), pertencente ao mesmo alfabeto da letra N acima referida. Também no mesmo tomo de *Nova Floresta* (4º tomo), saído dos prelos de José António da Silva cerca de 1747, vemos utilizados esses elementos iconográficos: o friso, que ornamenta a parte superior da página 403, embora com os elementos combinados de uma forma ligeiramente diferente, é formado pelas mesmas vinhetas e a inicial fitomórfica (letra A), pertencente a um alfabeto copiosamente utilizado por José António da Silva, nas suas edições, encontra-se impressa, por exemplo, na página 9.



Página em que se inicia a «Parte Segunda» de *Luz e Calor*, supostamente impressa por Miguel Deslandes, mas executada com o material tipográfico de José António da Silva.



**E**  
TITULO I.  
**ESMOLA.**  
I.

*De Santo Thomàs de Villanova, Arcebispo de Valençã.*

**E** Stando este Santo Prelado a huma janela vendo repartir as esmolas, advertio, que hum criado se exasperava com hum pobre, porq̃ havendo já recebido esmola, se misturou com os outros para tornar a recebela. Mandou o Santo, que lha tornasse a dar. E depois inquirindo mais em particular a causa, lhe disse o criado: Senhor, se eu vejo claramente o engano, hey de consentir que huns levem esmolas dobradas, que se podem dar a outros? Respondeo o Santo: *E que sabeis vds, se tem o pobre necessidade dobrada? Deixai vos enganar delle, que no cabo não vem a ser engano para vds.*

Cc ij

QUES-

(O friso que embeleza esta página de *Nova Floresta* (4º tomo, 2ª edição) é formado pelas mesmas vinhetas que foram utilizadas na edição-princeps de *Luz e Calor*.

**XCI.**  
*Do Emperador Rodolfo.*

**A** Sstindo este Monarca ao exercicio de huns frêcheiros, que se enfayavaõ, disparou hum delles a setta taõ desencaminhada que ferio ao Cesar. Levãraõ logo a este para a cama, e aquelle para o carcere. Diziaõ alguns: Mande-lhe Vossa Magestade cortar a maõ. Respondeo, disfarçando a clemencia com a graciosidade: *Bom remedio, e a bom tempo: a maõ, que já atirou, que me aproveita, que a cortem agora? por ventura a sua ferida cura a minha?*

**REFLEXÃO, E DOCTRINA.**

§. I.

**P**elo exercicio bem continuado ( que he o melhor Mestre, como lhe chamou Cicero: *Ufus magister est optimus* ) chegaõ alguns frêcheiros a taõ feliz destreza, que tudo o que destinaõ com a vista, prégão infallivelmente com a setta. A Filippe Rey de Macedonia pregou Aster Olinthio huma no olho direito: e porque não pareceffe casual o tiro, escreveu primeiro nella este recado: *Aster a Filippe manda este portador da morte.* A Alexandre Magno foy apresentado hum Indio, que passava a setta por hum anel; se bem não quiz fazer a experiencia diante daquelle Monarca, por não aventurar a fama. Outro, por nome Avo, vendo, que seu competidor armava contra elle o arco, antecipandose com summa agilidade disparou o seu, Olaus Magnus lib. 15 c. 2.

Página de *Nova Floresta* (4º tomo, 2ª edição), em que se utilizou a mesma letra capitular fitomórfica que na contrafacção de *Luz e Calor*.

3º – A xilogravura utilizada como friso, contendo os elementos emblemáticos da Congregação do Oratório, e que assinala o início do texto da Dedicatória em que o Padre Manuel Bernardes se dirige à SOBERANA / SENHORA / De todas as creaturas, e Mãe digni fima / do Creador. /, é rigorosamente igual à que marca o início do «SERMÃO / DO GLORIOSO / S. FRANCISCO DE SALES / Bispo de Genebra, primeyro Preposito / da Congregação do Oratorio / de Tonon», inserto em SERMÕES / E / PRACTICAS / DO P. MANOEL BERNARDEZ / Da Congregação do Oratorio. / SEGUNDA PARTE. / DEDICADA / Á Soberana Rainha do Ceo, e terra / MARIA SS. / Dada à estampa por hum Padre da mesma / Congregação. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL. / Na Officina da CONGREGAÇÃO DO ORATORIO. / [Tranca] / Com todas as licenças necessarias. / M.DCC.XXXIII.; também a capitular ornamentada (letra A) impressa para dar início ao texto do *Sermão do*

*Glorioso S. Francisco de Sales ...* é rigorosamente igual à que figura na edição-falsa de *Luz e Calor* (pág. 289) e à estampada no 4º tomo de *Nova Floresta* (pág. 9), impressa legalmente por José António da Silva.



## SOBERANA SENHORA

De todas as creaturas, e Mãe digníssima  
do Creador.

**E** acaso nestes meus escritos acertey em darlhes o titulo de Luz, e Calor, certamente erro agora em lhes permittir a denominação de meus. Por q̄ não pôde haver luz, e calor do Ceo, que não sejaõ efeitos proprios do Sol, que sois vós, em quem Deos depositou todos os resplêdores da Sabedoria para illustrar vossos entendimentos, e todos os ardores da caridade para inflamar nossos corações: Maria (dis-  
De Lau-  
dib. S.  
Virg. lib.  
 cussão de um devoto Ricardo à S. Laurentio) <sup>2.</sup>  
 illuminans intellectum per veram com-  
 munionem, e inflammans affectum per  
 \* ij veram

Início do texto da Dedicatória, na edição apócrifa de *Luz e Calor*, impressa em Lisboa no século XVIII.

# SERMÕES

E  
PRÁTICAS  
DO P. MANOEL BERNARDEZ  
Da Congregação do Oratorio.

SEGUNDA PARTE.

DEDICADA

A' Soberana Rainha do Ceo, e terra

# MARIA SS.

Dada à estampa por hum Padre da mesma  
Congregação.



LISBOA OCCIDENTAL,  
Na Officina da CONGREGAC,ÃO DO ORATORIO.

Com todas as licenças necessarias.  
M. DCC. XXXIII.

44



# SERMAO

DO GLORIOSO

S. FRANCISCO DE SALES

Bispo de Genêbra, primeyro Preposito  
da Congregação do Oratorio  
de Tonon.

*Euge serve boue, & fidelis: quia super pauca fuisti  
fidelis, supra multa te constituam.*

S. I.

**A**

HUM Servo ver-  
dadeiramente fi-  
el, e diligente: a  
hum Espelho cla-  
rissimo de Princeps, e  
Prelados: à Columna im-  
movel da perseverança: ao

Martelo de diamante cõ-  
tra a obstinação da here-  
gia: ao galhardo Aventu-  
reyro da espirital empre-  
za Viva Jesus: ao Carbu-  
culo raro, que resplande-  
ceo na mithra de Genê-  
bra, no meyo das trevas  
de sua cegueyra: à sempre  
viva

Em *Sermões e Praticas do P. Manoel Bernardes* ... obra impressa na Officina da Congregação do Oratório, em 1733. utilizou-se a mesma tarja ornamental e letra capitular (letra A) que na edição-pirata de *Luz e Calor*.

4º – A gravura que ornamenta o final do texto de *Luz e Calor*, na edição ficticiamente produzida por Miguel Deslandes, é precisamente a mesma que vemos estampada, como remate ornamental, na página 480 de *Sermões e Praticas do P. Manoel Bernardes* ... (2ª parte), impressa «Na Officina da Congregação do Oratório». Importa, também, notar que esta xilogravura foi usada no 2º tomo de *Nova Floresta* [2ª contrafacção], cuja impressão atribuímos a José António da Silva.

*Si quid in meis litteris veri comprehenderit existendo non est meum: at intelligendo, & amando, & tuum erit, & meum. Si quid autem falsi conviceris, errando fuerit meum: sed jam cavendo, nec tuum sit, nec meum.*

D. Aug. lib. 3. de Trinit. in Proœmio.

Tudo o que se diz neste Livro sujeita-se ao Auctor com animo rendido á correcção da Santa Madre Igreja Catholica Romana.



IN-

Página final de *Luz e Calor*, obra dada como impressa por Miguel Deslandes.

480

Pratica

ve para os ouvidos do Egoísta de nossas almas. Como soa bem huma confissão humilde: Pequey: hũa dor verdadeyra: Pezame: huma confiança de alcançar perdão, misericordia: hum proposito firme de emenda: Nunca mais. Repeti almas com todo o sentimento e com lagrimas vivas elles quatro suavillimos pontos: Pequey, pe-

zame, nunca mais, misericordia. Os que o dizem de veras, e nisso perseveraõ, seraõ os que ouviraõ aquella suave voz de Christo no dia grande: Vinde benditos de meu Eterno Pay a tomar posse do Reyno q' vos está aparelhado desde o principio do Mundo, e que não ha de ter fim por toda a eternidade.



PRA:

Página retirada de *Sermões e Practicas do P. Manoel Bernardes* .... obra impressa na Oficina da Congregação do Oratório, em 1733.

364 *Nova Floresta de varios Apophthegmas*  
*Est quod magnopere metuas, quandiu parum metueris :*  
*Una tibi superest securitas,*  
*Quam scilicet jugis formido parias,*  
*Nusquam non tui satagas:*  
*Sic demum tutus eris.*

LAUS DEO.



IN-

Página do 2º tomo de *Nova Floresta* [2ª contrafacção], dado como impresso por Valentim da Costa Deslandes, mas estampado por José António da Silva, cerca de 1747.

#### 5.1.4. *Sermões, do Padre António Vieira*

A primeira indicação acerca da existência de edições-falsas dos *Sermões* do Padre António Vieira aparece em *Impressões Deslandesianas*. Xavier da Cunha, ao referenciar a edição-*princeps* dos dois primeiros tomos dos *Sermões*, da responsabilidade tipográfica de João da Costa e Miguel Deslandes respectivamente, denuncia a publicação de uma edição fraudulenta desses mesmos tomos, realça que a imitação tenta ser o mais perfeita possível, para não suscitar desconfianças, e afirma:

Mas quem habituado esteja a manusear impressões de João da Costa e Miguel Deslandes, logo à primeira vista reconhecerá facilmente a fraude, quando lhes atestar na diversa fisionomia e na diferença dos elementos decorativos, o que tudo está denunciando a oficina de Miguel Rodrigues.<sup>51</sup>

Investigações posteriores, levadas a cabo pelo padre jesuíta Júlio de Moraes, vieram provar que de todos os tomos que constituem a obra se fizeram contrafacções<sup>52</sup>. Desconhecendo as conclusões a que chegara Xavier da Cunha sobre este caso de fraude editorial, o padre Júlio de Moraes, ao consultar vários exemplares do mesmo volume dos *Sermões*, apercebeu-se de que "tais exemplares não concordavam em muitas passagens" e assim chegou à "suspeição de que havia alguma ou algumas edições clandestinas".<sup>53</sup> Após proceder à colação de vários exemplares dos diferentes tomos, pôde concluir que na edição clandestina "já vêm corrigidas algumas das erratas da primeira edição", e foi este o elemento de prova que lhe permitiu identificar edições originais e contrafacções, como se conclui da seguinte afirmação:

Na edição suposta *clandestina*, aparece, quase sempre, para melhor disfarce, a página de *erratas* da edição primitiva. Mas, felizmente, muitos tipógrafos não tiveram medo de corrigir os erros que apareciam, ficando assim a página de *erratas* quase inútil. E este foi, precisamente, o grande meio para decidir sobre o qual era a edição suposta *clandestina*, do tomo em questão.<sup>54</sup>

E acrescenta:

Em geral, os tipógrafos tiveram sumo cuidado em imitar a edição primitiva; tanto assim que, se não fosse a gafe das erratas corrigidas, seria difícil julgar qual seria o exemplar da edição posterior.<sup>55</sup>

<sup>51</sup> CUNHA, Xavier da. *Ob. cit.*, t. 1, p. 615.

<sup>52</sup> MORAIS, Júlio de. «Edições clandestinas dos Sermões do P. António Vieira» *Brotéria*, Lisboa, vol. XXIX, 1939, pp. 454-461.

<sup>53</sup> IDEM. *Loc. cit.*, p. 454.

<sup>54</sup> IDEM, *Loc. cit.*, p. 455.

<sup>55</sup> IDEM, *Loc. cit.*, p. 455.

Chegadas as pesquisas a este ponto,<sup>56</sup> considerámos importante identificar o autor dessas edições-piratas, mas, ao compulsarmos os diferentes exemplares de cada volume dos *Sermões* do Padre António Vieira, deparou-se-nos um quadro mais complexo do que o apresentado por Xavier da Cunha e Júlio de Moraes, pois de alguns tomos existem variantes que nos permitem concluir haver mais do que uma contrafacção desses volumes. A atribuição da paternidade tipográfica das espécies impressas clandestinamente só é possível através do estudo minucioso das suas características materiais, e os motivos iconográficos utilizados são um auxiliar precioso para a identificação dos impressores-falsificadores: Miguel Rodrigues e António Pedroso Galrão.

A visão de conjunto que pretendemos traçar, como primeira abordagem deste caso de fraude editorial, não tem a pretensão de esgotar o assunto. Para se chegar a conclusões definitivas, consideramos necessário um estudo exaustivo, alicerçado num longo trabalho de pesquisa, que terá, obrigatoriamente, que passar pelo cotejo minucioso do maior número possível de exemplares, dado o emaranhado de situações que se nos deparam, muitas delas criadas pela reunião num mesmo volume de cadernos de duas (ou mais) edições diferentes.

---

<sup>56</sup> Existem outros estudos onde esta questão é abordada, mas limitam-se a apresentar os dados revelados pelo padre Júlio de Moraes. Cf. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 10v. (1938-1950); v. 9, (1949), pp. 192-200 e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira*. Rio de Janeiro, Kosmos Editora, 2v., 1983; v. 2, pp. 919-922. Curiosamente, na primeira obra mencionada, reproduz-se a portada do primeiro tomo dos *Sermões* do P. António Vieira (pág. inúmerada entre as págs. 196-197) pensando tratar-se da edição-*princeps*, o que não corresponde à verdade. Aquela folha-de-rosto pertence à edição-pirata executada por Miguel Rodrigues, no século XVIII.

*Primeira Parte*

A edição original apresenta na portada os seguintes dizeres: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE IESV, / Prégador da Sua Alteza. / PRIMEYRA PARTE. / DEDICADA / AO PRINCIPE, N. S. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de IOAM DA COSTA, / [Tranca.] / M.DC.LXXIX. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>57</sup>

Da contrafacção, saída dos prelos de Miguel Rodrigues, podemos registar as características tipográficas seguintes: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE IESU, / Prégador da Sua Alteza. / PRIMEYRA PARTE. / DEDICADA / AO PRINCIPE, N. S. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de IOAM DA COSTA. / [Tranca.] / M.DC.LXXIX. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>58</sup>

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA  
DA COMPANHIA DE IESV,  
Prégador de Sua Alteza.  
PRIMEYRA PARTE.  
DEDICADA  
AO PRINCIPE, N. S.

5255



EM LISBOA.  
Na Officina de IOAM DA COSTA.

M. DC. LXXIX.  
*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Rosto da edição-princeps da 1ª parte dos *Sermões do Padre António Vieira*, impressa em Lisboa por João da Costa, em 1679.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE IESU,  
Prégador de Sua Alteza.  
PRIMEYRA PARTE.  
DEDICADA  
AO PRINCIPE, N. S.



EM LISBOA.  
NA Officina de IOAM DA COSTA.

M. DC. LXXIX.  
*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

*Livraria d'Alcobaça.*

Portada da contrafacção da 1ª parte dos *Sermões do Padre António Vieira*, dada como impressa por João da Costa, em 1679.

<sup>57</sup> O exemplar da edição original existente na B.N.L., tem a cota L. 5255A.

<sup>58</sup> O exemplar da contrafacção executada por Miguel Rodrigues que integra o espólio da B.N.L. tem a cota Rel. 3035V. Pertenceu à Livraria de Alcobaça, como se retira da marca-de-posse estampada na sua portada. Corresponde a esta edição apócrifa o exemplar descrito no *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*, sob o nº 3516.

A simples comparação das folhas-de-rosto das duas edições torna patente a preocupação do impressor-falsificador em imitar quase fotograficamente a edição original, cuidado que se evidencia ao longo de todo o volume: mantém-se o mesmo número de páginas (XXIV + 559 + 106 inum.), a mesma numeração por colunas, a mesma divisão de texto por linha e por página, a mesma numeração por cadernos; um elemento, no entanto, trai o impressor: o material iconográfico utilizado.

Se na portada, pelo seu impacto visual, se reproduziu uma xilogravura idêntica à da edição-*princeps*, situando-se as diferenças assinaláveis unicamente ao nível do pormenor, a alteração do material iconográfico, ao longo de todo o volume, é uma constante, assim como um elemento fundamental para a identificação do verdadeiro impressor: Miguel Rodrigues. Fácil se torna comprovar que os ornamentos xilográficos, vinhetas, ornatos, tarjas e frisos, pequenos elementos decorativos e abecedários utilizados faziam parte do material iconográfico da oficina do impressor do Cardeal Patriarca, mas, a título exemplificativo, limitamo-nos a notar que :

1º - O friso que embeleza a parte superior da página (cols. 1 e 2) onde se inicia o «SERMAM / DA / SEXAGESIMA / Prégado na Cappella Real» e a capitular ornamentada (letra E) que marca o começo do texto do Sermão são diferentes nas duas edições.



# SERMAM

DA

## SEXAGESIMA

Prégado na Capella Real.

*Este Sermão pregou o Author no anno de 1655. vindo da Missão do Maranhão, onde achou as difficuldades, que nelle se apontã: as quaes vencidas, com novas ordens Reaes voltou logo para a mesma Missão.*

*Semen est Verbum Dei. Luc. 8.*

S. I.  

**E**ccce exiit, qui seminavit.  
 S. E. quizezse.  
 Deos, que este  
 tão illustre, &  
 tão numerofo  
 auditorio fahisse hoje, tão  
 defenganado da prèga-  
 ção, como vem enganado.

com o Prégador! Ouçamos o Euangelho, & ouçamolo todo: que todo he do caso, que me leuou, & trouxe de tam longe.

*Eccce exiit, qui seminavit, seminare.* Diz Christo, que fahio o Prégador Euangelico a semear a pa-

A lura

Início do texto do «Sermam da Sexagesima ...» na edição original, impressa por João da Costa, em 1679.



# SERMAM

DA

## SEXAGESIMA

Prégado na Capella Real.

*Este Sermão pregou o Author no anno de 1655. vindo da Missão do Maranhão, onde achou as difficuldades, que nelle se apontã: as quaes vencidas, com novas ordens Reaes voltou logo para a mesma Missão.*

*Semen est Verbum Dei. Luc. 8.*

S. I.



**E**ccce exiit, qui seminavit.  
 S. E. quizezse  
 Deos, que este  
 tão illustre, &  
 tão numerofo  
 auditorio fahisse hoje, tão  
 defenganado da prèga-  
 ção, como vem enganado

com o Prégador! Ouçamos o Euangelho, & ouçamolo todo: que todo he do caso, que me leuou, & trouxe de tam longe.

*Eccce exiit, qui seminavit, seminare.* Diz Christo, que fahio o Prégador Euangelico a semear a pa-

A lura

Início do texto do «Sermam da Sexagesima ...» na edição dada como impressa por João da Costa, em 1679.

Na edição original, o material iconográfico utilizado é comprovadamente da oficina tipográfica de João da Costa; o reproduzido na contrafacção pertence à oficina de Miguel Rodrigues. O friso foi gravado em obras saídas legalmente dos seus prelos e figura, por exemplo na primeira página de ARTE EXPLICADA. / SEGUNDA PARTE. / SYNTAXE. / Ad uſum / EXCELLENTISSIMI / DVCIS ALLAFONENSIS / Á Magiſtro Iuſo / JOANNE DE MORAES / MADUREYRA FEYJO / Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philoſopho, ac Theologo, / & olim in praeclariſſima Societate IESV / Rhetorices Praeceptore. / [Florão emblemático da Companhia de Jesus] / VLYSSIPONE OCCIDENTALI, / Ex Praelo MICHAELIS RODRIGUES. / [Tranca] / M.DCC.XXX. / Cum facultate Superiorum; a capitular ornamentada (letra E), que faz parte de um alfabeto largamente utilizado por Miguel Rodrigues nas suas edições, foi estampada nomeadamente no início da dedicatória de A FENIS / RENASCIDA, / OU / OBRAS POETICAS / Dos melhores Engenhos Portuguezes, / DEDICADAS / AO EXCELLENTISSIMO SENHOR / DOM JOAM / MASCARENHAS / CONDE DE SANTA CRUZ, & c. / Primogenito do Excellentiſſimo Senhor / Marquez Mordomo mór. / PUBLICA-O / MATHIAS PEREIRA DA SYLVA. / IV. TOMO. / E de novo acreſcenta-o com varias obras / de alguns Authores / [Ornato tipográfico] / LISBOA, Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, / Impreſſor do Emin. Senh. Card. Patr. / [Tranca] / M.DCC.XLVI. / Com todas as licenças neceſſarias, e Privilegio Real.

Pag. 1



ARTE EXPLICADA  
SEGUNDA PARTE  
SYNTAXE.  
DE OCTO PARTIUM ORATIONIS  
conſtructione.

LIBER II.

LIVRO SEGUNDO  
Da compoſição das oito partes da Oraçãõ.

*Quid ſit Syntaxis, & in quot partes diſtribuatw?*

QUE COUSA HE SYNTAXE, E  
em quantas partes ſe divide?

*Syntaxis Graece &c.*



Rimeyramente *Syntaxis*, *axis*, ou *Syntaxis*, *axis* he huma palavra Grega, que no Latim vale o meſmo que *Conſtructio*, *õnis*, e ſignifica a compoſição, diſpoſição, ferie, ou ordem de alguma couſa; e por iſſo a *Syntaxis* ſe diſtine aſſim:

*Syntaxis eſt recta partium orationis inter ſe compoſitio* A *Syntaxe* he huma bem ordenada compoſição das partes da oraçãõ entre ſi. Ou mais brevemente: *Syntaxis eſt orationis conſtructio*. A *Syntaxe* he huma compoſição da oraçãõ.

A

Que

O friso que embeleza esta página de *Arte Explicada* ... obra impressa por Miguel Rodrigues em 1730, é igual ao reproduzido na página inicial do «Sermam da Sexagesima ...» na edição supostamente estampada por João da Costa.



EXCELLENTISSIMO SENHOR;



*E*STE he o quarto voo da *Fenix Renascida*, em que ſe remonta tanto, que chega aos pés de *V. Excellencia* a ſolicitar ſua grã-

de protecção, e amparo, para poder vagar com felicidade pela eſfera do Univerſo, livre já das cinzas do eſquecimento, em que ſe achava amortecida, e ſepultada.

E ſe aquella rara *Ave* depois de renascida dirigia ſeus primeiros voos ao Templo do Sol, a render ſacrificios, e adoraçoens a tão luminoso, e ſoberano *Astro*; mal podia boje deixar de encaminhar os voos eſta

Página de *A Fenix Renascida* (IV tomo, 2ª edição) em que se utiliza a mesma capitular ornamentada que na contrafacção da 1ª parte dos *Sermões* do Padre António Vieira.

2º – A página final deste Sermão (colunas 85 e 86) é decorada na edição original por uma gravura alusiva à Companhia de Jesus. Na contrafacção vemos reproduzido um cesto com flores, exactamente igual ao utilizado por Miguel Rodrigues, na página 28 da segunda parte de *Arte Explicada ...*, da autoria de João de Moraes Madureira Feijó, cuja descrição bibliográfica atrás apresentámos.

85. DA SEXAGESIMA. 86  
*Ifai.* 6. 5. gador? *Vae mihi, quia taci- as ambiçoens, contra as*  
*cui.* Ay de mi, q̄ não disse enuejas, contra as cobi-  
que conuinha! Não se ças, contra as sensualida-  
ja mayz assi por amor de des. Veja o Ceo, que ain-  
Deos, & de nós. Estamos da tem na terra quem se  
ás portas da Quaresma, poem da sua parte. Sayba  
que he o tempo em que o Inferno, que ainda ha  
principalmente se semêa na terra quem lhe faça  
a palavra de Deos na guerra com a palavra de  
Igreja, & em que ella se Deos: & sayba a mesma  
arma contra os vícios. terra, que ainda está em  
Prêguemos, & armemo- estado de reuerdecer, &  
nos todos contra os pec- dar muyto fructo: *Et fe-*  
cados, contra as soberbas, *cit fructum centuplum.*  
contra os odios, contra



Fii SER.

85 DA SEXAGESIMA. 86  
*Ifai.* 6. 5. gador? *Vae mihi, quia taci- as ambiçoens, contra as*  
*cui.* Ay de mi, q̄ não disse enuejas, contra as cobi-  
que conuinha! Não se ças, contra as sensualida-  
ja mais assi por amor de des. Veja o Ceo, que ain-  
Deos, & de nós. Estamos da tem na terra quem se  
ás portas da Quaresma, poem da sua parte. Sayba  
que he o tempo, em que o Inferno, que ainda ha  
principalmente se semêa na terra quem lhe faça  
a palavra de Deos na guerra com a palavra de  
Igreja, & em que ella se Deos: & sayba a mesma  
arma, contra os vícios. terra, que ainda está em  
Prêguemos, & armemo- estado de reuerdecer, &  
nos todos eontra os pec- dar muyto fructo: *Et fe-*  
cados, contra as soberbas, *cit fructum centuplum.*  
contra os odios, contra



Fij SER.

As xilogravuras reproduzidas no final de «Sermam da Sexagesima ...» são distintas nas duas edições: na edição-*princeps* encontra-se uma vinheta emblemática da Companhia de Jesus; na edição apócrifa, um cesto com flores.

A segunda linguagem dos futuros passivos, *communis*, e dependentes compõem-se do participio do futuro em *urus*, e este ha de concordar com o accusativo, que ficar antes, no mesmo caso, genero, e numero, como dissemos acima do participio em *urus*, v. g. *Dicunt, que Pedro ha de ser amado, que Arte da de ser lida, e que os estudantes haõ de ser ensinados &c. Dicunt Petrum amandum esse, Artem legendam esse, scholasticos docendos esse &c.*



DE

Ornamento xilográfico reproduzido numa das páginas de *Arte Explicada*, obra impressa por Miguel Rodrigues em 1730.

3º – O fim do «Sermam do Nascimento» (cols. 297 e 298) é assinalado pela reprodução de uma vinheta de remate. A gravura estampada na suposta edição de João da Costa faz parte do material iconográfico da oficina do impressor do Cardeal Patriarca, e foi por este também reproduzida, entre muitas outras obras, na página 5 da segunda parte de *Arte Explicada ...*, de Madureira Feijó.

297 DO NACIMENTO, &c. 298  
 para nossas trevas; peçamos luz para nossas escu-  
 ridades; peçamos luz para nossas cegueyras: luz,  
 com que conheçamos a Deos; luz, com que co-  
 nheçamos o mundo, & luz, com que nos conheçamos a nós. Abramos as portas à luz, para que allumie nossas casas: abramos os olhos à luz, para que allumie nossos coraçoes: abramos os coraçoes à luz, para que more perpetuamente nelles. Venhamos, venhamos a buſcar luz a eſta fonte de luz, & levemos daqui cheyas de luz nossas almas. Com eſta luz ſabermos, por onde havemos de ir; com eſta luz conheceremos, dõde nos havemos de guardar; cõ eſta luz emfim chegaremos àquella luz, onde mora Deos, a que o Apõſtolo chamou Luz inacceſſivel: *Qui lucem inhabitat inaccessibilem*: que ſõ por meyo da luz, que hoje nace, ſe pôde chegar à viſta do Sol, que della naceo. *De qua natus eſt Jeſus.*



Tij SER.

Página final de «Sermam do Nascimento ...» na edição original.

297 DO NACIMENTO, &c. 298  
 para nossas trevas; peçamos luz para nossas escu-  
 ridades; peçamos luz para nossas cegueyras: luz,  
 com que conheçamos a Deos; luz, com que co-  
 nheçamos o mundo, & luz, com que nos conheçamos a nós. Abramos as portas à luz, para que allumie nossas casas: abramos os olhos à luz, para que allumie nossos coraçoes: abramos os coraçoes à luz, para que more perpetuamente nelles. Venhamos, venhamos a buſcar luz a eſta fonte de luz, & levemos daqui cheyas de luz nossas almas. Com eſta luz ſabermos, por onde havemos de ir; com eſta luz conheceremos, dõde nos havemos de guardar; cõ eſta luz emfim chegaremos àquella luz, onde mora Deos, a que o Apõſtolo chamou Luz inacceſſivel: *Qui lucem inhabitat inaccessibilem*: que ſõ por meyo da luz, que hoje nace, ſe pôde chegar à viſta do Sol, que della naceo. *De qua natus eſt Jeſus.*



Tij SER.

Página final de «Sermam do Nascimento ...» na edição apócrifa, impressa por Miguel Rodrigues no século XVIII.

*Qual he a Oração Intransitiva.*

A *Oração Intransitiva* he aquella, que só consta de nominativo, e verbo; e se depois do verbo tem só nominativo, tambem he intransitiva, por ser caso semelhante ao que fica antes: e chama-se *Intransitiva*, porque o verbo não passa a caso differente do seu nominativo; e he o mesmo que não transitiva.

V.g. *Eu tenbo saude: Ego valeo. Pedro he bom: Petrus est bonus*: estas oraçoens ambas são *intransitivas*, a primeyra, porque depois do verbo não tem caso algum, a segunda, porque o caso, que tem, he outro nominativo semelhante ao que he ántes.

Desta *Oração Intransitiva* trata a *Arte* em primeyro lugar, ensinandonos a pôr na oraçãõ o nominativo, e verbo, que he o fundamento de toda a *Syntaxe*, ou composiçãõ; e por isso diz na primeyra regra, que todo o verbo pessoal ha de ter antes de si hum nominativo claro, ou occulto, como já entramos a explicar.



A iij

DE

A gravura reproduzida nesta página de *Arte Explicada* .... obra impressa por Miguel Rodrigues, é igual à estampada na página final do «Sermam do Nascimento», na suposta edição de João da Costa.

## Segunda Parte

A edição-*princeps* (chamar-lhe-emos *Edição A*) tem as seguintes características tipográficas na sua folha-de-rosto: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE JESV, / Prégador de Sua Alteza. / SEGVNDA PARTE. / DEDICADA / No Panegyrico da Rainha Santa / AO SERENISSIMO NOME / DA PRINCEZA N. S. / D. ISABEL. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGVEL DESLANDES. / E á sua custo, & de Antonio Leyte Pereyra Mercador de Liuros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXII. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>59</sup>

Existem duas edições-piratas deste tomo (*Edição B* e *Edição C*), produzidas no século XVIII, em diferentes oficinas tipográficas, cujas descrições bibliográficas passamos a apresentar:

*Edição B* – SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE JESU, / Prégador de Sua Alteza. / SEGVNDA PARTE. / DEDICADA / No Panegyrico da Rainha Santa / AO SERENISSIMO NOME / DA PRINCEZA N. S. / D. ISABEL. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGVEL DESLANDES. / E à sua custa, & de Antonio Leyte Pereyra Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXII. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>60</sup>

*Edição C* – SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE JESU, / Prégador de Sua Alteza. / SEGVNDA PARTE. / DEDICADA / No Panegyrico da Rainha Santa / AO SERENISSIMO NOME / DA PRINCEZA N. S. / D. ISABEL. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / E à sua custo, & de Antonio Leyte Pereyra Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXII. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> O exemplar pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, que corresponde à edição-*princeps*, tem a cota Trunc. 225v. Foi seu proprietário José Maria de Sousa Monteiro.

<sup>60</sup> Existe um exemplar desta contrafacção na Biblioteca da Ajuda, cota 2-V-13.

<sup>61</sup> O exemplar existente na B.N.L. tem a cota Rel. 3036 V e fazia parte do espólio da Livraria de Alcobaça. Pertence a esta edição a espécie descrita no *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*, sob o nº 3516.

SERMOENS  
DO *pt. 28792*  
P. ANTONIO VIEIRA;  
DA COMPANHIA DE JESV,  
Prégador de Sua Alteza.

SEGUNDA PARTE.

DEDICADA

No Panegyrico da Rainha Santa  
AO SERENISSIMO NOME

DA PRINCEZA N. S.  
D. ISABEL.

*De Jo. Maria de Sousa Monteiro*



EM LISBOA:  
Na Officina de MIGUEL DESLANDES.  
E á sua custa, & de Antonio Leyte Pereyra Mercador de Livros.

M. DC. LXXXII.

*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Portada da edição-princeps da segunda parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, impressa em Lisboa por Miguel Deslandes, em 1683.

# SERMOENS

DO

P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE JESU,  
Prêgador de Sua Alteza.

## SEGUNDA PARTE.

DEDICADA

No Panegyrico da Rainha Santa  
AO SERENISSIMO NOME

DA PRINCEZA N. S.

# D. ISABEL



EM LISBOA.

Na Officina de MIGUEL DESLANDES;

E à sua custa, & de Antonio Leyte Pereyra. Mercador de Livros;

M. DC. LXXXII.

Com todas as licenças, & Privilegio Real.

Portada da contrafacção da segunda parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, cuja impressão atribuímos a Miguel Rodrigues.

# SERMOENS

DO

P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE JESU,  
Prêgador de Sua Alteza.

## SEGUNDA PARTE.

DEDICADA

No Panegyrico da Rainha Santa

AO SERENISSIMO NOME

D. PRINCEZA N. S.

# D. ISABEL.



EM LISBOA.

Na Officina de MIGUEL DESLANDES;

E à sua custa, & de Antonio Leyte. Pereyra Mercador de Livros;

M. DC. LXXXII.

Com todas as licenças, & Privilegio Real.

Livraria d'Alcobaça.

Rosto da contrafacção da segunda parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, impressa em Lisboa por António Pedroso Galvão.

Pela análise comparativa das portadas das três edições verifica-se que tanto a xilogravura (símbolo emblemático da Companhia de Jesus) como os caracteres tipográficos utilizados são diferentes nas três espécies. A nitidez de impressão da edição original (*Edição A*), cujo material tipográfico e iconográfico é comprovadamente da oficina de Miguel Deslandes, contrasta com um trabalho menos cuidado das contrafacções (*Edições B e C*).

A *Edição B* foi impressa na oficina de Miguel Rodrigues e a gravura reproduzida na portada desta contrafacção é exactamente igual à que embeleza o rosto da segunda parte de *Arte Explicada* ..., de Madureira Feijó, saída dos prelos daquele impressor no ano de 1730.

ARTE EXPLICADA.  
SEGUNDA PARTE.  
SYNTAXE.

*Ad usum*

EXCELLENTISSIMI

DUCIS ALLAFONENSIS

*A' Magistro suo*

JOANNE DE MORAES  
MADUREYRA FEYJO

*Ex Ordine Divi Petri Sacerdote Philosopho, ac Theologo,  
& olim in praeclarissima Societate JESU*

*Rhetorices Praeceptorum.*



ULYSSIPONE OCCIDENTALI,  
per Praelo MICHAELIS RODRIGUES.

M. DCC. XXX.

*Cum facultate Superiorum.*

Folha-de-rosto de *Arte Explicada* (segunda parte), obra impressa em Lisboa por Miguel Rodrigues, em 1730.

A *Edição C* é da responsabilidade tipográfica de António Pedroso Galvão e o símbolo emblemático dos Jesuítas, que aparece gravado na portada deste tomo de *Sermões* do Padre António Vieira, supostamente impresso por Miguel Deslandes, foi utilizado por António Pedroso Galvão nomeadamente no rosto de *SERMÕES / VARIOS, / Prêgados na India a diversos a[sumptos, & offe- / recidos no primeyro Sermaõ / AO EXCELLENTISSIMO SENHOR / CAYETANO DE MELLO / DE CASTRO, / Viso-Rey, & Capitaõ Gêral da India. / PELO PADRE / MANOEL DE SÁ, / Da Companhia de JESUS, cleyto Patriarca de / Ethiopia por S. Magestade, que Deos guarde. / [Ornamento xilográfico, emblemático da Companhia de Jesus] / LISBOA, / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAÕ. / Com todas as licenças neceffarias. Anno de 1710.*

N. 3792

# SERMÕES VARIOS,

Prègados na India a diversos assumptos, & offercidos no primeyro Sermão

AO EXCELLENTISSIMO SENHOR

CAYETANO DE MELLO  
DE CASTRO,

Viso-Rey, & Capitaõ Géral da India.

PELO PADRE

MANOEL DE SA,  
Da Companhia de JESUS, eleyto Patriarca de  
Ethiopia por S. Magestade, que Deos guarde.



LISBOA,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAO.  
Com todas as licenças necessarias. Anno de 1710.

Rosto de *Sermões Varios* .... da autoria do P. Manuel de Sá.  
publicados em Lisboa por António Pedroso Galvão, em 1710.

A preocupação dos impressores-falsificadores em simularem o aspecto gráfico da portada da edição original, a fim de evitarem suspeitas quanto ao carácter ilícito daquelas impressões, não se verifica no interior dos volumes. Embora se respeite a mesma paginação e distribuição do texto por página, as capitulares, os frisos e mais elementos decorativos são completamente diferentes nas várias edições. Um conhecimento mínimo do material iconográfico de cada casa impressora torna possível distinguir a edição original das contrafacções e identificar os autores destes casos de fraude editorial.<sup>62</sup>

<sup>62</sup> Num primeiro contacto, torna-se difícil chegar a uma conclusão segura, pois há exemplares que foram formados com cadernos de diferentes edições. Isso não trouxe problemas de alceamento dos cadernos porque a paginação é igual nas diferentes edições, mas os tomos assim constituídos não mantêm uma linha estética. Esta situação verifica-se em dois dos exemplares deste tomo existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, cotas L. 5256V e Trunc. 246P. No primeiro, que pertenceu ao Conde do Redondo, Tomé José de Sousa, a portada pertence à edição original, mas os cadernos que o constituem uns fazem parte da edição original e outros da contrafacção executada por Miguel Rodrigues; no outro exemplar (cota Trunc. 246P) o rosto e alguns cadernos pertencem à contrafacção estampada por Miguel Rodrigues, mas outros foram impressos por António Pedroso Galvão.

Comparemos, a título exemplificativo, a página 85 da edição original e das contrafacções, que corresponde nas três edições ao final do texto do «Sermão da Primeira Domingo da Quaresma»:

*primeira Domingo da Quaresma.* 85  
*Sic adens adoraueris me & Aslr.* almas albas, este meyo, de  
o prometto de Verdade de. que tanto se serue Deos, ferá  
Deos, assi o elpero do grande o mais efficaz de cõseguirmos  
zelo, & piedade de Sua Ma- a saluação das proprias, nesta  
gestade, assi o confio da muita vida com grandes augmentos  
Christãdade de todos os Mi- de Graça, & na outra có o pre-  
nistros; & se tratarmos das mio da Gloria.



SER:

Final do texto do «Sermão da Primeira Domingo da Quaresma» e remate ornamental, na edição-*princeps*.

primeira Dominga da Quaresma. 85  
*Si cadens adoraverit me.* Assi o prometto da Bondade de Deos, assi o espero do grande zelo, & piedade de Sua Magestade, assi o confio da muita Christãdade de todos os Ministros ; & se tratarmos das

almas alheas ; este meyo, de que tanto se serue Deos, será o mais efficaç de cõseguirmos a saluação das proprias, nesta vida com grandes augmentos de Graça, & na outra com o premio da Gloria.



SER-

Fim do texto do «Sermão da Primeira Dominga da Quaresma» e xilogravura estampada na contrafacção executada por Miguel Rodrigues.

primeira Dominga da Quaresma. 85  
*Si cadens adoraverit me.* Assi o prometto da Bondade de Deos ; assi o espero do grande zelo, & piedade de Sua Magestade; assi o confio da muyta Christandade de todos os Ministros ; & se tratarmos das

almas alheas ; este meyo, de que tanto se serue Deos, será o mais efficaç de cõseguirmos a saluação das proprias, nesta vida com grandes augmentos de Graça , & na outra com o premio da Gloria,



SER-

Final do «Sermão da Primeira Dominga da Quaresma» e elemento decorativo impresso na edição-pirata saída dos prelos de António Pedroso Galvão.

Se o texto confere linha a linha nas três edições, o atractivo principal, do ponto de vista estético, nesta página, é a xilogravura impressa como remate ornamental. Significativamente diferente nas várias edições, o seu estudo permite identificar a oficina de origem das diferentes impressões. Assim:

1º – A gravura reproduzida na *Edição A* fazia parte integrante do material iconográfico da oficina de Miguel Deslandes, como foi demonstrado por Xavier da Cunha, em *Impressões Deslandesianas*;

2º – A xilogravura de motivos fitomórficos publicada na *Edição B* foi utilizada com profusão em obras saídas legalmente dos prelos de Miguel Rodrigues e aparece impressa, por exemplo, na página 251 de *MEMORIAS / HISTORICAS, / PANEGYRICAS, E METRI-*

CAS / Do fagrado culto, com que no Real Convento de N. Senhora / do Carmo de Lisboa  
Occidental se celebrou a Ca- / nonizaçãõ do gloriofo Doutor Myftico / S. JOAÕ DA  
CRUZ. / *COMPOSTAS, E ORDENADAS* / PELO M.R.P.M. Fr. MANOEL DE SÁ, / Filho,  
Ex-Provincial, e Definidor perpetuo da Provincia do Carmo de Portugal. Cro- / ni fta geral da  
me fma Ordem ne ftes Reynos, e todos os feus dominios. Prêgador / do Sereni f fimo Senhor  
Infante D. Francisco, Qualificador do Santo Officio, / Academico fupranumerario da  
Academia Real da Hi ftoria Portugueza, / Examinador das três Ordens Militares, e Con fultor  
da Bulla / da Santa Cruzada. / *As quaes Miguel Rodrigues offerece e dedica* AO EMINEN-  
TISSIMO, E REVERENDISSIMO SENHOR / DOM JOAÕ DA MOTTA, / Presbytero  
Cardeal da Santa Igreja Romana &c. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, /  
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES / Às portas de Santa Catharina, e à sua custa im-  
pre f fas. / [Tranca.] / M.DCC.XXVIII. / *Com todas as licenças neceffarias.*

### PANEGYRICAS. 251

Domingos como aguias, ou por mais empenha-  
dos, ou por mais agradecidos. Mas todos a al-  
tas vozes dizem: Santo, Santo, Santo: *Dignus  
es accipere honorem, & gloriam, quam mihi &c.*



R ij                      SER-

Ornamento xilográfico, reproduzido numa das páginas de *Memorias Panegyricas e Metricas* .... obra impressa por Miguel Rodrigues em 1728.

3º – A gravura em madeira impressa na *Edição C* pertence à oficina de António Pedroso Galvão. Como atrás referimos (pág. 248), esta mesma xilogravura ilustrou a página 135 do 2º tomo de *Flagello do Peccado ...*, da autoria de Fr. Paulo de Santa Theresa, publicado em 1736 por aquele impressor lisboeta.

*Dos damnos do peccado.* 135

<p>2. Cor. 1. 3. solatõe : Pater misericor- diarum. &amp; Deus totius con- solationis, para teus Divi- nos olhos em vossas lagri- mas, e remediará vossas miserias, dando-vos hum geral perdoão das culpas. Vinde, e chegay, pec- cadores ; chegay todos,</p>	<p>porque a todos quer reme- diar, e que sejaõ salvos: <i>Omnes homines vult salvos</i> feri, e com vozes de la- grimas, nascidas da dor de vossas culpas, clamay a ef- tes pés: Senhor meu JESU Christo, &amp;c.</p>	<p>1. ad Timot. cap. 2. num. 4.</p>
---	---	---



I + SER.

Gravura impressa numa das páginas de *Flagello do Peccado* (2º tomo). obra estampada por António Pedroso Galvão em 1736.

*Terceira Parte*

A edição impressa nos verdadeiros prelos de Miguel Deslandes apresenta na portada os seguintes dizeres: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / IESV, / Prégador de Sua Magestade. / TERCEIRA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGVEL DESLANDES. / A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXIII. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real,*<sup>63</sup> enquanto a contrafacção executada por Miguel Rodrigues e publicada sob a *fausse-adresse* do verdadeiro impressor, tem no rosto as características tipográficas seguintes: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / IESV, / Prégador de Sua Magestade. / TERCEIRA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGVEL DESLANDES. / A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXIII. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>64</sup>

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE  
IESV,  
Prégador de Sua Magestade.  
TERCEIRA PARTE.



EM LISBOA.

Na Officina de MIGVEL DESLANDES.  
A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. D C. L X X X I I I.

*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Rosto da edição original da terceira parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, impressa em Lisboa por Miguel Deslandes, em 1683.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE  
IESV,  
Prégador de Sua Magestade.  
TERCEIRA PARTE.

$\frac{2}{v}$   
 $\frac{1}{11}$



EM LISBOA.

Na Officina de MIGUEL DESLANDES.  
A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. D C. L X X X I I I.

*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Portada da contrafacção da terceira parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, dada como impressa por Miguel Deslandes, mas realmente produzida na oficina de Miguel Rodrigues, no século XVIII.

<sup>63</sup> B.A.

<sup>64</sup> B.A., 2.V.14.

Tal como se verificou nas contrafacções da primeira e da segunda parte de *Sermões* do Padre António Vieira, houve também na falsa-edição da terceira parte dos *Sermões* o cuidado de respeitar a mesma paginação e divisão de texto por página. Se o estudo dos caracteres tipográficos permite concluir tratar-se de uma edição produzida numa outra oficina tipográfica, os motivos iconográficos utilizados, muito diferentes dos estampados na edição original, denunciam, de forma clara, o carácter fraudulento desta suposta edição deslandesiana e possibilitam a identificação do verdadeiro impressor: Miguel Rodrigues.

Muitos exemplos poderiam servir para ilustrar a situação referida, mas limitamo-nos a apresentar os seguintes:

1º – O friso destinado a ilustrar o início do texto de «SERMAM / DO SANTISSIMO / SACRAMENTO, / PREGADO / No Real Convento da Esperança, em Lisboa / anno de 1669.» e a letra capitular de decoração fitomórfica (letra Q), que marca o começo do texto do Sermão, diferem nas duas edições;



*Hic est panis, qui de Caelo descendit. Joann. 6.*

§. I.



VE satisfeita está hoje a Fé, & q̄ satisfeita a Charidade! Só a Esperança parece, que não está, nem pôde estar satisfeita. Está satisfeita a Fé, porque se vê sublimada a crença, a verdade do mais alto, do mais profundo, & do mais escôdido Myste-

rio: *Caro mea verè est cibus.* <sup>Ioann. 6. 56.</sup> Esta satisfeita a Charidade, porque se vê abraçada intimamente com Deos no laço da mais estreita, & da mais amorosa união, & da mais reciproca: *In me manet, & ego in illo.* <sup>Ibid. 57.</sup> Só a Esperança parece, que não está, nem pôde estar satisfeita no Divinissimo Sacramento; porque se lhe nega o que dezeja, porque se lhe encobre o que suspira, porque se lhe retira o

Início do texto do «Sermam do Santissimo Sacramento ...», na edição original.



No Real Convento da Esperança, em Lisboa anno de 1669.

*Hic est panis, qui de Caelo descendit. Joann. 6.*

§. I.



VE satisfeita está hoje a Fé, & q̄ satisfeita a Charidade! Só a Esperança parece, que não está, nem pôde estar satisfeita. Está satisfeita a Fé, porque se vê sublimada a crença, a verdade do mais alto, do mais profundo, & do mais escôdido Myste-

rio: *Caro mea verè est cibus.* <sup>Ioann. 6. 56.</sup> Esta satisfeita a Charidade, porque se vê abraçada intimamente com Deos no laço da mais estreita, & da mais amorosa união, & da mais reciproca: *In me manet, & ego in illo.* <sup>Ibid. 57.</sup> Só a Esperança parece, que não está, nem pôde estar satisfeita no Divinissimo Sacramento; porque se lhe nega o que dezeja, porque se lhe encobre o que suspira, porque se lhe retira o

Começo do texto do «Sermam do Santissimo Sacramento ...», na suposta edição deslandesiana.

Como assinala Xavier da Cunha, o friso reproduzido na edição original fazia parte integrante do material iconográfico da oficina de Miguel Deslandes, e fora comprado em França por João da Costa. O autor de *Impressões Deslandesianas* apresenta nos seguintes termos a sua descrição:

Essa chapa representa na linha média o escudo francês das três flores-de-liz, suportado por duas figuras femininas, cada uma das quais se recosta em sua cornucópia, d'onde brotam à farta flores e frutos: em cada extremo da gravura, o desenho remata com uma serpente semi-enroscada.<sup>65</sup>

A capitular fitomórfica que assinala o começo do texto fazia parte de um alfabeto muito utilizado na oficina de Miguel Deslandes, como Xavier da Cunha deixou claramente comprovado<sup>66</sup>.

O friso estampado na contrafacção pertencia ao material xilográfico da tipografia de Miguel Rodrigues e foi reproduzido, por exemplo, na página inicial de «SETENA / DOLO-ROSA / EM QUE SE CONTÉM AS / fete dores, que na dor da fua / SOLEDADE / TEVE A MÃY DE DEOS», inserto em FENIS / GLORIOSA, / ENTRE AROMAS DE DEVOÇAM / rena fcida, e em annuaes diarios eternizada: / SEGUNDA PARTE / *EM PRATICAS, E SERMOENS POLITICOS*, / *Panegyricos e Moraes* / DA SANTISSIMA VIRGEM SENHORA NOSSA, DO / glorio fo S. Jo fephe no f fo Senhor, da in figne Matrona a Se- / nhora Santa Anna, e das dores da Mãy de Deos na dor / da fua Soledade, / POR / Fr. MANOEL DE GOUVEA / AUGUSTINIANO: / *OFFERECIDA* / Á FENIS MELHOR DA GRAÇA SEMPRE UNICA, E IMMORTAL FENIS, / a Mãy de Deos, na fua facratissima, devoti f fima, e glorio fi f fima / ASSUMPÇÃO, / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / [Tranca.] / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES / M.DCC.XXX. / *Com todas as licenças neceffarias*.

<sup>65</sup> CUNHA, Xavier da. *Ob. cit.*, t. I, p. 550.

<sup>66</sup> IDEM. *Ob. cit.*, t. II, 12ª e 13ª páginas inumeradas entre as pp. 710-711.



S E T E N A  
D O L O R O S A,  
EM QUE SE CONTE'M AS  
fete dores, que na dor da sua  
S O L E D A D E  
TEVE A MÃY DE DEOS.

*illi, quid fecisti nobis sic? Ecce pater tuus, & ego dolentes querebamus te. Luc. 2.*



Im (oh sentidíssima Maria!) Pelo nome de huma dor explica's, Senhora, a vossa tão sobre cruel soledade: *Dolentes*. Mas como se havia de explicar huma soledade cruel, lenaõ por hum nome, que todo bedor, e dor em tudo de muyto nome: *Dolentes querebamus te*. A' lua soledade deo Jerufalem sentida o nome expreffo de dor, diz Jeremias: *Dolor, sicut dolor* <sup>Tren. 1. v.</sup> *meus*. Dor sem exemplo, diz elle: *Si est dolor, porque* <sup>12.</sup> *vi. Tqm. II.* V ãõ

Página de *Fenis Gloriosa*, obra impressa por Miguel Rodrigues em 1730, onde se encontra reproduzida a mesma tarja ornamental que embeleza a página 1 da terceira parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, da falsa-edição deslandesiana.

A capitular ornamentada que dá início ao texto do Sermão pertence a um abecedário existente na oficina de Miguel Rodrigues. Embora não tenhamos encontrado em obras saídas legalmente dos prelos de Miguel Rodrigues essa letra (Q), a letra S com que se abre o texto de «Setena Dolorosa ...» faz parte de um mesmo alfabeto.

2º – O final do «Sermam da Dominga XIX. depois do Pentecoste», inserto na terceira parte dos *Sermões*, é assinalado na edição original e na contrafacção pela reprodução de uma gravura.

466  
 confessar seus peccados : *At ille obmutuit.*  
 569 Emmudeceo o Homem por justo castigo : nós devemos emmudecer de horror, & assombro: o Evangelho emmudeceo , porque já não tem palavra, que nam esteja ponderada ; & eu também emmudeço, porque não tenho mais que dizer. Sea

*Sermam da*  
 minha ignorancia, & tibieza vos nam loube chamar para o banquete, como devia , efpero que interiormente o tenha feito a Graça, & inspiraçoens Divinas com tal efficacia, que frequentando nesta vida o do Santissimo Sacramento, mereçamos na outra alcançar o da Gloria.



SER-;

466.  
 confessar seus peccados : *At ille obmutui.*  
 569 Emmudeceo o Homem por justo castigo : nós devemos emmudecer de horror, & assombro: o Evangelho emmudeceo , porque já não tem palavra , que nam esteja ponderada ; & eu também emmudeço, porque não tenho mais que dizer. Se a

*Sermam da*  
 minha ignorancia, & tibieza, vos nam loube chamar para o banquete , como devia , efpero que interiormente o tenha feito a Graça, & inspiraçoens Divinas com tal efficacia, que frequentando nesta vida o do Santissimo Sacramento, mereçamos na outra alcançar da Gloria.



SER-

Páginas finais do «Sermam da Dominga XIX», a primeira retirada da edição original e a segunda da sua contrafacção: a mesma paginação, a mesma divisão de texto, o mesmo reclamo. Um único elemento distinto: o ornamento xilográfico.

Como atrás registámos (p. 321), a xilogravura que representa um cesto com flores pertence ao material tipográfico da oficina de Miguel Rodrigues e foi impressa, por exemplo, na página 28 da segunda parte de *Arte Explicada ...*, da autoria de João de Moraes Madureira Feijó; o elemento decorativo estampado na edição original é comprovadamente da oficina de Miguel Deslandes.

3º – A última página do índice (pág. 574) é embelezada nas duas edições por uma vinheta de remate.

574  
*Vnião.* Nam pôde haver união, onde ha duas vontades, dous entendimentos, & duas naturezas. 81. Quanto pôde a união de muytos, ainda que seja de fracos. 261. O Amor nam he união de lugares, senam de vontades. 366. Como ficaram Christo, seu Eterno Padre, & o Homẽ, todos hũa mesma conta por união. 387.  
*Vontade.* Os filhos adoptivos são parcos da vontade. 32. Onde ha duas vontades, nam pôde haver união. 81. Não se deixão atar duas vontades, ainda que os motivos sejam os mesmos. Ibid. Até Deos tem dificuldade em concordar a vontade dos homens com a sua. 189. A vontade habituada a nam querer, nunca quer. 463.  
*Voto.* Que danos causa hum voto em hum Conselho. 169. 170. & 171.

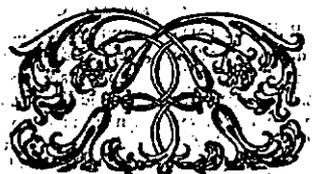
Indice

X

*Xavier.* O Que o Santo Xavier avisou da India sobre os furtos, dizendo, q' lá o Verbo Rápido se conjugava por todos os modos. 334.

Z

*Zachêo.* Porque Zachêo era ladrão rico, por isso se não havia de salvar, se nam restituisse. 321. Nenhũa das boas obras, que Zachêo fez em obsequio a Christo, merecêraõ o perdão, senão depois de restituir. 323.



Página final do índice, na edição original.

574  
*União.* Não pôde haver união, onde ha duas vontades, dous entendimentos, & duas naturezas. 81. Quanto pôde a união de muytos, ainda que seja de fracos. 261. O Amor não he união de lugares, senão de vontades. 366. Como ficaram Christo, seu Eterno Padre, & o Homẽ, todos hũa mesma conta por união. 387.  
*Vontade.* Os filhos adoptivos são parcos da vontade. 32. Onde ha duas vontades, não pôde haver união. 81. Não se deyxão atar duas vontades, ainda que os motivos sejam os mesmos. Ibid. Até Deos tem dificuldade em concordar a vontade dos homens com a sua. 189. A vontade habituada a não querer, nunca quer. 463.  
*Voto.* Que danos causa hum voto em hum Conselho. 169. 170. & 171.

Indice

X

*Xavier.* O Que o Santo Xavier avisou da India sobre os furtos, dizendo, q' lá o Verbo Rápido se conjugava por todos os modos. 334.

Z

*Zachêo.* Porque Zachêo era ladrão rico, por isso se não havia de salvar, se não restituisse. 321. Nenhũa das boas obras, que Zachêo fez em obsequio a Christo, merecêraõ o perdão, senão depois de restituir. 323.



Página final do índice, na edição-pirata.

Se a que figura na edição original pertence à oficina deslandesiana, a reproduzida na edição dada como impressa por Miguel Deslandes faz parte do material iconográfico da oficina de Miguel Rodrigues e é exactamente igual à que aparece impressa, por exemplo, na portada de SERMAM / NAS / EXEQUIAS SOLEMNES / DO SANTISSIMO PADRE / BENE-DICTO XIII. / Da Sagrada Ordem dos Prêgadores. / Celebradas no Real Convento de S. Domingos de / Lisboa em 30. de Março de 1730. / PRÊGADO PELO M.R.P. MESTRE / Fr. JOSEPH DA PURIFICAÇAM / Religio so da mesma Ordem. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL. / [Tranca.] / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. / M.DCC.XXX. / Com todas as licenças nece//sarias.

S E R M A M  
N A S  
EXEQUIAS SOLEMNES  
DO SANTISSIMO PADRE  
BENEDICTO XIII.

Da Sagrada Ordem dos Prêgadores,  
Celebradas no Real Convento de S. Domingos de  
Lisboa em 30. de Março de 1730.

PRÊGADO PELO M. R. P. MESTRE

Fr. JOSEPH DA PURIFICAC,AM  
Religioso da mesma Ordem.



LISBOA OCCIDENTAL.

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES

M. DCC. XXX.

Com todas as licenças necessárias.

Portada de *Sermam nas Exequias Solemnes do Santissimo Padre Benedicto XIII.* obra impressa por Miguel Rodrigues em 1730.

Pela apreciação das características tipográficas de um exemplar deste tomo existente na Biblioteca Nacional (cota L. 5257V), somos levada a concluir que António Pedroso Galvão executou também uma edição-pirata da Terceira Parte dos *Sermões* do Padre António Vieira. A espécie mencionada, que apresenta no rosto os seguintes dizeres: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / IESV, / Prêgador de Sua Mage (dade. / TERCEIRA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGVEL DESLANDES. / A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXIII. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real*,<sup>67</sup> é constituída por cadernos provenientes de várias edições. A par de cadernos pertencentes à edição original, encontram-se outros impressos por Miguel Rodrigues e outros que só podem ter saído dos prelos de António Pedroso Galvão. Embora não tenhamos localizado nenhum exemplar cuja impressão se possa atribuir integralmente a António Pedroso Galvão, consideramos lícito admitir a sua existência.

<sup>67</sup> B.N.L., L. 5257V. Exemplar pertencente ao Conde de Redondo, Tomé José de Sousa.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE  
IESV,  
Prégador de Sua Magestade.  
TERCEIRA PARTE.



EM LISBOA.

Na Officina de MIGUEL DESLANDES.

A custa de Antonio L:yte Pereyra, Mercador de Livros.

M. D. C. L X X X I I I.

*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Portada da terceira parte dos *Sermões* de Vieira, dada como impressa por Miguel Deslandes, mas realmente estampada por António Pedroso Galvão.

Entre os vários exemplos que poderíamos apresentar para justificar a nossa afirmação, destacamos os seguintes:

1º – O friso que ilustra a página onde se inicia o «SERMAM / DO SANTISSIMO / SACRAMENTO, / PRÉGADO / No Real Convento da Esperança, em Lisboa / anno de 1669.», diferente do reproduzido nas duas edições mencionadas, fazia parte do material iconográfico da oficina de António Pedroso Galvão e, segundo Xavier da Cunha, tratava-se "de uma tosca imitação" da cabeça ornamental pertencente à oficina deslandesiana, tendo-se "substituído pelo escudo das armas-reais de Portugal o escudo francês das três flores-de-liz".<sup>68</sup>

<sup>68</sup> CUNHA, Xavier da. *Ob. cit.*, t. I, p. 556.



S E R M A M  
DO SANTÍSSIMO  
SACRAMENTO,  
P R E G A D O

No Real Convento da Esperança, em Lisboa  
anno de 1669.

*Hic est panis, qui de Caelo descendit.* Joann. 6.

S. L.



De satisfeita está hoje a Fé, & que satisfeita a Charidade! Só a Esperança, parece, q' não está, nem pôde estar satisfeita. Está satisfeita a Fé, porque se vê sublimada a creer a verdade do mais alto, do mais profundo, & do mais escondido Myste-  
Tom. 3.

rio: *Cero mea uci è est abus.* Joann: Está satisfeita a Charidade, 6. 56! porque se vê abraçada intimamente com Deos no laço da mais estreita; & da mais amorosa união, & da mais reciproca: *In me manet, & ego ibid. in illo.* Só a Esperança, parece, que não está, nem pôde estar satisfeita no Divinissimo Sacramento, porque se lhe nega o que deseja, porque se lhe encobre o que suspira, porque se lhe retira o que

Início do texto do «Sermam do Santissimo Sacramento ...», cuja impressão atribuímos a António Pedroso Galrão.

Embora não tenhamos encontrado esta tarja ornamental em obras impressas por António Pedroso Galrão, vemo-la reproduzida em obras impressas pelos seus herdeiros, e em particular na primeira página do «SERMÃO / DE MISSÃO / NA DOMINGA / IN ALBIS.», inserto em SERMOENS / VARIOS / DO / P. Fr. JOÃO FRANCO / PRESENTADO EM THEOLOGIA, / Con sultor do Santo Officio, da Sagrada Ordem / dos Prègadores. / TOMO VIII. / EM QUE SE CONTÉM TRINTA SERMOENS; vinte Sermoens de Missão do Rosario sobre a materia, de / que elle consta, que são as Orações do Padre Nosso, Ave Maria, e Antiphona da Salve Rainha; e os ultimos dez Sermões deste tomo são de varios / Santos, e de varias Domingas. / E TODOS OS SERMOENS DE FERIA SAÕ DE MISSAÕ. / [Ornamento tipográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina dos herdeiros de ANTONIO PEDROSO GALRAM. / [Tranca.] / M.DCC.XXXIX. / Com todas as licenças necessarias.



SERMAO  
DE MISSAO  
NA DOMINGA  
IN ALBIS.

*Cum sero esset die illa, una sabbatorum, & fores  
essent clausa, ubi erant Discipuli congregati  
propter metum Iudeorum, venit Jesus jan-  
nuis clausis, & dixit eis: Pax vobis.*  
Joan. 20.

§. I.



E por amor  
dos nossos pec-  
cados morreo  
Christo, tam-  
bem resuscitou Christo,  
para nos resuscitar da

morte dos nossos pecca-  
dos. Como neste pensa-  
mento temos o assumpto,  
vamos ao Evangelho pa-  
ra illustrarmos este pen-  
samento. Diz o Evange-  
lho, que estando no dia  
de Pascoa todos os Dis-  
cipulos

Página inicial de um dos sermões incluídos no vol. VII de *Sermoens Varios* do P. Fr. João Franco, publicados em Lisboa por António Pedroso Galvão, em 1739.

A letra floreada (letra Q) que marca o início do texto desse Sermão pertence a um abecedário largamente utilizado em edições executadas por António Pedroso Galvão e, embora não tenhamos encontrado essa letra em obras impressas legalmente na sua oficina, as letras O e S estampadas respectivamente em *Sermões Varios* ..., da autoria do Padre Manuel de Sá, e em *Exercícios Espirituais* ... (1ª parte, 3ª impressão), do Padre Manuel Bernardes, fazem parte de um mesmo alfabeto.



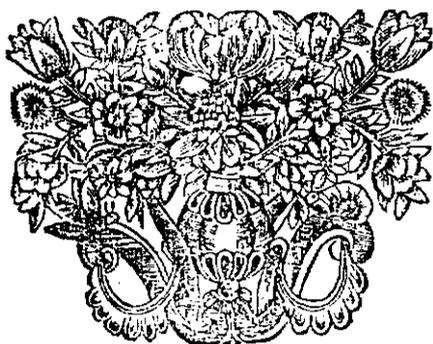
Capitular floreada utilizada nesta edição apócrifa da 3ª parte dos *Sermões* do Padre António Vieira.



Iniciais floreadas da oficina de António Pedroso Galvão.

2º – A página onde termina o «Sermam da Dominga XIX depois do Pentecoste» (pág. 466) é decorada com uma gravura que integrava o material iconográfico da oficina de António Pedroso Galvão. Utilizada frequentemente nas suas edições, aparece impressa, por exemplo, na página 568 do terceiro tomo de *Flagello do Peccado*, da autoria de Frei Paulo de Santa Theresa, cuja publicação ocorreu no ano de 1738.

466  
 confússar seus peccados: *At* minha ignorancia, & tibezã  
*ille obmutuit.* vos não se ube chamar para  
 o banquete, como devia, ef-  
 569 Emmudeceo o Ho- pero que interiormente o te-  
 mem por justo castigo: nós nha feito a Graça, & inspira-  
 devemos emmudecer de ções Divinas com tal effi-  
 horror, & assombro: o Euan- cacia, que frequentando nela-  
 gelho emmudeceo, porque ra vida o do Santissimo Sa-  
 já não tem palavra, que não cramento, mereçamos na  
 elleja ponderada, & eu tam- outra alcançar o da Gloria.  
 bem emmudeço porque não  
 tenho mais, que dizer. Se a



SER-

Fim do texto e remate ornamental do «Sermam da Dominga XIX depois de Pentecostes» incluído na 3ª parte dos *Sermões* do Padre António Vieira.

568  
 me proposito da emenda, çar da vossa infinita pie-  
 já de todo o coração me dade. Pezame, Senhor,  
 peza havervos offendido: de vos haver offendido,  
 já com toda a firmeza de puramente porque vos  
 minha vontade propo amo, e clikimo sobre tu-  
 nho emendar a vida, e do: proponho a emenda,  
 confiado, em vossa mila- valhame a vossa mileri-  
 ricordia vos peço o per- cordia, &c.  
 dão, o qual espero alcan-

*Omnia sub correptione Sancte Matris Ecclesie  
 Romanae: quam credo regulam infallibi-  
 lem veritatis.*

F I M.



IN-

Ornamento xilográfico reproduzido numa das páginas do 3º tomo de *Flagello do Peccado*, obra impressa por António Pedroso Galvão, em 1738.

3º – A página final do índice (pág. 574) é ilustrada com uma xilogravura representando um jarão com flores. Este elemento decorativo fazia parte do material do impressor António Pedroso Galvão e foi reproduzido, como remate ornamental, por exemplo, na página final do «Sermam para a Procição dos Terceiros», incluído no terceiro tomo de *Flagello do Peccado*, de Frei Paulo de Santa Theresa.

**União.** Não pôde haver união, onde ha duas vontades, deus entendimentos, & duas naturezas. 81. Quanto pôde a união de muytos, ainda que seja de fracos. 261. O Amor não he união de lugares, senam de vontades. 366. Como ficará Christo, seu eterno Padre, & o Homem, todos hũa mesma coisa por união. 337.

**Vontade.** Os filhos adoptivos são par-tos da vontade. 31. Onde ha duas vontades, nam pod. haver uniam. 81. Não se deix.õ atar duas vontades, ainda que os motivos sejam os mesmos. Ibid. Atẽ Deos tem difficuldade em concordar a vontade dos homens com a sua. 189. A vontade habituada a nam querer nunca quer. 463.

**Voto.** Que danos causa hum mào voto em hum Conselho. 169. 170. & 171.

## X

**Xavier.** O Que o Santo Xavier avistou da India sobre os furtos, dizendo, que lá o Verbo Rapio se conjugava por todos os modos. 334.

## Z

**Zachêo.** Porque Zachêo era ladraõ rico, por isso se não havia de salvar, se nam restituise. 321. Nenhũa das boas obras, que Z. el.éo fez em obsequio a Christo, merecêrão o perdão, senão depois de restituir. 323.



Página final do índice, ornamentada com uma xilogravura, em uma edição supostamente impressa por Miguel Deslandes, mas realmente estampada por António Pedroso Galrão.

## III. Para a Procissão dos Terceiros. 327

tanto por nosso amor, que devemos nós fazer em gratificação, e ainda sendo tudo para nosso maior bem? As armas, irmãos, ás armas. As armas da nossa milicia não são carnaes: *Arma militiæ nostræ carnalia non sunt*, porque, ainda que militamos em corpos mortaes, não militamos segundo a carne, mas contra ella da parte do espirito. São todas espirituaes: lancemos mão da humildade contra a soberba, da liberalidade con-

tra a cobiça, do jejum, e mortificação corporal contra a luxuria, da mansidão, e paciencia contra a ira, da abstinencia contra a gula, do fervor contra a perguiça, e da caridade contra a inveja. E para que este exercito de inimigos, que nos perseguem com sua continua guerra, quebrem a furia, e se atirem, morra o Filisteo Golias, que he o peccado, a golpes da espada da contrição. Senhor meu Jesu Christo, &c.



SER-

Remate ornamental utilizado por António Pedroso Galrão em uma das páginas do 3º tomo de *Flagello do Peccado*, obra saída dos seus pelros em 1738.

*Quarta Parte*

À edição original corresponde a seguinte descrição bibliográfica: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / IESV. / Prégador de Sua Magestade. / QVARTA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGVEL DESLANDES. / A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXV. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>69</sup>

Pertencem a uma edição-pirata, executada na oficina de António Pedroso Galvão, os exemplares que apresentam no rosto os seguintes dizeres: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / JESU, / Prégador de Sua Magestade. / QUARTA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES. / A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXV. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>70</sup>

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE  
IESV,  
Prégador de Sua Magestade.  
QVARTA PARTE



EM LISBOA.  
Na Officina de MIGVEL DESLANDES.  
A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXV.  
*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Rosto da edição original da Quarta parte dos *Sermões* do P. António Vieira, impressa por Miguel Deslandes em 1685.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE  
JESU,  
Prégador de Sua Magestade.  
QUARTA PARTE



EM LISBOA.  
Na Officina de MIGUEL DESLANDES.  
A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXV.  
*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Portada da contrafacção da Quarta parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, saída dos prelos de António Pedroso Galvão no século XVIII.

<sup>69</sup> B.A., A-XXVI-2.

<sup>70</sup> B.A., B-XIX-18.

As diferenças mais evidentes entre a edição-*princeps* e a contrafacção registam-se nos caracteres tipográficos e elementos iconográficos utilizados, como se pode verificar pelos casos que passamos a apresentar, a título meramente exemplificativo:

1º – A vinheta de remate que ilustra a última página de «Sermam da Primeira sexta feira da Quaresma» (p. 247) é distinta nas duas edições.

*Primeira sexta feira da Quaresma.* 247  
 ta, sem mudar, deter, nem torcer a carreira do bom governo. Assim o poderá fazer também, quem tão confiar, ou presumir de sua constancia, & não conhecer, que isto mesmo, ainda sómente ditto, he fabula. Mas se eu tivera auctoridade para emendar a Homero, & confiança para aconselhar a Ulysses; nam o havia de querer com os ouvidos abertos, & as mãos atadas, senão com os ouvidos tapados, & as mãos soltas. Porque com os ouvidos tapados não daria entrada à adulação, & com as mãos soltas ferião todas as acçoens suas, & como suas verdadeiramente reaes. Deste modo se conquista no mundo a fama immortal; & se assegura tabem no Ceo a Gloria eterna.



SER-

Final do texto do «Sermam da Primeira sexta feira da Quaresma ...», na edição-*princeps*.

*Primeira sexta feira da Quaresma* 247  
 sem mudar, deter, nem torcer a carreira do bom governo. Assim o poderá fazer também, quem tão confiar, ou presumir de sua constancia, & não conhecer, que isto mesmo, ainda sómente ditto, he fabula. Mas se eu tivera auctoridade para emendar a Homero, & confiança para aconselhar a Ulysses; nam o havia de querer com os ouvidos abertos, & as mãos atadas, senão com os ouvidos tapados, & as mãos soltas. Porque com os ouvidos tapados não daria entrada à adulação, & com as mãos soltas ferião todas as acçoens suas, & como suas verdadeiramente reaes. Deste modo se conquista no mundo a fama immortal, & se assegura também no Ceo a Gloria eterna.



Qiiiij

SER-

Página final do «Sermam da Primeira sexta feira da Quaresma», na edição apócrifa.

A gravura reproduzida na edição original pertencia, como assinala Xavier da Cunha, ao material iconográfico da oficina de Miguel Deslandes. O elemento decorativo estampado na suposta impressão deslandesiana fazia parte integrante do material da oficina de António Pedroso Galrão e encontra-se impresso, entre outras obras saídas legalmente dos seus prelos, em BIBLIOTHECA / IVRISCONSULTORVM / LVSITANORVM / COMPOSITA / Voluminibus infra relatis, in quibus / CONTINENTVR ILLVSTRIVM PROFESSORVM / Conimbricentium Scholia, Tractatus, & Commentaria ad Ius Civile, Canonicum, & Regium. / DICATA / SERENISSIMO GENEROSISSIMO, AMPLISSIMO, ET AMABILISSIMO / DOMINO D. ANTONIO / PORTVGALLIAE INFANTI AVSPICATISSIMO. / TOMVS

PRIMVS / De haeredum Institutione / AD MENTEM INSIGNIS D. / PETRI BARBOSA / In  
privatis Scholüs ad Tit. D. de haeredib. in ſtituend. / *QUAE AD COMMENTARII NORMAM*  
*REDIGVNTVR*, & notis accurati ſ ſimis illu ſtrantur per / D. IGNATIVM DA COSTA /  
QVINTELLA / HONORARIVM SENATOREM, INSTITVTIONVM / Imperialium in  
Conimbricenſi Academia Profeſſorem, quon- / dam in Collegio D. Petri Collegiatum. / [Orna-  
mento xilográfico.] / VLYSSIPONE OCCIDENTALLI, / Apud ANTONIVM PEDROZO  
GALRAM. / [Tranca.] / M.D.CC.XXX / *Cum facultate Superiorum.*

Ad L. XIII. §. 1: & ſeq.

209

AD EAMDEM L. XIII.  
§. 1. Cum ſeqq. D. hoc tit.

NOTTÆ.

Ad n. 14.

**E** Legans eſt hoc commentarium,  
ut vix aliquid notabile adjici poſ-  
ſit, præter quam quod *Vin. advertit*  
*eleganter in §. 5. Inſt. de legat.* ſcilicet  
quod ubi teſtator plures hæredes inſti-  
tuit ex certis unciiis, quæ aſſem non  
complent, videtur inter eos totam  
ſuam hæreditatem distribuere, ſive  
teſtator ſit miles, ſive Paganus: atve-  
ro quando unus tantum hæres inſtitui-  
tur in quadrante V. g. diſtinguendum  
eſt inter teſtamentum militis, & teſta-  
mentum Pagani, itaut in teſtamento  
militis dicendum ſit teſtatorum pro re-  
liqua parte decedere inteſtarum L. 13.  
*verſ. cum, & ex parte D. de teſtam. mi-*

*lit.* atvero in teſtamento Paganũ dicen-  
dum eſt reliquam hæreditatem hæredi  
accreſcere. Ratio diſſerentiz quoad  
Paganum inter caſus ſupra considera-  
tos conſiſtit in eo quia, quando plures  
inſtituuntur hæredes facilius præſumi-  
tur teſtatorum circa totam hæredita-  
tem uti velle illa arbitraria distribu-  
tione, quod non ita præſumitur quan-  
do unum tantum inſtituit hæredem.

Ad n. 20.

**A** Lias intelligentias referunt *Do-  
nel. lib. 6. comm. cap. 22. Vin. in*  
*§. 7. Inſt. de hæred. inſtit. n. 1. & quod*  
*in d. L. 23. C. de legat.* contineatur  
jus novum tenent *Duaren. ad tit. D. de*  
*hæred. inſtit. cap. Cujac. in noſtr. text.*  
*& tract. 4. ad Afritan. in L. 47. §. 1.*  
*D. hoc noſtr. tit. a quibus non diſſentit*  
*Vin. proxime citat.* quam tamen ſenten-  
tiam alii rejiciunt, ut apud *Oſoald. ad*  
*Donel. d. lib. 6. cap. 22. litter. C. Brun-*  
*neman. in d. L. 23.*



S 3

AD

2º – O final do «Sermam da Quinta Dominga da Quaresma» é também assinalado pela reprodução de uma gravura, que difere significativamente nas duas impressões. A xilogravura impressa na contrafacção pertencia, como atrás referimos, à oficina de António Pedroso Galvão; a estampada na edição original integrava o material tipográfico da oficina Deslandesiana e fora executada no tempo de João da Costa (sogro de Miguel Deslandes), sendo uma imitação da marca do impressor parisiense Agostinho Courbé<sup>71</sup>.

*Quinta Dominga da Quaresma.* 317  
 vertindovos, & protestan- nem nesta vida podeis alcan-  
 dovos da parte de Deos, que çar a Graça, nem na outra  
 sem estas tres condiçoens, merecer a Gloria.



S E R-

*Quinta Dominga da Quaresma.* 317  
 vertindovos, & protestan- nem nesta vida podeis alcan-  
 dovos da parte de Deos, que çar a Graça, nem na outra  
 sem estas tres condiçoens, merecer a Gloria.



SER-

Os ornamentos xilográficos reproduzidos na edição original e na contrafacção são completamente diferentes: na primeira, estampou-se uma gravura cópia da marca de Agostinho Courbé; na segunda, um cesto com flores.

Compulsámos na Biblioteca Nacional um exemplar deste tomo (cota L. 5258V) constituído por cadernos provenientes de diferentes edições e, pelo estudo das suas características tipográficas, concluímos que a portada e alguns cadernos foram executados por Miguel Rodrigues. A folha-de-rosto deste exemplar, ilustrada precisamente com a mesma vinheta que figura na portada da contrafacção da segunda parte dos *Sermões* de Vieira, da responsabilidade tipográfica de Miguel Rodrigues, tem as seguintes características tipográficas: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / JESU. /

<sup>71</sup> CUNHA, Xavier da. *Ob. cit.*, p. 361.

Prêgador de Sua Magestade. / QUARTA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / EM LISBOA. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES. / A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXV. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>72</sup>

*Conde do Redondo Thomé José de Sousa*

SERMOENS

DO

P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE

JESU,

Prêgador de Sua Magestade.

QUARTA PARTE.



EM LISBOA.

Na Officina de MIGUEL DESLANDES.  
A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXV.

*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Portada de uma edição apócrifa da Quarta parte dos *Sermões* do P. António Vieira. Miguel Rodrigues foi o responsável pela sua impressão.

<sup>72</sup> Exemplar que pertenceu ao Conde do Redondo, Thomé José de Sousa.

As coincidências que se fazem notar entre as vinhetas e capitulares estampadas em alguns cadernos deste exemplar e em obras impressas por Miguel Rodrigues podem ser atestadas pelos seguintes exemplos:

1º – A página final do «Sermam da primeira Oitava da Paschoa» (p. 433) é embelezada pela reprodução de uma gravura de remate, precisamente igual à que Miguel Rodrigues utilizou para decorar a página 250 da segunda parte de *Arte Explicada ...*, de Madureira Feijó, embora aí se encontre impressa na posição inversa.

*primeira Oitava da Paschoa.* 433  
 thesotiros são para os que  
 cá ficão. Costumavaõ os  
 antigos mandar enterrar os  
 seus thesouros debaixo das  
 suas sepulturas: & por isso  
 diz Job, que os que ca-  
 vaõ thesouros, se alegrão,  
 quando achão algum sepul-  
 chro: *Effodientes thesaurum,*  
*gaudent vehementer cum in-*  
*venerint sepulchrum.* E não  
 he melhor, que a Alma ache  
 os seus thesouros no Ceo,  
 & se alegre com elles, do-  
 q̃ alegraremse outros com a  
 vossa sepultura, & com a  
 vossa morte, para se logra-  
 rem do que vós não podeis  
 levar com vósco? Ora tenha-  
 mos, tenhamos Fé, & en-  
 tristeaõnos somente nos  
 peccados, & alegremos só-  
 mente a esperança bem fun-  
 dada de nossa salvaçõ. E  
 para que atê das minas, que  
 não achastes, tireis algum  
 fruto: seja o primeiro a  
 consulaõ de fizermos tan-  
 tas diligencias pelos thesou-  
 ros da terra, quando taõ pou-  
 ca fazemos pelos do Ceo,  
 que não dê durar para sem-  
 pre: & o segundo, o exem-  
 plo, & resoluçõ de fazer  
 ao menos outro tanto pela  
 salvaçõ da Alma, & Gra-  
 ça de Deos, a qual nos pro-  
 mette o mesmo Deos que  
 acharemos sem duvida, se  
 assim a buscarmos. *Si qua-*  
*sieris eam, quasi pecuniam,*  
*& sicut thesauros effoderis il-*  
*lam; tunc intelliges timorem*  
*Domini, & scientiam Dei in-*  
*venies.*



Tem. 4.

Ec

SER-

Página final do «Sermam da primeira Oitava da Paschoa», incluído na quarta parte dos *Sermões* da autoria do Padre António Vieira.

## 250 *Syntaxe Transitive*

*deest vobis, pro aliam utilitatem ferant.*

A quinta he de aquellos verbos, que pedem *Aliquem aliquo* se apõs os verbos que significão *Vestir, Despir, Calçar, Descalçar, Onuar, Acoviar, Cobrir*, pela regra *Induo, & Infero*: *Oculos natura membranis tenuissimis vestivit, & sepsit.*

Os verbos, que significão *lincher, Despejar, Carregar, Descarregar, Prender, Livrar, Enregar*, pela regra *Item verbis implent*: *Omnibus eum contumelias onerasti.* Os verbos, que significão *Privar*: *Aegritudo me somno privat.*

A sexta he de aquellos verbos, que pedem além do accusativo ablativo com preposiçõ, isto he ou *Aliquid ab aliquo*, que se são os que significão *Pedir, Perguntar, e Inquirir*, pela regra *Percontandi sextum babeant*: *Quid alta vita, quid stultas à te speritent, videbis.*

Os que significão *Tirar, Abster, Receber, Apartar*, pela regra *Mitipræterea*: *Præclarum à maioribus morem accepimus.*

Ou seja *Aliquid ex aliquo*, como pedem os verbos, que significão *Entender, Condecer, Saber, Aprender, e Conjecturar*, pela regra *Intelligendi verba*: *Ea certissima putabo, que ex me cognovero.*

Os que estã na regra *Avello, Eripio*, pertencem ás duas Transições de *Aliquid alicui*, e de *Aliquid ab aliquo*. E os que estã na regra *Induo, Conspingo*, pertencem ás duas Transições de *Aliquid alicui*, e *Aliquem aliqua re*.



TRAN-

Página final de *Arte Explicada ...* (2ª parte), obra impressa por Miguel Rodrigues em 1730.

2º – O ornamento xilográfico, representando um cesto com flores, impresso para marcar o fim do texto de «Sermam nas Exequias da S. D. Maria de Ataíde» (p. 458), fazia parte, como atrás ficou provado (pág. 321), do material iconográfico da oficina do Cardeal Patriarca.

458 *Sermam nas Exequias da S. D. Maria de Ataíde.*  
 que os parentes morrem para sy, & para Deos, morraõ tambem para nõs. Deixemõs por herdeiros de seus delenganos. Confidemos, que foraõ o que fomos. Que havemos de fer o que faõ. Que alli vay a parar tudo. E que tudo o que alli naõ aproveita, he nada. Se nos dà confianças a Idade, reparemos, quaõ fragil he, & quaõ sujeita ao menor accidente. Se a Gentileza nos engana, delengane-nos huma Caveira, que he o que ló tem duravel a mayor fermofura. Se a Discreção finalmente nos delvace, faibamos fer discretos, que he saber salvarnos. Já que tanta vida se tem dado ao mundo, & a vaidade, demos se quer a Deos esta ultima parte, que nos restar, que sempre ferá a melhor. E desta maneira ficaremos escolhendo com Maria a melhor parte: *Maria opti-  
nam partem elegit.*



SER-

Fim do texto e remate ornamental impresso no «Sermam nas Exequias da S. D. Maria de Ataíde». incluído na contrafacção da quarta parte dos *Sermões* de Vieira, cuja impressão atribuímos a Miguel Rodrigues.

3º – Também a gravura reproduzida no final do «Índice dos Lugares da Sagrada Escritura» (pág. 569) é comprovadamente da oficina de Miguel Rodrigues. Como mencionámos na página 339, este ornamento foi reproduzido, entre outras obras, no rosto do *Sermam nas exequias solemnes do Santissimo Padre Benedicto XIII* ..., publicado por aquele impressor no ano de 1730.

10. *Plague Domine, non vindicas sanguinem nostrum?* 548.
- Cap. 12. 4. *Et diaco stetit ante mulierem, qua erat paritura, ut cum peperisset, filium ejus decoraret.* 505.
- Cap. 14. 5. *In ore eorum non est inventum mendacium.* 185.
- Cap. 19. 16. *Rex Regum, & Dominus dominantium.* 215.
- Cap. 20. 1. *Habentem claritatem Dei, & lumen ejus simile lapidi pretioso, tanquam lapidi jaspidis, sicut crystallum.* 190.
- Cap. 21. 2. *Vidi Civitatem Jerusalem novam descendentem de Caelo, a Deo paratam sicut sponsam ornatum viro suo.* 189.
- 1.2. *Et vidi caelum novum, & terram novam: primum enim caelum, & prima terra abiit, & ma-*
- re iam non est.* 497.
4. *Mors ultra non erit, neque luctus, neque clamor, neque dolor erit ultra.* 192.
18. 21. *Ipsa vero civitas auro mundum simile vitro munita, & platea civitatis auro perlucida, tanquam vitrum perlucidum.* 191.
21. *Et singula parte erant ex singulis margaritis.* 191.
24. *Et ambulabunt gentes in lumine ejus, & Reges terra offerent gloriam suam, & bonam in illam.* 498.
- Cap. 22. 1.2. *Fluvium aquae vitae spiritidum tanquam crystallum procedentem de sede Dei, & aqua in medio plateae ejus, & ex utraque parte fluminis lignum vitae.* 192.



Oo

IN:

O remate ornamental estampado na pág. 569 de uma suposta edição deslandesiana é precisamente igual ao que embeleza a portada do *Sermam nas Exequias Solemnes do Santissimo Padre Benedicto XIII*, obra impressa em Lisboa por Miguel Rodrigues, em 1730.

Embora não tenhamos localizado nenhum exemplar cujo trabalho tipográfico possa ser atribuído integralmente à oficina de Miguel Rodrigues, parece-nos crível admitir que houve duas edições falsas deste tomo dos *Sermões* do Padre António Vieira, executadas, no século XVIII, por António Pedroso Galvão e Miguel Rodrigues.

# SERMAM

N A S

## EXEQUIAS SOLEMNES

DO SANTISSIMO PADRE

### BENEDICTO XIII.

Da Sagrada Ordem dos Prègadores,  
Celebradas no Real Convento de S. Domingos de  
Lisboa em 30. de Março de 1730.

PRÈGADO PELO M. R. P. MESTRE

Fr. JOSEPH DA PURIFICAC, AM  
Religioso da mesma Ordem.



LISBOA OCCIDENTAL.

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES

M. DCC. XXX.

Com todas as licenças necessarias.

## *Quinta Parte*

À edição original corresponde a descrição bibliográfica seguinte: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / JESU, / VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL / Prègador de Sua Mageftade. / QVINTA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageftade. / A cuſta de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXIX. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.*<sup>73</sup>

São falsos impressos deslandesianos os exemplares que apresentam no rosto as características tipográficas seguintes: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE / JESU, / VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL / Prègador de Sua Mageftade, / QVINTA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageftade. / A cuſta de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXIX. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.*<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> B.A., A-XXVI-15.

<sup>74</sup> B.A., A-XXVI-14.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE  
JESU,  
VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL,  
Prègador de Sua Magestade.  
QVINTA PARTE.



LISBOA,  
Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.  
A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXIX.

*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Portada da edição-princeps da Quinta parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, publicada por Miguel Deslandes em 1689.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEIRA,  
DA COMPANHIA DE  
JESU,  
VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL,  
Prègador de Sua Magestade,  
QVINTA PARTE.



LISBOA,  
Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.  
A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXIX.

*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Portada da contrafacção da Quinta parte dos *Sermões* do Padre António Vieira.

Pela observação cuidada das duas portadas, mais do que pelas diferenças que se registam entre as suas descrições bibliográficas (uma só se verifica: a palavra «Magestade» é seguida de um ponto final na edição original, e de uma vírgula na contrafacção), verificamos tratar-se de duas edições distintas: são diferentes os caracteres tipográficos; é diversa a composição; e, se tomarmos como ponto de referência a expressão «Quinta Parte», damo-nos conta de que o florão emblemático da Companhia de Jesus não se encontra colocado à mesma altura nas duas espécies.

A contrafacção deste tomo – executada, segundo cremos, por Miguel Rodrigues – apresenta uma característica que a distingue dos anteriores casos de fraude eleitoral, associados a esta obra do Padre António Vieira. O impressor-falsificador demonstrou um cuidado extremo em simular a edição original e os elementos decorativos utilizados são um plágio evidente dos

impressos na edição deslandesiana, como pela apresentação de dois exemplos claramente se demonstra:

1º – A tarja xilogravada alusiva à Companhia de Jesus, destinada a ilustrar o começo do texto do «Sermam da primeira Dominga do Advento» (pág. 1), é muito semelhante nas duas edições. Contudo, se colocarmos lado a lado as duas páginas, a nitidez e perfeição da impressão da edição original contrasta com um trabalho menos cuidado da contrafacção. A capitular ornamentada (letra P) que assinala o início do texto deste Sermão é, na edição-falsa, uma imitação grosseira da letra impressa na edição-*princeps*.



SERMAM  
DA PRIMEIRA DOMINGA  
DO  
ADVENTO.

*Celum, & terra transibunt: verba autem mea non transibunt. Luc. 21.*

§. I.



Assará o Ceo, & a terra, mas o que dizé as minhas palavras não passará. Cõ esta notavel, & não usada sentença conclue Christo Redemptor nosso a narração do Evágelho, que acabamos de ouvir. Diz que ha de vir julgar, & pedir  
Tom. 7.

conta ao mundo no ultimo dia delle: & porque antes de o mundo ser julgado, ha de ser abrazado primeiro, & convertido em cinzas, sobre o incendio, que o ha de consumir, cae a primeira parte da conclusão: *Celum, & terra transibunt; & sobre a conta que depois promete ha de tomar a todo o genero humano, cae a segunda: Verba autem*  
A mea

Edição original

É evidente a preocupação do impressor-falsificador em simular a edição original.



SERMAM  
DA PRIMEIRA DOMINGA  
DO  
ADVENTO.

*Celum, & terra transibunt: verba autem mea non transibunt. Luc. 21.*

§. I.



Assará o Ceo, & a terra, mas o que dizé as minhas palavras não passará. Cõ esta notavel, & não usada sentença conclue Christo Redemptor nosso a narração do Evágelho, que acabamos de ouvir. Diz que ha de vir julgar, & pedir  
Tom. 7.

conta ao mundo no ultimo dia delle: & porque antes de o mundo ser julgado, ha de ser abrazado primeiro, & convertido em cinzas, sobre o incendio, que o ha de consumir, cae a primeira parte da conclusão: *Celum, & terra transibunt; & sobre a conta que depois promete ha de tomar a todo o genero humano, cae a segunda: Verba autem*  
A mea

Edição-falsa

2º – A gravura estampada na última página do «Sermam da Quarta Dominga do Advento» (pág. 157) da edição dada como impressa por Miguel Deslandes pretende ser uma cópia fiel da impressa na edição original. Existem diferenças de pormenor entre as duas xilogravuras e existe, sobretudo, uma diferença marcante de qualidade gráfica.

do Advento. 157

aquella estremada pobreza, & por aquelle affecto ardentissimo com que tudo isto padecestes por amor de nós. Virgem Santissima, hoje he o dia dos encêdidissimos desejos de vossa Expectação, parti com nosco, Senhora, desfes affectos, para que naçam tambem Christo em nos-  
 sas almas. Convertei os suspiros em inspiraçoens, pedi a vosso querido Espofo, o Espirito Santo, trespassse noscos coraçõens com hum rayo efficaz de sua luz, para que o amemos, para que o sirvamos, & para que mereçamos a sua graça, & por meio della a gloria.



SER-

do Advento. 157

aquella, estremada pobreza, & por aquelle affecto ardentissimo com que tudo isto padecestes por amor de nós. Virgem Santissima, hoje he o dia dos encêdidissimos desejos de vossa Expectação, parti com nosco, Senhora, desfes affectos, para que naçam tambem Christo em nos-  
 sas almas. Convertei os suspiros em inspiraçoens, pedi a vosso querido Espofo, o Espirito Santo, trespassse noscos coraçõens com hum rayo efficaz de sua luz, para que o amemos, para que o sirvamos, & para que mereçamos a sua graça, & por meio della a gloria.



SER-

Página final do «Sermam da Quarta Dominga do Advento» na edição-original e na contrafacção: é notória a diferença de qualidade entre as duas impressões.

Miguel Rodrigues deixou, mesmo assim, marcas que permitem identificá-lo como autor desta contrafacção. Sem nos atermos a aspectos de pormenor, não podemos deixar de salientar que as letras maiúsculas ornamentadas escolhidas para marcar os começos de cada Sermão, muito diferentes das impressas na edição original, pertenciam ao material da sua oficina. Limitamo-nos a ilustrar esta situação com um exemplo:

A capitular ornamentada (letra A) que assinala o início do texto do «Sermam da Segunda Dominga da Quaresma» (pág. 431) é diferente nas duas edições.



# SERMAM

DA SEGUNDA

# DOMINGA

DA QVARESMA.

*Assumpsit Iesus Petrum, & Iacobum, & Ioannem, & duxit illos in montem excelsum seorsum, & transfiguratus est ante eos. Matth. 17.*

§. I.

393



S portas quasi da terra de Promissão mandou Moyses apregoar em dous montes altos, & oppostos ( com vozes, que todo o exercito immenso dos filhos de Israel estendido pelos campos milagrosamente ouvia ) em hum chamado Garizim, as felicidades dos que guardassem a Ley

de Deos, & em outro que se chamava Hebel, as maldiçoens, & desgraças dos q̄ a não guardassem. Taes se me afigurão nesta entrada da Quaresma os dous montes tambem muito altos, & não s̄o oppostos, mas totalmente contrarios, cuja historia Evangelica neste Domingo, & no passado nos representou, & representa a Igreja. No primeiro monte o Demonio, q̄ ainda se chamava Principe



# SERMAM

DA SEGUNDA

# DOMINGA

DA QVARESMA.

*Assumpsit Iesus Petrum, & Iacobum, & Joannem, & duxit illos in montem excelsum seorsum, & transfiguratus est ante eos. Matth. 17.*

§. I.



S portas quasi da terra de Promissão mandou Moyses apregoar em dous montes altos, & oppostos ( com vozes, que todo o exercito immenso dos filhos de Israel estendido pelos campos milagrosamente ouvia ) em hum chamado Garizim, as felicidades dos que guardassem a Ley

de Deos, & em outro que se chamava Hebel, as maldiçoens, & desgraças dos q̄ a não guardassem. Taes se me afigurão nesta entrada da Quaresma os dous montes tambem muito altos, & não s̄o oppostos, mas totalmente contrarios, cuja historia Evangelica neste Domingo, & no passado nos representou, & representa a Igreja. No primeiro monte o Demonio, q̄ ainda se chamava Principe

As capitulares utilizadas para assinalar o início do texto do «Sermam da Segunda Dominga da Quaresma» são diferentes nas duas edições.

A letra reproduzida na contrafacção é exactamente igual à que vemos impressa, por exemplo, na página 16 de TRIUNFO / CARMELITANO. / DO REAL CONVENTO DO / Carmo de Lisboa na Canonização / DE / S. JOÃO DA CRUZ / RELIGIOSO PROFESSO DA / Oberfancia no seu Convento de Santa / Anna de Medina, e depois Pay da / Reforma Carmelitana. / [Emblema da Ordem do Carmo.] / LISBOA OCCIDENTAL. / [Tranca.] / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES. / M.DCC.XXVII. / Com todas as licenças necessarias.

**TRIUNFO**  
**CARMELITANO,**  
**DO REAL CONVENTO DO**  
 Carmo de Lisboa na Canonização  
 DE  
**S. JOÃO DA CRUZ,**  
**RELIGIOSO PROFESSO DA**  
*Observancia no seu Convento de Santa*  
*Anna de Medina, e depois Pay da*  
*Reforma Carmelitana.*



**LISBOA OCCIDENTAL,**

Na Officina de **MIGUEL RODRIGUES,**  
 M. DCC. XXVII.

*Com todas as licenças necessarias,*

A capitular (letra A) impressa na página 16 de *Triunfo Carmelitano*, obra estampada por Miguel Rodrigues em 1728, é exactamente igual à reproduzida no início do texto do «Sermam da Segunda Dominga da Quaresma» da edição supostamente impressa por Miguel Deslandes.



Cabada assim a procissão, porque ainda se continhe de alguma sorte o louvor do nosso Santo; a seguirá huma representação do Monte Parnaso, precedida tambem de alguns clarins, mostrando em hir neste ultimo lugar quanto sem embargo de ser-tão declarádo dos Poetas o excede nas glorias o Carmelo agora, e sempre triunfante. Nelle To verá Apollô, fabuloso Deos da Poesia, assistido das nove Mulas, as quaes offerecerão ao povo varios Poemas, que a diversos assumptos fizerao alguns engenhos devotos do nosso Santo. Hum Satyro levará o Estandarte com letra accomodada ao presente empenho, que diz assim: *Existemus in carnibus.*

F I M.



## *Sexta Parte*

A edição original da sexta parte dos *Sermões* do Padre António Vieira apresenta na sua página de rosto as seguintes características tipográficas: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA, / da Companhia de Je ſu. / VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL / Prégador de Sua Mage ſtade, / SEXTA PARTE. / [Ornamento emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impre ſ ſor de Sua Mage ſtade. / A cu ſta de ANTONIO LEYTE PEREYRA, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXX. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.*<sup>75</sup>

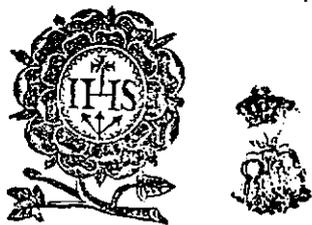
Pertencem a uma edição apócrifa, executada na oficina de António Pedroso Galvão, os exemplares que ostentam na portada os seguintes dizeres: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA, / da Companhia de Je ſu, / VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL, / Prégador de Sua Mage ſtade, / SEXTA PARTE. / [Ornamento emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impre ſ ſor de Sua Mage ſtade. / Á cu ſta de ANTONIO LEYTE PEREYRA. Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXX. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.*<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Os sete exemplares deste tomo existentes na Biblioteca da Ajuda (cotas A-XXVI-17 a 21 e C-X-1 e 2) pertencem à edição original.

<sup>76</sup> Este exemplar, que pertenceu à livraria do Mosteiro de Alcobaça e agora se encontra integrado na Biblioteca Nacional de Lisboa, tem a cota Trunc. 243P.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEYRA  
da Companhia de Jesu,  
VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL,  
Prégador de Sua Magestade,  
SEXTA PARTE.



LISBOA;  
Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.  
A custa de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros.

M. DC. LXXX.  
*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Rosto da edição-princeps da sexta parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, estampada em Lisboa por Miguel Deslandes, em 1690.

SERMOENS  
DO  
P. ANTONIO VIEYRA  
da Companhia de Jesu,  
VISITADOR DA PROVINCIA DO BRASIL,  
Prégador de Sua Magestade,  
SEXTA PARTE.



LISBOA,  
Na Officina de MIGUEL DESLANDES;  
Impressor de Sua Magestade.  
A' custa de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros:

M. DC. LXXX.  
*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*  
*Livraria d'Alcobaça.*

Portada da contrafacção da sexta parte dos *Sermões* do P. António Vieira, estampada em Lisboa por António Pedroso Galvão, no século XVIII.

Pela análise comparativa das folhas-de-rosto, apercebemo-nos, de imediato, de que as espécies não têm uma proveniência comum, pois, se ao nível da composição as divergências se limitam a aspectos de pormenor (posição do acento na palavra *Prégador*; *A custa de ...* em vez de *A custa de ...*; e posição diferente do ponto final após a expressão *Sexta parte*). é evidente que o ornamento xilográfico, símbolo da Companhia de Jesus, que as ilustra, é diverso nas duas edições. O reproduzido na contrafacção, menos perfeito que o impresso na edição-princeps, fazia parte integrante do material iconográfico da oficina de António Pedroso Galvão, e aparece impresso, entre outras obras saídas legalmente da sua oficina, em SERMAM / DO / Glorio so, & In signe Martyr / S. GEORGE. / PREGADO / Em o Hospital Real de Lisboa, em 12. de Mayo de 1697. / PELO M.R.P.D. MANOEL PIRES DOURADO: / OFFERECIDO A SENHORA / D. MARIANNA RANGEL DE / Macedo Ca [telbranco. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA. / Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / [Tranca.] / *Com todas as licenças necessarias.* / Anno M.DC.XCVIII.

**SERMAM**  
DO  
Glorioso, & Insigne Martyr  
**S. GEORGE.**

*PREGADO*

Em o Hospital Real de Lisboa, em 12. de Mayo de 1697.

PELO M. R. P. D. MANOEL PIRES DOURADO;

OFFERECIDO A SENHORA

**D. MARIANNA RANGEL DE**  
Macedo Castelbranco.



**LISBOA,**

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

*Com todas as licenças necessarias.*

Anno M. DC. XCVIII.

Folha-de-rosto de *Sermam do Glorioso e Insigne Martyr S. George.*  
impresso em Lisboa por António Pedroso Galvão, em 1698.

É interessante notar que existe certa unidade gráfica e estética entre os diversos volumes contrafeitos, pois na portada da contrafacção do tomo segundo e do tomo terceiro, também da responsabilidade tipográfica de António Pedroso Galrão, utilizou-se a mesma xilogravura que vemos impressa no rosto deste sexto tomo. Mas a confirmação da implicação de António Pedroso Galrão, no presente caso de fraude editorial, comprova-se pelos seguintes motivos, entre muitos outros que poderiam ser apresentados:

1º – A gravura reproduzida no final do «Sermão do Santíssimo Nome de Maria» é diferente nas duas edições: a que ilustra a edição original, de decoração fitomórfica, pertenceu comprovadamente ao material iconográfico da oficina de Miguel Deslandes; a impressa na contrafacção é, como atrás referimos (pág. 275), exactamente igual à que António Pedroso Galrão utilizou para ilustrar uma das páginas de *Exercícios Espirituaes* (I parte), obra impressa na sua oficina no ano de 1731;

*de Maria.*

quando elles pretendêrão as duas cadeiras do lado de Christo por meyo della, diz o Evangelista, que fez a petição a Christo a mãy dos filhos de Zebedeo: *Accessit ad Jesum mater filiorum Zebedæi.* Pois porque a não nomeou o Evangelista por seu nome, & usou deste rodeyo de locução tão extraordinario? Outros darão melhor razão. Mas o certo he que Christo nesta occasião negou aos dous irmãos o que pretendiaõ: & com grande fundamento se pôde crer, que o Espirito Santo, que governava a penna dos Evangelistas, o dispoz assim, para que na Sagrada Escriçura não ouvesse hum Texto, em q̄ juntamente se nomeasse o nome de Maria, & se lesse que Christo negara o que lhe pediaõ. Diz o mesmo Christo, que tudo o que pedirmos em seu nome nos concederá seu Eterno Padre: & se o Pai concede tudo o que se lhe pede em nome do Filho, como não concederá o Filho tudo o que se lhe pede em nome da Mãy? Pedimos confiadamente de baixo do seguro deste poderosissimo nome, & não peçamos pouco. Peçamos muito, ou peçamos tudo, que he a graça, penhor da gloria: *Quam mihi, &c.*



SER-

Final do texto do «Sermam do Santissimo Nome de Maria», na edição original.

*de Maria.*

quando elles pretendêrão as duas cadeyras do lado de Christo por meyo della, diz o Evangelista que fez a petição a Christo a mãy dos filhos de Zebedeo: *Accessit ad JESUM mater filiorum Zebedæi.* Pois porque a não nomeou o Evangelista por seu nome, & usou deste rodeyo de locução tão extraordinario? Outros darão melhor razão. Mas o certo he que Christo nesta occasião negou aos dous irmãos o que pretendiaõ: & com grande fundamento se pôde crer que o Espirito Santo, que governava a penna dos Evangelistas, o dispoz assim, para que na Sagrada Escriçura não houvesse hum Texto, em q̄ juntamente se nomeasse o nome de Maria, & se lesse que Christo negara o que lhe pediaõ. Diz o mesmo Christo que tudo o que pedirmos em seu nome nos concederá seu Eterno Padre: & se o Pai concede tudo o que se lhe pede em nome do Filho, como não concederá o Filho tudo o que se lhe pede em nome da Mãy? Peçamos confiadamente de baixo do seguro desse poderosissimo Nome, & não peçamos pouco. Peçamos muito, ou peçamos tudo, que he a graça, penhor da Gloria: *Quam mihi, &c.*



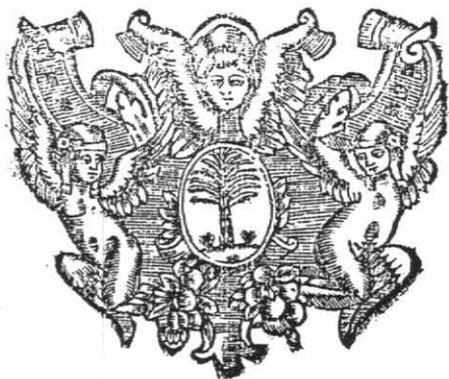
SER-

Página final do «Sermam do Santissimo Nome de Maria», na edição apócrifa.

2º – O final do «Sermão de Santo Antonio» é embelezado pela reprodução de uma gravura de remate, distinta nas duas edições. É comprovadamente da oficina de Miguel Deslandes a xilogravura impressa na edição-*princeps* e, como atrás referimos, foi inspirada na marca tipográfica do impressor francês Agostinho Courbé. O ornamento xilográfico estampado na contrafacção fazia parte integrante do material iconográfico da oficina de António Pedroso Galrão e, como atrás mencionámos, apareceu impresso, por exemplo, na pág. 135 do 2º volume de *Flagello do Peccado ...*, da autoria de Frei Paulo de Santa Theresa, publicado em 1736 por aquele impressor lisboeta;

128 *Sermão de Santo Antonio.*  
 todos. O mesmo fois, & não menos poderoso para o muito, que para o pouco. Apertay com esse Senhor, que tendes nos braços, & apertay-o de maneira, que assim como nos concedeo esta vitoria, nos conceda a ultima, & total de nossos inimigos. E

nòs como tão faltos de merecimento a reconhecermos sempre como sua, & como vossa: como sua, dada por amor de sy; & como vossa, alcançada por amor de vòs: *Propter me, & propter David servum meum.*



SER-

128 *Sermão de Santo Antonio.*  
 todos. O mesmo fois, & não menos poderoso para o muito, que para o pouco. Apertay com esse Senhor, que tendes nos braços, & apertay-o de maneira, que assim como nos concedeo esta vitoria, nos conceda a ultima, & total de nossos inimigos. E

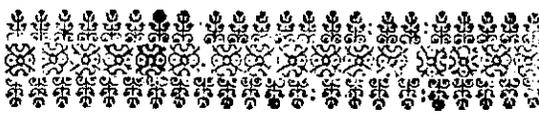
nòs como tão faltos de merecimento a reconhecermos sempre como sua, & como vossa; como sua dada por amor de si, & como vossa, alcançada por amor de vòs: *Propter me, & propter David servum meum.*



SER-

As gravuras reproduzidas no final do «Sermam de Santo António» são completamente diferentes nas duas edições.

3º – A tarja ornamental compósita que ilustra a parte superior da página onde se inicia o «Sermam da Santa Iria, em Santarem.» difere nas duas edições. O friso impresso na contrafacção é precisamente igual ao que decora a página onde se inicia o «Sermam na Festa do S. Crucifixo com o Sacramento Exposto, No Convento de Santa Monica de Goa, anno 1700.» inserto em *Sermões Varios prégados na India ...*, obra da autoria do Padre Manuel de Sá, publicada por António Pedroso Galvão em 1710.



**SERMAM**  
DE  
**SANTA IRIA,**  
Em Santarèm.

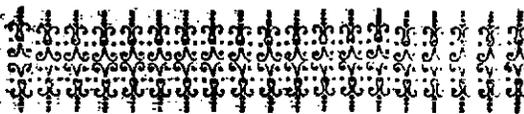
*Quinque autem ex eis erant fatuae, & quinque prudentes. Matth. 25.*

§. I.

315 **A**ssim como segurar a vida da eternidade he a mayor prudencia, assim perdela, ou arriscala he a mais rematada locura. Sò aquelle, que se soube salvar, posto que em tudo o mais obrasse como nescio, foy prudente: & só aquelle que não sabe segurar este ponto, ainda que

em tudo pareça prudente, he louco. Isto he o que nos ensinou o divino Mestre, & isto o que hoje nos repete o Evangelho na tão sabida Parabola das dez Virgens. Cinco dellas, diz Christo, eraõ loucas, & cinco prudentes: *Quinque ex eis erant fatuae, & quinque prudentes.* E em que consistio a prudencia das prudentes, & a locura das loucas? Consistio em que  
Z ij de-

Página inicial do «Sermam de Santa Iria, em Santarèm», na edição-princeps.



**SERMAM**  
DE  
**SANTA IRIA,**  
Em Santarem.

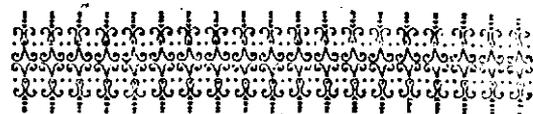
*Quinque autem ex eis erant fatuae, & quinque prudentes. Matth. 25.*

§. I.

315 **A**ssim como segurar a vida da eternidade he a mayor prudencia, assim perdela, ou arriscala he a mais rematada locura. Sò aquelle, que se soube salvar, posto que em tudo o mais obrasse como nescio, foy prudente, & só aquelle, que não sabe segurar este pon-

to, ainda que em tudo pareça prudente, he louco. Isto he o que nos ensinou o Divino Mestre, & isto o que hoje nos repete o Evangelho na tão sabida Parabola das dez Virgens. Cinco dellas, diz Christo, eraõ loucas, & cinco prudentes: *Quinque ex eis erant fatuae, & quinque prudentes.* E em que consistio a prudencia das prudentes, & a locura das loucas? Consistio em que  
Z ij de-

Página inicial do «Sermam de Santa Iria, em Santarem», na edição clandestina.



**SERMAM**  
 NA FESTA DO  
**S. CRUCIFIXO**  
 COM O SACRAMENTO EXPOSTO,  
 No Convento de Santa Monica de Goa,  
 anno 1700.

*Confestim vidit... Et plebs ut vidit, dedit laudem*  
 Deo. Luc. 18.

**M**ER, & não ver, & tudo por milagre, he o que hoje venera a nossa Fé, he o que hoje applaude a nossa devoção: & por isso, Divina, & humana Magellade, por isso em vossa presença, que debayxo dessa cortina naturalmente nem podeis ver, nem fer visto: & a vossos olhos, que sobre o madeyro dessa Cruz vos deyxais ver, & nos vistes, concorremos hoje reverentes, tanto para admirarmos vossos prodigios, como para louvarmos vossas maravilhas, com muyto mayores obrigações do que antigamente fez o povo de Judea pela occasião, que referem as pala-

R 3 Vras

O friso que ornamenta esta página de *Sermões Varios Prégados na India* ... estampados por António Galvão em 1710, é igual ao reproduzido na página inicial do «Sermam de Santa Iria», na edição apócrifa da sexta parte dos *Sermões* do P. António Vieira.

*Sétima Parte*

A descrição bibliográfica feita a partir da portada da edição original<sup>77</sup> e da contrafacção<sup>78</sup> coincidem: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA. / da Companhia de Jesu. / Prêgador de Sua Magestade, / SEPTIMA PARTE. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impressor de Sua Magestade. / A custa de ANTONIO LEYTE PEREYRA, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXII. / *Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

**SERMOENS**  
D O  
P. ANTONIO VIEYRA  
da Companhia de Jesu,  
Prêgador de Sua Magestade,  
**SEPTIMA PARTE.**



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.

A custa de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXII

*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Portada da edição original da sétima parte dos *Sermões* do Padre Vieira, saída dos prelos de Miguel Deslandes em 1692.

**SERMOENS**  
D O  
P. ANTONIO VIEYRA  
da Companhia de Jesu,  
Prêgador de Sua Magestade,  
**SEPTIMA PARTE.**

5261



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.

A custa de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXII

*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Portada da contrafacção da sétima parte dos *Sermões* do P. António Vieira, impressa em Lisboa por Miguel Rodrigues.

Temos de analisar os caracteres tipográficos utilizados, para nos apercebermos da existência de duas edições distintas, pois o símbolo emblemático da Companhia de Jesus é praticamente idêntico nas duas espécies: assim, por exemplo, as letras E, M e S presentes na

<sup>77</sup> B.A., 2-V-18 e C-X-3, 4, 5 e 7.

<sup>78</sup> B.A., C-X-8 e B.N.L., L. 5261V.

palavra «SERMOENS» são diferentes nas duas edições: diversas são também as letras E e R utilizadas na expressão «SEPTIMA PARTE».

As coincidências mantêm-se ao longo das 570 páginas (XII + 558 pp.) que constituem as duas edições: a mesma paginação, os mesmos reclamos, as mesmas rubricas, a mesma divisão de texto por página. São, contudo, diferentes nas duas edições as vinhetas e capitulares utilizadas, embora se note, em alguns casos, o cuidado de simular a edição original. Pelo seu estudo, fácil se torna concluir que Miguel Rodrigues foi também o responsável pela produção desta suposta edição deslandesiana. Assim, podemos afirmar, a título exemplificativo, que:

1º – O ornamento iconográfico que ilustra, na edição-pirata, o fim do texto do «Sermão do Santíssimo Sacramento» (pág. 130) é, como salientou Xavier da Cunha, uma simulação, produzida por iniciativa de Miguel Rodrigues, da xilogravura executada em Portugal no tempo de João da Costa e muito usada nas edições deslandesianas.<sup>79</sup> A referida xilogravura, imitação da existente na oficina de Miguel Deslandes, foi muitas vezes publicada em obras impressas legalmente na oficina de Miguel Rodrigues, e aparece estampada, por exemplo, no final do índice do tomo VIII dos *Commentaria ...*, de Álvares Pegas.

Edição original

130 *Sermão do Santíssimo Sacramento.*  
aquillo que pôde impedir a verdadeira concordia, & uniaõ deste Reyno todo voffo ; para que unidos o defendamos , unidos o conservemos , unidos lo-gremos nelle os augmen-tos, & felicidades, que lhe tendes promettido ; & unidos finalmente vos fir-vamos, & recebamos de tal modo nesse soberano mysterio, que conservan-do sempre inteira, & perfeita unidade em vòs, & comnosco , na terra per-petualmente vos louve-mos em uniaõ de graça, & no Ceo eternamente vos gozemos em uniaõ de glo-ria. *Ad quam, &c.*



SER-

Edição apócrifa

130 *Sermão do Santíssimo Sacramento.*  
aquillo que pôde impedir a verdadeira concordia, & uniaõ deste Reyno todo voffo ; para que unidos o defendamos , unidos o conservemos ; unidos lo-gremos nelle os augmen-tos, & felicidades, que lhe tendes promettido ; & unidos finalmente vos fir-vamos, & recebamos de tal modo nesse soberano mysterio, que conservan-do sempre inteira, & perfeita unidade em vòs, & comnosco , na terra per-petualmente vos louvê-mos em uniaõ de graça, & no Ceo eternamente vos gozemos em uniaõ de glo-ria. *Ad quam, &c.*



SER-

Fim do texto e ornamento xilográfico impresso na última página do «Sermão do Santíssimo Sacramento»: a gravura reproduzida na contrafacção é uma imitação da publicada na edição original.

<sup>79</sup> Cf. CUNHA, Xavier da. *Ob. cit.*, p. 364.

A D T I T. XXIV.

**D**E prohibiti one commercii circa res sacras, & an, & quando possint vendi;  
& pignori a bona Ecclesia? Pag. 569. gl. 1. & 2.

A D T I T. XXV.

**D**E privilegiis Ecclesiarum, & earum colonis, & quomodo interpretari de-  
beant? Pag. 572.  
An, & quando coloni Senatorum, & Melitensium gaudeant privilegio Senatorum;  
& Ecclesiarum? Pag. 576.



Tom. VIII.

\*\*\*

LL

Gravura impressa na página final do índice do tomo VIII de *Commentaria* ... de  
Álvares Pegas, obra impressa por Miguel Rodrigues.

2º – O elemento decorativo, representando um vaso com flores, que marca o final do texto do «Sermão da Ressurreição» (p. 304), é diferente nas duas edições. O estampado na edição original fazia parte do material iconográfico da oficina de Miguel Deslandes; o reproduzido na contrafacção pertencia à oficina de Miguel Rodrigues e aparece impresso, por exemplo, como vinheta de remate, na página 54 do tomo IV (2ª edição) de *A Fenix Renascida* ..., publicada por aquele impressor em 1746.

304 *Sermão da Ressurreição.*

304  
 citaõ na terra, pergũtares  
 com a Alma Santa: *Indica*  
*mibi quem diligit anima*  
*mea, ubi pascas, ubi cubes*  
*in meridie*, isto he, no me-  
 yo dia da gloria; confiai  
 na bondade, & misericor-  
 dia de ambos, que na mes-  
 ma gloria achareis o Fi-  
 lho à dextra do Padre, & a  
 Mãy à dextra do Filho:  
*Assistit Regina à dextris*  
*istis.*

304. Tudo isto que  
 tenho dito, he para todos  
 em qualquer parte do  
 mundo; mas para os mo-  
 radores desta nossa Cida-  
 de de Belem, com mayor  
 propriedade. Judeos eraõ

os Letrados, a quem con-  
 sultou Herodes sobre o  
 lugar onde achariaõ os  
 Magos a Christo, & res-  
 pondêraõ que em Belem:  
 Gentios eraõ os mesmos  
 Magos, & o lugar onde o  
 acháraõ, foy em Belem. E  
 como o naõ acharáõ em  
 Belem os Christaõs da  
 mesma Belem, que orem  
 de suas portas adentro?  
 Busquemolo com todo  
 coração, & busquemolo  
 nesta Casa da Senhora da  
 Graça, que he a Casa de  
 sua Mãy: & o mesmo An-  
 jo que no Sepulchro disse  
*Non est hic*, nos dirá o que  
 lá callou: *Hic est.*



SER-

Página final do «Sermão da Ressurreição», na edição original.

304 *Sermão da Ressurreição.*

estaõ na terra, pergũtares  
 com a Alma Santa: *Indica*  
*mibi quem diligit anima*  
*mea, ubi pascas, ubi cubes*  
*in meridie*, isto he, no me-  
 yo dia da gloria; confiai  
 na bondade, & misericor-  
 dia de ambos, que na mes-  
 ma gloria achareis o Fi-  
 lho à dextra do Padre, & a  
 Mãy à dextra do Filho:  
*Assistit Regina à dextris*  
*istis.*

303. Tudo isto que  
 tenho dito, he para todos  
 em qualquer parte do  
 mundo; mas para os mo-  
 radores desta nossa Cida-  
 de de Belem, com mayor  
 propriedade. Judeos eraõ

os Letrados, a quem con-  
 sultou Herodes sobre o  
 lugar onde achariaõ os  
 Magos a Christo, & res-  
 pondêraõ que em Belem:  
 Gentios eraõ os mesmos  
 Magos, & o lugar onde o  
 acháraõ, foy em Belem. E  
 como o naõ acharáõ em  
 Belem os Christaõs da  
 mesma Belem, que o tem  
 de suas portas adentro?  
 Busquemolo com todo  
 coração, & busquemolo  
 nesta Casa da Senhora da  
 Graça, que he a Casa de  
 sua Mãy: & o mesmo An-  
 jo que no Sepulchro disse  
*Non est hic*, nos dirá o que  
 lá callou: *Hic est.*



SER-

Página final do «Sermão da Ressurreição», na edição-pirata.

54. *Decimas*  
 Ser tão dura se lhe antoje.  
 Vida fallai-me hoje,  
 Que a manhã vem longe.

O Sol, que, qual gyrafol,  
 A vossas luzes se entrega;  
 Tãõ veloz corre, que chega  
 De hum mundo a outro com Sol:  
 Imitay pois seu farol,  
 Para que naõ se repare,  
 Em que hum Sol na terra pare,  
 E no Ceo hum Sol se arroje.  
 Vida, fallai-me hoje,  
 Que a manhã vem longe.



A

Página de *A Fenix Renascida* ... (tomo IV. 2ª ed.), obra impressa por Miguel Rodrigues em 1746.

3º – As capitulares floreadas utilizadas na edição-*princeps* foram substituídas na contrafacção por letras de um alfabeto, de que Miguel Rodrigues fez largo uso em obras editadas na sua oficina. A letra A, por exemplo, que assinala o início do texto do «Sermam da Quinta Terça Feira da Quaresma», foi impressa, como atrás mencionámos, na página 16 de *Triunfo Carmelitano ...*, obra publicada por Miguel Rodrigues no ano de 1728.



# SERMAM

DA QUINTA TERÇA FEIRA DA  
QUARESMA,

Prêgado em Roma na lingua Italiana à Serenissima Rainha de Suecia, em obsequio de hum ditame daquelle sublime Espirito, que detestando as beatarías publicas, só reputava por verdadeiras virtudes as que se occultão aos olhos do mundo.

*Nemo in occulto quid facit.* Joan. 7.

§. I.

125  Mayor graça da natureza, & o mayor perigo da graça são os olhos. São duas luzes do corpo, são dous laços da alma. Mas como os mesmos olhos ou são os proprios, com que vemos, ou os

alhejos, com que somos vistos; questaõ pôde ser não vulgar, & util curiosidade saber, quacs delles sejaõ o mayor laço, & o mayor perigo. Eu em tanta estreiteza de tempo não o tenho para disputar: & assim digo resolutamente, que o mayor perigo, & o mayor laço são os olhos alhejos. E porque? Porque

I ij que



# SERMAM

DA QUINTA TERÇA FEIRA DA  
QUARESMA,

Prêgado em Roma na lingua Italiana à Serenissima Rainha de Suecia, em obsequio de hum ditame daquelle sublime Espirito, que detestando as beatarías publicas, só reputava por verdadeiras virtudes as que se occultão aos olhos do mundo.

*Nemo in occulto quid facit.* Joan. 7.

§. I.

125  Mayor graça da natureza, & o mayor perigo da graça são os olhos. São duas luzes do corpo, são dous laços da alma. Mas como os mesmos olhos ou são os proprios, com que vemos, ou os

alhejos, com que somos vistos; questaõ pôde ser não vulgar, & util curiosidade saber, quacs delles sejaõ o mayor laço, & o mayor perigo. Eu em tanta estreiteza de tempo não o tenho para disputar: & assim digo resolutamente, que o mayor perigo, & o mayor laço são os olhos alhejos. E porque? Porque

I ij que

A letra capitular que assinala o início do «Sermam da Quinta Terça Feira da Quaresma ...» é diferente nas duas edições.

## Oitava Parte

A folha-de-rosto da edição original da oitava parte dos *Sermões* do Padre António Vieira apresenta os dizeres seguintes: XAVIER DORMINDO. / E / XAVIER ACORDADO: / DORMINDO, / Em três Oraçoens Panegyricas no Triduo da ſua Feſta, / DEDICADAS / AOS TRES PRINCIPES QUE / A RAINHA / NOSSA SENHORA / Confeſſa dever à interceſſão do meſmo Santo; / ACORDADO, / Em doze Sermoens Panegyricos. Moraes, & Aſceticos, os nove / da ſua Novena, o decimo da ſua Canonização, o unde- / cimo do ſeu dia, o ultimo do ſeu Patrocinio, / AUTHOR O PADRE / ANTONIO VIEYRA / Da Companhia de JESU, / Prègador de Sua Mageſtade. / A cuſta de ANTONIO LEYTE PEREYRA, Mercador de Livros. / M.DC.LXXXIV. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.*<sup>80</sup> ao passo que pertencem a uma falsa impressão deslandesiana os exemplares que têm na portada as seguintes características tipográficas: XAVIER DORMINDO, / E / XAVIER ACORDADO: / DORMINDO, / Em tres Orações Panegyricas no Triduo da ſua Feſta, / DEDICADAS / AOS TRES PRINCIPES QUE / A RAINHA / NOSSA SENHORA / Confeſſa dever à interceſſão do meſmo Santo, ACORDADO, / Em doze Sermoens Panegyricos, Moraes, & Aſceticos, os nove / da ſua Novena, o decimo da ſua Canonização, o unde- / cimo do ſeu dia, o ultimo do ſeu Patrocinio, / AUTHOR O PADRE / ANTONIO VIEYRA / Da Companhia de JESU, / Prègador de Sua Mageſtade. / OITAVA PARTE. / [Tranca.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageſtade. / A cuſta de ANTONIO LEYTE PEREYRA, Mercador de Livros. / M.DC.LXXXIV. / *Com todas as licenças neceſſarias, & Privilegio Real.*<sup>81</sup>

<sup>80</sup> B.A., C-X-12-14 e 16; C-X-10 e 11; e C.X-15.

<sup>81</sup> B.A., C-X-9 e 13. Pertence a esta edição-falsa a espécie descrita no *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*, sob o nº 3516.

XAVIER DORMINDO  
 E  
 XAVIER ACORDADO  
 DORMINDO,  
 Em tres Oraçoens Panegyricas no Triduo da sua Festa,  
 DEDICADAS  
 AOS TRES PRINCIPES QUE  
**A R A I N H A**  
 NOSSA SENHORA  
 Confessa dever à intercessão do mesmo Santo,  
 ACORDADO,  
 Em doze Sermoens Panegyricos, Moraes, & Asceticos, os nove  
 da sua Novena, o decimo da sua Canonização, o undecimo  
 do seu dia, o ultimo do seu Patrocínio,  
 AUTHOR O PADRE  
**ANTONIO VIEYRA**  
 Da Companhia de JESU,  
 Prêgador de Sua Magestade.  
**OITAVA PARTE.**

LISBOA,  
 Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
 Impressor de Sua Magestade.  
 A custa de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros,  
 M. DC. LXXXIV.  
*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Portada da edição-princeps de *Xavier Dormindo e Xavier Acordado*, impressa em Lisboa por Miguel Deslandes, em 1694.

XAVIER DORMINDO  
 E  
 XAVIER ACORDADO  
 DORMINDO,  
 Em tres Orações Panegyricas no Triduo da sua Festa,  
 DEDICADAS  
 AOS TRES PRINCIPES QUE  
**A R A I N H A**  
 NOSSA SENHORA  
 Confessa dever à intercessão do mesmo Santo,  
 ACORDADO,  
 Em doze Sermoens Panegyricos, Moraes, & Asceticos, os nove  
 da sua Novena, o decimo da sua Canonização, o undecimo  
 do seu dia, o ultimo do seu Patrocínio,  
 AUTHOR O PADRE  
**ANTONIO VIEYRA**  
 Da Companhia de JESU,  
 Prêgador de Sua Magestade.  
**OITAVA PARTE.**

LISBOA,  
 Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
 Impressor de Sua Magestade.  
 A custa de ANTONIO LEYTE PEREIRA, Mercador de Livros,  
 M. DC. LXXXIV.  
*Com todas as licenças necessarias, & Privilegio Real.*

Rosto da contrafacção de *Xavier Dormindo e Xavier Acordado*, impressa em Lisboa no século XVIII.

As diferenças de pormenor que se verificam entre as duas portadas (na décima linha, a palavra *Santo* é seguida de ponto e vírgula na edição original, e de vírgula na contrafacção; na antepenúltima linha, após a designação *Mercador de Livros*, aparece um ponto final na edição original e uma vírgula na contrafacção) podem induzir, num primeiro contacto, a que pensemos tratar-se de uma mesma edição. Pela análise comparativa dos caracteres tipográficos e, especialmente, pela verificação das dissemelhanças entre o material iconográfico utilizado ao longo das obras, fica claro que as duas espécies não têm uma origem comum. Fácil se torna concluir, com base naqueles elementos, que uma das edições é apócrifa e que foi produzida, na primeira metade do século XVIII, na oficina lisboeta de António Pedroso Galvão.

Atentemos, a título de exemplo, nas seguintes situações:

1ª – O fim do texto do «Sonho Primeiro» (pág. 46) é assinalado pela reprodução de uma xilogravura de remate, diferente nas duas edições. A publicada na edição-princeps pertencia comprovadamente à oficina tipográfica de Miguel Deslandes; a estampada na

contrafacção integrava o material tipográfico de António Pedroso Galvão, e, como atrás mencionámos, apareceu impressa, entre muitas outras obras produzidas licitamente na sua tipografia, na página 135 do tomo segundo de *Flagello do Peccado ...*, de Frei Paulo de Santa Theresa, impresso no ano de 1736.

46

*Xavier dormindo.*

porém o effeito ; porque Xavier em muytos dias depois se não pode delcargar, nem aliviar das dores , & quebrantamento daquella oppressam ; mas aos primeiros impulsos della , quasi suffocadas as vias da respiraçam, esper-

to, & com o fim arrebatado do sono parou o sono. A manhã se segue o segundo muyto mais admiravel ; & em quanto o Santo respira de tamanho trabalho, respiremos nós tambem para o ver entrar, & fahir de outros mayores.



SONHO

46

*Xavier dormindo.*

porém o effeito ; porque Xavier em muytos dias depois se não pode delcargar, nem aliviar das dores , & quebrantamento daquella oppressam ; mas aos primeiros impulsos della , quasi suffocadas as vias da respiraçam, esper-

to, & com o fim arrebatado do sono parou o sono. A manhã se segue o segundo muyto mais admiravel ; & em quanto o Santo respira de tamanho trabalho, respiremos nós tambem para o ver entrar, & fahir de outros mayores.



SONHO

Duas páginas de *Xavier Dormindo e Xavier Acordado*, a primeira retirada da edição-princeps e a segunda da sua contrafacção: o elemento decorativo é completamente diferente nas duas edições.

2ª – Difere nas duas edições o elemento decorativo impresso no final do Sermão XII «Da sua Protecção» (pág. 496). A gravura estampada na edição original fazia parte do material tipográfico de João Costa, e o genro deste usou-a profusamente nas suas edições. O ornamento xilográfico de decoração fitomórfica reproduzido na contrafacção é exactamente igual ao que aparece gravado como vinheta de remate na página final do «Sermão VIII» (p. 272), incluído no tomo segundo de *Flagello do Peccado*, da autoria de Frei Paulo de Santa Theresa, saído dos prelos de António Pedroso Galvão em 1736.

469 *Xavier acordado. Sermão XII. Da sua protecção.*  
 a quem Deos nam quiz ceder que entrasse na China. Mas que? se lhe negou a entrada, tomou-lhe o cô-felho. Prêga-se hoje na China, publica, & livremente, a Fê, & Ley de Christo com Templos, Altares, Sacrificios de seu Santissimo Corpo, Sacerdotes, Religiosos, & Bispos. Alcançou-se primeiro esta licença dos Emperadores Chinas, & depois dos Emperadores Tartaros. E porque meyo? Não do Evangelho descoberto, mas escondido debaixo das sciencias Mathematicas, com que lá penetraõ os successores de Xavier, Religiosos da Companhia, famosos Astronomos, & Astrologos, & vencendo as suas demonstraçoens com evidencia às dos que lá professavaõ as mesmas Artes, estes são os que tem as mais francas, & familiares entradas nos encantados Palacios do Supremo Senhor, aonde elle por grande favor de dentro das cortinas do seu Trono mostra hum dedo. Assim que estes forraõ os meynos naturaes, & não Divinos, cõ que Deos aprovando o discurso de Xavier, & como seguindo o seu conselho pelo Ceo da Lua, pelo Ceo do Sol, & pelo Ceo das Estrellas, levou as Almas dos Chinas ao Empireo.



INDEX

Página final do «Sermão XII. Da sua protecção». na edição impressa por Miguel Deslandes.

496 *Xavier acordado.*  
 a quem Deos nam quiz ceder que entrasse na China. Mas que? se lhe negou a entrada, tomou-lhe o cô-felho. Prêga-se hoje na China, publica, & livremente, a Fê, & Ley de Christo com Templos, Altares, Sacrificios de seu Santissimo Corpo, Sacerdotes, Religiosos, & Bispos. Alcançou-se primeiro esta licença dos Emperadores Chinas, & depois dos Emperadores Tartaros. E porque meyo? Não do Evangelho descoberto, mas escondido debaixo das sciencias Mathematicas, com que lá penetraõ os successores de Xavier, Religiosos da Companhia, famosos Astronomos, & Astrologos, & vencendo as suas demonstraçoens com evidencia às dos que lá professavaõ as mesmas Artes, estes são os que tem as mais francas, & familiares entradas nos encantados Palacios do Supremo Senhor, aonde elle por grande favor de dentro das cortinas do seu Trono mostra hum dedo. Assim que estes forraõ os meynos naturaes, & não Divinos, com q Deos aprovando o discurso de Xavier, & como seguindo o seu conselho pelo Ceo da Lua, pelo Ceo do Sol, & pelo Ceo das Estrellas, levou as Almas dos Chinas ao Empireo.



INDEX

Página final do «Sermão XII.», na edição supostamente impressa por Miguel Deslandes, mas realmente saída dos prelos de António Pedroso Galvão.

coração vos amo. Estava cego, meu JESU, quando vos offendi: agora que a luz da vossa graça me illustra, quizera que este coração se partira com dor, e citalára de contrição. Ah amores de minha alma, como não perco a vida na consideração de que vos offendi por agradar a tão infame Senhor! Oh fiel amigo das almas, perdoayme o passado, que eu proponho firmemente com a ajuda de vossa graça emendar a vida, e não offender mais a vossa Magestade soberana. Façamos pazes, que não quero estar mal com vosco, mas sim com

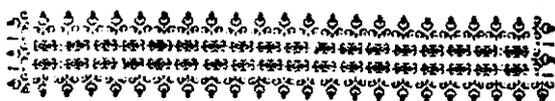
todo o Inferno: dayme os braços, que quero ser vosso amigo, e concedeyme o perdão de minhas culpas segundo a grandeza de vossa misericórdia: *Miserere mei Deus secundum magnam misericordiam tuam. Psal. Et secundum multitudinem miserationum tuarum dele iniquitatem meam.* Pequey, amantissimo Pay. Fiz mal. Assim o confesso a cêtes pés arrependido: pezame de todo o coração haveryos offendido por seres quem sois, proponho a emenda, ajudado de vossa graça: ufay comigo de vossa misericórdia, &c.



## SER.

Ornamento xilográfico estampado numa das páginas do 2.<sup>o</sup> tomo de *Flagello do Peccado*, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1736.

3.<sup>a</sup> – A capitular ornamentada (letra H) que marca, na edição original, o início do texto de «Sonho Segundo» (pág. 47) foi substituída na contrafacção por outra letra maiúscula ornamentada que pertencia a um alfabeto da oficina de António Galvão: aparece impressa, por exemplo, no começo do texto de «Nona Maxima» em *Conselheiro Fiel* ... (2.<sup>a</sup> parte), de Frei Manuel Guilherme e publicada por aquele impressor em 1727.



# SONHO SEGUNDO.

*Et si in tertia vigilia venerit. Luc. 12.*

I.

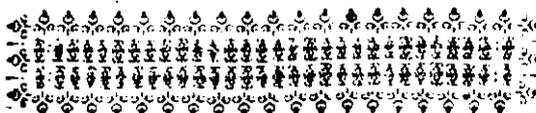


Um dos mayores mysterios, & mais delicados segredos da natureza na architectura humana, he a fabrica dos sonhos. Sendo o sono humana prizão universal dos sentidos, com que os olhos não vem, nem os ouvidos ouvem, & assim dos demais; como pôde ser que sonhando, vemos sem ver, & ouvimos sem ouvir, & exercitamos os actos dos outros sentidos como se estiveram espertos? A ra-

zão, ou filosofia deste artificio natural he, porque na memoria (naõ a espiritual, que he potencia da Alma, senão a corporal, & sensitiva) estão depositadas as especies de todos os objectos, ou as imagens de todas as cousas que entram pelos sentidos. Estas imagens, em quanto os sentidos dormem, estão encubertas, & escondidas debaixo dos vapores grossos, & espessos q̄ sechem ao cerebro: & ao passo que os mesmos vapores se vam adelgaçando, & desfazendo, as imagens aliviadas delles se

vão

Início do texto de «Sonho Segundo», na edição-princeps.



# SONHO SEGUNDO.

*Et si in tertia vigilia venerit. Luc. 12.*

I.



Um dos mayores mysterios, & mais delicados segredos da natureza na architectura humana, he a fabrica dos sonhos. Sendo o sono humana prizão universal dos sentidos, com que os olhos não vem, nem os ouvidos ouvem; & assim dos demais; como pôde ser que sonhando, vemos sem ver, & ouvimos sem ouvir, & exercitamos os actos dos outros sentidos como se estiveram espertos? A ra-

vão

zão, ou filosofia deste artificio natural he, porque na memoria (naõ a espiritual, que he potencia da Alma, senão a corporal, & sensitiva) estão depositadas as especies de todos os objectos, ou as imagens de todas as cousas que entram pelos sentidos. Estas imagens, em quanto os sentidos dormem, estão encubertas, & escondidas debaixo dos vapores grossos, & espessos q̄ sechem ao cerebro: & ao passo que os mesmos vapores se vam adelgaçando, & desfazendo, as imagens aliviadas delles se

vão

Início do texto de «Sonho Segundo», na contrafacção.

## NONA MAXIMA.

*Beatus qui invenit amicum verum. Eccles. 25.*



E questaõ: Se se pôde considerar verdadeira amizade entre Deos, & a creatura? Se a Deos se pôde dar sem desdouro, o titulo de amigo? Muytos, & muyto grandes Sabios, & com muytas, & apparentes razões, negãrão a congruência. A primeyra razão he porque o titulo de amigo ou suppoem, ou faz igualdade entre os amigos, & entre Deos, & a creatura não pôde considerar se igualdade. Segunda razão: a amizade pede huma total communicação do que se possui; & as posses de Deos não são communicaveis a creatura, porque são infinitas, nem as posses da creatura são communicaveis a Deos, porque as recebe de Deos. Terceyra razão: Sustenta-se, ou fomenta-se a amizade, no gosto da conversação, & da familiaridade; & sendo Deos invisivel, & não podendo ter familiaridade com as creaturas, nem estas a podião ter com Deos, & cessava todo o fundamento, & alimento d'amizade. Estas eraõ as razões dos antigos Filofofos. Porém nós illustrados com os resplendores do Evangelho, sem o minimo embaraço podemos dar a Deos o titulo de amigo: pois o mesmo Divino Redemptor dice aos Apostolos, que elles, & todos os mais Fieis seriaõ expressamente seus amigos, & obedecessem às suas Leys, & em outro lugar com mais evidencia lhes trocou os titulos de servos, no de amigos, porque os fizera depositaribz de todos os seus segredos. Com que sem escrúpulo podemos chamar a Deos nosso amigo, & tal amigo, que só elle nos merece este consolativo nome. Salamaõ considerava especial fortuna, & bemaventurança em quem conse-

Página de *Conselheiro Fiel* (2ª parte), obra impressa por António Pedroso Galvão em 1736, onde se utilizou a mesma capitular floreada que na página 47 da oitava parte dos *Sermões* de Vieira, da edição dada como impressa por Miguel Deslandes.

4º – A tarja ornamental compósita que ilustra a parte superior da página com o índice dos Sermões reunidos naquele tomo é diferente nas duas edições.



# SERMOENS

Que contém esta Oitava  
Parte.

Xavier dormindo.

<i>Sonho Primeiro,</i>	pag. 12.
<i>Sonho Segundo,</i>	pag. 47.
<i>Sonho Terceiro,</i>	pag. 90.

Xavier acordado.

<i>Sermão I. Anjo,</i>	pag. 142.
<i>Sermão II. Nada,</i>	pag. 172.
<i>Sermão III. Confiança,</i>	pag. 200.
<i>Sermão IV. Perseverantes,</i>	pag. 228.
<i>Sermão V. Fogo,</i>	pag. 252.
<i>Sermão VI. Assegurador,</i>	pag. 275.
<i>Sermão VII. Doudices,</i>	pag. 295.
<i>Sermão VIII. Finezas,</i>	pag. 321.
<i>Sermão IX. Braço,</i>	pag. 351.
<i>Sermão X. Da sua Canonização,</i>	pag. 389.
<i>Sermão XI. Do seu dia,</i>	pag. 426.
<i>Sermão XII. Da sua Protecção,</i>	pag. 465.

Edição original



# SERMOENS

Que contém esta Oitava  
Parte.

Xavier dormindo.

<i>Sonho Primeiro,</i>	pag. 12.
<i>Sonho Segundo,</i>	pag. 47.
<i>Sonho Terceiro,</i>	pag. 90.

Xavier acordado.

<i>Sermão I. Anjo,</i>	pag. 142.
<i>Sermão II. Nada,</i>	pag. 172.
<i>Sermão III. Confiança,</i>	pag. 200.
<i>Sermão IV. Perseverantes,</i>	pag. 228.
<i>Sermão V. Fogo,</i>	pag. 252.
<i>Sermão VI. Assegurador,</i>	pag. 275.
<i>Sermão VII. Doudices,</i>	pag. 295.
<i>Sermão VIII. Finezas,</i>	pag. 321.
<i>Sermão IX. Braço,</i>	pag. 351.
<i>Sermão X. Da sua Canonização,</i>	pag. 389.
<i>Sermão XI. Do seu dia,</i>	pag. 426.
<i>Sermão XII. Da sua Protecção,</i>	pag. 465.

AD-

Edição-falsa

O friso impresso na contrafacção é precisamente igual ao que decora a página onde se inicia o «Sermão de N. Senhora do Livramento Em Daugim anno de 1696», inserto em *Sermões Varios Pregados na India ...*, escritos pelo Padre jesuíta Manuel de Sá e impressos por António Pedroso Galvão em 1710.



SERMAM  
D E  
N. SENHORA  
D O  
LIVRAMENTO

Em Daugim anno de 1696.

*Beatus venter, qui te portavit.* Luc. II.



Elcbramos hoje a Rainha dos Anjos com o titulo, & invocação da Senhora do Livramento, & o primeyro que se vê livre de hũ grande trabalho he o Prégador. O mayor trabalho do Prégador he provar a materia de hoje, & como ella elleja taõ provada nos exemplos

passados, & comprovada no texto presente, livre fica o Prégador deste trabalho. Se olharmos para os exemplos passados, acharemos que naõ ouve figura no Testamento velho, em que Deos como em imagem nos representasse a sua Mãe Santissima, na qual se naõ pu- deffe gravar cõ toda a pro- prieda-

O friso que ornamenta esta página de *Sermões Varios Pregados na India*, estampados por António Galvão em 1710. é igual ao reproduzido na página do índice da contrafacção da oitava parte dos *Sermões* do Padre António Vieira.

## Nona Parte

As portadas da edição original e da contrafacção, daquele que se considera o tomo nono dos *Sermões* do Padre António Vieira, diferem significativamente, embora seja evidente o cuidado do impressor-falsificador em simular a edição original. No rosto da edição original encontra-se: MARIA / ROSA MYSTICA / EXCELLENCIAS, PODERES, e MA- / ravelhas do seu Rosario, / COMPENDIADAS / EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS / & Panegyricos sobre os dous Evangelhos desta solemnidade / Novo, & Antigo: / OFFERECIDAS / A SOBERANA MAGESTADE DA MESMA / SENHORA / Pelo P. ANTONIO VIEIRA / DA COMPANHIA DE JESU DA PROVINCIA / do Brasil, em comprimento de hum voto feito, & repetido em grandes perigos da vida, de que por sua immensa benignidade, & / poderosissima intercessão sempre sahio livre. / I PARTE. / [Ornamento xilográfico, símbolo da Companhia de Jesus, representando uma flor.] / LISBOA. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, Na Rua da Figueyra. / A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXVI. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>82</sup>

Da portada da contrafacção, impressa sob a *fausse-adresse* do verdadeiro impressor, constam os seguintes dizeres: MARIA / ROSA MYSTICA, / EXCELLENCIAS, PODERES, E MA- / ravelhas do seu Rosario, / COMPENDIADAS / EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS, / & Panegyricos sobre os dous Evangelhos desta solemnidade / Novo, & Antigo: / OFFERECIDAS / A SOBERANA MAGESTADE DA MESMA / SENHORA / Pelo P. ANTONIO VIEIRA / DA COMPANHIA DE JESU DA PROVINCIA / do Brasil, em comprimento de um voto feito, & repetido em grandes perigos da vida, de que por sua immensa benignidade, & / poderosissima intercessão sempre sahio livre. / I. PARTE. / [Ornamento xilográfico, representando um pequeno cesto com flores.] / LISBOA. / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, Na Rua da Figueyra. / A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros. / [Tranca.] / M.DC.LXXXVI. / *Com todas as licenças, & Privilegio Real.*<sup>83</sup>

<sup>82</sup> B.N.L., L. 5263V e B.A., C-X-19.

<sup>83</sup> B.A.

# MARIA ROSA MYSTICA.

EXCELLENCIAS, PODERES, E MARAVILHAS do seu Rosario,

COMPENDIADAS

EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS,  
& Panegyricos sobre os dous Evangelhos desta solemnidade  
Novo, & Antigo:

OFFERECIDAS

A SOBERANA Magestade DA MESMA

## SENHORA

Pelo P. ANTONIO VIEIRA  
DA COMPANHIA DE JESU DA PROVINCIA  
do Brasil, em cumprimento de hum voto feito, & repetido em grandes perigos da vida, de que por sua immensa benignidade, & poderosissima intercessão sempre sahio livre.

I. PARTE.



LISBOA.

NA Officina de MIGUEL DESLANDES, Na Rua da Figueyra  
A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXVI.

*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Portada da edição original de *Maria Rosa Mystica* ... (I parte). impressa em Lisboa na oficina de Miguel Deslandes, em 1686.

# MARIA ROSA MYSTICA.

EXCELLENCIAS, PODERES, E MARAVILHAS do seu Rosario,

COMPENDIADAS

EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS;  
& Panegyricos sobre os dous Evangelhos desta solemnidade  
Novo, & Antigo:

OFFERECIDAS

A SOBERANA Magestade DA MESMA

## SENHORA

Pelo P. ANTONIO VIEIRA  
DA COMPANHIA DE JESU DA PROVINCIA  
do Brasil, em cumprimento de hum voto feito, & repetido em grandes perigos da vida, de que por sua immensa benignidade, & poderosissima intercessão sempre sahio livre.

I. PARTE.



LISBOA.

NA Officina de MIGUEL DESLANDES, Na Rua da Figueyra.  
A custo de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

M. DC. LXXXVI.

*Com todas as licenças, & Privilegio Real.*

Portada da edição-falsa de *Maria Rosa Mystica* ... (I parte). saída dos prelos de Miguel Rodrigues.

Também nesta contrafacção houve o cuidado de respeitar a mesma paginação, reclamos, numeração de cadernos e divisão de texto por página da edição original. para que não se levantassem suspeitas quanto ao carácter fraudulento da sua impressão; mas, pelos testemunhos iconográficos, somos levada a concluir que Miguel Rodrigues, talvez o mais profissional dos impressores-falsários portugueses do século XVIII, foi o autor desta fictícia impressão deslandesiana. Atestam a nossa afirmação os seguintes exemplos, entre muitos outros que poderiam ser apresentados:

1º – A tarja decorativa que ilustra a página onde se inicia o «Sermão I» e a letra capitular que marca o começo do texto desse sermão (letra P) são diferentes nas duas edições. Os elementos decorativos utilizados na edição original pertenciam, como assinala Xavier da Cunha, ao material tipográfico da oficina deslandesiana. O friso impresso na contrafacção é, como atrás referimos (pág. 336), exactamente igual ao que Miguel Rodrigues utilizou para decorar a parte superior da página inicial de «Setena dolorosa em que se contém as sete dores, que na dor da sua Soledade teve a Mãe de Deus», incluído na 2ª parte de *Fenis Gloriosa entre aromas de Devoçam* ..., de Frei Manuel de Gouveia, publicado em 1730.



# SERMAM I.

COM O SANTISSIMO SACRAMENTO  
exposto.

*Loquente Iesu ad turbas, extollens vocem quaedam mulier ex  
turba, dixit illi: Beatus venter qui te portavit, & ubera  
quae suxisti. At ille dixit: Quinimo, beati qui audiunt  
verbum Dei, & custodiunt illud. Luc. 11.*

I.

**P**REGANDO  
Christo Redemptor  
nostro a hũa grande  
multidã de bons, & maos  
ouvintes, depois de ter con-  
vencido com força de evi-  
dentes razoës a rebeldia dos  
maos, levantou a voz hũa  
boa molher, dizendo: *Bea-  
tus venter qui te portavit, &  
ubera quae suxisti*: Bemaven-  
turado o ventre que trouxe  
dentro em sy tal Filho, &

bemaventurados os peitos,a  
que foy criado. Não negou  
o Senhor o que disse a de-  
vota molher, porque eraõ  
dignos louvores da bemdi-  
ta entre todas as molheres ;  
mas porque no rompimen-  
to daquellas vozes mostrava  
bem o inteiro juizo, que fi-  
zera do que tinha ouvido, res-  
pondeo o Mestre Divino :  
*Quinimo, beati qui audiunt  
verbum Dei, & custodiunt il-  
lud*: Antes, te digo, que bẽa-  
venturados soõ, como tu fi-  
zeste, os que ouvem a pala-  
A 172

Início do texto de «Sermam I», na edição-princeps.



# SERMAM I.

COM O SANTISSIMO SACRAMENTO  
exposto.

*Loquente Iesu ad turbas, extollens vocem quaedam mulier de  
turba, dixit illi: Beatus venter qui te portavit, & ubera  
quae suxisti. At ille dixit: Quinimo, beati qui audiunt  
verbum Dei, & custodiunt illud. Luc. 11.*

I.

**P**REGANDO  
Christo Redem-  
ptor nostro a hũa  
grande multi-  
dã de bons, & maos  
ouvintes, depois de ter con-  
vencido com força de evi-  
dentes razoës a rebeldia dos  
maos, levantou a voz hũa  
boa molher, dizendo: *Bea-  
tus venter qui te portavit, &  
ubera quae suxisti*: Bemaven-  
turado o ventre que trouxe  
dentro em sy tal Filho, &

bemaventurados os peitos, a  
que foy criado. Não negou  
o Senhor o que disse a de-  
vota molher, porque eraõ  
dignos louvores da bemdi-  
ta entre todas as molheres ;  
mas porque no rompimen-  
to daquellas vozes mostrava  
bem o inteiro juizo, que fi-  
zera do que tinha ouvido, res-  
pondeo o Mestre Divino :  
*Quinimo, beati qui audiunt  
verbum Dei, & custodiunt il-  
lud*: Antes, te digo, que bẽa-  
venturados soõ, como tu fi-  
zeste, os que ouvem a pala-  
A 172

Página inicial de «Sermam I», na edição apócrifa.

A capitular em madeira (letra P) que dá início ao texto do Sermão, na edição supostamente impressa por Miguel Deslandes, pertencia a um alfabeto que Miguel Rodrigues utilizou profusamente em obras impressas de forma legal na sua oficina. Não localizámos em nenhuma obra estampada por este impressor a letra P, mas, por exemplo, na segunda parte de *Fenis Gloriosa ...*, da autoria de Fr. Manuel de Gouveia e saída dos prelos de Miguel Rodrigues no ano de 1730, os começos dos Sermões são assinalados pela utilização de letras capitulares pertencentes ao mesmo alfabeto, em particular as letras A; D; J e Q.



Letras de um alfabeto pertencente à oficina tipográfica de Miguel Rodrigues.

2º – A xilogravura reproduzida no final do «Sermão I» (pág. 37) da pseudo-edição deslandesiana, diversa da impressa na edição original, é, como atrás afirmámos (pág. 331) rigorosamente igual à que Miguel Rodrigues publicou, como vinheta de remate, na página 251 de *Memorias historicas, panegyricas e metricas ... com que ... se celebrou a canonização de S. João da Cruz ...*, de Fr. Manuel de Sá, impresso em 1728.

Do Rosario. 37

Salamaõ, como diz o mesmo Salamaõ, que o coroou a mãy? Porque se não fora a intercessão da mãy, não havia elle de herdar o Reyno. E entendo Salamaõ, como tão sabio, que mais devia a coroa à intercessão da mãy, que á graça, & nomeação do pay. E que foy tudo isto, se não hũa representaçõ no theatro da terra, do que passa, & nos ha de acontecer no Reyno do Ceo? He verdade, como cre, & confessa a nossa Fè, q o Reyno do Ceo, que pedimos, não se alcança senão por graça de Deos, que he o Pay, mas quer o mesmo Deos, que entendamos, que só por intercessão de sua Mãy se alcança esta Graça nesta vida, & a Coroa da Gloria na outra.



Tom. 5.

C iij SER-

Do Rosario. 37

Salamaõ, como diz o mesmo Salamaõ, que o coroou a mãy? Porque se não fora a intercessão da mãy, não havia elle de herdar o Reyno. E entendo Salamaõ, como tão sabio, que mais devia a coroa à intercessão da mãy, que á graça, & nomeação do pay. E que foy tudo isto, se não hũa representaçõ no theatro da terra, do que passa, & nos ha de acontecer no Reyno do Ceo? He verdade, como cre, & confessa a nossa Fè, q o Reyno do Ceo, que pedimos, não se alcança senão por graça de Deos, que he o Pay; mas quer o mesmo Deos, que entendamos, que só por intercessão de sua Mãy se alcança esta Graça nesta vida, & a Coroa da Gloria na outra.



C iij SER-

A gravura representando um cesto com flores, que ilustra na edição original o final do «Sermão I», foi substituída na contrafacção por outro ornamento xilográfico de decoração fitomórfica.

3º – O final do «Sermão VIII» é embelezado, nas duas edições, pela reprodução de uma gravura.

**Do Rosario.** 303  
da: primeiro, meditar os he este, não he o Rosario da  
nossos annos para resgatar os Virgem Senhora Nossa, o  
passados: depois, meditar os qual não consiste em fallar,  
de Christo, & sua Mãe, pa- senão em meditar, & orar. A  
ra multiplicar, & segurar os mesma Senhora se digne de  
futuros. Este he o Rosario orar por nós agora, & na ho-  
de que fallay: & o que não ra de nossa morte. Amen.



Tom. 5.

T ij

SER-

Página final do «Sermão VIII», na edição original.

**Do Rosario.** 303  
da: primeiro, meditar os he este; não he o Rosario da  
nossos annos para resgatar os Virgem Senhora Nossa, o  
passados: depois, meditar os qual não consiste em fallar,  
de Christo, & sua Mãe, pa- senão em meditar, & orar. A  
ra multiplicar, & segurar os mesma Senhora se digne de  
futuros. Este he o Rosario orar por nós agora, & na ho-  
de que fallay: & o que não ra de nossa morte. Amen.



Tom. 5.

T ij

SER-

Página final do «Sermão VIII», na suposta edição deslandesiana.

É comprovadamente da oficina de Miguel Deslandes a xilogravura impressa na edição original e, como atrás mencionámos, foi inspirada na marca do impressor Agostinho Courbé; a estampada na contrafacção é precisamente igual à que figura, como ornamento de remate, na página 270 de A FENIS / RENASCIDA, / OU / OBRAS POETICAS / Dos melhores Engenhos Portuguezes, / DEDICADAS / AO EXCELLENTISSIMO SENHOR / DOM JOAM / MASCARENHAS / CONDE DE SANTA CRUZ, & c. / Primogenito do Excellenti simo Senhor / Marquez Mordomo mór. / PUBLICA-O / MATHIAS PEREIRA DA SYLVA, / IV. TOMO. / E de novo accre scenta-o com varias obras / de alguns Authores. / [Ornamento tipográfico.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, / Impre s for do Emin. Senh. Card. Patr. / [Tranca.] / M.DCC.XLVI. / Com todas as licenças neccessarias, & Privilegio Real.

A FENIX  
**RENASCIDA,**  
 OU  
 OBRAS POETICAS  
 Dos melhores Engenhos Portuguezes,  
 DEDICADAS  
 AO EXCELLENTISSIMO SENHOR  
**DOM JOAM**  
 MASCARENHAS  
 CONDEDE SANTA CRUZ, &c.  
 Primogenito do Excellentissimo Senhor  
 Marquez Mordormo mór.  
 PUBLICA-O  
 MATHIAS PEREIRA DA SYLVA,  
**IV. TOMO.**  
 E de novo acrescenta-o com varias obras  
 de alguns Autores

LISBOA,  
 Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,  
 Impressor do Emio. Senh. Card. Patr.

M. DCC. XLVI.

Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real.

270

*Romance.*

Porque com o olho aberto  
 O fez andar vigiando.  
 Bem creyo, que outro não coma,  
 Porque, como diz o adagio,  
 De agua fria toma medo  
 Gato, que foy escaldado.



MAN.

A xilogravura reproduzida na página 270 do tomo IV de *A Fenix Renascida* .. (2ª edição). obra impressa por Miguel Rodrigues, é igual à que ornamenta o fim do «Sermão VIII» incluído no tomo nono dos *Sermões* do Padre António Vieira, da falsa-edição deslandesiana.

## *Décima Parte*

A descrição bibliográfica da edição-*princeps* daquele que se considera o tomo décimo dos *Sermões* do Padre António Vieira é como segue: MARIA / ROSA MYSTICA. / EXCELLENCIAS, PODERES, / E MARAVILHAS DO SEU ROSARIO: / COMPENDIADAS / EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS, E PANEGYRICOS, / sobre os dous Evangelhos de ſta Solennidade, Novo, & Antigo: / OFFERECIDOS / À SOBERANA MAGESTADE DA MESMA / SENHORA, / Pelo P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE JESU, EM CUMPRIMENTO / de hum Voto, feito, & repetido em grandes perigos da Vida, de / que por ſua immenſa Benignidade, & podero ſiſſima Inter- / ceſſão ſempre ſahio livre. / II PARTE. / [Gravura representando um anjo.] / LISBOA. / Na Impreſſaõ Craesbeeckiana. Anno M.DC.LXXXVIII. / *Com todas as Licenças, & Privilegio Real.*<sup>84</sup>

Pertencem a uma edição apócrifa os exemplares que apresentam na sua portada as características tipográficas seguintes: MARIA / ROSA MYSTICA. / EXCELLENCIAS, PODERES, / E MARAVILHAS DO SEU ROSARIO: / COMPENDIADAS / EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS, E PANEGYRICOS, / sobre os dous Evangelhos de ſta Solennidade, Novo, & Antigo: / OFFERECIDOS / À SOBERANA MAGESTADE DA MESMA / SENHORA, / Pelo P. ANTONIO VIEIRA, / DA COMPANHIA DE JESU, EM CUMPRIMENTO / de hum Voto, feito, & repetido em grandes perigos da Vida, de / que por ſua [sic] immenſa Benignidade, & / podero ſiſſima Inter- / ceſſão ſempre ſahio livre. / II PARTE. / [Gravura representando um anjo.] / LISBOA. / Na Impreſſaõ Craesbeeckiana. Anno M.DC.LXXXVIII. / A cuſta de ANTONIO LEYTE PEREYRA, Mercador de Livros. / *Com todas as Licenças, & Privilegio Real.*<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> B.A., C-X-20.

<sup>85</sup> B.A., C-X-21.

# MARIA ROSA MYSTICA. EXCELLENCIAS, PODERES,

E MARAVILHAS DO SEU ROSARIO:

COMPENDIADAS

EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS, E PANEGRICOS,  
fobre os dous Evangelhos desta Solennidade, Novo, & Antigo:

OFFERECIDOS

A SOBERANA MAGESTADE DA MESMA

SENHORA,

Pelo P. ANTONIO VIEIRA,

DA COMPANHIA DE JESU, EM CUMPRIMENTO  
de hum Voto, feito, & repetido em grandes perigos da Vida, de  
que por sua immentia Benignidade, & poderosissima Inter-  
cessão sempre sahio livre.

II. PARTE.



LISBOA.

Na Impressão Craesbeeckiana. Anno M. DC. LXXXVIII.

A custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

Com todas as Licenças, & Privilegio Real.

Rosto da edição original de *Maria Rosa Mystica* ... (2ª parte). estampada em Lisboa na Impressão Craesbeeckiana. em 1687.

# MARIA ROSA MYSTICA. EXCELLENCIAS, PODERES,

E MARAVILHAS DO SEU ROSARIO:

COMPENDIADAS

EM TRINTA SERMOENS ASCETICOS, E PANEGRICOS,  
fobre os dous Evangelhos desta Solennidade, Novo, & Antigo:

OFFERECIDOS

A' SOBERANA MAGESTADE DA MESMA

SENHORA,

Pelo P. ANTONIO VIEIRA,

DA COMPANHIA DE JESU, EM CUMPRIMENTO  
de hum Voto, feito, & repetido em grandes perigos da Vida, de  
que por sua immentia Benignidade, & poderosissima Inter-  
cessão sempre sahio livre.

II. PARTE.



LISBOA.

Na Impressão Craesbeeckiana. Anno M. DC. LXXXVIII.

A' custa de Antonio Leyte Pereyra, Mercador de Livros.

Com todas as Licenças, & Privilegio Real.

Portada da contrafacção de *Maria Rosa Mystica* ... (2ª parte). impressa em Lisboa por António Pedroso Galvão, no século XVIII.

É notória a preocupação do impressor-falsificador em copiar servilmente a edição original, chegando a sua perícia de falsário ao requinte de reproduzir elementos decorativos idênticos aos da edição-*princeps*. Se algumas gravuras são ligeiramente diferentes das usadas na Oficina Craesbeeckiana parecendo-nos lícito supor que as matrizes foram feitas com a intenção precisa de as copiar, outras há que são exactamente iguais, pelo que consideramos que não se deve excluir a possibilidade de serem provenientes da Oficina Craesbeeckiana e adquiridas, em circunstâncias que desconhecemos, por António Pedroso Galvão. É a este impressor que atribuímos a autoria tipográfica da edição-pirata, pelas razões que passamos a apresentar:

1ª A tarja de decoração fito-zoomórfica destinada a ilustrar a página inicial do «Sermão XVI» (pág. 1) e a capitular ornamentada (letra C) que marca o começo do texto desse Sermão diferem nas duas edições. Os elementos decorativos utilizados na edição-*princeps*

faziam parte integrante do material iconográfico da Oficina Craesbeeckiana: os estampados na contrafacção pertenciam à oficina de António Pedroso Galvão.

Vol. I



# S E R M A M X V I.

*Beatus venter, qui te portavit.* Luc. 11.

I.

**C**OM razão cõparou o seu Evangelho a Divina Sabedoria de Christo a hum thesouro escondido no campo. Hã coufa he a que todos vem na superficie, outra a que se occulta no interior da terra: & onde menos se imaginã as riquezas, alli estaõ depositadas, & escõdidas. Naõ as descobre, quem mais cava, só as achou, quem teve maior ventura: & isto he o que me acontecéo ( de que dou as graças à Virgem Santissima) com o presente Evangelho hoje. A occasiã porque foraõ ditas as palavras, q̄ propuz, foi aquelle famoso mi- Tom. 6.

lagre, vulgarmente chamado do Demonio mudo: & neste caso, ao parecer tam diverso, nos deixou escrita o Evangelista toda a Historia do Rosario, & seus progressos, & naõ por allegorias, ou metaforas, senãõ propria, & literalmente. Alli temos literalmente a primeira origem deste soberano invento: alli a guerra obstinada, q̄ logo lhe intentou fazer o Demonio: alli as vitorias, que por meyo delle alcançamos contra o inferno: & alli finalmente o panegirico, & louvores, que devemos a Christo, & sua bendita Mãe, como Autora de tam grande obra: *Beatus* <sup>ibid.</sup> *venter, qui te portavit.*

2 No principio pois deste Evangelho ( que he o Ca- A pitulo

Início do texto do «Sermam XVI», na edição original.

Fol. 1.



# S E R M A M X V I.

*Beatus venter, qui te portavit.* Luc. 11.

I.

**C**OM razão cõparou o seu Evangelho a Divina Sabedoria de Christo a hum thesouro escondido no campo. Hã coufa he a que todos vem na superficie, outra a que se occulta no interior da terra: & onde menos se imaginã as riquezas, alli estaõ depositadas, & escõdidas. Naõ as descobre, quem mais cava, só as achou, quem teve maior ventura: & isto he o que me acontecéo ( de que dou as graças à Virgem Santissima) com o presente Evangelho hoje. A occasiã porque foraõ ditas as palavras, q̄ propuz, foi aquelle famoso mi- Tom. 6.

lagre, vulgarmente chamado do Demonio mudo: & neste caso, ao parecer tam diverso, nos deixou escrita o Evangelista toda a Historia do Rosario, & seus progressos, & naõ por allegorias, ou metaforas, senãõ propria, & literalmente. Alli temos literalmente a primeira origem deste soberano invento: alli a guerra obstinada, q̄ logo lhe intentou fazer o Demonio: alli as vitorias, que por meyo delle alcançamos contra o inferno: & alli finalmente o panegirico, & louvores, que devemos a Christo, & sua bendita Mãe, como Autora de tam grande obra: *Beatus* <sup>ibid.</sup> *venter, qui te portavit.*

2 No principio pois deste Evangelho [ que he o Ca- A pitulo

Início do texto do «Sermam XVI» na edição apócrifa impressa por António Pedroso Galvão.

Embora não tenhamos encontrado em obras impressas por António Pedroso Galvão os ornamentos xilográficos referidos, vemo-los reproduzidos em livros estampados pelos seus herdeiros. A tarja de decoração fito-zoomórfica (de recorte ligeiramente diferente da gravada na edição original) aparece publicada, se bem que na posição inversa, na página inicial de «Sermaõ da Calenda da Conceiçãõ admiravel de Maria SS. Senhora Nossa», incluído em FLORESTA / EUANGELICA, / REPARTIDA EM QUINZE SERMOENS, / Panegyricos, e Moraes, / *QUE PRÉGOU* / O P. M. Fr. MANOEL / DE S. ANTONIO DOROTHEO, / RELIGIOSO DE S. FRANCISCO NA PROVINCIA / da Arrabida. Lente na Sagrada Theologia, e Definidor / habitual da mesma Provincia: / OFFERECIDOS, E DEDICADOS / Á SEMPRE GLORIOSA, EXCELSA, E PREEXCELSA VIRGEM / MARIA / SENHORA NOSSA, / VENERADA / NA MILAGROSA IMAGEM DA SUA / CONCEIÇÃO / IMMACULADA / Em o Convento de S. Pedro de Alcantara. / TOMO V. / [Ornamento tipográfico.] / LISBOA: / Na Offic. dos Herd. de ANTONIO PEDROZO GALRAM. / [Tranca.] / M.DCC.XLIV. / Com todas as licenças neceffarias.

# FLORESTA EUANGELICA,

REPARTIDA EM QUINZE SERMOENS,

Panegyricos, e Orações,

QUE PREGOU

## OP. M. FR. MANOEL

DE S. ANTONIO DOROTHEO,

RELIGIOSO DE S. FRANCISCO NA PROVINCIA

da Arrabida, Lente na Sagrada Theologia, e Definidor

habitual da mesma Provincia:

OFTERECIDOS, E DEDICADOS

A' SEMPRE GLORIOSA, EXCELSA, E PREEXCELSA VIRGEM

# MARIA

SENHORA NOSSA,

VENERADA

NA MILAGROSA IMAGEM DE SUA

# CONCEIÇÃO

IMMACULADA

Em o Convento de S. Pedro de Alcantara.

## TOMO V.

### LISBOA:

Na Offic. dos Herd. de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

M. DCC. XLIV.

*Com todas as licenças necessarias.*

29



## SERMAO

DA CALENDIA  
DA CONCEIÇÃO  
ADMIRAVEL

## MARIA SS.

SENHORA NOSSA,  
PREGADO

No Convento das Religiosas de Santa Anna,  
com o Santissimo Sacramento exposto,  
em Lisboa, anno de 1724

*Conceptio gloriose semper Virginis Dei Genitricis*  
MARIE. Ex Martyrol. Rom.



UDO são novidades, quando neste dia ante: não fora o Sermão da Calenda da Conceição, logo não entrara o Orador intimando novidades: da Conceição de Christo pregou hum Anjo a sua Calenda, sendo Maria Santissima, quem ouviu

A tarja xilogravada impressa em *Floresta Evangelica* ... (tomo IV), obra impressa pelos herdeiros de António Pedroso Galvão em 1746, é igual à que ilustra a página inicial do «Sermão XVI», incluído na segunda parte de *Maria Rosa Mystica* ... (2ª parte), na edição supostamente impressa na Oficina Craesbeeckiana.

A capitular floreada utilizada para marcar o começo desse Sermão, na suposta edição craesbeeckiana, é precisamente igual à reproduzida no início do texto do «Sermão de S. Christovão» inserto no tomo X de *Sermoens Varios do P. Fr. Joaõ Franco* ..., obra impressa na oficina dos herdeiros de António Pedroso Galvão, no ano de 1761.

**SERMOENS**  
**VARIOS**  
 DO  
**P. FR. JOAÕ FRANCO**  
 PRESENTADO EM THEOLOGIA,  
 Confultor do Santo Officio, da Sagrada Ordem  
 dos Prêgadores.  
**TOMO X.**

*EM QUE SE CONTEM TRINTA SERMOENS:  
 vinte de varios Santos, e dez de varias Do-  
 mingas do anno.*

E TODOS OS SERMÕES DE FERIA SÃO DE MISSAÇÃO.  
 BIBLIOTECA PÚBLICA E  
 ARQUIVO MISTRITAL DE LISBOA  
 4772  
 31-1-2011

**LISBOA OCCIDENTAL,**  
 Na Oficina dos herdeiros de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

M. DCC. LXI.  
*Com todas as licenças necessarias.*

Obra impressa na oficina dos herdeiros de António Pedroso Galvão, em que se utilizou a mesma letra capitular ornamentada que na contrafacção de *Maria Rosa Mystica* ... (2ª parte).

355



**SERMAÕ**  
 DE  
**S. CHRISTOVAÕ.**

*Cum audieritis prelia, & seditiones, nolite  
 terreri. Luc. 21.*

§. I.



OMO a for-  
 taleza he o ob-  
 jecto da admi-  
 ração, quiz  
 Deos pôr na sua  
 Igreja a hum S. Christo-  
 vaõ, para servir de ad-  
 miraçãõ ao Mundo, com  
 a sua agigantada forta-  
 leza. E se neste pensa-  
 mento temos o assum-

pto, entremos logo a  
 explicar este pensamen-  
 to. Não ha virtude ne-  
 ste Mundo, q̄ seja mais  
 celebrada dos homens,  
 do que he a virtude da  
 fortaleza. A esta virtu-  
 de he que os homens le-  
 vantaõ arcos triunfaes:  
 A esta virtude he que  
 fazem grandes panegy-  
 ricos: A esta virtude he  
 que procuraõ eternizar  
 nas

Z 2 nas

2ª – O início do texto do «Sermam XIX.» é marcado nas duas edições pela reprodução de uma capitular (letra E).

106



# SERMAM XIX.

COM O SANTISSIMO  
SACRAMENTO EXPOSTO.

*Beatus venter, qui se portavit. Luc. 11.*

I.

116 **E**NCERRADO, & defencerrado temos hoje a Christo, Senhor, & Redemptor nosso, no Altar, & no Evangelho. Defencerrado no Altar; porque naquella Trono de Magestade o temos exposto a nossos olhos: & encerrado no Evangelho; porque alli se nos representa encerrado dentro do Sacratio Virginal do *Luc. 11. 17.* **Ventre Beatissimo: BEATUS**

*venter, qui se portavit.* E baltão estes dous Sacramentos para declarar os Mysterios, & desfazer os encontros de toda a presente Solennidade? Não baltão. Antes os mesmos dous Sacramentos se ordenaõ hoje a outro terceiro Sacramento, que he o Rosario Santissimo da Virgem Senhora nossa, primeiro, & principal argumento de toda a presente açcaõ, & tam grande, como difficuloso assumpto della. Demaneira, que tres saõ os Sacramentos, que concorrem neste dia, & em

10.

Início do «Sermam XIX», marcado pela utilização de uma letra capitular ornamentada, na edição original.

106



# SERMAM XIX.

COM O SANTISSIMO  
SACRAMENTO EXPOSTO.

*Beatus venter, qui se portavit. Luc. 11.*

I.

116 **E**NCERRADO, & defencerrado temos hoje a Christo, Senhor, & Redemptor nosso, no Altar, & no Evangelho. Defencerrado no Altar; porque naquella Trono de Magestade o temos exposto a nossos olhos: & encerrado no Evangelho porque alli se nos representa encerrado dentro do Sacratio Virginal do *Luc. 11. 17.* **Ventre Beatissimo: BEATUS**

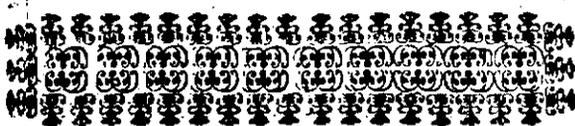
*venter, qui se portavit.* E baltão estes dous Sacramentos para declarar os Mysterios, & desfazer os encontros de toda a presente Solennidade? Não baltão. Antes os mesmos dous Sacramentos se ordenaõ hoje a outro terceiro Sacramento, que he o Rosario Santissimo da Virgem Senhora nossa, primeiro, & principal argumento de toda a presente açcaõ, & tão grande, como difficuloso assumpto della. Demaneira, que tres saõ os Sacramentos, que concorrem neste dia, & em

10;

Página inicial do «Sermam XIX», na edição-falsa. O começo do texto é marcado pela reprodução de uma capitular ornamentada.

A inicial estampada na contrafacção é absolutamente igual à que marca o começo do texto do «Sermam na Pascoa do Natal e Vinda do Menino Deos, pregado na Capela Real.» (pág. 325), incluído na terceira parte de *Sermões Varios* ..., da autoria de Frei Manuel de Gouveia, saídos dos prelos de António Pedroso Galvão, em 1726.

325



# SERMAM

NA PASCOA DO NATAL,  
E VINDA

DO

## MENINO DEOS,

PREGADO

Na Capella Real.

*Vidimus gloriam ejus, quasi Unigeniti à Patre, plenum gra-  
tia, & veritatis. Joan. 1.*

<p><b>S</b>te he verdadeyra- mente o dia, em que só as linguas do Ceo podiaõ fallar na terra. Nem por outra razaõ, a meu ver, foy hoje hum Anjo o que fallou aos Pastores: <i>Stetit</i> <i>Angelus, &amp; dixit, &amp; foy hu-</i> <i>ma Estrella a que tambem</i></p>	<p>chamou aos Reys: <i>Vidimus</i> <i>stellam ejus, &amp; venimus.</i> Ha- viaõ de fallar, ou annunciar o Nascimento glorioso de Deos Menino, &amp; neste divi- no Nascimento ou o Ceo falla só pela bocca de hum Anjo: <i>Dixit Angelus</i>, ou se falla no Ceo só pela lingua de</p>
---	--

Página de *Sermões Varios*, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1726: a capitular utilizada é igual à reproduzida na página 106 da edição-pirata de *Maria Rosa Mystica* ... (2ª parte).

3ª – A capitular ornamentada gravada em madeira (letra H) com que se assinala o início do «Sermam XXVII» (pág. 391) difere nas duas edições. A letra reproduzida na contrafacção pertence a um alfabeto que António Pedroso Galvão utilizou largamente no decorrer das suas actividades editoriais, e, como atrás referimos (pág. 377), essa mesma letra aparece impressa no começo do texto de «Nona Maxima», incluída em *Conselheiro Fiel ...* (2ª parte), obra publicada por Galvão em 1727.

391



**S E R M A M**  
**X X V I I .**  
COM O SANTISSIMO  
**SACRAMENTO EXPOSTO.**

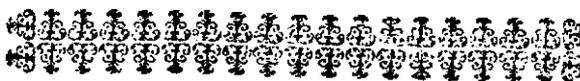
*Iosias autem genuit Iechoniam, & fratres ejus in transmigratione Babylonis. Et post transmigrationem Babylonis, Iechonias genuit Salathiel. Matth. 1.*

I. *Ilium in Italiam portans:* <sup>neid. 1.</sup>  
& das naos, que dos Portos do Mar Atlantico estaõ successivamente entrando nestes nosos, com maior razão podemos dizer, que trazem a Ethiopia ao Brasil. Entra por esta Barra hũ cardume monstruoso de Baléas, salvando com tiros, & fumos de agua as nossas Fortalezas, & cada hũa pare hum Baléato: entra hũa nao de Angóla, & desóva no mesmo dia quinhentos, seiscentos, & tal vez, mil Escravos.

434 **H** U M A das grandes coutas, que se vê hoje no mundo, & nós pelo costume de cada dia não admiramos, he a transmigração immensa de Gentes, & Nações Ethiopes, que da Africa continuamente estaõ passando a esta America. A Armada de Eneas, disse o Principe dos Poetas, que levava Troya a Italia:

Início do texto de «Sermam XXVII», na edição original.

391



**S E R M A M**  
**X X V I I .**  
COM O SANTISSIMO  
**SACRAMENTO EXPOSTO.**

*Iosias autem genuit Iechoniam, & fratres ejus in transmigratione Babylonis. Et post transmigrationem Babylonis, Iechonias genuit Salathiel. Matth. 1.*

I. *Ilium in Italiam portans:* <sup>neid. 1.</sup>  
& das naos, que dos Portos do Mar Atlantico estaõ successivamente entrando nestes nosos, com maior razão podemos dizer, que trazem a Ethiopia ao Brasil. Entra por esta Barra hũ cardume monstruoso de Baléas, salvando com tiros, & fumos de agua as nossas Fortalezas, & cada hũa pare hum Baléato: entra hũa nao de Angóla, & desóva no mesmo dia quinhentos, seiscentos, & tal vez, mil Escravos.

434 **H** U M A das grandes coutas, que se vê hoje no mundo, & nós pelo costume de cada dia não admiramos, he a transmigração immensa de Gentes, & Nações Ethiopes, que da Africa continuamente estaõ passando a esta America. A Armada de Eneas, disse o Principe dos Poetas, que levava Troya a Italia:

Início do texto de «Sermam XXVII», na edição apócrifa.

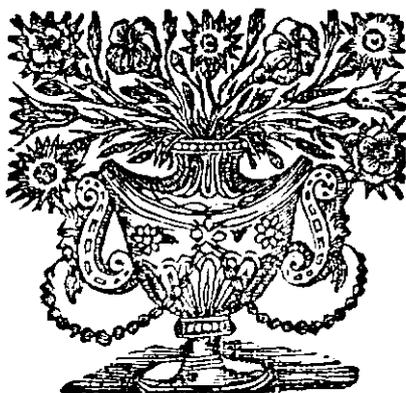
4<sup>a</sup> – O final do «Sermão XXIII» (pág. 280) é marcado nas duas edições pela reprodução de uma gravura, representando um jarão com flores. Pela análise das suas características técnicas, concluímos tratar-se da mesma xilogravura, embora quando reproduzida na contra-facção a matriz se encontrasse já deteriorada (na parte inferior esquerda, o sombreado que envolve o pé da jarra está incompleto).

280

*Sermão XXIII.*

Mesa, que temos exposta, o mesmo Senhor à nobreza, & opulencia das vodas, remediada tambem a sua pobreza, & conservada a honra, & a virtude, a levantou

FINIS.



SER-

Final do texto de «Sermam XXII», na edição original.

280

*Sermão XXIII.*

Mesa, que temos exposta, o mesmo Senhor à nobreza, & a opulencia das vodas, remediada tambem a sua pobreza, & conservada a honra, & a virtude, a levantou

FINIS.



SER-

Fim do texto de «Sermam XXII», na edição clandestina, impressa em Lisboa por António Pedroso Galvão, no século XVIII.

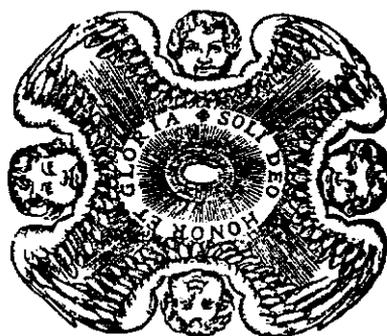
5º – A gravura estampada no final do «Sermão XVI» (pág. 39) é igual nas duas edições. Se procedermos a uma análise das duas xilogravuras, damo-nos conta de que a impressa na contrafacção se apresenta com aspecto muito mais usado, facto directamente relacionado com a data em que ocorreu a sua impressão, talvez três ou quatro décadas após a publicação da edição-*princeps*.

*Do Rosario.* 39

monios, que tam infolentemente fallaõ, em mudecidos; ajuntemos as nossas vozes com a sua: & digamos ao Filho de Deos em

perpetuo louvor seu, & da bemditiſſima Mãy, de quem nascéo Homem: *Beatus venter, qui te portavit.*

FINIS.

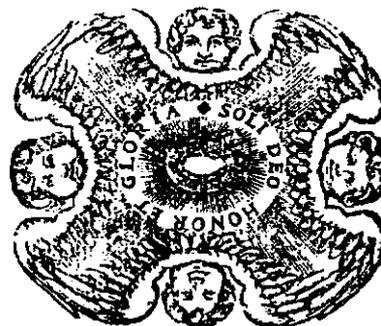


*Do Rosario.* 39

monios, que tam infolentemente fallaõ, & em mudecidos; ajuntemos as nossas vozes com a sua: & digamos ao Filho de Deos em

perpetuo louvor seu, & da bemditiſſima Mãy, de quem nascéo Homem: *Beatus venter, qui te portavit.*

FINIS.



Página final do «Sermão XVI» nas duas edições, tendo sido reproduzida na edição-falsa a mesma xilogravura que na edição original, embora em pior estado de conservação.

A simulação é quase perfeita, embora seja evidente que os caracteres tipográficos utilizados são diferentes nas duas edições. Se procedermos ao cotejo do texto impresso nesta página, damo-nos conta de que, entre as duas edições, há pequenas diferenças de composição, pois na edição original encontra-se *nascéo* (2ª coluna, linha 3) e na contrafacção *nascèõ*. Também a posição do ponto final em relação à palavra *Finis* é distinta nas duas impressões.

*Undécima Parte*

A descrição bibliográfica da edição original deste tomo apresenta-se deste modo: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA, / da Companhia de / JESU. / Prêgador de Sua Magestade. / UNDECIMA PARTE, / OFFERECIDA / à Serenissima Rainha da / GRÃ BRETANHA. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus, representando uma flor.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impressor de Sua Magestade. / M.DC.LXXXVI. / *Com todas as licenças necessárias, & Privilegio Real.*<sup>86</sup> É uma falsa impressão deslandesiana a que apresenta na folha-de-rosto as características tipográficas seguintes: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA, / da Companhia de / JESU. / Prêgador de Sua Magestade. / UNDECIMA PARTE, / OFFERECIDA / à Serenissima Rainha da / GRÃ BRETANHA. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus, representando uma flor.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impressor de Sua Magestade. / M.DC.LXXXVI. / *Com todas as licenças necessárias, & Privilegio Real.*<sup>87</sup>

# SERMOENS

DO

P. ANTONIO VIEYRA,

da Companhia de

# JESU,

Prêgador de Sua Magestade.

## UNDECIMA PARTE,

OFFERECIDA

à Serenissima Rainha da

## GRÃ BRETANHA.



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.

M. DC. LXXXVI.

*Com todas as licenças necessárias, & Privilegio Real.*

Portada da edição-princeps da undécima parte dos *Sermões* do Padre Vieira, impressa em Lisboa por Miguel Deslandes, em 1696.

# SERMOENS

DO

P. ANTONIO VIEYRA,

da Companhia de

# JESU,

Prêgador de Sua Magestade.

## UNDECIMA PARTE,

OFFERECIDA

à Serenissima Rainha da

## GRÃ BRETANHA.



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.

M. DC. LXXXVI.

*Com todas as licenças necessárias, & Privilegio Real.*

Rosto da edição clandestina da undécima parte dos *Sermões* do Padre António Vieira, dada como impressa por Miguel Deslandes em 1696.

<sup>86</sup> B.A., C-XIII-1.

<sup>87</sup> B.A., C-XIII-2. A espécie descrita no *Cat. da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães* sob o n.º 3516 pertence a esta edição.

O estudo comparativo das duas portadas permite-nos concluir que houve a intenção manifesta de decalcar a edição original. O impressor-falsificador levou o seu cuidado ao extremo de imitar a xilogravura reproduzida no rosto da edição deslandesiana, a mesma que figura na portada da edição-*princeps* da I parte de *Maria Rosa Mystica* .... Se, pela análise dos caracteres tipográficos, fácil se torna verificar que há diferenças significativas entre as duas edições (basta comparar a palavra *JESU*, linha 5), em relação à composição uma única divergência se pode assinalar: na edição original encontra-se *Com todas as licenças neceßarias* ... enquanto na contrafacção se indica: *Com todas as licenças neceffarias*.

Pela apreciação das características tipográficas do exemplar que ostenta a folha-de-rosto pertencente a uma suposta edição deslandesiana, somos levada a considerar que foi formado por cadernos provenientes da edição original e de uma edição-pirata executada por Miguel Rodrigues, de que não localizámos nenhum exemplar completo. Esta reunião de cadernos só se tornou possível porque na contrafacção se manteve a paginação e divisão de texto por página da edição original.

Apresentamos, como elementos probatórios da implicação de Miguel Rodrigues na publicação fraudulenta do tomo décimo-primeiro dos *Sermões* do Padre António Vieira, dois exemplos, obtidos a partir da comparação de um exemplar da edição-*princeps* e do exemplar mencionado existente na Biblioteca da Ajuda (cota C-XIII-2), entre muitos outros que poderíamos registar:

1º – A página final do «Sermam das Quarenta Horas» (pág. 205) é embelezada pela reprodução de uma xilogravura, símbolo da Companhia de Jesus, significativamente diferente nos dois exemplares.

*Quarenta Horas.*

205

louzada seja a vossa Bon-  
dade : bendita , & louva-  
da seja a vossa Misericor-  
dia : bendita , & louzada  
seja a vossa Divindade , &  
humanidade ; & para di-  
zer em huma palavra , o  
que se resume em todas :  
Bemdito , & louvado seja  
o Santissimo Sacramento.



M iij **SERMAM**

Página final do «Sermam das Quarenta Horas»  
embelezado pela reprodução de uma xilogravura, na  
edição original.

*Quarenta Horas.*

206

louzada seja a vossa Bon-  
dade : bendita , & louva-  
da seja a vossa Misericor-  
dia : bendita , & louzada  
seja a vossa Divindade , &  
humanidade ; & para di-  
zer em huma palavra , o  
que se resume em todas :  
Bemdito , & louvado seja  
o Santissimo Sacramento.



M iij **SERMAM**

Fim do texto de «Sermam das Quarenta Horas» e  
ornamento xilográfico de remate na edição apócrifa.

A gravura estampada na edição original pertencia comprovadamente ao material iconográfico da oficina de Miguel Deslandes; a impressa na suposta impressão deslandesiana é, como atrás referimos (pág. 327), igual à que ilustra o rosto da segunda parte de *Arte Explicada* ..., de Madureira Feijó, obra publicada legalmente por Miguel Rodrigues em 1730. Esta mesma xilogravura foi estampada no rosto da contrafacção do segundo tomo dos *Sermões* do Padre António Vieira, cuja paternidade tipográfica atribuímos a Miguel Rodrigues;

2º – Diferem nos dois exemplares as letras capitulares (letra S) que marcam o princípio do texto do «SERMAM / DOMESTICO, / Na vespera da Circumcisaõ. & Nome / de JESUS, em que na Companhia / do mesmo nome se renovaõ os / votos religiosos.» (pág. 322).

322



# SERMAM DOMESTICO,

Na vespera da Circumcisaõ, & Nome de JESUS, em que na Companhia do mesmo nome se renovaõ votos religiosos.

Anno de 1689.

*Postquam consummati sunt dies octo, ut circumcideretur Puer, vocatum est nomen ejus Jesus. Luc. 2.*

§. I.

365

 ENDO a renovação do espirito hum dos meyoys mais particulares da nossa Companhia, para conservar, & adiantar a perfeição de seus filhos; cousa he verdadeiramente,

(fallo de mim) cousa he verdadeiramente não só digna de admiração, mas de confusão grande, que repetindo-se esta mesma renovação duas vezes cada anno, passem os annos, & tantos annos com tão pouco fruto. No dia de amanhã se cerraõ cento & trinta & cinco dias de renovação,

322



# SERMAM DOMESTICO,

Na vespera da Circumcisaõ & Nome de JESUS, em que na Companhia do mesmo nome se renovaõ os votos religiosos.

Anno de 1689.

*Postquam consummati sunt dies octo, ut circumcideretur Puer, vocatum est nomen ejus Jesus. Luc. 2.*

§. I.

365

 ENDO a renovação do espirito hum dos meyoys mais particulares da nossa Companhia, para conservar, & adiantar a perfeição de seus filhos; cousa he verdadeiramente,

(fallo de mim) cousa he verdadeiramente não só digna de admiração, mas de confusão grande, que repetindo-se esta mesma renovação duas vezes cada anno, passem os annos, & tantos annos com tão pouco fruto. No dia de amanhã se cerraõ cento & trinta & cinco dias de renovação,

Início do texto do «Sermam Domestico ...» assinalado, nas duas edições pela reprodução de uma capitular ornamentada (letra S). A impressa na edição original é de decoração floreada, o que não acontece na contrafacção.

A capitular de decoração fitomórfica que vemos reproduzida na edição original integrava o material da oficina deslandesiana; a letra maiúscula ornamentada impressa na outra espécie pertencia, como atrás demonstrámos (pág. 382), a um abecedário que Miguel Rodrigues utilizou profusamente no decorrer das suas actividades editoriais.

## *Duodécima Parte*

Pertencem à edição original do tomo XII dos *Sermões* do Padre António Vieira os exemplares que apresentam na portada os seguintes dizeres: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA, / Da Companhia de Jeſu, / Prêgador de Sua Mageſtade. / PARTE DUODECIMA / *DEDICADA* / Á PVRISSIMA CONCEIÇÃO / DA VIRGEM MARIA / SENHORA NOSSA. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageſtade. / *Com todas as licenças neceſſarias*. Anno de 1699. / Á cuſta de Antonio Leyte Pereyra.<sup>88</sup>

Admitimos que os exemplares cuja descrição bibliográfica passamos a apresentar pertençam a uma edição fraudulenta, mas não podemos deixar de notar que a xilogravura reproduzida nesta portada é exactamente igual à estampada na edição-*princeps*: SERMOENS / DO / P. ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Jeſu, / Prêgador de Sua Mageſtade. / PARTE DUODECIMA / *DEDICADA* / Á PVRISSIMA CONCEIÇÃO / DA VIRGEM MARIA / SENHORA NOSSA. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jesus.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES / Impreſſor de Sua Mageſtade. / *Com todas as licenças neceſſarias*. Anno de 1699. / Á cuſta de Antonio Leyte Pereyra.<sup>89</sup>

---

<sup>88</sup> B.A.

<sup>89</sup> B.A., B-XXI-6. Pertence a esta edição a espécie descrita no *Cat. da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães* sob o nº 3516.

SERMOENS  
 DO  
 P. ANTONIO VIEYRA  
 Da Companhia de Jesu,  
 Prêgador de Sua Magestade.  
 PARTE DUODECIMA  
 DEDICADA  
 A' PVRISSIMA CONCEIÇÃO  
 DA VIRGEM MARIA  
 SENHORA NOSSA.



LISBOA,  
 Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
 Impressor de Sua Magestade. -  
 Com todas as licenças necessárias. Anno de 1699.  
 A' custa de Antonio Leyte Pereyra.

Rosto da edição original dos *Sermões* (12ª parte) do Padre António Vieira, estampada em Lisboa por Miguel Deslandes, em 1699.

SERMOENS  
 DO  
 P. ANTONIO VIEYRA  
 Da Companhia de Jesu,  
 Prêgador de Sua Magestade.  
 PARTE DUODECIMA  
 DEDICADA  
 A' PVRISSIMA CONCEIÇÃO  
 DA VIRGEM MARIA  
 SENHORA NOSSA.



LISBOA,  
 Na Officina de MIGUEL DESLANDES  
 Impressor de Sua Magestade.  
 Com todas as licenças necessárias. Anno de 1699.  
 A' custa de Antonio Leyte Pereyra.

Portada da contrafacção da 12ª parte dos *Sermões* do Padre António Vieira.

Uma análise cuidada das duas portadas permite-nos concluir que estamos perante duas edições distintas. Para além da verificação de que são diferentes os caracteres tipográficos utilizados, há também dissemelhanças em relação à composição, nomeadamente no pé-de-imprensa: na edição original, o apelido do impressor é seguido de vírgula, o que não acontece na suposta edição deslandesiana; também a grafia da palavra *neceßarias* da edição original, foi substituída por *necessarias* na contrafacção.

Se desconhecêssemos a participação de Miguel Rodrigues na publicação ilícita dos outros tomos dos *Sermões* do Padre António Vieira, tornar-se-ia mais difícil identificá-lo como autor desta falsa-edição deslandesiana. A preocupação em copiar quase fotograficamente a edição-*princeps*, levada ao extremo de simular algumas das gravuras impressas na verdadeira edição, é traída, em especial, por um dos elementos iconográficos utilizados: as capitulares.

que assinalam o começo dos diferentes Sermões. Limitamo-nos a apresentar duas situações, a título meramente exemplificativo:

1ª – É sensivelmente diferente, nas duas edições, a letra inicial que marca o começo do texto do «SERMAÕ / NA DEGOLLAÇÃO DE / S. JOAÕ BAPTISTA. / em Odivelas, anno de 1653.» (pág. 78).

78



SERMAÕ  
NA DEGOLLAÇÃO DE  
S. JOAÕ BAPTISTA,  
Em Odivelas, anno de 1653.

*Misit Herodes, ac tenuit Joannem, & vincit eum  
in carcere propter Herodiam uxorem Philip-  
pi fratris sui, quia duxerat eam... & decol-  
lavit eum in carcere. Marc. 6.*

§. I.



102 So foi dos an-  
tigos Hebreos,  
( de quem o to-  
máraõ os Gen-  
tios mais sabios, Gregos, &  
Romanos, & sem perigo  
da Fè, antes com louvor  
dos costumes o deveraõ  
imitar os Christãos. ) Ufo

foi, digo, nos famosos cô-  
vites, não só laborearem  
as mesas com pratos rega-  
lados, & exquisitos, mas  
tambem com problemas  
discretos, & proveitosos.  
Lembravaõ-se aquelles ho-  
mens que eraõ racionais,  
& parcialhes cousa indig-  
na de hũa natureza tam  
nobre, que ficassem em  
jejum

Início do texto do «Sermão na Degolgação de S. João Baptista ...», na edição original.

78



SERMAÕ  
NA DEGOLLAÇÃO DE  
S. JOAÕ BAPTISTA,  
Em Odivelas, anno de 1653.

*Misit Herodes, ac tenuit Joannem, & vincit eum  
in carcere propter Herodiam uxorem Philip-  
pi fratris sui, quia duxerat eam... & decol-  
lavit eum in carcere. Marc. 6.*

§. I.

102



So foi dos an-  
tigos Hebreos,  
( de quem o to-  
máraõ os Gen-  
tios mais sabios, Gregos, &  
Romanos, & sem perigo  
da Fè, antes com louvor  
dos costumes o deveraõ  
imitar os Christãos. ) Ufo

foi, digo; nos famosos cô-  
vites, não só laborearem  
as mesas com pratos rega-  
lados, & exquisitos, mas  
tambem com problemas  
discretos, & proveitosos.  
Lembravaõ-se aquelles ho-  
mens que eraõ racionais,  
& parcialhes cousa indig-  
na de hũa natureza tam  
nobre, que ficassem em  
jejum

Começo do texto do «Sermão na Degolgação de S. João Baptista ...», na edição supostamente impressa por Miguel Deslandes.

A letra reproduzida na edição original pertencia comprovadamente à oficina dos Deslandes; a impressa na contrafacção fazia parte de um alfabeto da oficina tipográfica de Miguel Rodrigues e é precisamente igual à que aparece impressa, por exemplo, no primeiro verso do «Soneto I. Dirigido a Elrey N. Senhor», incluído em SENTIMENTOS / METRICOS, / OU COLLECÇAM DE VARIAS VOZES / na mágoa pela morte / DA SERENISSIMA SENHORA / D. FRANCISCA, / INFANTE DE PORTUGAL. / Dedicadas á memoria da me/jma / SERENISSIMA SENHORA / Por JOAM FERREIRA DE ARAUJO / II. COLLECÇÃO /

[Ornamento xilográfico.] / LISBOA OCCIDENTAL. / Na Officina de MIGUEL RODRIGUES, / Impreſſor do Senhor Patriarca. / [Tranca.] / M.DCC.XXXVI. / Com todas as licenças neceſſarias. / Fica-se imprimindo a terceira Collecção.

SENTIMENTOS  
**METRICOS,**  
OU COLLECÇAM DE VARIAS VOZES  
na mágoa pela morte  
DA SERENISSIMA SENHORA  
**D. FRANCISCA,**  
INFANTE DE PORTUGAL.  
*Dedicadas á memoria da meſma*  
SERENISSIMA SENHORA  
Por JOAM FERREIRA DE ARAUJO  
**II. COLLECÇÃO**



LISBOA OCCIDENTAL.  
Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,  
Impreſſor do Senhor Patriarca.

M. DCC. XXXVI.  
*Com todas as licenças neceſſarias.*  
Fica-se imprimindo a terceira Collecção.

Pag. 3



SONETO I.  
DIRIGIDO  
**A ELREY N. SENHOR.**



Enturoſo Monarca Luſitano,  
Injuſta he voſſa dor, quando ſubido  
Conceitô foy de Deos eſclarecido  
No Ceo gravar hum aſtro ſoberano.  
Morte não pode ſer, he claro engano,  
Que do acabar commum forma o ſentido,  
Foy da vida hum período entendido,  
Foy clauſula final do ſer humano.  
A vida mais ditôſa trasladada  
Ao emiſferio das luzes reduzida  
Hoje vive incapaz de ſer chorada:  
Que aos ultimos alentoſ pervenida  
Se vio a Infante, e eſta tão acordada,  
Que parecem principios de outra vida.

*De Thomás Antonio da Cruz.*

A 2

St-

*Sentimentos Metricos ... (2ª coleção), obra publicada em 1736 por Miguel Rodrigues, onde foi impressa a letra V, exactamente igual à que dá início ao texto do «Sermão na Degolação de S. João Baptista», na edição apócrifa.*

Não podemos deixar de notar que a tarja compósita que ilustra a página inicial do Sermão é, na contrafacção, uma imitação quase perfeita da impressa na edição-*princeps*, o que atesta claramente a intenção fraudulenta de Miguel Rodrigues.

2º – Em «SERMAÕ / DA QUARTA DOMINGA DA / QUARESMA. / Na Igreja da Conceyção da Praya da Bahia, o / primeiro que prégou na Cidade o Author / antes de ser Sacerdote, anno de 1633.» (pág. 133), a capitular (letra C) reproduzida na edição-pirata, diferente da estampada na edição original, faz parte do mesmo abecedário da letra V, acima mencionada. Como atrás referimos, Miguel Rodrigues utilizou, com frequência, aquele alfabeto em obras saídas legalmente dos seus prelos, tendo sido reproduzidas, por exemplo, as

letras A; D; J e Q em *Fenis Gloriosa* (2ª parte), da autoria de Frei Manuel de Gouveia, e impressa em 1730.



# SERMAO

DA QUARTA DOMINGA DA  
QVARESMA,

Na Igreja da Conceição da Praya da Bahia, o primeiro que pregou na Cidade o Author antes de ser Sacerdote, anno de 1633.

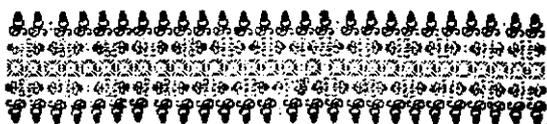
*Colligite que superaverunt fragmenta, ne pereant.*  
Joann. 6.

§. I.

152 **O**mo he uso antigo, & sempre praticado na guerra depois das batalhas, principalmente vitoriosas, tocar a recolher os exercitos, para que descancem os soldados, & sejaõ vistos, como em triunfo, & conhecidos os ven- Tom. 12.

cedores: assim o General supremo da Igreja Militante manda hoje a seus Apostolos, que recolhaõ as reliquias, & fragmentos dos cinco pães, que vencerãõ, para que se não perca no esquecimento a memoria de tam illustre combate: *Colligite que superaverunt fragmenta, ne pereant.* Este he com nova, & Tom. 12. Iij sublime

Página inicial de «Sermaõ da Quarta Dominga da Quaresma», na edição-princeps.



# SERMAO

DA QUARTA DOMINGA DA  
QVARESMA,

Na Igreja da Conceição da Praya da Bahia, o primeiro que pregou na Cidade o Author antes de ser Sacerdote, anno de 1633.

*Colligite qua superaverunt fragmenta, ne pereant.*  
Joann. 6.

§. I.

152 **O**mo he uso antigo, & sempre praticado na guerra depois das batalhas, principalmente vitoriosas, tocar a recolher os exercitos, para que descancem os soldados, & sejaõ vistos, como em triunfo, & conhecidos os ven- Tom. 12.

cedores: assim o General supremo da Igreja Militante manda hoje a seus Apostolos, que recolhaõ as reliquias, & fragmentos dos cinco pães, que vencerãõ, para que se não perca no esquecimento a memoria de tam illustre combate: *Colligite que superaverunt fragmenta, ne pereant.* Este he com nova, & Tom. 12. Iij sublime

Página inicial de «Sermaõ da Quarta Dominga da Quaresma», na edição clandestina.

### *Décima-Terceira Parte*

Inocência Francisco da Silva, no primeiro tomo do *Dicionário Bibliográfico*, referindo-se a este volume dos *Sermões*, que se conta como parte XIII, denuncia a existência "de duas edições diferentes, com as mesmas indicações tipográficas, porém diversas nos caracteres".<sup>90</sup> As descrições bibliográficas, tal como figuram no *Dicionário Bibliográfico*, não permitem a identificação rigorosa das espécies, pelo que não nos é possível concluir se Inocência se refere às duas verdadeiras edições deslandesianas existentes deste tomo, ambas datadas de 1690, se a uma das duas contrafacções de que foi objecto a edição original. De facto, segundo nos foi dado observar, existem não duas, mas quatro edições diferentes deste tomo, apresentando, no pé-de-imprensa, as mesmas indicações tipográficas: «Lisboa, na oficina de Miguel Deslandes, 1690».

As edições saídas dos verdadeiros prelos de Miguel Deslandes (chamar-lhes-emos *Edição A* e *Edição B*) apresentam nas respectivas folhas-de-rosto as seguintes características tipográficas:

*EDIÇÃO A* – PALAVRA DE DEOS / EMPENHADA, E DESEMPENHADA: / *EM-  
PENHADA* / NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA / Rainha N. S. Dona Maria Francisca /  
Iabel de Saboya; / *DESEMPENHADA* / NO SERMAM DA ACÇAM DE GRAÇAS / pelo  
nafcimento do Principe D. João Primoge- / nito de SS. Magestades, que Deos guarde. /  
*Prègou hum, & outro* / O P. ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Jeſu, Prègador de  
S. Magestade: / *O primeiro* / Na Igreja da Misericordia da Bahia, em II. de Setem- / bro,  
anno de 1684. / *O segundo* / Na Cathedral da mesma Cidade, em 16. de / Dezembro, anno de  
1688. [Ornamento xilográfico.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Im-  
preſſor de Sua Magestade. / *Com todas as licenças neceſſarias.* Anno 1690.<sup>91</sup>

*EDIÇÃO B* – PALAVRA DE DEOS / EMPENHADA, E DESEMPENHADA: / *EM-  
PENHADA* / NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA / Rainha N. S. Dona Maria Francisca /  
Iabel de Saboya; / *DESEMPENHADA* / NO SERMAM DA ACÇAM DE GRAÇAS / pelo  
nafcimento do Principe D. João Primogenito / de Sua Magestades, que Deos guarde. /  
*Prègou hum, & outro* / O P. ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Jeſu, Prègador de  
S. Magestade: / *O primeiro* / Na Igreja da Misericordia da Bahia, em II. de Setem- / bro,  
anno de 1684. / *O segundo* / Na Cathedral da mesma Cidade, em 16. de / Dezembro, anno de  
1688. [Ornamento xilográfico.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Im-  
preſſor de Sua Magestade. / *Com todas as licenças neceſſarias.* Anno 1690.<sup>92</sup>

<sup>90</sup> SILVA, Inocência Francisco da, *et alii*. *Ob. cit.*, t. I, p. 290.

<sup>91</sup> B.A., 2-V-30, nº 2.

<sup>92</sup> B.A., E-II-24. O exemplar fazia parte do espólio da Livraria de São Roque.

**PALAVRA DE DEOS**  
EMPENHADA, E DESEMPENHADA:

*EMPENHADA*

NO SERMAM DAS EXEQVIAS DA  
Rainha N.S. Dona Maria Francisca

Isabel de Saboya;

*DESEMPENHADA*

NO SERMAM DE ACÇAM DE GRAÇAS  
pelo nascimento do Principe D. Joaõ Primoge-  
nito de SS. Magestades, que Deos guarde.

*Prêgou hum, & outro*

**O P. ANTONIO VIEYRA**

da Companhia de Jesu, Prêgador de S. Magestade:

*O primeiro*

Na Igreja da Misericordia da Bahia, em 11. de Setem-  
bro, anno de 1684.

*O segundo*

Na Cathedral da mesma Cidade, em 16. de  
Dezembro, anno de 1688.



*L. Miguel Deslandes*

LISBOA;

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de S. Magestade.

*Com todas as licenças necessarias. Anno 1690.*

*Da Levantada de S. Joao. 1728*

**PALAVRA DE DEOS**

EMPENHADA, E DESEMPENHADA:

*EMPENHADA*

NO SERMAM DAS EXEQVIAS DA  
Rainha N. S. Dona Maria Francisca

Isabel de Saboya;

*DESEMPENHADA*

NO SERMAM DE ACÇAM DE GRAÇAS  
pelo nascimento do Principe D. Joaõ Primogenito  
de Suas Magestades, que Deos guarde.

*Prêgou hum, & outro*

**O P. ANTONIO VIEYRA**

da Companhia de Jesu, Prêgador de S. Magestade:

*O primeiro*

Na Igreja da Misericordia da Bahia, em 11. de Setem-  
bro, anno de 1684.

*O segundo*

Na Cathedral da mesma Cidade, em 16. de  
Dezembro, anno de 1688.



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impressor de Sua Magestade.

*Com todas as licenças necessarias. Anno 1690.*



Rostos de *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada* ... saídos dos verdadeiros prelos de Miguel Deslandes.

Pela análise comparativa das características tipográficas de espécies das duas edições, apercebemo-nos de que, embora sejam diferentes os caracteres tipográficos utilizados e diversa a composição, se reproduzem exactamente os mesmos elementos iconográficos, o que nos permite concluir, com segurança, que as duas espécies são provenientes da mesma origem: a oficina de Miguel Deslandes.

Atentemos, a título ilustrativo, nas seguintes situações:

1ª – O friso e a capitular ornamentada, que ilustram, nas duas edições, a página inicial de «Carta do Padre António Vieyra para o Padre Leopoldo Fueff, Confessor da Rainha N. S.», são comprovadamente da oficina de Miguel Deslandes;



CARTA DO PADRE  
Antonio Vieyra para o Pa-  
dre Leopoldo Fueff, Con-  
fessor da Rainha N. S.

**A**rde me chegou às mãos  
a de que V. R. me fez fa-  
vor, escrita no primeiro  
de Setembro do anno  
passado. Nella me exhor-  
tava V. R. a que quizesse ( posto que  
de tão longe ) concorrer à celebra-  
de do felice nascimento do nosso  
Principe, & me dava V. R. as noticias,  
que precedêraõ ao soberano parto, &  
a gran-



CARTA DO PADRE  
Antonio Vieyra para o Pa-  
dre Leopoldo Fueff, Con-  
fessor da Rainha N. S.

**A**rde me chegou às mãos  
a de que V. R. me fez fa-  
vor, escrita no primeiro  
de Setembro do anno  
passado. Nella me exhor-  
tava V. R. a que quizesse ( posto que  
de tam longe ) concorrer á celebra-  
de do felice nascimento do nosso  
Principe , & me dava V. R. as noti-  
cias

São iguais os ornamentos xilográficos reproduzidos nas duas edições deslandesianas de *Palavra de Deus Empenhada e Desempenhada*.

2<sup>a</sup> – A letra maiúscula floreada (letra E), que assinala o começo do «Sermam nas Exequias da Rainha N. S. D. Maria Isabel de Saboya ...», exactamente igual nas duas edições, fazia parte integrante do material iconográfico da Oficina Deslandesiana:

PALAVRA DE DEOS  
Empenhada,  
**SERMAM**  
NAS EXEQUIAS DA RAINHA  
N.S.D.Maria Isabel de Saboya,

*Que prégou*

O P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu,  
Prégador de Sua Magestade,  
Na Misericordia da Bahia, em 19. de Setembro,  
anno de 1684.

Vão emendados nesta impressão os erros intoleraveis da primeira: & mais declaradas algúas cousas que então se entenderão mal: & tambem deixada algúa, que ainda agora corria o mesmo risco.

*Mortua est ibi Maria, & sepulta in eodem loco. Cumque indigeret aqua Populus: cumque eleuasset Moyses manum, percutiens virga bis silecem, egressa sunt aquae largissime. Numer. 20.*

§. I.



**E** fui aquelle ( muito Alta, & muito poderosa Rainha, & Senhora nossa: hoje tanto mais alta, & tanto mais poderosa, quanto vai da terra ao Ceo, do corpo, que se resolve em cinzas, ao espirito, deste desterro à verdadeira Patria, & do Reyno, & Coroa  
A mor-

PALAVRA DE DEOS  
Empenhada.

**SERMAM**  
NAS EXEQUIAS DA RAINHA  
N.S.D.Maria Isabel de Saboya,

*Que prégou*

O P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu,  
Prégador de Sua Magestade,

Na Misericordia da Bahia, em 11. de Setembro,  
anno de 1684.

Vão emendados nesta impressão os erros intoleraveis da primeira: & mais declaradas algúas cousas que então se entenderão mal: & tambem deixada algúa, que ainda agora corria o mesmo risco.

*Mortua est ibi Maria, & sepulta est in eodem loco. Cumque indigeret aqua Populus: cumque eleuasset Moyses manum, percutiens virga bis silecem, egressa sunt aquae largissime. Numer. 20.*

§. I.



**E** fui aquelle ( muito Alta, & muito poderosa Rainha, & Senhora nossa: hoje tanto mais alta, & tanto mais poderosa, quanto vai da terra ao Ceo, do corpo, que se resolve em cinzas, ao espirito, deste desterro à verdadeira Patria, & do Reyno, & Coroa  
A mortal

O início do texto de «Sermam nas Exequias da Rainha N. S. D. Maria Isabel de Saboya ...» é assinalado, nas duas edições, pela reprodução da mesma capitular floreada (letra E).

3ª – A gravura reproduzida no final da obra (pág. 276), como remate ornamental, pertencendo ao material iconográfico de Miguel Deslandes.

276 *Palavra do Prêgador*  
 plicada a elle ) nenhum juizo pôde haver  
 tão alheyo da razão, que não admitta, reco-  
 nheça, & confesse differença entre hum Em-  
 perador feito por Deos, & os que fazem os  
 homens. *An fas erat nihil differre inter Im-  
 peratorem quem homines, & quem Dii fec-  
 issent?*



I N-

276 *Palavra do Prêgador*  
 plicada a elle ) nenhum juizo pôde haver  
 tam alheyo da razaõ, que não admitta, reco-  
 nheça, & confesse differença entre hum Em-  
 perador feito por Deos, & os que fazem os  
 homens: *An fas erat nihil differre inter Impe-  
 ratorem, quem homines, & quem Dii fecissent?*



IN.

A gravura de remate impressa para embelezar a página final da obra é igual nas duas edições deslandesianas de *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada*.

Não é possível estabelecer, com rigor, qual é a edição-*princeps*, mas julgamos lícito supor que uma edição foi impressa em data posterior à indicada no pé-de-imprensa. O impressor ter-se-ia servido deste estratagem para obviar às demoras decorrentes de um novo pedido de autorizações e licenças e satisfazer as solicitações do mercado, tirando as contrapartidas financeiras que a operação seguramente lhe proporcionava.

Como atrás referimos, a edição original foi objecto de contrafacções, cujas descrições bibliográficas passamos a apresentar:

*EDIÇÃO C – PALAVRA DE DEOS / EMPENHADA, E DESEMPENHADA: / EM-  
 PENHADA / NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA / Rainha N. S. Dona Maria Francisca /  
 Isabel de Saboya; / DESEMPENHADA / NO SERMAM DA ACÇAM DE GRAÇAS / pelo  
 na scimento do Principe D. João Primoge- / nito de SS. Mage stades, que Deos guarde. /  
 Prêgou hum, & outro / O P. ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Je su, Prêgador de  
 S. Mage stade: O primeyro / Na Igreja da Mi sericordia da Bahia, em II. de Setem- / bro, anno*

de 1684. / *O segundo* / Na Cathedral da mesma Cidade, em 16 de / Dezembro, anno de 1688. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageſtade. / *Com todas as licenças neceſſarias.* Anno 1690.<sup>93</sup>

*EDIÇÃO D – PALAVRA DE DEOS / EMPENHADA, E DESEMPENHADA: / EMPENHADA / NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA / Rainha N. S. Dona Maria Francisca / Iſabel de Saboya; / DESEMPENHADA / NO SERMAM DA ACÇAM DE GRAÇAS / pelo naſcimento do Principe D. Joaõ Primoge- / nito de SS. Mageſtades, que Deos guarde. / Prègou hum, & outro / O P. ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Jeſu. Prègador de S. Mageſtade: / O primeyro / Na Igreja da Miſericordia da Bahia, em II de Setem- / bro, anno de 1684. / O segundo. / Na Cathedral da mesma Cidade, em 16 de / Dezembro, anno de 1688. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA, / Na Officina de MIGUEL DESLANDES, / Impreſſor de S Mageſtade. / *Com todas as licenças neceſſarias.* Anno 1690.<sup>94</sup>*

**PALAVRA DE DEOS**  
EMPENHADA, E DESEMPENHADA:

*EMPENHADA*

NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA  
Rainha N. S. Dona Maria Francisca  
Iſabel de Saboya;

*DESEMPENHADA*

NO SERMAM DE ACÇAM DE GRAÇAS  
pelo naſcimento do Principe D. Joaõ Primoge-  
nito de SS. Mageſtades, que Deos guarde.

*Prègou hum, & outro*

**O P. ANTONIO VIEYRA**  
da Companhia de Jeſu, Prègador de S. Mageſtade:

*O primeyro*

Na Igreja da Miſericordia da Bahia, em 11. de Setem-  
bro, anno de 1684.

*O segundo*

Na Cathedral da mesma Cidade, em 16. de  
Dezembro, anno de 1688.



L I S B O A,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impreſſor de S. Mageſtade.

*Com todas as licenças neceſſarias.* Anno 1690.

Portada de uma edição apócrifa de *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada*, dada como impressa por Miguel Deslandes, mas realmente impressa por António Pedroso Galvão, no século XVIII.

<sup>93</sup> B.A., 2-V-24.

<sup>94</sup> B.A., 2-II-25. Pertence a esta edição a espécie descrita no *Cat. da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães* sob o nº 3516. Somos levada a considerar que as contrafacções foram estampadas seguindo a edição deslandesiana apresentada como *Edição A*, pois, tal como nessa edição, a palavra «Primogenito» aparece dividida e estampada em duas linhas diferentes.

**PALAVRA DE DEOS**  
EMPENHADA, E DESEMPENHADA:

*EMPENHADA*

NO SERMAM DAS EXEQUIAS DA  
Rainha N. S. Dona Maria Francisca  
Iſabel de Saboya;

*DESEMPENHADA*

NO SERMAM DE ACÇAM DE GRAÇAS  
pelo naſcimento do Principe D. Joaõ Primoge-  
nito de SS. Mageſtades, que Deos guarde.

*Prègou hum, & outro*

**O P. ANTONIO VIEYRA**  
da Companhia de Jeſu, Prègador de S. Mageſtade:

*O primeyro.*

Na Igreja da Miſericordia da Bahia, em 11. de Setem-  
bro, anno de 1684.

*O segundo*

Na Cathedral da mesma Cidade, em 16. de  
Dezembro, anno de 1688.



L I S B O A,

Na Officina de MIGUEL DESLANDES,  
Impreſſor de S. Mageſtade.

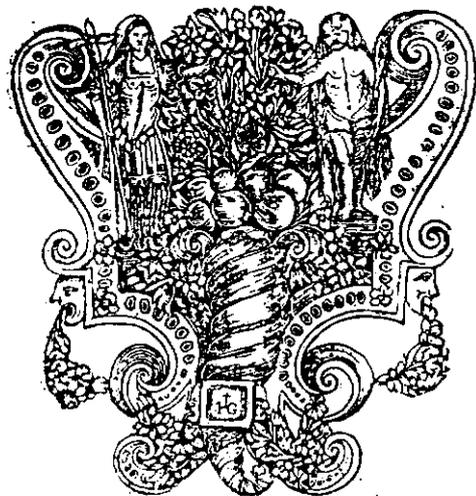
*Com todas as licenças neceſſarias.* Anno 1690.

Rosto de uma edição-pirata de *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada*, impressa em Lisboa, no século XVIII, por António Pedroso Galvão.

Creemos poder afirmar que as duas supostas edições deslandesianas, apesar de muito diferentes entre si, foram impressas na oficina tipográfica de António Pedroso Galrão. Um aspecto merece particular referência: pela primeira vez, não é respeitada a paginação da edição original; por curiosidade, notamos que é absolutamente igual nas duas edições-piratas.

Não restam quaisquer dúvidas quanto à atribuição da paternidade tipográfica da *Edição C* a António Pedroso Galrão, pois o impressor quase autografou os exemplares. O final do «Sermam de Açam de Graças pelo nascimento do Principe D. Joaõ Primogenito de SS. Magestades, que Deos guarde» (p. 120) é assinalado pela reprodução de uma gravura ornamental, que fora uma das marcas tipográficas de seu pai, João Galrão. António Pedroso Galrão estampou-a nas suas edições como mero elemento decorativo e, nessa qualidade, encontramos-a reproduzida, por exemplo, no final do «Sermão XII», inserto na segunda parte de *Conselheiro Fiel*, da autoria de Frei Manuel Guilherme, obra saída dos prelos de António Pedroso Galrão, no ano de 1710.

120 *Palavra de Deos desempenhada.*  
 universal só na extensaõ do dominio, & entaõ  
 o serà cabalmente na inteyra sugeyçaõ, &  
 obediencia dos subditos. E este he o perfeyto  
 perpetuo, & firme estabelecimento do seu Im-  
 perio: *Volo in te, & in femine tuo Imperium mihi*  
*stabilire.*



PA

Página da edição apócrifa de *Palavra de Deos Em-  
 penhada e Desempenhada*, em que o impressor usou  
 como vinheta ornamental a marca tipográfica de seu pai,  
 João Galrão.

324 *Sermão XII.*  
 netos succellos, & tão boas do o teu poder vendo se o-  
 as novas que delles terc- brigada do zelo da devo-  
 mos, como podemos dese- çãõ, & da assilencia, com  
 jar. Assim o espero Senhor que he celebrada, para nos  
 fiado, & seguro no amparo alcançar com a sua valia  
 de tal Mãe, & já daqui dou muytas felicidades, & com  
 a V. Excellencia o para a sua interceissam muyta  
 bem, pois não será possi- graça, penhor da gloria,  
 vel, que não cumpre to- &c.



SER-

Página de *Conselheiro Fiel* ... (2ª parte), obra impressa  
 por António Pedroso Galrão em 1710, em que o  
 impressor usou como remate ornamental a marca  
 tipográfica de seu pai, João Galrão.

Dispensamo-nos de apresentar outros exemplos demonstrativos da implicação de António Pedroso Galvão neste caso de fraude editorial, mas devemos sublinhar que todo o material iconográfico utilizado nesta contrafacção (capitulares, ornamentos xilográficos e pequenos elementos decorativos) pertencia à sua oficina.

Um aspecto desta contrafacção merece, ainda, menção particular. Na página onde se inicia «Palavra de Deos Desempenhada» (p. 57) foi impresso, naturalmente por lapso do compositor, «Palavra de Deos Empenhada».

57

PALAVRA DE DEOS  
Empenhada.  
**S E R M A M**  
DE ACÇAM DE GRAÇAS  
PELO NASCIMENTO DO PRINCIPE  
D. João, Primogenito de SS. Magestades,  
que Deos guarde,

*Que prègou*

O P. ANTONIO VIEYRA da Companhia  
de Jefu, Prègador de Sua Magestade,

Na Igreja Cathedral da Cidade da Bahia, em 16.de  
Dezembro, anno de 1688.

*Respexit, & vidit.*

§. I.



Vossos olhos, (todo poderoso, &  
todo misericordioso Senhor ) a  
vossos olhos, posto que debayxo  
dessa cortina encubertos aos nos-  
sos: a vossos olhos vem hoje esta grande, & no-  
bilissi-  
H bilissi-

Página inicial de «Palavra de Deos Desempenhada», na edição apócrifa executada por António Pedroso Galvão. Por lapso, encontra-se «Palavra de Deos Empenhada».

Imputamos a responsabilidade tipográfica da *Edição D* a António Pedroso Galvão, pelos seguintes motivos:

1º – O pequeno elemento decorativo estampado no rosto desta edição, dada como impressa por Miguel Deslandes, é precisamente igual ao que ilustra a portada da segunda parte de *Conselheiro Fiel ...*, obra impressa por António Pedroso Galvão em 1727.

# CONSELHEYRO F I E L

COM MAXIMAS ESPIRITUAES  
para convencer o entendimento , &  
combater o coração do peccador  
esquecido.

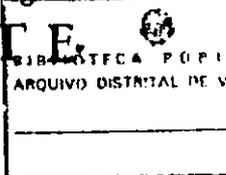
*OFFERECE-AS AO ILLUSTRISSIMO SENHOR*

JOÃO DE MELLO,  
Conigo da Santa Sé Patriarcal,

O P A D R E

Fr. MANOEL GUILHERME,  
Religiofo de S. Domingos.

II. P A R T E.



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM,  
& à sua custa impresso.

*Com todas as licenças necessarias.*

Anno de M.DCC.XXVII,

Portada da 2ª parte de *Conselheiro Fiel* .... obra publicada por António Pedroso Galvão em 1727.

2º – A tarja xilografada que embeleza a página onde começa a «Carta do Padre António Vieyra para o Padre Leopoldo Fueff, Confeffor da Rainha N. S.» (único elemento decorativo comum à *Edição C*) pertencia ao material iconográfico da oficina de António Pedroso Galvão. Embora não o tenhamos visto reproduzido nas obras dadas a lume na sua oficina, que tivemos oportunidade de compulsar, encontrámo-la estampada em obras impressas por seu pai João Galvão, em particular, em *SERMAM / DA / EXHORTAÇAM A PENITENCIA, / que prègou no Real Convento de Belem, / na segunda festa feira á tarde da Quaresma no anno de 1684. / O P. Fr. CARLOS DE S. FRANCISCO / Professo no mesmo Convento. Offereceo ao seu Prelado mayor. / O REVERENDISSIMO PADRE / FREY JOSEPH DE BARCELLOS, / Vigario Geral da Religião do Maximo / Doutor da Igreja, N.P.S. Jeronymo, / & Prior actual, no Real Conven- / to de Belem. / LISBOA. / Na Officina*

de JOÃO GALRÃO. Anno de 1686. / [Tranca.] / Com todas as licenças neceffarias. a ilustrar o começo da dedicatória.



## CARTA DO PADRE

Antonio Vieyra para o Padre Leopoldo Fueff, Confessor da Rainha N. S.



Arde me chegou às mãos a de que V. R. me fez favor, escrita no primeyro de Setembro do anno passado. Nella me exhortava V. R. a que quizesse) posto que de tão longe) concorrer à celebridade do felice nascimento do nosso Principe, & me dava V. R. as noticias, que precederão ao soberano parto, &

\* ij

a gran-

Início do texto da «Carta do Padre António Vieyra para o Padre Leopoldo Fueff ...», na edição apócrifa de *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada*, impressa em Lisboa no século XVIII.



AO REVERENDÍSSIMO PADRE

FREY JOSEPH DE BARCELLOS

Prior, & Vigario Geral da Religião do Nosso Padre S. Ieronymo, nestes Reynos de Portugal.



AM pareça a Vossa Reverendissima, que pretendo com pequenos serviços pagar obrigações grandes; porque bem sei, que me hade ser forçoso morrer ingrato, ainda que viva sempre agradecido; assi o que pretendo com este obsequio, he de mostrar a Vossa Reverendissima o meu desejo; pedindohe perdaõ da confiança; pois me atrevo a offerecer cousa tão pouca, a foyeito tão grande; mas o muito favor, que em Vossa Reverendissima experimento, me anima, ao passo, que me desculpa; a pedirhe se digne de passar pelloz olhos este Sermão; porque desta sorte só, podrá elle ser de todos bem visto; pois he certo, que o que Vossa Reverendissima approvar, não poderá ser de ninguem reprovado, por ser Vossa Reverendissima

† ij

disti-

Em *Sermam da Exhortação à Penitencia* ... obra impressa por João Galvão em 1686. utilizou-se a mesma tarja ornamental que na edição-pirata de *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada*.

3º – A xilogravura que ilustra a página final de «Palavra de Deos deJempenhada» (pág. 120) é rigorosamente a mesma que aparece impressa como vinheta de remate na página 230 do tomo primeiro de *Bibliotheca Jurisconsultorum Lusitanorum ...* de D. Inácio da Costa Quintela, obra publicada por António Pedroso Galvão no ano de 1730.

120 *Palavra de Deos deJempenhada.*  
 universal fo na extenſão do dominio, & entãõ  
 o ſerã cabalmente na inteYra ſugeyçãõ, &  
 obediencia dos ſubditos. E eſte he o perfeYto,  
 perpetuo, & firme eſtabelecimento do ſeu Im-  
 perio: *Volo in te, & in ſemine tuo Imperium mihi*  
*ſtabilire.*



P A-

Página da edição apócrifa de *Palavra de Deos Empe-  
 nhada e Desempenhada*, ilustrada pela reprodução de  
 uma xilogravura.

230

### Ad L. XIX.

iniles ex reg. L. 69. D. de acqu. heredi-  
 dit. Reſpondeu r enim quod hic ſuc-  
 ceſſio legitima ſpecialiter præfertur  
 teſtamentaria ex forma diſpoſitionis  
 teſtatoris ut advertit D. Fernandes lo-  
 co citat.

Magis obſtat quod fratre non ad-  
 eunte videbatur admittendum eſſe  
 ſubſtitutum in d. L. 85. quia ibi appo-  
 nuntur duæ conditiones alternativæ,  
 quo caſu ſufficit unam adimpleri L. 5.  
 D. de condu. inſtit. L. 13. §. ſin. D. de  
 reb. dub. L. 129. D. de verbor. obligat.  
 §. pen. Inſt. de hered. inſtit. ſed reſpon-  
 detur quod ubi alternative apponitur  
 conditio ſi ſine libero alternativa acci-  
 pitur pro conjunctiva, quia teſtator  
 eandem affectionem intelligitur ha-  
 bere erga filios, quam habuit erga eo-  
 rum patrem inſtitutum ut advertit D.  
 Coſta in M. S. ad diſt. L. 85. & vide L.  
 6. C. de inſtit. & ſubſtit.

Quarto obſtat d. L. ſi quis ita 82.  
 D. hoc tit. ubi aliqui tenent hæredes  
 legitimos cenſeri inſtitutos ut tenent  
 Barth. in L. Gallus 29. n. 5. Cov. in cap.  
 Raynunt. cap. 3. n. 9. Corr. ſ. lib. 2. miſce-

lanur. cap. 23. n. 6. ſed verior reſponſi  
 conſiſte in eo quod hæredes legitimi  
 hic ſuccedant ab intentione, & hæredes  
 in teſtamento ſcriptum, non eſſe ſub-  
 ſtitutum, ſed inſtitutum ſub condi-  
 tione ſi legitimi non vindicaverim  
 hæreditatem, & ob id dicitur quod de  
 fecit teſtamentum, vindicante hære-  
 de legitimo, cum ipſe non ſit inſtitu-  
 tus, nec hæredi ſcripto deferatur hæ-  
 reditas antequam legitimus vindicar  
 nollit, propter quod ſpecialiter hi  
 caſu legitima præfertur teſtamentaria,  
 & ita tenent D. Coſta ad d. L. 82.  
 D. Fernandes loco citato.

Tandem advertendum eſt quo-  
 in d. L. 82. hæres legitimus non era  
 filius in poteſtate, quia tunc cum no-  
 eſſet inſtitutus redderet teſtamentum  
 nullum. Deinde quod hæres legitimu  
 intelligitur de proximiori tantum  
 quia ſi ad omnes referretur conditio  
 teſtamentum maneret iuſforium, qui  
 ſine hærede legitimo nemo deceder  
 poteſt L. 17. §. ſin. D. ad S. C. Trebelli  
 ut advertunt D. Fernandes loco citat.  
 D. Coſta in d. L. 82.



AD

Página de *Jurisconsultorum Lusitanorum ...* (I tomo).  
 obra impressa por António Pedroso Galvão em 1730.

4º – A capitular ornamentada (letra B) que marca o início do texto de «Sermam de Aççam de Graças pelo Nascimento do Principe D. João ...» pertencia a um alfabeto que António Pedroso Galvão utilizou largamente no decorrer da sua actividade editorial; a letra inicial (E) que assinala o começo do «Sermam nas Exequias da Rainha N. S. D. Maria Isabel de Saboya ...» faz parte de um outro abecedário, que não vimos reproduzido em obras impressas por António Pedroso Galvão.

121  
PALAVRA DO PREGADOR  
Empenhada, e Defendida:

*Empenhada publicamente*  
N O

S E R M A M

DE ACC, AM DE GRAC, AS  
PELO NASCIMENTO DO PRINCIPE  
D. Joaõ, Primogenito de SS. Magestades,  
que Deos guarde;

*Defendida depois de sua morte,*

EM HUM DISCURSO APOLOGETICO,  
*Offerecido secretamente*

A R A I N H A N. S.

Para alivio das saudades do mesmo Principe.

*In ipsa attenuata ipse respiciet, & videbit. Volo enim in te, & in femine tuo Imperium mihi stabilire.*

§ . I



Basta, Senhor, (com quem fallarey, si não com vossa Divina Magestade, & com quem me queyxairey, senão com vossa Divina misericordia?) Basta, Senhor,

Início do texto do «Sermam de Aççam de Graças pelo Nascimento do Principe D. João ...» na edição supostamente impressa por Miguel Deslandes.

PALAVRA DE DEOS  
Empenhada.

S E R M A M

NAS EXEQUIAS DA RAINHA  
N. S. D. Maria Isabel de Saboya,

*Que prègou*

O Padre ANTONIO VIEYRA  
da Cõpanhia de JESU, Prègador de S. Magestade,  
Na Misericordia da Bahia, em 11. de Setembro de 1684.

Vão emendados nesta Impressão os erros intoleráveis da primeyra: & mais declaradas algũas cousas q̃ entãõ se enredẽraõ mal: & tambem deyxada algũa, q̃ ainda agora corria o mesmo risco.

*Mortua est ibi Maria, & sepulta in eodem loco. Cumque indigeret aqua Populus; cumque eleuasset Moyses manum, percutiens virgãtis siliem; egressæ sunt aquæ largissimæ. numer. 20.*

§ . I.



E U fuy aquelle: (muyto alta, & muyto poderosa Rainha, & Senhora nossa; hoje tanto mais alta, & tanto mais poderosa, quanto vay da terra ao Ceo; do corpo, que se resolve em cinzas, ao espirito; deste desterra

A à ver-

Página inicial de «Sermam nas Exequias da Rainha N. S. D. Maria Isabel de Saboya ...», na edição apócrifa de *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada*, publicada em Lisboa por António Pedroso Galvão, no século XVIII.

*Décima-Quarta Parte*

A edição original deste tomo saiu dos prelos de Valentim da Costa Deslandes em 1710, mas todos os exemplares que tivemos oportunidade de compulsar pertencem a uma edição apócrifa, cuja impressão atribuímos a António Pedroso Galvão, pois nele se utiliza exclusivamente material da sua oficina. Cremos, assim, poder afirmar que pertencem a uma edição-pirata as espécies que apresentam na portada as características tipográficas seguintes: SERMOENS, / E / VARIOS DISCURSOS DO PADRE ANTONIO VIEYRA / da Companhia de Jeſu, Prêgador / de Sua Mageſtade. / TOMO XIV. / Obra poſthuma / DEDICADA / À PURISSIMA CONCEYÇAM / DA / VIRGEM MARIA / NOSSA SENHORA. / [Ornamento xilográfico emblemático da Companhia de Jeſus.] / LISBOA, / POR VALENTIM DA COSTA DESLANDES, / Impreſſor de Sua Mageſtade. / [Tranca.] / M.DCC.X. / *Com todas as licenças neceſſarias.*<sup>95</sup>

10  
SERMOENS,  
E

VARIOS DISCURSOS  
DO PADRE ANTONIO VIEYRA  
da Companhia de Jeſu, Prêgador  
de Sua Mageſtade.

52,68  
TOMO XIV.  
Obra poſthuma  
DEDICADA  
A' PURISSIMA CONCEYÇAM  
DA

VIRGEM MARIA  
NOSSA SENHORA.



LISBOA,  
POR VALENTIM DA COSTA DESLANDES,  
Impreſſor de Sua Mageſtade.

M. D C C. X.

*Com todas as licenças neceſſarias.*

Folha-de-rosto do tomo XIV dos *Sermões* do Padre António Vieira, supostamente impresso em Lisboa por Valentim da Costa Deslandes, em 1710.

<sup>95</sup> B.N.L., L.5268V; Trunc. 224P; Rel. 3022V, Res. 1789P.

Ao longo da 374 páginas que constituem este tomo, (XXIV págs. inum + 350) todo o material tipográfico e iconográfico utilizado pertencia à oficina de António Pedroso Galvão, o que nos leva a rejeitar a possibilidade de estarmos perante uma verdadeira edição deslandesiana. Para comprovar a nossa afirmação, consideramos suficiente fazer notar que:

1º – A xilogravura representando um cesto com flores, que ilustra o final de «Discurso Terceiro» (pág. 188) fazia parte integrante do material tipográfico de António Pedroso Galvão e, como atrás referimos (pág. 248), aparece impresso no tomo segundo de *Flagello do Peccado*, obra publicada por António Pedroso Galvão em 1736.

188 *As cinco pedras*  
o mundo, o peccado, & o inferno: applicay, & metey estas cinco pedras naquellas cinco fontes de misericordia, tingi-as, & banhay-as muytas vezes na torrente daquelle preciosissimo, & potentissimo sangue, porque banhadas naquella torrente, & santificadas naquella torrente, & naquella torrente purificadas, supprirão abundantissimamente os meus defectos, & serão *limpidissimos lapides de torrente.*



SER:

Página do tomo XIV dos *Sermões* do Padre António Vieira, adornada por uma xilogravura pertencente à oficina de António Pedroso Galvão, na suposta edição de Valentim da Costa Deslandes.

2º – O final do «Sermam de S. Sebastiam ...» é embelezado pela reprodução de uma gravura, que representa um jarrão com flores. Esse mesmo elemento decorativo foi reproduzido, como remate ornamental, no final de «Sermam XIV», incluído em *Sermões Panegyricos dos Primeyros Seis Meses do Anno*, obra da autoria de Frei António de Almeida e publicada por António Pedroso Galvão, em 1718.

*Do glorioso S. Sebastião.* 205  
 deaõ, vereis lagrimas, & afflictioens, que senão ednolaõ; vereis fomes, & cobiças, que se não fartão, vereis odios, & desunioens, que se não pacificão. Oh como serão ditosos, & remediados os pobres, se vos lhes acorderdes: *Beati pauperes!* Oh como serão ditosos, & aliviados os afflictos, se vós os consolardes: *Beati qui lugent!* Oh como serão ditosos, & satisfeytos os famintos, se vós os enriquecerdes: *Beati qui*

*nunc equitis!* Oh como serão contentes os odiados, & desunidos; se vós os concordardes: *Beati istis cum vos oderint homines!* Desta maneyra, Santo glorioso, por meyo de vosso amparo conseguiremos a bemaventurança encuberta desta vida, até que por meyo da vossa intercessão alcancemos a bemaventurança descuberta da outra. *Ad quam nos perducatur.*



CARTA

330 *Sermão XIV.*  
*compassionis:* prevenida da mais constante firmeza: *Per opera fortunadum:* suppolto vossa rara humildade foy industriosa traça, para luzimentos taõ crescidos de vossa rara virtude, supposto em vossa piedade descança o miseravel, com vossa misericordia vive o mendigo, com vosso exemplo se emenda o distrahido, com vossa fortaleza se alenta o mais fraco, empenhay tudo isto, que podeis, alcançando desse Senhor, que vos af-

siste, para as devotas Mortomas que hoje vos fo-lemnizaõ, huma coroa taõ galharda, que se com-ponha de todas vossas virtudes. Por hora huma delicias necessita de laude, & para o futuro ambas, em vós não he novidade dare-la, nem será para nós todos, alcançares-nos a graça eterna, prenda da gloria. *Ad quam nos perducatur, qui vivit, & regnat per omnia secula seculorum.* Amen.

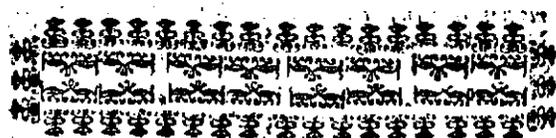


SER-

A gravura que ilustra o final do «Sermam de S. Sebastiam» na edição dos *Sermões* do Padre António Vieira dada como impressa por Valentim da Costa Deslandes, é igual à reproduzida numa das páginas de *Sermões Panegyricos* ... obra impressa por António Pedroso Galvão em 1718.

3º – As letras iniciais floreadas, que marcam neste tomo os começos de alguns capítulos, pertenciam a um alfabeto de letras maiúsculas ornamentadas que António Pedroso Galvão utilizou frequentemente em obras produzidas na sua oficina. A capitular floreada (letra O) que assinala o início do texto de «Copia de huma Carta para Elrey N. Senhor» (pág. 266) é exactamente igual à reproduzida numa das páginas do segundo tomo de *Flagello do Peccado*, obra saída da oficina de António Pedroso Galvão em 1736.

266



**COPIA  
DE HUMA CARTA  
PARA ELREY N. SENHOR**

*Sobre as missões do Ceará, do Maranhão, do Pará, & do grande Rio das Amazonas,*

ESCRITA

**PELO P. ANTONIO VIEYRA**  
da Companhia de Jesus, Prégador de Sua Magestade, & Superior dos Religiosos da mesma Companhia naquella Conquista. No anno de 1660.

325



**SENHOR:**  
Bedeendo à ordem geral, & ultima de V. Magestade, dou conta a V. Magestade do estado, em que ficou estas missões, & dos progressos com que por meyo dellas se váy adiantando a Fé, & Christandade destas Conquistas, em que tambem se verá quam universal he a providencia, com que **D**eus assiste ao felice Reynado de Vossa Magestade em toda a Mo:

Início de «Copia de huma Carta para Elrey N. Senhor» em *Sermões* do Padre António Vieira, tomo XIV.



**LEITOR.**



**OFFICIO**, e ministerio mais alto, e mais Divino (dizia S. Dionysio Areopagita) he ajudar, e cooperar juntamente com Deos à salvação das almas: *Omniun deorum divinissimum est cooperari Deo in salutem animarum.* E. S. João Chryostomo. Não ha cousa, em que o homem agrade mais a Deos, nem seja de mayor agrado para este Senhor, que o cuidado da salvação das almas: *Nihil cum adeo gratum est Deo, ut salus animarum.* O Attiliano por sua infinita misericordia, e immensa bondade, sem merecimento algum meu, antes com muitos demeritos de culpas, e peccados, se dignou de tirarme da Babilonia do Mundo, e guiarme com sua Divina luz para o estado Religioso, e para hum Seminario, em que (além da commun obrigação, que todos os Religiosos tem) por particular Instituto, são todos os Religiosos delle obrigados a trabalhar, e occuparse na empreza da salvação das almas, prégando, confessando, aconselhando, e sobre tudo, edificando aos proximos com seus bons exemplos. Neste ministerio trabalhey em quanto as forças corporais o permittirão; ainda que conheço, e reconheço, que por tibieza, e falta de verdadeiro espirito, não fiz o que devia:

Página de *Flagello do Peccado*, obra impressa por Galvão em 1736.

4º – A capitular ornamentada (letra A) que assinala, nesta suposta edição deslandesiana, o início do Exórdio (e também do Discurso II e Discurso III) é a mesma que vemos impressa, por exemplo, no início do texto do «Sermam de São Joseph Prégado no Convento de São Domingos de Evora», incluído na primeira parte de *Sermões Panegyricos dos primeiros seis meses do anno*, obra impressa por António Pedroso Galrão em 1718.

138



# SERMAM

DE

# SAO JOSEPH

Prégado no Convento de São Domingos de Evora.



*Joseph autem vir ejus cum esset justus. Mat. 1.*

1  Ninguém se deve dar com todo o empenho da vontade o favor, senão a quem se deve com toda a sorte venturosa de applauso o luzir. Mayor he hum luzimento, que o mayor beneficio; com que não será liberal em larguezas, senão bom correspondente a favores, quem se mostrar attento no retorno

de beneficios, com quem communicou cortezaõ as suas obras à honrosa qualidade de luzir. A nada se deve mais, que a quem illustra com aparatos de estimação huma façanha. Não ha ventagem mais merecedora de agradecer-se às naturezas, que a que faz luzidas as qualidades alheas. Fundado na verdade desta certeza, me per-

fuzado

78

*As cinco pedras*

# EXORDIO.

*ELEGIT QUINQUE LIMPIDISSIMOS lapides de torrente: & percussit Philistæum, & infixus est lapis in fronte ejus. 1. Reg. 17.40.*

75



Dmiravel foy David na arpa, & admiravel na funda, com a arpa atugentava demonios, com a funda derribava Gigantes. David quer dizer: *Manu fortis: &* as suas mãos sempre foraõ de David, sempre fortes, sempre guerreyras, sempre vencedoras; porém não sempre com o mesmo impulso. Hũa vezes pelejava David com toda a mão, & outras só com parte della (isto he, só com os dedos: ) *Qui doces manus meas ad prelium, & digitos meos ad bellum.* Com os dedos tocava a arpa, & fugia o demonio; com a mão dilparava a funda, & cahia o Gigante.

76 Tacs são hoje as duas acçoões, ou verdadeiramente as duas scenas deste grande

theatro, arpa, & funda; coro, & pulpito; musica, & Sermão. A musica como arpa de David, não he só para recrear, ou divertir os sentidos, senão para lançar do corpo, & alma de Saul. o espirito mão, que como pay de discordia, ainda por antipathia natural he inimigo de toda a consonancia. O Sermão como funda de David, não he para fazer tiro ao ar; ou espantar com o estalo; he para ferir, para derribar, para profratar aos pés de Christo seus contrarios, & tanto mais, quanto mayores. Dividindo pois estes dous instrumentos, & dando a cada hum o q̄ lhe toca, aos Cantores deyxõ a arpa, & para mim tomarey a funda. A funda de David; & as suas cinco pedras feroõ o argumento successivo destas cinco exhortaçoes: *Elegit quinq̄*

A capitular ornamentada (letra A) reproduzida em *Sermões Panegyricos dos primeiros seis meses do anno*, obra publicada por António Pedroso Galrão em 1718, é igual à estampada no «Exordio» do tomo XIV dos *Sermões* de Vieira, supostamente impressos por Valentim da Costa Deslandes.

### 5.1.5. *Verdadeiro Método de Estudar*

A história da publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney, está envolta numa atmosfera de segredo e clandestinidade, mas hoje, graças aos trabalhos de investigação do Prof. Banha de Andrade, o mistério bibliográfico encontra-se praticamente desvendado, pelo que passamos a apresentar, em síntese, os pontos principais das suas conclusões:

1º – No início do ano de 1746, Luís António Verney, residente em Roma desde 1736, "com receio dos jesuítas romanos, dirigiu-se a Nápoles, em cujo Reino os inicianos sofriam perseguição da autoridade régia e eclesiástica",<sup>96</sup> para diligenciar a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, atribuindo a sua autoria a um «Padre Barbadinho da Congregação de Itália». Cumpridas as formalidades legais e obtidas as licenças necessárias (régia e eclesiástica), os impressores Gennaro e Vincenzo Muzio procederam à impressão da obra, em dois volumes [1ª ed.];

2º – Em data que não se pode fixar com exactidão, mas provavelmente no final do ano de 1746, uma remessa dessa edição foi enviada para Lisboa. De acordo com a lei vigente, um visitador da Inquisição inspeccionou o barco onde tinham sido transportados os livros e apreendeu-os, para se proceder à sua apreciação. Não são conhecidos os pareceres emitidos pelos qualificadores do Santo Ofício, mas às consequências da sua prática censória se alude expressamente num processo da Inquisição de Lisboa, relacionado com este caso de fraude editorial:

[...] sendo público e notório nesta Corte que o Santo Ofício mandara recolher a primeira impressão que veio de fora do Reino e denegado a licença para eles correrem, pelos justos motivos que ponderam os Qualificadores nas suas censuras.<sup>97</sup>

3º – Perante a decisão do Santo Ofício e salvaguardado pelo anonimato a que tinha votado a sua obra, Luís António Verney enveredou pelo caminho da clandestinidade editorial. Assim "reimprimiu o livro onde quis, tirando-lhe as licenças da autoridade eclesiástica e régia de Nápoles, e apôs-lhe o nome do novo editor: António Balle, em Valença".<sup>98</sup> Banha de Andrade pôde ainda acrescentar: "Cremos ter sido impressa também em Nápoles esta segunda edição visto haver identidade de papel e aspecto tipográfico entre a inicial de Nápoles e a que corre com a menção de Valença".<sup>99</sup> Esta edição circulou em Portugal e depressa se esgotou, pois o interesse que a obra naturalmente suscitava foi reforçado pelo conhecimento de que a primeira edição fora apreendida;

---

<sup>96</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Verney e a Cultura do seu tempo*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1965, pág. 172.

<sup>97</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 523. Banha de Andrade transcreveu, em primeira mão, as partes fundamentais deste processo. *Ob. cit.*, p. 600.

<sup>98</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Ob. cit.*, pág. 174.

<sup>99</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 174-175.

4º – Mais tarde, cerca de 1751, o padre João Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, não obstante a sua condição de qualificador do Santo Ofício, estampou clandestinamente, numa oficina particular instalada no Convento de Santo Elói, nova edição do *Verdadeiro Método de Estudar* [3ª edição], sob as falsas indicações tipográficas de «Valença, na oficina de António Balle, 1747».

Foram, assim, publicadas, segundo Banha de Andrade, três edições do *Verdadeiro Método de Estudar*, num lapso de cinco anos. Da primeira edição impressa em Nápoles (referida em 1), conhecem-se apenas dois exemplares em todo o mundo: o da Biblioteca Nacional de Madrid (incompleto, pois só ali se encontra o tomo segundo) e o da Biblioteca Nacional de Nápoles, a partir do qual redigimos as descrições bibliográficas das portadas dos dois tomos que constituem a obra, reunidos num só volume, encadernado em carneira:

Tomo 1º:

VERDADEIRO / METODO / DE ESTUDAR, / PARA / Ser util à Republica, e à Igreja: / PROPORCIONADO / Ao estylo, e neceffidade de Portugal. / EXPOSTO / *Em varias cartas, e fcriptas polo R. P. \* \* \* Barbadinho / da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \* / Doutor na Universidade de Coimbra.* / TOMO PRIMEIRO. / [Ornamento xilográfico.] / NAPOLES / ANO MDCCXLVI. / COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, & c.

Tomo 2º:

VERDADEIRO / METODO / DE ESTUDAR, / PARA / Ser util à Republica, e à Igreja: / PROPORCIONADO / Ao estylo, e neceffidade de Portugal. / EXPOSTO / *Em varias cartas, e fcriptas polo R. P. \* \* \* Barbadinho / da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \* / Doutor na Universidade de Coimbra.* / TOMO SEGUNDO. / [Ornamento xilográfico.] / NAPOLES / ANO MDCCXLVI. / COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, & c.

VERDADEIRO  
M E T O D O  
DE ESTUDAR,

PARA

Ser util à Republica, e à Igreja:  
PROPORCIONADO

Ao estylo, e necessidade de Portugal.

EXPOSTO

*Em varias cartas, escritas polo R. P. \* \* \* Barbadinho  
da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \*  
Doutor na Universidade de Coimbra.*

TOMO PRIMEIRO.



N A P O L E S

ANO MDCCXLVI.

COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, &c.

VERDADEIRO  
M E T O D O  
DE ESTUDAR,

PARA

Ser util à Republica, e à Igreja:  
PROPORCIONADO

Ao estylo, e necessidade de Portugal.

EXPOSTO

*Em varias cartas, escritas polo R. P. \* \* \* Barbadinho  
da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \*  
Doutor na Universidade de Coimbra.*

TOMO SEGUNDO.



N A P O L E S

ANO MDCCXLVI.

COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, &c.

Rostos do primeiro e segundo tomos do *Verdadeiro Método de Estudar*, impresso em Nápoles em 1746.

A segunda edição (mencionada em 3), dada como impressa em Valensa, em 1746, mas realmente estampada em Nápoles, apresenta nas folhas-de-rosto do primeiro e do segundo volumes, as características tipográficas seguintes:

VERDADEIRO / METODO / DE ESTUDAR, / PARA / Ser util à Republica, e à Igreja: / PROPORCIONADO / Ao e stilo, e nece sidade de Portugal. / EXPOSTO / *Em varias cartas, e escritas pelo R. P. \* \* \* Barbadinho da Congregaçam de Italia, ao R. P. \* \* \* / Doutor na Universidade de Coimbra.* / TOMO PRIMEIRO. / [Ornamento xilográfico.] / VALENSA / NA OFICINA DE ANTONIO BALLE. / ANO MDCCXLVI. / COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS. &c.

VERDADEIRO / METODO / DE ESTUDAR, / PARA / Ser util à Republica, e à Igreja: PROPORCIONADO / Ao e stilo, e nece sidade de Portugal. / EXPOSTO / *Em varias cartas, e escritas polo R.P. \* \* \* Barbadinho / da Congregaçam de Italia, ao R. P. \* \* \* / Doutor na Universidade de Coimbra.* / TOMO SEGUNDO. / [Ornamento xilográfico.] /

VALENSA / NA OFICINA DE ANTONIO BALLE. / ANO MDCCXLVI. / COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, &c.

VERDADEIRO  
M E T O D O  
DE ESTUDAR,  
PARA

Ser util à Republica, e à Igreja:  
PROPORCIONADO

Ao estílo, e necessidade de Portugal.

EXPOSTO

*Em varias cartas, escritas pelo R. P. \* \* \* Barbadinho  
da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \*  
Doutor na Universidade de Coimbra.*

TOMO PRIMEIRO.



V A L E N S A  
NA OFICINA DE ANTONIO BALLE.  
ANO MDCCXLVI.  
COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, &c.

VERDADEIRO  
M E T O D O  
DE ESTUDAR,  
PARA

Ser util à Republica, e à Igreja:  
PROPORCIONADO

Ao estílo, e necessidade de Portugal.

EXPOSTO

*Em varias cartas, escritas pelo R. P. \* \* \* Barbadinho  
da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \*  
Doutor na Universidade de Coimbra*

TOMO SEGUNDO.



V A L E N S A  
NA OFICINA DE ANTONIO BALLE.  
ANO MDCCXLVI.  
COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, &c.

Portadas do primeiro e segundo volumes do *Verdadeiro Método de Estudar*, dados como impressos em «Valensa, na Oficina de António Balle» em Nápoles em 1746, mas realmente impressos em Nápoles.

A terceira edição, saída dos prelos do convento de Santo Elói, sob a falsa indicação tipográfica de «Valensa, na Oficina de António Balle, 1747», apresenta respectivamente na portada do primeiro e do segundo tomo os seguintes dizeres:

VERDADEIRO / METODO / DE ESTUDAR, / PARA / Ser util á Republica, e á Igreja: / PROPORCIONADO / Ao estílo, e necessidade de Portugal / EXPOSTO / *Em varias Cartas, e escritas pelo R. P. \* \* \* Bar- / badinho da Congregação de Italia, ao R. / P. \* \* \** / Doutor na Universidade / de Coimbra. / TOMO PRIMEIRO / [Ornamento tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / VALENSA / NA OFICINA DE ANTONIO BALLE. / ANO MDCCXLVII. / COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, &c.

VERDADEIRO / METODO / DE ESTUDAR, / PARA / Ser util á Republica, e á Igreja: / PROPORCIONADO / Ao estílo, e necessidade de Portugal / EXPOSTO / *Em varias Cartas, e escritas pelo R. P. \* \* \* Bar- / badinho da Congregação de Italia, ao R. / P. \* \* \**

*Doutor na Universidade de Coimbra.* / TOMO SEGUNDO / [Ornamento tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / VALENSA / NA OFICINA DE ANTONIO BALLE / ANO MDCCXLVII. / COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, & c.

VERDADEIRO  
M E T O D O

DE ESTUDAR,

PARA

Ser util á Republica, e á Igreja:

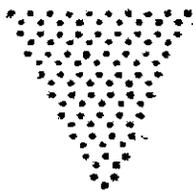
PROPORCIONADO

Ao estylo, e necessidade de Portugal

EXPOSTO

*Em varias Cartas, escritas polo R. P. \*\*\* Bar-*  
*badinho da Congregação de Italia ao R.*  
*P. \*\*\* Doutor na Universidade*  
*de Coimbra.*

TOMO PRIMEIRO



VALENSA

NA OFICINA DE ANTONIO BALLE

ANO MDCCXLVII

COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, & c.

VERDADEIRO  
M E T O D O

DE ESTUDAR,

PARA

Ser util á Republica, e á Igreja:

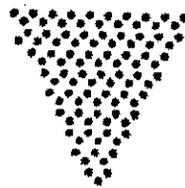
PROPORCIONADO

Ao estylo, e necessidade de Portugal

EXPOSTO

*Em varias Cartas, escritas polo R. P. \*\*\* Bar-*  
*badinho da Congregação de Italia ao R.*  
*P. \*\*\* Doutor na Universidade*  
*de Coimbra.*

TOMO SEGUNDO



VALENSA

NA OFICINA DE ANTONIO BALLE

ANO MDCCXLVII

COM TODAS AS LICENSAS NECESARIAS, & c.

Folhas-de-rosto da edição-pirata do *Verdadeiro Método de Estudar*, impressa em Lisboa na oficina particular do Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, à volta de 1751.

Pela análise comparativa das características materiais das espécies que Banha de Andrade referencia como pertencentes à primeira e segunda edições do *Verdadeiro Método de Estudar*, somos levada a concluir tratar-se de uma só edição. As diferenças assinaláveis entre o exemplar que ostenta no pé-de-imprensa a indicação de ter sido estampado em Nápoles (chamar-lhe-emos *1ª edição A*) e as espécies supostamente impressas em Valensa, por Antonio Balle, no anno de 1746 (designá-las-emos por *1ª edição B*), registam-se unicamente no primeiro caderno inumerado de cada um dos tomos, o qual contém a respectiva folha-de-rosto. De forma mais explicita, podemos afirmar que, no primeiro tomo, há uma identidade total entre as duas supostas edições desde o início do texto da «Carta Primeira» (pág. 1, caderno A) até à página final (pág. 322, cad. S.), característica que se verifica também no tomo segundo, desde o principio da «Carta Nonª» (pág. 1, caderno A) até à última página (pág. 300, cad. P). As espécies, supostamente pertencentes a duas edições diferentes, são, portanto, formadas por

cadernos provenientes de uma mesma edição, tendo-se unicamente efectuado, por motivos óbvios, uma nova impressão dos dois cadernos que continham as folhas-de-rosto, e procedido à sua substituição.

Estes merecem particular atenção. Se no tomo segundo, o primeiro caderno inumerado, constituído por quatro páginas (duas páginas para a folha-de-rosto, sendo o *verso* em branco; e duas para o índice), é praticamente idêntico nas designadas *1ª edição A* e *1ª edição B*, tendo-se alterado unicamente a composição da portada para substituir, no pé-de-imprensa, o local de edição de «Napoles» por «Valensa», o mesmo não se pode afirmar do tomo primeiro, pois há diferenças significativas que importa salientar.

Na *1ª edição A*, o primeiro caderno, que precede o texto propriamente dito do *Verdadeiro Método de Estudar*, é integrado por oito páginas inumeradas: duas páginas para o rosto (sendo o *verso* em branco), duas para o índice e quatro para as licenças (duas páginas para a licença real e duas para a eclesiástica). Na *1ª edição B*, o primeiro caderno tem doze páginas: duas páginas para a folha-de-rosto (*verso* em branco), seguidas de oito páginas com a carta que o suposto impressor Antonio Balle dirige *AOS REVERENDÍSSIMOS / PADRES MESTRES, / DA VENERAVEL RELIGIAM DA COMPANHIA / DE JESUS. / No Reino, e Dominio de Portugal*, e duas páginas de índice. As oito páginas que abrangem a carta do fictício Antonio Balle foram colocadas no meio da folha tipográfica onde se imprimiu a portada e o índice. De um e outro, apresentamos, em anexo, a sua reprodução. Importa notar que, ao contrário do que, por lapso, é afirmado pelo Prof. Banha de Andrade,<sup>100</sup> o exemplar que apresenta expressamente como local de edição «Napoles» não contém a Carta-dedicatória do suposto impressor Antonio Balle aos Padres da Companhia de Jesus do Reino de Portugal. Logicamente, esta só figura, em substituição do texto das licenças, nos exemplares dados como impressos em Valensa, por Antonio Balle, em 1746, e contém uma pseudo-explicação das circunstâncias em que ocorreu a sua publicação, como estratégia para encobrir o carácter fraudulento da sua impressão:

Saem à luz, Reverendíssimos Padres, as cartas eruditas, de um autor moderno: as quais até agora correram manuscritas, por algumas mãos: mas chegando às minhas, e conhecendo eu, que podiam utilizar a muitos, resolvi imprimi-las.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Ob. cit.*, pp. 459-460. A Prof. Maria Lucília Gonçalves Pires, na introdução à edição do *Verdadeiro Método de Estudar*, publicada em 1991 pela Presença, ao apresentar no ponto 2.1. as «Circunstâncias da sua publicação», apoiada nas investigações de Banha de Andrade, refere também a existência, na edição de Nápoles [1ª ed. A], da carta do impressor Antonio Balle aos Padres Jesuítas do Reino de Portugal. Não deixa, no entanto, de levantar a seguinte questão: "Apesar das importantes e clarificadoras pesquisas levadas a cabo por A. Alberto de Andrade, que permitiram chegar a estas rectificações de informações inexactas, subsistem ainda problemas aos quais não nos é dada resposta. Um deles é o seguinte: como explicar que a primeira edição, impressa em Nápoles pelos irmãos Muzio, inclua um texto – a já referida dedicatória aos padres jesuítas – de Antonio Balle, impressor de Valência, explicando as deficiências de material tipográfico que o impedem de imprimir a obra exactamente com os sinais gráficos utilizados pelo autor?" (Cf. VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar* (Cartas sobre Retórica e Poética). Intr. e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires. Lisboa, Presença, 1991. pp. 14-20.

<sup>101</sup> [VERNEY, Luís Antonio.] *Verdadeiro Método de Estudar* .... Valensa, Antonio Balle, 1746. t. I, a2.

# VERDADEIRO M E T O D O DE ESTUDAR,

PARA  
Ser util à Republica, e à Igreja:  
PROPORCIONADO  
Ao estilo, e necessidade de Portugal.

EXPOSTO  
Em varias cartas, eferitas pelo R. P. \* \* \* Barbadinho  
da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \*  
Doutor na Universidade de Coimbra.

TOMO PRIMEIRO.



N A P O L E S  
ANO MDCCXLVI.

COM TODAS AS LICENÇAS NECESSARIAS, &c.

## C A R T A VI.

Continua-se a mesma materia da Retorica. Fazem-se algumas reflexões, sobre o que é verdadeira Retorica, e origem dela. Que coiza sejam figuras, e como devemos usar delas. Diversidade dos estilos, e modo de os praticar: e vicios dos que os nam admitem, e praticam. Qual seja o metodo de persuadir. Qual o metodo dos panegiricos, e outras sermoens. Como se deve ensinar Retorica aos rapazes, e ainda aos mestres. Algumas reflexões, sobre as obras do P. Antonio Vieira. pag. 153.

## C A R T A VII.

Fala-se da Poezia. Os Portuguezes são metos versificadores. Projuizos dos mestres, de nam poetarem em Vulgar. Que coiza seja ingenho bom, e mau. Especies de obras de mau ingenho, em que caíram alguns Antigos, mas principalmente os Modernos. Necessidade do Criterio, e Retorica, em toda a sorte de Poezia. Primeiro defeito de Poezia, e inverosimilidade: exemplos. Segundo defeito, os argumentos ridiculos. Reflexões particulares, sobre as composições poéticas Portuguezas; que nam podem dar nome, e um nome: de feitas da Natureza, provadas com exemplos. Reflexões sobre o Epigramma Latino, Elogios, inscrições Lapidares, Eglogas, Odes, Satiras, poemas Epicos. Que os Portuguezes nam combeceram as leis, do poema Epico: prova-se com Canoens, Chagas, Botelho de Moraes. Aponsa-se o metodo, com que se devem regular os rapazes, no estudo da Poezia. Nova ideia de uma Arte Poetica, util para a Mocidade. pag. 155.

## C A R T A VIII.

Trata-se da Filosofia. Mau metodo com que se trata em Portugal. Advertencia das outras Nações, em procurar a Ciencia: Necessidade da historia da Filosofia, para se livrar de prejuizos. Ideia da serie fizica. Danos e impropriedades da Logica, que comumente se explica. Da-se uma ideia, da boa Logica. pag. 176.

# I N D E X

Do que contem as Cartas do primeiro Tomo.

## C A R T A I.

Motivo desta correspondencia: e como se deve continuar. Mostra-se, com o exemplo dos Antigos, a necessidade de uma Grammatica Portugueza, para comesar os estudos. Da-se uma ideia, da melhor Orthographia Portugueza: e responde-se aos argumentos contrarios. Que o Vocabulario do Padre Bluncan se deve reformar, para utilidade da Mocidade. Pagina 1.

## C A R T A II.

Danos que resultam de Grammatica Latina, que comumente se ensina. Motivos porque nas escolas de Portugal, nam se melhora de metodo. Nova ideia de uma Grammatica Latina facilissima, com que, em um ano, se pode aprender fundamentalmente Grammatica &c. pag. 19.

## C A R T A III.

Alguns que se introduziram em Portugal, no ensinar a lingua Latina. Mau modo que os mestres tem, para instruir a Mocidade. Propõem-se o metodo, que se deve observar, para saber com fundamento, e facilidade, o que é pura Latimidade. Necessidade da Geographia, Chronologia, e Historia, para poder entender os livros Latinos. Aponsa-se os autores, de que os mestres se devem servir na Latimidade: e como devem servir-se deles; e explicá-os com utilidade: e os melhores edisores. Aponsa-se o modo de cultivar a Memoria: e exercitar o Latino nas escolas. pag. 74.

## C A R T A IV.

Necessidade das linguas Orientais, principalmente Grega, e Ebraica, para entender as letras Humanas: mas muito principalmente, para a Teologia. Modo de as aprender. Utilidade da lingua Franceza, e Italiana, para ser erudito com facilidade, e sem despeza. pag. 112.

## C A R T A V.

Discorre-se da utilidade, e necessidade da Retorica. Mau metodo com que se trata em Portugal. Vicios dos Pregadores; que são totalmente ignorantes de Retorica. Que absolutamente deve deixar o antigo estilo, quem quer saber Retorica. pag. 114. CAR-

## EMINENTISSIMO SIGNORE.

Genaro; e Vincenzo Muzio pubblici Padroni di Stampa in questa Fedelissima Città, supplicando esponono all'Eminenza Vostra, come desiderauo dare alle Stampe un Opera intitolata: *Verdadeiro Metodo de Estudar, proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*; Divisa in due Tomi in quarto; Per tanto supplicano l'Eminenza Vostra darne il permesso con commetterne la Revisione, e l'avefanno a Grazia, ut Deus.

Admodum Rev. P. Nicolaus Maria Carcani Ordinis Scholarum Piarum in Collegio Regali Philosophiae, Mathefese, & Linguae Graecae Professor revideat, & referat. Datum Neapoli xv. Martii 1746.

C. EPISC. ANTINOP. VIC. GEN.

Julius Nicolaus Episc. Arcadiopol. Can. Dep.

## EMINENTISSIME PRINCEPS:

UT mandatis obtemperarem tuis, non minori diligentia, quam voluptate legi librum Iustitane conscriptum, cui titulus: *Verdadeiro Metodo de Estudar, para ser util a Republica, e a Igreja, proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal &c.* Nihilque in eo offendi, quod repugnet sive Fidei Orthodoxae, sive bonis moribus. Quin potius in singulis fere Operis aequae culti, ac eruditae sententiae eximiam, & linguarem Religiosissimi Autoris doctrinam sumi admiratus. Quippe qui, praedictis opinionibus, quibus Lusitani homines vulgo praecoccupantur in Artium, ac scientiarum

tiarum disciplinis sive tradendis, sive addiscendis; copiose, luculenterque convulsis, ad solidam singularum facultatum eruditionem, & studium compendiarium quidem, sed certam, ac tutam viam aperit, & demonstrat. Quare Opus Lusitanæ juventuti in primis utile, publica luce dignissimum censeo. Neapoli e Collegio Regali Idib. April. MDCCXLVI.  
Eminentiz Tuz.

*Additissimus, obsequentissimus servus,*  
Nicolaus Maria Carcani Scholar. Piar.

*Attenta relatione P. Revisoris Imprimar. Datum Neapoli hoc die 11. Maii 1746.*

C. EPISC. ANTINOR. VIC. GEN.

Julius Nicolaus Episc. Arcadiopol. Can. Dep.

S.R.M.

tanz Genti, sed cunctis quoque Nationibus apprime utile, ad rem fore puto, ut in lucem emittatur, modo turum quoque votum accedat. Datum Neapoli 1. Kalendas Aprilis anno nostræ Salutis 1746.

T.ii

*Obsequentis, Additissimusque*  
Nicolaus de Martino Professor Regius.

Die 4. mensis Martii 1746. Neapoli:

*V. Jo. Rescripto S. R. M. sub die 27. elapsi mensis Aprilis currentis anni, ac relatione facta per Reverendum D. Nicolaum de Martino de commissione Reverendi Regii Cappellani Majoris ordine præfate Mæstatis.*

*Regalis Camera Sanctæ Clare providet, decernit, atque mandat, quod imprimatur cum inserta forma præfatis supplicis libelli, ac approbationis dicti Rev. Revisoris, & in publicatione serventur Regiæ Pragmaticæ. hoc suum &c.*

MAGIOCCO.  
CASTAGNOLA;

FRAGGIANNI.  
ANDREASSI.

Illustris Marchio de Ipolito Præses S. R. C. & Ill. Marchio Danza non interfuit.

Athanasius.

Registrata in Registro Regalis Jurisdictionis fol. 12. et.

Larocca.

CAR-

S. R. M.

SIGNORE

Genaro, e Vincenzo Muzio pubblici Padroni di Stampa in quella Fedelissima Città, supplicando espongono alla Mæstà Vostra, come desiderano dare alle Stampe un'Opera intitolata. *Verdadeiro Metodo de Estudar, proporcionado ao esilio, e necessidade de Portugal*; Divisa in due Tomi in quarto; Per tanto supplicano la Mæstà Vostra darne il permesso con commetterne la Revisione, e l'averanno a Grazia, ut Deus.

*Admodum Rev. D. Nicolaus de Martino in hac Regia Studiorum Universitate Professor primarius revidet, & in scriptis referat. Neap. die 25. mensis Februarii 1746.*

C. Galianus Archiep. Thefal. Capel. Major.

ILLUSTRISSIME PRÆSUL.

Justi tuo perlustravi sedulo librum, cui titulus: *Verdadeiro Metodo de Estudar, proporcionado ao esilio, e necessidade de Portugal*, & in eo, perlegendo non solum nihil mihi sese obtulit, quod Regi nostro, Regisque Juribus adversaretur, sed summo animi oblectamento novi præclarum Auctoris Studium, eximiamque ejus solertiam, cum in convellendis præjudicatis opinionibus, quas circa disciplinas sese omnes passim, fovent Lusitani Professores, tum etiam in tradenda optima methodo, qua disciplina quævis sit edocenda. Opus igitur tanto studio elucubratum, & nedum Lusitanæ

# VERDADEIRO M E T O D O DE ESTUDAR, PARA

Ser util à Republica, e à Igreja:  
PROPORCIONADO  
Ao estilo, e necessidade de Portugal.  
EXPOSTO

Em varias cartas, escritas pelo R. P. \* \* \* Barbadinho  
da Congregação de Italia, ao R. P. \* \* \*  
Doutor na Universidade de Coimbra.

TOMO PRIMEIRO.



VALENSA  
NA OFICINA DE ANTONIO BALLE,  
ANO MDCCLXVI.  
COM TODAS AS LICENÇAS NECESSARIAS, etc.

das, ao estilo de Portugal: pois este era o fim do autor. Protesta ele nas mesmas cartas ineditas, que nam dera em varias coizas, melhor metodo; porque temia, que o seu amigo mostrasse as cartas, a pessoas preocupadas: as quaes nam fariam nada, se lhe aconselhasse tudo, o que praticam em outros Reinos: e que por isto se costumava ao gosto, do paiz em que estava. E nam cejava de encomendar-lhe, que as nam lesse a omens, que interpretassem mal as suas palavras; e as applicassem, a outro sentido.

E querendo eu agora imprimir estas cartas, a quem as devo dedicar, senam a VV. RR. ? Presumo, e com muita razão, que se o autor quizesse de publicar estes escritos, a ninguem mais os offereria, que a esta sagrada Religiam: visto mostrar a cada pajo, o respeito e veneração, que lhe professava. E sendo eu nam menos propenso, e obrigado a toda a Companhia; quero tambem mostrar-lhe o meu reconhecimento, nesta pequena offerta. Se a minha possibilidade dese mais, mais faria: mas as forjas nam correspondem aos desejos: e VV. RR. costumam esfinar mais a vontade, que as offerias. Alem disso, por todos os titulos deviam estas cartas, ser consagradas ao seu nome. Sam VV. RR. aqueles, que só podem ajudar, os pios desejos deste autor: aqueles, que só tem forjas, para isto: e finalmente aqueles, que mais que ninguem desejam, o adiantamento da Mocidade, e se-cansam, para o-conseguir. Acrescento, que o autor confessa, que tudo aprendera, com a direçam desta Religiam, e polos seus autores. E assim, torno a dizer, por todos os titulos estes livros, se-lhe-devem dedicar.

Quam oportuna ocaziam se-me-offerecia agora, de referir os louvores desta veneravel Religiam, se a moderassam, e umildade de VV. RR. nam me-tapáse a boca! Quem tem dado mais, e mais illustres escriptores a este Reino, que a Companhia? Quem tem promovido com mais empenho os estudos, que os seus mestres? Onde florecem as letras com mais vigor, que nos seus Colegios? Que omem douto tem avido em Portugal, que nam bebiçe os primeiros elementos, nas escolas desta Religiam? Nam leio as historias deste Reino, e Conquistas, que nam vejo a cada passo, exemplos memoraveis, da grande piedade, da summa erudisam, do inexplicavel zelo dos seus Religiozos! VV. RR. que abriam no-Oriente as portas, ao Evangelho, e em trabalhado com tal empenho, na vinha do Senhor; que se erantamos somente os Povos convertidos, tem conquistado para a Fé, e tambem para o Reino, imperios vastissimos. Nam sei a quem attribua maior gloria: se ás armas victoriosas dos Portuguezes, no Oriente; se ás pias exortações, e sadigas, dos seus Missionarios. Mas se é mais glorioso o triumpho, que se-consegue sem sangue, e somente

# AOS REVBRENDISSIMOS PADRES MESTRES, DA VENERAVEL RELIGIAM DA COMPANHIA DE IEZUS.

No Reino, e Dominio de Portugal.

ANTONIO BALLE  
ORZEQUIOZAMENTE SAUDA.



SIEM á luz, Reverendissimos Padres, as cartas eruditas, de um autor moderno: as quaes até agora corriram manuscritas, por algumas maos: mas chegando ás minhas, e concebendo eu, que podiam utilisar a muitos, me-rezovi imprimilas. O argumento delas é este. Certo Religiozo da Universidade de Coimbra, omem muy douto, como mostra nas suas cartas; pediu a um Religiozo Italiano, seu amigo, que vivia em Lisboa; que lhe-dese algumas instruçoes, em todo o genero de estudos. O que o dito Barbadinho executou, em algumas cartas: explicando-lhe em cada-uma, o que lhe-parece: e acomodando tudo, ao estilo de Portugal. Este autor escreveo-as, sem nem menos suspeitar, que se poderiam imprimir: como consta de alguns periodos destas, que nam imprimis, e de outras que confesso, em que declara com mais individuasam, o motivo desta correspondencia: e explica varias coizas, que aqui nam se-acbam. Onde, para consolar o dito autor, que nam sei se ainda vive, e fazer o que desejava; nam imprimi senam as que me-pareceram necessarias: e ainda nestas occultei os nomes dos correspondentes, e de algumas pessoas, que nelas se-nomeavam: parecendo-me justo e devido, nam revelar os segredos, das correspondencias particulares: principalmente, quando podia conseguir o fim, de utilisar o Publico, sem prejuizo de terceiro. As cartas excediam tam bem umas com outras, que se-podem chamar, um metodo completo de estudos: podem servir para todos; mas especialmente sam proporcionadas,

mente com a forsa da eloquencia, sem prejuizo dos Povos, e com grande utilidade da Republica: ficam VV. RR. muyto mais gloriosos, que os mesmos illustres Generais Portuguezes; pois conseguiram a victoria, nam dos corpos: mas dos animos. VV. RR. nam derramando o sangue dos outros, mas o proprio: e com elle escreveram o seu nome, nam só nos livros da fama, e de suas historias caducas; mas no-mesmo livro da-vida: e levantaram um padram naquella patria, em que as virtudes se-eslimam: premiam-se dignamente os servios: e a gloria dos victoriosos nam morre. Nam me-volto para a Africa, para a America, que nam vejo os Religiozos da Companhia, convertendo os idolatras, ajudando os fideis, ensinando a todos. Ai mesmo em Portugal, quem é que nam seja obrigado, à Companhia; e nam experimente os instruxos, desta benigna Religiam? Quem ja mais chegou, a uma das cazas desta Religiam, para buscar um confessor, a qualquer ora da noite; que nam ficasse consolado? um Pregador, para qualquer secciridade; que nam fosse obedecido, ainda sem interese? quem foi pedir conselho, em materias de consciencia; que nam tivesse promia resposta? quem quiz um parecer escrito, em qualquer materia que o-quizesse; que nam tornasse satisfeito? Se olibo para as priçoens, vejo os Religiozos da-Companhia consolando os affitos, procurando os livramentos, conselando, e confortando a todos. Se olibo para as prafas, e ruas publicas, vejo os mesmos Religiozos, doutrinando os ignorantes, excitando a emulassam nos-mesmos, atirando com suave maneira os que pasam, para ouvirem a verdade Evangelica. Se olibo para as igrejas, vejo-os frequentes no confessorario, exortando os fideis em dias determinados, exatissimos nas juncoas divinas, que celebram com toda a magnificencia, e devoçam; Se olibo para as escolas, vejo-os ensinando aos meninos com grande amor, e paciencia, nam só as letras, mas a piedade, que em toda a ocaziam lhe-inspiram. As mesmas portarias das suas cazas, ensinam com o exemplo; e muytos martyres, e douts, que nelas vemos pintados; que muda, mas eficazmente persuadem, seguir a mesma estrada: e ensinam com a doutrina, nos livros que nelas encontramos, que suavemente inclinam a vontade, para abraçar a vida perfeita. Finalmente se olibo para qualquer Religiozo da Companhia, vejo o retrato da continencia: da moderassam, da mansidam, da esabildade: da respeito e coizas que me-insudem sem segredo terror. Bendita Religiam, em que o Prelado nam se-distingue do Súdito, senam em ter mais trabalho, e suportar o peso, do governo economico. Ninguem aspira aos governos: ninguem busca meios de conseguilos: final certo, que se-administram com os olibos em Deus, e na sua obrigassam. Nam



vando em bem poucos. Pelo contrario puzeram tambem e por i, em ingano, incontrar, intrar, inganar &c. que o autor sempre escreve por i, pela mesma razã da pronuncia. V. Falsa alguma virgula onde devia estar, segundo os principios do autor: e alguma se-acrecionou. VI. Dividiram algumas palavras mal no fim das regras: v. g. min-ha, confheo, mel-hor, ba-na, &c. devendo porem o n, e l das primeiras unir-se com h; e o s da segunda com o a. Em inco-gnito, per-spectiva, e outras poucas que tem origem Latina, ou sam quazi Latinas; intendingo que è melhor, dividilas nesta fórma, seguindo o estylo Latino.

Estes erros fzeederam mais frequentemente, nos principios de ambos os tomos, que se imprimiam juntos: tempo em que o corrector nam tinha toda a noticia, da Orthographia do autor. Mas como os ditos erros nam pervertem o sentido do discurso; por isto os nam-aponteei nas erratas. E assim sò aponteei aqueles, que me-pareceram que mudavam o sentido, ou que eram totalmente contrarios, ao estylo do autor, ou comum da dita lingua. Com as reflexoens que aqui aponteei, pode o leitor cortez emendalos, quando s'inconviarem: tendo a vista esta regra: Que achando-se diversidade em alguma palavra; que as vezes tem uma letra, e n'outras ocaziõens letra diferente; observe o que è mais frequente; e saiba, que isto è o que o autor approva.

Advirto alem disso, que os que imprimiram o primeiro tomo, nam tinham U vogal maiuscula pequeno, e assim serviram-se deste U, para vogal; e d'estouro V, para consoante. No segundo tomo comumente se-distinguem na figura. Tambem advirto, que a minha impressa nam tinha estas duas linhas =, para pôr no fim da-regra, na divizãõ forçada das-palavras: (o que seria necessario para distinguir, o que o autor aponta, na primeira carta) e assim puz somente, a linha simplez. O que advirto ao leitor, para que nam estranbe, saltarem aquellas duas linhas, que o autor enconceda, e pratica: aindaque com uma sò linha, muito bem se-conhece, e distingue o sentido. Finalmente advirto, que puz alguns titulos das materias, no corpo de algumas cartas. v. g. na da Grammatica, Medicina, &c. o que fez, para facilitar a intelligencia aos leitores, e distinguir as materias. Isto è, RR. PP. o que tenho que advertir nesta carta, sobre a impressã, e intelligencia das-ditas cartas. O mais que se-contem nelas, compendiei nos-sumarios, que puz no-principio de cadauma, e tambem se-acham no-index, de cada tomo. Nem me-pertence anim formar juizo delas, quando as-offreço a pessoas tam douas, de quem eu devo receber os ditames. Onde acabo a presente carta, repetindo de novo a VV. RR. a venerasãõ que lhe-tenho, e dezesjando-lhe as maiores felicidades, e a toda a sua Religiam.

IN-

#### CARTA VI.

Continua-se a mesma materia da Retorica. Fazem-se algumas reflexoens, sobre o que è verdadeira Retorica, e origem dela. Que coiza sejam figuras, e como devemos usar delas. Diversas dos estylos, e modo de os-praticar: e vicios dos que os-nam-admitem, e praticam. Qual seja o metodo de persuadir. Qual o metodo dos panegiricos, e outros sermoens. Como se-deve ensinar Retorica aos rapazes, e ainda aos mestres. Algumas reflexoens, sobre as obras do P. Antonio Vieira. pag. 153.

#### CARTA VII.

Fala-se da Poezia. Os Portuguezes sam meros desfejadores. Pre-juizos dos mestres, de nam poetarem em vulgar. Que coiza seja ingenho bom, e mau. Especies de obras de mau ingenho, em que caíram alguns Antigos, mas principalmente os Modernos. Necessidade do Critério, e Retorica, em toda a sorte de Poezia. Primeiro defeito de Poezia, a inverosimilitude: exemplos. Segundo defeito, os argumentos ridiculos. Reflexoens particulares, sobre as composicoens pe-quenas Portuguezas; que nam podem dar nome, a um onem: defeitos da Nasã, provados com exemplos. Reflexoens sobre o Epigrama Latino, Elogios, inscriçoens Lapidares, Eglogas, Odes, Satiras, poemas Epicos. Que os Portuguezes nam conbeciram as leis, do poema Epico: prova-se com Camoens, Chagas, Botelho de Morais. Apon-ta-se o metodo, com que se-devem regular os rapazes, no-estudo da Poezia. Nova ideia de uma Arte Poetica, util para a Mocidade. pag. 115.

#### CARTA VIII.

Trata-se da Filosofia. Mau metodo com que se-trata em Portugal. Advertencia das outras Nasçoens, em procurar a Ciencia. Necessidade da historia da Filosofia, para se-livrar de prejuizos. Ideia da serie filosofica. Danos e impropriedades da Logica, que comu-mente se-expõca. Dã-se uma ideia, da boa Logica. pag. 176.

# I N D E X

Do que contem as Cartas do primeiro Tomo.

## CARTA I.

Motivo desta correspondencia: e como se-deve continuar. Mostra-se, com o exemplo dos Antigos, a necessidade de uma Grammatica Portugueza, para comecar os estudos. Dã-se uma ideia, da melhor Orthographia Portugueza: e responde-se aos argumentos contrarios. Que o Vocabulario do Padre Bluteau se-deve reformar, para utilidade da Mocidade. Pagina 1.

## CARTA II.

Annos que resultam da Grammatica Latina, que comumente se-ensina. Motivos porque nas escolas de Portugal, nam se-melhora de metodo. Nova ideia de uma Grammatica Latina facilissima, com que, em um ano, se-pode aprender fundamentalmente Grammatica &c. pag. 19.

## CARTA III.

Alguns que se-introduziram em Portugal, no ensinar a lingua Latina. Mau modo que os mestres tem, para instruir a Mocidade. Propoem-se o metodo, que se-deve observar, para saber com fundamento, e facilidade, o que è para Latinidade. Necessidade da Geographia, Chronologia, e Historia, para poder entender os livros Latinos. Apon-tam-se os autores, de que os mestres se-devem servir na Latinidade: e como devem servir-se deles; e explicalos com utilidade; e as melhores edicoens. Apon-ta-se o modo de cultivar a Memoria, e exercitar o Latin nas escolas. pag. 74.

## CARTA IV.

Necessidade das Linguas Orientais, principalmente Grega, e Hebraica, para entender as letras Umanas: mas muito principalmente, para a Teologia. Modo de as-aprender. Utilidade da lingua Franqueza, e Italiana, para ser erudito com facilidade, e sem desfeiza. pag. 112.

## CARTA V.

Discorre-se da utilidade, e necessidade da Retorica. Mau metodo com que se-trata em Portugal. Vicios dos Pregadores; que sam totalmente ignorantes de Retorica. Que absolutamente deve deixar o antigo estylo, quem quer saber Retorica. pag. 124.

CAR-

CAR-

No entanto, toda esta aparente normalidade se desmorona quando nos apercebemos de que o verdadeiro impressor valenciano Antonio Balle, com oficina tipográfica "junto à la parquia de San Martin", se dedicou à actividade impressória de 1721 a 1740, e de que nas obras saídas dos seus prelos nunca consta como local de edição «Valensa» mas sim «Valencia» ou «En Valencia».<sup>102</sup>

Contudo, esta Carta-dedicatória é particularmente significativa pelo tom de fina ironia que o percorre, e que mereceu ao Prof. Coimbra Martins o seguinte comentário:

O *Verdadeiro Método*, vasto e violento tratado contra a pedagogia dos Jesuítas, abre por um elogio da Companhia que só no seu excesso e pela violenta contradição com o próprio texto do livro trai o verdadeiro espírito que o anima. Não deixa de lembrar aqueles protestos de amor à virtude que, nos seus prefácios, fazem sempre os romancistas libertinos, inclusivamente o marquês de Sade.

<sup>102</sup> Cf. MARTI GRAJALES, Francisco. *Ensayo de una bibliografía valenciana del siglo XVIII. Descripción de las obras impresas en Valencia en dicha época, con un apéndice de documentos inéditos referentes a autores y tipógrafos*. Valencia, Diputació, 1987, 2 vols.

Existe no A.N.T.T. um documento, datado de 7 de Outubro de 1796, em que um mercador de livros, denominado Antonio Balle, solicita autorização para imprimir um determinado livro, o que foi deferido. Ignoramos a relação de parentesco que possa existir entre o impressor valenciano e este livreiro e não encontramos outra qualquer informação sobre tal mercador de livros. O texto do documento é o seguinte: «Diz Antonio Balle, mercador de livros, que ele pretende emprimir o papel incluso intitulado *Rediculas Simplicidades de Bertoldinho* para o que pede a V. Majestade lhe conceda a licença precisa». Ao cimo da página encontra-se o despacho, do seguinte teor: «Aprovado o papel de que trata esta petição para poder ser impresso pelo que toca a este Tribunal. Lisboa, 7 de Outubro de 1796.» A.N.T.T., Conselho Geral do Sto. Officio, Maço 45, doc. 2.

Aprovado o papel de que trata esta petição para poder ser impresso pelo que toca a este Tribunal. Lisboa 7 de Outubro de 1796.

Deu Antonio Balle mercador de livros q. se pretende emprimir o papel incluso intitulado *Rediculas Simplicidades de Bertoldinho* p. a. q. q.

P. M. Mag. & M. r. v. d. a. l. l. c. e. n. s. p. r. o. v. e. r. a.



E. N. M. u.

E acrescenta:

Mas tão bem simula que muitos afectos à Companhia puderam interpretá-la à letra [...]. Foi talvez graças a ela que Luís António Verney, *Aufklärer*, estrangeirado e todavia eclesiástico, pôde fazer que os seus *Métodos* corressem em Portugal, apesar dos rigores da nossa tripla censura e após apreensão de uma primeira esquadra desses «demónios» apostados em corromper a terra onde nascera, tão diferente da de seus avós.<sup>103</sup>

A proveniência comum e identidade [quase] total entre os exemplares considerados por Banha de Andrade como pertencentes a duas edições diferentes pode ser confirmada pelo estudo comparativo das filigranas que marcam o papel, pois são rigorosamente iguais. No primeiro tomo, tanto na *1ª edição A* como na *1ª edição B*, a folha onde se imprimiu o rosto ostenta como marca-de-água um riquíssimo escudo que se completa na folha que contém o índice. Na *1ª edição A*, as quatro páginas onde se apresentam as licenças não têm marca-de-água, situação que também se verifica, na *1ª edição B*, nas oito páginas ocupadas pela Carta do suposto impressor Antonio Balle aos Padres da Companhia de Jesus, do Reino de Portugal. Desde o começo da «Carta Primeira» (pág. 1) até à última página, o papel utilizado na *1ª edição A* e na *1ª edição B* é absolutamente igual: a marca-de-água, que representa uma pomba num círculo, encontra-se, nos primeiros cadernos, no centro da folha externa, passando depois a aparecer no centro da folha interna.

No segundo tomo, há folhas com diversas marcas-de-água, mas devemos sublinhar que existe entre a *1ª edição A* e a *1ª edição B* uma coincidência total entre as filigranas que marcam as diferentes folhas. Reaparece, em algumas folhas, a marca-de-água que representa a pomba num círculo, mas predomina, como filigrana, um grande escudo, de desenho claramente distinto do marcado na folha-de-rosto do tomo primeiro.

O estudo comparativo dos caracteres tipográficos e dos elementos iconográficos reproduzidos nas consideradas *1ª edição A* e *1ª edição B* sedimenta a nossa convicção de estarmos perante uma única edição, pois a sua identidade é perfeita, assim como é rigorosamente igual a composição do texto.

Esta afirmação pode ser comprovada, a título meramente ilustrativo, por dois exemplos:

1º – A página onde se inicia o texto da «Carta Sexta» (tomo I, p. 153) é embelezada por um friso composto e pela reprodução de uma capitular ornamentada (letra N), exactamente iguais na considerada *1ª edição A* e *1ª edição B*. Os caracteres tipográficos utilizados são rigorosamente os mesmos, e não podemos deixar de notar o pormenor de o ponto final,

---

<sup>103</sup> MARTINS, António Coimbra. «VERNEY, Luís António», (s.v.). In SERRÃO, Joel, dir. *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 4 vols., 1963-1967; vol. 4, p. 279.

colocado após a expressão «Carta Sexta», ter, nas duas fictícias edições, forma triangular. Nenhuma divergência pode ser, também, mencionada quanto à composição do texto.

DE ESTUDAR. 153  
**CARTA SEXTA.**  
 SUMARIO;

**C**ontinua-se a mesma materia da-Retorica; Fazem-se algumas reflexoens, sobre o que é verdadeira Retorica, e origem dela. Que coiza sejam figuras, e como devemos uzar delas. Diversidade dos-estilos, e modo de os-praticar: e vicios dos-que os-nam-admitem, e praticam. Qual seja o metodo de persuadir. Qual o metodo dos-panegiricos, e outros sermoens. Como se-deve ensinar Retorica aos rapazes, e ainda aos mestres. Algumas reflexoens, sobre as obras do-P. Antonio Vieira.



**N**AM intenda V.P. que ci-de faltar à promessa: pois nam só com promptidam, mas com muito gofho executarei nesta carta, o que prometi na ultima: e direi o como se-devem entender, as coizas que disse, para emendar os defeitos, que nestes Retoricos vulgares: s' incontram: e que eu apontei na carta passada. Digo pois, que o primeiro, e mais importante ponto que deve advertir, quem quer formar, o bom gofho literario, é, fugir totalmente destas Retoricas comuas, nam só manuscritas, mas tambem impresas. Estou persuadido, que elas sam a primeira ruina dos-estudos: porque inspiram mui maos principios, e nam ensinam o que devem. Ouso louvar muito nestes paizes, o *Candidatus Rbetorica do-P. Pomei*, o *Ariadne Rbetorum do-Juglar* &c. e mestres conheço eu, que nam tem mais noticia da-Retorica, que a que dá o dito livro, ou outro semelhante. Isto podem é mera iluzam: porque para nam saber nada, nam á melhores livros, que os ditos. Estes, e outros tais autores, fazem uma enumerasam das-partes da-Retorica, mui seca e descarnada. propoem mil questioens, e nam rezolvem nenhuma bem. todo o livro consiste em divizoens, e subdivizoens, que enfadam antes de s' intenderem. Mas o pior é, quando ensinam a servir-se, dos-lugares Retoricos: quando mostram os diversos modos, de ampliar

TOM.I. V pliar

Página inicial da «Carta Sexta», na designada 1ª Edição A.

DE ESTUDAR. 153  
**CARTA SEXTA.**  
 SUMARIO;

**C**ontinua-se a mesma materia da-Retorica; Fazem-se algumas reflexoens, sobre o que é verdadeira Retorica, e origem dela. Que coiza sejam figuras, e como devemos uzar delas. Diversidade dos-estilos, e modo de os-praticar: e vicios dos-que os-nam-admitem, e praticam. Qual seja o metodo de persuadir. Qual o metodo dos-panegiricos, e outros sermoens. Como se-deve ensinar Retorica aos rapazes, e ainda aos mestres. Algumas reflexoens, sobre as obras do-P. Antonio Vieira.



**N**AM intenda V.P. que ci-de faltar à promessa: pois nam só com promptidam, mas com muito gofho executarei nesta carta, o que prometi na ultima: e direi o como se-devem entender, as coizas que disse, para emendar os defeitos, que nestes Retoricos vulgares: s' incontram: e que eu apontei na carta passada. Digo pois, que o primeiro, e mais importante ponto que deve advertir, quem quer formar, o bom gofho literario, é, fugir totalmente destas Retoricas comuas, nam só manuscritas, mas tambem impresas. Estou persuadido, que elas sam a primeira ruina dos-estudos: porque inspiram mui maos principios, e nam ensinam o que devem. Ouso louvar muito nestes paizes, o *Candidatus Rbetorica do-P. Pomei*, o *Ariadne Rbetorum do-Juglar* &c. e mestres conheço eu, que nam tem mais noticia da-Retorica, que a que dá o dito livro, ou outro semelhante. Isto podem é mera iluzam: porque para nam saber nada, nam á melhores livros, que os ditos. Estes, e outros tais autores, fazem uma enumerasam das-partes da-Retorica, mui seca e descarnada. propoem mil questioens, e nam rezolvem nenhuma bem. todo o livro consiste em divizoens, e subdivizoens, que enfadam antes de s' intenderem. Mas o pior é, quando ensinam a servir-se, dos-lugares Retoricos: quando mostram os diversos modos, de ampliar

TOM.I. V pliar

Página inicial da «Carta Sexta», na designada 1ª Edição B.

2º – O final do texto da «Carta Decimaquinta» (tomo II, p. 252) é assinalado pela reprodução de uma xilogravura, exactamente igual nas duas supostas edições. Os caracteres tipográficos utilizados são comprovadamente os mesmos, e em relação à composição do texto não existe uma única diferença que se possa assinalar.

252 VERDADEIRO METODO

desculpar os meus erros : mas muito particularmente , de se-capacitar bem , das-minhas toscas razoens ; para as-faber explicar a eses , a quem as-propuzer . Em modo tal que , sendo eles Jurisconsultos , nam caiam no-defeito , tantas vezes censurado ; de condenar as partes , sem serem ouvidas ; e sem examinarem as razoens , e sem as intenderem . Em V.P. nam á esse perigo : mas podê avelo nos-seus conhecidos : por-ifo lhe-peço esta cautela : e peço tambem a Deus guarde a V. P. m. a.



CAR-

252 VERDADEIRO METODO

desculpar os meus erros : mas muito particularmente , de se-capacitar bem , das-minhas toscas razoens ; para as-faber explicar a eses , a quem as-propuzer . Em modo tal que , sendo eles Jurisconsultos , nam caiam no-defeito , tantas vezes censurado ; de condenar as partes , sem serem ouvidas ; e sem examinarem as razoens , e sem as intenderem . Em V.P. nam á esse perigo : mas podê avelo nos-seus conhecidos : por-ifo lhe-peço esta cautela : e peço tambem a Deus guarde a V. P. m. a.



CAR-

Página finais da «Carta Decimaquinta». Nenhuma diferença se pode assinalar nestas páginas, supostamente pertencentes a duas edições distintas.

Segundo esta linha de pensamento, não podemos deixar de considerar como segunda edição do *Verdadeiro Método de Estudar* a contrafacção estampada, cerca de 1751, na oficina tipográfica do Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, a partir de um exemplar dado como impresso em Valença, por Antonio Balle [1ª edição B]. Manteve-se a mesma *fausse-adresse*, mas alterou-se a data de impressão de 1746 para 1747. Na edição-pirata, de que se fizeram cerca de oitocentos exemplares, segundo as declarações prestadas pelo próprio Padre Manuel de Santa Marta Teixeira perante o tribunal da Inquisição,<sup>104</sup> no tomo primeiro, o caderno de abertura tem, tal como o exemplar pirateado, doze páginas, sendo oito preenchidas

<sup>104</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo 2638.

com a carta-dedicatória do pseudo-impressor António Balle aos Padres da Companhia de Jesus do Reino de Portugal.

O impressor-falsificador não manifestou a menor preocupação em fazer uma imitação perfeita da edição original, e é evidente a diferença de qualidade gráfica entre as duas edições: as gravuras reproduzidas na portada da edição original foram substituídas por ornatos tipográficos em fundo-de-lâmpada; os ornamentos xilográficos que marcam o final do texto das diferentes Cartas foram retirados ou substituídos também por ornatos tipográficos em fundo-de-lâmpada; as capitulares ornamentadas, que assinalam o início do texto das diversas Cartas na edição-*princeps*, passaram a simples letras maiúsculas. E nem sequer se respeitou a mesma divisão de texto por página, sendo consideravelmente diferente o número de páginas na edição original (tomo primeiro – XII + 322 + V; tomo segundo – IV + 300 + II) e na contrafacção (tomo primeiro – XII - 264; tomo segundo – IV + 243 + 1), assim como são distintas as dimensões dos próprios livros (edição original – 109 mm x 163 mm; contrafacção – 125 mm x 180 mm).

No decurso do processo inquisitorial que lhe foi movido, o Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, questionado directamente sobre as razões que o levaram a imprimir clandestinamente o *Verdadeiro Método de Estudar*, justificou, desta forma, o seu procedimento:

E que também mandara dar ao prelo sem as ditas licenças os tomos do *Novo Método de Estudar*, que lhe parece seria o número de oitocentos, a qual impressão mandou fazer por ver a grande estimação que tinham nesta Corte, e que os Estrangeiros vendiam alguns por alto preço e se querer, por este modo, utilizar do lucro e produto deles, sem que tivesse outro algum fim mais do que o que acaba de dizer.<sup>105</sup>

Não nos custa aceitar esta explicação, e afastamos a hipótese de o padre loio se ter envolvido na reimpressão do *Verdadeiro Método de Estudar* por perfilhar as ideias de Verney, pois o seu compositor, Manuel Soares Vivas, declarou perante os Inquisidores, em Abril de 1753, que imprimira também clandestinamente alguns folhetos a contestar o *Verdadeiro Método*, por ordem do dono da oficina:

[...] que assistindo ele confitente [Manuel Soares Vivas] na Imprensa do Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira [...], na qual tinha o ofício de compositor, se imprimiram na mesma imprensa sem licenças do Santo-Ofício as obras seguintes: *Novo Método de Estudar*, a que anda junto um papel com o título de *Retrato de Mortecor e Resposta a este*, e já todos tinham sido primeira vez impressos não sabe onde.<sup>106</sup>

A polémica que se acendeu após a publicação do *Verdadeiro Método de Estudar* entre apoiantes e impugnadores do Barbadinho, e que durou anos, ficou marcada por uma batalha de folhetos impressos clandestinamente. O Prof. Banha de Andrade, em *Vernei e a Cultura do seu*

<sup>105</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2638.

<sup>106</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 523.

*Tempo*,<sup>107</sup> estudou pormenorizadamente a questão, repôs a verdade, identificou, na maior parte dos casos, os verdadeiros impressores, pelo que se nos afigura desnecessário alongar este trabalho repetindo as suas palavras. Limitamo-nos, assim, a reproduzir o quadro-síntese dos folhetos da polémica elaborado por aquele investigador, onde se apresenta, para além do título da obra, o nome do editor que figura no seu rosto ou cólofon e o nome do verdadeiro impressor.<sup>108</sup>

	<i>Editor (rosto ou cólofon)</i>	<i>Verdadeiro editor</i>
<i>Verdadeiro Método de Estudar</i> 1ª ed.	Nápoles, 1746	Genaro e Vincenzo <sup>1</sup> Muzio, Nápoles, 1746
<i>Verdadeiro Método de Estudar</i> 2ª ed.	António Balle, Valença, 1746	Genaro e Vincenzo <sup>1</sup> Muzio, Nápoles, 1746
<i>Verdadeiro Método de Estudar</i> 3ª ed.	António Balle, Valença, 1746	Convento dos Loios, Lisboa, 1751 (?)
<i>Reflexões Apologéticas</i> 1ª ed.	Franc. Luís Ameno, Lx., 1748	Franc. Luís Ameno, Lisboa
<i>Reflexões Apologéticas</i> 2ª ed.	Franc. Luís Ameno, Lx., 1748	O mesmo?
<i>Reflexões Apologéticas</i> 3ª ed.	Franc. Luís Ameno, Lx., 1748	O mesmo?
<i>Reflexões Apologéticas</i> 4ª ed.	António Balle, Valença, 1748	Convento dos Loios?
<i>Resposta às Reflexões</i> 2ª ed.	António Balle, Valença 1748	Generoso Salomão, Roma
<i>Retrato de Morte-cor</i>	Imprensa de António Bucca- ferro, Sevilha, 1749	Lisboa, ?
<i>Retrato de Morte-cor</i> 2ª ed.	Imprensa de António Bucca- ferro, Sevilha, 1749	Convento dos Loios
<i>Carta de um Filólogo de</i> <i>Espanha</i>	Madrid, 1749	Generoso Salomão, Roma
<i>Parecer do Dr. Apolónio</i>	Of. Garcia Onorato, Salaman- ca, 1750	Generoso Salomão, Roma
<i>Parecer do Dr. Apolónio</i> 2ª ed.	(Sem qualquer indicação)	Convento dos Loios?
<i>Conversação Familiar</i>	António Balle, 1750	Lisboa, (?), 1751
<i>Ilustração crítica</i>	Manuel Rodrigues, <sup>2</sup> Lx., 1751	António Balle, Valença <sup>3</sup>
<i>Carta de um amigo (de Pereira</i> <i>Figueiredo)</i>	.....	Paris, 1750 a 1752

<sup>107</sup> Em trabalhos anteriores, Banha de Andrade dedicou, também, particular atenção aos folhetos da polémica verneiana, nomeadamente em «Bibliografia da Polémica Verneiana». *Brotéria*, Lisboa, vol. XLIX, (Agosto-Set. 1949), pp. 210-232 e em «Edições Clandestinas do *Verdadeiro Método de Estudar* e Folhetos da Polémica». *Filosofia*. Lisboa, Ano VIII, nº 30 (2º trim. de 1961), pp. 132-141.

<sup>108</sup> Cf. ANDRADE, António Alberto de. *Ob. cit.*, pp. 456-457. No quadro, devido certamente a gralhas tipográficas, encontram-se algumas imprecisões, que assinalamos com algarismos e nos permitimos rectificar: 1. Gennaro e Vincenzo Muzio; 2. Miguel Rodrigues; 3. Miguel Rodrigues, Lisboa. Na página seguinte: 4. Francisco da Silva; 5. Generoso Salomão; 6. Miguel Rodrigues; 7. Generoso Salomão; 8. Miguel Menescal da Costa; 9. Miguel Menescal da Costa.

	<i>Editor (rosto ou colofon)</i>	<i>Verdadeiro editor</i>
<i>Contestação</i> (José Caetano)	Francisco da Silva, Lisboa, 1751	Carlos da Silva, <sup>4</sup> Lisboa
<i>Iluminação Apologética</i>	.....	Manuel da Silva, 1751-52
<i>Diálogo Jocosério</i>	António Balle, Valença, 1751	Lisboa
<i>Grosseria da Iluminação</i>	António Balle, Valença, 1752	Lisboa
<i>Balança Intelectual</i>	Manuel da Silva, Lisboa, 1752	Manuel da Silva, Lisboa
<i>Carta Apologética</i>	Pedro Ferreira, Lisboa, 1752	Pedro Ferreira, Lisboa
<i>Advertências críticas</i>	António Simões, Coimbra, 1752	António Simões, Coimbra
<i>Advertências ao Impressor</i>	.....	Salomão Generoso, <sup>5</sup> Roma
<i>Discurso Apologético</i>	Coimbra, 1752	Coimbra, 1752
<i>Mercúrio Filosófico</i>	Martinho Veith, Augusta, 1752	Manuel da Silva, Lisboa
<i>Palinódia Manifesta</i>	António Buccaferro, Sevilha, 1752	Lisboa (?)
<i>Novo Método da Gramática</i>	Miguel Rodrigues, Lisboa, 1752 e 53	Manuel Rodrigues, <sup>6</sup> Lisboa
<i>Novo Método ou Arte das Necessidades</i>	Imprensa de Rodarte Catana. Sevilha, 1752	Coimbra
<i>Furfur Logicae Verneianae</i>	Haeredes de Martinez, Pampelone, 1752	Manuel da Silva, Lisboa,
<i>Última Resposta</i>	Sevilha	Salomão Generoso, <sup>7</sup> Roma 1752
<i>Cartas em que se dá notícia</i>	Manuel Menescal da Costa, <sup>8</sup> Lisboa, 1753	Manuel Menescal da Costa <sup>9</sup>
<i>Defensa do Novo Método da Gram. Latina</i>	Miguel Rodrigues, Lisboa 1754	Miguel Rodrigues, Lisboa.
<i>Mercúrio Gramatical</i>	Martinho Veith, Augusta, 1753	Manuel da Silva, Lisboa, 1753
<i>Progresso da Academia</i>	.....	Lisboa (?)
<i>Anti-prólogo crítico</i>	Miguel Manescal da Costa, 1753	Miguel Manescal da Costa
<i>Juízo Gramatical</i>	Lisboa, 1754	Lisboa (?)
<i>Segunda audiência gramatical</i>	Lisboa, 1755	Lisboa (?)
<i>Carta Exortatória</i>	.....	Amesterdão, 1754 (ou 53)
<i>Carta Apologética</i>	Francisco Luís Ameno, Lisboa, 1754	Francisco Luís Ameno, Lisboa.
<i>Defensa do Novo Método de Gramática Latina</i>	Miguel Rodrigues, Lisboa, 1754	Miguel Rodrigues, Lisboa
<i>Carta de hum Velho</i>	Lisboa, 1755	Lisboa (?)
<i>Resposta Compulsória</i>	(1755)	Lisboa (?)
<i>Discursos Gramaticais</i>	Lisboa, 1756	Lisboa (?)
<i>Alvarista defendido</i>	Lisboa, 1757	Lisboa (?)

Podemos, no entanto, acrescentar um dado novo às descobertas de Banha de Andrade. O impressor lisboeta José da Silva da Natividade declarou perante o tribunal da Inquisição, em 12 de Julho de 1753, que fora o responsável pela impressão clandestina do *Diálogo Jocosério ...* e *Grosseria da Iluminação ...*, obras dadas como impressas em Valença, por Antonio Balle, em 1751 e 1752 respectivamente. As suas declarações são do seguinte teor:

[...] e declara que ainda depois de se ter vindo apresentar segunda vez nesta Mesa continuou a delinquir no mesmo crime de dar ao prelo, na sua oficina, vários escritos sem preceder licença alguma do Santo Ofício e se lembra especificamente que depois das duas apresentações e de assinar na mesa do Santo Ofício um termo para não imprimir papel algum sem licenças com efeito imprimiu os seguintes: *Diálogo Jocosério*, obra em prosa que ocupou na impressão dez ou onze folhas e tratava da defesa de vários papéis e entende foi composto pelo Doutor fulano da Nóbrega, médico, familiar do Santo Ofício, morador à rua de São Vicente de Fora, o qual lhe mandou imprimir e com ele confitente ajustou a dita impressão por pouco maior preço do costumeado e ao mesmo entregou ele confitente perto de quatrocentas cópias, não deixando em seu poder mais de quatro ou cinco de propina. Mais outro papel composto pelo mesmo Doutor Nóbrega a favor dos Padres do Espírito Santo, de cujo título não está lembrado, composto por quatro ou cinco folhas e dele entregou impressas ao dito seu autor perto de um cento de cópias.<sup>109</sup>

Confirma-se, assim, de fonte segura, que o autor de *Diálogo Jocosério* e de *Grosseria da Iluminação* é o Doutor António Isidoro da Nóbrega, e fica-se a saber que o verdadeiro Antonio Balle destas espécies é o impressor lisbonense José da Silva da Natividade.

---

<sup>109</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2630.

## 5.2. EDIÇÕES CLANDESTINAS

### 5.2.1. *Anatómico Jocosó*

Quando em 1752, o impressor e advogado Doutor Manuel Álvares Solano do Valle imprimiu, pela primeira vez, o *Anatómico Jocosó ...* (I e II tomos), colectânea póstuma da obra profana de Frei Lucas de Santa Catarina, enveredou pelo caminho da clandestinidade editorial, para contornar o obstáculo de não possuir as licenças necessárias à sua publicação. Saíram, assim, à luz do dia, sob a *fausse-adresse* de «Madrid, en la Imprenta de Francisco del Hierro», os dois primeiros tomos do *Anatómico Jocosó ...*, cujas descrições bibliográficas passamos a apresentar:

ANATOMICO / JOCOSO, / QUE / Em diverſas operações manifeſta a ruindade / do corpo humano, para emenda do / vicio ſo. / DADO Á LUZ / PELO DOUTOR / PANTALEAÕ / DE ESCARCIA RAMOS, / *Que á cuſta do ſeu trabalho ajuntou de varios / Authores e ſtes divertidos frag- / mentos.* / TOMO I. / [Ornamento tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / Con Privilegio: EN MADRID, en la Im- / prenta de Franciſco del Hierro. Año de 1752.<sup>110</sup>

ANATOMICO / JOCOSO, / QUE EM DIVERSAS OPERAÇÕES / manifeſta a ruindade do corpo humano, / para emenda do vicio ſo. / DADO Á LUZ / PELO DOUTOR / PANTALEAÕ / DE ESCARCIA RAMOS, / *Que á cuſta do ſeu trabalho ajuntou de varios / Authores e ſtes divertidos frag- / mentos.* / TOMO II. / [Ornamento tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / Con Privilegio: EN MADRID, en la Im- / prenta de Franciſco del Hierro. Año de 1752.<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> O exemplar existente na B.N.L. tem a cota L. 1416A.

<sup>111</sup> A esta espécie corresponde, na B.N.L., a cota L. 1417A.

# ANATOMICO JOCOSO.

QUE

Em diversas operações manifesta a ruindade  
do corpo humano, para emenda do  
vicioso.

DADO A LUZ

PELO DOUTOR

## PANTALEÃO

DE ESCARCIA RAMOS,

*Que á custa do seu trabalho ajuntou de varios  
Autores estes divertidos frag-  
mentos.*

### TOMO I.

Con Privilegio: EN MADRID, en la Im-  
prenta de Francisco del Hierro. Año de 1752.

# ANATOMICO JOCOSO,

QUE EM DIVERSAS OPERACOES  
manifesta a ruindade do corpo humano,  
para emenda do vicioso.

DADO A LUZ

PELO DOUTOR

## PANTALEÃO

DE ESCARCIA RAMOS,

*Que á custa do seu trabalho ajuntou de varios  
Autores estes divertidos frag-  
mentos.*

### TOMO II.



Con Privilegio: EN MADRID, en la Im-  
prenta de Francisco del Hierro,  
Año de 1752.

Portadas do I e do II tomos do *Anatómico Jocosso*, supostamente impressos em Madrid por Francisco del Hierro, em 1752.

Não necessitamos de nos deter na análise das características materiais destas espécies para identificar a sua oficina de origem, pois dispomos de declarações prestadas perante o Tribunal da Inquisição de Lisboa, que esclarecem, de forma inequívoca, este caso de fraude editorial. Assim, em 20 de Março de 1753, durante a instrução do processo contra o impressor Manuel da Silva, José Isidoro, compositor "na Imprensa dos Loios", foi ouvido como testemunha, e prestou o seguinte depoimento:

Disse mais que achando-se ele testemunha na imprensa do Doutor Manuel Álvares Solano do Valle, a S. Cristóvão, viu e presenciou que um religioso dominico, Frei Eusébio, segundo lhe parece do Nascimento, que actualmente tem a ocupação de Procurador Geral do Convento de Benfica, segundo lhe disseram, mandara dar ao prelo na dita impressão dous tomos, tendo o primeiro por título *Anatómico Jocosso*, os quais foram dados ao prelo sem licença do Santo Officio [...]; ouvira depois dizer que ele havia recorrido ao Santo Officio pedindo licença para se reimprimir fazendo menção de se ter feito a primeira impressão fora do Reino; e também ouviu dizer que, com efeito, se lhe havia facultado a dita licença e que andava agora na diligência de conse-

guir privilégio real; e outrossim tem notícia que se está acabando de concluir ou estará já finda a dita impressão, como tudo melhor se poderá averiguar na dita impressão.<sup>112</sup>

Cerca de dois meses mais tarde, Elias Duarte, compositor de letras na oficina do Doutor Manuel Álvares Solano do Valle, encontrando-se preso nos cárceres da Inquisição desde 21 de Abril desse ano [1753], pediu nova audiência para terminar a sua confissão, e, falando perante os Inquisidores, declarou:

[...] que examinando a sua consciência, como se lhe recomendou na última ocasião que veio a esta Mesa, era de mais lembrado que por ordem do Doutor Manuel Álvares Solano, em cuja imprensa ele confitente trabalhava como dito tem, dera ao prelo o primeiro e o segundo tomo de uma obra intitulada *Anatómico Jocosos*, a qual obra mandara imprimir um religioso dominico chamado Frei Eusébio do Nascimento, morador no Convento de Benfica, com a data de Madrid, e depois de serem assim alguns impressos tirou o dito Religioso as licenças necessárias para se reimprimirem, como com efeito assim se fez, declarando-se nesta segunda impressão ser feita na Oficina do dito Doutor Manuel Álvares Solano, com o qual o dito Religioso a justou por ser prática entre as pessoas do seu officio apresentarem-se as licenças ao dono da officina.<sup>113</sup>

A veracidade das declarações prestadas quanto à publicação legal desta obra, em data posterior, mas muito próxima da edição clandestina, pode ser atestada pela observação das espécies que apresentam nas suas folhas-de-rosto as características tipográficas seguintes:

ANATOMICO / JOCOSO, / QUE EM DIVERSAS OPERAÇÕES / manife (sta a ruindade do corpo humano, / para emenda do vicio fo. / DADO Á LUZ / PELO DOUTOR / PANTALEAÕ / DE ESCARCIA RAMOS, / *Que á custa do seu trabalho ajuntou de varios / Authores e ftes divertidos frag- / mentos.* / TOMO I. / [Ornamento tipográfico em fundo-de-lâmpada.] / LISBOA: / Na Officina do D.<sup>or</sup> MANOEL ALVARES / SOLANO DO VALLE. *Com as licenças nece ffarias.* Ann. 1752.<sup>114</sup>

ANATOMICO / JOCOSO, / QUE EM DIVERSAS OPERAÇÕES / manife (sta a ruindade do corpo humano, / para emenda do vicio fo. / DADO Á LUZ / PELO DOUTOR / PANTALEAÕ / DE ESCARCIA RAMOS, / *Que á custa do seu trabalho ajuntou de varios / Authores e ftes divertidos frag- / mentos.* / TOMO II. / [Ornamento tipográfico em fundo-de-lâmpada.]

<sup>112</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo n.º 11.236. José Isidoro foi a quarta testemunha ouvida naquele processo.

<sup>113</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo n.º 2635.

<sup>114</sup> Não localizámos deste tomo, nem do segundo, nenhum exemplar nas bibliotecas em que tivemos a oportunidade de trabalhar, e só vimos a sua descrição no *Catálogo da Livraria dos Condes de Azevedo e Samodães*, sob o n.º 3004. Os exemplares compulsados pertencem à colecção particular do Prof. Artur Anselmo, que gentilmente os pôs à nossa disposição. A Prof.<sup>a</sup> Graça Almeida Rodrigues, em «Subsídios para uma Bio-Bibliografia de Fr. Lucas de Santa Catharina (1660-1740)», faz o levantamento das diferentes edições do *Anatómico Jocosos*, mas não referencia a existência do 1.º tomo dessa obra, impresso expressamente em Lisboa, na oficina do Doutor Manuel Álvares Solano do Valle, em 1752. Essa informação, assim como a identificação do impressor responsável pela suposta edição madrilena, é dada, em primeira mão, por José Alfaro. *O Jogo das Cartas. O Lúdico numa Antologia Epistolar Barroca*. Lisboa, Quimera, 1994, pp. 25-34.

pada.] / LISBOA: Na Officina do D.<sup>or</sup> Manoel / Alvares Solano do Valle. / *Com as licenças necessárias.* Anno 1753.

ANATOMICO / JOCOSO, / QUE EM DIVERSAS OPERAÇÕES / manifesta a ruindade do corpo humano / para emenda do vicio fo: / *CONSTA DE VARIAS CARTAS CURIOSAS,* / *que muitos copiarão, pela grande estimação, e, ap- / laufo tributado por todo este Reyno.* / DADO Á LUZ, E DEDICADO / Á PRECLARISSIMA SENHORA / D. MARIA / PRECIOSA DE LIMA E MELLO, / PELO PADRE / Fr. FRANCISCO REY / DE ABREU MATA ZEFERINO. / TOMO III. / [Ornamento xilográfico.] / LISBOA: / Na Officina do Doutor Manoel Alvares Solano. / [Tranca] / Anno M.DCC.LIII. / *Com todas as licenças necessárias.*<sup>115</sup>

# ANATOMICO JOCOSO,

QUE EM DIVERSAS OPERAÇÕES  
manifesta a ruindade do corpo humano,  
para emenda do vicio fo.

DADO Á LUZ  
PELO DOUTOR

## PANTALEÃO

DE ESCARCIA RAMOS,

*Que a custa do seu trabalho ajuntou de varios  
Autores estes divertidos frag-  
mentos.*

T O M O I

LISBOA:

Na Officina do D.<sup>or</sup> MANOEL ALVARES  
SOLANO DO VALLE

*Com as licenças necessárias.* Anno 1753

Portada do tomo I do *Anatômico Jocosso*, impresso em Lisboa por Manuel Álvares Solano, em 1752

# ANATOMICO JOCOSO,

QUE EM DIVERSAS OPERAÇÕES  
manifesta a ruindade do corpo humano,  
para emenda do vicio fo.

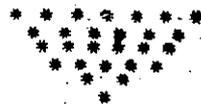
DADO Á LUZ  
PELO DOUTOR

## PANTALEÃO

DE ESCARCIA RAMOS,

*Que a custa do seu trabalho ajuntou de varios  
Autores estes divertidos frag-  
mentos.*

T O M O II.



LISBOA: Na Officina do D.<sup>or</sup> Manoel  
Alvares Solano do Valle.

*Com as licenças necessárias.* Anno de 1753

Folha-de-rosto do tomo II do *Anatômico Jocosso*, impresso em Lisboa por Manuel Álvares Solano, em 1753.

<sup>115</sup> B.N.L., L. 1418A. A Prof.<sup>a</sup> Graça Almeida Rodrigues, no estudo citado, assinala que, ao contrário do que acontece com o exemplar depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, o exemplar pertencente ao Prof. Silva Dias e o existente na Biblioteca de Braga não possuem licenças.

# ANATOMICO JOCOSO,

QUE EM DIVERSAS OPERAÇOENS

manifesta a ruindade do corpo humano  
para emmenda do vicioso:

CONSTA DE VARIAS CARTAS CURIOSAS,

que muitos copiarão, pela grande estimoção, e ap-  
plauso tributado por todo este Reyno.

DADO A' LUZ, E DEDICADO

A' PRECLARISSIMA SENHORA

## D. MARIA

PRECIOSA DE LIMA E MELLO,

PELO PADRE

## F. FRANCISCO REY

DE ABREU MACHA ZEPHERINO.

### TOMO III.



LISBOA:

Na Officina. do Doutor Manoel. Alvares Solano.

Anno M. DCC. LIII.

Com todas as licenças necessarias.

Portada do III tomo de *Anatômico Jocosos*, publicado em Lisboa por Manuel Álvares Solano do Valle, em 1753.

Importa sublinhar que, quando foi lida a sentença condenatória de Elias Duarte, sendo-lhe aplicada a pena de "suspensão do seu officio por um ano", os dois primeiros tomos do *Anatômico Jocosos* já tinham entrado no circuito comercial normal e corriam "com todas as licenças necessárias". Contudo, tal facto foi ignorado pela Inquisição e a pena imposta ao compositor foi agravada expressamente por ter colaborado na impressão clandestina daquela obra:

Aos Inquisidores [...] pareceu que este réu devia ser suspenso do seu officio por um ano e ter as mesmas penas que os outros visto constar da prova da Justiça e sua confissão que ele dera ao prelo sem licença do Santo Officio um grande número de papéis, que além destes os dois tomos do *Anatômico Jocosos*, sendo certo que para um deles não puderam obter licenças do Conselho Geral e por isso fizeram impressão com data em Madrid, como se vê também pelos mesmos livros que se acham no secreto desta Inquisição.<sup>116</sup>

<sup>116</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2635. No entanto, o Inquisidor Luís Barata de Lima emitiu sobre a pena a aplicar a este réu o seguinte juizo: «[...] não lhe parecia justo que principiasse a executar-se o rigor da lei com os pobres officiais que trabalhavam por salário, suposta a tolerância que tem havido nesta matéria, e se deixassem sem castigo ou fossem por diferente modo punidos os delinquentes de maior culpa, nem

Não sem ironia, verifica-se também que, quinze dias após o julgamento de Elias Duarte, o Santo Ofício concedeu a autorização necessária para a publicação do tomo terceiro do *Anatómico Jocosos*, face ao parecer favorável do seu qualificador, Frei Francisco Xavier de Lemos:

Os papéis inclusos que formam o terceiro tomo do *Anatómico Jocosos* [...] não contém cousa alguma contra a Fé, ou bons costumes, e me parece merecem a licença para se imprimir.

Como já tivemos oportunidade de salientar, o primeiro tomo do *Anatómico Jocosos* ... foi estampado por processos fraudulentos e, posteriormente, de forma legal, no ano de 1752, na oficina do Doutor Manuel Álvares Solano do Valle, situação que se verificou também com o tomo segundo, havendo, no entanto, uma diferença de um ano, entre a data de publicação da suposta edição madrilena (1752) e a saída expressamente dos prelos do impressor lisbonense (1753). Tratando-se, comprovadamente, de espécies produzidas na mesma tipografia, em datas muito próximas, afigura-se-nos do maior interesse proceder à colação de exemplares pertencentes à edição clandestina, dada como impressa «En Madrid, en la Imprenta de Francisco del Hierro» (chamar-lhe-emos *1ª Edição A*) e à considerada edição legal (chamar-lhe-emos *1ª Edição B*), e observar as suas afinidades e discrepâncias.

Assim, pela análise comparativa das características materiais do tomo primeiro das consideradas *1ª edição A* e *1ª edição B*, podemos notar que:

1º – São significativamente diferentes as suas folhas-de-rosto, pois, embora se utilizem os mesmos caracteres tipográficos, a composição é diversa, como se pode verificar pela comparação das suas descrições bibliográficas, atrás apresentadas;

2º – Na *1ª edição A*, o primeiro caderno inumerado, apresenta-se assinado (§), e é integrado por oito páginas: duas de anterrosto (verso em branco), duas de rosto (verso em branco) e mais quatro páginas ocupadas pela Dedicatória (tendo a última página o verso em branco).

Na *1ª edição B*, o primeiro caderno encontra-se também inumerado, mas não contém qualquer assinatura, sendo constituído por doze páginas: duas páginas de anterrosto (verso em branco), seguidas de outras duas de rosto (verso em branco), mais quatro páginas de Dedicatória (sendo a quarta em branco) e quatro páginas de Licenças (sendo a última em branco). Concluimos, assim, que o número superior de páginas que apresenta a *1ª edição B* nesse caderno é devido ao facto de se ter introduzido o texto das Licenças;

---

o nosso Regimento se deve só entender dos compositores de letras, mas fala também dos donos da oficina que concorrem e são os principais delinquentes nos tempos presentes e de todos os oficiais que trabalhavam na obra, porque se expressamente o não diz e se explica por impressores, o declaram assim os Doutores, e por esta causa o mesmo Manuel Álvares Solano se apresentou temendo o castigo que merece, tanto ele como os mais que concorriam para semelhantes impressões; porém ele Inquisidor, como julga inconveniente proceder por ora à prisão contra muitos, se não atreve a dar a este o castigo que merecia a sua culpa, pois deve ser igual com todos, e lhe parece que a repreensão e termo com a prisão que tem tido basta por ora e que o réu pague as custas». Pensamos que não foi instaurado nenhum processo contra o Doutor Manuel Álvares Solano do Valle. Pelo menos, todas as diligências que fizemos para o encontrar foram infrutíferas.

# DEDICATORIA

A O SENHOR

JOACHIM JOZE  
VERMUELE,

Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Fidalgo da  
Casa de Sua Magestade, Escrivão do Registo das  
Mercês, e da Chancelaria de Estado da Serenissi-  
ma Casa de Bragança, Juiz Commissario da Me-  
za da Consciencia, e Ordens, Administrador  
Geral dos Direitos da Alfandega desta Ci-  
dade, por Decreto de S. Magestade

D. JOZE O I.  
NOSSO SENHOR.



**O**FFERECIDA V. M. esta Obra  
intitulada Anatomico Jocosos,  
na certeza de que achará no seu patrocínio aquil-  
le mesmo asylo, que nunca costumão negar aos  
pro-

Página inicial de Dedicatória na considerada 1ª edição A.

# DEDICATORIA

A O SENHOR

JOACHIM JOZE  
VERMUELE,

Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Fidalgo da  
Casa de Sua Magestade, Escrivão do Registo das  
Mercês, e da Chancelaria de Estado da Serenissi-  
ma Casa de Bragança, Juiz Commissario da Me-  
za da Consciencia, e Ordens, Administrador  
geral dos Direitos da Alfandega de Lis-  
boa, por Decreto de S. Magestade.

D. JOZE O I.  
NOSSO SENHOR.



**O**FFERECIDA V. M. esta Obra  
intitulada Anatomico Jocosos,  
na certeza de que achará no seu patrocínio aquil-  
le mesmo asylo, que nunca costumão negar aos  
pro-

Início do texto da Dedicatória na designada 1ª edição B.

3º – Embora não haja diferenças assinaláveis ao nível do texto, é significativamente diferente a sua composição no primeiro caderno das consideradas 1ª edição A e 1ª edição B, como se pode verificar a título exemplificativo pelo cotejo da DEDICATORIA / AO SENHOR / JOACHIM JOZÉ / VERMUELE, ... O texto confere nas duas supostas edições, mas a composição é manifestamente diversa;

professores das letras os peitos generosos. Por esta razão não duvidey que as literarias fadigas, quando a ler nestes Volumes, apparecessem condecoradas com o nome de V. M.: nem os Autores, que engenhosa, e discretamente as escreverão, se boje vissem, buscariam outro Mecenas, a quem as dedicassem. Do acerto desta minha eleição resulta grande gloria as frias, e mudas cinzas, a que elles se achão reduzidos; pois V. M., amparando agora a sua fama, lhes augmenta, a pesar da morte, a veneração, e os cultos, que estavam quasi eclipsados entre as sombras da sepultura; aonde bia escondendo o tempo a sua illustre memoria. A erudita posteridade agradecerá a V. M. a generosidade, com que protege estes Escritos, para que se leão emendados, correctos, e restituídos á sua original inteireza, depois de andarem desfigurados em tão diversas copias, e fragmentos: e sem dúvida se perderião com o lapso dos annos, se V. M. não concorresse com a sua protecção para se immortalizarem na Republica das letras, preservando-os do esquecimento pelo beneficio da estampa. Eu tambem, quando os dedico a V. M., tenho a honra de que conheça o mundo que sey estimar os brilhantes predicados, que ennobrecem, e adornaõ a sua Pessoa, e que o fizerão benemerito de tantos empregos politicos. Mas como o descreve-los seria profaná-los, e avultaria mais que o Livro a Dedicatória; suspendo os voos da officiosa, mas não lisongeira penna, porque he mais elegante quando emmudece nas aras do respeito, e do silencio, do que quando escreve elogios, ainda que seja em laminas de bronze. Deos guarde a V. M. muitos annos.

Seu reverente, e obsequioso venerador

O Doutor Pantaleão de Efcarcia Ramos,

PRE

Páginas da Dedicatória da 1ª edição A.

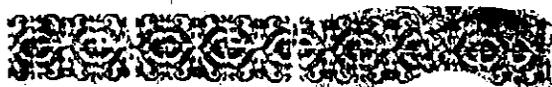
professores das letras os peitos generosos. Por esta razão não duvidey que as literarias fadigas, quando a ler nestes Volumes, apparecessem condecoradas com o nome de V. M.: nem os Autores, que engenhosa, e discretamente as escreverão, se boje vissem, buscariam outro Mecenas, a quem as dedicassem. Do acerto desta minha eleição resulta grande gloria as frias, e mudas cinzas, a que elles se achão reduzidos; pois V. M., amparando agora a sua fama, lhes augmenta, a pesar da morte, a veneração, e os cultos, que estavam quasi eclipsados entre as sombras da sepultura; aonde bia escondendo o tempo a sua illustre memoria. A erudita posteridade agradecerá a V. M. a generosidade, com que protege estes Escritos, para que se leão emendados, correctos, e restituídos á sua original inteireza, depois de andarem desfigurados em tão diversas copias, e fragmentos: e sem dúvida se perderião com o lapso dos annos, se V. M. não concorresse com a sua protecção para se immortalizarem na Republica das letras, preservando-os do esquecimento pelo beneficio da estampa. Eu tambem, quando os dedico a V. M., tenho a honra de que conheça o mundo que sey estimar os brilhantes predicados, que ennobrecem, e adornaõ a sua Pessoa, e que o fizerão benemerito de tantos empregos politicos. Mas como o descreve-los seria profaná-los, e avultaria mais que o Livro a Dedicatória; suspendo os voos da officiosa, mas não lisongeira penna, porque he mais elegante quando emmudece nas aras do respeito, e do silencio, do que quando escreve elogios, ainda que seja em laminas de bronze. Deos guarde a V. M. muitos annos.

Seu reverente, e obsequioso venerador

O Doutor Pantaleão de Efcarcia Ramos,

DO

4º – Desde o segundo caderno, onde se inicia o PROLOGO / AO LEYTOR (rubrica §), até à última página (pág. 226) há uma identidade total, neste primeiro tomo, entre as duas supostas edições. Importa notar que o índice é rigorosamente igual na 1ª edição A e na 1ª edição B.



# PROLOGO

A O L E Y T O R .

**C**urioso Leytor, chamo-te assim; porque sey, que se o não fosses não andarias a estas horas revolvendo-me as folhas; para conheceres as boas, ou mais intenções das minhas obras: as que te offereço posso-te legurar, que ha mais de meya duzia de annos que me fazem companhia, nas horas da tristeza. Avarento das suas graças, as trazia fechadas em duas gavetas velhas, donde sómente te sabiaõ para se sacudirem do pó, e me despetarem o rizo; sendo joyas, que até aos amigos escondia; recioso da pesca; lembrando-me, que muitas por lá acabaraõ as vidas, sem que lhe desvellem humas breves memorias, e outras, que á pura dilligencia ainda pode tornar a colher as mãos, já as achey tão desfiguradas, que apenas lhe encontrava huns linhas das primeiras formas; e por esta causa não fazia conta de lhe dar mandado

Tom. I.

§

dado



# PROLOGO

A O L E Y T O R .

**C**urioso Leytor, chamo-te assim; porque sey, que se o não fosses não andarias a estas horas revolvendo-me as folhas; para conheceres as boas, ou mais intenções das minhas obras: as que te offereço posso-te legurar, que ha mais de meya duzia de annos que me fazem companhia, nas horas da tristeza. Avarento das suas graças, as trazia fechadas em duas gavetas velhas, donde sómente te sabiaõ para se sacudirem do pó, e me despetarem o rizo; sendo joyas, que até aos amigos escondia; recioso da pesca; lembrando-me, que muitas por lá acabaraõ as vidas, sem que lhe desvellem humas breves memorias, e outras, que á pura dilligencia ainda pode tornar a colher as mãos, já as achey tão desfiguradas, que apenas lhe encontrava huns linhas das primeiras formas; e por esta causa não fazia conta de lhe dar mandado

Tom. I.

§

dado

A partir do «Prologo ao Leytor», as duas supostas edições são exactamente iguais.

Pelo que diz respeito ao tomo segundo, o estudo comparativo das duas pretendidas edições permite-nos afirmar que as divergências se registam unicamente nas quatro páginas iniciais: duas páginas de anterrosto (verso em branco), seguidas de outras duas de rosto (verso em branco). Importa notar que nos exemplares deste tomo, saídos legalmente dos pelos do Doutor Manuel Álvares Solano do Valle, no ano de 1753, não foram publicados os textos das Licenças, pelo que a modificação introduzida nestes exemplares, em relação à edição clandestina, se limita à substituição da meia-folha tipográfica (4 páginas) onde foi estampada a folha-de-rosto. Desde a dedicatória até à última página (pág. 294), há uma coincidência perfeita entre todos os cadernos que constituem este tomo, nas duas supostas edições.

DEDICATORIA  
A O. S. ENH. O. R.  
JOACHIM JOZE  
VERMUELE,

Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Fidalgo da  
Casa de S. Magest., Escrivão do Registo das Mer-  
cês, e da Chancelaria de Estado da Serenissima Ca-  
sa de Bragança, Juiz Comissario da Mesa da  
Consciencia, e Ordens, Administrador Ge-  
ral dos Direitos da Alfandega desta Cida-  
de, por Decreto de S. Magestade.

*In Libraria de L. A. de L. A. de L. A. de L. A.*  
D. JOZE O. I.  
NOSSO SENHOR.



FFEREC. O. A. V. M. esta Obra  
intitulada *Anatomico Jocosu*,  
na certeza de que acabará no seu patrosinio aquê-  
le mesmo asylo, que nunca costumão negar aos  
pro-

DEDICATORIA  
A O. S. ENH. O. R.  
JOACHIM JOZE  
VERMUELE,

Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Fidalgo da  
Casa de S. Magest., Escrivão do Registo das Mer-  
cês, e da Chancelaria de Estado da Serenissima Ca-  
sa de Bragança, Juiz Comissario da Mesa da  
Consciencia, e Ordens, Administrador Ge-  
ral dos Direitos da Alfandega desta Cida-  
de, por Decreto de S. Magestade.

D. JOZE O.  
NOSSO SENHOR.



FFEREC. O. A. V. M. esta Obra  
intitulada *Anatomico Jocosu*,  
na certeza de que acabará no seu patrosinio aquê-  
le mesmo asylo, que nunca costumão negar aos  
pro-

No tomo II, a partir da Dedicatória há uma identificação total entre as duas supostas edições.

Aliás, neste tomo, é particularmente significativa a proximidade gráfica entre a portada da suposta edição de Madrid (*1ª EDIÇÃO A*) e a produzida expressamente na oficina tipográfica do Doutor Álvares Solano do Valle, pelo que cremos ter sido utilizada a mesma fôrma para imprimir as duas folhas-de-rosto, tendo-se alterado, apenas, os elementos constantes do pé-de-imprensa. Para além de todos os outros elementos coincidentes (tais como caracteres tipográficos, mancha gráfica, divisão de texto por linha), note-se que o ornato tipográfico em fundo-de-lâmpada é rigorosamente igual nas duas portadas. Importa, também, salientar que a folha-de-rosto do tomo primeiro, da considerada *1ª EDIÇÃO B*, mantém exactamente as mesmas características das portadas do tomo segundo, o que nos permite supor que as três folhas-de-rosto terão provindo da mesma matriz, e que a sua impressão deve ter ocorrido em datas muito próximas.

Pelas razões expostas, somos levada a concluir que não existem duas edições do I e do II tomos do *Anatómico Jocosu*, publicadas nos anos de 1752 e 1753, pois as diferenças que

existem entre elas se reduzem ao primeiro caderno de cada tomo. Prevaleceram, neste caso, tal como no *Verdadeiro Método de Estudar* (embora, aqui, o percurso vá da legalidade à clandestinidade), as mesmas razões de ordem prática e económica que levaram o impressor a aproveitar uma edição já existente, publicada clandestinamente, por não terem sido obtidas, em tempo útil, as licenças necessárias, substituindo-se, apenas, em cada tomo, por motivos evidentes, os cadernos que continham as respectivas folhas-de-rosto.

### 5.2.2. *Arte de Furtar*

O problema da publicação e da autoria da *Arte de Furtar* tem feito correr muita tinta. Se quanto à atribuição da autoria as opiniões se dividem e não se chegou, ainda, a conclusões seguras (sendo, no entanto, hoje, mais ou menos pacífica a convicção de que o padre jesuíta Manuel da Costa é o seu autor),<sup>117</sup> as questões relacionadas com as diferentes edições clandestinas desta obra, publicadas no século XVIII, encontram-se praticamente esclarecidas, graças aos trabalhos de investigação levados a cabo por Ataíde e Melo e Roger Bismut.<sup>118</sup>

São conhecidas quatro edições clandestinas da *Arte de Furtar*, todas dadas como impressas em Amesterdão, cujas descrições bibliográficas passamos a apresentar, seguindo aquela que se provou ser a sua ordem de edição:

1ª – ARTE DE FURTAR, / ESPELHO DE ENGANOS, / THEATRO DE VERDADES, / MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS, / GAZÚA GERAL / *Dos Reynos de Portugal*. / OFFERECIDA A ELREY / NOSSO SENHOR / D. JOÃO IV. / PARA QUE A EMENDE. / Compo fta pelo / PADRE ANTONIO VIEYRA / *Zelozo da Patria*. / [Ornamento tipográfico] / AMSTERDAM, / NA OFFICINA ELVIZERIANA 1652.<sup>119</sup>

2ª – ARTE DE FURTAR, / ESPELHO DE ENGANOS, / THEATRO DE VERDADES, / MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS, / GAZUA GERAL / *Dos Reynos de Portugal*. / OFFERECIDA / A EL REY NOSSO SENHOR / D. JOÃO IV. / PARA QUE A EMENDE. / Composta no anno de 1652. / PELO PADRE / ANTONIO VIEYRA / *ZELOZO DA PATRIA*. / Correcta, e emendada de muitos erros; e a f fim / tambem a verá o curio fo leytor com as pa- / lavras, e regras, que por inadvertencia / faltaraõ na pa f fada impre f fãõ. / AMSTERDAM, / NA OFFICINA DE MARTINHO SCHAGEN / M.DCCXLIV.<sup>120</sup>

3ªA – ARTE DE FURTAR, / ESPELHO DE ENGANOS, / THEATRO DE VERDADES, / MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS, / GAZUA GERAL / *Dos Reynos de*

---

<sup>117</sup> A autoria da *Arte de Furtar* foi, até ao presente, atribuída, entre outros, ao Padre António Vieira, João Pinto Ribeiro, Tomé Pinheiro da Veiga, Duarte Ribeiro de Macedo, António da Silva e Sousa, D. Francisco Manuel de Melo, António de Sousa de Macedo e Padre Manuel da Costa. A tese da atribuição da autoria da *Arte de Furtar* ao Padre Manuel da Costa foi defendida, em 1940, pelo padre jesuíta Francisco Rodrigues, com base num documento manuscrito encontrado nos Arquivos Romanos da Companhia de Jesus, onde se identifica expressamente o Padre Manuel da Costa como o autor da obra mencionada. Mais tarde, outro jesuíta, o padre J. Pereira Gomes, retoma essa tese e publica vários estudos sobre o Padre Manuel da Costa. (Cf. REBELO, Luís de Sousa «Arte de Furtar» (s.v.). In COELHO, Jacinto do Prado, dir. *Dicionário de Literatura*. Porto, Figueirinhas, 3ª ed., 5 vols, 1984; vol. 1, p. 69; GOMES, J. Pereira. «O Autor da *Arte de Furtar*». *Brotéria*. Lisboa, vol. LXXV, nº 4. Out. 1962, pp. 320-324). A revelação da possível autoria do Padre Manuel da Costa fez acender a polémica, tendo-se destacado como principal opositor daquela tese Joaquim Ferreira, que defende que D. Francisco Manuel de Melo é o autor de *Arte de Furtar*. (Cf. FERREIRA, Joaquim. *Homens e Livros*. Porto, Porto Editora, s.d., o ensaio intitulado «A incógnita da *Arte de Furtar*», pp. 105-117).

<sup>118</sup> MELO, Ataíde e. «Arte de Furtar». *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa, 2ª série, Vol. III, nº 9, Jan-Mar., 1922, pp. 29-33. *Arte de Furtar*. Ed. crítica, introd. e notas de Roger Bismut. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.

<sup>119</sup> Existem na Biblioteca Nacional dois exemplares desta edição. Fazem parte do núcleo de Reservados e têm as cotas 4911P e 2877V (filme 233).

<sup>120</sup> B.N.L., cota Res. 1562P (filme 1317).

*Portugal. / OFFERECIDA / A ELREY NOSSO SENHOR / D. JOÃO IV. / PARA QUE A EMENDE. / Compo fta no anno de 1652. / PELO PADRE / ANTONIO VIEYRA / ZELOZO DA PATRIA. / Correcta, e emendada de muitos erros; e a f fim / tambem a verá o curiozo leytor com as pa- / lavras, e regras, que por inadvertencia / faltaraõ na pa f fada impre f fãõ. / AMSTERDAM, / NA OFFICINA DE MARTINHO SCHAGEN / M.DCCXLIV.<sup>121</sup>*

3<sup>a</sup>B – ARTE DE FURTAR, / ESPELHO DE ENGANOS, / THEATRO DE VERDADES, / MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS, / GAZUA GERAL / *Dos Reynos de Portugal. / OFFERECIDA / A ELREY NOSSO SENHOR / D. JOÃO IV. / PARA QUE A EMENDE. / Compo fta no anno de 1652 / PELO PADRE / ANTONIO VIEYRA / ZELOZO DA PATRIA. / Correcta, e emendada de muitos erros; e a f fim / tambem a verá o curio fo leytor com as pa- / lavras, e regras, que por inadvertencia / faltaraõ na pa f fada impre f fãõ. / AMSTERDAM, / NA OFFICINA DE MARTINHO SCHAGEN. / M.DCCXLIV.<sup>122</sup>*

---

<sup>121</sup> B.N.L., cota Res. 1563P (filme I318). Roger Bismut localizou um exemplar desta edição na Biblioteca Municipal do Porto (L. 1165), mas, segundo cremos, desconheceu a existência de outro na Biblioteca Nacional de Lisboa.

<sup>122</sup> B.N.L., cota P.547V.

ARTE DE FURTAR,  
ESPELHO DE ENGANOS,  
THEATRO DE VERDADES,  
MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS,

GAZUA GERAL

*Dos Reynos de Portugal.*

OFFERECIDA A ELREY

NOSSO SENHOR

**D. JOAÃO IV.**

PARA QUE A EMENDE.

Composta pelo

**PADRE ANTONIO VIEYRA**

*Zelozo da Patria.*

AMSTERDAM,  
NA OFFICINA ELVIZERIANA 1652.

ARTE DE FURTAR,  
ESPELHO DE ENGANOS,  
THEATRO DE VERDADES,  
MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS,

GAZUA GERAL

*Dos Reynos de Portugal.*

OFFERECIDA

A ELREY NOSSO SENHOR

**D. JOAÃO IV.**

PARA QUE A EMENDE.

Composta no anno de 1652.

PELO PADRE

**ANTONIO VIEYRA**

*ZELOZO DA PATRIA.*

Correcta, e emendada de muitos erros; e assim  
tambem a verá o curioso leytor com as pa-  
lavras, e regras, que por inadvertencia  
faltaraõ na passada impressão.

AMSTERDAM,

NA OFFICINA DE MARTINHO SCHAGEN

M. DCCXLIV.

ARTE DE FURTAR,  
ESPELHO DE ENGANOS,  
THEATRO DE VERDADES,  
MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS,

GAZUA GERAL

*Dos Reynos de Portugal.*

OFFERECIDA

A ELREY NOSSO SENHOR

**D. JOAÃO IV.**

PARA QUE A EMENDE.

Composta no anno de 1652.

PELO PADRE

**ANTONIO VIEYRA**

*ZELOZO DA PATRIA.*

Correcta, e emendada de muitos erros; e assim  
tambem a verá o curioso leytor com as pa-  
lavras, e regras, que por inadvertencia  
faltaraõ na passada impressão.

*Ex libris Congregationis Missionis Lisbon.*

AMSTERDAM,

NA OFFICINA DE MARTINHO SCHAGEN  
M. DCCXLIV.

ARTE DE FURTAR,  
ESPELHO DE ENGANOS,  
THEATRO DE VERDADES,  
MOSTRADOR DE HORAS MINGUADAS,

GAZUA GERAL

*Dos Reynos de Portugal.*

OFFERECIDA

A ELREY NOSSO SENHOR

**D. JOAÃO IV.**

PARA QUE A EMENDE.

Composta no anno de 1652.

PELO PADRE

**ANTONIO VIEYRA**

*ZELOZO DA PATRIA.*

Correcta, e emendada de muitos erros; e assim  
tambem a verá o curioso leytor com as pa-  
lavras, e regras, que por inadvertencia  
faltaraõ na passada impressão.

AMSTERDAM,

NA OFFICINA DE MARTINHO SCHAGEN.

M. DCCXLIV.

As investigações de Ataíde e Melo e Roger Bismut desenvolveram-se a partir do conhecimento do testemunho manuscrito, da autoria de João Baptista de Castro, inserto na *Advertencia*, que antecede o apógrafo eborense que contém a transcrição parcial da *Arte de Furtar*:

O original deste tratado manuscrito comprou João Bautista Lerzo, mercador de livros genovês, que morava defronte do Loreto, no espólio de um Desembargador. Como eu era seu amigo mo participou, e eu tive quase um ano em meu poder; tanto assim que compondo naquele tempo a minha *Hora de Recreio* me aproveitei de algumas histórias de tal tratado, que introduzi e se imprimiram no ano de 1742 na oficina de Miguel Manescal, muito antes que sáisse à luz a tal *Arte*, a qual se imprimiu subrepticiamente na oficina que o mesmo Lerzo tinha em sua casa, dizendo que era obra do Padre António Vieira. Depois que saiu a público fez um grande estrondo e se começou a duvidar do autor.<sup>123</sup>

Apoiados nesta informação e na análise das características materiais das diferentes espécies atrás descritas, aqueles investigadores puderam deslindar este quádruplo enigma bibliográfico, pelo que passamos a apresentar, em síntese, os pontos principais das suas conclusões:

1º – Pertencem à edição-*princeps* os exemplares que ostentam na portada as falsas indicações tipográficas «Amsterdam, na oficina Elvizeriana, 1652», pelos motivos seguintes:

- a) Trata-se da única edição que não apresenta no rosto a indicação de ser "correcta e emendada de muitos erros, e assim também a verá o curioso leitor com as palavras e regras que, por inadvertência, faltaram na passada impressão";
- b) A *fausse-adresse* escolhida (em que se estropia o nome da oficina, pela troca de uma sílaba) é reveladora da impossibilidade de a obra ter sido estampada na data assinalada no pé-de-imprensa, pois a verdadeira oficina Elzeviriana só entrou em actividade, em Amesterdão, no ano de 1655;
- c) O estabelecimento da data provável da sua impressão [1744?] só foi possível tendo em atenção duas informações complementares: uma, que se pode aceitar como *terminus a quo*, é dada por João Baptista de Castro na *Advertencia*, quando afirma expressamente:

[...] compondo naquele tempo a minha *Hora de Recreio* me aproveitei de algumas histórias de tal tratado, que introduzi e se imprimiram no ano de 1742 na oficina de Miguel Manescal, muito antes que sáisse à luz a tal *Arte*.<sup>124</sup>

A outra, mais precisa, inserta no *Mercúrio* de Lisboa, datado de 8 de Fevereiro de 1744, é o anúncio, em jeito de novidade editorial, da venda da *Arte de Furtar*:

Na casa de João Bautista Lerzo, defronte da Torre do Loreto, se vende um livro de quarto intitulado *Arte de Furtar*, composto pelo Padre António Vieira. Obra certa-

<sup>123</sup> MELO, Ataíde e. *Loc. cit.*, p. 30.

<sup>124</sup> MELO, Ataíde e. *Loc. cit.*, p. 30.

mente filha do seu engenho, a 1\$200 cada um em papel, com tanto gasto que cada dia se vendem muitos.<sup>125</sup>

Saliente-se, também, que a *Carta Apologetica, em que se mostra que não é autor do livro intitulado «Arte de Furtar» o insigne P. António Vieira da Companhia de Jesus: escrita por um zeloso da ilustre memoria deste grande escriptor*, da autoria de Francisco José Freire, foi publicada em 1744, pelo que esse ano constitui o *terminus ad quem* da publicação da edição original da *Arte de Furtar*,

- d) A confirmação da verdadeira data de impressão [cerca de 1744] e a certificação da implicação de João Baptista Lerzo na publicação desta suposta edição seiscentista é atestada por Ataíde e Melo através do estudo do papel e das suas filigranas, tendo aquele investigador chegado às seguintes conclusões:

Confrontando as marcas-de-água do papel desta edição (1652) com as outras edições desta obra, e bem assim com o papel da época, nomeadamente com as obras *De Manu Regia*, de G. Pereira de Castro, Lisboa, 1742, e *Carminum Libri III*, de Luís Caetano de Lima, Lisboa, 1743, ambas elas impressas por João Baptista Lerzo, vê-se, principalmente por esta última, que o papel é sensivelmente igual.<sup>126</sup>

2º – Os exemplares dados como impressos em «Amsterdam, na oficina de Martinho Schagen, 1744», constituídos por 508 páginas, pertencem à segunda edição e foram impressos, tal como os supostamente estampados na «Oficina Elvizeriana», pelo impressor genovês, radicado em Portugal, João Baptista Lerzo. Estas conclusões tornam-se aceitáveis pelo conhecimento dos seguintes dados:

- a) O testemunho deixado por Francisco José Freire em *Vieira Abreviado* facilitou a identificação do número de ordem desta edição, pois este autor, aludindo à *Arte de Furtar*, remete os leitores para a obra, nestes termos: "é lerem-se na *Arte* a págs. 88 da segunda edição ...". A remissão só faz sentido se se tiver presente um exemplar com as características tipográficas acima mencionadas;
- b) A análise comparativa entre exemplares desta edição e da suposta edição de 1652 permitiu verificar a sua quase total identidade, pois são precisamente iguais os caracteres e ornamentos tipográficos utilizados nas duas edições;
- c) As discrepâncias que se podem assinalar entre as duas edições são motivadas pelas correcções que o editor decidiu efectuar nos erros detectados na primeira edição. Assim, a paginação, que na edição original sofre um salto de numeração de 193 para 196, foi rectificadada nesta edição, pelo que a partir da página 193 o texto não confere nas duas edições, também foram impressas, nesta edição (p. 193), as

<sup>125</sup> MELO, Ataíde e. *Loc. cit.*, p. 30.

<sup>126</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 30.

duas últimas linhas do capítulo XXI, que, por gralha tipográfica, não constam da página 197 da 1ª edição, vendo-se o impressor na necessidade de apertar o espaço em branco do capítulo XXII;

(197)

CAPITULO XXII

*Profegue-se a mesma materia do Capitulo antecedente.*

**E** Sponja de dinheiro chamou hum prudente á guerra, e isso he o menos, que ella sorve, vidas, e fazendas, e honras são o seu pasto, em que como fogo se céva: e tudo se toléra pelo bem da paz, que com ella se pertende, e alcança; e quando não a pica a tyrannia do interelle. A boa guerra faz a boa paz: e porisso he mal necessario o da guerra. Como se pode fazer, já o disse no capitulo precedente: como se deve executar direy a gora, para que as unhas militares não desbaratem, e malogrem milhoens de ouro; que nella se empregão.

Traz a guerra consigo muitos perigos, trabalhos, e gastos; e porisso nenhum Principe a deve fazer, salvo quando as condiçoens da paz são mais prejudiciais a seu estado; e reputaçõ. Sendo necessario fazer-se, se considerar os danos, que della resultaõ, nunca se resolverá em a fazer; e não se resolvendo, accrescentará as forças ao inimigo, e debilitará as suas. E assim convem, que

(193)

para que se saiba até onde se pódem extender, e aonde he bem, que se encolhaõ,

\*\*\*\*\*

CAPITULO XXII.

*Profegue-se a mesma materia do capitulo antecedente.*

**E** Sponja de dinheiro chamou hum prudente á guerra, e isso he o menos, que ella sorve, vidas, fazendas, e honras são o seu pasto, em que como fogo se céva: e tudo se toléra pelo bem da paz, que com ella se pertende, e alcança; quando não a pica a tyrannia do interelle. A boa guerra faz a boa paz: e porisso he mal necessario o da guerra. Como se póde fazer, já o disse no capitulo precedente: como se deve executar direy agora, para que as unhas militares não desbaratem, e malogrem milhoens de ouro, q̄ nella se empregão.

Traz a guerra consigo muitos perigos, trabalhos, e gastos; e porisso nenhum Principe a deve fazer, salvo quando as condiçoens da paz são mais prejudiciais a seu Estado, e reputaçõ. Sendo necessario fazer-se, se considerar os danos, que della resultaõ, nunca se resolverá em a fazer; e não se resolvendo, accrescentará as forças ao inimigo, e debilitará as suas. E assim convem, que

N resol-

Na pág. 193 da 2ª edição de *Arte de Furtar*, o impressor introduziu as duas linhas finais do «Capítulo XXI», que, por lapso, não constam na edição original, tendo que efectuar novo arranjo gráfico.

d) Pelos motivos apresentados em b) e c), Ataíde e Melo atribui a responsabilidade tipográfica desta edição a João Baptista Lerzo e justifica, do seguinte modo, o procedimento do impressor:

Explica-se, em parte, o aparecimento desta edição, pela necessidade imediata, que o impressor teve, de acabar com a crítica feita ao facto de ter pretendido fazer passar por impressa em 1652 uma obra impressa em 1744, e ainda pela necessidade de corrigir alguns erros na primeira edição. Não é, pois, esta edição mais do que um arranjo da primeira.<sup>127</sup>

<sup>127</sup> MELO, Ataíde e. *Loc. cit.*, p. 31.

3º – As outras duas edições (3A e 3B), dadas como impressas em «Amsterdam, na oficina de Martinho Schagen, 1744», têm apenas 409 páginas. Havendo uma igualdade quase total entre as duas edições, fácil se torna verificar, pelo cotejo dos exemplares, que a composição é diversa, pois há diferenças de pormenor que o comprovam (acentuação, pontuação, pequenas divergências entre palavras), tornando-se, no entanto, impossível destrinçar a sua ordem de publicação. São evidentes as afinidades gráficas e tipológicas entre as portadas destas espécies e a da segunda edição de *Arte de Furtar*, embora sejam nitidamente menores os caracteres tipográficos utilizados na impressão do texto da terceira e da quarta edição, o que se repercute directamente no número inferior de páginas que estas edições apresentam (409 pp.) em relação à primeira e segunda edições (508 pp.).

Ataide e Melo pôde ainda verificar que o "tipo de impressão da terceira edição é igual a parte do que serviu para a impressão do *Tractatus de Manu Regia*, de Gabriel Pereira de Castro, executada em 1742, por João Baptista Lerzo",<sup>128</sup> e que o papel é muito semelhante ao utilizado por aquele impressor em obras saídas legalmente da sua oficina, à volta de 1744, pelo que se sentiu autorizado a concluir que aquelas edições clandestinas saíram também dos prelos de João Baptista Lerzo. Sem apresentar qualquer justificação, Ataide e Melo inclina-se para a possibilidade de estas espécies terem sido impressas "em data um pouco posterior à indicada",<sup>129</sup> para corresponder às solicitações do mercado.

Até agora não era conhecida outra referência documental à implicação de João Baptista Lerzo na edição clandestina de *Arte de Furtar*, senão a contida na *Advertencia*, da autoria de João Baptista de Castro, que antecede a cópia parcial apócrifa da *Arte de Furtar*. Tivemos a sorte de ver confirmada a informação de João Baptista de Castro sobre a participação de João Baptista Lerzo na impressão fraudulenta de *Arte de Furtar*: foi revelada na confissão do impressor José da Silva da Natividade, perante o tribunal da Inquisição de Lisboa, no dia 16 de Março de 1744, sendo do seguinte teor as suas declarações:

[...] e também lhe disse o mesmo estudante [Manuel Ferreira Leonardo] que é curioso e tem entrada em casa de muitos impressores desta Corte, que na mesma oficina de Lerzo se imprimira sem licenças um livro, que se intitula *Arte de Furtar*, e o mesmo lhe disse também o impressor Bernardo Fernandes, e eles poderão declarar as razões que têm de o saberem e que isto é o que tem que declarar à pergunta que se lhe fez.<sup>130</sup>

Se articularmos a data em que o depoimento foi prestado perante a Inquisição (16.03.1744) com a data em que surgiu, pela primeira vez, no *Mercúrio* de Lisboa o anúncio da venda daquela obra (08.02.1744), parece-nos lícito inferir que estas declarações se relacionam com a edição-*princeps* da *Arte de Furtar*. Acresce que na denúncia de José da Silva da Natividade se alude expressamente à impressão da obra e não à sua reimpressão. Nestes termos, tudo converge para que se aceite como data real da edição original da *Arte de Furtar* o ano de 1744.

<sup>128</sup> MELO, Ataide e. *Loc. cit.*, p. 31.

<sup>129</sup> IDEM. *Loc. cit.*, p. 31.

<sup>130</sup> A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 2630. Sobre Manuel Ferreira Leonardo, apresentámos alguns dados no capítulo 2, pág. 94.

mos, tudo converge para que se aceite como data real da edição original da *Arte de Furtar* o ano de 1744.

É incontestável que a Inquisição estava ciente de toda a situação desde o seu início, mas não sabemos se tomou qualquer iniciativa contra o impressor. No núcleo documental da Inquisição, localizámos apenas uma denúncia feita pelo padre António de Paiva contra o impressor por este possuir livros proibidos na sua loja,<sup>131</sup> mas desconhecemos o modo como o tribunal actuou perante aquela informação.

---

<sup>131</sup> A denúncia é feita nos seguintes termos: «Eu o padre António de Paiva, ecónomo na Igreja de Santa Maria Madalena desta cidade, por descargo da minha consciência, certifico que em poder de João Baptista Lerzo, mercador de livros defronte da porta travessa do Loreto, se acham quatro tomos de *Viagens de Itália*, em francês, os quais eu, (pela amizade e conhecimento que com ele tenho) trouxe para a minha casa para com a sua história me utilizar e divertir com licença do dito João Baptista Lerzo, e sem receio de que neles houvesse doutrina contra a nossa Santa Fé Católica Romana; mas começando eu a ler os ditos livros lhes achei tantas irrisões, escarneos, e bastante blasfémias de seu autor (que conheci ser Protestante) onde se lhe oferecia falar de Imagem de Cristo, Nossa Senhora e dos Santos, Relíquias e do Sumo Pontífice, que (suposto andarem estes livros nomeados no *Catalogus Librorum*, que o dito João Baptista Lerzo fez imprimir na impressão da Congregação do Oratório, *cum facultate Superiorum*) me aconselhei com certa pessoa douta e eclesiástica sobre o que devia fazer; e aconselhando-me que apontasse os lugares em que deviam ser expurgados e que os denunciasses a este Santo Tribunal, deixando-se-me ao meu alvedrio ou entregá-los nesta Mesa, ou a seu mesmo dono, a este os entreguei, avisando-o da obrigação que tinha de os manifestar com sinais nos lugares que merecem ser riscados, o que tudo protesto e juro *in verbo sacerdotis* ser verdade. O Padre António de Paiva». A.N.T.T., Inquisição de Lisboa, processo nº 15729.

## **6. CONCLUSÕES**

O nosso trabalho, consagrado ao estudo de livros clandestinos e contrafacções que se imprimiram em Portugal no século XVIII, não pretende ser senão uma primeira aproximação ao mundo inexplorado da clandestinidade editorial. Se a História do livro lícito é cada vez menos, graças aos trabalhos de investigação que se têm produzido nas últimas décadas, *terra incognita*, a célebre expressão de Lucien Febvre mantém toda a actualidade quando aplicada à História do livro clandestino.

Conscientes dessa realidade e das dificuldades inerentes a uma viagem exploratória, deixámo-nos seduzir pelo gosto do desconhecido e do novo. Partimos, praticamente, do zero, e nunca pensámos que fosse tão rico o filão que nos propúnhamos explorar. Fomos surpreendida por uma multiplicidade de casos de fraude editorial que vieram ao nosso encontro, mas sentimos que estamos longe de poder esboçar, com rigor, uma visão sistemática do problema. Aliás, a importância quantitativa do fenómeno é difícil de apreender de forma global, e esse facto impedirá sempre a apresentação de conclusões definitivas.

Esta primeira travessia pelos domínios da clandestinidade, que não dispensa um conhecimento da actividade editorial legal no nosso País e impõe o contacto com a realidade europeia, permite-nos, no entanto, enunciar algumas linhas-de-força que caracterizam o fenómeno da ilegalidade editorial. Cremos, assim, poder afirmar que:

1º – O livro, na sua dupla condição de *marchandise* e de *ferment*, condiciona as motivações dos impressores e livreiros, assim como dos autores e leitores, face à publicação e circulação de uma obra produzida de forma ilegal. Se os primeiros, sujeitos às leis do mercado, se movimentam por motivos de natureza económica, vendo no lucro que o negócio proporciona a compensação para os riscos corridos, os autores e os leitores movem-se por razões de natureza ideológica.

2º – Uma diferença fundamental distingue as contrafacções dos livros proibidos e clandestinos: o seu conteúdo. A natureza anódina da maior parte das edições-piratas contrasta com o carácter contestatário dos livros proibidos e clandestinos, que têm como objectivo a subversão de todas as ortodoxias: religiosas, políticas, filosóficas e sociais.

3º – Não raramente, edições impressas de forma clandestina foram utilizadas em polémicas religiosas, políticas e sociais com objectivos simultaneamente provocatórios e lúdicos. O carácter clandestino da sua publicação salvaguardava, aos olhos da Opinião Pública, o estatuto social dos intervenientes, os quais conheciam, em pormenor, as circunstâncias e locais onde eram impressos os libelos.

4º – As contrafacções, que se multiplicaram, em boa-parte, devido à imperfeição da regulamentação existente, eram altamente compensadoras para os impressores: os custos de

produção e as exigências de qualidade eram menores, e o êxito de vendas estava, de antemão, garantido. Podemos, assim, aceitar o êxito comercial como sinónimo de contrafacção e medirmos o sucesso literário de uma obra em função do número de contrafacções de que foi objecto.

5º – O impressor-falsificador tinha, na maioria dos casos, o cuidado de reproduzir quase fotograficamente a edição-legal, levando a sua ousadia ao extremo de manter o pé-de-imprensa do verdadeiro impressor, o que dificulta a identificação das edições contrafeitas. Os pormenores assumem especial importância e a verificação de discrepâncias mínimas nos sinais diacríticos, na pontuação ou na composição do texto, entre exemplares supostamente pertencentes à mesma edição, pode conduzir à detecção de situações de fraude. O trabalho encontra-se dificultado, pois na maioria dos catálogos bibliográficos a descrição das espécies é feita com pouco rigor e não se acautelam aspectos de pormenor fundamentais para uma investigação deste tipo.

6º – Confrontando a posição do editor crítico de textos com a do historiador do livro, verificamos que a este interessam fundamentalmente as questões relacionadas com a produção e circulação do livro, quer se trate de textos legais quer de textos clandestinos. O editor crítico procura restabelecer a originalidade de um texto; o historiador do livro procura reconstituir o perfil cultural e mercadológico de um produto. No plano cultural, o carácter ilegal de qualquer contrafacção é anulado pela contribuição dada à expansão da obra. O autor, lesado nos seus direitos, é compensado dos prejuízos pelo serviço prestado por essas edições à difusão da sua obra.

7º – Os livros proibidos e clandestinos constituem um *corpus* que requer um tratamento especial, pois a sua publicação e comercialização envolve alto risco. Este facto, associado a uma forte procura – estimulada, em parte, pela repressão a que as obras foram sujeitas –, repercute-se directamente nos preços elevados que os livros atingem. Impressores e livreiros, que fazem circular de forma subterrânea estes maus livros, encontram nos benefícios económicos assim obtidos a motivação e a recompensa dos perigos a que se expõem.

8º – O silêncio e o segredo aparecem como condições necessárias ao êxito de qualquer actividade clandestina, pelo que seria natural que os autores e impressores tudo fizessem para omitir a sua identidade. Se os primeiros recorreram ao anonimato, ao pseudónimo ou ao anagrama, os impressores ou não mencionam, também, a sua identificação, ou fazem uso de *fausses-adresses*. Importa salientar que, ao servirem-se do nome verdadeiro de um impressor ou de uma oficina, modificam-no ligeiramente, sendo impossível, por ora, determinar se o fazem de forma deliberada ou a título fortuito.

9 – Em termos bibliográficos, estas edições, se bem que impressas de forma clandestina, nascem de um acordo firmado entre o autor (ou seu representante) e o impressor, e

correspondem, na maioria dos casos, a primeiras edições. A sua legitimidade não pode ser posta em causa, e o editor crítico de textos terá de tomar em consideração o seu carácter original ao pretender fixar o texto ideal.

10 – Os trabalhos de investigação neste domínio requerem uma metodologia muito própria, pois o investigador, dada a especificidade da área em que se movimenta, debate-se com a ausência quase total de documentos escritos para comprovar as suas hipóteses. Esta lacuna pode ser superada pela análise minuciosa das características materiais das espécies: de facto, essa análise oferece elementos de prova suficientes para se proceder ao reconhecimento das edições-falsas e à identificação do impressor-falsificador. De acordo com a linha metodológica seguida, privilegiámos o estudo comparativo dos caracteres tipográficos e dos elementos iconográficos utilizados e, sem esquecer que esse material mudava frequentemente de mãos – quer por venda quer por simples empréstimo –, concluímos que vinhetas, ornamentos, pequenos elementos decorativos, gravuras e capitulares podem ser elevados, por vezes, à categoria de marcas-de-impressores. O campo é imenso e a pesquisa lenta e demorada, mas o conhecimento estabelecido pelas provas acumuladas é rigoroso e seguro.

## **7. BIBLIOGRAFIA**

## 7.1. FONTES MANUSCRITAS

### 7.1.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Chancelaria de D. João V.* Livro 69, fol. 130 v: «provisão da dispensa para que Miguel Rodrigues possa ir à Casa dos Vinte e Quatro» (18 de Dezembro de 1726).
- Ibidem.* Livro 71, fol. 241 v: nomeação de Miguel Rodrigues como livreiro do Conselho Ultramarino (24 de Setembro de 1727).
- Conselho Geral do Santo Ofício.* Maço 41, doc. 7: «Memória das oficinas de prelo de Lisboa em Janeiro de 1767».
- Ibidem.* Maço 41, doc. 22: obras apresentadas para censura, entre as quais se encontra Thérèse Philosophe.
- Ibidem.* Maço 41, doc. 2: requerimento do livreiro Antonio Balle para a impressão da obra *Rediculas simplicidades de Bertoldinho*, e parecer favorável dos qualificadores (7 de Outubro de 1796).
- Ibidem.* Livro 435, fols. 307-309: lista do Auto-de-Fé de 18 de Junho de 1741.
- Ibidem. Habilitações,* maço 8, diligência 145: habilitação de Miguel Rodrigues a familiar do Santo Ofício.
- Ibidem. Habilitações,* maço 61, diligência 1174: habilitação de Francisco Gonçalves Marques a familiar do Sto. Ofício.
- Inquisição de Lisboa.* Livro 111 (1721-1730), fol. 221 v: nomeação e termo de juramento de Miguel Rodrigues como familiar do Santo Ofício (23 de Abril de 1728).
- Ibidem.* Livro 111 (1721-1730), fol. 369: nomeação e termo de juramento do Padre Manuel Gonçalves Pereira, irmão da terceira mulher de Miguel Rodrigues Pereira, como familiar do Santo Ofício.
- Ibidem.* Promotor, caderno 92 (Livro 285), fol. 44: acusação do Padre José Ferreira contra Miguel Rodrigues por este ter à venda na sua loja o *Testamento Novo*, em francês, livro proibida pelo *Índice*.
- Ibidem.* Maço 30, doc. 5: «Informação que se tirou sobre Cristovam de Burgos, livreiro, morador em Évora» (21 de Outubro de 1581).
- Ibidem.* Livro 7 (1563-1750): lista do Auto-de-Fé de 18 de Junho de 1741.
- Ibidem.* Processo 523: «Processo de Manuel Soares Vivas, compositor na imprensa que se acha no Convento de São Bento de Xabregas» (4 de Abril de 1753).
- Ibidem.* Processo 1871: processo de Estevão dos Reis, tirador de imprensa, natural do bispado de Barbacena, reino de França, e morador em Lisboa (28 de Julho de 1677).
- Ibidem.* Processo 2630: processo de José da Silva da Natividade, impressor (1ª apresentação em 16 de Março de 1744 e 2ª apresentação em 25 de Abril de 1750).
- Ibidem.* Processo 2635: processo de Elias Duarte, compositor de letras na oficina de Manuel Álvares Solano (7 de Maio de 1753).
- Ibidem.* Processo 2638: sumário contra o Padre Doutor Manuel de Santa Marta Teixeira, cónego secular de São João Evangelista e qualificador do Santo Ofício.
- Ibidem.* Processo 2753: processo de Gonçalo da Silva, componedor da imprensa de João da Costa (5 de Maio de 1677).

- Ibidem*. Processo 5072: processo de Inácio Rodrigues, impressor (27 de Março de 1753).
- Ibidem*. Processo 9108: processo de João Carvalho Rosa, impressor (21 de Agosto de 1741).
- Ibidem*. Processo 11.236: processo de Manuel da Silva, impressor (8 de Março de 1753).
- Ibidem*. Processo 11.728: processo de Francisco Gonçalves Marques, livreiro e familiar do Santo Ofício (24 de Fevereiro de 1756).
- Ibidem*. Processo 11.828: «Sumário porque consta que da Alfândega da cidade de Lisboa se extraíram quatro fardos de livros para o convento de São Vicente, sem ordem do Sto. Ofício» (3 de Julho de 1750).
- Ibidem*. Processo 13.912: denúncia do comissário António Ferreira de Sá Sarmiento aos Inquisidores acusando o Padre Frei Afonso da Conceição, trinitário descalço do hospício da cidade de Miranda, de ser sigilista (6 de Fevereiro de 1752).
- Ibidem*. Processo 14.630: «Pergunta-se se os confessores que persuadem aos penitentes a que revelem os cúmplices e lhes deem licença para os denunciar ao Prelado, para o fim de particularmente os corrigir, negando a absolvição aos que os repugnam revelar e afirmando que isto é lícito e do geral agrado e serviço de Deus, se devam denunciar ao Santo Tribunal e sejam sujeitos ao foro dele».
- Ibidem*. Processo 15.729: denúncia feita pelo padre António de Paiva contra o mercador de livros João Baptista Lerzo, por este ter na sua loja livros proibidos (sem data).
- Inquisição de Évora*. Livro 210, fols. 247-257: processo de Manuel Carvalho, livreiro e impressor (15 de Março de 1630).
- Manuscritos da Livraria*, nº 1690: *Apologia da Pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação pela qual prohibio aos Christãos da sua Dioceze a lição dos Livros nella expressados contra a Consulta que se denominou Sentença da Real Mesa Censoria do dia 23 de Dezembro de 1768*.
- Série Preta*, 3418<sup>11</sup>C.F. *Certamen Certaminis em obsequio de não sey quem impresso não sey onde. Na officina Ninguemziana. No Anno de tantos com as licenças todas*.
- Real Mesa Censória*. Caixa 185 (antigo maço 671): por provisão do régio tribunal da Real Mesa Censória, foi publicado em 16 de Agosto de 1770, em São Luís do Maranhão, um cdital que, entre outras obras, mandava recolher a oração intitulada *Copia de huma Revelação que foi feita a Santa Isabel e a Santa Brízida*.
- Casa Real* (Documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças). Caixa 309 (1745-1810): relatório sobre a visita efectuada pelo Doutor Frei João de Azevedo ao convento de Palmela, de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, e medidas propostas face ao incumprimento dos estatutos e definições da Ordem (14 de Setembro de 1748).
- Registos Paroquiais*. Lisboa, Santa Catarina do Monte Sinai. Baptismos, livro 7 (1686-1701), fol. 174: registo do baptismo de Maria de Jesus, primeira mulher de Miguel Rodrigues (9 de Abril de 1699).
- Ibidem*. Lisboa, Mercês. Casamento, livro 2 (1697-1761), fol. 92: registo do casamento de Miguel Rodrigues com Maria de Jesus (2 de Fevereiro).
- Ibidem*. Lisboa, Santa Isabel. Óbitos, livro 4 (1766-1780), fol. 294. Registo do óbito de Miguel Rodrigues (16 de Julho de 1775).
- Ibidem*. Lisboa, Santa Isabel. Óbitos, livro 4 (1766-1780), fol. 363. Registo do óbito de Antónia Maria, terceira mulher de Miguel Rodrigues (25 de Novembro de 1775).

### **7.1.2. Arquivo Histórico Ultramarino**

*Conselho Ultramarino.* Maço 503: requerimento de Miguel Rodrigues para ser nomeado livreiro do Conselho Ultramarino, e parecer favorável daquele conselho (20 de Setembro de 1727).

*Ibidem.* Maço 503: «Lembrança das Leis e mais papéis que foram para a Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos como consta dos avisos juntos», enviada por Miguel Rodrigues ao Conselho Ultramarino. Ordem de pagamento e recibo assinado pelo livreiro (14 de Abril de 1760).

### **7.1.3. Arquivo da Câmara Eclesiástica de Lamego**

*Registos Paroquiais.* Lamego, São Martinho de Cambres. Baptismos, livro 1: registo do baptismo de Maria, irmã de Miguel Rodrigues (28 de Novembro de 1677).

*Ibidem.* Lamego, São Martinho de Cambres. Baptismos, livro 1: registo do baptismo de Mariana, irmã de Miguel Rodrigues (25 de Setembro de 1686).

### **7.1.4. Biblioteca Nacional de Lisboa**

*Fundo Geral.* Cod. 8575: *Passatempo, ou Divertimento Serio de Curiosos: Com obras singulares, & escolhidas de varios Engenhos discretos, & poéticos, Que em seos escriptos luzirão, & luzem neste tepo, A este volume jutas pello R. P. Francisco da Costa, Sousa, & Sales, Beneficiado em S. Mamede: Na Officina do disvèlo, & bem a custa do seu trabalho. Em Lisboa.*

### **7.1.5. Biblioteca da Ajuda**

55-III-42: manuscrito de 116 fls., incluído numa miscelânea de impressos, escritos em 1746, por um teólogo jacobeu ou pró-jacobeu, e praticamete igual ao folheto intitulado *Fundamentos que certas pessoas doutas, sendo perguntadas, ofereceram aos senhores arcebispos e bispos de Portugal em defesa da sua jurisdição ordinária ...*, dado como impresso em Madrid, na oficina dos herdeiros de Francisco del Hierro, em 1746.

### **7.1.6. Biblioteca Pública Municipal do Porto**

Cód. 535, nº 12, fols. 100-102: «Carta que o Cardeal Patriarca escreveu ao P.º José Moreira, para pôr na presença de sua Magestade, o que nela refere, sobre o Marquês de Gouvêa mandar prender o seu impressor» (30 de Junho de 1750).

### 7.1.7. *Colecção Particular*

Cotas [autógrafas?] feitas à *Carta Censória* pelo Arcebispo Bispo do Algarve, D. Inácio de Santa Teresa.

### 7.1.8. *Real Academia Española, Madrid*

*Actas*. Livro 2, fol. 109 v: decisão de propor a Francisco del Hierro, com oficina no «Barrio de la Puerta Cerrada», a impressão do *Diccionario de Autoridades* (8 de Junho de 1724).

*Ibidem*. Livro 2, fol. 113 e 113 v: cláusula do contrato firmado entre Francisco del Hierro e a Real Academia Española para imprimir o *Diccionario de Autoridades* (26 de Junho de 1724).

## 7.2. FONTES IMPRESSAS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS. *Bibliografia Geral Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 3 vols., 1941-1983.

AGUILAR PIÑAL, Francisco. *Bibliografia de Autores Españoles del Siglo XVIII*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 7 vols., 1981-1993 (até à letra T).

IDEM. *Bibliografia de Estudios sobre Carlos III y su Epoca*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1988.

IDEM. *Impresos Sevillanos del Siglo XVIII. Adiciones a la Tipografia Hispalense*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974.

ALFARO, José. *O Jogo das Cartas. O Lúdico numa Antologia Epistolar Barroca*. Lisboa, Quimera, 1994.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Coimbra, Imprensa Académica, 4 vols., 1910-1922.

ANDRADE, António Alberto de. «Bibliografia da Polémica Verneiana». *Brotéria*. Lisboa, vol. XLIX (Ago. - Set. 1949), pp. 210-232.

IDEM. «Edições Clandestinas do Verdadeiro Método de Estudar e folhetos da polémica». *Filosofia*. Lisboa, Ano VIII, nº 30 (2º trim. de 1961), pp. 132-141.

IDEM. *Vernei e a Cultura do seu Tempo*. Coimbra, Acta Vniversitatis Conimbrigensis, 1965.

ANNINGER, Anne. «Un Oiseau Rare: le *Compromisso* de 1516 de Hermão de Campos». In *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, vol. 3, N.ºs 1-2 (Jan. - Dez. 1983), pp. 205-213.

ANSELMO, António Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Fac-simile da edição de 1926. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2ª ed., 1977.

- ANSELMO, Artur. *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981. (Ed. francesa: *Les origines de l'imprimerie au Portugal*. Paris, Ecole Pratique de Hautes Etudes, 1983.)
- IDEM. *Camões e a Censura Literária Inquisitorial*. Braga, Barbosa e Xavier, 1982.
- IDEM. *História da Edição em Portugal*. Porto, Lello e Irmão, 1991.
- Arte de Furtar*. Ed. crítica, int. e notas de Roger Bismut. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- BARBIER, Antoine Alexandre. *Dictionnaire des ouvrages anonymes et pseudonymes*. Paris, Barrois Ainé, 4 vols., 1822.
- Bibliografia de alguns livros raros e curiosos à venda na Livraria de Manoel dos Santos*. Lisboa, 12 fasc., 1914-1917.
- Bibliografia dos livros pouco vulgares, raros e raríssimos, que fizeram parte da biblioteca do Mosteiro de Palme, pertença de D. António Bernardo da Fonseca Moniz, bispo do Porto*. Lisboa, Tip. de Adolpho Mendonça, 1915.
- BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Catálogo da Biblioteca do Real Colégio de São Pedro de Coimbra*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 2 vols., 1977-1978.
- IDEM. *Catálogo da Coleção de Miscelâneas*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 9 t., 1967-1988.
- IDEM. *Catálogo dos reservados*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1970.
- BONNANT, Georges. «L'imprimerie à Genève du XV<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> siècle et le commerce des libraires genevois avec le Portugal». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, Atlântida, Ano II, nº 5 (Jan. - Mar. 1956), pp. 1-16.
- BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 4 vols., 1984.
- IDEM. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa, Academia das Ciências, 4 t., 1892-1902.
- BROCHADO, José da Cunha. *Memórias*. Coimbra, França Amado, 1909.
- BRUNET, Gustave. *Imprimeurs imaginaires et libraires supposés*. Paris, Librairie Tross, 1866.
- CANAVARRO, Pedro, et alii. *Imprensa Nacional. Actividade de uma Casa Impressora. Vol. I, 1768-1800*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.
- CARTER, John. *A B C for book-collectors*. Londres, Rubert Hart-Davis, 1952.
- CARVALHO, Augusto da Silva. *Memórias das Caldas da Rainha (1484-1884)*. Lisboa, Ferin, 1932.
- CARVALHO, Joaquim Martins de. *Apointamentos para a História Contemporânea*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868.
- CARVALHO, José Branquinho de. *A Vida Atribulada do Bispo D. Miguel da Anunciação (1703-1799). Três manuscritos da Biblioteca Municipal de Coimbra*. Coimbra, Biblioteca Municipal, 1955.
- Catálogo da biblioteca que pertenceu ao falecido Conselheiro Dr. Jaime Moniz*. Lisboa, Augusto Sá da Costa, 1922.
- Catálogo da importante biblioteca que pertenceu ao falecido escritor e musicógrafo erudito e bibliófilo ilustre Manuel de Carvalhaes*. Lisboa, Augusto Sá da Costa, 1928.

- Catálogo da importante e preciosíssima Livraria que pertenceu aos notáveis escritores e bibliófilos Condes de Azevedo e Samodães.* Int. de Anselmo Braamcamp Freire. Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 2 vols., 1921-1922.
- Catálogo da importante e magnífica biblioteca do distinto bibliófilo que foi o Dr. João Rodrigues Mathias Serra.* Porto, Soares e Mendonça, 4 tomos, 1961.
- Catálogo da importante e valiosa biblioteca que foi do ilustre jornalista Dr. Geraldo Soares.* Lisboa, Sociedade de Leilões Afrafilhos, 1968.
- Catálogo da importante livraria que pertenceu aos falecidos Jornalista Martins de Carvalho e General Francisco Augusto Martins de Carvalho.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.
- Catálogo da importantíssima biblioteca que pertenceu ao muito ilustre Conde da Folgosa.* Pref. do Visconde da Trindade. Lisboa, Arnaldo Henriques de Oliveira (cat. 241), 1962.
- Catálogo da importantíssima e valiosa biblioteca Souza da Câmara.* Pref. de Jorge Peixoto. Lisboa, Arnaldo Henriques de Oliveira (cat. 266), 1966.
- Catálogo da livraria do falecido Adelino António das Neves e Mello.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.
- Catálogo da livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo.* Lisboa, Fundação Oriente, 1994.
- Catálogo da livraria do Dr. Casimiro Simão da Cunha legada à Misericórdia de Lisboa (em 1914).* Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1916.
- Catálogo da magnífica e curiosa livraria que pertenceu ao ilustre bibliófilo conimbricense Candido Augusto Nazareth.* Lisboa, Arnaldo Henriques de Oliveira (cat. 144-147), 1949.
- Catálogo da magnífica e curiosa livraria que pertenceu ao muito ilustrado director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional de Lisboa Pedro de Azevedo.* Pref. de António Baião. Porto, Tipografia da Sociedade de Papelaria, 1929.
- Catálogo da notável biblioteca que pertenceu ao distinto engenheiro agrónomo M. Kol de Alvarenga.* Porto, Soares e Mendonça, 3 vols., 1968-1970.
- Catálogo da notável e preciosa livraria que foi do ilustre bibliófilo conimbricense Conde do Ameal (João Correia de Campos).* Int. de Gustavo de Matos Sequeira. Porto, Tip. Sociedade de Papelaria, 1924.
- Catálogo da preciosa e riquíssima livraria que foi do distinto bibliófilo Dr. Luiz Monteverde da Cunha Lobo.* Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1912.
- Catálogo da preciosíssima biblioteca que pertenceu ao Conselheiro Dr. José Tavares de Macedo.* Lisboa, Livraria Manuel dos Santos, 1935.
- Catálogo da riquíssima biblioteca Victor M. d'Ávila Perez.* Lisboa, Arnaldo Henriques de Oliveira (cat. 75-80), 6 vols., 1939-40.
- Catálogo de duas importantes livrarias que pertenceram aos Ex.<sup>mos</sup> Snrs Dr. Jacome Barbosa da Gama Amorim e Dr. Joaquim de Arújo Zuzarte.* Lisboa, Simões, Marques e Santos, 1925.
- Catálogo de livros raros e curiosos dos séculos XV a XX impressos e manuscritos, em diversas línguas à venda na Livraria Lusitana.* Lisboa, 2 vols., 1937-1938.
- Catálogo de Livros Seleccionados.* Pref. do Visconde da Trindade. Lisboa, Mundo do Livro, nº 2, 1952.

- Catálogo de uma boa e vasta biblioteca particular de que constam livros portugueses e estrangeiros, impressos a partir do século XVI.* [Trata-se da biblioteca de Salema Garção.] Porto, Soares e Mendonça, 3 vols., 1980-1984.
- Catálogo de uma importantíssima colecção de livros constituída pelo grandioso fundo alfarrabístico que foi da antiga Livraria Bertrand e pelas notáveis bibliothecas dos falecidos escritores José Ignácio Silveira da Motta e António Feliciano Marques Pereira.* Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1918.
- Catálogo dos livros clássicos e raros que compõem a Bibliotheca de António Moreira Cabral.* Porto, Tipografia Peninsular, 2 t., 1908-1909.
- Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha.* Lisboa, Libânio da Silva, 4 vols., 1896.
- CIDADE, Hernâni. *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa.* Coimbra, Coimbra Editora, 6ª ed., 2 vols., 1975.
- Collecção das Leys Promulgadas e Sentenças proferidas nos casos da Infame Pastoral do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação: das seitas dos Jacobeos e Sigilistas, que por ocasião dela se descobriram neste Reino de Portugal: e de alguns editaes concernentes às mesmas materias.* Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1769.
- CORELLA, Jaime de. *Prática de Confessionário e explicação das proposições condenadas pela Santidade de Inocencio XI e Alexandre XVII.* Trad. de Domingos Rodrigues Faya. Coimbra, António Simões Ferreira, 1744.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida. *História do Direito Português.* Coimbra, Almedina, 1989.
- CRUZ, Manuel António Braga da. «Palito Métrico e Macarronea Latino Portuguesa». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa.* Coimbra, Atlântida, nº 33-36 (1963), pp. 1-7.
- CUNHA, Alfredo da. *A Santa Casa da Misericórdia do Fundão.* Porto, Oficinas do Comércio do Porto, 1925.
- CUNHA, Xavier da. *Impressões Deslandesianas.* Lisboa, Imprensa Nacional, 2 t., 1897.
- DARNTON, Robert. *Édition et sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIII siècle.* Paris, Gallimard, 1991.
- IDEM. *Gens de lettres, gens du livre.* Trad. de Marie Alyx Revellat. Paris, Odile Jacob, 1992.
- Descrição bibliográfica da biblioteca que pertenceu ao ilustre bibliófilo Dr. Luís Xavier Barbosa.* Pref. do Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima. Lisboa, Antiga Livraria Manoel dos Santos, 1944.
- DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII.* Fac-simile da ed. de 1888. Int. de Artur Anselmo. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.
- DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a Cultura Europeia (Sécs. XVI e XVIII).* Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953.
- IDEM. *Seiscentismo e Renovação em Portugal no século XVIII. Estudo de um processo inquisitorial.* Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1961.
- DIDEROT, Denis. *Carta Histórica e Política sobre o Comércio do Livro.* Trad., int. e notas de Maria Isabel Ribeiro de Faria. Coimbra, Coimbra Editora, 1978.
- Escrínio bibliográfico da importante e valiosa livraria que foi do notável escritor, jurisconsulto e bibliófilo Dr. Rodrigo Veloso.* Porto, Tip. da Empr. Literária e Tipográfica, 1916.

- FARIA, Antonio de Portugal de. *Portugal e Italia. Litteratos portuguezes na Italia ou collecção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Frei Fortunato, Monge Cisterciense*. Leorne, Raphael Giresti, 1905.
- FARIA, Francisco Leite de. «A valiosa biblioteca de D. Manuel II lembrada no cinquentenário da sua morte». *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, vol. 2, nº 2 (Jul.-Dez. 1982), pp. 311-337.
- FARIA, Maria Isabel, e PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro*. Lisboa, Guimarães Editores, 1988.
- FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias. *Os Arquivos da Inquisição*. Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.
- FEBVRE, Lucien, e MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris, Albin Michel, 2ª ed., 1971.
- FERREIRA, Joaquim. *Homens e Livros*. Porto, Porto Editora, s.d.
- FONSECA, Martinho Augusto da. *Subsidios para um Diccionario de pseudonymos, iniciaes e obras anonymas de escriptores portugueses*. Fac-simile da ed. de 1896. Lisboa, Imprensa Nacional, 1972.
- FONTAINE, Laurence. *Histoire du colportage en Europe (XV<sup>e</sup> - XIX<sup>e</sup> siècle)*. Paris, Albin Michel, 1993.
- GAMA, Ângela Barcelos da. «Livreiros, Editores e Impressores em Lisboa no século XVIII». *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*. Coimbra, Atlântida, Ano 13, nº 49-52 (1967), pp. 8-81.
- GOMES, J. Pereira. «O Autor da Arte de Furtar». *Brotéria*. Lisboa, vol. LXXV, nº 4 (Out. 1962), pp. 320-324.
- GOUBERT, Pierre, e ROCHE, Daniel. *Les Français et l'Ancien Régime*. Paris, Armand Colin, 1991.
- GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII e XIX)*. Lisboa, Verbo, 1987.
- IDEM. *Os Livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias*. Lisboa, Verbo, 1993.
- GUERRA, Luiz de Bivar. *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro em 1759*. Lisboa, Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1952.
- GUIMARÃES, José Ribeiro. *Summario de varia historia: narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos, estatísticas, costumes civis, politicos e religiosos de outras eras*. Lisboa, J. G. de Sousa Neves, 5 vols., 1872-1879.
- GUTIERREZ DEL CAÑO, Marcelino. «Ensayo de un catálogo de impresores españoles desde la introducción de la imprenta hasta fines del siglo XVIII». *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*. Madrid, tomo III, (1899), pp. 662-671; t. IV (1900), pp. 267-272, 667-678 e 736-739.
- LAPA, Albino. *Dicionário de pseudónimos*. Compilado por Maria Teresa Vidigal. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.
- LÁZARO CARRETER, Fernando. *Crónica del Diccionario de Autoridades*. Madrid, Real Academia Española, 1972.

- LEAL, Maria José Gonçalves da Silva. *Uma impressão do Palmeirim de Oliva feita em Évora por Cristóvão de Burgos e atribuída a Francisco del Canto, de Medina del Campo*. Porto, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1962. (Separata da secção VII das publicações do XXI congresso Luso-Espanhol, 22-26 Junho de 1962, 5 pp.).
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 10 vols., 1938-1950.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana, histórica, crítica e cronológica, na qual se compreende a notícia dos autores portugueses e das obras que compuseram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até ao tempo presente*. Lisboa, Atlântida, 4 t., 1965-1967 (ed. diplomática feita sobre a 1ª ed., de 1741-1759).
- MADAHIL, António Gomes da Rocha. *Notas bibliográficas acerca do Palito Métrico e correlativa Macarrónea Latino-Portuguesa para o ano de 1742*. Coimbra, Coimbra Editora, 1942.
- MANUEL II, Dom. *Livros antigos portugueses da biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima*. Londres, Maggs, 3 vols., 1929-1935.
- MARQUES, Henrique. *Memórias de um Editor*. Lisboa, Livraria Central Editora, 1935.
- MARTI GRAJALES, Francisco. *Ensayo de una bibliografía valenciana del siglo XVIII. Descripción de las obras impresas en Valencia en dicha época, con un apéndice de documentos inéditos referente a autores y tipógrafos*. Valencia, Diputació, 1987, 2 vols.
- MARTIN, Henri-Jean. *Le Livre français sous l'Ancien Régime*. Paris, Promodis, 1987.
- MARTINS, José V. de Pina. «Uma edição fictícia das Obras Latinas de Resende». In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, vol. II (1970), pp. 549-554.
- IDEM. «Luís António Verney contra a Escolástica». In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, vol. XV (1980), pp. 609-622.
- IDEM. «Temas Verneianos». In *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, 3ª série, nº 4 (1960), pp. 118-151.
- MATOS, Ricardo Pinto de. *Manual bibliográfico português de livros raros, clássicos e curiosos*. Rev. e pref. de Camilo Castelo Branco. Porto, Livraria Portuense, 1878.
- MELO, Ataíde e. «Arte de Furtar». *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa, 2ª série, vol. VIII, nº 9 (Jan.-Mar. 1922), pp. 29-33.
- MENDONÇA, José Lourenço D. de, e MOREIRA, António Joaquim. *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.
- MONCADA, Luís Cabral de. *Estudos de História do Direito*. Coimbra, Por Ordem da Universidade, 3 vols., 1948-1950.
- IDEM. *Estudos Filosóficos e Históricos*. Coimbra, Atlântida, 2 vols., 1958-1959.
- MONTE, Gil do. *Subsídios para a história da tipografia em Évora*. Évora, 1968.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira*. Rio de Janeiro, Kosmos, 2 vols., 1983.
- MORAIS, Júlio de. «Edições clandestinas dos Sermões do P. António Vieira». *Brotéria*. Lisboa, vol. XXIX (1939), pp. 454-461.
- MOULINAS, René. «La contrefaçon avignonnaise». In CHARTIER, R., MARTIN, Henri-Jean et VIVET, J.-P., dir. *Histoire de l'Édition Française*. Paris, Promodis, 4 vols., 1983-1986; vol. 2 (1984), pp. 294-303.

- NORTON, Frederick J. *A descriptive catalogue of printing in Spain and Portugal (1501-1520)*. Cambridge, University Press, 1978.
- OLIVEIRA, Cavaleiro de. *Opúsculos contra o Santo Ofício*. Publicação e prefácio de António Gonçalves Rodrigues. Coimbra, Atlântida, 1942.
- PALAU Y DULCET, Antonio. *Manual del Librero hispano-americano; bibliografía general española e hispano americana desde la invención de la imprenta hasta nuestros tiempos, con el valor comercial de los impresos descritos*. Barcelona, Palau, 2ª ed., 28 t., 1948-1977.
- PIMENTEL, Alberto. *Poemas Heroi-Cômicos Portugueses (Verbetes e Apostilhas)*. Porto, Renascença Portuguesa, 1922.
- PIWNIK, Marie Hélène. *Echanges Erudits dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Centre Culturel Portugais, 1987.
- «Que é uma edição original?» *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa, 2ª série, vol. XX, nºs 75 e 76 (1948), pp. 93-103.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira. «Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII». *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, Universidade do Porto, Série de História, vols. IV-V (1973-1974), pp. 329-338.
- Resenha bibliográfica do importante e valioso fundo da extinta Livraria Coelho que foi do grande livreiro lisbonense João Vicente da Silva Coelho*. Lisboa, 6 tomos, 1971-1972.
- RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da Censura Literária em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- IDEM. *Literatura e sociedade na obra de Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740)*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- IDEM. «Subsídios para uma Bio-Bibliografia de Fr. Lucas de Santa Catharina (1660-1740)». In *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschichte*. Münster, Görres, 1983.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. «Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra». In *O Marquês de Pombal e o seu Tempo*. Coord. de Luís Reis Torgal e Isabel Vargues. Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2 vols., 1982-1983.
- RUDERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal, 1798-1802*. Trad. de António Feijó. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.
- SÁ, Artur Moreira de. *Índices dos Livros Proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.
- SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo, desde o princípio da Monarchia de Portugal até aos nossos dias*. Paris, Aillaud, 6 t., 1842-1845.
- SARAIVA, António José. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa, Jornal do Foro, 3 vols., 1950-1962.
- SAUVY, Anne. «Livres contrefaits et livres interdits». In CHARTIER, R., MARTIN, Henri-Jean et VIVET, J.-P., dir. *Histoire de l'Édition Française*. Paris, Promodis, 4 vols., 1983-1986; vol. 2 (1984), pp. 104-119.

- SILVA, António Pereira da. «Documentos sobre a Jacobeia, o Sigilismo e as Constituições de Bento XIV que têm por objecto a indagação dos cúmplices dos penitentes na Confissão». *Itinerarium*. Braga, Ano VII, nº 7 (1961), pp. 279-340.
- IDEM. «Jacobéia, Sigilismo e Constituições de Bento XIV sobre a indagação dos cúmplices na Confissão» *Itinerarium*. Braga, Ano VI, nº 28 (Abr.-Jun. 1960), pp. 196-200.
- IDEM. *A Questão do Sigilismo em Portugal no século XVIII*. Braga, Editorial Franciscana, 1964.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, et alii. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 24 t., 1858-1972.
- SILVESTRE, M. L. C. *Marques typographiques*. Paris, Renou et Maulde, 1867.
- TROUSSON, Raymond. *Romans libertins du XVIII<sup>e</sup> Siècle*. Paris, Robert Laffont, 1993.
- WELLER, Emil. *Die falschen und fingierten Druckorte Repertorium der seit Erfindung der Buchdruckerkunst unter falscher Firma erschienenen deutschen, lateinischen und französischen Schriften*. Hildesheim, Georg Olms Verlag, 2 t., 1970
- WILLEMSE, David. «Novos dados sobre o Arcediago de Évora». In *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris, vol. V (1972), pp. 614-657.

## **8. ÍNDICE**

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	6
1. INTRODUÇÃO HISTÓRICA .....	7
1.1. Legalidade e marginalidade.....	8
1.2. Privilégios e contrafacções.....	11
1.3. Livros proibidos.....	13
1.4. Outras situações de clandestinidade editorial.....	18
1.5. <i>As fausses-adresses</i> .....	19
1.6. Principais espécies contrafeitas e clandestinas dos séculos XVI e XVII .....	25
1.6.1. <i>A Regra e Diffinções da Ordem do Mestrado de</i> <i>Nosso Senhor Jesu Cristo</i> .....	25
1.6.2. <i>O Compromisso da Confraria da Misericordia</i> .....	27
1.6.3. <i>Palmeirim de Oliva</i> .....	32
1.6.4. <i>Os Lusíadas</i> .....	36
1.6.5. <i>Discurso de Todos los Diablos, o Inferno Emendado</i> .....	38
1.6.6. <i>Advertencia que hum Ministro do Principe Dom Pedro</i> <i>lhe fez sobre o Estado do Reino</i> .....	47
2. A INQUISIÇÃO E A CLANDESTINIDADE EDITORIAL .....	56
2.1. Contrafacções.....	58
2.1.1. <i>Lista do Auto-de-Fé de 18 de Junho de 1741</i> .....	58
2.1.2. <i>Copia de huma revelação que foi feita a Santa Isabel</i> <i>e a Santa Brizida</i> .....	63
2.1.3. <i>Justa Repulsa</i> .....	71
2.1.4. <i>Carta em que hum Amigo dá notícia a outro do</i> <i>lamentavel sucesso de Lisboa</i> .....	76
2.1.5. <i>Sermões</i> .....	85
2.1.5.1. <i>Sermão da Mãe de Deos e Senhora do Monte do</i> <i>Carmo, pelo Doutor Lourenço Bautista Feyo</i> .....	85
2.1.5.2. <i>Sermão que na duplex solemnidade dos dous Santos, Gonzaga</i> <i>e Stanislao pregou o Doutor Lourenço Bautista Feyo</i> .....	86
2.2. Obras impressas clandestinamente, cujo texto nunca foi submetido à censura ou não mereceu a sua aprovação .....	89
2.2.1. <i>Breve Resposta ao Insolente Prologo ... e Crisis Apologetica</i> .....	89
2.2.2. <i>Feição à Moderna ou Logração Disfarçada; Bisnaga Escolastica;</i> <i>Queixas de Antonio Duarte Ferram contra a Poesia</i> .....	95
2.2.3. <i>Anno Historico, Diario Portuguez defendido e vindicado</i> <i>em 1746, no segúinte Prologo anti-critico</i> .....	99
2.2.4. <i>Benteida</i> .....	105
2.2.5. <i>Observaçoes das Agoas das Caldas da Rainha</i> .....	108
2.2.6. <i>Relaçam das solemnnes Exequias dedicadas por D. João da Silva</i> <i>Ferreira à memória de D. João V</i> .....	112
2.2.7. <i>Despertador Metrico</i> .....	114
2.2.8. <i>Sumários de Indulgências</i> .....	116
2.2.8.1. <i>Breve Compendio das Graças e Indulgencias</i> <i>concedidas aos Confrades do Santissimo Rosario</i> .....	116
2.2.9. <i>Folhetos de cordel</i> .....	118

3. A QUESTÃO DO SIGILISMO.....	141
3.1. Génese e evolução da questão do sigilismo (1746).....	142
3.2. Intervenção pombalina e reabertura da contenda (1768).....	156
3.3. Edições clandestinas ao serviço das duas facções em dissídio (1746-1747).....	163
1. Libelos favoráveis à Inquisição e Cardeal Patriarca.....	163
2. Libelo favorável aos bispos portugueses.....	173
3.4. Diagramas organizados em função dos supostos locais de edição.....	174
4. PERFIL DE UM FALSÁRIO: MIGUEL RODRIGUES.....	223
4.1. Dados biográficos.....	224
4.2. Actividade profissional.....	227
5. LITERATURA E CLANDESTINIDADE.....	239
5.1. Contrafacções.....	241
5.1.1. Relações de Naufrágios.....	241
1. <i>Memoravel Relaçam da Perda da Nao Conceiçam</i> .....	241
2. <i>Naufragio da Nao Nossa Senhora de Belem</i> .....	252
3. <i>Tratado das batalhas e sucessos do Galeão Santiago</i> .....	257
4. <i>Relaçam da Viagem do Galeam Sam Lourenço</i> .....	259
5. <i>Relaçam do Naufragio que fizeram as Naos Sacramento e Nossa Senhora da Atalaia</i> .....	262
6. <i>Historia da muy notavel perda do Galeão Grande de S. João</i> .....	268
7. <i>Relaçam da viagem e sucesso que teve a Nao Capitania Nossa Senhora do Bom Despacho</i> .....	273
8. <i>Relaçam do Naufragio da Nao Santiago</i> .....	279
9. <i>Relaçam do Lastimoso Naufrágio da Nao Conceiçam</i> .....	280
10. <i>Tratado do Sucesso que teve a Nao S. Joam Baptista</i> .....	283
11. <i>Naufragio da Nao S. Alberto</i> .....	286
5.1.2. <i>Nova Floresta</i> .....	292
5.1.3. <i>Luz e Calor</i> .....	305
5.1.4. <i>Sermões, do Padre António Vieira</i> .....	315
Primeira parte.....	317
Segunda parte.....	324
Terceira parte.....	333
Quarta parte.....	345
Quinta parte.....	353
Sexta parte.....	359
Sétima parte.....	366
[Oitava parte].....	371
[Nona parte].....	380
[Décima parte].....	386
Undécima parte.....	396
Duodécima parte.....	400
[Décima-terceira parte].....	405
Décima-quarta parte.....	417
5.1.5. <i>Verdadeiro Método de Estudar</i> .....	422
Anexo I - Reprodução do primeiro caderno da designada 1ª Edição A.....	428
Anexo II - Reprodução do primeiro caderno da designada 1ª Edição B.....	430

5.2. Edições clandestinas.....	441
5.2.1. <i>Anatômico Jocosso</i> .....	441
5.2.2. <i>Arte de Furtar</i> .....	452
6. CONCLUSÕES.....	460
7. BIBLIOGRAFIA.....	464
7.1. Fontes manuscritas.....	465
7.2. Fontes impressas.....	468
8. ÍNDICE.....	476

